

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

RICARDO ERNESTO VASQUEZ BELTRÃO

**A EVOLUÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO:**  
fatores associados e limites do PETI para o seu enfrentamento

SÃO PAULO  
2014

RICARDO ERNESTO VASQUEZ BELTRÃO

**A EVOLUÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO:**  
fatores associados e limites do PETI para o seu enfrentamento

Tese apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Doutor em Administração Pública e Governo

Linha de Pesquisa: Governo e Sociedade Civil em Contexto Subnacional

Orientadora:  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marta Ferreira Santos Farah

SÃO PAULO

2014

Beltrão, Ricardo Ernesto Vasquez.

A Evolução do Trabalho Infantil no Brasil Contemporâneo: fatores associados e limites do PETI para o seu enfrentamento / Ricardo Ernesto Vasquez Beltrão. - 2014.

411 f.

Orientador: Marta Ferreira Santos Farah

Tese (CDAPG) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

1. Menores - Emprego - Brasil. 2. Disparidades regionais. 3. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Brasil). 4. Cooperação intergovernamental. I. Farah, Marta Ferreira Santos. II. Tese (CDAPG) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. III. Título.

CDU 331-053.2(81)

RICARDO ERNESTO VASQUEZ BELTRÃO

**A EVOLUÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO:**  
fatores associados e limites do PETI para o seu enfrentamento

Tese apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Doutor em Administração Pública e Governo

Linha de Pesquisa:  
Governo e Sociedade Civil em Contexto Subnacional

**Data de Aprovação:**        \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**Banca Examinadora:**

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marta Ferreira Santos Farah (Orientadora)  
FGV-EAESP

---

Prof. Dr. Bruno Lazzarotti Diniz Costa  
Fundação João Pinheiro – Escola de Governo  
Professor Paulo Neves de Carvalho

---

Prof. Dr. Pedro Roberto Jacobi  
Universidade de São Paulo – Faculdade de Educação

---

Prof. Dr. Francisco César Pinto da Fonseca  
FGV-EAESP

---

Prof. Dr. Marco Antonio Carvalho Teixeira  
FGV-EAESP

*para Zoila  
que além de tudo,  
me ensinou o valor dos estudos*

*para Iraci  
além do grande amor,  
tão sábia e amiga*

## AGRADECIMENTOS

É grande a alegria com a qual submeto este trabalho como requisito à conclusão do curso de Doutorado em Administração Pública e Governo da Fundação Getulio Vargas de São Paulo. Penso que o mais prazeroso momento de um trabalho destes é o de redigir os agradecimentos, pois mesmo em uma empreitada como o trabalho científico, tantas vezes solitária, somos motivados antes pelas pessoas que gostamos do que pela própria razão.

Terminado o ano letivo de 1971, partimos em viagem de São Paulo para Presidente Prudente. Não foi uma dessas viagens épicas, que atrairia a atenção de cineastas para levar às telas a vida de personagens importantes. Mas, para nós, marcou um momento decisivo. O casal Ernesto e Zoila, com seus quatro filhos, mudavam de cidade e de vida.

O caminhão de mudança já partira, e os tios Nelson e Zoila (é isso mesmo, duas “Zoilas” juntas!) nos levariam a bordo do seu maravilhoso Impala, cor branca, que “recortou” o Estado de São Paulo pelos pouco mais de 500 km entre a capital e a nova cidade, sem nenhum contratempo ou desconforto para os oito tripulantes.

Meu pai, um apaixonado getulista, após 26 anos de árduo trabalho na única indústria de aparelhos óticos que então existia no país (somente o Brasil e os países que mais tarde formariam o G7 possuíam indústria ótica), se mudava com a família rumo à Alta Sorocabana. Ao se desligar da D. F. Vasconcelos, havia recebido uma razoável indenização, já que a permanência por tanto tempo no mesmo trabalho concedera a ele o direito à estabilidade no emprego – um dispositivo legal da CLT que os militares já haviam tratado de destruir logo em 1966, criando o FGTS, pelo qual meu pai não “optara”, escolha que lhe foi permitida em função do prestígio conquistado em tantos anos como trabalhador dedicado e altamente qualificado para os padrões da época.

Em acordo de sociedade com o tio Nelson (o dono do Impala), meu pai ingressava no ramo da hotelaria, algo que até então conhecia apenas como hóspede, já que durante anos viajara pelo Brasil afora em visitas a congressos e eventos similares em busca de compradores para os aparelhos óticos de alta precisão que a D. F. Vasconcelos fabricava.

O acordo previa que meus pais trabalhassem no reerguimento daquele que até alguns anos antes fora o mais importante hotel da cidade – se o negócio viesse a dar lucro, ele seria dividido em partes iguais, caso contrário, se veria o que fazer. Instalado em um edifício de dez andares, o primeiro da cidade a possuir elevador quando fora construído, o Itabaú Hotel estava falido, com o prédio em abandono. Meus pais, temerosos de que a São Paulo onde

havia se conhecido e tido os quatro primeiros filhos não lhes oferecesse oportunidade melhor, e de que a indenização recebida logo fosse consumida nas despesas do dia-a-dia, toparam o negócio, e para lá rumamos.

Logo Presidente Prudente, já em nossos primeiros dias na cidade, nos deu o maior presente que podíamos sonhar: a chegada do querido Leleco, o novo caçula. Éramos agora em sete, o casal e uma “escadinha” que começava pela “colegial” Carminha, então com 16 anos, e incluía o “ginasiano” Maurício, com 13, os “primários” Ricardo, com 9, e Leila, com 6, e o lindo bebê.

Minha mãe e os dois filhos mais velhos logo foram “escalados” para trabalhar no hotel. Cada um tinha funções específicas, e deveriam não apenas cumpri-las a contento, como também servirem de exemplo aos funcionários – o pai carinhoso avisava que no trabalho seria o empregador rigoroso. Eu ainda era pequeno para tamanha responsabilidade.

Embora as coisas tenham sido um pouco mais difíceis nos primeiros anos, nossa vida logo melhorou do ponto de vista material. Mais alguns anos e, já em 1º de abril de 1977, aos 14 anos de idade, comecei a trabalhar no Itabaú. Lá eu deveria cumprir uma jornada de terça à sexta, das 14 às 18 horas, e “dobrar” aos sábados, até as 22, me dividindo entre as tarefas de atendimento aos hóspedes e outras relacionadas a registros contábeis etc.

Era uma situação muito privilegiada, e não apenas por ter como patrão o próprio pai, já certamente menos rigoroso do que fora com os dois mais velhos e com nossa mãe. Com ele, mesmo sem perceber, ingressava no mundo do trabalho pelo caminho da ética e do senso de justiça. E, para isso, ainda era remunerado com meio salário mínimo, conforme possibilitava a legislação da época, nada disso configurando trabalho infantil (um termo que sequer era utilizado no Brasil) já que a lei previa tal possibilidade – só não fui imediatamente “registrado” porque não providenciara a carteira profissional, apesar da insistência de meu pai para que o fizesse logo.

Muita coisa boa aconteceu desde então em minha vida. Sendo o primeiro filho a ter o privilégio de sair de casa para estudar, rumei para a cidade natal em 1980, para cursar Ciências Sociais. A opção implicava custear minhas despesas por aqui, para o que consegui com a Paula, amiga da família, um emprego noturno na compensação de cheques no Banco Bradesco. Aí sim, já não mais criança, conheci a exploração. Mas mesmo ali ganhei amigos, me formei, e em 1985, com a ajuda da amiga Luiza, ingressei na Prefeitura de São Paulo, quando então conheci a Iraci e os seus lindos filhos Thiago e Luiza, que pouco tempo depois, em 1987, também se tornaram meus. Em 1992, nasceu o João Ernesto, cujo nome é uma homenagem aos avós materno e paterno, completando o time.

Quase trinta anos depois daquela viagem para Presidente Prudente, já com uma experiência profissional e de vida considerável, em 2001 fui convidado para trabalhar na administração petista do Prefeito Celso Daniel, em Santo André, onde também conheci muitas pessoas legais, algumas das quais se tornaram amigas. Aquela experiência me proporcionou a oportunidade de participar da construção de alguns interessantes programas sociais. Mas quando de lá me fui em 2007, saí com a frustração de não ter conseguido ajudar a desenvolver ações mais ousadas na área da proteção à infância em vulnerabilidade.

Nestes dias, por ocasião da finalização deste estudo sobre a evolução do trabalho infantil no Brasil, por razões que não sei explicar, foram estas as passagens que, desde aquela viagem de 1971, me vieram à memória. Por meio destas lembranças me sinto em reencontro com várias pessoas muito importantes para mim, e que de diferentes formas foram fundamentais para que eu pudesse desenvolver as reflexões aqui apresentadas. Passo a nominá-las, na crença de que a memória não me leve a nenhum grande lapso.

Começo pelo pedaço da família de origem. Meu pai, de quem dizem que muito herdei, incluindo o nome Ernesto, não está mais entre nós, mas fica o registro – dele só tenho recordações boas, de alegria e de aprendizado. Minha mãe, Zoila, a quem dedico esta tese, sempre foi exemplo de sabedoria e coragem – não preciso me alongar em elogios porque posso abraçá-la e dizer diretamente a ela o quanto a amo. Meus quatro irmãos são agora ainda mais queridos do que naquele já longínquo final de 1971, pois agora, além dos laços de família, a maneira como conduziram suas vidas me enche de vaidade e admiração. A Carminha, além disso, analisou a versão original do primeiro capítulo deste trabalho, e tendo certamente enxergado ali tantas lacunas, soube me poupar das críticas e estimular para que eu prosseguisse. Em nome dos cunhados Eliseu, Alba, Leo e Edna, e dos afilhados Caio e Mariana, estendo meus agradecimentos aos demais sobrinhos, seus companheiros e filhos, com o registro de que a todos considero como pessoas muito queridas e especiais.

Dali vou para algumas das pessoas com as quais trabalhei em Santo André. Foram muitas, e como já disse, muita gente boa, mas preciso mencionar especialmente algumas com as quais muito aprendi e, principalmente, nas quais nunca deixei de ver nos olhos o brilho da franqueza: Adriana Sanches Miranda, Andréa Castro Couto, Carina Palma Moura, Carla Regina Oliveira, Carlos Miaciro, Célia Aparecida Ducci Chaer, Celia Vilarinho Peres, Celso Franco de Oliveira – o Bocão (em memória), Claudia Ablas, Décio Alves da Silva Junior, Fátima Lutfi, Isabel Cristina Bueno da Silva, Luis Felipe Xavier, Marcia Aparecida Teixeira, Maria de Lourdes Jovaneli, Maria Magdalena Alves, Marina Panebianco, Miriam Belchior, Moises Pais Santos, Rejane Alves Santos, Rita de Cássia Silva Leite, Silene Baptista



Brasileiro, Telma Fernandes Ervilha, Tonino Pinelli, Vladimir Augusto de Souza Rossi e Walkiria Gois. A todos, meu agradecimento e sincero reconhecimento.

Na curta e difícil passagem por São Bernardo do Campo, contei novamente com a inestimável amizade da Adriana, da Celia Chaer, do Miaciro, da Silene e do Vladimir, e também com o apoio de Flavia Macedo Fernandes, Maria Marcina Ferreira, e Regina Bastazin, com as quais ali trabalhei pela primeira vez. Mais recentemente, de volta à Prefeitura de São Paulo, a dobradinha com o Vladimir se repetiu, e além dele, também José Carlos Pegolaro, Ricardo Farhat Schumann e Simão Pedro Chiovetti deram todo o apoio possível para que concluísse essa tese. A todos, muito obrigado.

Na Fundação Getulio Vargas, mais uma vez, tive o privilégio de nos últimos anos estudar e participar de diversas atividades de pesquisa com colegas e professores, e de contar com o paciente e atencioso apoio de muitos trabalhadores do corpo administrativo da Escola. Não posso deixar de agradecer especialmente, pela atenção dispensada, Denise Fonseca Fugulin e Marta Andrade, da Coordenação de Pós-Graduação, Pâmela Tonsa e Suzinei Teles Garcia, da Secretaria de Registro, Fabiana Paschoal Sanches de Moura, do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo, e Isolete Rogeski Vieira Barradas, do GV Pesquisa. Por meio destas, quero estender meus agradecimentos a todos as demais pessoas que cotidianamente fazem da FGV a instituição de ensino e pesquisa que é.

Não posso deixar de mencionar que a realização do curso de doutorado foi viável graças ao Fundo de Bolsas da mesma instituição, que assumiu integralmente os custos das 48 mensalidades.

Entre os colegas, pelo convívio em sala de aula, e vivência na organização conjunta de seminários e outras atividades acadêmicas, agradeço Ana Cláudia Pedrosa, Beni Trojbcz, Eliane Barbosa, Fabiana Bento, Fabiano Angelico, Fernanda Papa, Fernando Burgos, Fernando Tomaselli, Flavio Foguel, Heber Rocha, Lucio Bittencourt, Luís Otávio Assis, Manuella Maia, Maria do Carmo Meirelles e Marcus Vinícius Gomes. A parceria foi um pouco além com Fernando Nogueira, em produção de artigo para encontro da Anpad.

Otávio Prado, Lya Porto e Natalia Navarro Santos foram excelentes companheiros de viagem e na produção de relatórios de pesquisa – com eles estive em nada menos que nove diferentes localidades do país, em atividades desenvolvidas pelo Centro de Estudos em Administração Pública e Governo, no âmbito dos projetos de pesquisa “Prêmio Municípios que Fazem Render Mais” e “Programa de Formação e Premiação de Dirigentes Municipais de Educação”, conversando com prefeitos, dirigentes, servidores e usuários dos serviços, sempre aprendendo e refletindo a partir da concreta realidade da administração pública brasileira em nível municipal. Patrícia Laczinski e Renata Boulos me honraram com convite

para atividade de pesquisa sobre o tema “Inclusão e Coesão Social nos Governos Locais do Mercosul”.

Quanto aos professores agradeço inicialmente aqueles com os quais tanto aprendi no conjunto das disciplinas curriculares cursadas: Abraham Laredo Sicsú, Francisco César Pinto da Fonseca, Gisela Black Taschner (em memória), Marco Antonio Carvalho Teixeira, Marta Ferreira Santos Farah, e Peter Kevin Spink.

Agradeço também aos professores Ricardo Bresler e Mário Alves Aquino pela oportunidade de participar de atividades no âmbito do Projeto Conexão Local e do Programa de Formação para Dirigentes Municipais de Educação.

Com os professores Francisco César Pinto da Fonseca, nas duas versões do “Prêmio Municípios que Fazem Render Mais” que coordenou, e Marta Ferreira Santos Farah, na pesquisa que desenvolve sobre os campos da administração pública e da análise sobre políticas públicas no Brasil, a oportunidade de convívio e de amadurecimento intelectual foi privilégio muito além do que possa desejar o mais otimista aluno de pós-graduação. Espero sinceramente ter correspondido à confiança que em mim depositaram.

Além disso, os dois, e mais o professor Peter Kevin Spink, compuseram a banca de qualificação, e ao analisarem as ainda rudimentares ideias sobre o que eu imaginava que queria pesquisar, souberam levantar questões muito relevantes e, principalmente, me alertar sobre a necessidade de fazer escolhas, sem as quais a produção do conhecimento é tarefa inviável.

Os professores Peter Kevin Spink, da casa, e Fúlvia Rosemberg, da Fundação Carlos Chagas, prontamente aceitaram o convite para a composição da banca examinadora, mas dificuldades com a compatibilização da agenda inviabilizaram que nesta oportunidade eu venha a aprender um pouco mais com eles. Ainda assim, sou grato à atenção de ambos.

A tarefa caberá aos professores Bruno Lazzarotti Diniz Costa, da Fundação João Pinheiro – Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Pedro Roberto Jacobi, da Universidade de São Paulo – Faculdade de Educação, e Francisco César Pinto da Fonseca, Marco Antonio Carvalho Teixeira e Marta Ferreira Santos Farah, no papel de orientadora, todos da FGV-EAESP. Não tenho quaisquer dúvidas de que com cada um deles muito aprenderei na tarde de 22 de agosto de 2014, em clima de honesto debate e estimulante troca de ideias.

A Professora Marta Ferreira Santos Farah superou todos os limites da atenção e boa vontade, seja pela qualidade e dedicação às tarefas que são próprias a um orientador, seja pela paciência e tolerância para com a minha falta de disciplina com regras e prazos. Ela é isenta de qualquer responsabilidade por este trabalho não ter adquirido maiores

consistência e qualidade. Sou testemunha de que fez de tudo para me alertar sobre as muitas lacunas que foram se mostrando ao longo do percurso, me fornecendo os elementos necessários à correção de rumos. Embora não saiba expressar o quanto sou grato, registro que seu apoio foi, em todos os sentidos, decisivo.

Os amigos Isis e Vladimir, Luiza e Horário, minha tia Zuleika, meu primo e padrinho Marco Antônio, e os cunhados Malisa, Edson, e Wagner são pessoas especiais e importantes em minha vida. Não posso deixar de mencioná-los, simplesmente porque desfrutar do convívio de cada um deles já é motivo de grande ânimo para qualquer empreitada na qual eu me envolva.

Comecei pela família de onde vim, termino pela que tive a sorte de ajudar a constituir. Em termos de contribuição direta no trabalho, destaco a ajuda do Thiago, sempre me socorrendo em função do meu precário inglês, do João, que leu cada página do original, revisando-as dedicadamente algumas madrugadas adentro para que se tornassem mais palatáveis aos leitores, e da Iraci, que além de escutar pacientemente sobre o assunto por meses a fio, soube me estimular a apoiar para que escolhesse o melhor rumo a seguir em cada momento.

Mas, mais que isso, sou sempre estimulado pelo afeto e apoio que me proporcionam a cada momento os amados filhos Thiago, Luiza e João, o querido genro Antonio, e o pequeno Luca, o mais jovem e único capaz de me levar a algumas paradas, nas quais me realimentou com grande alegria para que eu prosseguisse. Espero que eles não tenham qualquer dúvida do quanto os adoro. Mais recentemente, a companhia da amável Carol em nossa casa tem sido mais um presente que a vida nos concede.

A Iraci, após quase três décadas de convívio, torna impossível a tarefa de redigir agradecimentos que expressem o que realmente sinto. Este trabalho é também dedicado a ela, mas não somente pelo seu inestimável apoio para que se concretizasse. O que a vida ao seu lado tem me proporcionado é tanto, e tão bom, que não é justo sonhar com mais do que, simplesmente, com ela permanecer junto pelos anos que a vida ainda nos conceder de convívio.

São Paulo, agosto de 2014.

## RESUMO

O estudo analisa a ocorrência do trabalho infantil no Brasil, investigando os fatores associados à sua evolução e alguns dos limites do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) para o enfrentamento da questão na atualidade. O trabalho está organizado em quatro capítulos, além daquele que o encerra com um breve comentário conclusivo.

No primeiro são apresentados o problema de pesquisa, seus objetivos e pressupostos, e as principais características do PETI, para em seguida ser analisado o referencial teórico sobre a cooperação intergovernamental no âmbito das políticas sociais no Brasil.

No segundo capítulo é discutida a ocorrência do trabalho infantil em âmbito internacional, por meio de esforço analítico que compara a associação entre as taxas de atividade da população de 10 a 14 anos e um conjunto de variáveis que expressam fatores de ordem socioeconômica e demográfica para uma amostra de 25 países com mais de 20 milhões de habitantes.

O terceiro capítulo é desenvolvido em termos similares ao anterior, analisando como evoluiu a ocupação de crianças no país desde meados do século passado, e em que medida as diferenças entre os Estados brasileiros a respeito estão associadas a variáveis socioeconômicas e demográficas, com ênfase na estrutura do mercado de trabalho.

O quarto capítulo analisa as diferenças entre os municípios brasileiros a respeito, e conclui que o PETI não pode ser considerado entre os principais fatores que explicam as variações nas taxas de atividade da população infantil na década passada, apontando alguns dos limites do Programa relacionados à promoção da cooperação intergovernamental necessária para que o país continue avançando de forma mais efetiva no enfrentamento da questão.

O trabalho inclui também um balanço sobre a produção acadêmica brasileira a respeito do trabalho infantil, destacando o conjunto de estudos voltados à análise das ações do Estado frente à questão (Apêndice A).

**Palavras-Chave:** trabalho infantil (fatores associados), Brasil, desigualdades regionais, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, cooperação intergovernamental.

## ABSTRACT

This work analyze the child labor occurrence in Brazil, the factors associated with its development were investigated and some limits of the Program for Child Labor Eradication (PETI) to face the question nowadays. This work was organized in four chapters.

In the first chapter are shown the research problem, its objectives and presuppositions, and the main characteristics of the PETI, and then the theoretical background about the intergovernmental cooperation in ambit of the public politics in Brazil was analyzed.

In the second chapter the child labor in the international ambit was discussed, by means of analytical work that compares the association between the activity rates of the population from 10 to 14 years old and a set of variables that express the socioeconomic and demographic factors for one sample of the 25 countries with more than 20 millions habitants.

The third chapter was developed in a similar way to the previous, analyzing how the children employment developed in the country since middle of last century, and to what extent the differences among these Brazilian states are associated with its socioeconomic and demographic variables, with emphasis on the labor market structure.

The fourth chapter analyzes the differences among the Brazilian cities, and concludes that the PETI cannot be considered among the main factors that explain the variations in rates activity of the child population in the last decade, pointing out some of the Program limits related to the promotion of intergovernmental cooperation necessary for the country keep on advancing in an effective way to confronting this theme.

The work also includes an overview of the Brazilian academic literature about child labor, one set of studies focused on the analysis of the State actions to face this question were highlighted (Appendix A).

**Keywords:** child labor (associated factors), Brazil, regional inequalities, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, intergovernmental cooperation.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### ESQUEMAS

- Esquema 1: O trabalho infantil e as esferas do mercado, da família e do Estado ..... 63
- Esquema 2: A confirmação consistente da hipótese central (H1) depende da confirmação consistente das demais hipóteses de trabalho (H2 a H4) ..... 69
- Esquema 3: Fronteiras para definição do trabalho infantil em dois países hipotéticos conforme normas legais definidas com base na ratificação das Convenções nº 138 e nº 182 da OIT ..... 106
- Esquema 4: Principais variáveis relativas ao trabalho investigadas pelos censos demográficos e PNAD com dados para o grupo de 10 a 14 anos de idade – Brasil (1950-2013) ..... 160

### GRÁFICOS

- Gráfico 1: Ocorrência de trabalho infantil (1) na população de 5 a 17 anos por grupos de idade e sexo, e por região e inserção em trabalho perigoso ou em outras atividades – Mundo (2012) ..... 31
- Gráfico 2: Evolução anual do número de ocupados na população de 5 a 14 anos segundo a PNAD, por grupos de idade, e de beneficiários do PETI, conforme mandatos presidenciais – Brasil (1992-2013) ..... 34
- Gráfico 3: Distribuição dos domicílios por renda mensal domiciliar *per capita* segundo a existência de crianças de 5 a 15 anos quanto à condição de ocupação – Brasil e grandes regiões (2012) ..... 40

Gráfico 4:	Evolução anual do número de beneficiários e das despesas do governo federal no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) – Brasil (1996-2013) .....	50
Gráfico 5:	Distribuição das 189 Convenções estabelecidas no âmbito da OIT por assuntos e períodos segundo a situação de ratificação pelo Brasil (1919-2011) .....	95
Gráfico 6:	Evolução anual da adesão dos países às Convenções nº 138 (por nível de desenvolvimento humano) e nº 182 da OIT – 195 países (1973-2014) .....	98
Gráfico 7:	Distribuição dos países por idade mínima de ingresso no trabalho e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) conforme ratificação da Convenção nº 138 da OIT – 195 países (2014) .....	101
Gráfico 8:	Taxas de atividade da população de 7 a 14 anos e Índice de Desenvolvimento Humano – 25 países selecionados (2003-2011) .....	130
Gráfico 9:	Incremento anual médio do consumo das famílias e redução (aumento) anual das taxas de atividade da população de 10 a 14 anos de idade (%) – 20 países selecionados (1998-2011) .....	134
Gráfico 10:	Desigualdade de renda (Índice de Gini) e pobreza (renda inferior a US\$2 ppc) segundo regiões – 24 países selecionados (2005-2011) .....	142
Gráfico 11:	Crescimento anual médio da população urbana e taxas de atividade da população de 10 a 14 anos, segundo regiões – 25 países selecionados (2003-2012) .....	144
Gráfico 12:	Crescimento e distribuição da população por grupos de idade e situação do domicílio – Brasil (1950-2010) .....	173
Gráfico 13:	Evolução da população economicamente ativa por grupos de idade e sexo – Brasil (1950-2010) .....	176
Gráfico 14:	Distribuição percentual da população ocupada por grupos de idade e médias das idades com que começaram a trabalhar, por período de início no primeiro trabalho, segundo a situação do domicílio atual e sexo, de acordo com a amostra não ponderada da PNAD – Brasil (2011) .....	178

Gráfico 15:	Evolução da população economicamente ativa e não economicamente ativa, das taxas de atividade e da proporção de ocupados no grupo de 10 a 14 anos de idade, segundo a situação do domicílio, conforme os dados dos censos demográficos – Brasil (1950-2010) .....	181
Gráfico 16:	Evolução da população de 10 a 14 anos ocupada (em milhares) e da proporção de ocupados (%) na semana de referência segundo os censos demográficos e a PNAD – Brasil (1973-2013) .....	191
Gráfico 17:	Taxas médias geométricas de crescimento anual, nos períodos intercensitários, da população em idade ativa, do total de empregados, e dos totais de ocupados, empregados, e ocupados nas posições de não remunerados e por conta própria no grupo de 10 a 14 anos de idade (%) – Brasil (1950 a 2010) .....	211
Gráfico 18:	Taxas médias geométricas de crescimento anual da população em idade ativa, dos ocupados, dos empregados e dos empregados no mercado formal de trabalho com 10 anos ou mais, dos ocupados de 10 a 14 anos nas posições de empregados e de não remunerados, e do Produto Interno Bruto (%) – Brasil (1994-2011) .....	214
Gráfico 19:	Evolução das taxas de atividade da população de 10 a 14 anos por unidades da federação segundo a cobertura potencial do PETI em 2010 – Brasil, Estados e Distrito Federal (2000-2010) .....	251
Gráfico 20:	Distribuição dos municípios quanto às taxas de atividade da população de 10 a 14 anos de idade apuradas pelos censos demográficos mais recentes – Brasil (2000 e 2010) .....	268
Gráfico 21:	Evolução anual do número de municípios executores e das despesas do governo federal com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) – Brasil (1996-2013) .....	283
Gráfico 22:	Evolução quantitativa da produção acadêmica brasileira sobre o trabalho infantil segundo diferentes levantamentos bibliográficos – Brasil (1910-2013) .....	328
Gráfico 23:	Evolução quantitativa da produção acadêmica brasileira sobre o trabalho infantil segundo os eixos analíticos – Brasil (1976-2013) .....	340



## MAPAS

Mapa 1:	Taxas de atividade da população de 10 a 14 anos (por faixas) segundo as unidades da federação – Brasil (2010) .....	37
Mapa 2:	Taxas de atividade da população de 10 a 14 anos (por faixas) – 25 países selecionados (2003-2011) .....	124

## QUADROS

Quadro 1:	Informações básicas sobre as 19 Convenções da OIT relativas à eliminação do trabalho infantil e à proteção das crianças e adolescentes (1919-2014) .....	96
Quadro 2:	Fontes com dados estatísticos sobre o trabalho infantil para vários países conforme as informações que disponibilizam .....	109
Quadro 3:	Matriz de correlação entre as variáveis analisadas para os 25 países da amostra .....	148
Quadro 4:	Principais variáveis relativas ao trabalho das pessoas de 10 a 14 anos disponibilizadas pelos censos demográficos e PNAD conforme a desagregação dos dados por sexo e situação de domicílio, o período de referência e os anos dos levantamentos – Brasil (1950-2013) .....	159
Quadro 5:	Números dos trabalhos acadêmicos classificados por áreas do conhecimento segundo a relevância do tema “trabalho infantil” no conteúdo analisado .....	388
Quadro 6:	Números dos trabalhos acadêmicos classificados por áreas do conhecimento segundo os eixos analíticos sobre o trabalho infantil .....	389
Quadro 7:	Números dos trabalhos acadêmicos sobre trabalho infantil no eixo analítico das ações do Estado, classificados por áreas do conhecimento segundo a relevância do PETI no conteúdo analisado .....	390

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Evolução das taxas de atividade da população de 10 a 14 anos conforme levantamentos censitários realizados em países e períodos selecionados – África, Ásia e Europa (1947-2008) (%) .....	115
Tabela 2:	Série histórica das taxas de atividade da população de 10 a 14 anos nos 12 países da América Latina e Caribe com mais de um milhão de habitantes neste grupo de idade (1950-2012) (%) .....	118
Tabela 3:	Distribuição da população e da riqueza segundo grupos de países por faixas de PNB e contingentes populacionais – 214 países (2011) .....	126
Tabela 4:	IDH, população, proporção da população infantil, dados relativos à ratificação da Convenção nº 138 da OIT, e evolução das taxas de atividade dos grupos de 7 a 9 e de 10 a 14 anos de idade – 25 países selecionados (1998-2011) .....	128
Tabela 5:	Taxas de atividade da população de 10 a 14 anos e outras variáveis econômicas, sociais, demográficas e do mercado de trabalho – 25 países selecionados (1998-2011) .....	137
Tabela 6:	População de 10 a 14 anos ocupada na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal, segundo os censos demográficos e a PNAD em anos selecionados (em milhares) – Brasil (1991-2011) .....	199
Tabela 7:	Evolução da população de 5 a 14 anos ocupada em atividades agropecuárias por sexo e grupos de idade, conforme levantamentos do censo agropecuário e da PNAD em anos selecionados – Brasil (1960-2013) .....	203

Tabela 8:	Evolução da população de 10 a 14 anos ocupada por setores de atividade econômica e posição na ocupação (em milhares) – Brasil (1950-2010) .....	207
Tabela 9:	Crescimento do PIB e da população, taxas de urbanização, população e taxas de atividade no grupo de 10 a 14 anos de idade – Brasil e Estados selecionados (1940-2010) .....	219
Tabela 10:	Taxas de atividade da população de 10 a 14 anos e outras variáveis econômicas, sociais, demográficas e do mercado de trabalho – Brasil, Estados e Distrito Federal (2010) .....	224
Tabela 11:	Evolução anual do número de crianças de 5 a 14 anos ocupadas no período de referência de 365 dias, por grupos de idade, e do número de beneficiários do PETI – Brasil (1992-2013) .....	233
Tabela 12:	Pessoas de 5 a 9 anos ocupadas, distribuição por tipo de atividade e sexo, e taxas de incidência total, urbana e rural, conforme a PNAD – Brasil (1992-2013) .....	238
Tabela 13:	Evolução do número de pessoas de 5 a 9 anos ocupadas no período de referência de 365 dias entre 1999 e 2003, e número de beneficiários e de municípios com adesão ao PETI em 2005 – Brasil, grandes regiões e Estados selecionados (1999-2005) .....	245
Tabela 14:	População de 10 a 14 anos economicamente ativa e taxas de atividade por situação de domicílio e sexo, e população de 10 a 14 anos ocupada no período de referência de 365 dias e sua distribuição por tipo de atividade e sexo, segundo a PNAD – Brasil (1992-2013) .....	252
Tabela 15:	Evolução do número de pessoas de 10 a 14 anos ocupadas na semana de referência segundo os censos demográficos e PNAD em anos selecionados – Brasil, grandes regiões, Estados e Distrito Federal (2000-2011) .....	254

Tabela 16:	Evolução do número de pessoas de 10 a 14 anos ocupadas no período de referência de 365 dias entre 1999 e 2003, e número de beneficiários e de municípios com adesão ao PETI em 2005 – Brasil, grandes regiões e Estados selecionados (1999-2005) .....	257
Tabela 17:	Distribuição dos municípios por classes das taxas de atividade da população de 10 a 14 anos segundo algumas variáveis econômicas, sociais, demográficas e do mercado de trabalho – Brasil (2010) .....	264
Tabela 18:	Distribuição dos municípios em quintis relativos às taxas de atividade da população de 10 a 14 anos de idade apuradas pelos censos demográficos mais recentes – Brasil (2000 e 2010) .....	270
Tabela 19:	Distribuição dos municípios em quintis relativos à variação das taxas de atividade da população de 10 a 14 anos de idade entre 2000 e 2010, segundo faixa populacional, grandes regiões e taxas de atividade em 2000 – Brasil .....	272
Tabela 20:	Distribuição dos municípios em quintis relativos à variação das taxas de atividade da população de 10 a 14 anos de idade entre 2000 e 2010, segundo algumas variáveis selecionadas – Brasil .....	274
Tabela 21:	Evolução da população economicamente ativa e das taxas de atividade no grupo de 10 a 14 anos de idade nos municípios, por existência de programas, ações ou medidas de enfrentamento do trabalho infantil, e adesão ao PETI, segundo faixas quanto ao número de habitantes – Brasil (2000-2010) .....	279
Tabela 22:	Evolução anual do número de municípios, e número de municípios por tempo de permanência no PETI (em anos), segundo as grandes regiões – Brasil (2005-2013) .....	285
Tabela 23:	Número de municípios participantes e não participantes do PETI por faixas de receita municipal <i>per capita</i> segundo as grandes regiões – Brasil (2009-2013) .....	287

Tabela 24:	Número de municípios participantes do PETI por faixas de cobertura potencial da demanda, segundo a proporção entre os recursos recebidos do Programa e as despesas municipais na função “assistência social” – Brasil (2009-2013) .....	289
Tabela 25:	Número de municípios, população de 10 a 14 anos economicamente ativa, e média anual de beneficiários e de despesas com transferências do PETI aos municípios segundo a situação quanto à participação no Programa, e faixas de cobertura potencial da demanda – Brasil (2009-2013) .....	291
Tabela 26:	Quantidade de trabalhos acadêmicos por áreas do conhecimento segundo os tipos de publicações e a relevância do tema “trabalho infantil” no conteúdo analisado – Brasil (1971-2013) .....	335
Tabela 27:	Quantidade de trabalhos acadêmicos por áreas do conhecimento e tipos de publicações segundo os eixos analíticos sobre o trabalho infantil – Brasil (1976-2013) .....	339
Tabela 28:	Quantidade de trabalhos acadêmicos sobre trabalho infantil com eixo analítico nas ações do Estado por tipo de publicação, relevância do PETI no conteúdo analisado e abrangência segundo as áreas do conhecimento – Brasil (1979-2013) .....	360
Tabela 29:	Número de trabalhos acadêmicos incluídos no levantamento bibliográfico por fonte consultada segundo os tipos de trabalho .....	386
Tabela 30:	Série histórica dos dados disponibilizados pelos censos demográficos e PNAD relativos ao número de pessoas e de pessoas de 5 a 14 anos ocupadas por grupos de idade e período de referência, e de pessoas de 10 a 14 anos economicamente ativas – Brasil (1950-2013) .....	411

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BPC – Benefício de Prestação Continuada
- CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
- CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
- FGV – Fundação Getulio Vargas
- FNAS – Fundo Nacional da Assistência Social
- FNCA – Fundo Nacional da Criança e do Adolescente
- FNPETI – Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
- FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
- FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
- GATT – General Agreement on Tariffs and Trade  
(Acordo Geral de Tarifas de Comércio)
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- INEP – Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- IPEC – International Programme on the Elimination of Child Labour  
(Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil)
- IPM – Índice de Pobreza Multidimensional
- LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
- n. a. – números absolutos
- NOB/SUAS – Norma Operacional Básica da Assistência Social
- OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMC – Organização Mundial do Comércio  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PEA – população economicamente ativa  
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil  
PIB – produto interno bruto  
PME – Pesquisa Mensal de Emprego  
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
PNAS – Política Nacional de Assistência Social  
PNB – produto nacional bruto  
PNEA – população não economicamente ativa  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
ppc – paridade de poder de compra  
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
RMDpc – Renda mensal domiciliar *per capita*  
RMFpc – Renda mensal familiar *per capita*  
RMV – Renda Mensal Vitalícia  
s. m. – salário mínimo  
SCIELO – Scientific Electronic Library Online  
SIMPOC – Statistical Information and Monitoring Programme on Child Labour  
(Programa de Informação Estatística e Monitoramento do Trabalho Infantil)  
SIPIA – Sistema de Informações para Infância e Adolescência  
SUAS – Sistema Único da Assistência Social  
SUS – Sistema Único da Saúde  
TMGCA – taxa média geométrica de crescimento anual  
TMM5 – taxa de mortalidade de menores de cinco anos  
UCW – Understanding Children’s Work  
(Programa “Entendendo o Trabalho Infantil”)  
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância  
USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	26
1.1	Tendências recentes e algumas características do trabalho infantil no mundo e no Brasil .....	29
1.2	Evolução e principais características do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) .....	41
1.3	Objetivos, hipóteses, e estrutura do trabalho .....	59
1.4	Referencial teórico sobre a cooperação intergovernamental no âmbito das políticas sociais no Brasil.....	72
<b>2</b>	<b>INCIDÊNCIA DO TRABALHO INFANTIL EM DIFERENTES PAÍSES: O QUE MOSTRAM OS INDICADORES INTERNACIONAIS</b> .....	90
2.1	A OIT e as Convenções 138 e 182 .....	91
2.2	Fontes de informação e questões de natureza metodológica para a comparação entre países .....	106
2.3	Evolução das taxas de atividade desde meados do século passado .....	114
2.4	Desigualdades entre países e fatores associados ao trabalho infantil no mundo contemporâneo .....	120
<b>3</b>	<b>FATORES ASSOCIADOS À EVOLUÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL</b> .....	153
3.1	Fontes de informações estatísticas sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil .....	155



3.2	Demografia, urbanização e participação das crianças no mundo do trabalho .....	171
3.2.1	As crianças no trabalho segundo os censos demográficos .....	180
3.2.2	As crianças no trabalho segundo a PNAD .....	190
3.3	Evolução do mercado de trabalho e a ocupação das crianças .....	205
3.4	Desigualdades regionais e fatores associados ao trabalho infantil nos Estados brasileiros .....	217
<b>4</b>	<b>O PETI E A EVOLUÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS .....</b>	<b>230</b>
4.1	Evolução recente do trabalho infantil e presença do PETI nos Estados brasileiros .....	231
4.1.1	Expansão do PETI e queda da ocupação das crianças de cinco a nove anos de idade .....	237
4.1.2	Evolução recente da ocupação das crianças de 10 a 14 anos de idade e o PETI nos Estados brasileiros .....	249
4.2	Evolução recente do trabalho infantil e presença do PETI nos municípios brasileiros .....	259
4.2.1	Fatores associados ao trabalho infantil nos municípios .....	261
4.2.2	Evolução das taxas de atividade e o PETI nos municípios .....	267
4.3	Abrangência, cobertura e alocação de recursos do PETI nos municípios brasileiros .....	281
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO:</b> O PETI COMO ESTRATÉGIA FORA DO SEU TEMPO .....	<b>295</b>

<b>REFERÊNCIAS</b> .....	301
--------------------------	-----

**APÊNDICE A:**

	A PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA SOBRE O TRABALHO INFANTIL .....	323
A.1	Evolução quantitativa da produção sobre o trabalho infantil .....	324
A.2	Metodologia empregada e balanço quantitativo da produção por área do conhecimento e relevância do tema “trabalho infantil” .....	329
A.3	Categorização dos trabalhos segundo os eixos analíticos .....	337
A.3.1	Características, causas e efeitos do trabalho infantil .....	341
A.3.2	Dimensões cultural, simbólica e ideológica do trabalho infantil .....	350
A.3.3	Ações não governamentais .....	355
A.3.4	Estudos sobre o estado da arte .....	356
A.3.5	Produção sobre as ações do Estado frente ao trabalho infantil .....	358
A.3.5.1	O Estado atuando de diferentes formas .....	361
A.3.5.2	A reflexão da academia brasileira sobre o PETI .....	364
A.4	Comentários finais sobre a produção acadêmica relativa ao trabalho infantil no Brasil .....	382
A.5	Fontes consultadas e quadros de categorização da lista de referências da produção acadêmica .....	385
	Referências (Apêndice A) .....	391

**APÊNDICE B:**

	CONVENÇÕES ADOTADAS E TABELA COM SÉRIE HISTÓRICA SOBRE O TRABALHO DE CRIANÇAS NO BRASIL .....	409
--	---	-----

## CAPÍTULO 1

### INTRODUÇÃO

A redução do trabalho infantil no Brasil e a existência de uma abrangente política pública voltada ao seu combate estão certamente entre as conquistas que podem ser inscritas no conjunto de avanços proporcionados pela nossa ainda jovem democracia.

Na maior parte dos países centrais e entre os que viveram a experiência socialista, a maior equidade por meio da universalização das oportunidades de ingresso e de frequência à escola até a conclusão da educação básica em idade adequada, sem a necessidade de ingresso precoce no mercado de trabalho, foi conquista obtida no período dos assim chamados 30 anos dourados do pós-guerra.

Nos países periféricos tais avanços estão ainda em andamento. E, na maior parte deles, é difícil prever, com razoável segurança, se e quando viverão a realidade de efetivo cumprimento do previsto nas principais convenções internacionais sobre o assunto, apesar da ratificação das mesmas por amplo número de Estados-membros da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Na “Declaração de Brasília”, documento resultante do mais recente encontro de âmbito internacional realizado a respeito, a III Conferência Global sobre o Trabalho Infantil, ocorrida em outubro de 2013, os participantes (representantes de governos, organizações de empregadores e de trabalhadores, além de outras organizações da sociedade civil) reiteraram compromissos com “o objetivo mais abrangente de erradicar toda forma de trabalho infantil” e de “aumentar imediatamente nossos esforços em nível nacional e internacional” para tais finalidades (DECLARAÇÃO ..., 2013, parágrafo 1º).

O mesmo documento reafirmou o compromisso dos signatários com a meta de “eliminar as piores formas de trabalho infantil até 2016” (DECLARAÇÃO ..., 2013, parágrafo 1º), de maneira a fazer cumprir não apenas o que fora acordado no Conselho de Administração da OIT em 2006 e na Conferência de Haia em 2010

(CONFERENCIA Mundial ..., 2010), como também o que prevê a Convenção nº 182 da OIT de 1999 (BRASIL, 2000a).

Conforme será visto na discussão sobre a evolução dos indicadores internacionais a respeito, certamente é pouco realista acreditar que seja atingida meta tão desafiadora no prazo restante de pouco mais de dois anos.

Mas não se pode negar que venham realmente ocorrendo os mais diversos esforços e a efetiva intensificação, em grande número de países, de ações voltadas à mencionada meta e ao combate ao trabalho infantil de uma forma geral, e tampouco que sejam expressivos os avanços obtidos a respeito em escala global desde a década passada. Da mesma maneira, seria injusto afirmar que os compromissos assumidos a respeito em âmbito internacional pelos Estados-membros da OIT são pouco mais que mera retórica, ainda que essa possa ser a realidade em alguns países.

De fato, tais compromissos vêm sendo traduzidos em ações efetivas, conforme evidencia o crescimento recente do número de “ações de seguimento” comunicadas à Organização pelos Estados ratificantes das Convenções nº 138 (CONVENÇÃO, 1973) e nº 182 (BRASIL, 2000a), que tratam, respectivamente, do estabelecimento de idade mínima para ingresso no mercado de trabalho (variando, conforme os países, entre 14 e 16 anos de idade), e da eliminação das piores formas de trabalho infantil.

Desde a década passada, os países vêm não apenas implementando mas também intensificando o ritmo de estabelecimento de mecanismos de monitorização, de formulação de políticas nacionais, de mudanças em âmbito legislativo voltadas à proibição do trabalho infantil e à definição de sanções penais a respeito, envolvendo matérias tão complexas quanto a definição de trabalhos perigosos, as sanções penais relativas à pornografia e à exploração sexual, e o combate a práticas tais como a arregimentação de crianças-soldados, a exploração por formas análogas à escravidão, o trabalho forçado, a servidão por dívidas etc. (ver a respeito, ORGANIZAÇÃO ... – OIT, 2013, gráfico 1, p. 9).

Mas, apesar destes esforços e dos avanços que vêm sendo obtidos, ainda são grandes os desafios e barreiras a respeito em âmbito internacional.

No Brasil, o avanço ocorrido nas duas últimas décadas é também bastante expressivo. Mas será que estamos de fato nos aproximando da erradicação do trabalho infantil no país? Quais são os fatores associados ao trabalho infantil no Brasil contemporâneo? Em que medida podemos atribuir os avanços obtidos no país às ações especificamente voltadas ao combate do trabalho infantil? Será que o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) vem cumprindo seus objetivos? Estas são as preocupações mais amplas a partir das quais definimos o escopo deste trabalho. Neste capítulo a discussão a respeito é introduzida por meio de quatro seções.

Na seção 1.1 é apresentado um panorama geral das tendências recentes quanto à evolução do trabalho infantil no mundo e no Brasil, incluindo dados relativos à sua incidência nos diferentes continentes e nas unidades federação. Também são apresentados alguns indicadores relativos ao perfil das crianças e adolescentes nesta condição.

A seção 1.2 é dedicada à apresentação das principais características e evolução do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). De forma a contextualizar a sua implantação, a seção é iniciada com breve comentário, de caráter bastante amplo, a respeito da agenda de reformas no país desde a redemocratização. Em seguida, o Programa é apresentado de maneira que sejam destacadas algumas mudanças ocorridas desde a sua implantação até a atualidade, com ênfase nos aspectos diretamente relacionados ao seu caráter intergovernamental.

A seção 1.3 objetiva o desenvolvimento, com maior nitidez, do escopo da pesquisa. Inicialmente são discutidos os seus objetivos e hipóteses. Em seguida é apresentado o percurso metodológico, em linhas bastante gerais, e por fim é especificada a estrutura do trabalho, ou seja, de que forma estão organizados a sequência e o conteúdo dos capítulos e seções que o compõe.

Quanto ao percurso metodológico, grande parte da discussão desenvolvida no trabalho é referente a aspectos diretamente relacionados à seleção, uso e análise de dados e indicadores. Por esse motivo, muitas questões de natureza metodológica, incluindo a análise das fontes às quais recorreremos, aparecem em diferentes passagens ao longo de todo o trabalho.

Na seção 1.4, em função da centralidade que ocupa no bojo das preocupações que orientaram os esforços de pesquisa, situamos o referencial teórico relativo à cooperação intergovernamental no âmbito das políticas sociais no Brasil.

## **1.1 Tendências recentes e algumas características do trabalho infantil no mundo e no Brasil**

Nos últimos anos foi muito expressiva, em todo o mundo, a queda no número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, sobretudo as de menores idades e as inseridas nas piores formas de trabalho infantil.

Para as estatísticas internacionais a OIT vem utilizando as denominações “crianças em atividade econômica”, abrangendo todos com até 17 anos que estejam trabalhando; “trabalho infantil”, para designar entre estas o subconjunto daquelas com até 14 anos de idade (independentemente do que definem, nos países onde vivem, as legislações a respeito da idade mínima para o trabalho) e, adicionalmente, as que tenham entre 15 e 17 anos e estejam inseridas em “trabalho perigoso”; e em “trabalho perigoso” o grupo de todas as crianças e adolescentes com até 17 anos que, independentemente do limite legal quanto à idade mínima para o trabalho, desenvolvam atividades que, por quaisquer razões, coloquem “diretamente em risco a sua saúde, a sua segurança, e o seu desenvolvimento moral” (ORGANIZAÇÃO ... – OIT, 2013, p. 16).

Entre 2000 e 2012, de acordo com os números estimados pelo Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) da OIT, na faixa etária mais abrangente que envolve o grupo dos cinco aos dezessete anos de idade, ocorreu uma queda de quase 78 milhões no número de crianças e adolescentes em trabalho infantil, significando um declínio de 31,6% em termos absolutos e de 33,9% quanto à taxa de incidência, já que em 2000 a proporção de trabalhadores no grupo de idade mencionado atingia 16,0%, e em 2012 este percentual havia declinado para 10,6% (idem, quadro 9, p. 27).

Considerado o mesmo período, a queda foi ligeiramente mais pronunciada no grupo dos cinco aos catorze anos (35,3%) e bastante mais expressiva entre os que, neste grupo de idade, estão inseridos em trabalhos perigosos, já que neste caso o número absoluto declinou dos 111,3 milhões apurados em 2000 para aproximadamente 37,8 milhões em 2012, correspondendo a uma queda de 66,0% (ibidem, quadro 9, p. 27).

Mas, apesar destes inequívocos avanços, a mais recente estimativa da OIT, relativa ao ano de 2012, aponta a existência de aproximadamente 168 milhões de crianças e adolescentes em trabalho infantil.

O gráfico 1 apresenta a sua distribuição por grupos de idade e sexo, e também quanto à região e condição de periculosidade no trabalho.

Os números mostram que predomina o trabalho infantil masculino, mas a diferença é praticamente circunscrita ao grupo de 15 a 17 anos, já que entre as crianças de menores idades as diferenças entre os números relativos aos dois sexos são pequenas, sendo inclusive o trabalho infantil no grupo de cinco a onze anos de idade mais frequente entre as meninas, tanto em termos absolutos quanto relativos.

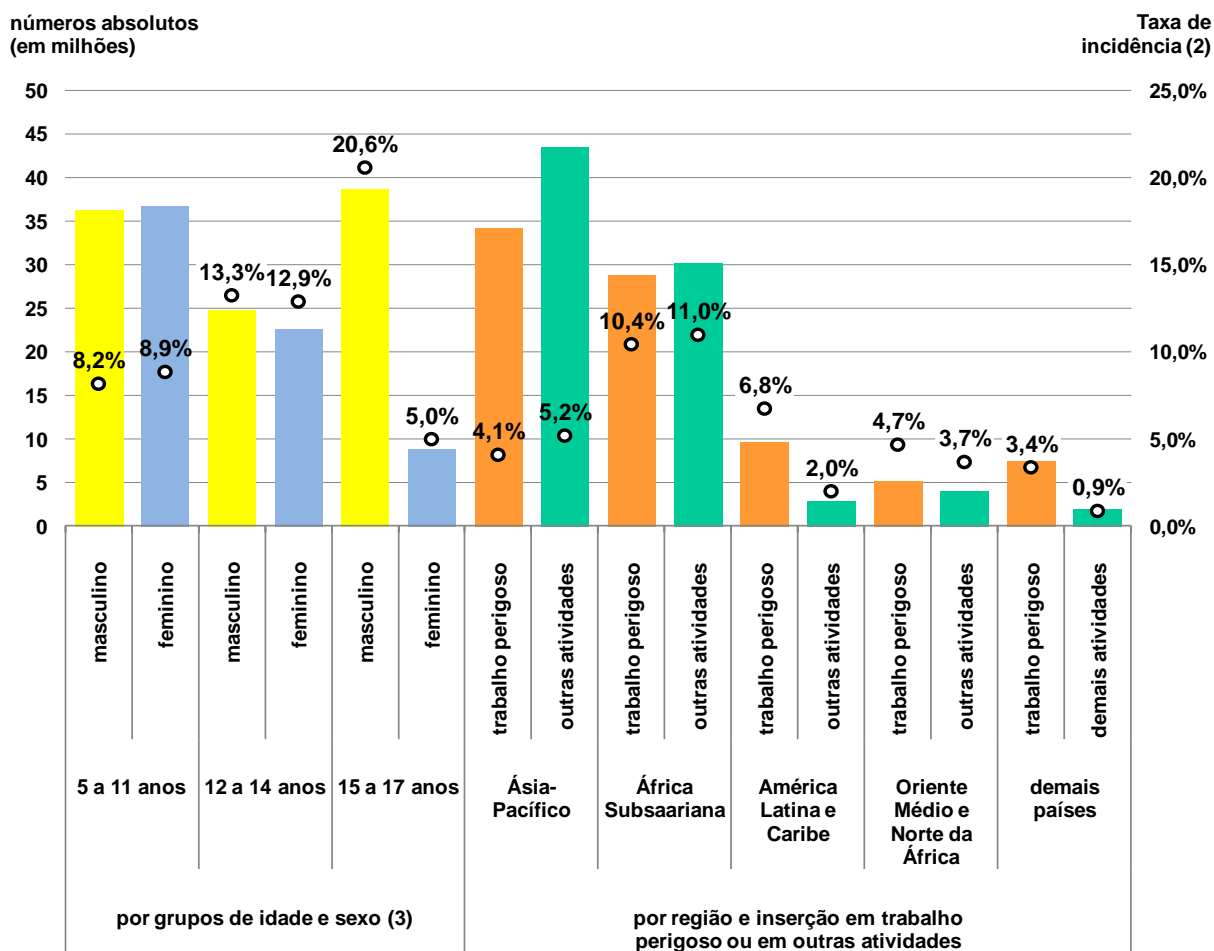
Muito embora o conjunto dos países localizados na região da Ásia-Pacífico concentre maior número de crianças e adolescentes em trabalho infantil (46,3% do total global), as taxas de incidência são consideravelmente superiores nos países da África Subsaariana, para a qual a OIT estima que 21,4% das crianças e adolescentes de cinco a dezessete anos estejam em condição de trabalho infantil, contra 9,3% na região da Ásia-Pacífico.

Além disso, quase metade (48,7%) das crianças em trabalho infantil na África Subsaariana está em condição de trabalho perigoso.

Neste quesito, chama atenção que muito embora a taxa de incidência de trabalho infantil seja menor no conjunto dos países da América Latina e Caribe comparativamente às duas regiões mencionadas, atingindo 8,8% do total de crianças e adolescentes de cinco a dezessete anos, em nosso continente a proporção deles em trabalhos perigosos é maior, com o problema atingindo mais de  $\frac{3}{4}$  do total dos que estão em trabalho infantil.

### Gráfico 1

Ocorrência de trabalho infantil (1) na população de 5 a 17 anos por grupos de idade e sexo, e por região e inserção em trabalho perigoso ou em outras atividades – Mundo (2012)



Fontes: ORGANIZAÇÃO ... – OIT, 2013, quadros 8, 9 e 10, e gráficos 5, 6, e 18; ORGANIZAÇÃO ...– ONU, 2013, tabelas 7.1, 7.2 e 7.3.

Notas: Dados trabalhados pelo autor. As barras expressam os números absolutos (eixo vertical da esquerda) e os pontos representam as taxas de incidência (escala no eixo da direita).

- (1) Crianças com até 14 anos em atividades econômicas e de 15 a 17 anos em trabalhos perigosos.
- (2) As taxas de incidência são calculadas sobre os totais de crianças e adolescentes nos respectivos subgrupos (exemplos: total de meninas de 15 a 17 anos, ou total de crianças de 5 a 17 anos residentes na região da África Subsaariana).
- (3) Na fonte consultada (OIT) as taxas de incidência não aparecem desagregadas pelos extratos de sexo e grupos de idade considerados conjuntamente. De forma a estimarmos o universo de crianças e adolescentes em cada subgrupo e obtermos as taxas apresentadas, calculamos para cada grupo de idade as proporções por sexo, para o que foram consultadas as estimativas populacionais da ONU para o ano de 2010.

Em termos de distribuição por setores de atividade econômica, ainda em âmbito internacional, o trabalho infantil é muito mais frequente no setor primário (agricultura, pecuária etc.), que concentra 58,6% das crianças a adolescentes nesta condição.



Em seguida, aparece o setor terciário (serviços, comércio etc.), com 25,4%. Este percentual não incluiu o trabalho doméstico, que atinge principalmente as meninas, e isoladamente abrange 6,9% do trabalho infantil. O restante está distribuído entre o setor secundário (indústria), com 7,2%, e os casos “sem informação” a respeito, representando 1,9% do total (ORGANIZAÇÃO ... – OIT, 2013, gráfico 8, p. 22).

Quanto ao tipo de vínculo, apenas 22,5% dos casos são de emprego remunerado, predominando amplamente os casos “sem remuneração”, classificados pela OIT como “trabalhadores familiares não remunerados” (68,4%) ou como “auto-emprego” (8,1%), sendo 1,1% os casos sem informação (idem, gráfico 9, p. 23).

Esses grandes agregados constituem indicativo preliminar de que diferenças quanto ao desenvolvimento, à divisão internacional do trabalho e à desigual distribuição da riqueza entre os países estão entre os principais fatores fortemente associados à ocorrência do trabalho entre crianças, conforme será discutido no capítulo 2.

Por outro lado, a tendência de queda recente no trabalho infantil, em nível global, constitui sinal de que, mesmo sem alterações de maior relevo no perfil distributivo das riquezas e oportunidades em âmbito internacional, o problema pode ser enfrentado com alguma efetividade por meio de políticas públicas especificamente voltadas ao seu combate, como sinaliza o fato de que avanços expressivos tenham ocorrido em um período de pouco mais de uma década (entre 2000 e 2012) na qual a economia mundial enfrentou dificuldades.

No Brasil a trajetória recente dos indicadores a respeito também evidenciam inequívoca queda do trabalho infantil. Nas duas últimas décadas o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi anualmente publicando, praticamente sem interrupção, considerável quantidade de dados a respeito para todo o país, apurados por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e dos Censos Demográficos.

As tendências de contínua queda do trabalho infantil e de expansão também contínua da inserção das crianças na escola reveladas pelos números passaram a ser interpretadas, quase sempre, como clara evidência de que o país finalmente adotara estratégia que se mostrava exitosa, não sendo raras as ocasiões nas quais o Brasil passou a ser mencionado nos fóruns internacionais como uma referência ou exemplo positivo a respeito.

De fato, olhando retrospectivamente os 21 anos transcorridos entre 1992 e 2013 (gráfico 2), se considerados os dados disponibilizados pelos levantamentos da PNAD, é possível que tenha ocorrido uma redução de 79,1% no número absoluto de crianças e adolescentes na faixa etária de cinco a catorze anos trabalhando, sendo a queda ainda mais acentuada (89,8%) entre os de menores idades (cinco a nove anos).

Conforme os dados desta fonte, em termos de mandatos presidenciais, o ritmo de queda foi comparativamente tímido no conturbado período Collor – Itamar Franco, com o número de crianças e adolescentes trabalhadores na faixa de cinco a catorze anos de idade declinando somente 6,8% entre 1992 e 1995.

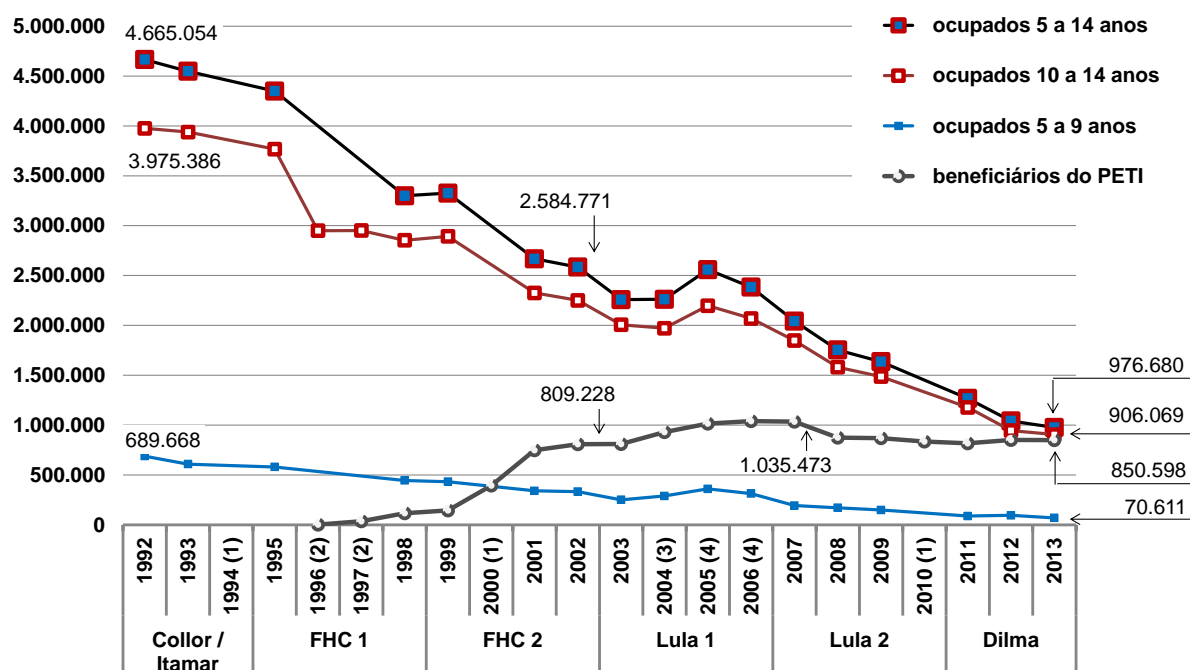
Já no primeiro mandato de Fernando Henrique a queda do trabalho infantil assumiu maior impulso, certamente em ampla medida como reflexo do Plano Real. E, apesar do ligeiro aumento apurado em 1999, início do segundo mandato e não por acaso, ano no qual a economia brasileira sofreu séria crise com a forte desvalorização da moeda, nos anos seguintes o ritmo de queda do trabalho infantil se intensificou. Assim, no período que vai de 1995 a 2003, o número de trabalhadores na faixa etária aqui considerada declinou 48,1%.

Este mandato foi marcado, também, pela forte expansão da cobertura do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Implantado em 1996, a abrangência (número de municípios atendidos) e a cobertura do Programa permaneceram bastante restritos até 1999, ano no qual atingiu aproximadamente 150 mil beneficiários. Mas, a partir daí, a cobertura cresceu continuamente até atingir quase 810 mil crianças e adolescentes em 2002. No capítulo 4 discutiremos mais especificamente a relação entre a evolução da cobertura do Programa e a queda do trabalho infantil desde a sua implantação, com destaque para o período do início da década passada.

Nos primeiros anos do período Lula, os dados parecem refletir as dificuldades então enfrentadas no plano econômico, sendo inclusive apurado pela PNAD aumento do trabalho infantil em 2005. Dessa forma, a redução do trabalho infantil perdeu ritmo no primeiro mandato, mas ainda assim, entre 2003 e 2007, ocorreu declínio de 9,5% no número de crianças de cinco a catorze anos ocupadas.

## Gráfico 2

Evolução anual do número de ocupados na população de 5 a 14 anos segundo a PNAD, por grupos de idade, e de beneficiários do PETI, conforme mandatos presidenciais – Brasil (1992-2013)



Fontes: INSTITUTO ... – IBGE, 2014e, tabelas 4.35; MINISTÉRIO ... – MDS, 2014b; MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2006, p. 28; 2007, p. 13.

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

O número de ocupados é relativo ao período de referência de 365 dias.

Para o número de beneficiários do PETI, os dados foram obtidos em Ministério do Planejamento (2006), para o período de 1997 a 2004; Ministério do Planejamento (2007), para o ano de 2006, no qual o número apresentado está "arredondado"; e em MDS (2014b) para o ano de 2005 e o período de 2007 a 2013, e referem-se ao número total de beneficiários em cada ano, e não ao saldo de atendidos no final do mês de dezembro de cada um deles.

(1) Anos nos quais a PNAD não foi realizada.

(2) Anos nos quais a PNAD não publicou dados relativos à ocupação do grupo de 5 a 9 anos de idade.

(3) Ano a partir do qual a PNAD passou a abranger todo o território nacional, incorporando a zona rural de seis Estados Região Norte.

(4) Anos nos quais os dados sobre beneficiários do PETI constantes nas fontes consultadas são divergentes, optando-se pelos que apresentam maior coerência com a série histórica e com os gastos com benefícios.

Esta perda de ritmo no primeiro mandato Lula foi amplamente compensada no seu segundo período na Presidência, com queda de 38,0% no total de trabalhadores de cinco a catorze anos entre 2007 e 2011. Assim, nos seus dois mandatos, a redução do número de trabalhadores nesta faixa etária foi equivalente a 56,1%, conforme a comparação dos números apurados em 2003 e 2011, superando a verificada nos

dois mandatos de seu antecessor, quando o declínio foi de 48,1%, conforme a comparação dos números relativos a 1995 e 2003.

Ainda de acordo com a PNAD, a queda do trabalho infantil continuou expressiva na primeira metade do mandato Dilma, correspondendo a 23,0% em dois anos (entre 2011 e 2013), período no qual a redução no número de trabalhadores de cinco a catorze anos foi de quase 291 mil pessoas.

Dessa forma, o atual desafio do país com vistas à erradicação do trabalho infantil é, em termos de magnitude do problema, 4,8 vezes menor do que no início dos anos 90. As estimativas mais recentes a respeito, relativas a 2013, apontam para pouco menos que 980 mil crianças e adolescentes com até 14 anos inseridas em atividades econômicas, considerado o período de referência de 365 dias, das quais aproximadamente 71 mil no grupo de idade de cinco a nove anos. Se o parâmetro for a semana de referência, o total é ainda menor, correspondendo a aproximadamente 840 mil crianças e adolescentes com até 14 anos inseridas em atividades econômicas (INSTITUTO ... – IBGE, 2014e, tabela 4.35, relativa a 2013).

Mas a magnitude do problema não está restrita aos números mencionados, já que eles não incluem os adolescentes com 15 anos, e nem aqueles com 16 e 17 inseridos em trabalhos perigosos.

Além disso, a queda do trabalho infantil talvez não esteja ocorrendo em ritmo tão acelerado quanto nos fazem crer os dados da PNAD.

A série histórica desta Pesquisa permite estimar para a década passada uma queda anual de 6,48% (em média) no número de crianças e adolescentes de 10 a 14 anos de idade economicamente ativos na semana de referência dos levantamentos. Mas quando, para o mesmo indicador, consideramos os números dos censos demográficos de 2000 e 2010, o cálculo resulta em queda de apenas 2,47% ao ano, em média. No capítulo 3, e de forma mais específica nas seções 3.1 e 3.2, serão discutidos os limites das distintas fontes de informação estatística, e mesmo as causas das diferenças entre os dados oriundos dos diversos tipos de levantamentos.

De qualquer maneira, apesar das divergências estatísticas a respeito, é incontestável que importantes avanços vêm ocorrendo, tanto no que diz respeito às dimensões quantitativas do trabalho infantil, quanto no que concerne aos fatores associados às suas diversas causas.

Para isso vêm contribuindo um amplo leque de processos que direta ou indiretamente afetam a incidência do trabalho infantil. Alguns deles dizem respeito a mudanças mais amplas de médio e longo prazo no quadro social brasileiro, incluindo as alterações no perfil demográfico da população, a urbanização ainda em marcha, e várias outras mudanças na estrutura produtiva e no mercado de trabalho.

Outras mudanças importantes podem ser situadas no contexto macroeconômico recente (expansão no mercado interno, geração de empregos, recuperação do salário mínimo etc.) e no plano das políticas e programas sociais, como as que dizem respeito ao combate à pobreza (notadamente o Programa Bolsa Família), à melhoria da educação (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, transporte escolar etc.), ao apoio à agricultura familiar (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF), apenas para citar alguns importantes exemplos.

Mas, em que medida a redução do trabalho infantil pode ser creditada ao conjunto de estratégias adotadas especificamente para o seu combate? Muito embora o cenário dos números pareça tão animador, será que erradicaremos o trabalho infantil em mais alguns poucos anos? Estará o Estado brasileiro efetivamente aparelhado para que avancemos rumo à conquista de objetivo socialmente tão relevante? Os recursos públicos voltados à questão estão adequadamente alocados para que continuemos avançando? Será o desenho da principal estratégia especificamente voltada ao combate do trabalho infantil – o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) – adequado para o Brasil dos dias atuais? Os mecanismos de cooperação intergovernamental previstos no desenho deste Programa têm sido estimulantes para que se obtenha ampla adesão e adequada atuação dos entes federativos subnacionais com vistas à superação do problema?

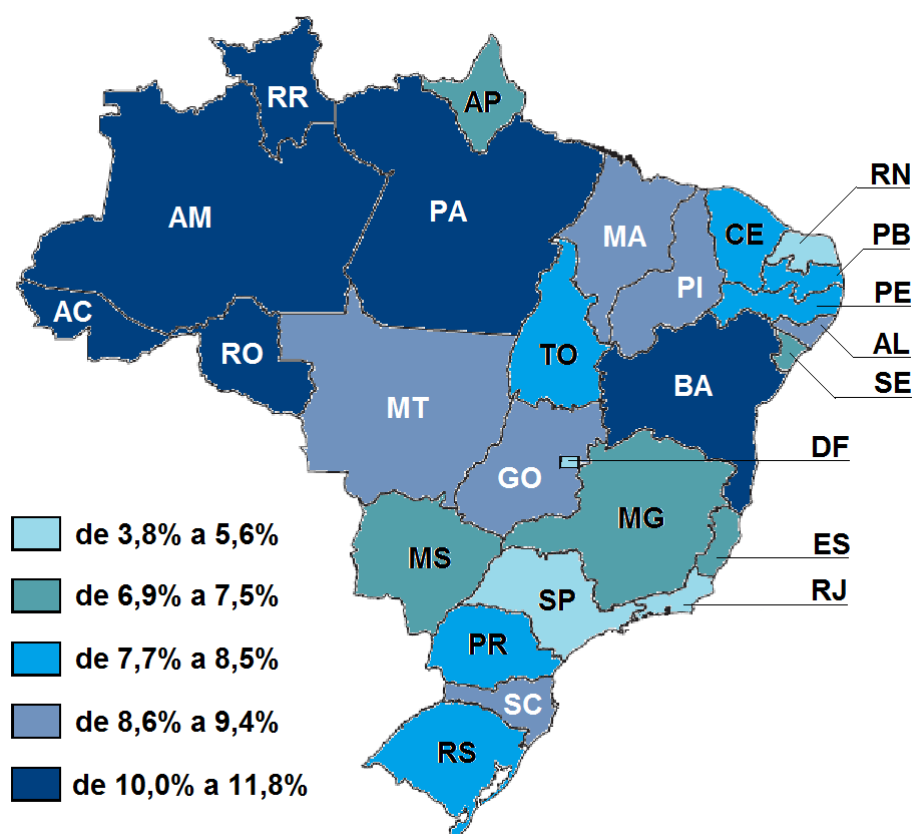
São estas as preocupações gerais que orientam este estudo. Evidentemente, assim formuladas, estas questões são bastante amplas e certamente admitem diferentes respostas conforme o enfoque analítico e o percurso metodológico que se adote. Na seção 1.3, na qual discutiremos os objetivos e hipóteses deste trabalho, essas questões preliminares assumirão contornos mais nítidos.

Mas, a título introdutório, é importante destacar ainda alguns aspectos relevantes sobre o trabalho infantil no Brasil contemporâneo.

O mapa 1 utiliza dados do censo demográfico de 2010 para evidenciar que a ocorrência do trabalho infantil se distribui desigualmente no território nacional.

### **Mapa 1**

Taxas de atividade da população de 10 a 14 anos (por faixas) segundo as unidades da federação – Brasil (2010)



Fonte: INSTITUTO ... – IBGE, 2014a, tabela 616.

Notas: Elaboração própria.

Dados relativos à população economicamente ativa de 10 a 14 anos de idade na semana de referência como proporção do total de população no mesmo grupo de idade. Para os dados por Estado, ver tabela 10, p. 224.

Para o conjunto do país a taxa de atividade (ou seja, a proporção economicamente ativa da população) no grupo de 10 a 14 anos de idade na semana de referência correspondeu a 7,4% no ano de 2010. Mas, em termos regionais, variou entre 5,3% no Sudeste e 10,3% no Norte. Em Rondônia a taxa de atividade (11,8%) apurada

naquele ano para o mesmo grupo de idade foi três vezes maior que a verificada no Rio de Janeiro (3,8%).

Mas as consideráveis diferenças regionais e entre os Estados quanto a este indicador não podem ser atribuídas exclusivamente aos seus distintos níveis de desenvolvimento socioeconômico.

O mapa 1 evidencia que no três Estados da Região Sul, as taxas de atividade são mais elevadas que no Rio Grande do Norte e em Sergipe, por exemplo. Distribuídos os Estados brasileiros em cinco faixas quanto às taxas de atividade no mesmo grupo de idade, encontramos em situação intermediária no cenário nacional Estados tão distintos quanto o Ceará, Paraíba, e Pernambuco, no Nordeste, Tocantins, na Região Norte, e Paraná e Rio Grande do Sul, no Sul do país. No capítulo 3 as diferenças regionais a respeito serão analisadas pormenorizadamente. Na seção 3.4 discutiremos especificamente a associação entre a maior ou menor incidência de trabalho infantil nas unidades da federação e outros fatores ligados à produção e renda, demografia e urbanização, mercado de trabalho e gasto público. Mas o mapa 1 já é um primeiro indicativo de que desenvolvimento econômico e pobreza não são suficientes para melhor compreensão sobre a ocorrência e as taxas de incidência do trabalho infantil.

Um segundo aspecto a ser destacado a respeito do trabalho infantil no Brasil contemporâneo é que o mesmo não pode mais ser considerado como causa ou fator estreitamente associado ao abandono escolar.

Conforme os microdados da PNAD de 2012 (INSTITUTO ... – IBGE, 2014d), do total de 65.842 crianças e adolescentes de 5 a 15 anos de idade identificadas nos domicílios da amostra, 95,2% não trabalharam no período de referência de 365 dias. Entre eles, 60.645 (92,1%) só estudavam, e 2.045 (3,1%) não estudavam, sendo mais da metade destes últimos situados na faixa de 5 a 6 anos de idade (ou seja, ainda não ingressaram na escola).

Por sua vez, do total de 3.152 crianças e adolescentes (4,8% do total) que trabalharam no período mencionado, 2.877 (4,4% do total) estudavam, e somente 275 (0,4% do total) não o faziam, cabendo observar que 176 destes já tinham 15 anos de idade.

O terceiro aspecto relevante a ser destacado nesta introdução diz respeito à renda das famílias. A mesma PNAD de 2012 nos fornece informações relativas ao rendimento domiciliar mensal *per capita* (RMDpc).

No gráfico 3 os dados a respeito são apresentados segundo as grandes regiões, para as quais os domicílios da amostra foram subdivididos em três categorias. A primeira delas é composta pelos domicílios nos quais não residem crianças e adolescentes de 5 a 15 anos; a segunda pelos domicílios nos quais residem crianças e adolescentes neste grupo de idade que não trabalharam no período de referência (365 dias); e a terceira pelos domicílios nos quais residem um ou mais crianças e adolescentes do mesmo grupo de idade, e nos quais pelo menos um deles esteve ocupado, considerado o mesmo período de referência.

Para o conjunto do país, os dados revelam haver grande diferença quanto ao perfil de distribuição pelas distintas faixas de rendimento quando comparamos os conjuntos de domicílios com e sem crianças e adolescentes no grupo de idade em questão.

Entre os domicílios sem crianças e adolescentes de 5 a 15 anos, somente 13,8% está na faixa de RMDpc de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo (s. m.). Entre os domicílios com crianças e adolescentes do mesmo grupo de idade que não trabalharam no período de referência, 37,8% estão situados na mesma faixa de renda. Quando considerado o conjunto de domicílios nos quais pelo menos uma criança ou adolescente tenha trabalhado, o percentual chega a 47,8%.

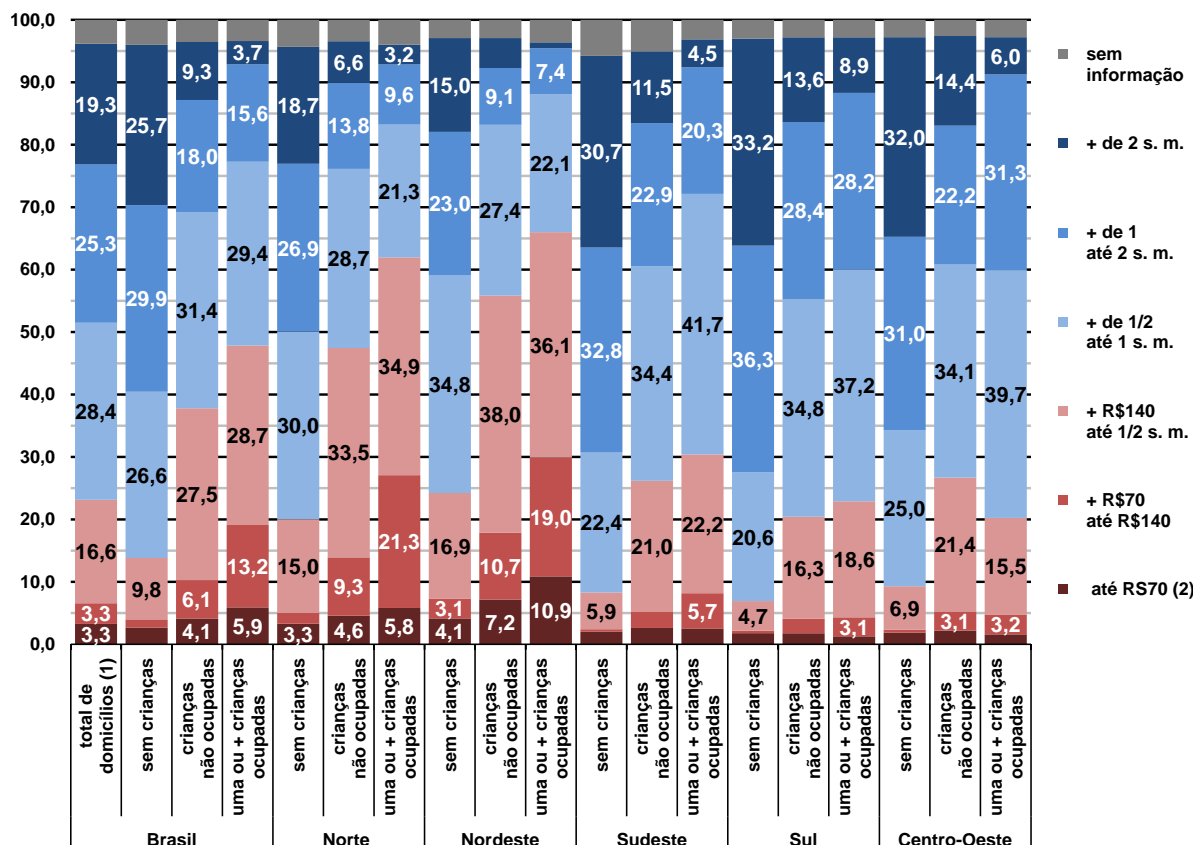
Os dados mostram que a distribuição pelas faixas de renda é, para os dois conjuntos de domicílios com crianças, relativamente similar, havendo maior contraste destes dois conjuntos com aquele composto pelos domicílios sem crianças na faixa etária em questão.

Vale notar que a similaridade entre aqueles dois conjuntos não se explica pela própria contribuição da renda do trabalho infantil. De acordo com os dados constantes no Suplemento da PNAD de 2006, 78,5% das crianças de 5 a 13 anos ocupadas na semana de referência eram “sem rendimento”, percentual que superava 80,0% no Norte, Nordeste e Sul. E, em 15,2% dos casos, o rendimento mensal chegava, no máximo, a  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo (INSTITUTO ... – IBGE, 2008a, tabela 3.13.2).



### Gráfico 3

Distribuição dos domicílios por renda mensal domiciliar *per capita* segundo a existência de crianças de 5 a 15 anos quanto à condição de ocupação – Brasil e grandes regiões (2012)



Fonte: INSTITUTO ... – IBGE, 2014d.

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

Dados relativos à situação de ocupação no período de referência de 365 dias.

Salário mínimo (s. m.) correspondente a R\$622,00.

(1) Foram considerados os dados brutos para o conjunto de 114.906 domicílios com entrevistas realizadas, sem cálculo de ponderação. Deste total, 71.436 são domicílios sem crianças ou adolescentes no grupo de 5 a 15 anos de idade, em 40.763 residem uma ou mais crianças ou adolescentes no mesmo grupo de idade, sem nenhuma delas ocupada, e em 2.707 domicílios pelo menos uma criança ou adolescente no mesmo grupo de idade esteve ocupada no período de referência.

(2) Inclui domicílios sem rendimentos.

Ao mesmo tempo, o gráfico 3 mostra ainda que é expressiva a quantidade de domicílios com crianças e adolescentes que trabalham que estão situados nas faixas de renda mais elevada, já que em 48,8% deles a RMDpc supera  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, ainda que este percentual seja bastante inferior ao verificado para o total de domicílios da amostra, entre os quais 73,0% superam esta renda.

Quando comparamos as regiões, o que se verifica é que entre os domicílios com crianças e adolescentes trabalhadores, é bem maior a frequência de domicílios pobres (RMDpc até ½ s. m.) nas regiões Norte e Nordeste comparativamente demais. Nestas mesmas regiões também se verifica maior contraste quanto à distribuição pelas faixas de renda quando comparados os domicílios com crianças trabalhadoras e sem crianças trabalhadoras.

Mas, nas demais regiões, estes dois conjuntos de domicílios se distribuem pelas distintas faixas de rendimento de forma bastante similar, cabendo observar que no Centro-Oeste os níveis de renda dos primeiros (ou seja, dos domicílios com crianças que trabalham) são inclusive ligeiramente superiores aos verificados entre aqueles nos quais nenhuma criança ou adolescente trabalha.

Dessa forma, também sob o ângulo da renda das famílias, o trabalho infantil não pode ser interpretado como estreitamente associado à pobreza, ainda que, evidentemente, tal dimensão não possa ser desconsiderada na discussão sobre os fatores associados ao trabalho infantil.

## **1.2 Evolução e principais características do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)**

O PETI completará em breve duas décadas de existência, sendo implantado como iniciativa federal na mesma época que o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que por sua vez substituiu e ampliou o escopo da antiga Renda Mensal Vitalícia (RMV), implantada pela ditadura militar. Assim, com a exceção destes, é o mais antigo programa brasileiro de caráter não contributivo envolvendo transferência de renda. E a relevância do PETI não fica restrita ao seu pioneirismo.

O Programa significou importante marco na efetiva atuação do Estado brasileiro no campo das ações socioassistenciais de perfil preventivo para o combate ao trabalho infantil. Até então, o combate ao trabalho infantil em âmbito nacional estava praticamente restrito, e de forma tímida, à esfera de atuação da fiscalização das

relações do trabalho, realizada com base nos dispositivos legais previstos desde os anos 40 na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

E, muito embora não tenha atingido cobertura mais ampla nos seus primeiros anos, quando estava restrito a algumas regiões do país e dependia do estabelecimento de convênios, cujas exigentes regras em muito limitavam a adesão de maior número de municípios, o PETI logo foi amplamente reconhecido como inovadora estratégia de apoio às famílias mais pobres, tornando-se importante para a retirada de crianças e adolescentes da situação de trabalho precoce ou perigoso, principalmente nas regiões menos desenvolvidas do país.

Neste sentido, a gênese do Programa pode ser compreendida como um avanço no bojo de outras mudanças pelas quais vinha passando o país desde o final dos anos 80, a assim chamada década perdida.

Ainda que em olhar panorâmico, vale destacar três eixos nos quais importantes mudanças foram sendo processadas – eles ilustram o que os analistas convencionaram denominar da agenda de reformas brasileiras.

No plano econômico, a abertura do período Collor com vistas à integração do Brasil ao “novo mundo” da globalização teve entre as suas consequências imediatas a agudização do longo período de sucessivas crises que o país vivia desde o início dos anos 80. Com a estabilização da moeda propiciada pelo Plano Real, e ainda mais depois de superada a crise de 1999, a partir da qual ficou mais claro que a solidez dos fundamentos macroeconômicos não se alicerçava apenas na paridade do câmbio, o crescimento foi gradativamente sendo retomado após praticamente duas décadas de quase estagnação.

Em termos regionais, essa retomada interrompeu a trajetória histórica de crescente concentração do capital nas regiões mais abastadas e tradicionalmente mais dinâmicas (eixo Sudeste-Sul), em favor principalmente do Nordeste.

No plano das contas públicas, o gradual estabelecimento de maior rigidez relativa ao equilíbrio fiscal (com a introdução de amplo conjunto de normas subordinando os três níveis de governo) e de metas para o superávit primário foram definindo, independentemente das opiniões favoráveis ou contrárias, critérios mais objetivos para a alocação dos recursos, disciplinando assim o comportamento dos entes

federativos quanto às receitas e despesas, de forma a conter inclusive a tendência ao apelo para uma guerra fiscal predatória que se ensaiava no início dos anos 90.

No que diz respeito às políticas sociais, uma agenda de reformas vem sendo desde então efetivada, e apesar de muitas críticas e dissensos, alguns consensos foram também alcançados. Não sem dificuldades, é bom que se diga, aos poucos foram sendo encaminhados novos arranjos em torno da necessidade de melhor alocação redistributiva de recursos em diferentes áreas como saúde, educação e assistência social.

Inúmeras foram as razões que, de longa data, foram tornando inadiável a inclusão de tais questões na agenda, mas vale destacar tanto o processo de “desmonte” da União, que vinha ocorrendo desde a difícil transição para a democracia, mas que atingiu seu ápice no período Collor, quanto a Constituição de 1988 que, apesar de perfil descentralizador, foi pouco além de algumas mudanças relativas aos fundos constitucionais quanto à previsão dos recursos necessários para que os municípios passassem a desempenhar suas ampliadas competências.

Existe vasta produção e amplo debate acadêmico a respeito de tais mudanças, sendo desnecessário, aqui, empreender esforço de detalhamento de cada uma delas. Queremos apenas destacar dois aspectos.

Ainda que por vezes limitadas, a importância de tais mudanças não pode ser desconsiderada, sobretudo se lembrarmos o quão difícil vem sendo o estabelecimento de consensos mais amplos em torno de temas tão aclamados por setores de ampla penetração na mídia em torno de pautas tais como as reformas tributária, previdenciária e política. O que quer que signifiquem, conforme os muitos e divergentes pontos de vista e interesses em jogo, há amplo reconhecimento de que nestes campos as reformas foram bastante mais tímidas do que as que ocorreram no conjunto das políticas sociais.

Além disso, cada uma das mudanças acima elencadas teve importantes implicações em termos das relações federativas, remodelando regras de compartilhamento e divisão de competências, e os mecanismos pelos quais governos subnacionais passaram a cooperar no âmbito deste ou daquele campo de política pública. A esse respeito, é de notar que, se tomadas em seu conjunto, as implicações de tais mudanças não estão restritas ao âmbito do assim chamado federalismo fiscal.

Um dos aspectos comuns a elas é o estabelecimento de um regramento republicano. As transferências “automáticas”, constitucionais ou infraconstitucionais, atualmente superam amplamente as negociadas, implicando considerável mudança no plano político, pois retiram da prática da barganha em torno da obtenção de verbas o principal lócus de intermediação de apoios e de construção de maiorias nos planos estadual e federal, valendo o mesmo para sua contraface (ou seja, declinando para a política local a relevância do apoio de governadores e do Presidente da República), de forma que tais mudanças vêm contribuindo decisivamente, a nosso ver, para que finalmente superemos o padrão historicamente herdado do tradicional jogo de lealdades tão bem analisado por Vitor Nunes Leal <sup>1</sup>.

A tradicional prática do “pires na mão” está, sem dúvida, deixando de ser a forma hegemônica pela qual as elites governantes organizam a disputa pelo poder e a própria gestão cotidiana da coisa pública.

Ao mesmo tempo, tais mudanças induziram a que, no conjunto do país, algumas prioridades fossem estabelecidas quanto ao papel dos municípios, não sendo mais o livre arbítrio de cada mandatário local praticamente a única regra definidora sobre a quantidade e forma de distribuição dos recursos municipais entre as diversas políticas públicas. Não é sem motivo que, comumente, ao se articularem em torno da consecução de maior fatia orçamentária, os prefeitos busquem argumentar que os municípios não dispõem de capacidade de investimentos pelo fato de que, apesar de administrarem hoje maior volume de recursos que outrora, o orçamento ser agora “inflexível” ou “congelado”, assim querendo dizer que contam com margem de manobra muito estreita para a atenção das necessidades específicas e prioridades de cada município.

Exageros e jogo de retórica à parte, é fato que, se aumentou o volume de transferências, aumentou ainda mais a proporção delas que é vinculada a rubricas específicas, além de que o estabelecimento de pisos relativos às proporções do gasto que devem ser destinados à educação e à saúde, e de tetos para gastos com pessoal, entre outros, torna a adequada gestão das contas públicas não apenas um imperativo legal, mas praticamente uma necessidade de sobrevivência política – que

---

1. Estamos nos referindo ao clássico *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil* (LEAL, V. N., 1993), originalmente publicado em 1949.

o digam tantos prefeitos que perderam seus mandatos nos últimos anos a partir de condenações baseadas em dispositivos legais relativos à contabilidade pública.

Podemos então entender que, na prática, desde a Carta de 1988, e conforme parte expressiva das reformas que a sucederam, nosso pacto federativo vem sendo, em certo sentido, gradativamente modificado por meio de mecanismos variados de divisão de competências e de distribuição de recursos entre os três níveis de governo.

Conforme apontam alguns autores, ao menos nas áreas da educação básica e da saúde, parte do sucesso decorreu de engenhosos mecanismos pelos quais os governos municipais foram sendo estimulados e induzidos a aderirem cooperativamente, sem o que dificilmente poderiam sequer cumprir suas obrigações mínimas nestas áreas, indicando um padrão no qual a União jogou papel decisivo em termos de coordenação federativa.

Mas será que esse mesmo padrão de adesão cooperativa dos entes subnacionais se aplica ao caso do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, a principal estratégia de atuação do Estado brasileiro no enfrentamento da questão? Na seção 1.4 e no capítulo 4 a questão será retomada. Por enquanto, o que queremos destacar, partindo do breve cenário da agenda de reformas aqui apresentado, é que desde sua implantação, o PETI foi desenhado com a previsão de cooperação entre os três níveis de governo.

Mas os termos desta cooperação foram sendo modificados ao longo do tempo. Para compreender a evolução do Programa desde a sua criação até o momento atual, podem ser identificadas claramente três fases em seu desenvolvimento (LIMA, 2008).

A primeira é iniciada com a sua criação pelo governo federal em 1996, sob a responsabilidade da então Secretaria de Assistência Social, vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social. Naquele mesmo ano, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) detectara forte queda nos números relativos ao trabalho infantil, comparativamente aos dados obtidos no ano anterior (INSTITUTO ... – IBGE, 1997b).

Aquela queda refletiu, em ampla medida, o impacto inicial da estabilização monetária, que teve importante efeito redistributivo nos primeiros anos de vigência

do Real, marcados por alívio importante no bolso dos mais pobres, que no período inflacionário eram os que mais sofriam os efeitos da corrosão diária do poder de compra. Apesar de o efeito distributivo do Plano Real não ter assumido uma trajetória de continuidade nos anos seguintes (ROCHA, 2000), os dados apurados logo após sua implantação evidenciaram rápida e considerável queda da pobreza e, também, do trabalho infantil.

Em 1996, a PNAD constatou que, na comparação com o ano anterior, ocorrera uma redução de quase 820 mil no total de crianças e adolescentes de 10 a 14 anos ocupados, se considerado o período de referência de 365 dias. Muito embora o levantamento naquele ano não tenha apurado o que ocorreu no grupo de idade de cinco a nove anos, se considerarmos o mesmo ritmo de queda, é possível estimar, com base nesta fonte, que em 1996 teria havido uma redução de aproximadamente 940 mil crianças e adolescentes com até 14 anos trabalhando.

Mas, apesar de as estatísticas oficiais terem detectado esta forte variação em apenas um ano, aproximadamente 3,4 milhões de crianças e adolescentes com até 14 anos ainda trabalhavam no Brasil, número muito elevado, mesmo considerando que na época o trabalho era permitido a partir dos 14 anos. Ainda não vigorava a atual idade mínima legal para ingresso no mundo do trabalho, que logo depois foi redefinida pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998, que estabeleceu os 16 anos como a menor idade permitida para o trabalho, e restringiu a condição de aprendiz às idades de 14 e 15 anos (BRASIL, 1998) <sup>2</sup>.

Para Carvalho os anos 90 podem ser considerados como um período de “transformações” no qual, “ainda que lentamente”,

os valores e disposições do Estatuto [da Criança e do Adolescente] começaram a ser socialmente assimilados e cobrados, e os antigos “menores” percebidos como apenas crianças cujo lugar é na escola, não na produção, desnaturalizando-se e deslegitimando-se o seu trabalho (CARVALHO, 2008, p. 553-4).

Segundo a mesma autora, foi nesse ambiente que uma série de iniciativas foi progressivamente mobilizando diferentes setores da sociedade brasileira –

---

2. Para a série histórica com os dados brutos sobre a evolução anual da população infantil economicamente ativa e ocupada, ver tabela 30, no Apêndice B (p. 411). Como em 1996 e 1997 a PNAD não coletou informações sobre o trabalho realizado pelas crianças de cinco a nove anos de idade, o cálculo apresentado é estimativo, com base nos números disponíveis para anos próximos.

“organizações não governamentais, empresários, representantes de Sindicatos, da Igreja, do Poder Legislativo e do Judiciário” – e representantes de organismos internacionais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), resultando em iniciativas tais como o início da participação do Brasil no Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), da OIT, em 1992, a criação do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em 1994, e o lançamento em 1996, pelo mesmo Fórum, do Programa de Ações Integradas, que “traçou o caminho para a implementação” do PETI, naquele momento “orientado para o combate às chamadas ‘piores formas’ do trabalho infantil” (CARVALHO, 2008, p. 554).

Mas, neste primeiro período, o Programa sequer existia legalmente. A publicação oficial mais antiga que localizamos a respeito foi um “Despacho” do Presidente da República, na forma de um Termo de Compromisso, que na prática viabilizou o estabelecimento de convênios voltados à cooperação da União em iniciativas dos entes subnacionais voltadas ao combate ao trabalho infantil.

No documento foi declarado pelos signatários, incluídos os governadores de Estado, o “objetivo de formalizar acordos multilaterais” com “Estados, as Confederações Nacionais Patronais, as Centrais Sindicais, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, o Conselho do Programa Comunidade Solidária e as Organizações Não-Governamentais”, com o governo federal se comprometendo a:

- Promover o reordenamento jurídico e institucional referente à matéria, objetivando:
  - a) propor e estabelecer normas legais para a regulamentação de todas as formas de trabalho juvenil e para a erradicação do trabalho infantil;
  - b) regulamentar a participação dos órgãos públicos em programas e ações referentes à erradicação do trabalho infantil e à proteção do adolescente no trabalho;
  - c) propor e estabelecer normas legais que regulamentem a aplicação de recursos em ações de apoio à criança, ao adolescente e à família, de modo a estimular a erradicação do trabalho infantil. [...].
- Garantir, por meio de apoio técnico, material e financeiro a Estados e Municípios a oferta de serviços básicos qualificados no âmbito dos programas governamentais já existentes nas áreas de Educação, Saúde, Trabalho, Justiça, Previdência e Assistência Social, Esporte, Cultura e Lazer, adequados às demandas específicas de crianças, adolescentes e seu núcleo familiar, ocupados em atividades econômicas nas quais se verifique a utilização de mão-de-obra infantil.



- Promover e apoiar iniciativas de emprego e geração de renda, de forma a contribuir para a elevação da renda do grupo familiar e que estimulem e viabilizem a erradicação do trabalho infantil e a proteção do adolescente trabalhador, garantindo o acesso, a permanência e o sucesso escolar dessas crianças e desses adolescentes, em situação de risco, principalmente.
- Promover e apoiar campanhas de esclarecimento e sensibilização [...].
- Controlar, fiscalizar e reprimir a ocorrência de trabalho infantil e a exploração laboral do adolescente, especialmente através do trabalho de fiscalização conjunta dos Ministérios do Trabalho e da Indústria, do Comércio e do Turismo, com apoio do Ministério da Justiça quando necessário, responsabilizando juridicamente os violadores da lei (BRASIL, 1996, grifos nossos).

O mesmo documento foi muito sintético no que caberia aos governos estaduais:

- Coordenar e executar programas voltados para a erradicação do trabalho infantil.
- Assumir, no âmbito de sua competência, compromissos equivalentes aos indicados para o Governo Federal (BRASIL, 1996).

E, quanto à articulação com os municípios, o Termo de Compromisso atribuiu ao Conselho do Programa Comunidade Solidária o papel de:

- Incentivar a parceria e a integração entre as instâncias dos governos federal, estadual e municipais visando a conjugação dos esforços no combate ao trabalho infantil (BRASIL, 1996).

Este momento marca então o início de uma primeira fase do Programa, que pode ser caracterizada pela baixa institucionalidade da atuação federal, que sequer o instituiu por meio de ato jurídico (Lei, Decreto, Portaria etc.). Mesmo o compromisso de dar continuidade às ações de fiscalização pode ser considerado sobretudo de efeito retórico, já que desde a implantação da CLT tais atribuições já eram de competência do Ministério do Trabalho.

Por outro lado, não foi de pouca importância o compromisso de “apoiar” ações concretas de iniciativa dos entes subnacionais, que já no mesmo ano teve efeitos práticos, ainda que o Termo de Compromisso não tenha definido sob que forma tal apoio ocorreria.

Mas, apesar destas limitações, o documento de fato abriu caminho para o estabelecimento de convênios para a cooperação técnica e financeira voltada à atuação conjunta nesta área de ação, sendo o primeiro deles de apoio federal à iniciativa que vinha sendo gestada pelo governo estadual no Mato Grosso do Sul

para o combate ao trabalho infantil em carvoarias. Foi estabelecido convênio pelo qual a União começou a repassar recursos para o pagamento da então denominada Bolsa Criança-Cidadã.

No ano seguinte foram estabelecidos convênios entre a União e os Estados de Pernambuco (para combate ao trabalho infantil na cultura canavieira) e Bahia (região sisaleira), e assim o governo federal iniciou suas ações priorizando algumas das denominadas piores formas de trabalho infantil, em regiões com elevados índices de pobreza <sup>3</sup>.

No final de 1997, 48 municípios eram beneficiados, e conforme evidencia o gráfico 4, a cobertura atingiu 37.025 crianças e adolescentes. Os convênios eram estabelecidos com os governos estaduais, que por sua vez firmavam acordos com os governos municipais, cabendo ressaltar que no início os valores previstos para pagamento dos benefícios (bolsas) variavam conforme cada um dos convênios estabelecidos.

A expansão nos anos seguintes, embora significativa, continuou bastante tímida. Em 1998 foram beneficiadas 117.200 crianças e adolescentes em 140 municípios, e em 1999 foram 145.564 em 230 municípios localizados em 13 Estados, conforme dados da então Secretaria de Estado de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social apresentados no estudo de Silveira et al. (2000, quadros 8 e 9).

Foi somente em 2000 que o governo federal estabeleceu a Portaria nº 2.917 (BRASIL, 2000c), que definiu as diretrizes e normas do Programa, passando a assumir maior protagonismo para o desenvolvimento das ações. Para efeito da periodização proposta, podemos considerar este documento como marcando o início da segunda fase do Programa.

Esta norma estabeleceu grande detalhamento a respeito do PETI, definindo seus objetivos geral e específicos; o público-alvo prioritário (“famílias com renda *per capita* de até 1/2 salário mínimo, com crianças e adolescentes de 7 a 14 anos trabalhando em atividades consideradas perigosas, insalubres, penosas ou degradantes”); as suas características e vários elementos constitutivos, incluindo “concepção”, “sensibilização e mobilização”, “diagnóstico socioeconômico regional”, “constituição

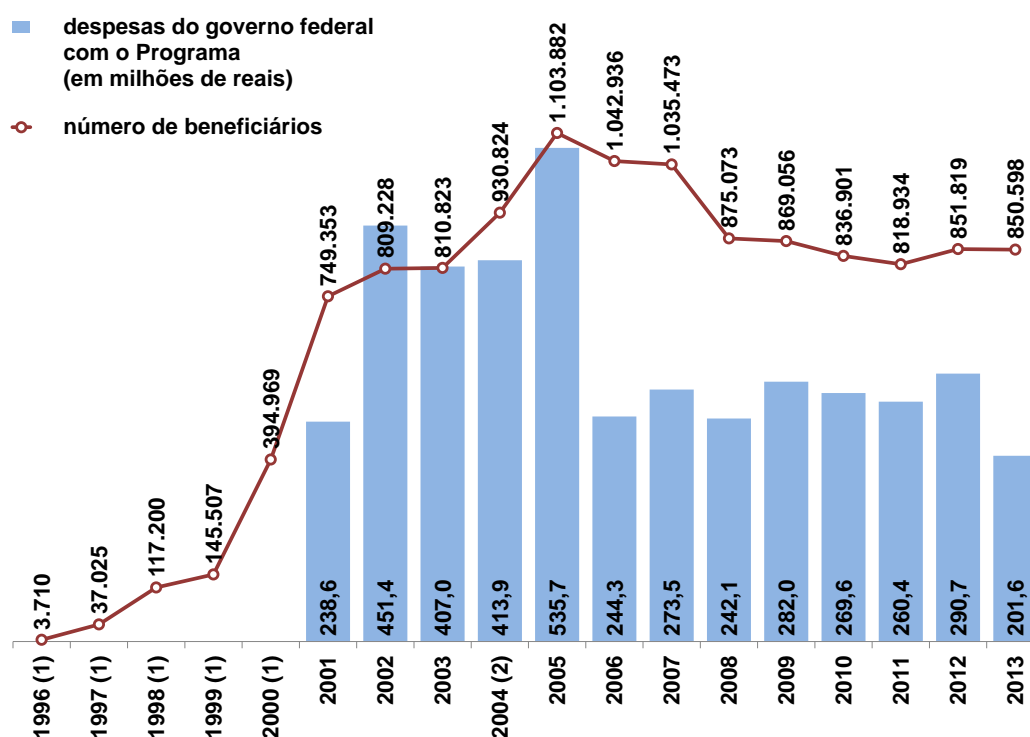
---

3. Um importante estudo avaliativo destas primeiras experiências foi organizado por Campos et al., 1999.

da Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil”, “Plano de Ações Integradas”, “cadastro das famílias”, “critério de seleção e elegibilidade dos municípios”, “critérios de permanência das famílias”, “critérios de concessão da Bolsa”, “atividades da jornada ampliada”, e o “financiamento e repasse de recursos” (BRASIL, 2000c).

#### Gráfico 4

Evolução anual do número de beneficiários e das despesas do governo federal no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) – Brasil (1996-2013)



Fontes: MINISTÉRIO ... – MDS, 2014b; MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2006, p. 28; SENADO FEDERAL, 2014; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2014a.

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

(1) Informações sobre os gastos com o Programa não disponíveis nas fontes consultadas para os anos de 1996 a 2000.

(2) Para o ano de 2004, a ação “2569 – Concessão da Bolsa Criança-Cidadã” não consta no conjunto de despesas do Programa. Para os cálculos foi considerada a ação “2556 – Serviços de Proteção Socioassistencial à Criança e ao Adolescente” constante em outro Programa, já que provavelmente o pagamento de benefícios onerou esta rubrica.

Não é o caso de entrar em detalhes a respeito, mas é importante destacar que, no seu item 6, no qual são especificadas as “responsabilidades” dos três níveis de

governo e de outras instituições, a norma define um conjunto de nada menos que 89 atribuições, entre as quais 14 para o órgão federal coordenador do Programa, 22 para os órgãos estaduais de assistência social, 24 para os órgãos municipais com competências na mesma área, além da exigência de criação das comissões de “Erradicação do Trabalho Infantil” em níveis estadual e municipal, às quais caberiam, respectivamente, 14 e 15 atribuições.

O mais relevante para os nossos propósitos é que a partir daí o Programa passou a padronizar o pagamento mensal pelo governo federal do benefício então denominado Bolsa Criança Cidadã, ainda por meio de repasse aos Estados e municípios, com valor que ficou estabelecido em R\$25 para os residentes em áreas rurais e em áreas urbanas dos municípios com até 250 mil habitantes, e em R\$40,00 aos residentes nas áreas urbanas de municípios com mais 250 mil habitantes, de capitais e de regiões metropolitanas.

Além disso, definiu que seriam repassados valores destinados ao custeio “para a manutenção da jornada ampliada”, dos quais no máximo 30% poderiam ser utilizados para a “remuneração dos monitores”, fixando-os em R\$20 mensais por beneficiário na zona rural e R\$10 na zona urbana. Com este subsídio, além de viabilizar as operações necessárias ao pagamento da Bolsa, os municípios deveriam inserir os beneficiários em “atividades de jornada ampliada”, ou seja, atividades socioeducativas em horário complementar ao das aulas.

A mesma norma fala em “padrões mínimos de qualidade para as atividades a serem desenvolvidas”, que deveriam envolver aspectos relacionados aos recursos humanos; intersetorialidade; cofinanciamento; capacitação; mobilização, participação e controle social; operacionalização da concessão da bolsa (cadastro das famílias e acompanhamento do pagamento); jornada ampliada (carga horária, instalações físicas, equipamentos e materiais, proposta pedagógica, plano de trabalho e reforço alimentar); trabalho com as famílias (ações socioeducativas, de qualificação profissional e de geração de trabalho e renda); e monitoramento e avaliação (indicadores de processo, de resultado e de impacto). Definiu, porém, que tais “padrões mínimos” seriam detalhados posteriormente, “em documento específico” (BRASIL, 2000c).

De toda forma, a mera leitura da exaustiva Portaria já é suficiente para perceber que os municípios que decidissem seguir rigorosamente as exigências da norma teriam

que acrescentar, aos valores que receberiam, consideráveis recursos para a execução do Programa.

Mas, apesar do amplo conjunto de exigências e restrições, foi a partir da instituição desta mesma norma que o ritmo de expansão da cobertura do Programa sofreu forte aceleração, de maneira que, em 2002, ao final da segunda gestão Fernando Henrique Cardoso, o PETI beneficiava pouco mais que 809 mil crianças e adolescentes.

Mas não tardou a aparecerem os primeiros artigos de pesquisadores com uma visão mais crítica sobre a iniciativa e sobre a própria produção acadêmica a respeito da temática do trabalho infantil.

Rosemberg et al. (2002), por exemplo, afirmaram que, se confrontada com a realidade evidenciada pelos dados a respeito, a iniciativa do governo federal poderia ser considerada “simplificadora” e “inspirada em organismos multilaterais (especialmente do Banco Mundial), e em pesquisas que reificam o trabalho infantil, assumindo componentes ideológicos”, e também que a “meta de erradicar todo e qualquer trabalho infantil é impossível” (ROSEMBERG et al., 2002, p. 95).

As autoras se posicionaram contra o que consideraram o então vigente amplo consenso em torno da iniciativa, sem deixar de chamar atenção para o fato de que um dos principais fatores impulsionadores da política brasileira de erradicação do trabalho infantil dizia respeito às questões relacionadas ao comércio exterior (por conta do trabalho infantil, alguns produtos brasileiros estavam inclusive enfrentando boicote de consumidores no exterior). As principais críticas que formularam, baseadas na análise de documentos oficiais e de pesquisas a respeito, foram direcionadas a algumas das ideias subjacentes à própria concepção do PETI, entre elas a da meta de “erradicar o trabalho infantil especialmente através da escolarização, concebendo que ambas as atividades são incompatíveis” (idem, p. 96), e a da pobreza como “principal determinante da participação de crianças no mercado de trabalho” (ibidem, p. 108). Para elas,

a busca de compreensão da participação de crianças na PEA deve levar em consideração não apenas atributos da oferta de mão-de-obra (renda e escolaridade), mas também características do mercado, como sua estrutura de empregos e salários (ROSEMBERG et al., 2002, p. 109).

[Além disso, no bojo da crítica à decisão governamental de] definir o ensino fundamental como prioridade exclusiva, inclusive como estratégia para

erradicação do trabalho infantil, (...) quando não se ampliam as oportunidades de acesso de crianças pequenas dos setores populares a creches e pré-escolas, está se dificultando que mães participem do mercado de trabalho, e aumentando a pressão para que outros filhos comecem a trabalhar (idem, p. 115-6).

A terceira fase do Programa pode ser demarcada como tendo início no ano de 2005, já na segunda metade do primeiro mandato Lula. No início de seu governo a expansão do PETI passou a evoluir um pouco mais lentamente, mas o aumento da cobertura nos primeiros anos não foi pequeno, e em 2005 o Programa atingiu sua maior marca, ultrapassando 1,1 milhões de beneficiários.

Foi a partir de então que a cobertura do Programa iniciou trajetória de declínio, que foi mais expressiva entre 2007 e 2008, a partir de quando praticamente se estabilizou, até encerrar o ano de 2011 com menos de 820 mil crianças e adolescentes beneficiados. Nos dois anos seguintes este número foi um pouco maior, permanecendo estável em torno de 850 mil beneficiários, mas apesar do ligeiro crescimento, nada indica que haja intenção de ampliação expressiva da cobertura do PETI.

Mas a tendência de declínio da cobertura a partir de 2005, e sobretudo a redução das despesas federais com o Programa (gráfico 4, p. 50) precisam ser relativizados, e interpretados à luz de outro importante fator ao qual estão intimamente relacionados: a implantação do Programa Bolsa Família, criado em 2004, na primeira gestão Lula.

Desde então, o governo federal vem se esforçando no sentido de “integrar” o PETI ao Bolsa Família. Mas, diferentemente do que ocorreu com os demais programas de transferência de renda herdados do período FHC, cujo processo de unificação resultou em uma integração realizada de forma mais rápida e com reconhecido êxito, superando assim o quadro de fragmentação até então vigente, no qual distintos programas de transferência de renda eram geridos por diferentes órgãos, no caso do PETI esta integração parece ainda hoje enfrentar percalços.

Oficialmente, a integração do PETI ao Bolsa Família passou a vigorar a partir do final de 2005, quando a Portaria nº 666 (BRASIL, 2005) definiu que deixariam de haver diferenças entre os dois programas quanto aos valores dos benefícios pagos às famílias pobres, com renda mensal familiar *per capita* (RMFpc) de até R\$140.

Desde então, podem ocorrer três situações quanto ao pagamento dos benefícios às famílias, atualmente definidos conforme os seguintes valores:

- a) as famílias com renda mensal familiar *per capita* (RMFpc) de até R\$70 recebem o valor básico de R\$68, ao qual são acrescidos os valores complementares de R\$22 por criança ou adolescente com até 15 anos (estejam trabalhando ou não), até o limite de três beneficiários nesta faixa etária, e mais R\$ 33 por adolescente de 16 a 17 anos (até o limite de dois beneficiários);
- b) para as famílias com RMFpc entre mais de R\$70 e R\$140, a fórmula de cálculo não inclui o valor básico de R\$68, sendo pagos os mesmos valores complementares mencionados, conforme a composição familiar;
- c) para as famílias com RMFpc acima de R\$140, que assim não se enquadram no critério de elegibilidade do Programa Bolsa Família relativo à renda, se identificada situação de trabalho infantil, são pagos os valores de R\$40, “para as famílias residentes nas áreas urbanas de capitais, regiões metropolitanas e municípios com mais de 250 mil habitantes”, e de R\$25 “para as famílias residentes em outros municípios ou em áreas rurais”, [por] “criança / adolescente de até 16 anos retirado da situação de trabalho” (MINISTÉRIO ... – MDS, 2014a).

Dessa forma, a componente da transferência de renda beneficia todas as crianças que sejam incluídas no PETI, seja por meio da inclusão das famílias no Programa Bolsa Família, seja por intermédio do pagamento dos valores mencionados no item “c” para aquelas com RMFpc superior ao que estabelece o critério de elegibilidade do mesmo Programa.

Entre outras contrapartidas (frequência à escola etc.), as crianças e adolescentes beneficiários devem observar frequência de pelo menos “85% da carga horária relativa aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Proteção Social Básica” (MINISTÉRIO ... – MDS, 2014a), que devem ser ofertados pelas Prefeituras, às quais o governo federal repassa mensalmente os valores de R\$40 e R\$25 por criança ou adolescente inseridos no Programa.

Do ponto de vista operacional, as principais mudanças com a integração com o Bolsa Família são relativas à substituição do modelo convencional – até então o

governo federal estabelecia para cada municipalidade uma meta de atendimento, a ser atingida a partir do convênio estabelecido entre as partes – e à utilização do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) como ferramenta de inserção das famílias no Programa (MINISTÉRIO ... – MDS, 2010).

A substituição do modelo convenial pelo de adesão dos municípios ao PETI por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) prevê o repasse fundo-a-fundo da União para os municípios para o cofinanciamento das atividades socioeducativas em horário complementar ao das aulas conforme o número de crianças e adolescentes beneficiados.

Cumpridos outros requisitos de ordem burocrática, o primeiro passo para a adesão dos municípios ao Programa é a identificação, no formulário eletrônico do CadÚnico relativo a cada família, se nela existe ou não situação de trabalho infantil, indicando-se, quando for o caso, especificamente a(s) criança(s) ou adolescente(s) nesta condição.

E, com base no número de crianças cadastradas com indicação de trabalho infantil são definidos os valores a serem repassados a cada município para o cofinanciamento das atividades a serem ofertadas às crianças, adotando-se os seguintes critérios básicos:

- a) para cada grupo de 20 crianças cadastradas o município recebe mensalmente o valor de R\$500, ou seja, o correspondente a R\$25 por criança;
- b) em casos de fração restante igual ou superior a 10 crianças ocorre “arredondamento” para cima, com o município recebendo mais R\$500 (assim, por exemplo, um município com 116 crianças cadastradas, recebe mensalmente R\$3.000, correspondentes à soma de “5 X R\$500” (cinco grupos de 20 crianças) e de R\$500 (referentes às demais 16 crianças);
- c) nas situações nas quais o município tenha somente entre 10 e 20 crianças cadastradas, é pago o piso de R\$1.000, de maneira que nenhum município recebe valor menor que este desde que tenha cadastrado pelo menos 10 crianças como em situação de trabalho infantil (MINISTÉRIO ... – MDS, 2014a).

Recentemente, por meio de Resolução nº 8 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, de 8 de abril de 2013 (CONSELHO ... – CNAS, 2013), o Ministério



do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) buscou estabelecer algumas regras adicionais no esforço de reorientação do cofinanciamento para que sejam priorizados os municípios com “alta incidência de trabalho infantil”, e os municípios sejam estimulados a melhorar o registro do trabalho infantil no CadÚnico, mas em essência os efeitos da mencionada medida foram nulos.

Conforme será discutido no capítulo 4, nos últimos anos ocorreram poucas mudanças no conjunto de municípios executores do Programa, e especificamente durante o ano de 2013, em todo o país, seis municípios deixaram de executá-lo e nenhum a ele aderiu (ver tabela 22, p. 285).

Dessa forma, em 2013, o PETI abrangeu 3.575 municípios, correspondendo a 64,2% do total existente no país. Considerando o fato de que o trabalho infantil não esteja “erradicado” em nenhum deles (ou talvez, no máximo, em pouquíssimos), após quase 18 anos desde a sua implantação, o Programa ainda está ausente de 35,8% dos 5.565 municípios brasileiros (MINISTÉRIO ... – MDS, 2014b) <sup>4</sup>.

Em 2011, por meio da Pesquisa de Informações Básicas Municipais, o IBGE coletou dados a respeito da existência de “programas, ações ou medidas” de combate ao trabalho infantil nos municípios (INSTITUTO ... – IBGE, 2012h). O cotejamento das informações resultantes desse levantamento com as do MDS a respeito da quantidade de municípios no PETI no mesmo ano (MINISTÉRIO ... – MDS, 2014b) permitiu identificarmos 731 casos de municípios (13,1% do total) que afirmaram executar “programas, ações ou medidas” mas que, ao mesmo tempo, não participavam do PETI.

Estes números nos mostram que o governo federal é o principal protagonista no desenvolvimento das ações de combate ao trabalho infantil, mas quase ¼ dos municípios brasileiros não executam nem o PETI e nem ações próprias.

---

4. O Brasil conta atualmente com 5.563 municípios nos quais ocorrem eleições regulares para os poderes executivo e legislativo. O número de 5.565 inclui o Distrito Federal e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha. Muito embora nestes casos não se possa falar propriamente em governos municipais, o governo distrital, no primeiro caso, e o governo estadual de Pernambuco, no segundo, são os entes federativos responsáveis pelas competências que, nos demais casos, são municipais. Em grande parte das bases oficiais com dados desagregados por municípios eles estão assim incluídos, e neste estudo também eles serão considerados como se fossem municípios, de forma a podermos abranger todo o território nacional.

Também não identificamos nos textos e documentos consultados na página eletrônica do MDS nenhuma meta quantitativa a respeito, a não ser uma breve referência, em material de divulgação do Plano Brasil Sem Miséria (MINISTÉRIO ... – MDS, 2012), quanto à “expectativa” de “incluir 200 mil crianças e adolescentes no PETI e a realização de campanhas de massa que contribuam com o enfrentamento da situação de trabalho infantil”, sem qualquer indicação de prazo a respeito.

Como a cada ano milhares de adolescentes são desligados do PETI simplesmente por superarem a faixa etária abrangida, a inclusão de novas crianças e adolescentes não significa necessariamente expansão de cobertura.

Em síntese, quanto ao seu desenho, o PETI pode ser compreendido nos seguintes termos:

- i) objetiva combater o envolvimento de crianças e adolescentes em trabalho precoce e perigoso;
- ii) desenvolve um *mix* padronizado de ações que inclui a identificação da situação de trabalho infantil, o cadastramento de famílias para que sejam incluídas em programa de transferência de renda, a oferta de atividades socioeducativas para as crianças e adolescentes em horário complementar ao das aulas, o esforço voltado ao acesso das famílias às demais políticas sociais, e o acompanhamento do compromisso que esta assume (a chamada “contrapartida”) quanto à saída das crianças e adolescentes da situação de trabalho e à sua permanência na escola;
- iii) adota como estratégia a cooperação entre a União e governos subnacionais;
- iv) à União cabe principalmente o custeio relativo à inclusão das famílias em programa de transferência de renda e o repasse às municipalidades de um subsídio para os serviços socioeducativos a serem ofertados para as crianças e adolescentes;
- v) aos municípios cabe principalmente implantar as ações.

Assim descrito em suas linhas gerais, e uma vez que a cooperação é voluntariamente estabelecida, já que não há prerrogativa legal para a imposição do Programa às unidades subnacionais, podemos imaginar que para uma hipotética situação de sucesso absoluto do Programa (ou seja, a erradicação do trabalho

infantil) seria necessário que em um intervalo de tempo “T” fossem satisfeitas as seguintes condições:

- i) adesão de todos ou quase todos os municípios brasileiros, já que no mais recente censo demográfico o IBGE estimou em apenas 24 o número de municípios brasileiros sem nenhuma criança de 10 a 14 anos economicamente ativa (INSTITUTO ... – IBGE, 2014a, tabela 616);
- ii) todas as crianças e adolescentes em trabalho precoce e perigoso sendo beneficiadas, sem ocorrência de “vazamentos”, ou seja, sem desvios relativos à focalização no público-alvo;
- iii) todas as crianças e adolescentes na escola e participando de atividades socioeducativas;
- iv) todas as famílias que se enquadrem nos critérios recebendo transferência de renda.

A situação inversa (nenhum município adere etc.) caracterizaria o fracasso total.

Evidentemente, o PETI não foge à regra geral do mundo real, estando situado em alguma posição intermediária em relação à satisfação de cada um desses critérios. Uma vez que o intervalo “T” permanece indefinido, já que o Programa não estabelece metas objetivas de atendimento para o conjunto do país e, muito menos, para Estados e municípios, ao longo do tempo o Programa se move em uma direção ou outra, se aproximando do sucesso ao alcançar êxito nos esforços de redução do trabalho infantil, ou se aproximando do fracasso por pouco contribuir para que o problema seja minorado no país.

Mas, o que pretendemos ressaltar com essa breve caracterização é que o PETI constitui um caso no qual a variável “cooperação intergovernamental” é decisiva para a ampliação da possibilidade que alcance de bons resultados e relevante impacto social. Se, por exemplo, a adesão dos municípios é baixa, serão menores as chances de que o trabalho infantil seja reduzido. Se a União deixa de cumprir suas obrigações financeiras com as famílias, o trabalho infantil tende inclusive a aumentar. E assim sucessivamente.

O confronto analítico entre os aspectos relativos à cooperação intergovernamental previstos no desenho do Programa e alguns de seus resultados, que podem ser

mensurados por meio de indicadores diretos e indiretos, pode nos ajudar a compreender parte considerável do eventual sucesso ou dos limites do Programa frente aos seus objetivos mais amplos.

Em que medida o atual desenho do Programa é, do ponto de vista das relações entre os entes federativos, adequado para o combate ao trabalho infantil? Serão os mecanismos de cooperação intergovernamental previstos no PETI atraentes para que os entes subnacionais busquem efetivar ações de forma a propiciar avanços na redução do trabalho infantil no Brasil?

Conforme evidencia a análise desenvolvida no Apêndice A, a julgar pelo que pudemos levantar em termos de produção bibliográfica a respeito, apesar da considerável quantidade de trabalhos acadêmicos (teses, dissertações, artigos) e pesquisas promovidas por órgãos governamentais e organismos internacionais sobre o trabalho infantil no Brasil e mais especificamente sobre o PETI, o Programa não foi ainda analisado especificamente sob esse prisma, o que nos parece surpreendente já que parte considerável dos trabalhos enfatizam limites quanto aos resultados e dificuldades de várias ordens enfrentadas na implementação do Programa nas mais distintas localidades do país, incluindo municípios grandes e pequenos, com maior ou menor disponibilidade de recursos, e nas diversas regiões.

Na próxima seção passamos à discussão mais específica sobre o problema dessa pesquisa e o seu desenvolvimento.

### **1.3 Objetivos, hipóteses, e estrutura do trabalho**

O trabalho infantil pode ser compreendido como a resultante de múltiplos fatores causais, podendo a sua incidência (ou seja, a proporção de crianças e adolescentes em trabalho precoce ou perigoso) em determinado país ser interpretada como a resultante de um contexto socioeconômico mais amplo no qual interagem a lógica de mercado, o conjunto das famílias e o Estado.

O mercado é a esfera onde se concretiza a demanda por força de trabalho infantil, que varia conforme as características do padrão de acumulação capitalista vigente em cada momento histórico. No conjunto das famílias são processadas as decisões relativas ao momento de ingresso de seus membros no mundo do trabalho, inclusive crianças e adolescentes, sendo tais decisões determinadas, principalmente, pelas condições objetivas de reprodução de cada uma delas.

Por sua vez, o Estado é a esfera na qual, uma vez reconhecido o trabalho infantil como problema público, se desencadeia um amplo repertório de processos decisórios voltados à definição e aplicação de regras legais a respeito, e a partir do qual são executadas ações tanto no campo das políticas econômicas e sociais mais abrangentes quanto por meio de programas especificamente voltados ao enfrentamento da questão.

Evidentemente, as três esferas não são dissociadas uma da outra.

A respeito, um primeiro aspecto a ser destacado é que, no que tange ao trabalho infantil, as esferas “mercado” e “família” são em ampla medida sobrepostas. Em todos os países, e sobretudo no meio rural, o ingresso de crianças e adolescentes no mundo do trabalho ocorre, em muitos casos, para o próprio auxílio ao trabalho dos pais ou, em outros termos, na chamada “produção para o próprio consumo”, sendo inclusive realizado de forma não remunerada.

Além disso, deve ser considerado que, se por um lado, as mudanças na estrutura produtiva (composição setorial do produto, demanda por mão de obra etc.) são fortemente determinadas ou influenciadas por processos que se dão sobretudo na esfera do mercado, por outro, essas mudanças não afetam da mesma forma e com a mesma intensidade todo o conjunto de famílias, de maneira que o comportamento destas é diferencialmente influenciado por aquelas mudanças.

Se esta formulação básica a respeito das “esferas” mercado e família é razoável, a tendência de aumento ou de redução do trabalho infantil ao longo do tempo não pode ser exclusivamente creditada às ações do Estado que direta ou indiretamente o afetam. É preciso buscar compreender quais outros fatores estão associados à sua maior ou menor ocorrência.

Esta constitui uma preocupação que perpassa todo o nosso trabalho, e da qual nos ocuparemos nos capítulos 2, 3, e parte do capítulo 4. Buscaremos identificar se, e

em que medida, alguns fatores relacionados à produção e renda, demografia e urbanização, e à dinâmica do mercado de trabalho estão associados à evolução e à incidência do trabalho infantil no período recente, e se há indicadores que nos permitam observar significativa correlação entre estes fatores e as distintas taxas de atividade econômica observadas em âmbito internacional e nacional.

No que diz respeito ao Estado, aceitemos ou não a ideia da sua “autonomia” (o que, para os propósitos de nossa pesquisa é irrelevante), não há como negar que em alguma medida ele (o Estado) reflete tanto interesses em jogo presentes no mercado quanto sistemas de valores que informam a família como uma das instituições básicas da sociedade moderna.

Além disso, em ampla medida o Estado influencia “comportamentos” tanto no mercado (por exemplo, definindo e aplicando sanções mais ou menos severas para quem contrate o trabalho infantil) quanto na família (por exemplo, ao ofertar ou não alternativas que subsidiem o adiamento do ingresso no mercado de trabalho).

Mas, muito embora se relacione com as “esferas” do mercado e da família, a do Estado possui características que a diferenciam de forma bastante clara em relação às outras duas quanto ao enfrentamento do problema público do trabalho infantil.

A respeito, e de maneira bastante esquemática, no Estado democrático de direito de uma forma geral, e particularmente em uma federação com as características do Brasil, marcada por tantas assimetrias, a “esfera” Estado pode ser compreendida como um conjunto de normas legais e de políticas públicas que são orientadas conforme os seguintes requisitos:

- i) atuação tanto no âmbito das relações trabalhistas quanto no da garantia dos direitos sociais em geral e dos especificamente voltados às crianças e aos adolescentes, ancorados inclusive em tratados internacionais;
- ii) promoção da redistribuição progressiva dos recursos públicos, por meio da intervenção nos planos econômico e social de forma a alocar e reorientar o emprego de parcela expressiva destes recursos na promoção de maior equidade de oportunidades entre os cidadãos que vivem em seu território;
- iii) maximização das funções de eficácia (ou seja, atingir o melhor resultado possível frente às metas de atendimento ou cobertura estabelecidas) e de efetividade (ou seja, atingir o melhor resultado possível em termos dos

objetivos sociais propostos) na provisão de serviços e no desenvolvimento de políticas e programas, conforme os termos definidos para a alocação de esforços voltados a finalidades específicas publicamente declaradas em leis, peças orçamentárias e demais documentos normativos e regulatórios;

- iv) prevalência do princípio da “pluralidade de centros de poder soberanos coordenados entre eles” (LEVI, 1993), sendo para isso fundamental que em cada área de atuação na qual se estabeleça compartilhamento de responsabilidades sejam criados e aperfeiçoados mecanismos para a desejada cooperação entre os entes federativos, de forma a se buscar que os insumos (principalmente os provenientes da União) sejam adequadamente alocados, por um lado, para a consecução de objetivos e metas aos quais especificamente se destinam, contribuindo para que os entes subnacionais possam desempenhar efetivamente as atribuições que legalmente lhes cabem ou que voluntariamente assumam, independentemente do maior ou menor volume de recursos próprios de que disponham e, ao mesmo tempo, para que seja promovida a redução das desigualdades horizontais (ou seja, entre as unidades federadas) existentes quanto à capacidade de gestão e execução de ações.

Quanto a este último item (cooperação federativa vertical orientada para cumprimento de competências e redução das desigualdades entre os entes) não é demais registrar que não é mera expressão de um ideal redistributivo. A própria Constituição de 1988 inclui entre os quatro “objetivos fundamentais” da República Federativa do Brasil o de “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (BRASIL, 1988, artigo 3º, inciso III).

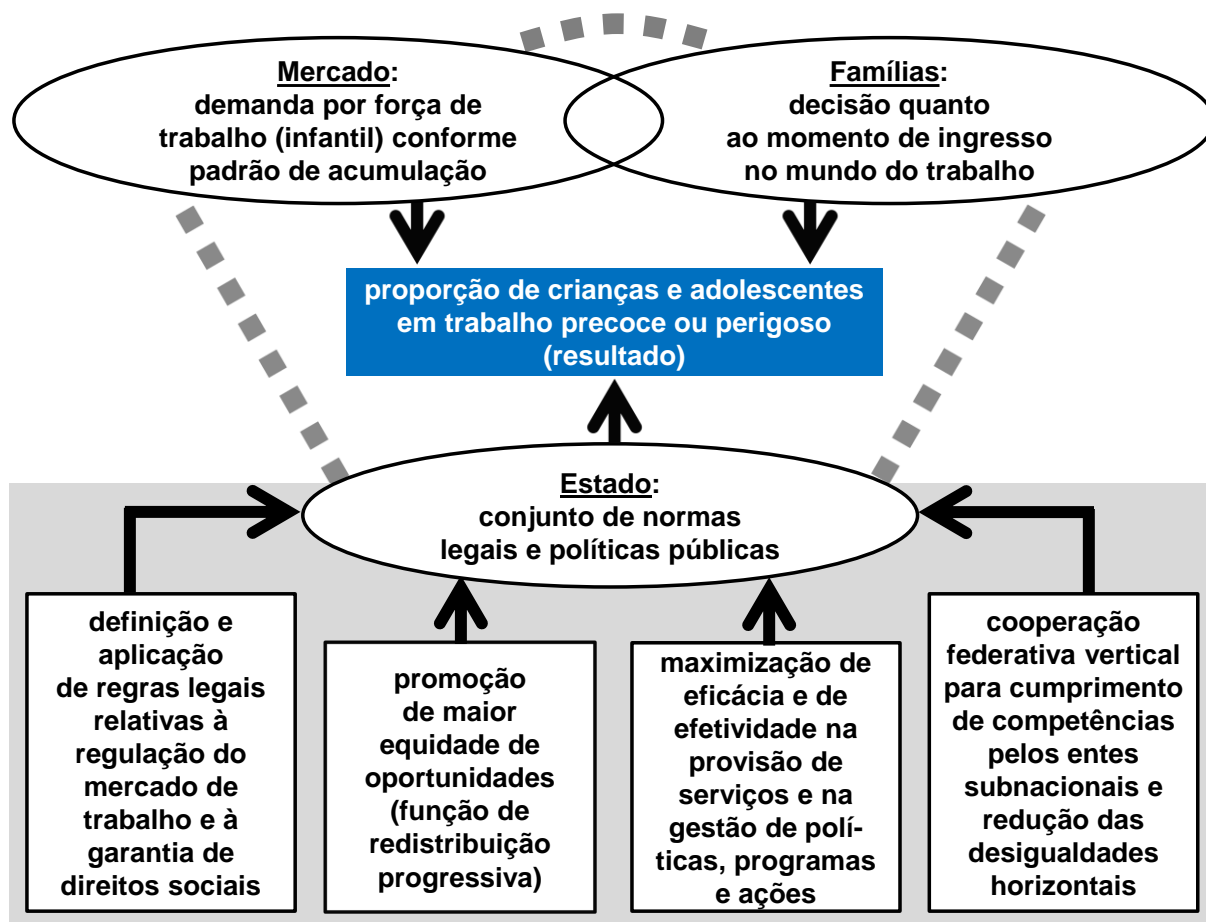
O esquema 1 apresenta graficamente uma síntese ilustrativa a respeito desta formulação do trabalho infantil como resultante da interação entre a lógica de mercado, decisões familiares e atuação do Estado.

Ao que parece, o PETI parece cumprir os dois primeiros requisitos acima alinhavados. Ainda que possam haver limites e dificuldades a respeito, ele pode sem dúvida ser visto como um Programa que: i) atua na busca de garantia de direitos sociais de crianças e adolescentes; ii) emprega parcela dos recursos públicos do país com o objetivo de promover maior equidade de oportunidades entre os

cidadãos que vivem no território nacional, beneficiando diretamente crianças e suas famílias.

### **Esquema 1**

O trabalho infantil e as esferas do mercado, da família e do Estado



Elaboração própria.

Mas, e em relação aos outros dois requisitos aqui propostos? Será possível afirmar que o Programa vem correspondendo adequadamente ao que se poderia esperar em termos de maximização das funções de eficácia e efetividade? E quanto à cooperação vertical, será que o PETI pode ser considerado um Programa que vem viabilizando o adequado cumprimento das competências entre os três níveis de governo e contribuindo para a redução das desigualdades entre os entes subnacionais?



Na seção 1.1 já indicamos a inegável tendência de queda do trabalho infantil no Brasil contemporâneo, e na seção 1.2 fornecemos alguns dados relativos à evolução do PETI desde sua criação em 1996. Assim, do simples confronto entre estas informações e as questões preliminares aqui alinhavadas já emergem, de imediato, os dois principais desafios de pesquisa.

Inicialmente, é necessário perguntar em que medida se pode atribuir ao PETI a tendência de redução do trabalho infantil que se vem verificando desde os anos 90. O fato de os dois processos (implantação e expansão do Programa, e queda do trabalho infantil) ocorrerem simultaneamente não é suficiente para identificarmos relação de causa e efeito entre eles.

Este primeiro desafio – atendimento do PETI *versus* redução do trabalho infantil – não admite resposta simples e direta. Mesmo uma pesquisa de avaliação de impacto, que envolveria neste caso elevados custos, exigindo de saída a definição de uma amostra de abrangência nacional, enfrentaria o enorme desafio para estabelecer rigorosa relação de causalidade entre o atendimento do Programa e a saída do trabalho infantil.

Mas, conforme discutiremos adiante, o uso de alguns indicadores indiretos pode nos fornecer respostas bastante sólidas a respeito, por meio, por exemplo, do cotejamento entre os números relativos à cobertura do PETI e à variação das taxas de atividade de crianças em cada Estado e município do país, ou pela comparação da evolução do trabalho infantil em municípios atendidos pelo Programa com aqueles afetados nos que não aderiram, e assim por diante. Conforme será melhor explicado, estes serão alguns caminhos que percorreremos neste estudo.

O segundo desafio, central nesta pesquisa, reside na busca de variáveis explicativas que nos ajudem a entender a adesão (ou não) dos entes subnacionais ao Programa, de forma a compreendermos se as regras e mecanismos de cooperação intergovernamental previstos no PETI são estimulantes para que seja ampliado o combate o trabalho infantil no país.

Para este segundo desafio – relação entre as regras de cooperação previstas e a maior ou menor adesão municipal – será necessário irmos também um pouco além do próprio Programa.

É necessário que busquemos preliminarmente identificar a existência de relações entre a presença e cobertura do Programa nos municípios e a incidência do trabalho infantil nos mesmos. Em seguida outras questões poderão ser investigadas. Poderá a realidade fiscal dos municípios ser considerada variável explicativa da adesão ao PETI?

Muito embora a evolução do trabalho infantil nos municípios não possa ser vista como uma variável que depende exclusivamente da presença e cobertura do Programa, é razoável esperar que em localidades nas quais o Programa esteja presente e com cobertura considerável, o trabalho infantil esteja sendo reduzido. Mas, haverá correlação significativa entre a cobertura do Programa e a própria evolução do trabalho infantil nos municípios? De forma bastante sintética, nossa questão de pesquisa relativa às relações intergovernamentais pode ser definida nos seguintes termos: as regras de cooperação previstas e implantadas no âmbito do PETI estão contribuindo para fazer avançar a redução do trabalho infantil no Brasil no período recente?

Dessa forma, e de maneira bastante sintética, são dois os objetivos dessa pesquisa:

- i) analisar a evolução do trabalho infantil no Brasil contemporâneo na busca de identificação dos principais fatores a ela associados;
- ii) analisar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil quanto à cooperação intergovernamental para o enfrentamento da questão.

Em nosso entendimento, a atuação do Estado brasileiro no combate ao trabalho infantil encontra atualmente duas ordens de dificuldades que limitam muito o alcance das ações do PETI em termos de melhores resultados no combate ao trabalho infantil no país.

A primeira é exógena ao Programa. Ela diz respeito à existência de importante lacuna no arcabouço jurídico e normativo da questão no Brasil.

Na análise documental que realizamos no intuito de compreender a distribuição de competências e os mecanismos de cooperação entre os entes da federação a respeito do enfrentamento do trabalho infantil, o que identificamos foi que, apesar

dos importantes avanços jurídicos relativos à proteção dos direitos da criança e do adolescente, e também no campo da política nacional de assistência social, há um verdadeiro vácuo sobre a responsabilização das autoridades a respeito do trabalho infantil. Em outras palavras, nenhuma autoridade eleita está sujeita à obrigação de desenvolver ações nesta área, ainda que a proibição do trabalho infantil seja norma constitucional. Em nosso entendimento, é basicamente essa a razão pela qual a adesão dos municípios ao PETI é voluntária <sup>5</sup>.

A segunda ordem de dificuldades é endógena ao Programa, e diz respeito aos seus próprios limites para fazer avançar, no Brasil contemporâneo, o enfrentamento da questão por meio do estímulo à cooperação intergovernamental. É em relação a esta segunda ordem de dificuldades que formulamos a hipótese central deste trabalho.

Pelo que até aqui já foi exposto, ela pode ser apresentada nos seguintes termos: embora tenha representado avanço enquanto estratégia adotada na segunda metade dos anos 90, se consideradas as mudanças que o país vivenciou desde então, o PETI vem progressivamente apresentando importantes limitações para o adequado enfrentamento do trabalho infantil, sendo parte de tais limitações associadas ao desenho pouco atraente do Programa para o estímulo à maior cooperação dos entes subnacionais, seja em termos de novas adesões, seja em termos de expansão da cobertura.

Para que seja possível encontrar as respostas necessárias à confirmação (ou rejeição) desta hipótese central, é preciso proceder por passos e abordar o problema gradativamente.

Para isso, além dessa hipótese central, definimos outras três hipóteses auxiliares de forma a desenvolver a investigação das questões envolvidas sob ângulos distintos,

---

5. Tal análise incluiu os mais importantes marcos legais, ou seja, a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Orgânica da Assistência Social e a Consolidação das Leis do Trabalho (BRASIL, 1988; 1990; 1993; 1943), os documentos orientadores e regulatórios da política de assistência social, ou seja, a Política Nacional de Assistência Social e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (MINISTÉRIO ... – MDS, 2004b; 2005b), e o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador (COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL, 2011). Entretanto, por considerá-lo excessivo à discussão aqui desenvolvida, optamos por não incluir neste trabalho o material analítico a respeito, apenas indicando a principal conclusão a que chegamos.

organizando nosso percurso metodológico em etapas de pesquisa a elas associadas, conforme passamos a apresentar.

A segunda hipótese formulada para esta pesquisa foi a de que, sendo fortemente associada ao nível de desenvolvimento socioeconômico dos países, a ocorrência do trabalho infantil no Brasil permanece mais elevada do que seria razoável esperar frente aos indicadores do país.

Para a confirmação (ou rejeição) desta hipótese o capítulo 2 foi dedicado à comparação de algumas variáveis para um amplo conjunto de países. A análise desenvolvida teve como resultado a rejeição desta segunda hipótese.

Entretanto, mesmo tendo resultado em rejeição desta hipótese (originalmente formulada nos termos acima apresentados), a análise desenvolvida no capítulo 2 permitiu identificarmos, entre as variáveis estudadas, quais estão mais ou menos claramente associadas à ocorrência do trabalho infantil. Isso foi bastante útil para a análise dos fatores associados ao trabalho infantil em âmbito nacional e das diferenças a respeito de sua ocorrência entre Estados e municípios brasileiros, conforme discutido nos capítulos subsequentes.

A terceira hipótese que formulamos, mais estreitamente associada ao PETI, foi a de que a variação em termos da incidência de trabalho infantil ocorrida na década passada nos municípios brasileiros não apresenta correlação elevada com o nível de cobertura do PETI nos mesmos.

Para isso, foi analisada a evolução recente do problema nos Estados e nos municípios brasileiros (capítulos 3 e 4). Buscamos confrontar dados relativos à incidência de trabalho infantil com os de cobertura do PETI e, também, trabalhar com outras variáveis independentes associadas à renda, demografia etc., de forma a confirmarmos (ou rejeitarmos) esta hipótese.

Por fim, a quarta hipótese originalmente formulada foi a de que, ao desconsiderar que a desigualdade brasileira se expressa em termos das distintas realidades socioeconômicas relativas à demanda e aos tipos de trabalho infantil, o PETI pode estar caminhando, caso permaneça em sua atual configuração, para ficar cada vez mais circunscrito aos municípios mais pobres e com menor capacidade fiscal. Em outros termos, esta quarta hipótese é a de que permanece elevado o número de

municípios com maior potencial econômico e fiscal que não aderem ao PETI, muito embora em muitos deles seja considerável a magnitude do trabalho infantil.

Para a verificação desta hipótese foram analisados dados relativos à distribuição do atendimento do Programa no conjunto dos municípios brasileiros. Buscamos verificar se é possível identificar tendência de expansão na sua abrangência quanto ao número de municípios e variações expressivas no número de beneficiários ao longo dos anos ou se, ao contrário, o PETI apresenta um padrão de continuidade ou de poucas mudanças quanto aos municípios abrangidos e à cobertura em cada um deles.

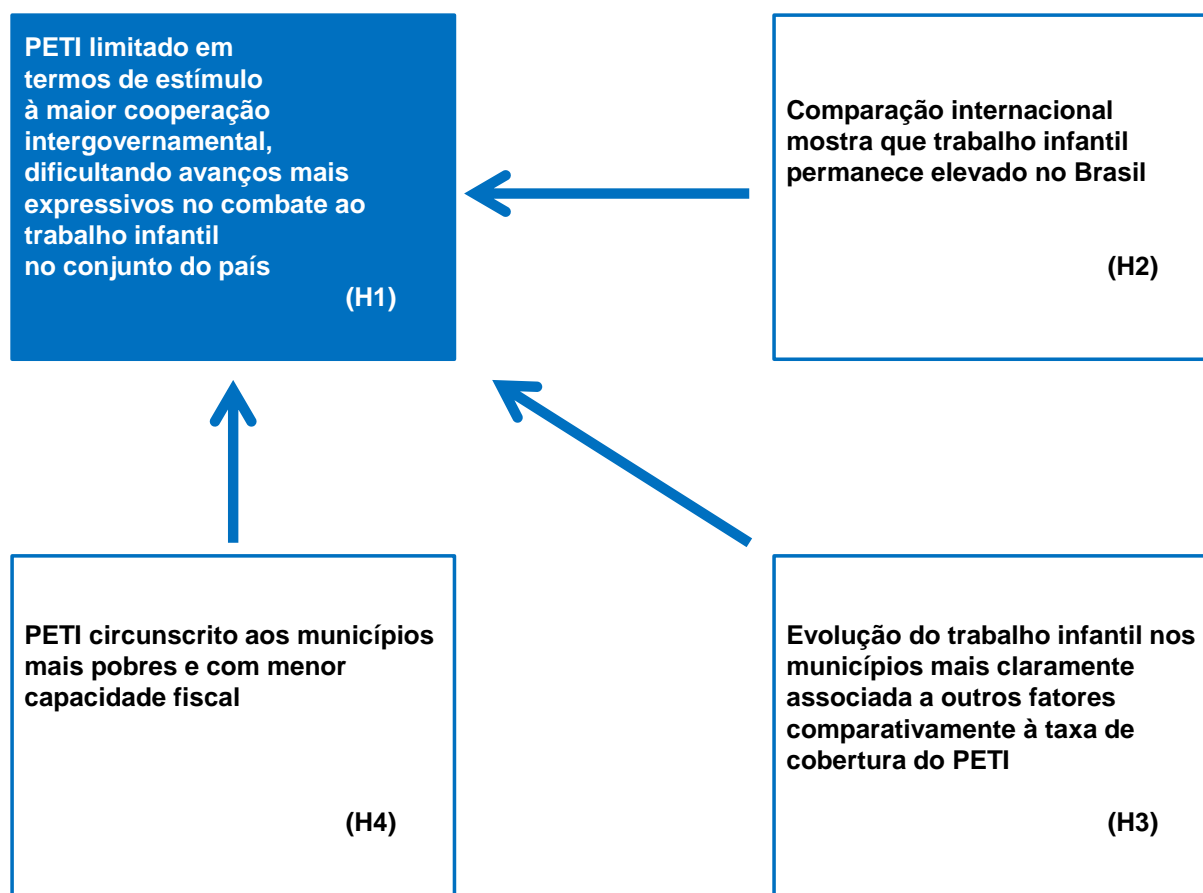
Denominando as quatro hipóteses aqui apresentadas como H1, H2, H3 e H4, o esquema 2 apresenta uma síntese das ideias nelas contidas. Ele busca evidenciar, nos termos originalmente formulados para esta pesquisa, que a hipótese central (H1) tenderia a ser confirmada na medida em que as outras também o fossem. Do contrário, ou seja, caso as demais hipóteses (H2, H3, H4) se mostrassem pouco consistentes ou fossem rejeitadas, a hipótese central também seria. Como mencionado, a segunda hipótese (H2) foi rejeitada. Mas, conforme será visto, H3 e H4 foram plenamente confirmadas pelos dados.

Conforme evidencia este conjunto de hipóteses de pesquisa, nosso percurso metodológico abrange principalmente o confronto de indicadores baseados em dados estatísticos oficiais. Além disso, o estudo de fontes bibliográficas foi fundamental no esforço para melhor situarmos e definirmos o escopo desta pesquisa em dois campos de debate.

O primeiro campo de debate é referente aos estudos sobre o trabalho infantil e o PETI desenvolvidos no Brasil por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. A produção acadêmica a respeito foi objeto de análise na forma de um amplo balanço bibliográfico a respeito. Entretanto, frente à considerável quantidade de trabalhos e à diversificada gama de aspectos estudados e de enfoques analíticos a respeito, o balanço assumiu amplitude que extrapolou os objetivos específicos de nosso trabalho. Por esse motivo optamos por apresentar os seus resultados como elemento adicional da pesquisa, separado do corpo do texto, na forma do apêndice A (ver p. 323 e seguintes).

## **Esquema 2**

A confirmação consistente da hipótese central (H1) depende da confirmação consistente das demais hipóteses de trabalho (H2 a H4)



Elaboração própria.

O segundo campo de debate, sobre o qual discorreremos na próxima e última seção deste capítulo introdutório (seção 1.4), é relativo à cooperação intergovernamental no âmbito das políticas sociais no Brasil pós-1988.

Além deste capítulo introdutório e do mencionado apêndice A, o trabalho está organizado em mais quatro capítulos.

No capítulo 2, é desenvolvida uma análise comparativa a respeito da incidência do trabalho infantil em âmbito internacional e de sua evolução. O objetivo central do capítulo é investigar, por meio da comparação internacional, quais os fatores associados à menor ou maior ocorrência do trabalho infantil.

Para fazer frente a este objetivo, iniciamos a discussão pela análise das Convenções 138 e 182 da OIT e da adesão dos países às mesmas (seção 2.1). Em seguida são analisadas as fontes de informação disponíveis e discutidas algumas questões de ordem metodológica para a comparação entre países a respeito do assunto (seção 2.2).

As seções 2.3 e 2.4 são dedicadas, respectivamente, à análise da evolução das taxas de atividade desde meados do século passado em diferentes regiões do mundo, e à investigação sobre os fatores associados ao trabalho infantil no mundo contemporâneo, para o que foi selecionada uma amostra de países a respeito dos quais comparamos um conjunto de variáveis relativas ao desenvolvimento humano, à produção e renda, à demografia, à urbanização, ao mercado de trabalho e ao gasto público. Como mencionado, este “olhar para fora”, por assim dizer, nos forneceu elementos fundamentais para a compreensão do caso brasileiro, objeto dos dois capítulos seguintes.

O capítulo 3 também está organizado em quatro partes, seguindo estrutura similar à definida para o capítulo 2 de forma a buscarmos compreender a relação entre as desigualdades regionais e os fatores associados ao trabalho infantil no Brasil contemporâneo.

Para perseguir este objetivo foi necessário preliminarmente desenvolver análise relativa às fontes de informações estatísticas sobre o trabalho de crianças e adolescentes (seção 3.1), para em seguida buscarmos compreender a evolução da participação de crianças no trabalho no país desde meados do século XX (seção 3.2). Nesta seção confrontamos as taxas de atividade e os dados sobre ocupação disponibilizados pelos censos demográficos e pela PNAD com outros indicadores econômicos e demográficos, de forma a constituirmos um panorama a respeito das mudanças pelas quais passou o Brasil desde então.

Na seção 3.3 a discussão iniciada na anterior prossegue, mas agora a ênfase recai sobre a evolução do mercado de trabalho, com a escolha de alguns Estados brasileiros, para os quais é comparada a evolução de alguns indicadores de forma a permitir uma primeira aproximação relativa à relação entre a incidência do trabalho infantil e as desigualdades regionais brasileiras desde os anos 50.

Na seção 3.4, nos mesmos moldes da última seção do capítulo anterior, são analisados os fatores associados à incidência o trabalho infantil nos Estados brasileiros no período recente.

No capítulo 4 o PETI é analisado no contexto da federação brasileira quanto à sua abrangência e cobertura.

A seção 4.1 é dedicada á discussão sobre a evolução recente do trabalho infantil e a cobertura do PETI nos Estados brasileiros, com a subseção 4.1.1 discutindo mais especificamente a queda da ocupação de crianças de cinco a nove anos, e a 4.1.2 confrontando os dados relativos às variações da ocupação de crianças de 10 a 14 anos segundo diferentes fontes e a cobertura do PETI nos Estados.

Na seção 4.2 a evolução do trabalho infantil é analisada de forma mais desagregada, buscando-se entender as diferenças quanto à sua incidência para o conjunto de municípios brasileiros, em primeiro plano quanto aos fatores associados (subseção 4.2.1), nos mesmos moldes adotados para a comparação entre países e entre Estados brasileiros, e em seguida, buscando-se investigar se, e em que medida, a adesão ao PETI e a cobertura do Programa está associada às variações nas taxas de atividade das crianças de 10 a 14 anos verificadas nos municípios brasileiros na década passada.

Na seção 4.3, a presença e a cobertura do PETI nos municípios brasileiros é discutida sob outro prisma: o da alocação de recursos orçamentários do Programa por meio das transferências que realiza aos municípios para que desenvolvam as ações nele previstas.

No capítulo 5 desenvolvemos breve comentário conclusivo.

Após as referências bibliográficas, foram acrescentados dois apêndices na parte final do trabalho.

Conforme já mencionado, o Apêndice A apresenta um balanço sobre a produção acadêmica brasileira acerca do trabalho infantil no período recente.

Após análise da evolução quantitativa da produção sobre o tema, realizada sobretudo a partir de outros levantamentos sobre o estado da arte a respeito (seção A.1), apresentamos a metodologia empregada e o balanço da produção por área do



conhecimento, discutindo a relevância do tema “trabalho infantil” no conjunto dos trabalhos produzidos em cada uma delas (seção A.2).

Na seção A.3 realizamos esforço de categorização dos trabalhos conforme cinco eixos analíticos:

- a) características, causas e efeitos do trabalho infantil;
- b) dimensões cultural, simbólica e ideológica do trabalho infantil;
- c) as ações não governamentais;
- d) estudos sobre o estado da arte; e
- e) produção sobre as ações do Estado frente ao trabalho infantil.

Na análise da produção categorizada neste quinto eixo analítico, conferimos ênfase à reflexão sobre as diferentes formas de atuação do Estado no enfrentamento da questão, e principalmente à reflexão da academia sobre o PETI.

Na seção A.4 é realizado breve comentário que sintetiza a análise desenvolvida, com indicação de algumas lacunas relativas à produção analisada. Na seção A.5 são apresentados quadros relativos às categorizações adotadas no plano tabular, de forma a permitir a identificação do conjunto de 421 títulos classificados em cada uma delas, que aparecem na listagem ao final da mesma seção.

No Apêndice B são apresentadas as convenções adotadas neste trabalho e a tabela 30, na qual consta série histórica com dados brutos (extraídos dos censos demográficos e da PNAD) relativos ao período de 1950 a 2013 a respeito da população de cinco a catorze anos economicamente ativa e ocupada no Brasil.

#### **1.4 Referencial teórico sobre a cooperação intergovernamental no âmbito das políticas sociais no Brasil**

As relações de tensão, conflito e cooperação entre distintas organizações governamentais abarca um amplo leque de questões e veio se consolidando como um dos temas clássicos das ciências humanas e sociais na era moderna, despertando interesse em diversas áreas do conhecimento, principalmente na

ciência política, mas também na sociologia, no direito, na psicologia social e na administração pública, entre outras.

A reflexão em torno do federalismo diz respeito a uma variada gama de preocupações centrais à própria ideia e emergência do Estado-nação tal como o conhecemos no mundo contemporâneo. Neste debate estão presentes aspectos tão amplos e fundamentais quanto a forma de organização do Estado, a coexistência entre diferentes centros de poder no mesmo território, o maior ou menor grau de autonomia de cada nível de governo para decidir sobre variado e extenso leque de assuntos da coletividade, o potencial de expansão (ou os riscos de retração) da participação cívica, as garantias dos governados contra os riscos de abusos e usurpações pelos governantes, as circunstâncias que favorecem (ou dificultam) o ideal do bom governo em cada um dos polos do binômio centralização-descentralização etc.

No conhecido *Dicionário de Política* organizado por Bobbio e outros, Levi interpreta o federalismo em acepção mais ampla que aquela que designa a teoria sobre uma forma específica de Estado, considerando tratar-se de uma “doutrina social global”. Para o autor, “o primeiro grande pensador federalista” (LEVI, 1993, p. 479) foi Kant, por ter desenvolvido a ideia de um governo supranacional, na forma de uma federação mundial de Estados, como o único caminho possível para a viabilização da sonhada “paz perpétua” entre os homens e as nações.

Segundo o mesmo autor, “a primeira e uma das mais completas formulações da teoria do Estado federal” foi a série de ensaios publicados pelos federalistas norte-americanos, sobretudo pela estreita relação que estabelece entre esta forma de Estado e o constitucionalismo:

o princípio constitucional no qual se baseia o Estado federal é a pluralidade de centros de poder soberanos coordenados entre eles. [...] Em particular, a superação do princípio da indivisibilidade da soberania, com a possibilidade de fazer coexistir na mesma área constitucional duas ordens de poderes soberanos, permite conciliar as vantagens da pequena dimensão, na qual os indivíduos têm maior possibilidade de participar diretamente e com continuidade do processo de formação das decisões políticas e onde o poder pode ser submetido a um controle mais direto por parte do povo, de modo que possa ser deixado um amplo espaço para o autogoverno das comunidades locais, com as vantagens da grande dimensão, exigida pelas condições modernas da produção industrial e técnica militar e necessária para manter o desenvolvimento econômico e a independência política (LEVI, 1993, p. 481-482, grifo nosso).

Contemporaneamente, e principalmente no âmbito das ciências sociais aplicadas, o debate em torno do federalismo tem dedicado atenção a uma ampla gama de dimensões em termos das relações horizontais e verticais entre os entes federativos.

No Brasil, o debate tem envolvido aspectos cruciais tais como, por exemplo, o próprio uso legítimo da força, o grau de autonomia dos entes em termos de controle das máquinas administrativas e frente aos princípios que regem a administração pública, as regras relativas aos regimes de contratação e previdenciários dos servidores públicos, o poder de estabelecer e cobrar impostos e taxas, a alocação orçamentária dos recursos, as regras de contratação e terceirização de serviços, os limites relativos à gestão da dívida pública (contração e amortização de empréstimos), o desenvolvimento socioeconômico de regiões e o combate às disparidades entre elas, entre outras.

Além disso, especial atenção tem sido dedicada à divisão de competências relativas ao estabelecimento e gestão de políticas públicas em diferentes áreas, incluindo as diferenças de papéis quanto aos processos de decisão e formulação, por um lado, e de execução por outro.

Com relação especificamente a este aspecto, alguns pesquisadores vêm se perguntando sobre as possibilidades e os desafios quanto à cooperação intergovernamental, envolvendo aspectos relativos não apenas à autonomia de cada nível de governo, mas questões de diversas ordens diretamente associadas à distribuição dos recursos públicos.

Após desfeitas algumas das ilusões que, desde os debates por ocasião da Assembleia Nacional Constituinte, povoaram nossas perspectivas sobre a vitalidade do poder local e o potencial dos municípios como o espaço por excelência da democracia, da participação, e da possibilidade de prestação de bons e justos serviços aos cidadãos, mais recentemente temos nos perguntado como estão efetivamente funcionando políticas em diferentes áreas, com destaque para as políticas sociais, nas quais estamos cumprindo ampla agenda de reformas desde o início da redemocratização.

Não há dúvida sobre a ampla e crescente produção acadêmica envolvendo variados aspectos relativos às mudanças recentes nas políticas públicas brasileiras. Parece-

nos, entretanto, que o debate apresenta importante lacuna quanto ao interesse temático específico deste trabalho.

Evidentemente, de uma perspectiva mais abrangente, não são poucos os trabalhos dedicados a diversas características envolvidas em temas amplos como o pacto federativo brasileiro, as tendências de descentralização das políticas sociais em geral, as recentes mudanças na política de assistência social ou a garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Mas, apesar disso, é ainda escassa a reflexão a respeito de como vem evoluindo nosso arranjo federativo quanto às regras de cooperação e cofinanciamento no âmbito da política nacional de assistência social e, ainda mais especificamente, no que a ela compete quanto aos serviços e programas voltados às crianças e adolescentes em vulnerabilidade, seja esta situação determinada pelo trabalho precoce ou perigoso, ou por quaisquer outras formas de violação de direitos (maus-tratos, abandono, abuso sexual etc.).

Embora não seja o caso de um balanço exaustivo dos mencionados temas mais amplos, alguns trabalhos são importantes referências para a reflexão aqui proposta, mesmo que alguns deles tratem apenas tangencialmente o tema de interesse mais específico deste trabalho. Alguns deles fornecem alguns dados empíricos que podem ser úteis para uma primeira aproximação de algumas questões de nosso interesse.

Como mencionado, o federalismo e a descentralização estão certamente entre os temas clássicos da ciência política. Mas o debate teórico a respeito vem sendo revisado, em parte como decorrência da crescente disponibilização de dados relativos a múltiplos aspectos que esses termos envolvem. Isso vem propiciando o desenvolvimento de estudos que apontam que, muitas vezes, a descentralização

cria uma forma de governo mais complexa e entrelaçada que pouco se parece com as formas de descentralização previstas nos manuais sobre o federalismo fiscal ou nas teorias de escolha pública (RODDEN, 2005, p. 10).

Em perspectiva comparativa, o mencionado autor analisou dados relativos a 43 países dos cinco continentes (não apenas federações), que indicam inequívoco avanço, desde os anos 70, das tendências descentralizadoras. As medidas adotadas no estudo evidenciam o crescimento da relevância dos governos subnacionais em aspectos tão diversos quanto a ocorrência regular de eleições regionais e locais, o número de países nos quais existe o direito legal de o governo

central “anular as decisões e políticas tomadas localmente” (entre 1975 e 1995 o percentual de países onde isso pode ocorrer declinou de 79% para 40%), além da atuação subnacional em políticas nas áreas de educação “primária”, infraestrutura e segurança.

Quanto às variáveis utilizadas para medir a descentralização fiscal, o estudo situa o Brasil dos anos 90 em 10ª posição, entre 38 países com dados disponíveis, quanto à participação percentual dos governos subnacionais no total dos gastos públicos, e em 9º lugar (entre 32 países) quanto ao peso das receitas próprias dos governos subnacionais na arrecadação global (RODDEN, 2005, p. 10-12).

Entre os trabalhos dedicados a estudar os vários aspectos das tendências descentralizadoras das políticas sociais para os níveis subnacionais de governo no Brasil da redemocratização, um dos pioneiros foi o de Almeida (1995), no qual a autora analisou o processo tal como vinha ocorrendo no pós-88 em quatro políticas sociais (saúde, assistência social, educação e habitação).

Com exceção da saúde, para a qual se gestava um projeto claramente descentralizador desde os anos 80, nos demais casos a autora identificou a falta de uma política de descentralização nacional associada à fraqueza ou inexistência de coalizões pró-descentralização (ALMEIDA, M. H. T., 1995, p. 96, quadro II), o que poderia frustrar a construção de um novo modelo de federalismo mais cooperativo. O trabalho já chamava atenção para os riscos de processos descentralizadores “por ausência” de atuação da esfera federal tanto na provisão quanto no próprio processo de coordenação da reorganização das competências, e destacou a área da assistência social como aquela na qual, até então, menos mudanças estavam ocorrendo. Dessa forma, e sob tais perspectivas,

[...] a descentralização em curso nas áreas sociais analisadas corre o risco de confirmar, quando não de agravar, as disparidades intra e inter-regionais geradas sob o federalismo centralizado. A forma pela qual se tem processado o rearranjo de competências, especialmente nos casos de descentralização por ausência, pode neutralizar ou perverter o efeito de equidade que toda política social tem por meta.

[...] a questão central é encontrar as formas institucionais capazes de compatibilizar a igualdade jurídica com as enormes assimetrias econômicas e sociais, que se projetam em desigualdades regionais. Nas áreas sociais isto requer uma distribuição de competências flexível e não uniforme, que leve em consideração a capacidade efetiva das unidades subnacionais para assumir cada uma das funções (ALMEIDA, M. H. T., 1995, p. 105, grifo nosso).

Outros estudiosos do tema dedicaram atenção aos diferentes aspectos da descentralização e da redistribuição de competências entre os entes federativos no pós-88, enfocando por vezes a questão desde a perspectiva local, como, por exemplo, em estudo sobre a busca de “novos arranjos institucionais” no nível local de governo para a gestão de políticas públicas (FARAH, 2001), ou do ponto de vista central, nos quais se analisou, por exemplo, as estratégias federais de busca de “um novo modelo descentralizado de gestão” da proteção social brasileira (ARRETCHE, 1997, p. 22).

Neste debate, grande importância foi atribuída às iniciativas desencadeadas pelo nível federal de governo para a busca de soluções capazes de superar as tensões descentralização-recentralização (AFFONSO, 2000) e às mudanças nos arcabouços institucionais das políticas a partir do papel de efetiva coordenação exercido pelo governo federal, por meio de variados mecanismos, configurando “um sistema complexo de relações intergovernamentais que combina incentivos e sanções aos entes subnacionais” (SOUZA, C., 2005).

Desde os anos 80 e, principalmente, a partir do processo constituinte, a agenda de reformas das políticas sociais (notadamente saúde, educação e assistência social) foi se consolidando em torno de um relativamente amplo consenso quanto à descentralização. Mas, desde então, os termos deste debate vêm mudando.

Alguns autores contribuíram formulando críticas, a partir de uma perspectiva teórica mais ampla, ao predomínio da ideia de descentralização ou fortalecimento do poder local (ou municipal) como necessariamente associada à democratização e à melhoria na gestão das políticas sociais, e alertaram para a necessidade de uma posição mais cuidadosa a partir do apontamento dos dilemas, limites e desafios em torno dos processos de descentralização (MELO, 1996; NUNES, 1996), inclusive pela existência de “projetos alternativos em disputa” entre os quais não estava descartada a “reafirmação de práticas clientelistas no nível local” (FARAH, 2001).

Além disso, se a descentralização, mais que a centralização, parece capaz de encarnar os ideais da participação e da cidadania na tradição política brasileira, no pós-88 estes ideais não deixaram de ter que enfrentar “o contramovimento da acumulação flexível advindo da terceira revolução industrial” e os efeitos a ela associados como a precarização das relações de trabalho, as pressões sobre as conquistas associadas ao arcabouço do *welfare state* etc. (FONSECA, 2007).

A produção acadêmica a respeito passou a dedicar atenção também ao potencial e aos limites dos possíveis arranjos da descentralização – por exemplo, se mais “cooperativo”, sob coordenação federal, ou mais “competitivo”, com maior autonomia dos entes subnacionais – do que propriamente à tensão centralização-descentralização (COSTA, V. M. F. et al., 1998, p. 45).

Em análise quanto ao “papel dos municípios em relação às políticas públicas” no pós-democratização, Farah enxerga dois períodos: o primeiro é marcado por “forte protagonismo municipal e por inovações emanadas do local”, e o segundo, “ainda não suficientemente estudado”, parece estar se caracterizando “por um papel crescentemente reativo dos municípios, em que a adesão a programas federais constitui um dos elementos mais marcantes” (FARAH, 2012, p. 3-4). A autora conclui sua análise apontando que

as políticas públicas hoje no Brasil são, sem dúvida, mais descentralizadas do que nos anos 80, cumprindo o *desideratum* dos movimentos que lutaram pela democratização e atendendo à orientação constitucional. No entanto, o lugar ocupado pelo município no “sistema de políticas públicas” do federalismo brasileiro descentralizado sofreu alterações importantes desde a década de 80, sob influência de movimentos contraditórios. De um lado, um movimento de inovação que parte do local, no qual o município assume um papel central na formulação de alternativas de políticas públicas. De outro lado, um movimento de integração do município a um processo nacional de formulação de políticas públicas, sob a liderança do governo federal. Este processo é marcado, por sua vez, por uma tensão entre uma perspectiva *top down* de formulação e implementação de políticas e uma perspectiva de construção de políticas que enfatiza a cooperação entre os entes federados e a participação da sociedade civil (FARAH, 2012, p. 19).

Nos termos deste debate, e com base, em ampla medida, na experiência a partir das mudanças implementadas no âmbito da saúde e da educação, vem ganhando força a percepção de que o maior ou menor sucesso das mudanças rumo à descentralização das políticas sociais está fortemente associado a este papel de coordenação e às transferências adicionais desde o governo federal como fator indutor decisivo para que os governos subnacionais assumam novas responsabilidades.

Esse fator influenciaria fortemente a redefinição do arcabouço institucional, ao propiciar um ambiente de maior interesse cooperativo nas relações entre os entes federativos, facilitando assim a implementação de mudanças nesta ou naquela política pública, a melhoria dos processos de gestão de programas governamentais de amplo alcance, e ganhos em termos de eficiência, eficácia e efetividade ou

impactos (ABRUCIO, 2005; AFONSO et al., [2001?]; ALMEIDA, M. H. T., 2005; ARRETCHE, 1997 e 2004; ARRETCHE et al., 2012; FRANZESE et al., 2009; LOTTA et al., 2014; SOUZA, C., 2004 e 2005). Mas, a depender dos termos em que ocorre essa coordenação, e de outros tantos fatores de ordem local, as mudanças assumem feições muito distintas, sobretudo em um país tão heterogêneo como o Brasil (PAPI, 2009).

Ao realizar um balanço do que denominou como o primeiro (1985-1988) e o segundo (1995-2002) ciclos de reformas do sistema de proteção social brasileiro a partir do fim da ditadura militar, Draibe destacou a assistência social e a saúde como as áreas de políticas sociais mais fortalecidas pelas novas regras constitucionais (DRAIBE, 2003, p. 70), sobretudo se considerado que nestes casos o arcabouço legado pelo período do arbítrio se mostrava totalmente inadequado ou havia sofrido forte desmonte.

No campo da assistência social a autora destacou a importância das mudanças em termos de sua institucionalidade, com a aquisição de *status* de política pública de direito, o arcabouço legal democratizante com a criação de conselhos, fundos e conferências, a criação do Fundo de Combate à Pobreza, e a extinção da Legião Brasileira de Assistência – LBA, “a agência de clientelismo e assistencialismo, por excelência” (idem, 87), e também a implantação de iniciativas com foco no combate à pobreza, notadamente o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e demais programas de transferência de renda.

Mas, para além dessa nova institucionalidade, mesmo enxergando o Programa Comunidade Solidária, em termos de concepção, como “uma estratégia inovadora de coordenação das ações federais, em parceria com estados, municípios e sociedade, segundo os princípios da descentralização e da solidariedade” (DRAIBE, 2003, p. 74), no que diz respeito às regras e mecanismos de financiamento reguladores das relações intergovernamentais para a gestão das políticas sociais a mesma autora destacou a ocorrência de mudanças relevantes apenas para as áreas da saúde e educação.

De outro lado, não foram poucos os autores que, já desde os primeiros dias do governo Fernando Henrique Cardoso, perceberam nas mudanças que então começaram a ser operadas na gestão da assistência social a negação dos princípios e diretrizes preconizados pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Além de



outras críticas de ordens diversas, as decisões adotadas naquela gestão estariam assim inviabilizando a concretização de um padrão regulatório efetivamente descentralizador.

Para a consolidação da política de assistência social como efetivo campo de direitos (ou seja, para além da mera previsão nos textos legais) e eixo promotor da inclusão social, seria assim “indispensável que a descentralização [fosse] planejada e concertada em âmbito nacional” (PEREIRA, 1998, p. 122), enquanto outras análises identificaram, além da continuidade do quadro de fragmentação herdado na área, problemas diversos relacionados à “falta de clareza na definição de funções ou a mera ‘entrega’ de receitas e encargos para os níveis subnacionais (...) como expressão de omissão e descoordenação” do nível federal de governo (NOGUEIRA, 1997, p. 17).

Assim, apesar da aprovação da LOAS já em 1993, alguns autores destacam que, comparativamente aos avanços verificados nas áreas da saúde e da educação, as reformas na assistência social voltadas ao reordenamento das relações intergovernamentais foram mais lentas e enfrentaram importantes percalços (ARRETCHE, 1999; FRANZESE, 2010).

De fato, como se sabe, nos casos da saúde e da educação, importantes mudanças no que tange às relações intergovernamentais e ao cofinanciamento foram desencadeadas e consolidadas bem antes comparativamente às ainda hoje incipientes mudanças introduzidas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Na saúde, o Sistema Único da Saúde (SUS) vem adotando novo marco regulatório quanto às relações intergovernamentais desde o início dos anos 90, a partir da Norma Operacional Básica 01/91, e em que pesem os limites e tensões entre os três níveis de governo quanto ao cofinanciamento, a sistemática consolidou-se nos anos 90 com as normas operacionais editadas posteriormente, nas quais não apenas foi sendo aperfeiçoada a original, mas também progressivamente ampliado o escopo de atuação da área (LEVCOVITZ et al., 2001).

No âmbito da educação, a instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), por meio da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, foi o principal marco a partir do qual o

cofinanciamento vem sendo reorganizado, ainda que então apenas para o nível fundamental de ensino. Posteriormente, por meio da Emenda Constitucional nº 53 de 2006, foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que incorporou ao mecanismo de cofinanciamento também a educação infantil e o ensino médio.

Além disso, se as mudanças preconizadas pelo SUAS a partir do marco regulatório definido pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS (MINISTÉRIO ... – MDS, 2004b) e pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS (MINISTÉRIO ... – MDS, 2005b) vêm introduzindo “um padrão de relações intergovernamentais mais cooperativo, a expansão do Bolsa Família se sustenta sob um modelo predominantemente centralizado no governo federal” (FRANZESE, 2010, p. 135; e também ALMEIDA, M. H. T., 2005), ainda que nos últimos anos os governos municipais venham assumindo crescentes responsabilidades de cunho administrativo e operacional no âmbito deste Programa, como são exemplos o cadastramento e recadastramento periódico das famílias, e o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades (frequência à escola, vacinação etc.) por parte dos beneficiários.

Outras importantes características distintivas da trajetória do SUAS comparativamente às mudanças introduzidas nas áreas da educação e da saúde nas últimas décadas são a inexistência de vinculação constitucional de recursos tributários para o seu financiamento, e o papel atribuído às entidades sociais como executoras, junto aos níveis subnacionais de governo, de grande parte das ações a serem desenvolvidas (GRAEF, 2010).

Assim, muito embora sejam inegáveis os avanços recentes na área da assistência social em termos de seu fortalecimento como política pública de direito, ainda hoje permanecem vários desafios para a consolidação e aperfeiçoamento do SUAS, com destaque para “alguns problemas relacionados à estruturação formal do sistema e sua organização federativa, ao seu financiamento e à relação público-privada na assistência” (INSTITUTO ... – IPEA, 2011, p. 78).

Mas se o debate em torno dos arranjos relativos à cooperação intergovernamental vem avançando no que diz respeito às relações entre os três níveis de governo no âmbito das políticas sociais de recorte setorial mais “tradicional” ou com

institucionalidade historicamente mais arraigada, não parece estar ocorrendo o mesmo em relação a outros aspectos relacionados ao tema da cooperação.

O debate no Brasil é ainda incipiente (ou talvez inexistente) em relação a várias outras possibilidades de cooperação, sobretudo as que não passam necessariamente pelo eixo central-local, como é o caso dos arranjos metropolitanos. Spink et al. (2009) alertam para a desatenção geral na agenda pública brasileira para este espaço das relações entre os entes estatais. Para estes autores, na ocasião do debate constituinte, além da possibilidade de que os Estados possam instituir regiões metropolitanas por meio de lei complementar prevista no artigo 24, parágrafo 3º da Constituição Federal de 1988, o

Congresso não criou nenhum incentivo a mais para a cooperação e o discurso municipalista tornou qualquer argumento a favor de outros arranjos organizativos de pouco efeito (SPINK et al., 2009, p. 459).

No mesmo sentido se pode apontar para a ausência de debate público e mesmo acadêmico sobre as possibilidades de arranjos envolvendo a cooperação entre entes governamentais e inclusive atores não estatais em outras áreas de políticas tais como, por exemplo, aquelas nas quais predominam poderosos interesses econômicos de setores oligopolizados do capital detentores de amplas fatias de mercado para a prestação de serviços urbanos em áreas essenciais como o transporte público e a gestão dos resíduos sólidos (JACOBI et al., 2011).

A mesma lacuna no debate a respeito dos arranjos cooperativos se verifica na produção sobre temas relacionados à garantia de direitos da criança e do adolescente, ao combate ao trabalho infantil, às chamadas políticas transversais, para mencionar alguns exemplos, ainda que sob variados aspectos estes temas venham sendo objeto de atenção por grande número de estudiosos.

Assim, se por um lado, o debate recente denota importante enfoque na reconfiguração da política de assistência social como um todo e à introdução de novos arranjos federativos para sua consolidação, com alguns autores buscando inclusive discutir como esses processos vêm ocorrendo no âmbito dos programas de transferência de renda (AFONSO, 2007; LÍCIO, 2004), por outro, o mesmo tipo de preocupação em relação ao conjunto de programas e ações voltados especificamente à proteção das crianças e adolescentes em grave vulnerabilidade sob responsabilidade desta política social parece menos frequente.

Não é que esteja secundarizada a preocupação com o tema da assistência social, e muito menos com o da infância em desvantagem social. Certamente é vasta a produção reflexiva sobre as crianças e adolescentes em vulnerabilidade, na qual são abordados distintos aspectos relativos ao sistema de garantia de direitos.

Tendo como referência analítica algumas das mudanças institucionais na atenção às “crianças e adolescentes em situação de risco” no campo da assistência social a partir da instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Costa e outros (COSTA, B. L. D. et al., 1997) cotejaram informações gerais sobre 11 iniciativas desenvolvidas por governos municipais, na primeira metade dos anos 90, voltadas a esta parcela da população, e reconhecidas como inovadoras. Os autores identificaram avanços importantes nos programas e projetos analisados, mas chamam atenção para tensões de diversas ordens a respeito de questões relacionadas à participação, à capacitação, à fragmentação das ações, e aos binômios “parceria x reprivatização”, e universalização x seletividade/focalização, apontando a necessidade de aprofundamento do debate em torno destes temas no contexto então ainda incipiente da descentralização e da municipalização da política de assistência social e da proteção à infância e juventude.

É possível também identificar autores preocupados com questões relacionadas aos papéis dos três níveis de governo nesta ou naquela área de atenção à infância, como é o caso, por exemplo, das medidas socioeducativas previstas no ECA (COSTA, A. C. G., 2009). Mas são mais raros estudos que discutam como vem ocorrendo a distribuição, entre os entes federativos, dos recursos federais destinados ao conjunto de programas e serviços socioassistenciais especificamente voltados a esta parcela da população.

Em relação à política de assistência social com um todo, o estudo de Castro et al. (2008) mostra a inequívoca expansão do gasto social executado diretamente pelo nível federal de governo entre 1995 e 2005, tanto em valores reais (de R\$179,8 bilhões para R\$312,4 bilhões, correspondendo a um crescimento de 74% em 11 anos) quanto em proporção do produto interno bruto – PIB (de 11,24% para 13,82%). Os autores chamam a atenção para o fato de que, entre as 11 “áreas de atuação” nas quais foram classificados os gastos, a da assistência social foi proporcionalmente a que mais cresceu, com os gastos saltando no mesmo período

de R\$1,3 bilhões para R\$18,8 bilhões, ou de 0,08% para 0,83% do PIB, graças principalmente à implantação e progressiva cobertura do Benefício de Prestação Continuada (BPC), e dos demais programas de transferência de renda unificados sob o Programa Bolsa Família no início do primeiro mandato Lula. Se em 1995 a assistência social ocupava apenas a 9ª posição entre as 11 áreas nas quais os autores classificaram as despesas sociais federais, em 2005 ocupava a 4ª, representando um gasto social que ultrapassou neste último ano até mesmo o da educação <sup>6</sup>.

Reis (2011) estudou o financiamento da política de assistência social para o período mais recente (2007-2010). Mas seu interesse analítico é referente às fontes de receitas e não à distribuição das despesas entre os entes federativos ou segundo as diferentes áreas de ação no âmbito desta política social. Ainda assim, vale mencionar os dados apresentados pela autora que mostram que para o período de 2006 a 2009 a média anual (não ponderada) de participação da União no financiamento desta política situou-se em torno de 78,0%, ficando sob o encargo dos municípios aproximadamente 14,5%, e dos estados apenas 7,5% (REIS, 2011, p. 48, tabela 7).

O trabalho de Mesquita et al. (2012) analisou especificamente a evolução do cofinanciamento da assistência social no período de 2002 a 2009 na tentativa de avaliar a maturidade das novas regras preconizadas pela Política Nacional de Assistência Social. Para as autoras, no período analisado:

o principal sentido da mudança foi o da consolidação do repasse automático fundo a fundo e a instituição de critérios de partilha mais equitativos. Deve-se reconhecer ainda que o repasse de recursos por meio dos pisos contribuiu para efetivar a reorientação da política, conforme preconizada na PNAS, muito embora algumas potencialidades do seu desenho original não tenham sido integralmente aproveitadas.

Um dos principais pilares no novo padrão, no entanto, diz respeito ao cofinanciamento da política pelas três esferas de governo e quanto a isso se percebe ainda importantes desafios. Desde a aprovação da NOB/Suas, é intenso o esforço de partilhar responsabilidades entre as três esferas de governo no que tange à gestão e ao financiamento do sistema, com notável atuação da CIT. Na prática, a configuração atual do financiamento da

---

6. A metodologia de cálculo do gasto social federal adotada pelos autores exclui as transferências intergovernamentais de caráter constitucional. As 11 áreas nas quais foram classificados os gastos são alimentação e nutrição, assistência social, benefícios a servidores públicos federais, cultura, desenvolvimento agrário, educação, emprego e defesa do trabalhador, habitação e urbanismo, previdência social, saneamento básico, e saúde (CASTRO et al., 2008, ver tabela 3).

política mostra que a União tem se concentrado, sobretudo, no financiamento dos benefícios socioassistenciais (Bolsa Família e BPC), enquanto o custeio dos serviços tem ficado a cargo principalmente dos municípios. Por sua vez, os estados apresentam uma participação relativamente mais fraca no cofinanciamento do sistema (MESQUITA et al., 2012, p. 66-67).

Mais especificamente em relação ao financiamento do conjunto das ações voltadas às crianças e adolescentes, o estudo de Chagas et al. (2001) analisou a evolução do gasto social federal global com esta parcela da população no período compreendido entre 1994 e 1997, desagregando os dados para as políticas sociais de educação, saúde e assistência social, e segundo os diferentes órgãos de governo. Os autores identificaram que, apesar da “redução no aporte de recursos federais com ações destinadas a crianças e adolescentes” em termos globais, na área da assistência social teria ocorrido o oposto, com “aumento do gasto *per capita*”.

Muito embora o estudo mencione também a adoção de iniciativas voltadas à reorganização da gestão da área, impulsionadas pela aprovação da LOAS e pela regulamentação do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), os autores não as relacionaram ao aumento identificado para os gastos, e alertaram para o fato de que o estudo não abrangeu a evolução dos gastos dos entes subnacionais no período em questão. Além disso, é importante lembrar que o crescimento do gasto anual *per capita* assinalado, de R\$11,34 em 1994 para R\$14,00 em 1997 (em valores de dezembro de 1996) decorreu, sobretudo, das despesas com os convênios para creches, na época ainda sob gestão financeira do então Ministério da Previdência e Assistência Social.

Por sua vez, o artigo de Boschetti et al. (2006) analisa a evolução das tendências relativas ao gasto federal na política de assistência social e nos programas para crianças e adolescentes entre 1997 e 2005, com foco mais específico nos fundos nacionais da assistência social (FNAS) e da criança e do adolescente (FNCA) na primeira metade dos anos 2000.

Quanto ao FNCA, além da irrelevância dos valores alocados comparativamente ao próprio FNAS e ao assim denominado orçamento-criança, em relação ao qual representou não mais que algo entre 0,04% e 0,21% em diferentes anos da série de 2000 a 2004 (ver tabela 7), as autoras destacam problemas de diversas ordens tais como a “reduzida capacidade de execução do orçamento autorizado”, a

“descontinuidade orçamentária”, e o “financiamento principalmente por fonte eventual e incerta” (2006, p. 86).

Já em relação ao FNAS, apesar da robustez dos recursos nele alocados na comparação com os mínguaos valores do FNCA (ver tabela 2), as conclusões das autoras apontam as seguintes tendências:

1. crescimento ainda pífio dos recursos autorizados e executados, apesar de sua ampliação crescente em relação ao orçamento da seguridade social;
2. insistente e elevada concentração dos recursos no Benefício de Prestação Continuada e na Renda Mensal Vitalícia, com redução dos recursos, manutenção e/ou leve crescimento em outras ações;
3. reduzida participação no financiamento de ações voltadas especificamente para crianças e adolescentes, revelando não ser esta a prioridade do FNAS;
4. índices de execução muito baixos em diversas ações;
5. concentração da origem de recursos na Cofins; reduzida e inconstante participação das demais fontes de financiamento (BOSCHETTI et al., 2006, p. 83, grifo nosso).

Em síntese, embora seja considerável a produção acadêmica recente a respeito de variados aspectos relativos à descentralização e às relações federativas no âmbito das distintas políticas sociais setoriais, ainda é rara a reflexão sobre questões mais específicas relacionadas às relações entre os três níveis de governo em termos da repactuação mais detalhada de suas competências no âmbito da política de assistência social, com alguns poucos estudos com foco analítico no cofinanciamento da política como um todo.

E mesmo no que tange a esta questão, com a exceção do artigo de Boschetti et al. (2006), não encontramos referência com análise específica sobre os mecanismos de cofinanciamento dos programas e serviços voltados especificamente à atenção das crianças e adolescentes em vulnerabilidade no âmbito da mesma política. O mesmo se pode afirmar quanto ao caso do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – não localizamos estudo no qual o PETI tenha sido analisado sob esse enfoque, conforme fica evidente no balanço bibliográfico a respeito apresentado no Apêndice A (p. 323 e seguintes).

Muito embora não tenha analisado especificamente o caso da assistência social e tampouco das ações voltadas à infância e adolescência, o trabalho no qual identificamos fundamentação teórica que melhor ampara os objetivos deste trabalho

e as questões neles propostas é o de Arretche, Vazquez e Gomes (2012), no qual os autores discutem as relações verticais na federação brasileira. Partindo do debate teórico e análise conceitual a respeito, comparam países latino-americanos para examinar “o problema das relações entre tipos de estado, gasto social e desempenho de políticas públicas”, e com base em algumas políticas sociais analisam “o problema da distribuição de autoridade no estado brasileiro” (ARRETCHE et al., 2012, p. 147).

No plano conceitual, os autores argumentam que muito embora a distinção entre descentralização política, descentralização fiscal e a descentralização de competências seja usual na literatura, “são poucos os trabalhos que exploram as implicações analíticas dessas diferenças” (idem, p. 147), e criticam que muitos estudos tomem indicadores sobre a proporção do gasto subnacional como *proxy* de descentralização de competências, destacando a necessidade de distinção “entre a execução de atribuições e a autonomia decisória sobre essas mesmas atribuições” (ibidem, p. 149), e que quanto maior for a regulação de uma política pelo governo central menor será a margem discricionária dos níveis subnacionais, sendo comum que isso ocorra mesmo quando a proporção de gastos destes seja elevado.

A forma federal de Estado não significa, portanto, que ocorra necessariamente elevada autonomia decisória dos entes subnacionais, podendo haver elevada coordenação do governo central em várias políticas nas quais o marco constitucional é descentralizador, já que a descentralização de execução e de gasto é distinta, vale repetir, da descentralização do poder de decisão.

Ao compararem 10 países latino-americanos, dos quais quatro federações e seis unitários, os autores concluíram que: i) em média, o patamar do gasto social é proporcionalmente mais elevado nas federações; ii) “o desempenho de políticas não pode ser explicado apenas pelo gasto” (ibidem, p. 157) já que em vários casos se verifica, em áreas de políticas, a ocorrência de melhores indicadores sociais e menores gastos; iii) que a análise de indicadores básicos de educação e saúde entre o início dos anos 90 e a década seguinte mostra que comparativamente o Brasil apresentou bom desempenho tanto em relação às federações quanto aos países unitários, tendo saído das últimas posições nas quais se encontrava no início do período, mesmo em um período no qual ocorreu “política restritiva de gasto” nestas áreas no país.



Além disto, tais incrementos [nos indicadores] ocorreram justamente no período em que operavam plenamente as características de dispersão de autoridade: autonomia política dos governos, descentralização fiscal, fragmentação e descentralização partidária. Como explicar tais resultados?

Meu argumento sustenta que os efeitos centrífugos derivados das instituições citadas acima são largamente compensados por instrumentos de regulação dos governos subnacionais, qual seja, os mecanismos institucionais empregados pelo governo central para afetar as decisões de gastos e de políticas destes últimos. Em tese, as instituições próprias aos Estados unitários permitiram ao governo central coordenar as políticas implementadas pelos governos locais. Nesse caso, a descentralização de competências implica, na verdade, desconcentração, não produzindo necessariamente tendências centrífugas. Nos Estados federativos, ao contrário, a autonomia política dos governos subnacionais é uma característica essencial, circunstâncias em que, havendo descentralização de competências, a autonomia política *pode* produzir tendências centrífugas, uma vez que cada governo *deveria*, em tese, adotar as políticas mais consoantes com as preferências de seus cidadãos. Entretanto, a autonomia política dos governos subnacionais e a descentralização de competências não *implicam necessariamente* a autonomia dos governos subnacionais para implementar políticas. Essa pode ser severamente limitada pela regulação de níveis superiores de governo. *Na presença de tais instrumentos de regulação, os Estados federativos podem superar os problemas de coordenação que são próprios aos regimes que dispersam a autoridade* (ARRETCHE et al., 2012, p. 158-159, itálicos no original).

Ao analisarem por fim a regulação federal de algumas políticas setoriais (educação, saúde, habitação popular, saneamento e transferência de renda) no Brasil a partir de 88, os autores objetivam demonstrar a utilidade da distinção entre a *policy-making* e *policy decision-making* para a melhor compreensão das mesmas.

Um primeiro aspecto que destacam, muito relevante para o nosso estudo por sua validade e implicação também para os casos específicos da assistência social e da garantia de direitos das crianças e adolescentes, é o seguinte:

Os constituintes de 1988 optaram pelo formato das competências comuns para a maior parte das políticas sociais brasileiras. Assim, qualquer ente federativo está constitucionalmente autorizado a implementar programas nas áreas de saúde, educação, assistência social, habitação e saneamento. Simetricamente, nenhum ente federativo está constitucionalmente obrigado a implementar políticas nessas áreas (ARRETCHE et al., 2012, p. 161, grifo nosso).

Mas o que há de comum entre as políticas de áreas tão distintas quanto as estudadas pelos mesmos autores no que diz respeito às relações intergovernamentais? A normatização pelo nível federal e a execução a cargo de Estados e municípios. Quanto ao financiamento há diferenças, com as transferências federais sendo decisivas na saúde, habitação e saneamento, enquanto nos programas de transferência de renda o gasto é exclusivamente federal

e na educação compartilhado entre estados e municípios, funcionando o Fundeb como mecanismo de compensação de recursos conforme o número de matrículas.

Para o que aqui nos interessa mais diretamente, concluem os autores que:

Além da autoridade para normatizar a execução descentralizada de políticas, o controle de recursos fiscais por parte dos governos centrais afeta decisivamente a extensão em que estes podem empregar o poder de gasto para induzir prioridades políticas das subunidades constituintes. Não é possível, portanto, deduzir tais arranjos a partir da forma de Estado. Diferentemente, esses variam de acordo com trajetórias particulares das políticas setoriais. Portanto, é necessário examinar a descentralização da execução das políticas em conjunto com a autoridade para decidir sobre as regras de execução dessas mesmas políticas. Essa é uma estratégia analítica fértil para examinar como a tensão entre federalismo e desigualdade tenda a ser resolvida.

(...) Nas políticas setoriais em que a União estabelece as regras e controla as fontes de financiamento, ela conta com recursos institucionais para regular as políticas executadas pelos governos subnacionais. Preenchidas essas condições, aumenta exponencialmente a capacidade de coordenação federal das políticas executadas pelos governos subnacionais. É de se esperar que resultados mais homogêneos sejam encontrados quanto maior capacidade a União tiver de empregar seus instrumentos de regulação. Nessa perspectiva, efeitos centrífugos não são diretamente derivados da fórmula federativa, mas medidas pelo modo como execução local e instrumentos de regulação federal estão combinados em cada caso particular (ARRETCHE et al., 2012, p. 171).

Embora o PETI não constitua uma política setorial e sim um programa social sob a responsabilidade setorial da assistência social, entendemos que a perspectiva analítica sugerida pelos autores é muito adequada ao melhor entendimento das relações intergovernamentais também no âmbito deste Programa.

Sendo a execução do Programa totalmente dependente da cooperação intergovernamental, mas estando todo o seu marco regulatório e o financiamento centralizado nas mãos do governo federal, será também o PETI um caso no qual a recente tendência de centralização do poder decisório nas mãos do governo nos traz perspectivas de continuidade de avanços em termos de combate ao trabalho infantil?

Ou neste caso, apesar do forte poder regulatório federal, nossa hipótese central de que o PETI é limitado em termos de estímulo à maior cooperação intergovernamental, dificultando avanços mais expressivos em termos de combate ao trabalho infantil no conjunto do país, será confirmada pela análise a ser desenvolvida nos próximos capítulos?

## CAPÍTULO 2

### INCIDÊNCIA DO TRABALHO INFANTIL EM DIFERENTES PAÍSES: O QUE MOSTRAM OS INDICADORES INTERNACIONAIS

Vivemos em um mundo de acentuadas desigualdades quanto ao acesso a bens e serviços, à distribuição de oportunidades, aos recursos de poder, e ao usufruto de direitos. Essas desigualdades e suas consequências podem ser analisadas sob diferentes prismas, conforme se queira discutir cada uma de suas muitas dimensões tais como as desigualdades de classe, de gênero, intergeracionais, raciais etc. Também podemos buscar compreendê-las desde um ponto de vista que privilegie aspectos associados à dimensão territorial das distintas formas de desigualdade, comparando nações, regiões, circunscrições políticas subnacionais, e mesmo unidades territoriais menores sem autonomia política (como bairros ou distritos de uma municipalidade, por exemplo).

Neste capítulo analisamos o trabalho infantil a partir dessa dimensão territorial, investigando por meio da comparação entre países a existência de associação entre a menor ou maior incidência de trabalho infantil e outros indicadores socioeconômicos.

Temos dois objetivos específicos nesse capítulo: a) verificar a posição do Brasil no cenário internacional quanto à incidência de trabalho infantil; b) identificar a associação entre o trabalho infantil e outras variáveis socioeconômicas que nos auxiliem a, nos capítulos seguintes, entender melhor o caso brasileiro e as desigualdades regionais e intermunicipais quanto à maior ou menor ocorrência do trabalho infantil, conforme será oportunamente discutido.

Nosso argumento central é o de que as taxas de incidência do trabalho infantil estão estreitamente associadas aos distintos níveis de riqueza e desenvolvimento dos países.

O capítulo está organizado em quatro seções.

Na primeira (seção 2.1) são analisados o papel da OIT e a agenda internacional de combate ao trabalho infantil por meio das Convenções nº 138 e nº 182.

A seção 2.2 é de caráter metodológico. São apresentadas e analisadas as fontes de informação sobre o trabalho infantil e os desafios quanto ao uso de dados para a comparação entre diferentes países.

Na seção 2.3 são apresentados e discutidos dados sobre a evolução do trabalho infantil em diferentes países desde meados do século passado.

Na seção 2.4 são confrontados dados sobre a incidência do trabalho infantil, no período recente, em 25 países com mais de 20 milhões de habitantes e, a partir daí, investigada a correlação existente entre esta variável e outros indicadores relativos ao desenvolvimento humano, à produção, à renda, à demografia, à urbanização, ao mercado de trabalho e ao gasto público.

## **2.1 A OIT e as Convenções 138 e 182**

Os organismos internacionais vêm exercendo importante papel a respeito da questão do trabalho infantil, buscando o estabelecimento de mecanismos pelos quais os países sejam estimulados à adoção de regras legais e políticas voltadas à proteção das crianças e adolescentes em todo o mundo.

Rosemberg et al. (2002) discutem, para o caso brasileiro, a forte influência das concepções do Banco Mundial na própria definição da estratégia brasileira de “erradicação” do trabalho infantil durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Por sua vez, o trabalho de Veiga (1998), além de destacar o papel histórico da OIT neste âmbito, chama atenção para a influência da Organização Mundial do Comércio (OMC) durante as discussões multilaterais ocorridas no mesmo período em torno da inclusão da chamada Cláusula Social voltada ao estabelecimento de padrões trabalhistas mínimos no âmbito do Acordo Geral de Tarifas de Comércio (GATT)<sup>7</sup>.

---

7. A sigla GATT corresponde ao nome do Acordo em língua inglesa (General Agreement on Tariffs and Trade).

A Convenção sobre os Direitos da Criança adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em novembro de 1989 (FUNDO ... – UNICEF, 2009) é o mais abrangente documento internacional a respeito, e já recebeu 194 ratificações, com exceção apenas dos Estados Unidos e da Somália (ORGANIZAÇÃO ... – ONU, 2014b). A questão do trabalho infantil é tratada no artigo 32, nos seguintes termos:

1. Os Estados Partes reconhecem o direito da criança de ser protegida contra a exploração econômica e contra a realização de qualquer trabalho que possa ser perigoso ou interferir em sua educação, ou que seja prejudicial para sua saúde ou para seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social.
2. Os Estados Partes devem adotar medidas legislativas, sociais e educacionais para assegurar a aplicação deste artigo. Para tanto, e levando em consideração os dispositivos pertinentes de outros instrumentos internacionais, os Estados Partes devem, em particular:
  - (a) estabelecer uma idade mínima ou idades mínimas para a admissão no trabalho;
  - (b) estabelecer regulamentação apropriada relativa a horários e condições de trabalho;
  - (c) estabelecer penalidades ou outras sanções apropriadas para assegurar o cumprimento efetivo deste artigo (FUNDO ... – UNICEF, 2009, p. 79).

Mas a história a respeito não começou com essa Convenção. A OIT é certamente o organismo internacional no qual o assunto é tratado há mais tempo e com maior destaque.

Em 1919, o Tratado de Versalhes deu origem à Sociedade das Nações e definiu a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que nasceu como um organismo independente e de natureza tripartite, com representantes de governos, empregadores e trabalhadores em seu Conselho de Administração conforme definido no artigo 393 do mesmo Tratado (ORGANIZACIÓN ... – OIT, 1920).

O documento relativo ao Tratado declarou como objetivo da OIT a melhoria das condições de trabalho como uma necessidade para o estabelecimento da paz baseada na justiça social, já incluindo variados aspectos relativos às mesmas.

Considerando que la Sociedad de las Naciones tiene por objeto establecer la paz universal, y que esta paz no puede fundarse sino sobre la base de la justicia social;

Considerando que existen condiciones de trabajo que implican para un gran número de personas la injusticia, la miseria y las privaciones, lo cual engendra tal descontento que la paz y la armonía universales están en peligro; y considerando que es urgente mejorar dichas condiciones, por ejemplo, en lo concerniente a la reglamentación de las horas de trabajo, a la

fijación de una duración máxima de la jornada y de la semana de trabajo, al reclutamiento de la mano de obra, a la lucha contra el paro, a la garantía de un salario que asegure condiciones de existencia decorosas, a la protección del trabajador contra las enfermedades generales o profesionales y los accidentes del trabajo, a la protección de los niños, de los adolescentes y de las mujeres, a las pensiones de vejez y de invalidez, a la defensa de los intereses de los trabajadores ocupados en el Extranjero, a la afirmación del principio de la libertad de asociación sindical, a la organización de la enseñanza profesional y técnica y a otras medidas análogas [...] (Tratado de Versalhes, Parte XIII, Preâmbulo, apud ORGANIZACIÓN ... – OIT, 1920, grifo nosso)<sup>8</sup>.

Os artigos 387 a 399 do mesmo Tratado cuidam da criação e da estrutura geral da OIT, enquanto seu funcionamento é abordado entre os artigos 400 e 427.

É importante salientar que a preocupação com o emprego da mão de obra infantil já ocupava papel de destaque desde então, já que o tema aparece entre os cinco pontos definidos no próprio Tratado para a pauta da I Conferência da OIT, que foram: a) jornada diária (8 horas) ou semanal (48 horas) de trabalho; b) prevenção da falta de trabalho e remediação de suas consequências; c) trabalho feminino (incluindo itens relativos à maternidade, trabalho noturno e trabalho insalubre); d) o trabalho de crianças (incluindo os itens relativos à idade de admissão, trabalho noturno e trabalho insalubre); e) extensão a aplicação das convenções adotadas em 1906 em Berna relativas ao trabalho noturno das mulheres na indústria e à proibição do uso do fósforo (Tratado de Versalhes, Parte XIII, Anexo, apud ORGANIZACIÓN ... – OIT, 1920).

Por ocasião do fim da II Guerra e da criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em substituição à Sociedade das Nações, em 1946 a OIT processou à revisão de sua Constituição e se tornou a primeira agência especializada das Nações Unidas, mas manteve basicamente os mesmos objetivos e também sua estrutura tripartite, na proporção de um representante dos empregadores, um dos trabalhadores, e dois representantes governamentais por Estado-membro (ver os artigos 3º e 7º da “Constitución Revisada”, em ORGANIZACIÓN ... – OIT, 2011a)<sup>9</sup>.

---

8. O Capítulo XIII do Tratado de Versalhes passou a ser o “texto constitucional” da OIT. Em 1946, por ocasião da revisão constitucional da Organização, o mencionado trecho do Preâmbulo também sofreu algumas modificações, com destaque para a substituição de “(...) lucha contra el paro (...)” por “(...) lucha contra el desempleo (...)” (ORGANIZACIÓN ... – OIT, 2011a).

9. “Agências especializadas são organizações independentes trabalhando junto à ONU e umas com as outras através da Coordenação do ECOSOC [Conselho Econômico e Social, órgão da ONU], a nível internacional, e do Quadro de Coordenação para Chefes Executivos (CEB) a nível intersecretarial” (ORGANIZACIÓN ... – ONU, 2011). São 15 as agências especializadas da ONU, entre as quais vale destacar a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura –

Nos primeiros 21 anos de sua existência, desde sua criação em 1919 até 1939, a OIT estabeleceu 67 Convenções. No período da II Guerra (1940-1945) nenhuma Convenção foi estabelecida. Nos 30 anos seguintes (1946-1975) outras 76 Convenções foram estabelecidas, e desde então (entre 1976 e 2014) mais 46, totalizando 189 Convenções sobre diferentes temas. O gráfico 5 mostra, a partir de agregação relativa aos assuntos de que tratam, a distribuição destas Convenções de acordo com os períodos mencionados, indicando a quantidade das que foram ratificadas pelo Brasil ou não.

O Brasil, na condição de país signatário do Tratado de Versalhes, é um dos 29 membros originais da OIT, sendo também um dos países que mais ratificou convenções, compreendendo um total de 96, correspondendo a 50,8% das 189 convenções estabelecidas <sup>10</sup>.

Conforme evidencia o gráfico 5, quando classificadas por assuntos, grande parte destas convenções são relativas a categorias profissionais específicas, totalizando 53 casos, dos quais a grande maioria é relativa à proteção de trabalhadores marítimos, pescadores e estivadores. O Brasil ratificou 23 destas Convenções.

Em seguida, temos um conjunto de 48 convenções relativas à seguridade social, políticas sociais, de emprego e outras políticas, incluindo temas como aposentadoria, proteção da maternidade, combate ao trabalho forçado, promoção de igualdade de oportunidades, capacitação, administração e inspeção do trabalho, entre outros. A maior parte deste conjunto de convenções foi estabelecida entre os anos 20 e a chamada Era de Ouro, e apenas nove delas são posteriores a 1975. O Brasil ratificou 22 dessas 48 convenções.

A mesma tendência de diminuição do número de convenções no período mais recente é observada quanto aos temas da jornada de trabalho e salários, já que 20 do total de 28 foram estabelecidas até 1970. O Brasil ratificou 14 dessas 28 convenções.

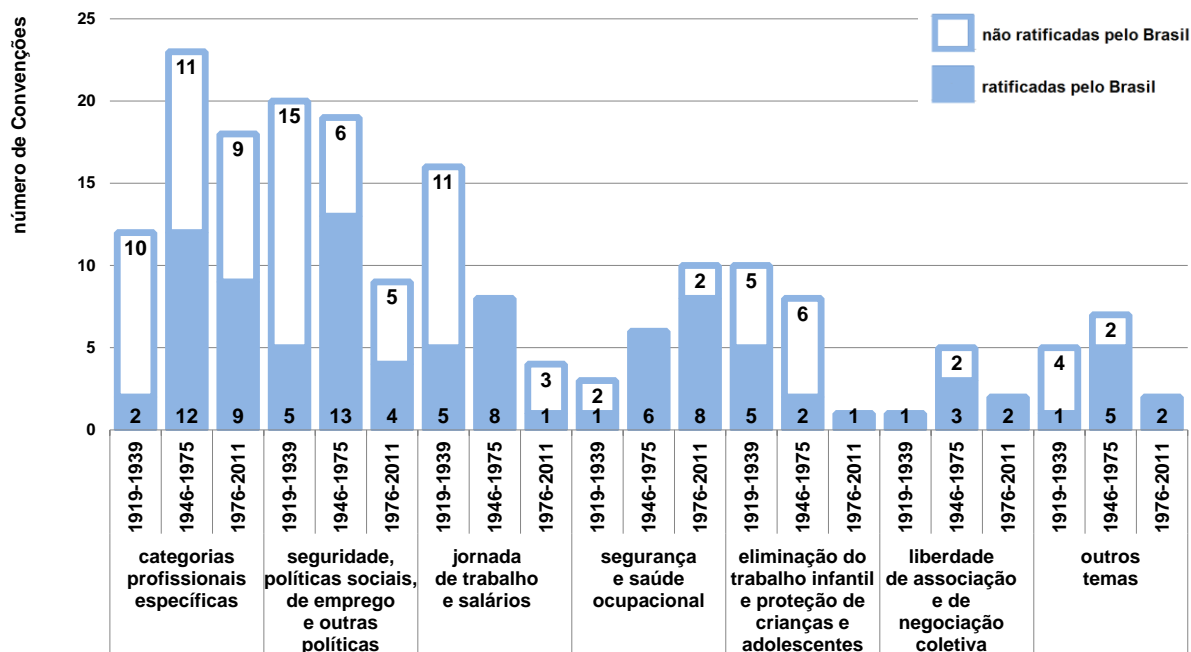
---

FAO, a Organização das Nações Unidas para Ciência, Educação e Cultura – UNESCO, a Organização Mundial de Saúde – OMS, o Grupo do Banco Mundial, e o Fundo Monetário Internacional – FMI.

10. Conforme os dados constantes em ORGANIZAÇÃO ... – OIT (2014b), somente 10 países ratificaram maior número de convenções que o Brasil, a saber: Espanha (133), França (125), Itália (113), Uruguai (109), Noruega (109), Países Baixos (107), Finlândia (104), Bélgica (103), Luxemburgo (103) e Bulgária (96).

### Gráfico 5

Distribuição das 189 Convenções estabelecidas no âmbito da OIT por assuntos e períodos segundo a situação de ratificação pelo Brasil (1919-2011)



Fonte: ORGANIZAÇÃO ... – OIT, 2014b.

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

Não estão incluídos cinco casos de "Protocolos" constantes na fonte. Na fonte, as Convenções aparecem classificadas de forma mais desagregada, de acordo com 21 assuntos, a partir dos quais foram reagrupados conforme os sete assuntos apresentados no gráfico. As convenções nº 007, nº 016, nº 058 e nº 112 aparecem na fonte classificadas em categorias profissionais específicas, mas em função do assunto específico de que tratam foram agrupadas ao conjunto relativo à eliminação do trabalho infantil e proteção das crianças e adolescentes.

Já quanto à segurança e saúde ocupacional (19 Convenções) se observa tendência de expansão no período mais recente, com participação mais expressiva do Brasil, que ratificou 15 delas. Há ainda oito convenções sobre a liberdade de associação e negociação coletiva (seis delas ratificadas pelo Brasil), e mais 14 sobre outros temas (oito ratificadas pelo Brasil), incluindo questões relativas aos povos indígenas e aos migrantes.

Sobre a eliminação do trabalho infantil e a proteção das crianças e adolescentes foram estabelecidas 19 convenções. Neste caso, conforme mostra o gráfico 5, a maior parte das Convenções foi estabelecida no período anterior à II Guerra (10 casos), enquanto oito delas entre 1946 e 1975, e apenas uma após esta data.



**Quadro 1**

Informações básicas sobre as 19 Convenções da OIT relativas à eliminação do trabalho infantil e à proteção das crianças e adolescentes (1919-2014)

número da Convenção	ano de estabelecimento	ano de entrada em vigor	assunto	países que ratificaram	países em que vigora	situação do Brasil
005	1919	1921	idade mínima na indústria	72	2	ratificou em 1934; não vigora em função do Convênio 138
006	1919	1921	trabalho noturno (dos menores) na indústria	59	50	ratificou em 1934; permanece em vigor
007	1920	1921	idade mínima no trabalho marítimo	53	1	ratificou em 1936; não vigora desde 1974
010	1921	1923	idade mínima na agricultura	55	4	não ratificou
015	1921	1922	idade mínima para estivadores e fogueiros	69	8	não ratificou
016	1921	1922	exame médico (dos menores) no trabalho marítimo	82	53	ratificou em 1936; permanece em vigor
033	1932	1935	idade mínima em trabalhos não industriais	25	2	não ratificou
058	1936	1939	exame médico (dos menores) no trabalho marítimo (revisão)	51	12	ratificou em 1938; não vigora em função do Convênio 138
059	1937	1941	idade mínima na indústria (revisão)	36	8	não ratificou
060	1937	1950	idade mínima em trabalhos não industriais (revisão)	11	0	não ratificou
077	1946	1950	exame médico (dos menores) na indústria	43	43	não ratificou
078	1946	1950	exame médico (dos menores) em trabalhos não industriais	39	39	não ratificou
079	1946	1950	trabalho noturno (dos menores) em atividades não industriais	20	20	não ratificou
090	1948	1951	trabalho noturno (dos menores) na indústria (revisão)	51	51	não ratificou
112	1959	1961	idade mínima para trabalho como pescador	29	8	não ratificou
123	1965	1967	idade mínima em trabalhos subterrâneos	41	22	não ratificou
124	1965	1967	exame médico (dos menores) em trabalhos subterrâneos	41	41	ratificou em 1970; permanece em vigor
138	1973	1976	idade mínima no trabalho	167	167	ratificou em 2001; permanece em vigor
182	1999	2000	piores formas de trabalho infantil	179	179	ratificou em 2000; permanece em vigor

Fonte: ORGANIZAÇÃO ... – OIT, 2014b.

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

As diferenças entre os números de países que ratificaram e nos quais vigora as Convenções são devidas às "denúncias", em quase todos os casos por decorrência da ratificação da Convenção nº 138.

Historicamente, a adesão brasileira às Convenções associadas à eliminação do trabalho infantil e à proteção das crianças e adolescentes permaneceu relativamente baixa até recentemente. O país ratificou oito das 19 Convenções estabelecidas.

Conforme evidencia o quadro 1, as três primeiras Convenções, voltadas ao estabelecimento da idade mínima e do trabalho noturno na indústria, e da idade mínima no trabalho marítimo, entraram em vigor em 1921, e foram ratificadas pelo Brasil entre 1934 e 1936.

Das outras sete convenções estabelecidas antes da II Guerra, o Brasil ratificou apenas duas, ambas relativas ao exame médico para o trabalho marítimo. Mas não ratificou cinco delas, relativas ao estabelecimento de idade mínima para o trabalho na agricultura, como estivadores e foguistas, na indústria (revisão), e em atividades não industriais (a original e sua revisão).

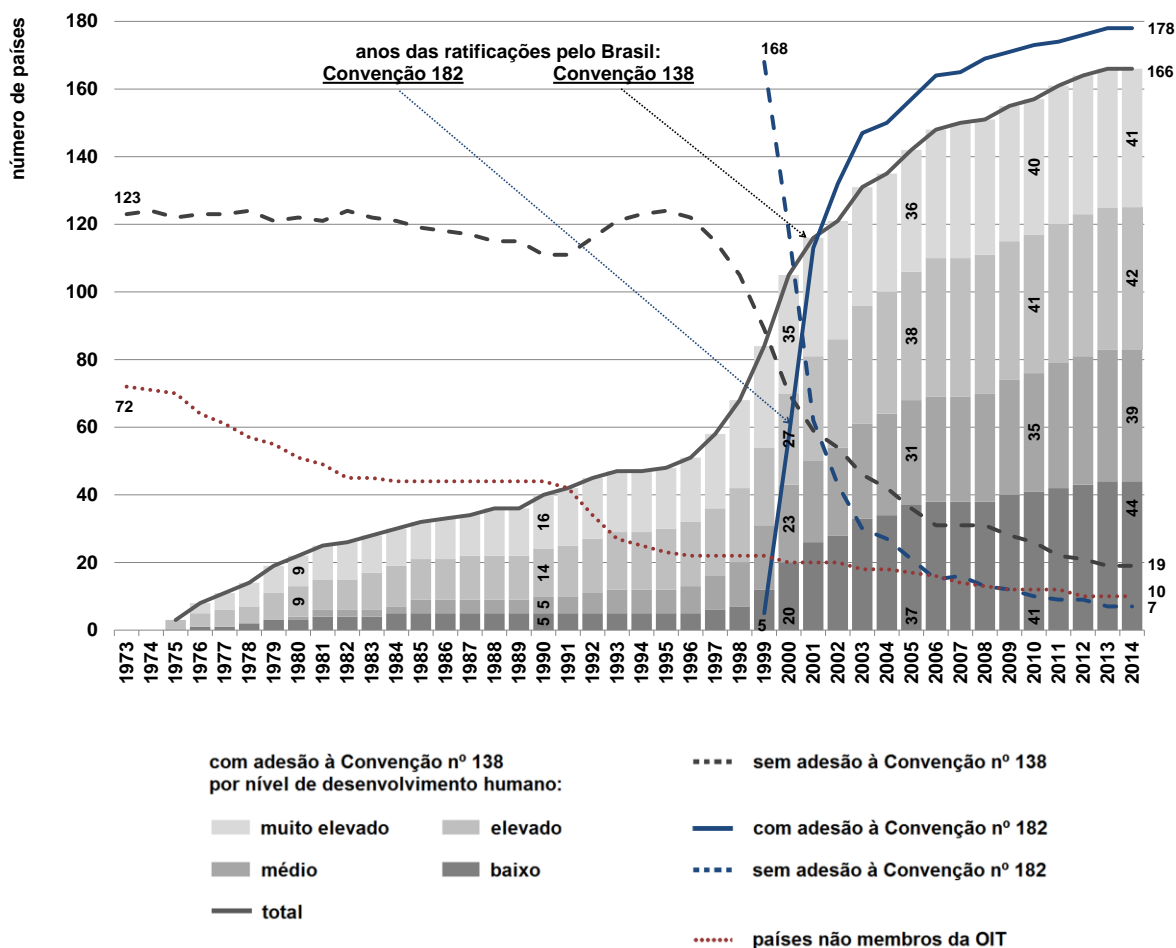
Subsequentemente, entre 1946 e 1965, foram estabelecidas outras sete Convenções, entre as quais o Brasil ratificou (em 1970) somente a Convenção nº 124 (de 1965), relativa ao exame médico para menores em trabalhos subterrâneos. Não foram ratificadas pelo país as convenções relativas ao exame médico para os menores na indústria e em trabalhos não industriais, a respeito do trabalho noturno (também na indústria e em trabalhos não industriais), e para a definição de idades mínimas para o trabalho como pescador e para o trabalho subterrâneo.

Após a Convenção nº 124, o país demorou mais três décadas para voltar a ratificar acordos sobre o trabalho infantil. Em 2000, o Brasil aderiu à Convenção nº 182 (estabelecida no ano anterior), relativa às piores formas de trabalho infantil, sendo o oitavo país a ratificar esta Convenção. E, em 2001, finalmente, o país ratificou a Convenção nº 138 (estabelecida em 1973), relativa à idade mínima para o trabalho.

Comparativamente ao que ocorreu no caso da Convenção nº 182, para a qual ocorreu elevado número de ratificações já nos primeiros anos de sua entrada em vigor, a adesão dos países à Convenção nº 138 progrediu de forma mais lenta pelo menos até meados dos anos 90 (ver gráfico 6). E mesmo com esse progresso mais lento, quando o Brasil a ratificou em junho de 2001, outros 112 países já o haviam feito, valendo observar que a maioria deles é classificada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) como de nível de desenvolvimento humano menor que o brasileiro.

### Gráfico 6

Evolução anual da adesão dos países às Convenções nº 138 (por nível de desenvolvimento humano) e nº 182 da OIT – 195 países (1973-2014)



Fontes: ORGANIZAÇÃO ... – ONU, 2014a; ORGANIZAÇÃO ... – OIT, 2014b; PROGRAMA ... – PNUD, 2013, tabela 1, p. 150-153.

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

No Relatório do PNUD consultado constam 195 países ou territórios, que foram considerados no gráfico. Destes, 193 são Estados membros da ONU e dois não (Hong Kong e Estado da Palestina). Dos 193 Estados membros da ONU, 185 são membros da OIT e oito não (Andorra, Butão, Coreia do Norte, Liechtenstein, Federação dos Estados da Micronésia, Mônaco, Nauru, e Tonga).

A classificação adotada pelo PNUD no relatório consultado considera os países em quatro faixas de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): “muito elevado” (0,805 a 0,955), “elevado” (0,712 a 0,796), “médio” (0,536 a 0,710), e “baixo” (0,304 a 0,534). Há oito casos de países sem informação quanto ao IDH, classificados na tabela consultada como “outros países ou territórios”, entre os quais São Marino e Sudão do Sul ratificaram as Convenções nº 138 e nº 182. Para os números deste gráfico classificamos estes dois países, respectivamente, como de desenvolvimento humano “muito elevado” e “baixo”.

Essas duas Convenções (nº 138 e nº 182) são atualmente as mais importantes normas internacionais que tratam do trabalho infantil, sendo ambas classificadas entre as únicas oito convenções consideradas pela própria OIT como “fundamentais”

(ORGANIZAÇÃO ... – OIT, 2014b). Como mostra o gráfico 6, a primeira delas já foi ratificada por 166 países, enquanto 178 aderiram à segunda, sendo este o maior número de ratificações entre as oito convenções fundamentais da OIT <sup>11</sup>.

Somente 19 países-membros da Organização não ratificaram a Convenção nº 138, mas entre eles alguns são bastante populosos (acima de 20 milhões de habitantes), como Arábia Saudita, Austrália, Bangladesh, Canadá, Estados Unidos, Índia, Irã, México, e Mianmar. Já entre os sete que não aderiram à Convenção nº 182, apenas a Índia possui grande contingente populacional, e além de Cuba, Somália e Eritreia (com populações em torno de 6 a 11 milhões de habitantes), os outros três países podem ser considerados “minúsculos” já que não chegam a 100 mil habitantes (Ilhas Marshall, Palau e Tuvalu).

Como mostra o quadro 1, quando foi estabelecida a Convenção nº 138 em 1973, outras 10 Convenções relativas ao estabelecimento de idade mínima para o trabalho já haviam sido estabelecidas entre 1919 e 1965. Ela representou assim o esforço de adoção de “um instrumento geral sobre a matéria, que substitua gradualmente os atuais instrumentos, aplicáveis a limitados setores econômicos, com vista à total abolição do trabalho infantil” (CONVENÇÃO, 1973, preâmbulo ), e definiu já em seu artigo 1º que:

Todo País-membro, no qual vigore esta Convenção, compromete-se a seguir uma política nacional que assegure a efetiva abolição do trabalho infantil e eleve, progressivamente, a idade mínima de admissão a emprego ou a trabalho a um nível adequado ao pleno desenvolvimento físico e mental do jovem (CONVENÇÃO, 1973, artigo 1º).

O texto do artigo 2º definiu como parâmetro que os países deveriam adotar como idade mínima para o ingresso no trabalho a idade de conclusão da escolaridade compulsória, desde que não inferior aos 15 anos de idade (CONVENÇÃO, 1973, artigo 2º, parágrafo 3), mas na prática abriu exceção que permite a sua ratificação com a adoção provisória dos 14 anos de idade:

4. Não obstante o disposto no Parágrafo 3º deste Artigo, o País-membro, cuja economia e condições do ensino não estiverem suficientemente desenvolvidas, poderá, após consulta às organizações de empregadores

---

11. Além das Convenções nº 138 e nº 182, são consideradas fundamentais as Convenções nº 029 (1930) e nº 105 (1957), sobre o trabalho forçado, as Convenções nº 087 (1948) e nº 098 (1949), relativas ao direito à liberdade sindical, e as Convenções nº 100, de 1951, sobre igualdade de remuneração, e nº 111, de 1958, sobre discriminação no trabalho (ORGANIZAÇÃO ... – OIT, 2014b).

e de trabalhadores concernentes, se as houver, definir, inicialmente, uma idade mínima de quatorze anos (CONVENÇÃO, 1973, artigo 2º, parágrafo 4º).

5. Todo País-membro que definir uma idade mínima de quatorze anos, de conformidade com a disposição do parágrafo anterior, incluirá em seus relatórios a serem apresentados sobre a aplicação desta Convenção, nos termos do Artigo 22 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, declaração:
  - a) de que subsistem os motivos dessa providência ou
  - b) de que renuncia ao direito de se valer da disposição em questão a partir de uma determinada data (CONVENÇÃO, 1973, artigo 2º, parágrafo 5º).

Além disso, o artigo 7º da mesma Convenção admite a hipótese de permissão do emprego ou trabalho “em serviços leves” mesmo aos 13 anos de idade:

1. As leis ou regulamentos nacionais poderão permitir o emprego ou trabalho a pessoas entre treze e quinze anos em serviços leves que: a) não prejudiquem sua saúde ou desenvolvimento, e b) não prejudiquem sua frequência escolar, sua participação em programas de orientação vocacional ou de treinamento aprovados pela autoridade competente ou sua capacidade de se beneficiar da instrução recebida (CONVENÇÃO, 1973, artigo 7º, parágrafo 1).

O mesmo artigo 7º define ainda que, desde que observadas as condições definidas no parágrafo 1º (acima mencionado), “a autoridade competente definirá as atividades (...) e estabelecerá o número de horas e as condições” para o desempenho deste trabalho (parágrafo 3º), e que para “os que não tenham ainda concluído a escolarização compulsória” (definida segundo a legislação de cada país), o trabalho “em serviços leves” será admitido apenas para aqueles com quinze anos (parágrafo 2º).

E, para os países que tenham ratificado a Convenção nº 138 definindo os 14 anos como idade para ingresso no trabalho, o parágrafo 4º do mesmo artigo 7º admite a mesma possibilidade de trabalho “em serviços leves” até mesmo para as crianças com 12 anos de idade, ou com 14 anos para os casos das que não tenham concluído a educação compulsória (artigo 7º, parágrafo 4º).

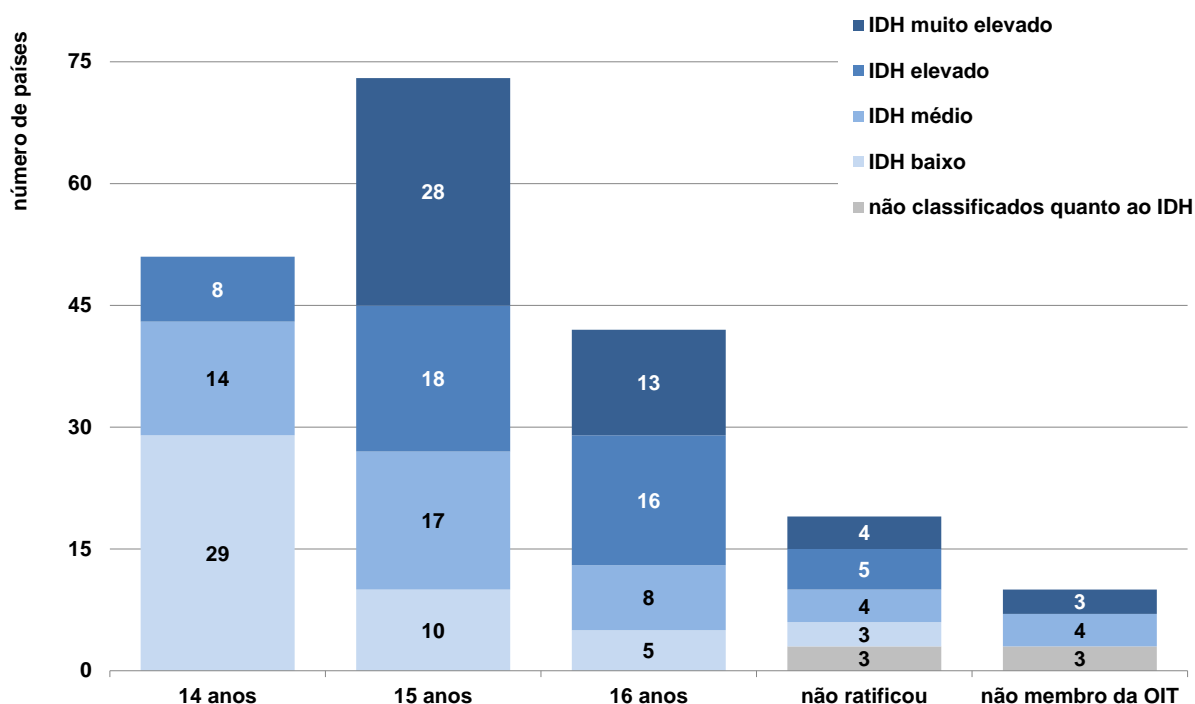
Como se vê, muito embora a Convenção nº 138 represente incontestável avanço em relação às anteriores (mais limitadas e de caráter setorial), ela é bastante flexível nas exceções que prevê. O texto busca superar barreiras à ratificação de maior número de países, e induzir o processo de escolarização e de regramento dos mercados de trabalho domésticos de forma a combater, sobretudo, a superexploração da mão de obra infantil.

O acerto da estratégia é evidenciado pela distribuição dos países que ratificaram a Convenção nº 138 conforme as idades mínimas que definiram para o ingresso no trabalho.

O gráfico 7 evidencia a tendência predominante de que a idade mínima seja maior quanto mais elevado seja o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos países. Mas esta não é uma regra geral, havendo casos de países com IDH elevado que definem os 14 anos como idade mínima e, por outro lado, casos de países com IDH baixo que definem os 16 anos.

### **Gráfico 7**

Distribuição dos países por idade mínima de ingresso no trabalho e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) conforme ratificação da Convenção nº 138 da OIT – 195 países (2014)



Fontes: ORGANIZAÇÃO ... – ONU, 2014a; ORGANIZAÇÃO ... – OIT, 2014b; PROGRAMA ... – PNUD, 2013, tabela 1, p. 150-153.

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

Para esclarecimentos sobre número de países e classificação segundo o IDH, ver nota no gráfico 6, p. 98.

Entre os 176 países que ratificaram a Convenção nº 138, 51 adotaram os 14 anos como idade mínima para ingresso no trabalho. Como mostra o mesmo gráfico 7, entre estes países está a maior parte daqueles com IDH baixo, aí incluídos alguns dos mais populosos como Paquistão, Etiópia, República Democrática do Congo e Tanzânia, apenas para mencionarmos os que possuem mais de 20 milhões de habitantes na faixa etária de 0 a 14 anos.

Um segundo grupo de países é composto pelos que adotaram os 15 anos como idade mínima, sendo o mais numeroso, totalizando 73 casos. Quanto à distribuição por IDH, este grupo apresenta maior proporção de países com IDH muito elevado (23 casos) ou elevado (18 casos), mas os países mais populosos (mais de 20 milhões de pessoas de 0 a 14 anos) estão concentrados entre aqueles com IDH médio (Indonésia, Filipinas, Egito e Vietnã) e baixo (Nigéria).

Entre os 42 países que adotam a idade de 16 anos para o ingresso no trabalho, há 29 países com IDH muito elevado (13 casos) ou elevado (16 casos), grupo este que inclui o Brasil e a Federação Russa. A China, com uma população infantil (até 14 anos) de quase 250 milhões de habitantes, compõe o grupo de países com IDH médio que também adotou os 16 anos como idade mínima para ingresso no trabalho quando ratificou a Convenção nº 138, em 1999.

Entre os 19 países que, até o momento, não ratificaram a Convenção nº 138, encontramos quatro com mais de 20 milhões de crianças com até 14 anos: Estados Unidos (IDH muito elevado), México (IDH elevado), Índia (IDH médio, com mais de 360 milhões de habitantes com até 14 anos de idade) e Bangladesh (IDH baixo) <sup>12</sup>.

Mas se, como evidenciam estes dados, já é bastante grande o desafio do combate ao trabalho infantil em âmbito internacional mesmo quando considerado apenas o parâmetro da idade mínima de ingresso, a questão se torna ainda mais complexa quando se tem em foco as condições de trabalho.

A respeito, a mesma Convenção nº 138 definiu a idade mínima de 18 anos

para a admissão a qualquer tipo de emprego ou trabalho que, por sua natureza ou circunstâncias em que for executado, possa prejudicar a saúde,

---

12. Para a identificação dos países com mais de 20 milhões de habitantes na faixa de 0 a 14 anos de idade, foi considerada a estimativa disponibilizada pela ONU (ORGANIZAÇÃO ... – ONU, 2013) para o ano de 2010.

a segurança e a moral do jovem (CONVENÇÃO, 1973, artigo 3º, parágrafo 1).

Evidentemente, além desta regra geral, e muito antes do estabelecimento da Convenção nº 182, muitos países já possuíam legislação e adotavam práticas voltadas ao combate das chamadas piores formas de trabalho infantil, incluindo proibições e limites para o trabalho em determinados setores de atividade econômica ou ocupações específicas, sobretudo mineração, trabalho marítimo, com máquinas e cargas pesadas, na construção civil, em transportes, espetáculos e venda de álcool, ou que implicassem uso de explosivos, substâncias tóxicas e radioativas, agentes patógenos, eletricidade etc. (ORGANIZACIÓN ... – OIT, 1998a, p. 30) <sup>13</sup>.

Mas foi a Convenção nº 182, adotada conjuntamente com a Recomendação nº 190 “sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para a sua Eliminação” (BRASIL, 2000a), que estabeleceu mais nitidamente as regras internacionais mínimas a respeito, definindo um patamar válido como ponto de partida, e abaixo do qual, independentemente de regulamentações por setores ou tipos de atividades, não se deve admitir o trabalho daqueles com menos de 18 anos de idade.

Os artigos 3º e 4º desta Convenção não deixam dúvidas a respeito sobre o que todos os países devem considerar e sobre os princípios e diretrizes norteadoras das decisões a serem adotadas em cada caso.

#### Artigo 3º

Para efeitos da presente Convenção, a expressão "as piores formas de trabalho infantil" abrange:

- a) todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, tais como a venda e tráfico de crianças, a servidão por dívidas e a condição de servo, e o trabalho forçado ou obrigatório, inclusive o recrutamento forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados;
- b) a utilização, o recrutamento ou a oferta de crianças para a prostituição, a produção de pornografia ou atuações pornográficas;
- c) a utilização, recrutamento ou a oferta de crianças para a realização de atividades ilícitas, em particular a produção e o tráfico de entorpecentes, tais com definidos nos tratados internacionais pertinentes; e,

---

13. Para maior detalhamento sobre as atividades perigosas por setor de atividade econômica, os riscos de lesão, e suas consequências para a saúde, ver ORGANIZACIÓN ... – OIT, 2011b, especialmente o capítulo 5.



- d) o trabalho que, por sua natureza ou pelas condições em que é realizado, é suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças.

Artigo 4º

1. Os tipos de trabalhos a que se refere o Artigo 3, d), deverão ser determinados pela legislação nacional ou pela autoridade competente, após consulta às organizações de empregadores e de trabalhadores interessadas e levando em consideração as normas internacionais na matéria, em particular os parágrafos 3 e 4 da Recomendação sobre as piores formas de trabalho infantil, 1999 (BRASIL, 2000a).

A Recomendação nº 190 chega inclusive a definir quais devem ser os objetivos centrais dos programas a serem adotados para o combate às piores formas de trabalho infantil (parágrafo 2º):

- a) identificar e denunciar as piores formas de trabalho infantil;
- b) impedir a ocupação de crianças nas piores formas de trabalho infantil ou retirá-las dessas formas de trabalho, protegê-las de represálias e garantir sua reabilitação e inserção social através de medidas que atendam a suas necessidades educacionais, físicas e psicológicas;
- c) dispensar especial atenção;
  - i) às crianças mais jovens;
  - ii) às meninas;
  - iii) ao problema do trabalho oculto, no qual as meninas estão particularmente expostas a riscos; e,
  - iv) a outros grupos de crianças que sejam especialmente vulneráveis ou tenham necessidades particulares;
- d) identificar as comunidades nas quais as crianças estejam especialmente expostas a riscos, entrar em contato direto e trabalhar com elas, e
- e) informar, sensibilizar e mobilizar a opinião pública e os grupos interessados, inclusive as crianças e suas famílias (BRASIL, 2000a).

É importante também mencionar os parágrafos 8º ao 10º da mesma Recomendação nº 190, já que neles são expressas orientações voltadas à definição da responsabilização pública e de mecanismos de cooperação e coordenação entre as autoridades incumbidas de aplicar e fiscalizar o cumprimento das normas a respeito.

- 8. Os Membros, após consulta às organizações de empregadores e de trabalhadores, deveriam estabelecer ou designar mecanismos nacionais apropriados para monitorar a aplicação das normas jurídicas nacionais sobre a proibição e a eliminação das piores formas de trabalho infantil.
- 9. Os Membros deveriam assegurar que as autoridades competentes incumbidas da aplicação das normas jurídicas nacionais sobre a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil colaborem entre si e coordenem suas atividades.
- 10. A legislação nacional ou autoridade competente deveria determinar a quem será atribuída a responsabilidade em caso de descumprimento das normas jurídicas nacionais sobre a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil (BRASIL, 2000a).

De qualquer forma, as ratificações da Convenção nº 138, sobre a idade mínima para o ingresso no trabalho, e da Convenção nº 182, sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil, trazem importantes implicações para os países em termos do estabelecimento de políticas e ações nacionais a respeito.

Ao estabelecerem, por um lado, regras mínimas a serem observadas por toda a comunidade internacional, e ao deixarem, por outro, uma margem de ação para que em cada país sejam estabelecidas normas específicas e priorizadas determinadas ações, o que se busca é garantir um ponto de equilíbrio que viabilize a ratificação das normas por grande número de países e assim um consenso e compromisso mais amplos em torno da questão. Os números de ratificações às duas Convenções parecem atestar o acerto da estratégia, sobretudo quando os comparamos aos obtidos com as Convenções que as precederam (ver quadro 1).

As duas Convenções vêm permitindo que, ao menos da perspectiva da adesão às normas internacionais, seja objetivamente estabelecida uma “fronteira comum” ao conjunto de países, ao mesmo tempo em que se legitimam fronteiras específicas a cada um deles para a definição do que seja o trabalho infantil, tanto do ponto de vista da idade para o ingresso, quanto no que diz respeito às formas de trabalho a serem ou não permitidas às crianças e adolescentes <sup>14</sup>.

O esquema 3 objetiva representar de maneira simplificada essa ideia. Ao definirem as idades mínimas para ingresso no trabalho (representadas, respectivamente, pelos pontos  $x'$  e  $x''$ ) e as piores formas de trabalho infantil (representadas, respectivamente, por condições piores que as demarcadas pelos pontos  $y'$  e  $y''$ ), dois países quaisquer (representados por “A” e “B”) acabam por definir tanto uma “fronteira” comum (área hachurada com duas cores) a ambos, quanto “fronteiras” específicas a cada um para a delimitação do que seja o trabalho infantil e, assim, do desafio para o seu combate.

Mas, evidentemente, as condições objetivas para o estabelecimento e principalmente para o cumprimento das normas a respeito são muito desiguais quando passamos a olhar comparativamente os diferentes países, conforme será analisado nas seções 2.3 e principalmente 2.4. Mas, antes disso, é necessária uma

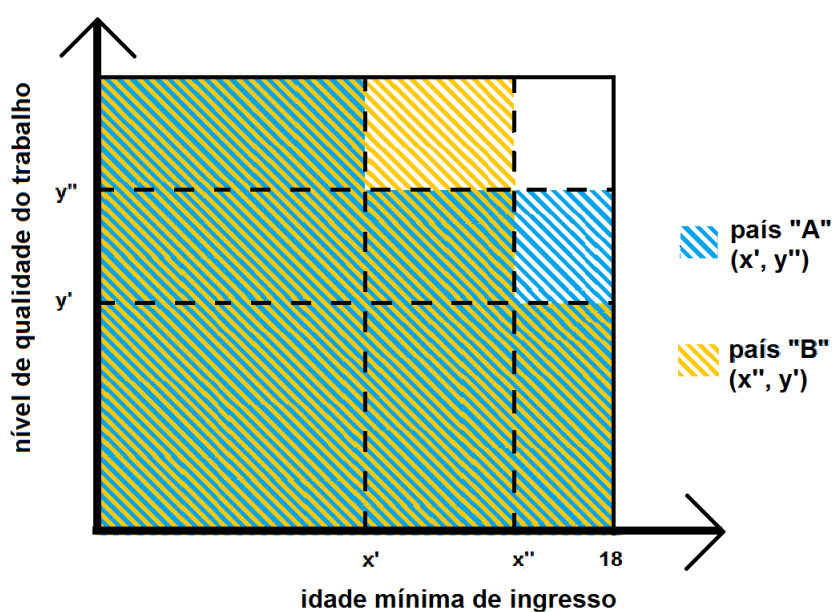
---

14. Para uma discussão detalhada sobre as implicações das Convenções nº 138 e nº 182 em termos de distinção entre o que seja ou não considerado trabalho infantil, ver ORGANIZACIÓN ... – OIT (2002, especialmente os parágrafos 24 a 41; e 2009a, Anexo, p. 71).

breve discussão sobre as fontes de informações e algumas precauções necessárias para que a comparação entre países possa ser adequadamente realizada.

### **Esquema 3**

Fronteiras para definição do trabalho infantil em dois países hipotéticos conforme normas legais definidas com base na ratificação das Convenções nº 138 e nº 182 da OIT



Elaboração própria.

## **2.2 Fontes de informação e questões de natureza metodológica para a comparação entre países**

Nesta seção nosso objetivo é, a partir da comparação entre países, identificar alguns indicadores socioeconômicos e demográficos que nos ajudem entender as diferenças entre eles quanto à incidência do trabalho infantil.

A ideia subjacente é a de que, podendo o trabalho infantil em um país ser interpretado como a resultante da interação entre a lógica de mercado (demanda por mão de obra infantil), as decisões familiares (momento de ingresso de cada membro no mundo do trabalho) e as ações do Estado (conjunto de normas e políticas que afetam o trabalho infantil), a comparação entre países quanto a variáveis que possam expressar diferentes perfis de mercado (dados econômicos), das famílias (dados demográficos) e do Estado (dados fiscais e de acesso a bens públicos) poderá nos auxiliar no entendimento das diferenças existentes entre eles quanto à incidência do trabalho infantil <sup>15</sup>.

Na medida em que seja possível identificar um conjunto de fatores (que podemos expressar na forma de “variáveis independentes”) aos quais possamos associar a maior ou menor incidência de trabalho infantil (“variável dependente”), poderemos situar o Brasil no cenário internacional. Desta maneira poderemos definir indicadores com base nos quais possamos comparar Estados e municípios brasileiros para entender porque, no país, a incidência de trabalho infantil é mais ou menos elevada em alguns lugares que em outros.

Mas para isso é necessária uma breve reflexão sobre três ordens de dificuldades que limitam a utilização de dados sobre o trabalho infantil e impõem cautela tanto no que diz respeito à sua escolha quanto à sua interpretação. São eles a disponibilidade de informações, a comparabilidade dos dados, e o efeito de ocultação das desigualdades decorrente da utilização de médias ou valores para grandes agregados. O entendimento dessas três ordens de dificuldades é necessário para orientar a própria escolha das variáveis e dos países a serem comparados.

Quanto à disponibilidade, existe grande quantidade de informações em variadas fontes. Basta mencionar uma das bases de dados que a OIT disponibiliza em sua página eletrônica, a LABORSTA, na qual encontramos dados oriundos de nada menos que 582 levantamentos nacionais, realizados entre 1947 e 2008, apenas para citarmos os que têm informações sobre as taxas de ocupação de pessoas com até 14 anos de idade.

---

15. A ideia está sintetizada no esquema 1 (p. 63).

O quadro 2 apresenta algumas informações sobre esta e outras fontes localizadas. Para cada uma estão mencionadas as principais variáveis, as formas de agregação, a cobertura (número de países) e os períodos abrangidos, evidenciando haver considerável massa de informações úteis para diferentes interesses analíticos.

Elas contêm dados oriundos de levantamentos quantitativos de diversos tipos, censitários ou amostrais, em geral de cobertura nacional, sobre condições de vida, mercado de trabalho, saúde e demografia, e trabalho infantil, entre outros.

Mas apesar da grande quantidade de dados, da diversidade de formas de levantamento, e da facilidade de acesso aos mesmos, já que estamos nos referindo apenas a fontes disponíveis em páginas eletrônicas, há algumas limitações quanto à disponibilidade de informações que não podem ser ignoradas.

A primeira delas é que, em função dos levantamentos a partir dos quais os dados são aproveitados para a organização das bases, na maior parte das fontes podem ser obtidas apenas informações relativas às taxas de atividade econômica por grupos de idade.

Em segundo lugar, estas taxas são muitas vezes calculadas a partir de dados sobre o trabalho com relação empregatícia e realizado fora de casa. Dificuldades de natureza metodológica para a coleta de dados, e elevados custos, resultam que sejam menos frequentes os levantamentos que fornecem outras informações também relevantes para o dimensionamento e caracterização do trabalho infantil. Em muitos casos, a depender das relações de trabalho envolvidas (por exemplo, trabalho junto à família) ou do tipo de atividade desempenhada pela criança ou adolescente, tais levantamentos sequer as caracterizam como trabalho.

Em terceiro lugar são mais raros os levantamentos nacionais que coletam e disponibilizam dados sobre trabalho para a população abaixo de 10 anos. Mesmo para o grupo de 10 a 14 anos, para os países economicamente mais desenvolvidos, a disponibilização de informação atualmente é bastante rara já que não mais incluem este grupo de idade em questões sobre o trabalho em suas enquetes nacionais.

## Quadro 2

Fontes com dados estatísticos sobre o trabalho infantil para vários países conforme as informações que disponibilizam

Organismo / fonte	Principais variáveis	Formas de agregação e de apresentação dos dados	cobertura e períodos
BID / Sociómetro-BID	população economicamente ativa de 10 a 14 anos (taxa de participação)	por sexo, região, área de moradia (urbana ou rural), raça e quintis de renda / percentuais	21 países (América Latina e Caribe); anos de 1986 a 2012 (conforme disponibilidade por país)
CEPAL / Anuários Estatísticos	população economicamente ativa de 10 a 14 anos (taxa de participação)	por sexo / percentuais	25 países (América Latina e Caribe); anos de 1970, 1980 e 1985 (para todos os países)
CEPAL / Boletim Demográfico	população economicamente ativa de 10 a 14 anos (números absolutos e taxa de participação estimados com base em levantamentos censitários)	por sexo / números absolutos e percentuais	20 países (América Latina e Caribe); anos de 1950, 1955, 1960, 1965 e 1970 (para todos os países)
Banco Mundial / Dados: indicadores	população de 7 a 14 anos economicamente ativa (taxa de participação)	taxas de incidência por sexo; e distribuição percentual por setores (primário, secundário e terciário), por frequência à escola ou não, e quanto ao tipo de vínculo (assalariado, familiar etc.)	98 países; anos de 1994, 1996, e de 1998 a 2012 (conforme disponibilidade por país)
OIT / Laborsta (1)	população de 10 a 14 anos economicamente ativa (números absolutos e taxas de participação)	por sexo / números absolutos e percentuais	582 levantamentos em 128 países; nos anos de 1947, 1950, 1951, 1953, 1956, 1957, de 1960 a 1966, e de 1970 a 2008 (conforme disponibilidade por país)
OIT / CL.Info	população de 5 a 14 anos envolvida em atividades econômicas e outras variáveis relativas à família, demografia, situação de estudo, quintis de renda, setor de atividade, horas trabalhadas, afazeres domésticos etc.	por sexo, grupos de idade (5-11; 12-14; 15-17, e 5-14 anos), área de moradia (urbana ou rural) / números absolutos e percentuais, conforme o caso	20 países; de 2001 a 2008 (um levantamento por país)
OIT, UNICEF e Banco Mundial / UCW – indicadores de trabalho infantil (2)	população de 5 a 14 anos envolvida em atividades econômicas e outras variáveis tais como situação de estudo, quintis de renda, setor de atividade, horas trabalhadas, afazeres domésticos etc., conforme disponibilidade nas fontes primárias	por sexo, idade (5, 6, 7 ... 14), área de moradia (urbana ou rural), entre outras formas de agregação / números absolutos e percentuais, conforme o caso	329 levantamentos em 106 países; período de 1994 a 2011 (conforme disponibilidade por país)
UNICEF / Childinfo	população de 5 a 14 anos envolvida em trabalho infantil (taxa de participação)	dados por sexo, área de moradia (rural ou urbana) e quintis de renda / percentuais	103 países; período de 2000 a 2010 (um levantamento por país)

Fontes: BANCO ... – BID, 2014; BANCO MUNDIAL, 2014a, 2014b; COMISIÓN ... – CEPAL, 1985, 1986, 1996; FUNDO ... – UNICEF, 2014; ORGANIZAÇÃO ... – OIT, 2014c; ORGANIZACIÓN ... – OIT, 2014a, 2014b; UCW – ..., 2014.

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

- (1) Dos 582 levantamentos, 496 apresentam dados para o grupo de 10 a 14 anos de idade, e 86 para outros grupos de idade (10 a 15, 11 a 12, 11 a 14, 12 a 14, 13 a 14, e 14 anos). Para levantamentos de 2009 em diante a OIT disponibiliza as informações em outra base, denominada ILOSTAT, prevista para incorporar e substituir a LABORSTA. Mas, para o grupo de 10 a 14 anos de idade, a ILOSTAT disponibiliza somente dados relativos aos países que adotam idade mínima para o trabalho inferior aos 15 anos.
- (2) Em alguns casos, em função das próprias fontes das quais os dados são oriundos, as variáveis e formas de agregação são diferentes do padrão geral de apresentação adotado.

Uma quarta limitação é que, com a exceção de estudos específicos e de cobertura mais limitada, há pouca disponibilidade de informação estatística que permita o dimensionamento, para qualquer grupo de idade, das piores formas de trabalho infantil.

E, por fim, a julgar pelos dados disponíveis nas fontes mencionadas no quadro 2, há muitos países sem nenhuma ou com informação pouco confiável para o período recente, incluindo alguns dos mais populosos como a China, a Índia, os Estados Unidos e a Federação Russa.

Assim, até mesmo a OIT trabalha com estimativas em seus estudos voltados ao dimensionamento e monitoramento dos avanços mundiais em relação ao trabalho infantil <sup>16</sup>.

De forma a suprir tais lacunas, melhorar a disponibilidade de informações e permitir melhor dimensionamento em nível mundial e em muitos países, a OIT desenvolve, desde o final dos anos 90, o Programa de Informação Estatística e Monitoramento do Trabalho Infantil (SIMPOC, na sigla em inglês), por meio do qual já forneceu suporte para mais de 60 levantamentos sobre o trabalho infantil em todo o mundo. Esse esforço vem permitindo maior padronização quanto ao tipo de informação levantada, formas de coleta, e agregação dos dados, o que viabiliza maior segurança na sua utilização para fins de análise comparativa.

Mas também quanto à comparabilidade dos dados disponibilizados a respeito dos diferentes países existem limitações e precauções necessárias.

A primeira é que as legislações definem de formas distintas o que seja o trabalho infantil. É certo que as Convenções nº 138 e nº 182, além de outras ações desenvolvidas em âmbito internacional, vêm resultando, ao longo dos anos, na construção de amplo consenso a respeito, conforme já comentado e ilustrado no esquema 3 (p. 106).

---

16. Para uma discussão sobre os procedimentos empregados para as estimativas globais do trabalho infantil, ver Organização ... – OIT (2010; 2013, gráfico 22) e Diallo et al. (2010). Para as orientações da OIT relativas à padronização dos levantamentos a respeito, ver Organización ... – OIT (2005; 2008). Para os levantamentos realizados em diferentes países, ver a página eletrônica por meio da qual o Programa disponibiliza inclusive os microdados de vários deles (<<http://www.ilo.int/ipecc/ChildlabourstatisticsSIMPOC/Questionnairesurveysandreports/lang--en/index.htm>>).

Mas há diferenças, de maneira que para o adequado dimensionamento do trabalho infantil em cada país (e a comparação entre eles) não basta conhecermos a proporção da população economicamente ativa neste ou naquele grupo de idade já que, como visto, a própria Convenção nº 138 admite diferentes idades conforme cada situação e país.

Uma vez que, metodologicamente, tal limitação é atualmente incontornável a partir das informações disponíveis, o que se pode fazer é definir critérios de forma a que possamos trabalhar com um ou outro *proxy*, conforme o interesse analítico.

Em segundo lugar, para a comparação entre os países mesmo quanto às taxas de atividade econômica, são necessárias cautelas. Ainda enfrentamos limites decorrentes da falta de padronização dos dados disponibilizados, diferenças de natureza amostral e quanto à definição de variáveis, além de outras como a forma de coleta, os questionários adotados, o plano tabular, e até quanto às categorias empregadas para agregação das informações. Além disso, não se pode ignorar a existência de problemas associados à confiabilidade dos levantamentos, que podem decorrer tanto de equívocos metodológicos quanto de interesses políticos em jogo já que nem sempre os órgãos responsáveis trabalham com a necessária independência. Quanto a isso, os usuários de informações têm pouco mais a fazer do que definir alguns critérios sobre a oportunidade de uso de determinados dados. Estas limitações certamente não impedem a utilização confiável de grande quantidade de informações para uso comparativo, mas devem ser consideradas para a escolha das fontes e seleção dos dados conforme a finalidade analítica específica.

O terceiro problema relativo à comparação entre países diz respeito ao efeito de ocultação das desigualdades decorrente da utilização de médias ou valores para grandes agregados. Não é necessário citar números para compreendermos que ao comparamos países a partir das taxas de atividade econômica em determinado grupo de idade (7 a 14 anos, por exemplo), a variável escolhida oculta o fato de que em cada país há maiores ou menores diferenças quanto à incidência quanto aos sexos, aos vários subgrupos de idade (7 a 9, 10 a 12, e 13 e 14 anos, por exemplo), aos grupos de renda (1º e 5º quintis de renda, por exemplo), entre o rural e o urbano, e ainda mais entre as diferentes regiões, o que limita nossa compreensão sobre eventuais similaridades e diferenças entre os países comparados.



Mas, conforme será visto, apesar destas limitações, com as cautelas necessárias, a comparação entre países pode iluminar nossa percepção quanto aos principais fatores de desenvolvimento socioeconômico associados à maior ou menor ocorrência do trabalho entre crianças e adolescentes.

Quase sempre realizados ou apoiados pela OIT, há estudos que reúnem ou utilizam informações sobre o trabalho infantil em diferentes países, ainda que nem sempre com o objetivo de análise comparada. Alguns buscam compilar de forma padronizada informações de caráter diagnóstico sobre diferentes países, analisando-se para cada um deles as estatísticas disponíveis, as legislações, o perfil das crianças e adolescentes envolvidas no trabalho infantil, e as principais políticas e ações voltadas ao seu enfrentamento. São exemplos dois estudos realizados pela OIT para os países andinos e do Mercosul (ORGANIZACIÓN ... – OIT, 1998b; 1998c).

Existem também pesquisas de caráter diagnóstico que utilizam informações já disponíveis em variadas fontes enquanto outras optam pela coleta de dados específicos em vários países na busca de aprofundamento do conhecimento sobre aspectos específicos do trabalho infantil. Este é o caso, por exemplo, de estudos que analisam o trabalho doméstico em países latino-americanos (ORGANIZACIÓN ... – OIT, 2004; COMISIÓN ... – CEPAL et al., 2009).

Utilizando informações para grande quantidade de países, dois estudos recentes realizados pela OIT buscaram associar objetivamente as diferenças quanto às taxas de incidência de trabalho infantil a outros indicadores econômicos e sociais.

Um deles comparou as diferenças de incidência de trabalho infantil na população de cinco a catorze anos entre os quintis de renda mais baixa e mais elevada para 14 países, e constatou diferenças muito acentuadas em quase todos eles (ORGANIZACIÓN ... – OIT, 2013, p. xvi). O mesmo estudo identificou também, com base em dados relativos a 84 países, forte correlação (0,71) entre a incidência de trabalho infantil e o PIB *per capita* equiparado pela paridade de poder de compra (idem, p. 14).

De maneira ainda mais pronunciada, estudo publicado pelo Programa “Entendendo o Trabalho Infantil” (UCW – UNDERSTANDING CHILDREN’S WORK, 2010) utilizou grande quantidade de variáveis para um amplo conjunto de países, buscando

associar cada uma delas à maior ou menor ocorrência de trabalho infantil. Foram considerados dados relativos à assistência e desempenho escolar, mercado de trabalho, migração, e saúde. O emprego de técnicas de regressão confirmou a associação esperada entre maior incidência de trabalho infantil e menor frequência à escola, maiores taxas de repetência e de desistência, e menor vida escolar (menos anos de estudo). O estudo confirmou também a correlação negativa entre trabalho infantil e gasto público em educação, e entre trabalho infantil e acesso ao crédito.

Para o caso latino-americano encontramos três estudos que analisam a incidência do trabalho infantil buscando associá-la a outras variáveis socioeconômicas.

Utilizando dados coletados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) a partir da aplicação de aproximadamente 186 mil questionários em 16 países latino-americanos, Román Carrasco et al. (2013) analisaram as relações entre trabalho e escola e concluíram que:

Respecto de las características del niño trabajador en Latinoamérica, el estudio coincide con el conocimiento y evidencia disponible y revisada que identifican los principales determinantes o factores asociados a esta problemática. Así, se encuentra que aumenta la probabilidad de trabajo infantil entre los estudiantes varones, de nivel socioeconómico bajo, que habitan en contextos rurales y con madres de menor escolaridad. Fenómeno que se da en todos y cada uno de los países y con mayor incidencia entre los estudiantes de 6º grado que en los de 3º de primaria (ROMÁN CARRASCO et al., 2013, p. 16).

Na esteira da crise global de 2008-2009, outro estudo comparou indicadores relativos à pobreza, crescimento econômico e incidência de trabalho infantil em diferentes grupos de idade em 17 países latino-americanos, chamando atenção para o risco de que a crise viesse a interromper a trajetória de redução do trabalho infantil na região (ORGANIZACIÓN ... – OIT, 2009b). O estudo identificou correlação positiva entre incidência de trabalho infantil e pobreza, seja esta diagnosticada a partir de insuficiência de renda (linha de pobreza) ou por outro índice de satisfação de necessidades básicas. Mesmo não dispondo de dados sobre a variação das taxas de trabalho infantil para a maior parte dos países no período abrangido pelo estudo, para o grupo de países com informações a respeito (Brasil, Colômbia, Costa Rica e Honduras) foi identificada forte correlação negativa entre as taxas de participação das crianças e adolescentes em atividades econômicas e as taxas de crescimento do PIB e do PIB *per capita*. (idem, p. 6-9).

Ao investigar os nexos entre trabalho infantil e pobreza em 18 países latino-americanos, Sauma (2007) apontou as mesmas tendências gerais, ou seja, a de que há maior incidência de trabalho infantil nos países com maiores taxas de pobreza. Quando medida pelo método de linha de pobreza (insuficiência de renda), o coeficiente de correlação encontrado entre o indicador adotado e a incidência de trabalho infantil foi de 0,54; e no caso de método que mensura a pobreza por indicador de satisfação de necessidades básicas, o coeficiente obtido foi de 0,44. Mas, ainda mais expressivos que estes coeficientes, foram os obtidos para expressar a correlação (negativa) entre a incidência de trabalho infantil e o gasto social *per capita* (-0,67), e também entre aquela e o gasto público *per capita* em educação (-0,62) neste conjunto de países (SAUMA, 2007, p. 21-23).

Conforme será visto na seção 2.4, chegamos a resultados similares para um grupo distinto de países. Mas antes disso, iniciaremos nosso esforço comparativo entre diferentes países analisando como evoluíram as taxas de atividade em um período de tempo mais longo.

### **2.3 Evolução das taxas de atividade desde meados do século passado**

Para iniciarmos a discussão acerca da incidência do trabalho infantil em diferentes países, reunimos na tabela 1 dados relativos às taxas de atividade (população economicamente ativa / população total) para o grupo de 10 a 14 anos de idade em 38 países da África, Ásia e Europa, em diferentes períodos de referência entre os anos 50 e a década passada, permitindo uma primeira aproximação sobre a evolução do uso da mão de obra infantil.

Os dados apresentados foram extraídos da já mencionada base “Laborsta”, disponibilizada pela OIT (ORGANIZACIÓN ... – OIT, 2014b). Para a sua seleção, e de forma a permitir melhor comparabilidade, foi adotado como critério o uso preferencial de informações obtidas a partir de censos demográficos para a população e o grupo de idade em questão.

**Tabela 1**

Evolução das taxas de atividade da população de 10 a 14 anos conforme levantamentos censitários realizados em países e períodos selecionados – África, Ásia e Europa (1947-2008) (%)

Continentes e países	períodos de referência						
	1947-1953	1960-1966	1970-1977	1980-1987	1989-1996	1997-2002	2005-2008
<b>África</b>							
Argélia	...	...	...	0,3	...	...	...
Egito	...	...	...	7,2	6,6 <sup>a</sup>	...	...
Etiópia	...	...	...	45,6	51,3	...	63,8 <sup>a</sup>
Nigéria	...	...	...	9,3 <sup>a,e</sup> 3,0 <sup>a,e</sup>	...	...	...
Quênia	...	...	...	...	30,1	...	...
Tanzânia	...	...	...	...	...	48,3 <sup>a</sup>	...
<b>Ásia</b>							
Arábia Saudita	...	...	...	...	1,1	...	...
Bangladesh	...	...	...	20,4	42,0 <sup>a</sup>	38,9 <sup>a</sup>	...
Coréia do Sul	...	4,0	3,3	0,9	...	...	...
Filipinas	...	14,9	8,8	...	...	...	...
Índia	...	...	...	...	...	8,7	...
Indonésia	...	19,3	16,1	11,3	10,8	7,7 <sup>a</sup>	...
Irã	...	...	...	8,1	4,1	...	2,6 <sup>a</sup>
Iraque	...	...	10,4	3,7	...	12,0	...
Japão	0,2	...	...	...	...	...	...
Malásia	...	...	...	7,7	2,0	...	...
Mianmar	...	...	...	10,8	...	...	...
Paquistão	...	...	27,3	20,3	13,7 <sup>a</sup>	10,4	13,6 <sup>a</sup>
Tailândia	...	...	47,3 <sup>c</sup>	22,9 <sup>c</sup>	37,6 <sup>a,d</sup>	7,9 <sup>a,d</sup>	...
Turquia	...	...	25,4	22,7	34,1 <sup>b</sup>	13,3 <sup>a,b</sup>	...
Vietnã	...	...	...	...	33,4	...	...
<b>Europa</b>							
Alemanha (RDA) <sup>f</sup>	...	...	...	0,0	...	...	...
Alemanha (RFA) <sup>g</sup>	4,8	7,9	...	...	...	...	...
Áustria	...	7,0	...	...	...	...	...
Bélgica	4,4	...	...	...	...	...	...
Bulgária	...	...	...	...	0,1	...	...
Dinamarca	8,6	4,8	0,7	...	...	...	...
Espanha	9,8	...	...	...	...	...	...
Grécia	...	18,2	9,0	4,6	1,8	0,3 <sup>a</sup>	...
Hungria	...	...	...	0,5	0,3	...	...
Irlanda	...	6,3	2,6	...	...	...	...
Itália	15,9	10,1	1,9	3,6	...	...	...
Polônia	3,5	1,0	...	...	...	...	...
Portugal	17,8	21,8	13,6	10,1	2,2 <sup>a</sup>	0,4 <sup>a</sup>	0,0 <sup>a</sup>
Romênia	...	0,9	0,4	...	0,5	...	...
Suécia	...	0,2	...	...	...	...	...
Suíça	0,8	0,3	0,2	...	...	...	...

Fontes: ORGANIZAÇÃO ... – ONU, 2013; ORGANIZACIÓN ... – OIT, 2014b, quadro 1A.

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

A taxa de atividade é a porcentagem de pessoas economicamente ativas em relação à população total no grupo de idade em questão. Os países aparecem agrupados por continentes conforme divisão adotada pela ONU (2013). Predominantemente, os percentuais são referentes a levantamentos censitários realizados nos países em cada período de referência adotado, para o grupo de 10 a 14 anos. Exceções e aspectos específicos estão sinalizados pelas seguintes letras: a) dados de pesquisas sobre mercado de trabalho; b) grupo de idade de 12 a 14 anos; c) grupo de idade de 11 a 14 anos; d) grupo de idade de 13 a 14 anos; e) 9,3% para pesquisa em 1983 e 3,0% para pesquisa em 1986; f) antiga República Democrática da Alemanha (Alemanha Oriental); g) antiga República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental).

Para os países assim selecionados, em alguns casos optou-se pelo acréscimo, para outros períodos, de dados provenientes de outros tipos de levantamentos (pesquisas sobre mercado de trabalho) e, eventualmente, para outros grupos de idade, conforme apontado em nota no pé da tabela 1. Na falta de melhores informações a respeito, estes permitem ao menos uma primeira aproximação das diferenças e similaridades entre países quanto à trajetória, no tempo, da redução do trabalho infantil.

Em primeiro lugar, as acentuadas diferenças entre as taxas de atividade para os países europeus e as observadas nos países dos outros dois continentes evidenciam que naquele caso o uso da mão de obra infantil foi praticamente “erradicado” em quase todos os países no período de trinta anos do pós-guerra, e em alguns países até antes disso (Suécia e Suíça).

Em apenas três dos 16 países europeus listados (Itália, Grécia e Portugal) foram constatadas taxas que ainda estavam acima dos 3% no início dos anos 80, mas mesmo nestes casos elas caíram expressivamente já na década seguinte. Essa baixa incidência das taxas de atividade do grupo de idade em questão para os países europeus explica inclusive porque neles não mais se coletam habitualmente dados sobre o emprego da mão de obra infantil nas estatísticas nacionais.

Na Ásia apenas o Japão e a Coreia do Sul e, na África, talvez a Argélia, seguiram trajetória semelhante, o que sinaliza o quanto a ocorrência do trabalho infantil está estreitamente vinculada à trajetória dos países quanto ao desenvolvimento socioeconômico.

Em segundo lugar, chama atenção também a existência de diferenças bastante acentuadas quanto às taxas de atividade no período recente entre os países desses dois continentes. Ainda que para grande parte dos países se disponha de pouca informação para comparação intertemporal e, em alguns deles, os dados pareçam pouco confiáveis, os números sinalizam pouco espaço para dúvida a respeito da existência de estreita associação entre elevadas taxas de incidência do trabalho infantil e níveis de pobreza, e vice-versa, conforme amplamente reconhecido.

Por fim, a tabela 1 mostra também que apesar dos progressos obtidos na maior parte dos países, no último meio século, em termos de redução da proporção de

crianças trabalhando, nem sempre os países seguem, ao longo do tempo, trajetória contínua que seja convergente com esta tendência.

Os anos 80 e 90, nos quais o ritmo de crescimento da economia mundial passou para patamares mais acanhados comparativamente às décadas anteriores, podem ter sido difíceis a ponto de resultarem em crescimento do uso do trabalho infantil em vários países pobres. Ainda que, a julgar pelos dados disponíveis para alguns poucos casos, as taxas de atividade da população de 10 a 14 anos tenham declinado no início dos anos 90 comparativamente à década anterior (Irã, Malásia e Paquistão), em outros o uso da mão de obra infantil se acentuou de forma expressiva no mesmo período (Etiópia, Bangladesh, Tailândia e Turquia) <sup>17</sup>.

Para a América Latina utilizamos dados disponibilizados por outros organismos (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID) de forma a viabilizar a montagem de uma “série histórica” mais completa.

A tabela 2 reúne informações sobre a taxa de atividade da população de 10 a 14 anos, sendo selecionados os 12 países que, em 2010, contavam com pelo menos um milhão de habitantes neste grupo de idade.

Na medida do possível, os dados são apresentados para períodos quinquenais entre 1950 e 2012. Em alguns casos, as informações foram suplementadas com dados de anos próximos aos indicados na coluna da esquerda, conforme mencionado nas notas. Para o período que vai até 1985 os dados foram extraídos de estimativas constantes em publicações da CEPAL, que as realizou com base em informações censitárias. Para o período mais recente foi consultada a base de dados disponibilizada pelo BID (Sociómetro).

---

17. De acordo com os dados disponibilizados pelo Banco Mundial (2014a), o crescimento real da economia mundial, medido pela variação do PIB, evoluiu da média anual de 5,33% constatada para o período entre 1961 e 1970 para os seguintes valores nas décadas seguintes: 3,76% (1971-1980), 3,16% (1981-1990), 2,81% (1991-2000), e 2,58% (2001-2010).

**Tabela 2**

Série histórica das taxas de atividade da população de 10 a 14 anos nos 12 países da América Latina e Caribe com mais de um milhão de habitantes neste grupo de idade (1950-2012) (%)

Anos (1)	Brasil	México	Colômbia	Argentina	Peru (2)	Venezuela	Guatemala (2)	Equador	Chile	Bolívia (2)	Haiti (2)	República Dominicana	média de 8 países (2)
1950	20,2	16,0	11,7	21,3	8,8	13,5	23,3	32,9	8,5	48,9	56,6	17,2	17,7
1955	18,4	11,5	10,8	19,3	7,7	12,1	21,8	28,1	7,2	34,2	52,3	13,1	15,1
1960	16,6	7,0	9,8	17,2	6,6	10,6	20,4	23,2	5,9	19,6	48,1	9,0	12,4
1965	14,9	8,0	9,5	13,2	5,5	9,5	18,5	18,1	4,4	16,5	43,9	15,4	11,6
1970	13,2	6,2	12,0	9,0	4,5	...	17,0	10,1	...	11,1	41,9	18,7	11,5
1980	20,3	12,7	12,3	...	9,0	2,7	10,8	7,1	...	10,3	28,3	15,6	11,8
1985	18,9	12,5	12,6	...	10,9	2,7	10,6	8,7	...	10,0	23,0	14,2	11,6
1990	17,2	5,9 <sup>b</sup>	15,1 <sup>a</sup>	4,3 <sup>b</sup>	...	3,1 <sup>a</sup>	...	...	1,8 <sup>b</sup>	7,5	...	...	7,9
1995	18,7	8,7 <sup>d</sup>	9,2	1,7	5,6 <sup>e</sup>	2,4 <sup>c</sup>	...	...	1,8 <sup>d</sup>	31,3 <sup>d</sup>	...	...	7,1
2000	14,9 <sup>f</sup>	6,4	12,3	0,8	34,3	...	43,7 <sup>g</sup>	...	1,1	22,9	...	4,7	6,7
2005	10,4	6,4	10,8	2,4	32,3	...	29,9 <sup>h</sup>	...	0,7 <sup>i</sup>	25,8	...	5,8	6,1
2010	7,3 <sup>j</sup>	5,0	7,4	0,8	7,5	...	23,4	...	...	...	...	2,1	4,5
2012	4,8	7,9	8,2 <sup>k</sup>	1,4	30,1	...	30,4	6,0	0,5 <sup>k</sup>	28,9 <sup>k</sup>	...	2,8	4,5
10 a 14 anos (3)	(17,3)	(12,0)	(4,4)	(3,4)	(2,9)	(2,8)	(1,8)	(1,5)	(1,3)	(1,2)	(1,1)	(1,0)	..

Fontes: BANCO ... – BID, 2014; COMISIÓN ... – CEPAL, 1985, 1996; ORGANIZAÇÃO ... – ONU, 2013; ORGANIZACIÓN ... – OIT, 2014b, quadro 1A.

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

Dados extraídos de CEPAL (1985) para o período de 1950 a 1965, CEPAL (1996) para o período de 1970 a 1985, e BID (2014) para o período de 1990 a 2012.

- 1) Exceções quanto aos anos dos dados estão sinalizadas pelas seguintes letras: a) 1991, b) 1992, c) 1993, d) 1996, e) 1997, f) 1999, g) 2002, h) 2004, i) 2006, j) 2009, k) 2011.
- 2) Peru, Bolívia e Guatemala não foram considerados para o cálculo da média por apresentarem fortes oscilações nas taxas em períodos curtos de tempo, provavelmente decorrentes de problemas com os dados. O Haiti também não foi considerado por apresentar taxas muito mais elevadas que os demais e apenas para o período entre 1950 e 1985. Em cada ano as médias são relativas ao conjunto de países com dados disponíveis.
- 3) População de 10 a 14 anos (em milhões de habitantes). Para a seleção dos países foi consultada a estimativa da ONU (2013) para a população neste grupo de idade em 2010.

Os dados a respeito do continente são indicativos de que:

- i) de forma geral, também na América Latina a tendência geral foi de redução do uso da mão de obra infantil durante o período de fortes transformações na economia mundial desde o início do pós-guerra até o período recente;
- ii) esta tendência de queda parece ter sido muito expressiva quando comparados o início e o final do período como um todo, mas a média calculada para um conjunto de 8 países para os quais os dados parecem mais consistentes (ver última coluna da tabela 2) mostra que, entre 1960 e 1985, o emprego da mão de obra infantil praticamente não declinou na região (tendo, inclusive,

apresentado ligeiro aumento nos três países mais populosos), e voltou a cair mais acentuadamente somente a partir de então, indicando que no continente o forte crescimento da economia nos anos 60 e 70 não se refletiu em termos de melhoria (queda) no indicador relativo ao emprego da mão de obra infantil, ao passo que ocorreu o inverso (as taxas de atividade voltaram a declinar) justamente no período (anos 80) a partir do qual o continente passou a ser fortemente atingido pela crise econômica <sup>18</sup>;

- iii) desde meados dos anos 90, o Brasil se destaca positivamente pela queda contínua e acentuada das taxas de atividade, sendo verificada tendência similar (ainda que menos acentuada) na Colômbia, mas não no México, país no qual os dados parecem indicar relativa estagnação (com momentos de oscilação positiva) no indicador;
- iv) apenas três países apresentam taxas de atividade inferiores a 10% há mais tempo, sendo o Chile desde os anos 50, e a Venezuela e Argentina desde, pelo menos, os anos 70, patamar que só foi transposto mais recentemente pelos três países mais populosos da região;
- v) ainda permanecem entre os países da região acentuadas diferenças quanto ao uso da mão de obra infantil, com alguns dos países mais pobres apresentando taxas de atividade da população de 10 a 14 anos em torno de 30% enquanto nos demais o indicador não chega a 10%, e muito embora não tenhamos reunido dados a respeito, é certo que também permanecem muito elevadas as diferenças entre as regiões no interior de cada país do continente.

Atualmente, ainda que com a exceção de alguns países, as taxas de ocupação da mão de obra de crianças e de adolescentes (e, portanto, a incidência de trabalho infantil) na América Latina se encontram em patamar intermediário entre o que se verifica na Europa (e certamente também nos Estados Unidos, Canadá e Austrália) e o que ocorre na maior parte da Ásia e da África (ver gráfico 1, capítulo 1, p. 31).

---

18. No caso do conjunto de países da América Latina e Caribe, o crescimento real da economia, medida pela variação do PIB, evoluiu de acordo com os seguintes valores anuais médios: 5,78% no período entre 1961 e 1970, 6,23% entre 1971 e 1980, 1,47% entre 1981 e 1990 (sendo 1,14% entre 1981 e 1985, e 1,78% entre 1986 e 1990), 3,09% entre 1991 e 2000, e 3,12% entre 2001 e 2010 (BANCO MUNDIAL, 2014a).



## 2.4 Desigualdades entre países e fatores associados ao trabalho infantil no mundo contemporâneo

Na seção anterior, buscamos evidenciar que a evolução intertemporal das taxas de atividade econômica entre crianças parece estreitamente associada ao processo de desenvolvimento socioeconômico. Mas será que tais evidências podem ser encontradas também por meio da comparação entre países para o período recente?

Se a resposta for afirmativa, quais indicadores econômicos e sociais podem ser identificados como estreitamente associados aos distintos patamares de incidência do trabalho infantil?

Na busca de resposta a estas questões selecionamos um conjunto de 25 países para a comparação desejada. A seleção de países foi precedida da preocupação com a escolha da própria base de dados a ser utilizada como referência para a variável “trabalho infantil”, de forma a minimizarmos os já mencionados problemas de disponibilidade de informações, comparabilidade, e utilização de médias ou valores para grandes agregados.

A opção foi pelo uso das informações disponibilizadas pelo Banco Mundial (2014a) e pelo Programa “Entendendo o Trabalho Infantil” (UCW – UNDERSTANDING CHILDREN’S WORK, 2014), fontes mencionadas no quadro 2 (p. 109)<sup>19</sup>.

Considerando questões já apontadas e tendo em vista os nossos propósitos, estas fontes apresentam as seguintes vantagens: a) disponibilidade de informação para grande número de países, com dados para diferentes anos para a maioria deles; b) melhor comparabilidade tendo em vista a padronização quanto à forma de apresentação dos dados realizada no âmbito do Programa “Entendendo o Trabalho Infantil”; c) disponibilidade e desagregação de dados conforme outras variáveis

---

19. O Programa UCW é uma iniciativa conjunta da OIT, Unicef e Banco Mundial, e objetiva “mejorar la calidad de la información estadística sobre los distintos aspectos del fenómeno del trabajo infantil: su naturaleza y magnitud, sus causas y consecuencias, y los enfoques más eficaces en materia de políticas para solucionar este problema” (UCW – UNDERSTANDING CHILDREN’S WORK, 2010, p. 2). Esta base é bastante ampla, e reúne dados sobre trabalho infantil oriundos de 329 levantamentos de diversos tipos (pesquisas amostrais domiciliares, sobre trabalho infantil, sobre demografia e saúde, orçamentos familiares etc.). As informações sobre o trabalho infantil que o Banco Mundial disponibiliza são oriundos desta fonte.

relevantes ao tema do trabalho infantil (idade, sexo, escolarização, setores de atividade econômica e tipo de vínculo).

Os dados disponibilizados pelo Banco Mundial (2014a) utilizam a variável percentual da população de 7 a 14 anos economicamente ativa. Essa fonte define como economicamente ativa a pessoa que tenha trabalhado pelo menos uma hora na semana de referência. Há informações para 98 países, com dados que cobrem o período entre 1994 e 2012 conforme disponibilidade para cada país.

Na mesma fonte é também possível obter tabela que mostra, para o mesmo grupo de idade, a incidência das taxas de atividade por sexo, e distribuição percentual quanto à situação de trabalho e escolaridade (categorias “estuda e trabalha” e “apenas trabalha”), ao setor de atividade econômica (“agricultura”, “indústria” e “serviços”), e ao tipo de vínculo (“autônomo”, “assalariado” e “familiar não remunerado”). Entretanto, estes dados são apresentados apenas para o ano mais recente para o qual existem informações de cada país.

A partir dos dados disponibilizados nesta fonte (Banco Mundial), realizamos uma pré-seleção da amostra com base em dois critérios:

- a) países com dados sobre as taxas de atividade para pelo menos dois anos do período em questão, de forma a permitir a comparação entre as taxas e posterior eliminação dos casos nos quais o indicador referente ao ano mais recente fosse muito discrepante do referente ao ano anterior com informações disponíveis (72 países);
- b) países com mais de 20 milhões de habitantes em 2012 (aproximadamente 10% da população brasileira), de forma a evitar a comparação do Brasil com países muito “pequenos” em termos populacionais (29 países).

Para este conjunto de países, consultamos os dados disponíveis na outra fonte (UCW – UNDERSTANDING CHILDREN'S WORK, 2014), o que permitiu a obtenção de informações adicionais relevantes (por exemplo, moradia em área rural ou urbana), mais desagregadas, e também relativas a vários anos para cada um dos países. Assim foi possível acrescentarmos critérios de forma a melhorar nossa amostra quanto à escolha dos países, anos, e variável principal a serem utilizados:

- a) chegamos a um conjunto final de 25 países após optarmos pela eliminação de quatro entre os que compuseram a pré-seleção de 29 – no caso do Sudão

porque os dados disponíveis são anteriores à independência do Sudão do Sul (ocorrida em julho de 2011), o que inviabilizaria o confronto com outros indicadores; e nos casos de Índia, Moçambique e Quênia por serem os dados para os anos mais recentes com informações disponíveis muito discrepantes se confrontados com levantamentos anteriores, o que diminui a segurança quanto à qualidade e uso dos dados <sup>20</sup>.

- b) nos casos de países com disponibilidade de informação relativa às taxas de atividade para três ou mais anos, buscamos na medida do possível utilizar os dados mais recentes e aqueles de levantamento anterior entre os quais se tenha observado menor variação anual média nas taxas de atividade, e de forma a evitar o uso de indicadores discrepantes em relação aos de outros anos, optamos preferencialmente pelas informações de pesquisas do mesmo tipo (por exemplo, de “demografia e saúde”) que tenham sido repetidas com intervalo de aproximadamente uma década;
- c) optamos por definir a taxa de atividade no grupo de 10 a 14 anos como o indicador que servirá de “variável dependente” (ou *proxy* de trabalho infantil), com a qual buscaremos associar outras variáveis.

Em pesquisas sobre o tema, há ampla utilização de indicadores relativos à participação em atividades econômicas para o grupo de 7 a 14 anos de idade, sobretudo por ser mais abrangente quanto ao número absoluto de crianças em situação de trabalho que o grupo de 10 a 14 anos de idade. Mas, para nossos propósitos a escolha dos dados relativos a esta idade para a “variável dependente” apresenta várias vantagens.

Quanto à disponibilidade de informações, ele possibilita abrangermos maior número de países. Teríamos que eliminar outros quatro países de nossa amostra se adotássemos a faixa de 7 a 14 anos.

Quanto à comparabilidade, as taxas para a faixa de 10 a 14 anos tendem a ser mais fidedignas, já que, por serem menores as taxas de atividade no grupo de 7 e 9 anos

---

20. As taxas de atividade das pessoas de 10 a 14 anos teriam variado, se corretas as informações de levantamentos realizados em diferentes anos, de 1,8% para 33,6% entre 1996 e 2008 no caso de Moçambique; de 8,8% para 43,1% entre 2000 e 2005 no caso do Quênia; e no caso da Índia, de 7,6% em 2000, para 19,4% em 2005 e para 3,6% em 2010, conforme os dados de pesquisas disponibilizadas na fonte consultada (UCW – UNDERSTANDING CHILDREN'S WORK, 2014).

de idade, neste caso é maior a probabilidade de distorção dos resultados como decorrência dos cálculos relativos à expansão da amostra.

Quanto ao efeito de ocultação das desigualdades contidas nas médias, não há dúvida de que grupo de 7 a 14 anos “empurra” fortemente as taxas para baixo já que entre aqueles com 7 a 9 anos a participação em atividades econômicas tende a ser muito menor que entre aqueles com 10 a 14 anos. Como nosso interesse, em relação à variável dependente, é analisar a incidência do trabalho infantil, e não os números absolutos a respeito, a taxa de atividade do grupo de 10 a 14 anos nos parece mais interessante para a comparação entre países.

Para mensurar a associação entre as taxas de atividade e cada uma das outras variáveis utilizaremos o coeficiente de correlação de Pearson.

Ele é utilizado para mensurar o grau de associação entre duas variáveis, e pode variar entre -1 e +1. Quanto mais o seu valor seja próximo da unidade (+1 para correlação positiva e -1 para correlação negativa), mais fortemente associadas entre si estarão as variáveis em questão, de forma que a variação em uma delas é também observável na outra. É aceito que coeficientes a partir de 0,7 (ou entre -0,7 e -1) indicam forte associação entre as variáveis. Ao contrário, os coeficientes que se aproximam do zero (situados, entre -0,3 e 0,3) denotam fraca associação (ou baixa correlação) entre as variáveis (FIGUEIREDO FILHO et al., 2009).

Os 25 países selecionados estão representados no mapa 2 conforme seis faixas para as taxas de atividade da população de 10 a 14 anos.

No conjunto composto pelos cinco países latino-americanos, os quatro situados na porção norte da África e Oriente Médio, além de Turquia e Uzbequistão, a maioria está entre os que apresentam as menores taxas de atividade (4,1% a 9,9%).

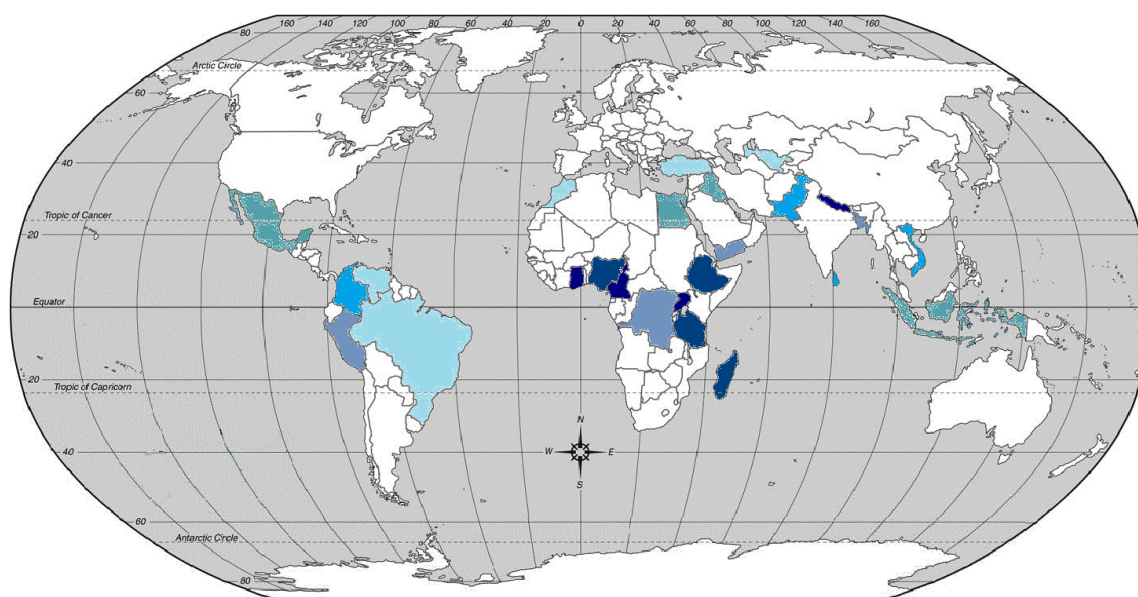
São exceções a Colômbia (14,0%), o Iêmen (21,7%) e o Peru (23,5%), que apresentam taxas de atividade que podem ser consideradas intermediárias (entre 13,0% e 24,7%). Em posição intermediária estão também quatro dos seis países localizados no sul e sudeste asiáticos (Paquistão, Sri Lanka, Vietnã e Bangladesh), região na qual são exceções a melhor situada Indonésia (8,8%) e, no extremo oposto, o Nepal (52,4%).

Por sua vez, os oito países localizados na porção subsaariana da África estão, sem exceção, entre os que apresentam as taxas de atividade mais elevadas no grupo de

10 a 14 anos de idade, variando entre 24,7% (República Democrática do Congo) e 52,0% (Gana).

## **Mapa 2**

Taxas de atividade da população de 10 a 14 anos (por faixas) – 25 países selecionados (2003-2011)



de 4,1% a 6,0%: TUR, MAR, VEN (F), UZB, BRA (F)

de 8,1% a 9,9%: IRQ (F), IDN, MEX (F), EGY

de 13,0% a 17,6%: PAK (F), LKA, COL, VNM

de 20,9% a 24,7%: BGD, YEM, PER, COD

de 31,3% a 38,6%: ETH (F), MDG, TZA, NGA (F)

de 42,4% a 52,4%: CMR, UGA, GHA, NPL (F)

(F) - Federações

Fontes: ORGANIZAÇÃO ... – OIT, 2014a; UCW – ..., 2014.

Notas: Elaboração própria.

As siglas adotadas na legenda são as seguintes: BGD (Bangladesh), BRA (Brasil), CMR (Camarões), COD (República Democrática do Congo), COL (Colômbia), EGY (Egito), ETH (Etiópia), GHA (Gana), IDN (Indonésia), IRQ (Irão), LKA (Sri Lanka), MAR (Marrocos), MDG (Madagascar), MEX (México), NGA (Nigéria), NPL (Nepal), PAK (Paquistão), PER (Peru), TUR (Turquia), TZA (Tanzânia), UGA (Uganda), UZB (Uzbequistão), VEN (Venezuela), VNM (Vietnã), YEM (Iemen).

Quanto à forma de Estado, conforme sinalizado por “(F)” na legenda do mapa 2, oito dos 25 países podem ser considerados federais, a julgar pelo exposto nos textos

de suas constituições: Brasil, Etiópia, Iraque, México, Nepal, Nigéria, Paquistão, e Venezuela. Estando estes oito países distribuídos tanto entre os que apresentam taxas de atividade econômica da população de 10 a 14 anos mais baixas quanto entre aqueles com taxas mais elevadas, logo fica evidente ser inexistente qualquer associação significativa entre trabalho infantil e a forma de Estado <sup>21</sup>.

A amostra é composta por países que apresentam, entre si, grandes diferenças quanto aos indicadores socioeconômicos. Mas, apesar dessas acentuadas diferenças, nenhum dos países selecionados pode ser identificado como entre os mais ricos, conforme evidenciado pelos dados apresentados na tabela 3.

Se estabelecermos como linha de corte o PNB *per capita* correspondente a 18 mil dólares internacionais (ou seja, em paridade de poder de compra), de acordo com os dados calculados pelo Banco Mundial (2014a) temos um conjunto composto por 55 países que representa 18,9% da população mundial mas detém 53,6% da riqueza.

Consideremos apenas os 57 países que atualmente contam com mais de 20 milhões de habitantes. Entre estes há 14 países “mais ricos” (PNB *per capita* acima de 18 mil dólares internacionais), que representam 15,9% da população mundial, mas concentram 45,3% do produto <sup>22</sup>.

Há outros 38 países com mais de 20 milhões de habitantes cada, mas com PNB *per capita* abaixo da linha de 18 mil dólares internacionais. São responsáveis por 40,1% da produção mundial, mas neles habitam 70,7% da população. Este conjunto de países inclui China, Índia, os 25 países que compõem a nossa amostra, e mais outros 11 países <sup>23</sup>.

---

21. Evidentemente, o uso do texto constitucional como critério classificativo nas categorias “federal” ou “unitário” não é suficiente para análise comparativa entre países na qual esta variável seja relevante. Mas, em nosso caso, certamente seria inútil buscarmos forma mais sofisticada de classificação, sendo seguro que a maior ou menor incidência de trabalho infantil não podem ter como fator causal relevante a forma de Estado. Para a consulta aos textos das constituições dos países da amostra, foi utilizada a “Natlex”, base de dados sobre legislação nacional disponibilizada pela OIT (ORGANIZAÇÃO ... – OIT, 2014a).

22. Em ordem decrescente pelo critério de valor do PNB *per capita*, os 14 países mais ricos, entre os que têm mais de 20 milhões de habitantes, são os seguintes: Estados Unidos, Arábia Saudita, Alemanha, Canadá, Austrália, França, Japão, Reino Unido, Itália, Espanha, Coreia do Sul, Federação Russa, Polônia e Malásia (BANCO MUNDIAL, 2014a).

23. Em ordem decrescente pelo critério de valor do PNB *per capita*, os países mais pobres e com mais de 20 milhões de habitantes que não compuseram a amostra são os seguintes: Romênia, Argélia, Tailândia, África do Sul, China, Ucrânia, Angola, Filipinas, Índia, Sudão, Quênia, Afeganistão, e Moçambique (BANCO MUNDIAL, 2014a).

**Tabela 3**

Distribuição da população e da riqueza segundo grupos de países por faixas de PNB e contingentes populacionais – 214 países (2011)

grupos de países por PNB <i>per capita</i> (dólares ppc) e faixas populacionais (milhões de habitantes)	nº de países	População (1)			PNB ppc		PNB <i>per capita</i> ppc (dólares internacionais)			
		em milhões de habitantes	(%)	população de 0 a 14 anos (%) (1)	bilhões de dólares internacionais	(%)	valor <i>per capita</i> do grupo de países	país com < PNB <i>per capita</i>	país na posição mediana	país com > PNB <i>per capita</i>
Mundo	214	6.966	(100,0)	26,6	91.746	(100,0)	13.171	400	9.810	50.860
<b>PNB <i>per capita</i> &gt; 18 mil</b>										
> 20 milhões	14	1.101	(15,9)	17,2	41.597	(45,3)	37.787	20.560	35.295	50.860
< 20 milhões	41	211	(3,0)	17,2	7.651	(8,3)	36.297	18.520	29.650	133.340
<b>PNB <i>per capita</i> &lt; 18 mil</b>										
> 20 milhões										
China	1	1.344	(19,4)	18,1	13.367	(14,6)	9.945	..	..	..
Índia	1	1.221	(17,6)	30,2	5.912	(6,4)	4.841	..	..	..
amostra 25 países	25	1.867	(26,9)	33,6	13.906	(15,2)	7.449	400	4.590	17.810
outros países	11	469	(6,8)	31,7	3.563	(3,9)	7.591	910	6.270	16.820
< 20 milhões	89	487	(7,0)	36,2	2.654	(2,9)	5.447	670	5.710	17.720
<b>sem informação (2)</b>										
> 20 milhões	5	215	(3,1)	25,6	3.096	(3,4)	12.770	...	...	...
< 20 milhões	27	27	(0,4)	36,3				...	...	...

Fontes: BANCO MUNDIAL, 2014a; ORGANIZAÇÃO ... ONU, 2013.

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

- (1) A população é relativa a 2011, e foi calculada com base em dados do Banco Mundial (2014a); o percentual de 0 a 14 anos foi calculado com base nos dados da ONU (2013) referentes a 2010.
- (2) Para este conjunto de 32 países não constam as informações sobre o Produto Nacional Bruto. Os valores apresentados foram deduzidos pela subtração dos demais valores dos totais mundiais, não sendo possível a desagregação por faixa populacional.

Ainda entre os mais populosos (acima de 20 milhões de habitantes), há ainda outros 5 países para os quais não obtivemos informação sobre o PNB *per capita* na fonte consultada <sup>24</sup>.

A proporção de crianças com até 14 anos no total da população é de 17,2% para o agregado dos 14 países mais ricos, variando entre 13,3% (Japão) e 19,8% (Estados Unidos) para a maioria deles, sendo elevada apenas na Arábia Saudita (30,7%) e

24. Em ordem decrescente conforme contingente populacional, Irã, Mianmar, Argentina, Coreia do Norte e Síria (BANCO MUNDIAL, 2014a).

Malásia (27,7%). Na China a proporção (18,1%) está situada na mesma faixa observada para a maior parte do conjunto de países mais ricos.

Mas na Índia (30,2%), e para os agregados dos 25 países da amostra (33,6%) e dos demais 11 países com mais de 20 milhões de habitantes (31,7%), estas proporções são muito maiores. Evidentemente, entre eles estes percentuais variam enormemente entre os valores de 13,9% na Ucrânia e 48,9% em Uganda, mas são inferiores a 20% em apenas 3 países, estão entre 20% e 30% em outros 9 (incluindo o Brasil, com 25,5%), entre 30% e 40% em 7 países, e entre 40% e 48,9% em outros 14 países.

Esta simples comparação já evidencia o quão desiguais são as condições de vida nos países com maior renda e nos demais, e mesmo se comparamos apenas estes últimos entre si.

A tabela 3 mostra também que, no conjunto, os 25 países da amostra totalizam quase 1,9 bilhões de pessoas, representando 26,9% da população mundial (ONU, 2013). Se considerada apenas a população com até 14 anos de idade, estes mesmos países totalizavam em 2010 quase 618 milhões de pessoas, representando pouco mais de 1/3 (33,5%) da população mundial neste grupo de idade (ORGANIZAÇÃO ... – ONU, 2013).

Mas, apesar de seu peso populacional, sua participação na produção mundial atual é proporcionalmente menor, totalizando 15,2% do total. E, conforme será visto, muito embora nenhum destes países possa, na comparação internacional, ser classificado entre os países “ricos”, isso também não significa que devam ser considerados na mesma medida “pobres”, já que entre eles existam grandes diferenças em termos dos principais indicadores socioeconômicos.

A tabela 4 apresenta um conjunto de dados para uma primeira visão a respeito dos 25 países da amostra.

Os países aparecem listados em ordem decrescente pelo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano apurado pelo PNUD) para o ano mais recente para o qual foram obtidas informações (ver coluna “período considerado”) sobre as taxas de atividade para o grupo de 10 a 14 anos de idade (coluna “ano final / 10 a 14 anos de idade”).



**Tabela 4**

IDH, população, proporção da população infantil, dados relativos à ratificação da Convenção nº 138 da OIT, e evolução das taxas de atividade dos grupos de 7 a 9 e de 10 a 14 anos de idade – 25 países selecionados (1998-2011)

Países (siglas) (1)	IDH (2)	população em 2010		Convenção 138: idade mínima e ano de ratificação (3)	evolução das taxas de atividade em períodos selecionados segundo os grupos de idade (4)						
		mi-lhões de pessoas	0 a 14 anos de idade (%)		período considerado	ano inicial			ano final		
						7 a 9 anos	10 a 14 anos	7 a 14 anos	7 a 9 anos	10 a 14 anos	7 a 14 anos
México (MEX) (5)	0,773	117,9	30,0	.. (6)	[05-11]	...	7,8	...	2,4	9,3	6,8
Venezuela (VEN)	0,746	29,0	29,5	14 [87]	[01-11]	...	6,5	...	...	5,1	...
Peru (PER)	0,738	29,3	30,0	14 [02]	[04-11]	23,3	35,3	30,8	15,1	23,5	20,7
Brasil (BRA)	0,728	195,2	25,5	16 [01]	[01-11]	2,3	10,7	7,7	0,8	6,0	4,2
Colômbia (COL)	0,717	46,4	28,8	15 [01]	[01-11]	6,3	16,2	12,2	4,1	14,0	10,4
Sri Lanka (LKA)	0,697	20,8	25,1	14 [00]	[99-08]	8,6	21,4	17,0	7,1	13,7	11,7
Turquia (TUR) (5)	0,694	72,1	26,7	15 [98]	[99-06]	0,9	6,8	4,5	0,7	4,1	2,8
Egito (EGY) (5)	0,625	78,1	31,5	15 [99]	[98-05]	1,5	8,7	6,4	...	9,9	...
Uzbequistão (UZB)	0,621	27,8	29,8	15 [09]	[00-06]	15,3	18,3	17,8	3,3	5,9	5,1
Vietnã (VNM)	0,614	89,0	23,5	15 [03]	[06-11]	7,3	27,4	21,3	5,0	17,6	13,0
Indonésia (IDN)	0,611	240,7	29,8	15 [99]	[00-09]	2,1	13,0	8,9	3,7	8,8	6,7
Iraque (IRQ)	0,583	31,0	41,2	15 [85]	[06-11]	10,1	17,6	14,7	3,8	8,1	6,4
Marrocos (MAR)	0,539	31,6	28,1	15 [00]	[98-03]	6,3	17,2	13,2	...	4,4	...
Paquistão (PAK)	0,513	173,1	35,4	14 [06]	[06-11]	...	19,8	...	...	13,0	...
Gana (GHA)	0,493	24,3	39,0	15 [11]	[00-06]	19,5	34,3	28,5	34,0	52,0	45,3
Bangladesh (BGD)	0,481	151,1	31,7	.. (6)	[02-06]	2,1	26,1	16,8	8,9	20,9	16,2
Madagascar (MDG)	0,478	21,1	43,4	15 [00]	[01-07]	7,5	17,1	13,3	17,2	32,0	26,0
Tanzânia (TZA)	0,470	45,0	44,8	14 [98]	[05-11]	22,8	36,3	31,1	22,8	33,6	29,4
Nigéria (NGA)	0,467	159,7	44,0	15 [02]	[07-11]	34,5	45,0	40,7	30,0	38,6	35,0
Camarões (CMR)	0,455	20,6	43,4	14 [01]	[00-06]	50,9	64,3	59,2	32,7	42,4	38,6
Nepal (NPL)	0,447	26,8	37,1	14 [97]	[98-08]	29,0	58,6	47,2	19,8	52,4	40,7
Iemen (YEM)	0,437	22,8	42,0	14 [00]	[99-06]	8,0	16,5	13,2	13,1	21,7	18,3
Uganda (UGA)	0,408	34,0	48,9	14 [03]	[00-05]	32,4	51,9	44,2	24,1	47,2	38,3
Etiópia (ETH)	0,392	87,1	44,4	14 [99]	[01-11]	49,5	63,3	57,1	18,6	31,3	26,1
Rep. Dem. Congo (COD)	0,299	62,2	45,5	14 [01]	[07-11]	20,5	37,0	30,5	14,1	24,7	20,5
Posições do Brasil	4º >	2º >	2º <	..	..	5º <	5º <	3º <	2º <	5º <	2º <

Fontes: BANCO MUNDIAL, 2014a; ORGANIZAÇÃO ... – ONU, 2013; ORGANIZAÇÃO ... – OIT, 2014b; PROGRAMA ... – PNUD, 2011; UCW – ..., 2014.

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

- (1) As siglas são as utilizadas pelo Banco Mundial (2014a). Os países estão listados em ordem decrescente do IDH.
- (2) O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de cada país é referente ao ano mais recente para o qual há disponibilidade do dado relativo à taxa de atividade (ver coluna "período considerado"). Como o PNUD não publicou o IDH referente ao ano de 2003, para o Marrocos o valor foi estimado por progressão geométrica da variação entre 2000 e 2005.
- (3) A idade mínima de ingresso no trabalho é a especificada pelo país na Convenção nº 138, conforme consta na fonte consultada. Não corresponde, necessariamente, à idade mínima atualmente vigente na legislação de cada país.
- (4) O Banco Mundial (2014a), fonte que também apresenta os dados relativos ao grupo de 7 a 14 anos, informa que as taxas de atividade são referentes à proporção de crianças no grupo de idade envolvidas em atividade econômica por pelo menos uma hora na semana de referência. Mas é possível que alguns levantamentos nacionais tenham adotado outra definição. As taxas de atividade específicas para os grupos de idade de 7 a 9 e de 10 a 14 anos foram calculadas pelo autor a partir dos dados brutos obtidos em UCW – ... (2014), de onde foram extraídas as informações apresentadas nessa tabela.
- (5) Para tornar as taxas relativas ao ano inicial comparáveis com as do ano final realizamos cálculos estimativos já que os levantamentos consultados utilizaram outra forma de agregação dos grupos de idade (México e Turquia) ou publicaram os dados apenas em percentuais (Egito).
- (6) Convenção nº 138 não ratificada.

A mesma tabela 4 apresenta ainda informações sobre a população, a proporção de crianças de 0 a 14 anos, a situação dos países em relação à Convenção nº 138 da OIT (ano de ratificação e idade mínima para ingresso no trabalho), e as taxas de atividade desagregadas para os grupos de 7 a 9 e 10 a 14 anos para dois anos diferentes em cada país.

Uma primeira observação é que a proporção de crianças (considerada a faixa de 0 a 14 anos de idade) no conjunto da população está estreitamente associada às taxas de atividade, com o coeficiente de correlação entre estas variáveis correspondendo a 0,70, e atingindo 0,80 se excluirmos do cálculo o Iraque (taxa de atividade relativamente baixa frente à elevada proporção de crianças no conjunto da população) e o Nepal (situação inversa, ou seja, taxa de atividade relativamente alta frente ao menor peso das crianças no contingente populacional). O Brasil é o país que apresenta a segunda menor proporção (25,5%) de crianças de 0 a 14 anos frente ao total da sua população.

Entre os 25 países, todos ratificaram a Convenção nº 182 da OIT, e apenas dois (México e Bangladesh) não ratificaram a Convenção nº 138. O Iraque (em 1985) e a Venezuela (em 1987) a ratificaram ainda nos anos 80, enquanto os demais países o fizeram mais recentemente (entre 1997 e 2006). Entre os 23 países que ratificaram esta última, 11 definiram os 14 anos como a idade mínima para o ingresso no trabalho e outros 11 definiram os 15 anos.

O Brasil é o único país da amostra que, na ratificação da Convenção nº 138, definiu a idade mínima de 16 anos para ingresso no trabalho.

Conforme evidenciam a primeira coluna da tabela 4 e o gráfico 8, os países da amostra são muito diferenciados entre si quando adotamos como parâmetro o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Eles estão distribuídos entre o mínimo de 0,299 para a República Democrática do Congo e o máximo de 0,773 para o México <sup>25</sup>.

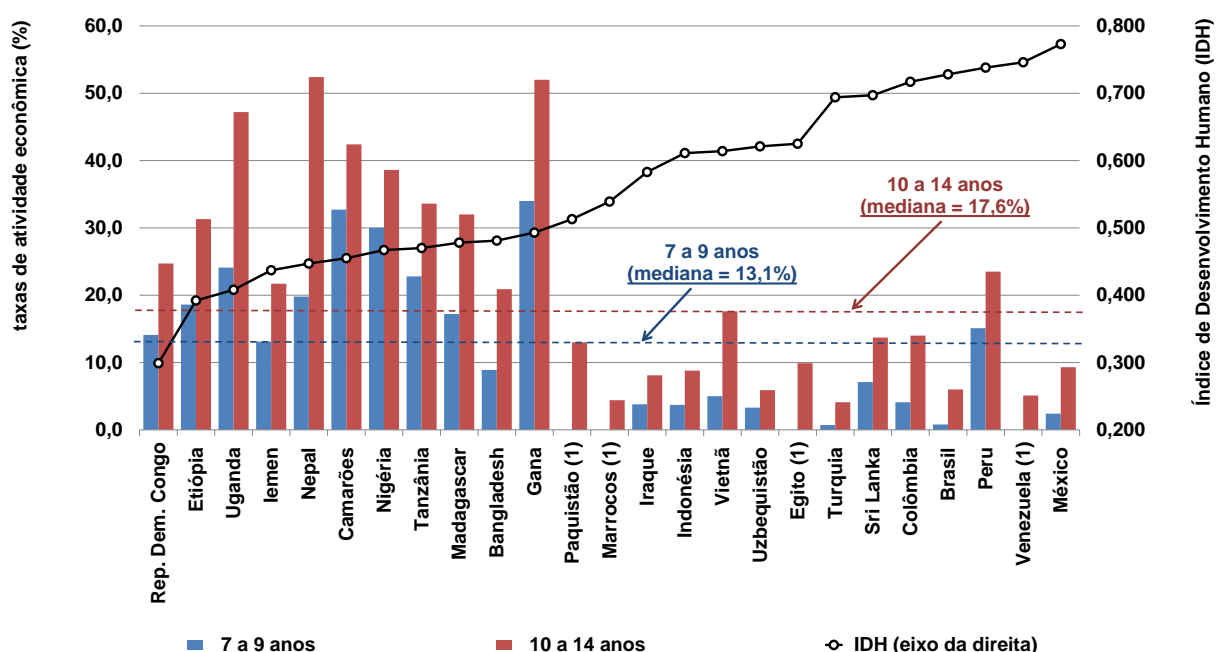
---

25. O Índice de Desenvolvimento Humano é publicado anualmente pelo PNUD. Ele é composto por três dimensões (saúde, educação e renda) a partir de indicadores a elas associados (expectativa de vida; média de anos de estudo das pessoas com 25 anos ou mais e a expectativa em termos de anos de escolaridade para crianças em idade de início da vida escolar; e o Produto Nacional Bruto *per capita* expresso em termos de poder de paridade de compra). Os indicadores encontrados para os países são transformados em escalas a partir das quais são procedidos os cálculos para a obtenção do Índice, que em princípio pode variar entre 0 e 1. Na prática, no mais recente Relatório publicado (PROGRAMA ... – PNUD, 2013), a escala variou entre o mínimo de 0,304 (IDH da República Democrática do Congo e do Níger) e o máximo de 0,955 (Noruega). Maiores detalhes sobre valores e

Como seria de se esperar, na medida em que seja maior o IDH, menores são em geral as taxas de atividade para os grupos de 7 a 9, e de 10 a 14 anos de idade.

### Gráfico 8

Taxas de atividade da população de 7 a 14 anos e Índice de Desenvolvimento Humano – 25 países selecionados (2003-2011)



Fontes: PROGRAMA ... – PNUD, 2011; UCW – ..., 2014.

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

Para os dados numéricos, ver na tabela 4 (p. 128) as colunas relativas ao “ano final”.

(1) Países sem informação para o grupo de 7 a 9 anos de idade.

As linhas relativas às medianas encontradas para as taxas de atividade destes dois grupos de idade para o conjunto de países em questão (gráfico 8) mostram que poucos entre eles apresentam valores que contestam esta regra, cabendo destacar o Peru, para o qual poderíamos esperar menores taxas de atividade frente ao IDH

metodologia de cálculo podem ser obtidos nas páginas eletrônicas do PNUD (<<http://www.undp.org/>> ou <<http://www.pnud.org.br/>>). Os dados apresentados na tabela 4 para cada país são referentes aos anos mais recentes para os quais foram obtidas as taxas de atividade do grupo de 10 a 14 anos de idade, e foram obtidos em PROGRAMA ... – PNUD, 2011.

comparativamente elevado, e a República Democrática do Congo e o Marrocos, países para os quais, com base no IDH comparativamente baixo, poderíamos esperar taxas de atividade mais elevadas.

De fato, ao confrontarmos as taxas de atividade do grupo de 10 a 14 anos de idade para os anos mais recentes (penúltima coluna da tabela 4) e os valores do IDH para os mesmos anos (primeira coluna numérica da mesma tabela 4), o coeficiente de correlação (negativa) chega a -0,66 no cálculo que inclui os 25 países, e se torna ainda mais expressivo (-0,78) se excluídos do cálculo estes três países.

Se consideradas as taxas de atividade do grupo de 7 a 9 anos de idade, ainda que não disponhamos de informação para quatro países, o coeficiente de correlação com o IDH atinge o mesmo patamar (-0,66) para o conjunto de 21 países com dados disponíveis, sendo ainda mais elevado (-0,77) quando excluídos do cálculo o Peru e a República Democrática do Congo <sup>26</sup>.

Os dados apresentados na tabela 4 permitem percebermos também que, nos países com menores taxas de ocupação, é em geral menor a proporção das crianças de 7 a 9 anos em atividades econômicas relativamente àquelas de 10 a 14 anos na mesma situação.

Para o conjunto dos 21 países da nossa amostra, que apresentaram dados para os dois grupos de idade, as taxas de atividade no grupo de 10 a 14 anos são, em média, 2,5 vezes maiores que a verificada no grupo de 7 a 9 anos de idade. Entretanto, há grandes diferenças entre os países.

Os dados brutos a partir dos quais trabalhamos revelam que, nos oito países da África subsaariana, o coeficiente entre o número de crianças de 10 a 14 anos e o número de crianças de 7 a 9 anos em atividades econômicas varia entre 1,8 na

---

26. O PNUD também calcula o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), que “analisa a sobreposição das privações no que respeita à saúde, educação e padrão de vida” (PROGRAMA ... – PNUD, 2013, p. 29). Junto com o Índice, o PNUD publica o percentual de pessoas em pobreza multidimensional (idem, tabela 5, p. 166-167). Do conjunto de países da nossa amostra, há dados disponíveis para 24, sendo exceção apenas a Venezuela. Entretanto, os anos de referência para o cálculo do IPM (e do percentual de pobreza multidimensional) raramente coincidem com os anos relativos às taxas de atividade para o grupo de 10 a 14 anos de idade mencionados na tabela 4. Apesar destas limitações, tanto o indicador do IPM quanto o relativo ao percentual de pessoas em pobreza multidimensional apresentaram coeficientes de correlação também elevados com a variável relativa à taxa de atividade no grupo de 10 a 14 anos de idade (respectivamente 0,63 e 0,66). Se excluído do cálculo o país de Gana, os mesmos coeficientes chegam, respectivamente, a 0,71 e 0,73, superando o obtido com o uso do IDH.

Nigéria (ou seja, 1,8 crianças de 10 a 14 anos para cada uma de 7 a 9) e 3,1 em Uganda. Entre seis países asiáticos e dois do Oriente Médio a situação é intermediária, variando entre 2,6, no Iêmen, e 6,1 no Vietnã. Na América Latina, a exceção é o Peru, para o qual se verifica uma relação de 3,1 crianças de 10 a 14 em atividade econômica para cada uma do grupo de 7 a 9 anos na mesma situação. Entre os demais latino-americanos os coeficientes são mais elevados, variando entre 6,1 na Colômbia e 13,4 no Brasil, país no qual este coeficiente atinge o maior valor, seguido pela Turquia (9,4).

Assim, para fazer valer os compromissos assumidos com a ratificação da Convenção nº 138 da OIT, os países com maior ocorrência de trabalho infantil em geral enfrentam ainda, como desafio adicional, promover o seu combate junto a elevados contingentes de crianças em idades menores.

Quanto à evolução das taxas de atividade para cada país, nos períodos específicos decorridos entre o levantamento anterior e o mais recente, os dados devem ser interpretados com cautela em alguns casos. É provável que variações mais acentuadas em poucos anos decorram antes de erros em levantamentos do que de rápidas mudanças na realidade sobre o trabalho infantil neste ou naquele país.

Mas não há dúvida de que, também entre os países de nossa amostra, predominou a tendência de queda nas taxas de atividade verificada pela OIT para o mundo todo na década passada.

No grupo de idade de 7 a 14 anos teria ocorrido queda nas taxas de ocupação em 17 dos 20 países com dados que permitem a comparação entre anos distintos. Nos casos que são exceção a esta regra (Gana, Madagascar e Iêmen) não se pode descartar que os levantamentos realizados no início da década passada talvez tenham subestimado o trabalho infantil, já que as taxas de atividade então constatadas parecem bastantes baixas frente a outros indicadores de desenvolvimento socioeconômico destes países.

Como estamos trabalhando com levantamentos realizados em anos distintos para cada um dos países, e os mesmos apresentam, nos anos iniciais e finais considerados, taxas de atividade de grandezas muito diferentes, para melhor comparação optamos por calcular o ritmo anual de queda (ou de crescimento) destas taxas. O valor encontrado para cada grupo de idade, em cada país, expressa

assim a redução (ou aumento) percentual necessária da taxa de atividade vigente em cada ano para que se obtenha, a partir do ano inicial, a taxa diagnosticada no levantamento realizado no ano final do período.

No conjunto de 20 países com dados disponíveis em dois levantamentos para o grupo de 7 a 14 anos, as taxas de atividade declinaram, em média, algo em torno de 4,0%. Mas, em alguns casos, se corretas as informações disponíveis, o encolhimento anual médio destas taxas foi bem mais elevado: Uzbequistão (18,8%), Iraque (15,3%), República Democrática do Congo (9,5%), Vietnã (9,4%) e Etiópia (7,5%). No grupo de idade de 7 a 9 anos de idade, o ritmo anual de queda das taxas de atividade foi menor, resultando na média de 1,50% para 20 países. Para estes mesmos países o ritmo de queda foi, em geral, mais intenso para o grupo de 10 a 14 anos, resultando em média anual de redução de 4,16% <sup>27</sup>.

Muito embora as dificuldades com os dados e também o uso de médias possam neste caso nos levar a equívoco, exigindo cautela, o que esses valores sugerem é que, embora o trabalho infantil no grupo de 7 a 9 anos seja de menor magnitude, a redução do mesmo nesta faixa etária parece ter sido relativamente mais lenta na última década.

Mas não é esse, ao que parece, o caso brasileiro. A comparação entre os dados apresentados na tabela 4 para o país, levantados pela PNAD em 2001 e em 2011, permite concluir que no Brasil o ritmo de queda da taxa de atividade foi mais intenso para o grupo de 7 a 9 anos de idade, no qual declinou, em média, 10,0% ao ano, contra 5,6% no grupo de 10 a 14 anos de idade.

Isso ajuda a entender, em parte, a melhoria da “posição” do país relativamente ao conjunto da amostra. No decorrer da década, o Brasil passou da terceira para a segunda posição, entre os países da amostra, quanto à taxa de atividade no grupo de 7 a 14 anos. Mas quando considerado apenas o grupo de idade de 10 a 14 anos, embora expressiva, a redução da taxa de atividade não foi capaz de melhorar a posição brasileira comparativamente aos demais, mantendo-se o país na quinta posição (ver última linha da tabela 4).

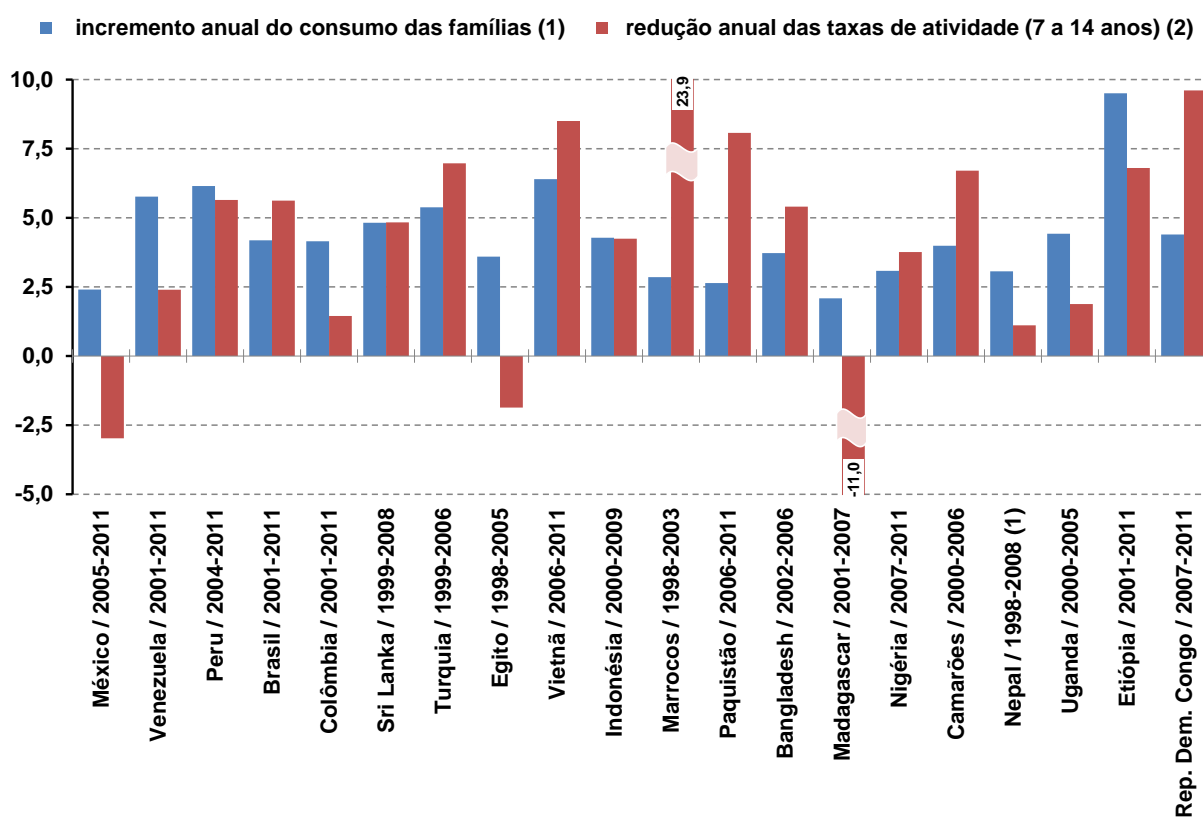
---

27. Os cálculos foram realizados a partir dos dados apresentados na tabela 4 (p. 128).

O ritmo de queda (ou aumento) anual das taxas de atividade parece refletir, em ampla medida, a variação do consumo das famílias, conforme evidencia o gráfico 9, que apresenta dados para 20 países com informações para as duas variáveis.

### Gráfico 9

Incremento anual médio do consumo das famílias e redução (aumento) anual das taxas de atividade da população de 10 a 14 anos de idade (%) – 20 países selecionados (1998-2011)



Fontes: BANCO MUNDIAL, 2014a; UCW – UNDERSTANDING CHILDREN'S WORK, 2014.

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

(1) Na fonte consultada (BANCO MUNDIAL, 2014a) os dados de consumo das famílias não estão disponíveis para o período analisado para Gana, Iemen, Iraque e Uzbequistão. A Tanzânia não foi considerada já que consta queda de 65% no consumo das famílias em um único ano (2011). No caso do Nepal não há dados disponíveis para os anos de 1999 a 2001, sendo considerado para o cálculo da média anual o período de 2002 a 2008.

(2) Os valores negativos expressam aumento das taxas de atividade.

Para cada país foi considerado, quanto às taxas de atividade, o ritmo anual de queda (ou de crescimento) conforme acima explicado. Para o consumo das famílias,

foi calculada a média das taxas anuais de variação observadas para os mesmos períodos, considerando-se o intervalo de tempo desde o ano seguinte ao “inicial” até o ano “final” para o qual dispomos de dados sobre as taxas de atividade (ver tabela 4, p. 128).

Importante ressaltar que a variável de consumo das famílias é referente à totalidade delas em cada país, e não somente ao conjunto daquelas com crianças em atividade econômica.

O coeficiente da correlação entre as duas variáveis é baixo (0,21) quando considerados os dados relativos ao grupo de 10 a 14 nos de idade. Mas é bem mais elevado (0,61) quando o cálculo abrange as idades de 7 a 14 anos, embora este cálculo considere somente 15 países, pois em cinco deles não existe informação sobre as taxas de atividade para as crianças de 7 a 9 anos.

Mas o mais interessante a ser mencionado é que, ainda que estes coeficientes não permitam conclusões seguras, parecem indicar que o trabalho infantil tende a declinar conforme aumenta o poder de consumo das famílias, como se poderia esperar.

Não se pode afirmar o mesmo a respeito da variação do produto *per capita*. Ao confrontarmos, para os mesmos períodos de tempo, o ritmo de variação anual da taxa de atividade do grupo de 10 a 14 anos com o de variação anual média do produto *per capita* (expresso em paridade de poder de compra), a associação entre as variáveis se mostrou inexistente (coeficiente de correlação = -0,0226).

Isso sugere que a redução do trabalho infantil parece estar associada mais diretamente às melhorias no bem-estar das famílias do que ao crescimento econômico.

Mais uma vez os dados nos oferecem a pista de que o trabalho infantil parece estreitamente associado ao modelo de acumulação vigente em cada época e país. Como indicaram os números relativos à evolução das taxas de atividade na América Latina desde 1950 (ver tabela 2, p. 118), no continente o trabalho infantil praticamente se manteve estável nas décadas de elevado crescimento baseado na concentração de renda. Mas vem declinando nos anos recentes nos quais, embora tímido, o crescimento vem se ancorando na expansão do mercado interno, redistribuição de renda e diminuição da pobreza, como é amplamente reconhecido.



A tabela 5 repete, para a mesma amostra de 25 países, os valores da variável dependente “taxa de atividade das crianças de 10 a 14 anos” apresentado na tabela 4 (p. 128). Os países estão ordenados segundo esta variável. Nas demais colunas são apresentadas 11 “variáveis independentes” para as quais encontramos expressiva associação com a primeira.

Além destas, outras variáveis foram investigadas, mas os dados não são apresentados porque os coeficientes evidenciaram baixa correlação ou, em alguns casos, porque optamos pela apresentação de variável analiticamente mais interessante, conforme será explicado em cada caso.

No pé da tabela 5 são apresentados os coeficientes de correlação entre cada uma das “variáveis independentes” e as taxas de atividade (“variável dependente”). São mencionados dois coeficientes. O coeficiente de “correlação A” considera sempre a totalidade dos países com dados.

Para o cálculo dos coeficientes de “correlação B”, para cada variável foram excluídos três países, de forma a obtermos um segundo coeficiente de correlação com valor mais elevado, que nos sirva de parâmetro adicional para melhor percepção da força de associação entre as variáveis. Os dados dos países não considerados para o cálculo deste segundo coeficiente são os que aparecem na tabela 5 em fundo escuro.

São também mencionados, para cada variável, as medianas e a razão entre as médias apuradas para os cinco maiores e os cinco menores valores, de maneira a podermos melhor observar a magnitude das desigualdades entre os países. E também, da mesma forma que na tabela 4, é apresentada a “posição” ocupada pelo Brasil comparativamente ao conjunto dos demais países.

O primeiro aspecto a ser ressaltado é a enorme desigualdade existente entre os países expressa pelo conjunto de variáveis selecionadas, sem nenhuma exceção. Isso fica evidente, de saída, pelos elevados valores que expressam a razão entre as médias apuradas para os cinco maiores e para os cinco menores valores para cada variável (ver linha denominada “razão – 5> / 5<” no pé da tabela 5), principalmente para as variáveis de produção e renda.

**Tabela 5**

Taxas de atividade da população de 10 a 14 anos e outras variáveis econômicas, sociais, demográficas e do mercado de trabalho – 25 países selecionados (1998-2011) (1)

Países e indicadores selecionados	taxas de atividade – 10 a 14 anos (%)	produção e renda			demografia e urbanização				mercado de trabalho			gasto público / PIB (%)
		PNB per capita (dólares ppc)	consumo das famílias por criança (0-14)	pobreza (< US\$ 2 dia)	fertilidade total	razão de dependência (0-14/15-64)	população rural (%)	crescimento da população urbana (%)	PEA feminina 15anos ou + (%)	emprego vulnerável (%)	emprego agrícola (%)	
Turquia	4,1	17.810	26.865	5,7	2,05	43,1	32,4	2,27	23,6	35,4	27,3	31,2
Marrocos	4,4	6.490	6.495	24,3	2,78	49,4	45,7	1,65	27,1	55,8	43,9	29,0
Venezuela	5,1	16.580	29.887	12,9	2,40	48,3	6,5	2,00	50,7	32,8	7,7	25,1
Uzbequistão	5,9	4.590	...	...	2,32	45,2	63,4	1,41	47,5	...	38,5	...
Brasil	6,0	14.030	30.615	10,8	1,82	37,7	15,4	1,38	59,5	25,1	15,3	26,3
Iraque	8,1	13.620	...	21,4	4,06	74,4	33,5	2,40	14,6	...	...	...
Indonésia	8,8	8.200	11.987	52,7	2,35	45,8	50,9	3,04	51,2	63,7	39,7	15,7
México	9,3	15.510	30.632	4,5	2,20	47,0	21,9	1,64	43,2	29,2	13,4	13,0
Egito	9,9	10.330	15.148	18,5	2,79	50,4	57,0	1,86	20,2	25,3	30,9	27,4
Paquistão	13,0	4.450	9.503	60,2	3,22	58,8	63,8	2,62	24,1	63,1	45,1	17,6
Sri Lanka	13,7	8.020	15.906	29,1	2,35	37,4	84,9	0,54	36,8	40,6	32,6	19,2
Colômbia	14,0	10.820	23.737	15,8	2,30	43,8	24,7	1,85	55,5	48,8	17,6	24,1
Vietnã	17,6	4.510	11.560	43,4	1,75	33,6	69,0	3,25	72,5	62,5	48,4	...
Bangladesh	20,9	2.460	3.416	80,3	2,20	54,7	73,9	2,90	55,8	85,0	48,1	9,7
Iemen	21,7	3.790	5.343	46,6	4,15	75,8	70,5	4,37	23,8	29,6	31,0	21,6
Peru	23,5	10.210	21.510	12,7	2,43	46,9	22,8	1,64	67,8	47,8	25,8	16,8
Rep. Dem. Congo	24,7	400	674	95,2	5,00	87,9	65,7	4,31	70,7	...	...	13,7
Etiópia	31,3	1.150	1.868	66,0	4,59	85,0	83,0	4,04	78,2	91,2	79,3	10,8
Madagascar	32,0	1.350	2.387	89,6	4,50	84,0	69,9	4,65	85,6	86,4	80,4	11,2
Tanzânia	33,6	1.580	2.041	87,9	4,46	86,2	73,3	4,54	88,2	87,7	76,5	23,3
Nigéria	38,6	4.950	7.408	84,5	6,00	82,7	50,4	4,06	43,0	...	44,6	10,0
Camarões	42,4	2.470	3.726	30,4	4,81	81,4	50,9	3,76	62,3	79,8	55,7	12,0
Uganda	47,2	1.310	1.361	75,6	5,91	100,3	86,8	5,80	77,2	80,6	71,6	16,7
Gana	52,0	3.340	3.645	51,8	3,89	67,8	51,6	3,93	66,6	75,4	57,2	15,6
Nepal	52,4	2.070	3.213	57,3	2,32	66,8	84,0	3,37	79,8	71,6	65,7	15,6
medianas	17,6	4.590	7.408	45,0	2,78	54,7	57,0	2,90	55,5	62,5	41,8	16,8
razão – 5> / 5<	9,1	13,4	17,0	9,4	2,6	2,3	4,5	3,6	3,8	3,0	4,8	2,6
correlação A (3)	..	-0,69	-0,69	0,60	0,62	0,70	0,51	0,74	0,65	0,70	0,72	-0,58
correlação B (3)	..	-0,78	-0,79	0,73	0,86	0,85	0,66	0,84	0,74	0,77	0,78	-0,74
posições Brasil (4)	5º <	4º >	2º >	3º <	2º <	3º <	2º <	2º <	11º >	1º <	3º <	4º >

Fontes: BANCO MUNDIAL, 2014a; ORGANIZAÇÃO ... – ONU, 2013; UCW – ..., 2014.

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

- (1) No texto de análise, se necessário, são fornecidas informações para melhor entendimento de cada variável. Os países aparecem em ordem crescente pelas taxas de atividade. As taxas de atividade foram calculadas a partir dos dados brutos obtidos em UCW – ... (2014) e são referentes ao ano mais recente com dados disponíveis para cada país (ver tabela 4, p. 128). Os dados de fertilidade total e razão de dependência foram extraídos de ONU (2013) e se referem, respectivamente, à média projetada para o período 2010-2015, e à estimativa para 2010. Os valores das variáveis “PNB ‘per capita’” e “consumo das famílias por criança” estão expressas em dólares por paridade de poder de compra, ou “a preços internacionais atuais” (BANCO MUNDIAL, 2014a). Os dados do PNB ‘per capita’ são referentes a 2011. Para os cálculos da variável “consumo das famílias por criança” foram utilizados, além dos valores referentes aos gastos das famílias disponibilizados pelo Banco Mundial, as projeções populacionais da ONU para o grupo de 0 a 14 anos de idade, para os mesmos anos dos dados referentes às taxas de atividade e ao consumo das famílias para cada um dos países; como as projeções da ONU são referentes apenas aos anos terminados em “0” e em “5”, utilizamos taxas médias de crescimento para estimar os valores para os anos intervalares. Os dados das demais variáveis são provenientes do Banco Mundial (2014a). O crescimento da população urbana reflete a média das taxas anuais de crescimento verificadas entre 2003 e 2012. Os demais indicadores são referentes aos mesmos anos dos dados referentes às taxas de atividade para cada um dos países. Quando não disponíveis para os mesmos anos, foram utilizados para alguns países os dados do ano mais próximo com informação disponível para as variáveis relativas à pobreza, emprego agrícola, emprego vulnerável, e proporção gasto público / PIB.
- (2) Os valores expressam a relação entre as médias apuradas para os cinco maiores e cinco menores valores em cada variável.
- (3) Os coeficientes expressam a correlação entre cada variável e taxa de atividade, e foram calculados para a totalidade de países (Coeficiente A), e excluindo-se do cálculo de dois a três países em cada variável (Coeficiente B).
- (4) A “posição” é definida sempre em relação ao ordenamento do “melhor” para o “pior” valor para cada variável.

Não surpreende que também sejam tão distantes entre si os valores referentes às taxas de atividade para o grupo de 10 a 14 anos. São nove países nos quais a “variável dependente” é inferior a 10%, apenas quatro nos quais se situa entre 10% e 20%, e outros 12 nos quais varia entre o mínimo de 20% e o máximo de 52%.

Também para as demais variáveis, sem exceção, as distâncias ou diferenças entre os países são enormes. Para o PNB *per capita*, por exemplo, foi encontrada uma diferença superior a 44 vezes entre os valores observados para a Turquia (17.810 dólares ppc) e para a República Democrática do Congo (400).

A pobreza, medida como o percentual da população que vive com renda inferior a dois dólares por dia (também em paridade de poder de compra), varia entre as taxas menores observadas entre os cinco países latino-americanos, nos quais se situa entre o mínimo de 4,5% (México) e o máximo de 15,8% (Colômbia), e percentuais que superam 50% em 11 países localizados na Ásia (4 casos) e na África subsaariana (7 casos), variando entre 51,8% e 66,0% em cinco destes países e entre 75,6% e 95,2% em outros seis.

Também no caso da variável relativa à fertilidade total há grandes diferenças. O indicador é calculado pela ONU (ORGANIZAÇÃO ... – ONU, 2013) como o número médio de filhos por mulher estimado para o final do período reprodutivo nas hipóteses de manutenção das taxas de fertilidade previstas para o período de 2010 a 2015 e de mortalidade igual a zero. Enquanto Vietnã (1,75), Brasil (1,82) e Turquia (2,05) exibem taxas próximas ao nível de reposição populacional, há nove países nos quais a fertilidade total varia entre 4,06 (Iraque) e 6,00 (Nigéria).

Por um lado, a proporção da população rural é inferior a  $\frac{1}{4}$  do total em cinco países (todos latino-americanos), mas supera 80,0% em quatro (Etiópia, Nepal, Sri Lanka e Uganda). E, por outro, o ritmo anual de crescimento da população urbana é inferior a 2% em nove países (novamente os cinco latino-americanos, além de Egito, Marrocos, Uzbequistão e Sri Lanka), mas supera 4% em outros sete, incluindo dois dos quatro países mencionados nos quais mais de 80% da população é rural (Etiópia e Uganda), além de Madagascar, Tanzânia, Iemen, República Democrática do Congo e Nigéria.

O trabalho feminino (percentual da população feminina com 15 anos ou mais economicamente ativa) é inferior a 30% em seis países, e supera 70% em outros sete.

No que diz respeito à relação “gasto público / PIB”, nenhum dos 25 países da amostra chega perto do patamar de 41,0% atingido pelo conjunto de países da União Europeia em 2010 (BANCO MUNDIAL, 2014a). Mas mesmo entre eles há grandes diferenças. Há cinco países onde o coeficiente é mais elevado, grupo que inclui Venezuela (25,1%), Brasil (26,3%), Egito (27,4%), Marrocos (29,0%) e Turquia (31,2%). No outro extremo há sete países nos quais a relação “gasto público / PIB” é muito menor, situando-se entre 9,7% (Bangladesh) e 13,7% (República Democrática do Congo), entre os quais está situado o México (13,0%).

O segundo aspecto a ser enfatizado é a estreita associação entre as taxas de atividade no grupo de idade de 10 a 14 anos e algumas variáveis relativas à produção e à renda.

A associação (negativa) entre o PNB *per capita* (relativa a 2011, em paridade de poder de compra) e a taxa de atividade entre crianças de 10 a 14 anos fica evidente pelo coeficiente de correlação correspondente a -0,69 obtido para o conjunto de 25 países (Correlação A). Se excluídos do cálculo Uzbequistão, Marrocos e Paquistão que comparativamente apresentam “bom desempenho” na variável dependente (ou seja, taxas de atividade situadas entre as mais baixas) quando considerados os valores do PNB *per capita* relativamente baixos, a correlação entre as duas variáveis observada para o conjunto dos 22 países restantes chega a -0,78 (coeficiente de correlação B) <sup>28</sup>.

Utilizando os dados do Banco Mundial relativo aos valores (em dólares ppc) do consumo privado de bens e serviços para os mesmos anos para os quais dispomos de taxas de atividade das crianças de 10 a 14 anos, e dividindo-se pelo número estimado pela ONU, para os mesmos anos, da população com até 14 anos,

---

28. O PNB *per capita* ppc sofre variações expressivas a cada ano. Ao contrário do procedimento adotado para a maior parte das variáveis da tabela 5, para as quais se buscou o dado relativo ao mesmo ano do referente à taxa de atividade para cada país, neste caso optamos por utilizar os dados relativos a um único ano (2011) para todos os países, já que o coeficiente de correlação se mostrou mais expressivo. Mas mesmo adotando os valores do PNB *per capita* relativos aos mesmos anos de referência das taxas de atividade, a correlação foi expressiva, resultando “-0,65” para o conjunto dos 25 países, confirmando a consistência da associação entre as duas variáveis.

obtivemos um indicador (ao qual denominamos “consumo das famílias por criança”) tão expressivo em termos de associação com a taxa de atividade quanto o próprio PNB *per capita*.

O coeficiente de correlação “A” (obtido para o conjunto de 23 países com dados disponíveis) foi -0,69. Excluindo-se Marrocos, Indonésia e República Democrática do Congo, que entre os países da amostra apresentam taxas de atividade proporcionalmente baixas frente aos valores da variável “consumo das famílias por criança”, obtemos o coeficiente de correlação “B” correspondente a -0,79.

Também a variável de pobreza (porcentagem da população que vive com menos de dois dólares por dia aos preços internacionais de 2005) apresentou coeficientes de correlação satisfatórios. A correlação entre pobreza e taxa de atividade correspondeu a 0,60 quando considerado o conjunto de 24 países com informações. Para a obtenção do coeficiente de correlação B foram desconsiderados Camarões e Gana, já que os dados para estes dois países indicam taxas de pobreza bem menos elevadas (respectivamente 30,4% e 51,8%) que as verificadas para os demais países com taxas de atividade situadas no mesmo patamar (acima de 25%), e também a República Democrática do Congo, que apresenta a mais elevada incidência de pobreza (95,2%) entre todos os países. O cálculo resultou em 0,73 para os 21 países restantes. Mas, apesar de elevados, os coeficientes relativos à variável de pobreza mostraram correlação com a variável dependente menos forte do que as relativas ao PNB *per capita* e ao “consumo das famílias por criança”<sup>29</sup>.

Uma vez que essas três variáveis (PNB *per capita*, consumo das famílias por criança, e pobreza) estão altamente correlacionados entre si, elas são praticamente intercambiáveis<sup>30</sup>.

O mais importante é que confirmam a elevada relevância de algumas das principais variáveis relativas aos níveis de desenvolvimento socioeconômico para a compreensão das diferenças da magnitude do trabalho infantil nos diferentes países.

---

29. Outros indicadores relativos à pobreza publicados pelo Banco Mundial (2014a) são a porcentagem da população que vive com menos de 1,25 dólares por dia, e o percentual da população urbana abaixo da linha nacional de pobreza. Os coeficientes de correlação encontrados foram, respectivamente, 0,38 (24 países com informações) e 0,09 (22 países com informações).

30. O “PNB *per capita* ppc” apresenta correlação de 0,97 com o “consumo das famílias” e de -0,85 com a “taxa de pobreza”, enquanto estas duas apresentam correlação de -0,83 entre si (ver a matriz de correlação apresentada no quadro 3, p. 148).

Não se pode assim deixar de reconhecer que o trabalho infantil está fortemente associado a fatores de natureza socioeconômica que, por sua vez, estão relacionados tanto à inserção de cada país na ordem internacional (PNB *per capita*) quanto ao bem-estar do conjunto de famílias (consumo e pobreza).

Entretanto, o mesmo não se verifica com a utilização de dois indicadores de distribuição de renda.

O Índice de Gini de distribuição de renda, uma medida amplamente aceita para mensuração desta importante dimensão da desigualdade, se revelou ineficaz para a explicação do trabalho infantil. Com a informação disponível para todos os países da amostra, o coeficiente obtido para a correlação entre esta variável e a taxa de atividade no grupo de 10 a 14 anos correspondeu a “-0,01” (Coeficiente “A”), melhorando muito pouco (0,17) quando excluídos do cálculo a Colômbia e o Brasil, países da amostra que apresentam os mais elevados índices de Gini (respectivamente 55,91 e 54,69)<sup>31</sup>.

Uma vez que os cinco latino-americanos estão entre os sete países da amostra que apresentam os maiores valores para o Índice de Gini, e quase todos eles estão entre os que apresentam as menores taxas de atividade no grupo de 10 a 14 anos de idade, não é difícil compreender que não haja associação clara entre desigualdade e taxas de atividade.

Mas, para entendermos melhor porque, ao contrário do que esperávamos, o trabalho infantil não se mostra associado ao Índice de Gini, o gráfico 10 confronta esta variável com a taxa de pobreza (percentual da população que vive com menos de dois dólares ppc por dia).

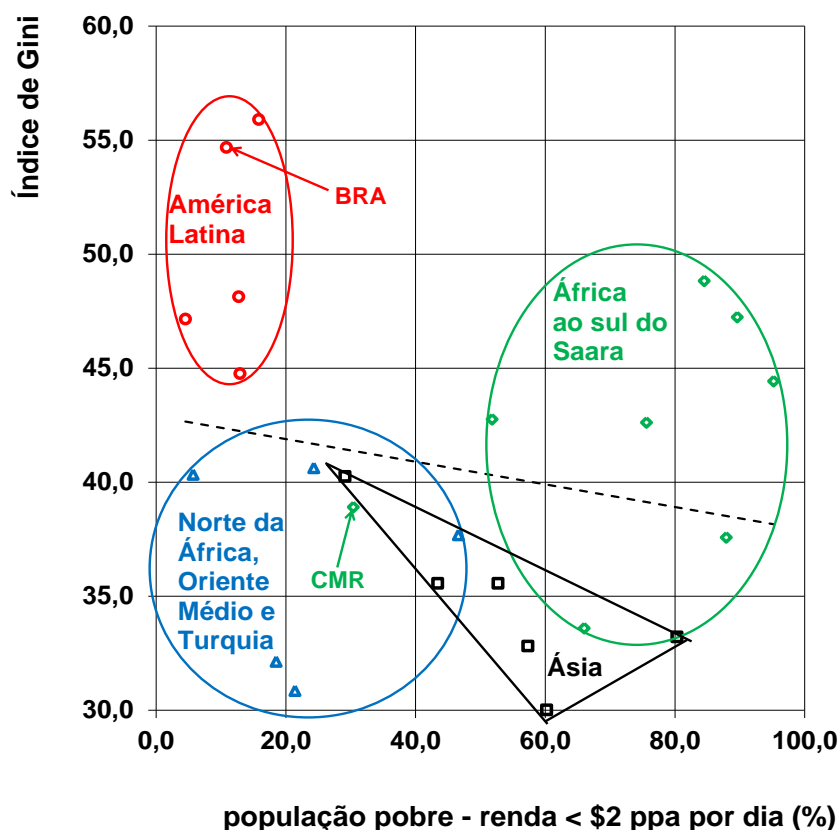
Para a nossa amostra de países o Índice de Gini é fracamente associado à pobreza (correlação = -0,21). O gráfico 10 evidencia ser possível diferenciar claramente quatro conjuntos de países, conforme sua localização, quanto à “combinação” entre pobreza e desigualdade.

---

31. O Índice de Gini varia entre “0” (igualdade perfeita) e 100 (desigualdade perfeita). Na fonte consultada (BANCO MUNDIAL, 2014a) a informação sobre o Índice está disponível para alguns poucos anos para cada país. Quando não disponível o dado para o mesmo ano da referência da taxa de atividade, foi utilizado o do ano mais próximo, o que não compromete a conclusão a que se chegou já que de forma geral o Índice de Gini varia muito pouco entre um ano e outro.

**Gráfico 10**

Desigualdade de renda (Índice de Gini) e pobreza (renda inferior a US\$2 ppc) segundo regiões – 24 países selecionados (2005-2011)



Fonte: BANCO MUNDIAL, 2014a.

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

Na fonte não consta informação sobre pobreza para o Uzbequistão.  
As siglas adotadas são: BRA (Brasil) e CMR (Camarões).

Os países latino-americanos são os que apresentam menores índices de pobreza, mas por outro lado se destacam por apresentarem os mais elevados coeficientes de desigualdade de renda. Os países localizados no Norte da África e no Oriente Médio, juntamente com a Turquia, formam um subgrupo que combina menores taxas de pobreza e menor desigualdade comparativamente aos demais, fugindo ligeiramente à regra apenas o lemen, onde 46,6% dos habitantes vivem com menos de dois dólares por dia.

Os países asiáticos também apresentam distribuição menos desigual da renda, mas os índices de pobreza, embora díspares entre si, são em geral bem mais elevados

que nas duas regiões precedentes, variando entre 29,1% no Sri Lanka até 80,3% em Bangladesh.

Por fim, com a exceção apenas de Camarões, onde o percentual de pessoas pobres é de 30,4%, os países ao sul do Saara apresentam as mais elevadas taxas de pobreza, com percentuais entre 51,8% (Gana) e 95,2% (República Democrática do Congo) e, ao mesmo tempo, distribuição bastante desigual da renda, com alguns países se equiparando a alguns dos latino-americanos quanto ao Índice de Gini.

Para analisar a possível associação entre taxa de atividade no grupo de idade de 10 a 14 anos e desigualdade de renda utilizamos também, além do índice de Gini, o indicador que expressa a relação entre a renda dos 10% mais ricos e os 20% mais pobres. O quociente mais elevado foi o do Brasil (15,1), o que corresponde a dizer que a renda do decil mais rico (42,9% dos rendimentos de todos os habitantes) é 15,1 vezes maior que a renda do quintil mais pobre (2,9%). Apenas a Colômbia apresentou valor que se aproximou do brasileiro (14,2). Entre os demais países o quociente variou entre 2,7 (Paquistão) e 9,2 (Peru).

O coeficiente de correlação entre este quociente e as taxas de atividade das crianças de 10 a 14 anos também é inexpressivo e, além disso, de valor negativo (coeficiente de correlação  $A = -0,11$ ). Excluindo-se Brasil e Colômbia, a correlação se torna positiva, mas igualmente inexpressiva (coeficiente  $B = 0,13$ ). Assim, a desigualdade de renda não é variável adequada para explicar as diferenças entre os países quanto à incidência do trabalho infantil.

Voltando aos dados apresentados na tabela 5, o segundo conjunto de variáveis independentes que selecionamos diz respeito mais diretamente aos processos de mudança demográfica e de urbanização. Como é sabido, esses processos estão associados de forma decisiva aos modos de vida e aos arranjos estabelecidos no âmbito familiar, inclusive quanto ao seu sustento. Assim, podemos esperar, por exemplo, que menores proporções de crianças na composição etária da população e maiores taxas de urbanização estejam associadas fortemente à menor incidência de trabalho infantil.

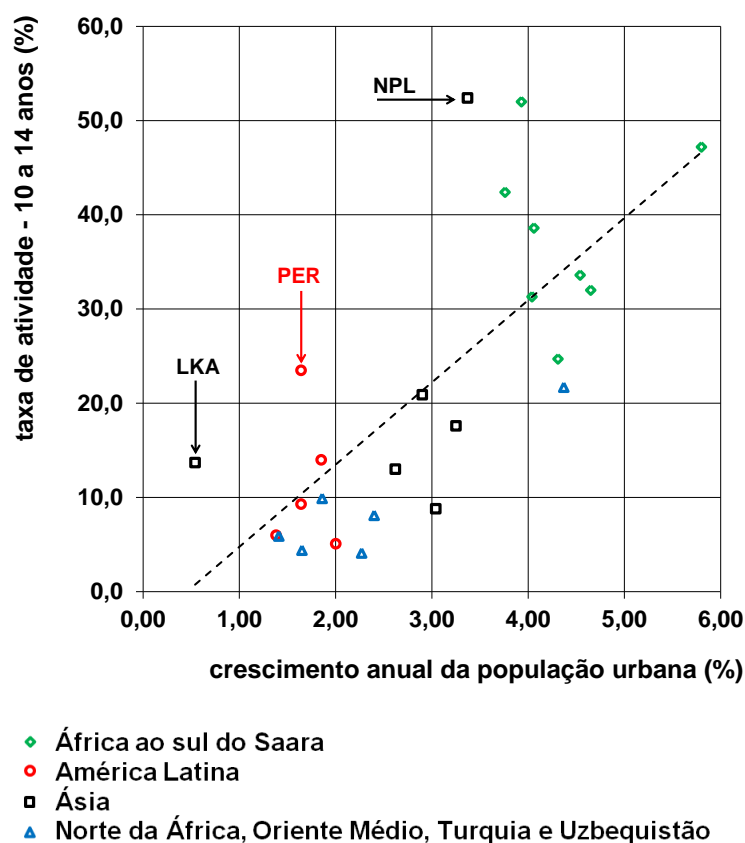
As duas variáveis de natureza demográfica apresentados na tabela 5 são a fertilidade total e a razão de dependência. No caso da fertilidade total, foram encontrados os valores de 0,62 (coeficiente "A", para os 25 países) e 0,86



(coeficiente “B”, para 22 países) quando excluídos do cálculo Gana e Nepal, países que apresentam fertilidade total relativamente mais baixa que os demais países com taxas de atividade muito elevadas, e Iraque que contrariamente apresenta fertilidade elevada frente aos demais países com taxas de atividade no grupo de 10 a 14 anos similares.

### Gráfico 11

Crescimento anual médio da população urbana e taxas de atividade da população de 10 a 14 anos, segundo regiões – 25 países selecionados (2003-2012)



Fontes: BANCO MUNDIAL, 2014a; UCW – ..., 2014.

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

As siglas adotadas são: LKA (Sri Lanka), NPL (Nepal), PER (Peru).

A razão de dependência, medida pela razão entre o número de crianças de 0 a 14 anos e o número de pessoas de 15 a 64 anos de idade, apresentou correlação ainda mais elevada (0,70) para o Coeficiente “A”. Se, da mesma forma que na variável

relativa à fertilidade, forem excluídos do cálculo o Iraque, cuja razão de dependência é relativamente elevada (74,4%) frente aos países com taxas de atividade similares, e também Nepal e Gana, pelo motivo contrário, o coeficiente de correlação “B” (para o conjunto dos demais 22 países) entre taxa de atividade e razão de dependência chega a 0,85. A razão de dependência se mostra assim, entre as variáveis já analisadas, incluindo o IDH, a mais fortemente associada à taxa de atividade no grupo de 10 a 14 anos <sup>32</sup>.

As variáveis independentes “proporção da população rural” (em relação ao total de população) e “ritmo de crescimento anual da população urbana” (que corresponde à média das taxas anuais de crescimento verificadas entre 2003 e 2012) também foram confrontadas com as taxas de atividade.

No caso da variável relativa à população rural a elevada associação com a taxa de atividade no grupo de 10 a 14 anos era considerada bastante provável já que o trabalho infantil é bem mais elevado no campo do que nas cidades. Entretanto, embora não possa ser considerado desprezível, o coeficiente encontrado para o conjunto de 25 países (0,51) se revelou o mais baixo de todos no conjunto de 11 variáveis independentes apresentadas na tabela 5.

Excluindo-se três países (Gana, Sri Lanka, e Uzbequistão) o coeficiente de correlação “B” obtido é mais elevado, chegando a 0,66, mas mesmo neste caso o coeficiente se mostrou o menos elevado de todo o conjunto de variáveis consideradas na tabela 5.

Já no caso da variável “ritmo de crescimento anual da população urbana” ocorreu justamente o oposto, obtendo-se a mais elevada correlação (0,74) com a taxa de atividade de crianças de 10 a 14 anos comparativamente às demais variáveis quando considerado o conjunto de 25 países. Para o coeficiente “B” foram excluídos do cálculo o Nepal, Sri Lanka e Peru, chegando-se a uma correlação de valor ainda mais elevado (0,84). O gráfico 11 evidencia que as elevadas taxas anuais de

---

32. Foi analisada também a taxa de natalidade (quantidade de nascidos vivos em um ano para cada mil habitantes), obtendo-se para essa variável também elevada correlação (0,69) com as taxas de atividade para o conjunto de 25 países, com o coeficiente chegando a 0,86 se excluídos do cálculo Nepal, Gana e Iraque. Entretanto, por estar a taxa de natalidade muito fortemente correlacionada também às outras duas variáveis demográficas analisadas (correlação de 0,97 com fertilidade total e de 0,97 com razão de dependência), optamos pela apresentação, na tabela 5, somente dos valores relativos às duas últimas já que, a nosso ver, ilustram melhor as desigualdades entre os países.

crescimento da população urbana observadas nos países mais pobres da África podem nos ajudar a compreender o resultado encontrado para a elevada associação entre as variáveis <sup>33</sup>.

Ainda que não disponhamos de elementos suficientes para afirmação mais conclusiva a respeito, é provável que o processo de migração rural-urbano naqueles países esteja associado, em alguma medida, a grandes dificuldades de sobrevivência das famílias pobres, resultando na necessidade de ocupação das crianças tanto entre famílias que migram para as cidades quanto entre aquelas que permanecem no campo.

O terceiro conjunto de variáveis analisadas diz respeito ao mercado de trabalho. Foram identificadas três variáveis que apresentam elevada correlação com a taxa de atividade das crianças de 10 a 14 anos.

A participação da mulher na força de trabalho, mensurada pela população feminina de 15 anos ou mais economicamente ativa, apresenta evidente tendência de aumento nos países mais pobres, de forma que a ideia que muitas vezes associa a inserção feminina no trabalho com o avanço nos processos de desenvolvimento socioeconômico não é confirmada pela comparação entre os países da amostra estudada. A correlação encontrada entre a participação das mulheres no trabalho e a taxa de atividade no grupo de idade de 10 a 14 anos foi de 0,65 para o conjunto de 25 países (coeficiente "A"). A exclusão de Brasil, Iemen e Nigéria resultou em correlação mais forte (0,74). No caso brasileiro, por ser a participação da mulher na população economicamente ativa comparativamente mais elevada que a verificada entre os países com taxas de atividade no grupo de 10 a 14 anos de idade similares. Nos casos do Iemen e da Nigéria se passa o oposto, ou seja, participação menos expressiva da mulher na PEA comparativamente aos países com taxas de atividade do grupo de 10 a 14 anos de idade similares.

O Banco Mundial (2014a) publica um indicador que denomina de "emprego vulnerável", pelo qual designa o percentual de trabalhadores familiares não remunerados e trabalhadores autônomos como percentual do emprego total. Entre

---

33. Foram apurados os coeficientes de correlação entre as taxas de atividade do grupo de 10 a 14 anos de idade e o ritmo de crescimento tanto da população como um todo quanto da população rural, para o que se chegou a valores menos expressivos, correspondendo respectivamente a 0,59 e a 0,48 para o conjunto de 25 países.

os 25 países da amostra, o dado está disponível para 21. O coeficiente de correlação entre esta variável e a taxa de atividade no grupo de 10 a 14 anos é de 0,70, chegando a 0,77 se Marrocos, Indonésia e Iemen forem excluídos do cálculo.

A terceira variável relativa à estrutura do mercado de trabalho é o emprego agrícola, correspondente ao percentual de trabalhadores em atividades agropecuárias e extrativas sobre o total de trabalhadores. Ela apresenta elevada correlação (0,72) com a taxa de atividade no grupo de 10 a 14 anos para o conjunto de 24 países com dados (coeficiente “A”). Este valor sobe para 0,78 no caso do coeficiente “B”, que exclui do cálculo o Marrocos (43,9% de emprego agrícola e taxa de atividade no grupo de 10 a 14 anos de “apenas” 4,4%), Nigéria e Gana, que apresentam a situação inversa (taxas de atividade no grupo de 10 a 14 anos comparativamente elevadas frente ao percentual de trabalho agrícola).

Entretanto, é importante salientar que o “emprego agrícola” e o “emprego vulnerável” são altamente correlacionados entre si (0,90).

Por sua vez, o trabalho feminino é uma variável que assume papel mais “complementar” em relação às duas anteriores, pois sua correlação com ambas não é tão alta, ainda que muito expressiva, chegando a 0,64 com o emprego agrícola e a 0,69 com o emprego vulnerável.

Por fim, a tabela 5 apresenta também a variável referente ao gasto público como percentual do PIB. Não há informação para três países (Uzbequistão, Iraque e Vietnã), e como nem sempre há disponibilidade do dado para todos os anos, para sete países foi utilizada a informação referente ao ano mais próximo ao de referência da taxa de atividade no grupo de idade de 10 a 14 anos <sup>34</sup>.

Para os 22 países com dados disponíveis, foi obtido o coeficiente de correlação “A” correspondente a -0,58, evidenciando tendência de maior incidência de trabalho entre as crianças quanto menor for o percentual dos gastos governamentais em relação ao PIB. Para o coeficiente de correlação “B” excluímos três países (Indonésia, México e Bangladesh) nos quais a variável apresenta valor relativamente baixo em relação aos demais países com taxas de atividade do grupo de idade de

---

34. Na fonte consultada, o indicador de “gasto” é definido nos seguintes termos: “pagos de dinero por actividades operativas del Gobierno para la provisión de bienes y servicios. Incluye remuneración de empleados (como sueldos y salarios), interés y subsidios, donaciones, beneficios sociales y otros gastos como renta y dividendos” (BANCO MUNDIAL, 2014a).

10 a 14 anos similares. Considerados assim os dados para os 19 países restantes, o valor do coeficiente B chegou a -0,74.

Além de os coeficientes serem elevados, no caso desta variável também chama a atenção o fato dela não ser em geral altamente correlacionada às demais variáveis independentes, conforme evidencia a matriz de correlação apresentada no quadro 3. A associação entre as variáveis gasto público como percentual do PIB e taxa de atividade (-0,58) é superada apenas ligeiramente pelos coeficientes de correlação entre a primeira e o PNB *per capita* (0,59), a pobreza (-0,60) e o emprego vulnerável (-0,64).

### Quadro 3

Matriz de correlação entre as variáveis analisadas para os 25 países da amostra

variáveis dependentes (VD) e independentes (V 01 a V 11)	V 01	V 02	V 03	V 04	V 05	V 06	V 07	V 08	V 09	V 10	V 11
taxa de atividade – 10 a 14 anos (%) VD	-0,69	-0,69	0,60	0,62	0,70	0,51	0,74	0,65	0,70	0,72	-0,58
PNB <i>per capita</i> (dólares ppc) V 01	1,00	0,97	-0,85	-0,56	-0,63	-0,83	-0,69	-0,55	-0,83	-0,87	0,59
consumo das famílias por criança (0-14 anos) V 02		1,00	-0,83	-0,67	-0,75	-0,83	-0,76	-0,39	-0,81	-0,88	0,50
pobreza (< US\$ 2 dia) V 03			1,00	0,64	0,71	0,72	0,79	0,53	0,84	0,82	-0,60
fertilidade total V 04				1,00	0,94	0,38	0,79	0,26	0,58	0,58	-0,46
razão de dependência (0-14/15-64) V 05					1,00	0,46	0,86	0,39	0,67	0,70	-0,51
população rural V 06						1,00	0,53	0,31	0,61	0,78	-0,41
crescimento da população urbana V 07							1,00	0,53	0,70	0,76	-0,47
PEA feminina – 15anos ou + V 08								1,00	0,69	0,64	-0,50
Emprego vulnerável V 09									1,00	0,90	-0,64
Emprego agrícola V 10										1,00	-0,48
Gasto público / PIB V 11											1,00

  correlação entre variável independente e dependente (VD = taxa de atividade no grupo de idade de 10 a 14 anos).  
  correlação com outra variável independente superior à correlação com variável dependente.  
  correlação com outra variável independente inferior à correlação com variável dependente.

Fontes: BANCO MUNDIAL, 2014a; ORGANIZAÇÃO ... – ONU, 2013; UCW – ..., 2014.

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Para os valores das variáveis, consultar a tabela 5, p. 137.

Já as variáveis de produção e renda (PNB *per capita*, consumo das famílias por criança, e pobreza) são altamente correlacionados entre si, conforme já comentado. Entre as três, a taxa de pobreza é a variável que apresenta correlação mais baixa com a variável dependente (0,60). As variáveis relativas ao produto e ao consumo das famílias parecem mais eficazes para explicar a magnitude da taxa de atividade, ao menos para efeito de comparação internacional.

O mesmo se pode afirmar sobre as duas variáveis demográficas, sendo a razão de dependência a que apresentou correlação mais elevada com a taxa de atividade.

A matriz evidencia também que as variáveis relativas ao percentual de população rural e as de produção e renda são altamente correlacionadas entre si. Mas, de forma um tanto surpreendente, a “população rural” foi, entre todas, a variável com menor associação à taxa de atividade (correlação = 0,51).

Muito mais interessante, a julgar pelo verificado junto a amostra de 25 países selecionados, foi o ritmo anual de crescimento da população urbana, sendo esta a variável independente que apresentou o maior coeficiente de correlação com a variável dependente (0,74). Por outro lado, deve ser considerado que o ritmo de urbanização apresentou coeficiente de correlação também elevada com diversas outras variáveis independentes.

As variáveis relativas ao mercado de trabalho também se mostram proveitosas para a compreensão da magnitude do trabalho infantil. No caso do percentual de mulheres de 15 anos ou mais economicamente ativas, pelo fato ser o coeficiente de correlação com a variável dependente (0,65) mais elevado do que com todas as demais variáveis independentes. E, no caso do emprego vulnerável e do emprego agrícola pelos elevados coeficientes de correlação com a variável dependente (respectivamente 0,70 e 0,72) e por fim, ainda quanto ao emprego agrícola, por apresentar correlação muito mais expressiva que a verificada entre o percentual da população rural e a variável dependente (0,51).

Além do conjunto de variáveis apresentadas na tabela 5 e das demais já comentadas, foi analisada a correlação entre as taxas de atividade e duas variáveis sobre educação e uma sobre saúde já que as mesmas são também altamente sensíveis tanto aos diferentes níveis de desenvolvimento socioeconômico dos países em geral quanto, de forma mais específica, à atuação do poder público.

Foram utilizados os dados da mesma fonte (BANCO MUNDIAL, 2014a) relativos à taxa de matrícula líquida no ensino fundamental, à taxa de conclusão do mesmo nível de ensino, e à taxa de mortalidade dos menores de cinco anos (TMM5) para os mesmo anos de referência das taxas de atividade ou para os anos mais próximos com informações disponíveis <sup>35</sup>.

Quanto à taxa líquida de matrícula, a correlação com as taxas de atividade de 10 a 14 anos foi baixa (-0,32) para os 24 países com dados disponíveis, embora tenha se mostrado mais expressiva (-0,62) quando excluídos do cálculo a República Democrática do Congo, Nepal e Uganda, no primeiro caso por apresentar taxa líquida de matrícula extremamente baixa (36,2%) e nos outros dois países por serem relativamente elevadas (96,8% e 91,3%) quando comparadas aos demais países com taxas de atividade similares.

Os coeficientes de correlação entre as taxas de conclusão do ensino fundamental e as taxas de atividade corresponderam a -0,50 (coeficiente “A”, para 24 países com dados disponíveis) e a -0,69 (coeficiente “B”), quando excluídos da amostra Marrocos, Iraque e Nepal. Nos dois primeiros países as taxas de conclusão (65,9% e 66,3%, respectivamente) são modestas comparativamente aos valores dos demais países com taxas de atividade mais baixas, enquanto no Nepal é relativamente elevada (81,9%) comparativamente ao conjunto dos nove países com taxas de atividade do grupo de 10 a 14 anos de idade mais elevadas, entre os quais a maior de todas é justamente a verificada no Nepal (52,4%).

De qualquer forma, o mais importante a destacar é que os coeficientes de correlação entre as taxas de atividade e as variáveis educacionais mencionadas não parecem suficientemente elevados para confirmar a ideia de que a falta de acesso à educação estaria entre as principais causas do trabalho infantil. Em função disso, e como na fonte consultada não há dados a respeito para o Brasil, optamos por não incluir estas variáveis entre as selecionadas para a tabela 5.

---

35. A taxa líquida de matrículas corresponde à proporção de pessoas em idade de cursar determinado nível de ensino e a população total pertencente ao mesmo grupo de idade. Já a taxa de conclusão é definida como a quantidade de estudantes que ingressam no último ano de um nível de ensino expressa como proporção da população em idade de ingresso no mesmo nível de ensino (BANCO MUNDIAL, 2014a). A TMM5 expressa o número de crianças mortas antes de completarem cinco anos de idade em cada mil crianças nascidas vivas.

A TMM5 é um indicador amplamente aceito como um *proxy* de bem-estar das crianças, já que reflete um amplo conjunto de atenções básicas em termos de saneamento básico e atenção materno-infantil em saúde, sendo adotado pelo UNICEF para a classificação dos países em seus relatórios anuais sobre a situação mundial da infância. A correlação entre as taxas de atividade do grupo de idade de 10 a 14 anos e a TMM5 é expressiva, correspondendo a 0,63 para o conjunto de 25 países da amostra, e chegando a 0,82 se excluídos do cálculo o Nepal (TMM5 = 50,7 e taxa de atividade de 52,4%), o Paquistão e a República Democrática do Congo, que apresentam TMM5 relativamente elevadas (87,9 e 150,4, respectivamente) quando comparados a países com taxas de atividade similares.

No caso desta variável, apesar da correlação elevada, optamos por não incluir a mesma na tabela 5 por entender que a TMM5 não pode ser interpretada entre os fatores causais diretamente associados às taxas de atividade.

Por fim, em relação aos dados apresentados na tabela 5, é importante mencionar o que na última linha está indicada especificamente a posição ocupada pelo Brasil comparativamente aos demais países para cada uma das variáveis apresentadas. Conforme se pode verificar, entre os 25 países da amostra o Brasil apresenta a 5ª menor taxa de atividade (6,0%) no grupo de idade de 10 a 14 anos. Este percentual é, em termos de grandeza, muito próximo aos dos quatro países com taxas inferiores, situadas entre 4,1% na Turquia e 5,9% no Uzbequistão.

Ao confrontarmos esta posição com aquelas que o país apresenta em cada uma das variáveis independentes, o que se pode concluir é que a taxa de atividade no país está muito próxima daquilo que se poderia esperar. Comparativamente aos demais países o Brasil também apresenta indicadores situados nas melhores posições quanto aos níveis de produção e consumo (mais elevados que a maior parte dos demais países), taxa de pobreza (entre as mais baixas), transição demográfica e urbanização (mais “amadurecidas”), mercado de trabalho (menos desprotegido), e patamar de gasto público (mais elevado).

Dessa forma, os dados obtidos a partir da comparação internacional nos levam a refutar a segunda hipótese de pesquisa, de que a ocorrência do trabalho infantil permanece mais elevada no Brasil do que seria razoável esperar frente a outros indicadores socioeconômicos do país.



Por outro lado, e pelo mesmo motivo (ou seja, taxas de atividade compatíveis com a posição do país nos demais indicadores comparativamente aos padrões internacionais), nada do que foi analisado nesta seção parece indicar tampouco que o Brasil deva ser considerado um caso especial de sucesso quanto aos resultados alcançados no combate ao trabalho infantil.

Embora os dados não permitam conclusões comparativas mais sólidas sobre o ritmo de queda das taxas de ocupação de crianças e adolescentes nos vários países na última década, o Brasil se situou em patamar intermediário comparativamente aos demais, em um cenário no qual as taxas declinaram em quase todos os países. O maior destaque positivo para o país talvez seja a redução mais acentuada das taxas de ocupação no grupo de 7 a 9 anos de idade.

Mas, conforme será visto em detalhe no próximo capítulo, o declínio do trabalho infantil no país pode estar ocorrendo de forma mais lenta do que mostram os dados das PNAD, da qual foram extraídas as informações constantes na fonte utilizada para a comparação entre os países aqui empreendida.

### CAPÍTULO 3

#### FATORES ASSOCIADOS À EVOLUÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL

Apesar dos esforços realizados em âmbito internacional para que os países adotem políticas de combate ao trabalho infantil, da generalizada adesão dos países às convenções da OIT, e da tendência geral de redução dos índices a respeito, o problema muitas vezes persiste mesmo com a adoção de amplas políticas nacionais a respeito.

Desde a adesão do Brasil ao Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) e da implantação do PETI em âmbito federal, o país vem sendo mencionado com bastante frequência nos documentos da OIT como um caso de sucesso a respeito, não sendo raro que a utilização de números sobre a redução do trabalho infantil no país sejam utilizados para sustentar argumentação favorável à solidez das melhorias alcançadas <sup>36</sup>.

Muito embora o país esteja sem dúvida avançando a respeito, argumentaremos neste capítulo que:

- i) A participação das crianças no trabalho no Brasil vem apresentando tendência de queda desde os anos 50 e, sem dúvida, ininterruptamente desde o início dos anos 90;
- ii) a redução do trabalho infantil no período recente não vem ocorrendo em ritmo mais elevado do que ocorrera nos anos 90;
- iii) da mesma forma que em âmbito internacional, a maior ou menor incidência de trabalho infantil no Brasil está fortemente associada a fatores relacionados à produção e renda, à demografia e urbanização, ao perfil do mercado de trabalho, e ao gasto público;
- iv) a evolução da ocupação infantil permanece fortemente vinculada à dinâmica econômica e do mercado de trabalho;

---

36. Veja-se, por exemplo, ORGANIZAÇÃO ... – OIT, 2006, parágrafos 54-60; ORGANIZAÇÃO ... – OIT, 2010, parágrafos 70-77; 2011b, p. 48-49; 2013, p. 42; SAUMA, 2007, p. 36-37.

- v) as desigualdades regionais brasileiras permanecem fortemente associadas à incidência de trabalho infantil nos Estados brasileiros.

Para isso, o capítulo está organizado em quatro seções.

Na primeira, analisamos as fontes que disponibilizam dados estatísticos para a análise da incidência de trabalho infantil no país, apontando vantagens e limites de cada uma delas conforme a especificidade do interesse analítico de uso das informações a respeito (seção 3.1).

Na seção 3.2, recuamos ao início dos anos 50, buscando associar a evolução das taxas de atividade e o progressivo “adiamento” do ingresso no mundo do trabalho a outras mudanças ocorridas no Brasil em termos do perfil demográfico, da expansão do mercado de trabalho e do intenso processo de urbanização pelo qual passou o país desde então. A comparação entre séries de dados levantados pelos censos demográficos e pela PNAD mostra diferentes magnitudes sobre a incidência do trabalho infantil desde os anos 80, mas apesar dos limites de cada uma das fontes, é possível perceber a contínua queda da ocupação de crianças desde pelo menos a década de 90, e mais que isso, que na década passada, já com o PETI implantado, o ritmo de redução do trabalho infantil não foi mais elevado que o observado na década anterior.

Na seção 3.3 desenvolvemos breve discussão sobre a evolução da ocupação das crianças e o mercado de trabalho no Brasil, apresentando alguns indicadores sobre a sua distribuição por setores de atividade econômica e a posição na ocupação (se empregados, não remunerados etc.), comparando a evolução dos indicadores a respeito ao longo do tempo e, para o período recente, confrontando os dados sobre posição na ocupação com outros agregados, buscando-se associar o ritmo de redução do trabalho infantil à dinâmica mais ampla do mercado de trabalho como um todo.

Na seção 3.4, os dados que reunimos mostram que, apesar da lenta e quase contínua tendência de queda das taxas de atividade do grupo de 10 a 14 anos de idade verificada em âmbito nacional ao longo de um período de sessenta anos, em diferentes regiões do país a evolução seguiu distintas trajetórias e, mais importante, por meio de uma dinâmica na qual a diferença entre o rural e o urbano se tornou ainda mais profunda. Em seguida, para o período mais recente, buscamos

evidenciar que as diferenças entre os estados brasileiros quanto às taxas de atividade do mesmo grupo de idade no período recente estão associadas a variáveis de produção e renda, demografia e urbanização, perfil do mercado de trabalho, e gasto público. Neste caso, praticamente repetimos para os Estados brasileiros o esforço desenvolvido no capítulo anterior (seção 2.4) para a comparação entre países.

### **3.1 Fontes de informações estatísticas sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil**

A preocupação oficial com a busca de dados que permitissem a mensuração do trabalho em âmbito nacional já aparece registrada naquele que é considerado o primeiro recenseamento nacional, realizado em 1872 sob a responsabilidade da então recém-criada Diretoria-Geral de Estatística, subordinada à Secretaria de Estado dos Negócios do Império (OLIVEIRA & SIMÕES, 2005).

Na publicação resultante daquele levantamento (SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO IMPÉRIO, [1874?]), no qual a população residente no país totalizou pouco menos de 10 milhões de pessoas, se encontra uma tabela denominada “População considerada em relação às profissões”, na qual o mencionado total é dividido entre aproximadamente 4,2 milhões de “sem profissões” (como forma de designação daqueles não inseridos no mundo do trabalho) e 5,8 milhões de trabalhadores.

Estes aparecem subdivididos em 34 tipos de profissões, sendo predominante o conjunto composto pelas então chamadas profissões agrícolas (“lavradores” e “criadores”), que representavam 56,3% do total de trabalhadores. Além do fato de que o mencionado total de trabalhadores apareça desagregado por duas categorias quanto às “condições”, entre os quais quase 80% “livres” e pouco mais de 20% “escravos”, chama atenção também que nada menos que 45,5% daquele contingente fosse composto por mulheres. Mas na mencionada tabela, a única com

dados a respeito, a população de trabalhadores não apareceu contabilizada segundo as idades.

Muito embora os recenseamentos seguintes tenham também coletado informações sobre ocupação, profissão ou cargo, ampliando-se progressivamente o escopo dos levantamentos para outros quesitos como os relativos aos ramos de atividade e posição na ocupação (OLIVEIRA & SIMÕES, 2005, quadro 1), até 1940 os dados relativos ao trabalho, quando apresentados por grupos de idades, aparecem agregados para a faixa muito ampla dos 10 aos 19 anos de idade, o que inviabiliza o dimensionamento da inserção no trabalho daqueles que hoje consideramos como crianças ou adolescentes (INSTITUTO ... – IBGE, 1950, tabelas 29 e 33).

O recenseamento de 1950 (CONSELHO ... – IBGE, 1956b) é o primeiro que fornece melhor aproximação a respeito, nele sendo apresentadas algumas tabelas sobre o trabalho nos quais os dados aparecem desagregados para o grupo de idade de 10 a 14 anos de idade. Essa prática se tornou contínua somente a partir de 1970 (FUNDAÇÃO ... – IBGE, 1973a) já que no recenseamento de 1960 foi utilizada novamente a faixa dos 10 aos 19 anos de idade (FUNDAÇÃO ... – IBGE, [196-]a, tabela 19).

Além dos recenseamentos, outra importante fonte estatística com dados a respeito é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que já no primeiro levantamento, realizado em 1967, coletou informações relativas à “força de trabalho” (FUNDAÇÃO ... – IBGE, 1969b; 1969c). Desde então, a PNAD foi realizada em quase todos os anos, com exceção dos anos de 1974, 1975, 1994, e nos anos censitários de 1980, 1991, 2000 e 2010.

Desde então, em todos os levantamentos foram publicadas várias tabelas sobre aspectos demográficos, habitacionais, educacionais e a respeito de trabalho e rendimentos (INSTITUTO ... – IBGE, 2013b, quadro 2).

Já para o ano de 1967, para o Estado de São Paulo, são encontradas duas tabelas com informações por grupos de idade (FUNDAÇÃO ... – IBGE, 1969b, tabelas 3.2 e 3.4), sendo uma delas relativa ao pessoal ocupado por sexo e grupos de horas trabalhadas, e outra relativa ao pessoal desocupado, com dados desagregados por sexo, e segundo o “regime de trabalho procurado” (tempo integral ou parcial), e o “método de procura de trabalho” (agência de emprego, empregadores, anúncios,

amigos ou parentes ou “outros métodos”). Mas o grupo de idade mais jovem para o qual o levantamento coletou informações e agregou dados foi o de 14 a 19 anos.

Nos anos seguintes, além da progressiva incorporação de outras regiões, novas variáveis e cruzamentos foram sendo incluídos, mas até o levantamento realizado em 1970 os dados relativos ao trabalho, quando apresentados por grupos de idades, permaneceram agregados para a mesma faixa dos 14 aos 19 anos de idade (FUNDAÇÃO ... – IBGE, 1970).

É a partir de 1971 que aparecem os primeiros dados sobre a força de trabalho agregados para o grupo de 10 a 14 anos (FUNDAÇÃO ... – IBGE, 1972). Mas neste ano a PNAD ainda ficou restrita aos Estados da Guanabara, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, e às regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Foi apenas no levantamento do 4º trimestre de 1973 que a Pesquisa adquiriu abrangência quase nacional, embora ainda não incluísse na amostra a população rural de oito Estados (Roraima, Acre, Amazonas, Rondônia, Pará Amapá, Mato Grosso e Goiás), situação que perdurou até 1979 em relação a Mato Grosso e Goiás, e até 2003 para os outros seis Estados da região Norte. Desde 2004, os dados estão disponíveis para as populações urbana e rural dos 26 Estados e do Distrito Federal (INSTITUTO ... – IBGE, 2013b).

Quanto às regiões metropolitanas, além do mencionado levantamento de 1971, o de 1976 também coletou dados para o Rio de Janeiro e São Paulo, acrescentando-se Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre em 1977; e Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba em 1978, desde quando as nove regiões metropolitanas passaram a ser contempladas em todos os levantamentos (FUNDAÇÃO ... – IBGE, 1978; 1979b; 1980).

As variáveis relativas à condição de atividade e ocupação, por exemplo, permitem conhecermos a variação anual dos números relativos à população economicamente ativa (ou seja, ocupados e desocupados), por sexo e situação do domicílio. Isso permite monitorar, por exemplo, a evolução anual do mercado de trabalho e a distribuição da mão de obra pelo território nacional.

Para a “semana de referência” (ou seja, para o período de sete dias antecedentes à data de referência de cada levantamento), é possível conhecer os números relativos

à população economicamente ativa (PEA) para todos os anos entre 1973 a 2011 nos quais o levantamento foi realizado. Em 2012 e 2013 essa informação não foi pesquisada para o grupo de idade de 10 a 14 anos, interrompendo longa série. Neste ano, a única informação disponível para este grupo de idade (e também para o de cinco a nove anos) é a relativa às pessoas ocupadas.

Já para o “ano de referência” (ou seja, o período de 365 dias antecedentes à data de referência de cada levantamento), período de tempo mais interessante para a análise da evolução da taxa de atividade por permitir a “captura” de informação relativa ao trabalho temporário ou sazonal (bastante frequente nas atividades agrícolas), a variável relativa à PEA está disponível para os anos de 1976 a 1978 e de 1992 a 2011. Entretanto, não foi investigada pela PNAD entre 1979 e 1990.

As variáveis mencionadas até aqui são alguns exemplos dos dados trabalhados nas pesquisas. O quadro 4 e o esquema 4 fornecem uma visão mais abrangente a respeito das variáveis relativas ao trabalho para os quais os censos demográficos (de 1950, e de 1970 em diante) e a PNAD investigaram e publicaram informações desagregadas para o grupo de idade de 10 a 14 anos.

O mesmo quadro mostra que, apesar das variações quanto ao período de referência (geralmente semana ou ano) considerado em cada levantamento, há variáveis que permitem o confronto de informações entre as duas fontes, e também algumas que permitem a construção de séries históricas.

Assim é em relação à distribuição da PEA ocupada de 10 a 14 anos por atividade no trabalho principal (agrícola ou não agrícola), por setor de atividade econômica, por posição na ocupação (se empregados, não remunerados etc.), por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana, e por condição de contribuição para instituto de previdência oficial.

E, para quase todas as variáveis são apresentados dados por sexo, e para algumas delas também por situação do domicílio (rural ou urbana).

**Quadro 4**

Principais variáveis relativas ao trabalho das pessoas de 10 a 14 anos disponibilizadas pelos censos demográficos e PNAD conforme a desagregação dos dados por sexo e situação de domicílio, o período de referência e os anos dos levantamentos – Brasil (1950-2013)

principais variáveis [categorias de desagregação dos dados] (1)	dados por ...		período de refe- rência	anos dos levantamentos	
	sexo	situação do do- micílio		censos	PNAD
condição de atividade [população economicamente ativa (PEA) + população não economicamente ativa (PNEA)]	sim	não	data	1950	
	sim	não	ano	1970	
	sim	sim	ano	1980, 1991	1976-78, 1992-93, 1995-99, 01-09, 11
	sim	sim	semana	2000, 2010	1973, 1976-79, 1981-90, 1992-93, 1995-99, 2001-09, 2011
<b>PEA por condição de ocupação</b>					
[ocupada + procurando trabalho]	sim	não	ano	1980	
	sim	sim	ano	1991	
[ocupada + desocupada]	sim	sim	semana	2000, 2010	1973, 1985-89, 1992-93, 1995-99, 2001-09, 2011
<b>pessoas ocupadas</b>					
por atividade no trabalho principal [agrícola + não agrícola] (2)	sim	não	ano e semana		1992-93, 1995-99, 2001-09, 2011-13
por seção (setor) de atividade econômica (3) (4)	sim	não	data	1950	
	sim	não	ano	1970, 1980, 1991	
	sim	não	semana	2010	1973, 1976
por posição (e subgrupo) na ocupação no trabalho principal (3) (4)	sim	não	data	1950	
	sim	não	ano	1970, 1980, 1991	1992-93, 1995-99, 2001-09, 2011
	sim	não	semana	2000, 2010	1973
empregados por categoria do emprego no trabalho principal (3)	sim	não	semana		1976-79, 1981-90; 1992-93, 1995-99, 2001-09, 2011
<b>por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana (3)</b>					
em todos os trabalhos	sim	sim	ano	1991	
no trabalho principal	não	sim	semana	2000	
por número de trabalhos [1 trabalho + 2 trabalhos ou mais]	sim	não	semana		92-93, 95-99, 01-09, 11
	sim	sim	semana	2010	
por condição de contribuição para instituto de previdência oficial no trabalho principal e em qualquer trabalho [contribuintes + não contribuintes]	sim	não	semana		1978-79, 1981-90, 1992-93, 1995-99, 2001-09, 2011
	sim	sim	semana	2010	
<b>PNEA por situação ou ocupação não econômica (3)</b>	sim	sim	ano	1991	1973, 1976

Fontes: CONSELHO ... – IBGE (1956b); FUNDAÇÃO ... – IBGE (1973a; 1975b; 1978; 1979b; 1980; 1981; 1983i; 1983j; 1983a; 1984b; 1985; 1986; 1988a; 1988b; 1990; 1991j; 1991a; 1993; 1997a; 1997b); INSTITUTO ... – IBGE (1997a; 1997b; 1998b; 1999; 2000b; 2002a; 2003a; 2003c; 2004; 2005; 2006b; 2007; 2008b; 2009a; 2009b; 2012c; 2012e; 2012f, 2013b).

Notas: Elaboração própria.

(1) Algumas variáveis sofreram, ao longo do tempo, mudanças em relação às suas definições, aos termos utilizados para designá-las, e às categorias adotadas para desagregação dos dados. Optamos pela adoção dos termos e categorias de desagregação empregados no Censo Demográfico de 2010 (INSTITUTO ... – IBGE, 2012c) ou, alternativamente, no levantamento mais recente que tenha investigado cada variável.

(2) Dados também disponíveis para o grupo de idade de 5 a 9 anos, com exceção de 1996 e 1997.

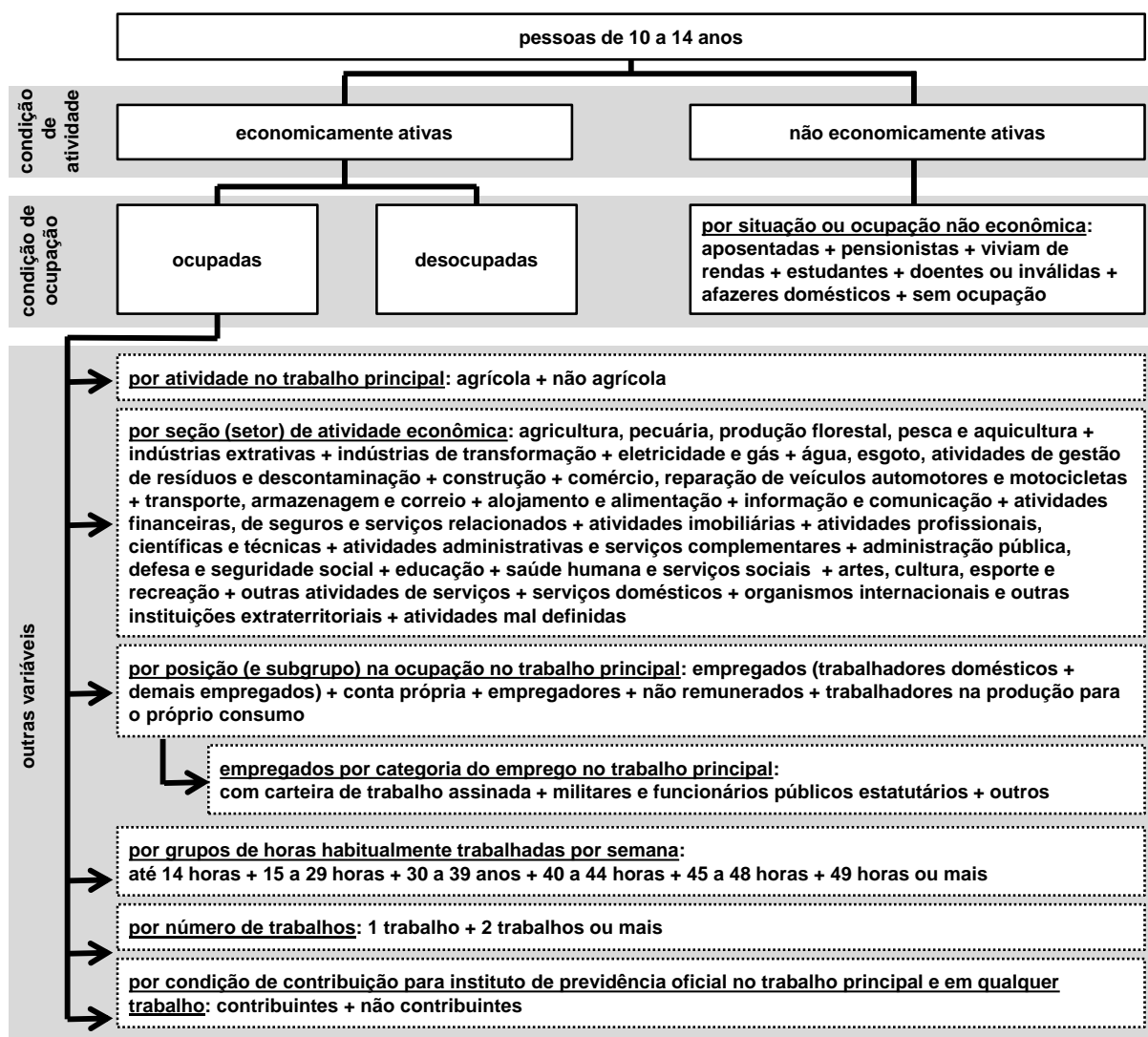
(3) As categorias de desagregação são as mencionadas no esquema 4, p. 160.

(4) Para 1970, os dados por setor e posição na ocupação são relativos ao total da PEA e não dos ocupados.



## Esquema 4

Principais variáveis relativas ao trabalho investigadas pelos censos demográficos e PNAD com dados para o grupo de 10 a 14 anos de idade – Brasil (1950-2013)



Elaboração própria.

Fontes: CONSELHO ... – IBGE (1956b); FUNDAÇÃO ... – IBGE (1973a; 1983a; 1991a); INSTITUTO ... – IBGE (2012c; 2012e; 2012f, 2013b).

Nota: Algumas variáveis sofreram, ao longo do tempo, mudanças em relação às suas definições, aos termos utilizados para designá-las, e às categorias adotadas para desagregação dos dados. Optamos pela adoção dos termos e categorias de desagregação empregados no Censo Demográfico de 2010 (INSTITUTO ... – IBGE, 2012c) ou, alternativamente, no levantamento mais recente que tenha investigado cada variável. Além disso, nem todas as variáveis estão disponíveis para todos os anos nos quais foram realizados censos demográficos e PNAD (ver quadro 4, p. 159).

Tanto nos censos quanto na PNAD ocorreram mudanças ao longo dos anos quanto às variáveis selecionadas, às categorias adotadas para sua desagregação, e ao plano tabular para apresentação de dados. Mas é possível, com as devidas cautelas, constituir séries históricas relativas ao trabalho para grupo de idade de 10

a 14 anos que permitem compreendermos de que forma evoluiu desde meados do século passado até a atualidade.

Entretanto, há vantagens e limitações quanto ao uso dos dados publicados em cada um destes dois tipos de levantamentos.

No caso da PNAD, uma das principais vantagens consiste no fato de permitir o acompanhamento da evolução de algumas variáveis no curto prazo, dada a periodicidade anual do levantamento.

Outra vantagem da PNAD comparativamente aos censos demográficos é que, desde 1992, vem investigando também para o grupo de pessoas ocupadas de cinco a nove anos de idade, se a atividade no trabalho principal é agrícola ou não-agrícola, sendo exceção apenas os levantamentos de 1996 e 1997.

Também deve ser mencionado a facilidade proporcionada pelo livre acesso ao conjunto de informações da PNAD, que ocorre sem nenhuma dificuldade por questões de natureza burocrática (exigências quanto a solicitações, prazos, senhas para acesso eletrônico etc.). Para toda a série histórica do levantamento, o IBGE disponibiliza as publicações originais no seu catálogo *on-line*. E, para os levantamentos realizados entre 1992 e 2013, todas as tabelas sobre trabalho e rendimento estão disponibilizadas em planilhas do tipo *excel* (INSTITUTO ... – IBGE, 2014e) <sup>37</sup>.

Além disso, o IBGE já disponibiliza em sua página eletrônica os microdados relativos aos levantamentos realizados desde 2001 (INSTITUTO ... – IBGE, 2014d), o que não apenas facilita muito o acesso ao conjunto completo de todas as informações coletadas, organizadas segundo domicílios e pessoas, mas viabiliza que agora os usuários possam realizar os cruzamentos de dados que desejarem.

E, por fim, para os anos de 2001 e 2006 o IBGE publicou, com base em tabulações específicas e informações adicionais coletados pela PNAD, dois suplementos que apresentam amplo conjunto de dados relevantes para interessados na temática do trabalho infantil (INSTITUTO ... – IBGE, 2003d; 2008a).

---

37. O catálogo *on-line* do IBGE (disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>) permite a obtenção de grande parte do acervo relativo à produção do órgão, incluindo não apenas toda a série da PNAD, mas também todos os recenseamentos demográficos e econômicos já realizados, além de muitas outras publicações.

Assim, vantagens em relação a outras fontes tais como a abrangência nacional, a anualidade, o amplo conjunto de variáveis e a facilidade de acesso ao conjunto de informações nos ajudam a compreender porque a PNAD vem sendo fonte amplamente utilizada por pesquisadores interessados no uso de dados estatísticos para a análise do trabalho infantil <sup>38</sup>.

Os censos demográficos, comparativamente à PNAD, apresentam a “desvantagem” da periodicidade decenal. Mas, por outro lado, há duas vantagens consideráveis.

A primeira delas decorre justamente de seu caráter censitário, com a aplicação de questionários em todos os domicílios do país. O IBGE vem utilizando dois instrumentais. Na maior parte dos domicílios é aplicado o questionário básico, que contém apenas algumas questões relativas ao domicílio e à composição da família. Nos demais domicílios é aplicado o questionário da amostra, muito mais detalhado. Em 2010 o questionário da amostra incluiu 22 questões sobre trabalho e rendimento, que são coletadas para cada um dos moradores de 10 anos de idade ou mais.

O planejamento do censo demográfico de 2010 previu a aplicação do questionário da amostra em nada menos que 11% dos domicílios (quase 5,9 milhões, abrangendo 21 milhões de pessoas), com frações amostrais que variaram conforme a classe de população dos municípios: 50% em 260 municípios com até 2,5 mil habitantes, 33% em 1.912 municípios com mais de 2,5 mil até 8 mil habitantes, 20% em 1.749 municípios com mais de 8 mil até 20 mil habitantes, 10% em 1.604 municípios com mais de 20 mil até 500 mil habitantes, e 5% nos 40 municípios com mais de 500 mil habitantes (INSTITUTO ... – IBGE, 2013a, tabela 7.1, p. 218).

Para efeito comparativo, vale mencionar que em 2013 a PNAD foi realizada pela aplicação de questionários em uma amostra probabilística que engloba 1.100 municípios, 148.697 unidades domiciliares e 362.555 pessoas em todos os estados da federação, com frações de amostragem que variaram entre 1/150 no Acre e em Roraima, e 1/950 em São Paulo (INSTITUTO ... – IBGE, 2013b, tabela 1).

A diferença entre os tamanhos das amostras dos censos demográficos e da PNAD pode ser um dos fatores que resultam em expressivas divergências entre as duas

---

38. Além de alguns estudos que utilizaram dados da PNAD comentados no Apêndice A, muitos outros poderiam ser citados, entre os quais alguns de autores com produção muito relevante sobre o tema, como BARROS et al. (2009), SCHWARTZMAN et al. (2004), ROSEMBERG et al. (2002), e CARVALHO (2008), por exemplo.

fontes quanto aos dados relativos ao trabalho para o grupo de 10 a 14 anos, podendo tais divergências levar a equívocos analíticos a respeito da magnitude do trabalho infantil e do ritmo de sua queda.

Associada à maior robustez amostral dos censos, a segunda vantagem é que este tipo de levantamento viabiliza a publicação de dados sobre trabalho para todos os municípios brasileiros, enquanto o tamanho da amostra da PNAD só viabiliza que as informações sejam publicadas tendo como menores níveis de agregação geográfica os Estados e as regiões metropolitanas.

Para os dados coletados nos censos de 2000 e de 2010 são disponibilizadas pelo “Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA” algumas tabelas sobre trabalho, com informações para cada um dos municípios brasileiros, como é o caso da que fornece os números sobre a PEA na semana de referência, por grupo de idade, sexo e situação do domicílio (INSTITUTO ... – IBGE, 2014a, tabela 616), permitindo confiável análise da evolução ocorrida na década.

Além dos censos e PNAD, sem dúvida as duas mais completas e abrangentes fontes com dados estatísticos úteis à análise do trabalho infantil, há algumas outras que podem fornecer informações estatísticas úteis para a análise de alguns aspectos ou tópicos específicos.

Realizada pelo próprio IBGE, há também a Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Com série iniciada em 1980, esta fonte é muito utilizada para análises relativas ao comportamento conjuntural do mercado de trabalho. É realizada com periodicidade mensal, e para o grupo de 10 a 14 anos publica as estimativas relativas à PEA e à população ocupada. Mas seu uso é bastante restrito já que a abrangência geográfica do levantamento fica limitada a seis regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre).

Além disso, ao menos no que diz respeito ao grupo de idade em questão, os dados devem ser vistos com reserva. Para o levantamento da PME realizado em agosto de 2010, as taxas de atividades (PEA / população) na semana de referência estimadas para o grupo de idade em questão variaram entre o mínimo de 1,3% para a Região Metropolitana de São Paulo e o máximo de 2,3% na de Porto Alegre, situando-se em valores intermediários nas demais regiões (INSTITUTO ... – IBGE, 2014c, tabelas completas, tabela 20).

O mesmo indicador, apurado pelo Censo Demográfico de 2010, que teve como data de referência o dia 31 de julho daquele ano, resultou em percentuais de valores aproximadamente duas a quase quatro vezes maiores para as seis regiões, variando entre 3,6% na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e 5,8% na de Salvador (INSTITUTO ... – IBGE, 2014a, tabela 616). Uma vez que a PME trabalha com uma amostra de aproximadamente 44 mil domicílios no total das seis regiões metropolitanas, e que nos municípios com mais de 500 mil habitantes o questionário da amostra do censo demográfico de 2010 foi aplicado, conforme mencionado, em 5% dos domicílios, sendo ainda maiores as cotas amostrais nos demais municípios, a julgar pelo tamanho da amostra os resultados desta segunda fonte são seguramente mais confiáveis.

Outra interessante fonte de dados, conforme a especificidade do enfoque de análise, pode ser o conjunto dos censos agropecuários, que podem auxiliar para uma melhor compreensão do trabalho infantil realizado no setor primário da economia, ainda de grandes proporções no Brasil. Esse levantamento tem, atualmente, periodicidade decenal.

Diferentemente dos censos demográficos, PNAD e PME, para os quais a unidade de coleta de dados é o domicílio, os censos agropecuários são realizados a partir de aplicação de “entrevista direta com o produtor” em todos os estabelecimentos agropecuários do país. O primeiro levantamento foi realizado em 1920, mas nele não foram levantadas informações sobre o trabalho realizado nos estabelecimentos. Mas já o levantamento seguinte, realizado em 1940, passou a coletar dados sobre o pessoal ocupado (FLORIDO, [2001?], 10).

Desde o levantamento de 1960 a conceituação utilizada para a coleta de dados sobre o pessoal ocupado permanece praticamente sem alterações de maior relevância, mantendo-se o mesmo formato para agregação por sexo e faixa etária, para a qual os quantitativos do pessoal ocupado aparecem subdivididos entre as categorias “de 14 anos e mais” e “menores de 14 anos” (FUNDAÇÃO ... – IBGE, 1975a; 1979a; 1984a; 1991i; INSTITUTO ... – IBGE, 1998a; 2006a; SERVIÇO ... – IBGE, 1967) <sup>39</sup>.

---

39. Em 1960, “a indagação sobre pessoal ocupado abrangeu tôdas as pessoas que na data do Censo participavam das atividades do estabelecimento. As pessoas residentes no estabelecimento,

O mais recente levantamento concluído, o décimo realizado no país, foi o de 2006, no qual foram recenseadas 5.175.636 unidades, sendo entendida por unidade de produção toda aquela “dedicada, total ou parcialmente, à exploração agropecuária, florestal e aquícola, independente de seu tamanho” (INSTITUTO ... – IBGE, 2012b).

Uma das vantagens desta fonte é que para os dois últimos levantamentos realizados podem ser obtidos dados desagregados por municípios <sup>40</sup>.

Para o levantamento de 2006 há um conjunto de tabelas nas quais a variável relativa ao pessoal ocupado com menos de 14 anos aparece cruzada, para cada município, com dados sobre o sexo, a residência (ou não) na unidade de produção, alfabetização, recebimento de salário (ou não), qualificação profissional (ou não), trabalho da pessoa somente em atividade não agropecuária, existência (ou não) de laço de parentesco com o produtor, e relação de emprego (só para os não parentes). Para os níveis de agregação nacional e estadual, é possível obter o cruzamento da mesma variável com outras informações, tais como, por exemplo, o grupo de atividade econômica (lavoura temporária, pecuária etc.) e os grupos de área total (em hectares) das unidades de produção.

A esse respeito, por exemplo, vale mencionar que o levantamento apurou que o uso da mão de obra com idade de até 13 anos tende a ser mais intenso quanto menor forem as áreas das propriedades. Do total de pessoas ocupadas, 6,41% pertenciam a este grupo de idade, mas os percentuais são maiores para os conjuntos de propriedades com menos de 10 hectares (7,02%), e de 10 a menos de 100 hectares (6,44%), declinando entre as de tamanho médio, situadas na faixa de 100 a 1.000 hectares (4,38%), e principalmente entre as maiores, com 1.000 hectares ou mais,

---

mas alheias à exploração agropecuária, foram excluídas da contagem” (SERVIÇO ... – IBGE, 1967, p. XVIII). Desde então ocorreram aperfeiçoamentos nas sucessivas definições da variável, mas em essência ela permaneceu praticamente a mesma. O levantamento de 2006 considerou “como pessoal ocupado no estabelecimento todas as pessoas que trabalharam em atividades agropecuárias ou em atividades não-agropecuárias de apoio às atividades agropecuárias, como motorista de caminhão, cozinheiro, mecânico, marceneiro, contador e outros, bem como os produtores ou administrador de explorações comunitárias, juntamente com as pessoas que tinham laços de parentesco com eles e que estiveram trabalhando no estabelecimento, no período de referência” (INSTITUTO ... – IBGE, 2006a, notas técnicas).

40. Para o levantamento realizado em 2006, os dados estão disponíveis em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006\\_segunda\\_apuracao/default\\_tab\\_xls.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006_segunda_apuracao/default_tab_xls.shtm)>, e para o referente a 1995/1996, em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Agropecuario\\_1995\\_96/](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_1995_96/)>).

entre as quais as pessoas com até 13 anos de idade representam 1,94% do pessoal ocupado (INSTITUTO ... – IBGE, 2012b, tabela 1.3.1) <sup>41</sup>.

Somente estes dados já são suficientes para evidenciar que esta pode ser uma valiosa fonte de informações, útil não apenas para os interessados em analisar variados aspectos associados ao trabalho infantil no campo, mas para os gestores dos três níveis de governo que tenham a intenção de combatê-lo mais efetivamente. Curiosamente, não identificamos no material a que tivemos acesso sobre o trabalho infantil (bibliografia acadêmica e publicações oficiais) o uso desta fonte de dados para qualquer finalidade <sup>42</sup>.

Os dados do censo agropecuário não podem ser simplesmente comparados com os da PNAD e dos censos demográficos, já que estas duas pesquisas trabalham com metodologias de coleta diferentes da primeira, e também com grupos de idade distintos (cinco a nove anos, e 10 a 14 anos no caso da PNAD, 10 a 14 anos nos censos demográficos, e até 13 anos no censo agropecuário).

Mas, conforme será visto na próxima seção, os números dos censos agropecuários realizados desde 1960 também apresentam divergências com os apurados pelos censos demográficos e pela PNAD, que talvez subestimem a magnitude do que de fato acontece na zona rural do país a respeito do envolvimento das crianças no trabalho.

---

41. Dos 5.175.636 estabelecimentos identificados pelo censo agropecuário de 2006, 4.366.267 ou 84,4% do total foram classificados como de agricultura familiar, de acordo com os parâmetros definidos pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece, entre outros critérios, que a sua área não deve ser maior que quatro módulos fiscais, cujo tamanho é fixado especificamente pelo INCRA para cada município brasileiro, podendo variar entre 5 e 110 hectares. Destes estabelecimentos, 96,7% contam, no máximo, com 100 hectares, percentual que incluiu os 5,5% caracterizados como produtores “sem área” (“extrativistas, produtores de mel ou produtores que já tinham encerrado sua produção em áreas temporárias” na data de referência do levantamento). Eles totalizam “24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros”, com o tamanho médio 18,37 hectares por estabelecimento, contra a média de 309,18 hectares por estabelecimento não familiar (INSTITUTO ... – IBGE, 2012a; 2014a, tabela 1523). Um hectare corresponde a 10 mil metros quadrados.

42. KASSOUF & SANTOS (2010) desenvolvem interessante análise sobre a probabilidade de trabalho infantil entre membros da família conforme o tamanho da propriedade rural, e utilizam variável relativa ao tamanho da propriedade rural como um *proxy* de riqueza das famílias, mas para isso selecionaram uma amostra de dados levantados pela PNAD. Os resultados obtidos pelos autores “indicaram que, mesmo controlando a idade, gênero, raça, efeitos regionais, características da mãe e da família, há diferença na probabilidade de uma criança ou adolescente de 5 a 15 anos trabalhar em atividades agrícolas devido às diferenças na riqueza familiar. Especificamente, constatou-se que a probabilidade cresce a taxas decrescentes com o tamanho da propriedade agrícola, atinge um ponto máximo aproximadamente aos 76 hectares, e depois decresce nas propriedades maiores” (2010, p. 351).

Por fim, cabe mencionar brevemente quatro fontes nas quais é possível encontrar dados estatísticos sobre o trabalho infantil, ainda que o uso das mesmas só nos pareça adequado para algumas finalidades bastante restritas.

Na página eletrônica do Ministério do Trabalho e Emprego podemos ter acesso ao Sistema de Informações sobre Focos de Trabalho Infantil – SITI (MINISTÉRIO ... – MTE, 2014), pelo qual a Secretaria de Inspeção do Trabalho daquele órgão registra e disponibiliza informações sobre as ações de fiscalização que realiza desde 2008.

A base de dados permite a extração de relatórios com informações agregadas por municípios ou Estados, nos quais são disponibilizados, conforme os períodos de escolha do usuário, a quantidade de ações fiscalizatórias realizadas para as quais foi notificada situação de trabalho infantil, o número de crianças e adolescentes “encontrados em situação de trabalho e afastados pela fiscalização”, por faixa etária e sexo, permitindo ainda a obtenção dos números por setor e por tipo de atividade econômica, além da informação relativa aos casos de atividades que fazem parte da Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, a chamada Lista TIP, que regulamenta a questão no país (BRASIL, 2008).

Os números globais que a base disponibiliza são eloquentes quanto ao fato de que as ações de fiscalização no país estão muito aquém do necessário frente à magnitude do trabalho infantil, e que muito embora nos anos recentes venha ocorrendo expressivo aumento no número de ações fiscalizatórias nas quais o trabalho infantil é identificado, o número de crianças e adolescentes diretamente beneficiados não vem evoluindo <sup>43</sup>.

Além disso, os números mostram também que no país a fiscalização talvez seja menos frequente onde mais necessária já que, desde 2011, o Rio de Janeiro, que apresenta a menor incidência de trabalho infantil do país, lidera quanto ao número

---

43. O número de ações vem se elevando a cada ano: 524 em 2006, 981 em 2007, 1.109 em 2008, 1.275 em 2009, 3.284 em 2010, 7.029 em 2011, 7.393 em 2012, e 8.339 em 2013. Mas além de tímidos, os números relativos às crianças e adolescentes beneficiadas não evolui no mesmo ritmo, tendo inclusive diminuído nos anos mais recentes: 4.259 (2006), 6.117 (2007), 5.905 (2008), 4.321 (2009), 5.620 (2010), 10.362 (2011), 7.124 (2012), e 7.432 (2013). Não é provável que o crescimento do número de ações decorra de eventual aumento no número de registros na base de dados no período assinalado, já que na página do próprio Ministério (<<http://portal.mte.gov.br/geral/estatisticas.htm>>) encontramos um documento denominado “Quadro Comparativo da Fiscalização do Trabalho” que apresenta resultados anuais consolidados das ações de fiscalização do órgão para o período de 2003 a 2014 (até maio), no qual os números constantes na coluna “crianças / adolescentes encontrados em situação de trabalho e afastados pela fiscalização”, são coincidentes ou muito próximos aos mencionados.



de ações fiscalizatórias levadas a efeito. Seja como for, esta é uma fonte de dados útil não apenas para o acompanhamento, pela sociedade, das ações desenvolvidas pelo órgão no campo da fiscalização, mas também como um subsídio para identificação de situações específicas nas distintas regiões do país.

O Ministério do Trabalho e Emprego, com base nas ações que desenvolve, elaborou também o “Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente”. Muito embora as duas versões a que tivemos acesso (MINISTÉRIO ... – MTE, 1999; 2005) não apresentem dados que ajudem no dimensionamento quantitativo do problema, elas fornecem um panorama dos municípios que o órgão identificou como possuindo “foco de trabalho infantil”, conforme a atividade econômica desenvolvida.

Na publicação mais recente (MINISTÉRIO ... – MTE, 2005), o “Mapa” inclui um módulo especialmente dedicado às “atividades ilícitas nas unidades da federação”. Para considerável quantidade de municípios brasileiros, o “módulo” indica as atividades associadas à exploração sexual, tráfico de drogas, e tráfico de crianças e adolescentes, fornecendo inclusive referências quanto aos locais identificados, tais como tipos de lugares (bares, por exemplo) ou também bairros, ruas, regiões da cidade etc.

Outra fonte que pode servir a diferentes finalidades a respeito do trabalho infantil é o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), a partir da qual é possível obter, por meio da ferramenta TABCAD – Tabulador de Informações do CadÚnico (MINISTÉRIO ... – MDS, 2014c), o cruzamento de variáveis relativas ao perfil das famílias e das pessoas cadastradas pelas prefeituras para os programas de transferência de renda.

Desde a sua implantação, ainda em 2001, o CadÚnico sempre apresentou muitas limitações e dificuldades operacionais (RUA, 2007), mas foi sendo progressivamente aperfeiçoado, e se consolidou como a principal base de informações para a gestão dos programas mencionados. Ele permite a obtenção de amplo conjunto de dados, desagregadas por municípios e por Estado, entre as quais os relativos à totalização de famílias e de pessoas cadastradas para as quais há resposta afirmativa ou negativa sobre o trabalho infantil. Permite também o cruzamento desta variável com as demais que disponibiliza.

Mas, para fins de obtenção de informações para pesquisa, a forma como os dados do CadÚnico são disponibilizados para consulta na página eletrônica do MDS apresenta algumas deficiências, entre as quais podem ser mencionadas a exigência de “opção” por um Estado ou município por vez, não permitindo o fornecimento de resultados agregados para conjuntos deles ou para a totalidade do país. Da mesma forma, em cada consulta, podem ser obtidos dados resultantes do cruzamento entre somente duas variáveis.

Os dados sobre a idade das pessoas estão organizados conforme faixas etárias (“entre 0 e 4”, “entre 5 e 6”, “entre 7 e 15”, “entre 16 e 17”, e outras daí em diante) que não ajudam a análise de determinadas questões como, por exemplo, a distribuição do trabalho infantil por idades, já que neste caso, por exemplo, praticamente todos as pessoas ficam concentradas na faixa de sete a quinze anos (MINISTÉRIO ... – MDS, 2014c).

Apesar dessas limitações, e de elevado número de respostas “em branco” nos campos para os quais o preenchimento não é obrigatório no momento do cadastramento da família, a base de dados já conta com informações relativas a mais de 86 milhões de pessoas. Em consulta realizada em junho de 2014, havia resposta afirmativa sobre trabalho infantil para 423.773 delas. O mero confronto deste número, se desagregado por município, com os apurados pelo censo demográfico, poderia evidenciar quais são os municípios com maiores ou menores dificuldades para a identificação do trabalho infantil. Entretanto, as limitações apontadas, além de tornarem extremamente trabalhosa a operação de obtenção de dados, resultam na pouca utilidade dos mesmos para fins analíticos <sup>44</sup>.

A menos útil entre as fontes com dados sobre trabalho infantil que identificamos é o Sistema de Informações para Infância e Adolescência – SIPIA (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2014b).

---

44. A Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) disponibiliza em sua página eletrônica (<<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/>>) várias outras bases de dados, mas não localizamos nas mesmas informações adicionais relativas à ocorrência de trabalho infantil. A maior parte dos dados disponíveis nestas bases são relativos aos programas desenvolvidos pelo Ministério. Em alguns casos, as bases reproduzem variáveis disponíveis em outras fontes de forma a apoiar os gestores municipais e demais usuários no acesso a informações estatísticas sobre temas relevantes para as áreas de atuação do Ministério.

Voltado ao registro de informações por parte dos conselhos tutelares de todo o país a respeito de violações dos direitos das crianças e adolescentes, o SIPIA permite a consulta a algumas estatísticas a respeito, por tipo de direito violado, período de registro, sexo, cor e faixa etária da criança, e relação entre esta e o agente violador. Entretanto, ocorre que quase nunca os conselhos tutelares registram informações para a categoria voltada ao “direito à profissionalização e proteção no trabalho” ou, pior que isso, talvez raramente recebam denúncias a respeito. O total de registros classificados na categoria mencionada, entre janeiro de 2009 e junho de 2014, é de 1.929 casos em todo o país, representando menos de 1% do total <sup>45</sup>.

Buscamos evidenciar com este balanço das fontes estatísticas úteis para análise do trabalho infantil que o país não carece de informações a respeito, e ainda que algumas fontes apresentem sérias limitações, os pesquisadores e gestores dispõem de dados bastante detalhados que permitem dimensionar e identificar algumas das principais características do problema.

Sem dúvida os levantamentos realizados pelos censos demográficos e a PNAD são os mais abrangentes, e contam com a vantagem de utilizarem coleta domiciliar de dados, ainda que muitos possam ser os problemas de natureza metodológica e relacionados à operação de grandes levantamentos como estes. Os censos agropecuários também fornecem informações relevantes e que podem ser confrontadas com as outras duas de forma a obtermos um quadro mais completo da situação e de sua evolução.

Entretanto, conforme será visto na próxima seção, há diferenças importantes quanto aos dados disponibilizados por estas fontes que dificultam a interpretação sobre a trajetória das taxas de atividade e de ocupação de crianças e adolescentes nas últimas décadas, o que limita nossas possibilidades de análise mais segura sobre a evolução e dimensões do problema no Brasil, inclusive para período recente.

---

45. Os números para as demais categoriais constantes na data de acesso (11/07/2014) foram os seguintes: 107.795 para “convivência familiar e comunitária”, 60.753 para “educação, cultura, esporte e lazer”, 41.050 para “liberdade, respeito, dignidade”, e 13.531 para “direito à vida e à saúde” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2014b).

### **3.2 Demografia, urbanização e participação das crianças no mundo do trabalho**

Muito embora o artigo 59 do Código de Menores (BRASIL, 1926) já proibisse em todo o território nacional o trabalho para “menores” de 12 anos de idade, elevando-se esta idade mínima para 14 anos já na Constituição de 1934 (BRASIL, 1934, artigo 121, § 1º, alínea “d”), o que contemporaneamente costumamos designar pelo termo “trabalho infantil” não pode ser meramente “transposto” como parâmetro para a análise da situação em meados do século passado.

Por outro lado, se pretendemos melhor compreender os desafios contemporâneos para o combate ao trabalho precoce no país, pode ser proveitoso “recuarmos” no tempo no esforço de perceber de que forma evoluiu a inserção de crianças e adolescentes no mundo do trabalho. Nesta seção, nosso objetivo específico é relativizar os avanços recentes a respeito, situando-os em um quadro mais amplo das mudanças e evolução de tendências que, desde meados do século passado, começaram a se delinear no país.

Começemos por breve referência aos dados eleitorais, muito ilustrativos a respeito. Para voltar à Presidência da República, desta vez pelo voto popular, Getúlio Vargas precisou de pouco mais do que 3,8 milhões de votos para vencer com ampla margem os demais concorrentes ao cargo nas eleições gerais de 1950, vencendo-os no Distrito Federal e em 15 dos 20 Estados que então formavam a federação brasileira (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE, 1952). Da mesma forma que a atual, a Constituição de 1946 obrigava o alistamento eleitoral e o voto para todos os brasileiros de ambos os sexos, a partir dos 18 anos de idade, mas não permitia o voto aos analfabetos (BRASIL, 1988, artigo 14; BRASIL, 1946, artigos 131 a 133)<sup>46</sup>.

Os mais de 47 milhões de votos obtidos por Dilma Roussef no primeiro turno das eleições presidenciais de 2010 não foram suficientes para sua eleição, levando à

---

46. O eleitorado de 1950 correspondia a 11.455.149 pessoas. Destes, 8.254.989 compareceram à votação em 3 de outubro de 1950. Getúlio Vargas obteve 3.849.040 votos, representando 48,7% do total (excluídos os votos em branco e nulos), não sendo o mais votado apenas no Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e Minas Gerais (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE, 1952).

realização do segundo turno, no qual a candidata obteve quase 56 milhões de votos, número 14,5 vezes maior que o obtido por Getúlio em 1950 (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE, 2014) <sup>47</sup>.

O pequeno número de votos necessários à eleição de Getúlio em 1950, frente aos parâmetros atuais, se explica principalmente pelo contingente populacional, perfil etário e elevado índice de analfabetismo da população brasileira de então.

Naquele ano, o IBGE realizou o sexto recenseamento geral do Brasil, pelo qual contabilizou quase 52 milhões de habitantes no conjunto dos 1.894 municípios então existentes. Destes, quase a metade (48,1%) tinham menos de 18 anos de idade. Dos que já haviam atingido esta idade, apenas 49,0% sabiam ler e escrever (CONSELHO ... – IBGE, 1956b) <sup>48</sup>.

Muito embora o Estado de São Paulo já fosse em 1950 o mais populoso do país, concentrando pouco mais de nove milhões de habitantes ou 17,6% do total, a cidade do Rio de Janeiro, que então correspondia ao Distrito Federal, contava com mais habitantes (quase 2,4 milhões de pessoas) que a capital paulista, na qual residiam quase 2,2 milhões (CONSELHO ... – IBGE, 1956b).

No 12º recenseamento geral realizado em 2010, a população residente nos 5.565 municípios brasileiros havia ultrapassado 190 milhões de pessoas, sendo aproximadamente 3,7 vezes maior que a de 1950. Deste total, 70,5% tinham 18 anos ou mais, dos quais 89,8% eram alfabetizados. Entre 1950 e 2010, o contingente populacional do Estado de São Paulo havia crescido 4,5 vezes, e o da capital paulista 5,1 vezes (INSTITUTO ... – IBGE, 2011; 2014a, tabela 3176).

Evidentemente, as mudanças ocorridas no país neste intervalo de 60 anos não se expressam apenas em termos de magnitude dos dados populacionais, eleitorais ou relativos à alfabetização. Nesta seção destacaremos algumas variáveis relativas à

---

47. Em 2010, o eleitorado brasileiro totalizava 135.804.433 pessoas, dos quais 111.193.147 compareceram às urnas em 3 de outubro (1º turno), quando Dilma Rousseff obteve 47.651.434 votos, correspondendo a 46,9% dos votos válidos. No 2º turno, a candidata obteve 55.752.529 votos, correspondendo a 56,1% dos votos válidos (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE, 2014).

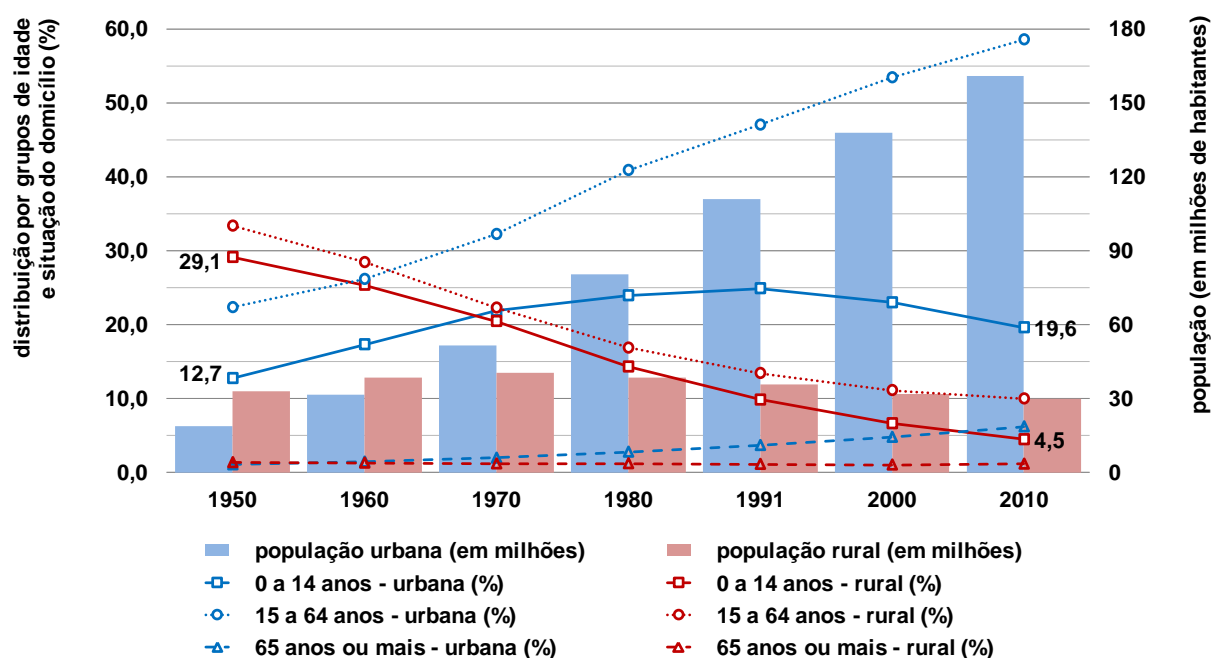
48. O recenseamento de 1950 contabilizou 51.944.397 pessoas (população presente). Destes, 26.941.038 tinham 18 anos ou mais, entre os quais 13.188.986 sabiam ler e escrever. É possível estimar, entre estes, 725.854 estrangeiros (não naturalizados), resultando algo em torno de 12.463.132 pessoas potencialmente aptas ao registro eleitoral naquele ano (CONSELHO ... – IBGE, 1956b, tabelas 4, 15 e 18). O número se mostra coerente com o já mencionado eleitorado (11.455.149 pessoas) naquele ano (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE, 1952).

evolução do país quanto ao perfil demográfico de sua população, aos processos de urbanização, e à participação em atividades econômicas por grupos de idade e sexo, de forma a compreendermos como evoluiu no país a inserção de crianças e adolescentes no mundo do trabalho.

O gráfico 12 mostra a evolução da população urbana e rural do país nos períodos intercensitários, bem como sua distribuição entre diferentes grupos etários.

### Gráfico 12

Crescimento e distribuição da população por grupos de idade e situação do domicílio – Brasil (1950-2010)



Fontes: CONSELHO ... – IBGE (1956b, tabela 4); FUNDAÇÃO ... – IBGE (196-jb, tabela 1; 1973a; tabela 1; 1983h, tabela 1.1); INSTITUTO ... – IBGE (2014a, tabela 200).

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

Até 1970, dados referentes à população presente; de 1980 em diante, à população residente. Dados excluem população com "idade ignorada" entre 1950 e 1980.

Em 1950, a maior parte da população brasileira (63,9%) residia em áreas rurais. Nos 30 anos seguintes, a taxa média geométrica de crescimento anual (TMGCA) da população foi de 2,81%, mas o processo de migração rural-urbano foi tão intenso

que a TMGCA da população urbana no mesmo período foi de 4,97%, contra apenas 0,51% da população rural.

Assim, em algum momento da década de 60 a maioria da população já vivia em cidades, e enquanto a população rural crescera 16,3% entre 1950 e 1980, a população urbana mais do que quadruplicou, passando de aproximadamente 18,7 milhões em 1950 para 80,4 milhões em 1980.

A partir de então, nas três décadas seguintes a TMGCA foi sofrendo expressiva desaceleração, correspondendo a 1,94% nos anos 80 (entre 1980 e 1991), 1,63% nos anos 90 (entre 1991 e 2000) e 1,17% na década passada. Mas o processo de urbanização permaneceu intenso. Entre 1980 e 2010, enquanto a população rural declinou 22,6% em termos absolutos, a população urbana dobrou, passando de aproximadamente 80,4 milhões em 1980 para 160,9 milhões em 2010, de forma que no fim do período 84,4% da população residia em domicílios situados em áreas urbanas.

De forma concomitante, o período em questão foi marcado também por relevantes mudanças em termos de composição etária da população. Entre 1950 e 1970, o crescimento da população infantil (até 14 anos) ainda era mais intenso (TMGCA = 2,98) que o verificado na população de 15 a 64 anos de idade (TMGCA = 2,81). Assim, a razão de dependência dos menores de 15 anos (medida pelo quociente entre o número de crianças de 0 a 14 anos e o número de pessoas de 15 a 64 anos de idade) atingiu em 1970 o valor de 77,6%.

O processo de transição demográfica foi de tal ordem que a TMGCA da população infantil (até 14 anos) declinou para 1,54 nos anos 70, e 1,05 na década seguinte, chegando a ser negativa (-0,55%) entre 1991 e 2010. Dessa forma, a população infantil brasileira vem decrescendo em termos absolutos, tendo o grupo de idade mencionado diminuído de aproximadamente 51 milhões em 1991 para 45,9 milhões em 2010.

Por outro lado, este decréscimo foi mais do que compensado pela expansão da população idosa (65 anos ou mais), que no mesmo período passou de aproximadamente 7,1 milhões (em 1991) para 14,1 milhões (em 2010), um crescimento de quase 100% em duas décadas.

Dessa forma, a razão de dependência dos menores de 15 anos declinou dos mencionados 77,6% em 1970 para 35,1% em 2010, enquanto que a dos idosos cresceu de 5,8% para 10,8% no mesmo período.

Além disso, se em 1950 aproximadamente sete em cada dez crianças brasileiras (69,6%) com até 14 anos residia em domicílios situados em áreas rurais, em 2010 a relação havia se invertido radicalmente, com mais de oito em cada dez (81,4%) vivendo em domicílios urbanos, e uma em cada quatro (26,1%) residindo nos 38 municípios brasileiros com mais de meio milhão de habitantes (INSTITUTO ... – IBGE, 2011; 2014a, tabela 1378).

Ao ritmo de crescimento populacional e à intensa urbanização observados desde meados do século passado, estiveram associados outros processos com importantes implicações sobre o mercado de trabalho. O gráfico 13 nos fornece uma visão a respeito de como evoluiu a população economicamente ativa em termos de sexo e grupos de idade no período em questão.

Em 1950, a população economicamente ativa (PEA) brasileira (10 anos de idade ou mais) era composta por pouco mais que 17,3 milhões de pessoas, entre as quais 84,4% do sexo masculino. Essa força de trabalho estava alocada predominantemente nas atividades agropecuárias e extrativas (59,8%), estando os restantes divididos entre o setor terciário, com 26,0%, e a indústria de transformação, com 12,9%, além dos “não ocupados” na data de referência (1,3%) (CONSELHO ... – IBGE, 1956b, tabelas 22 e 28).

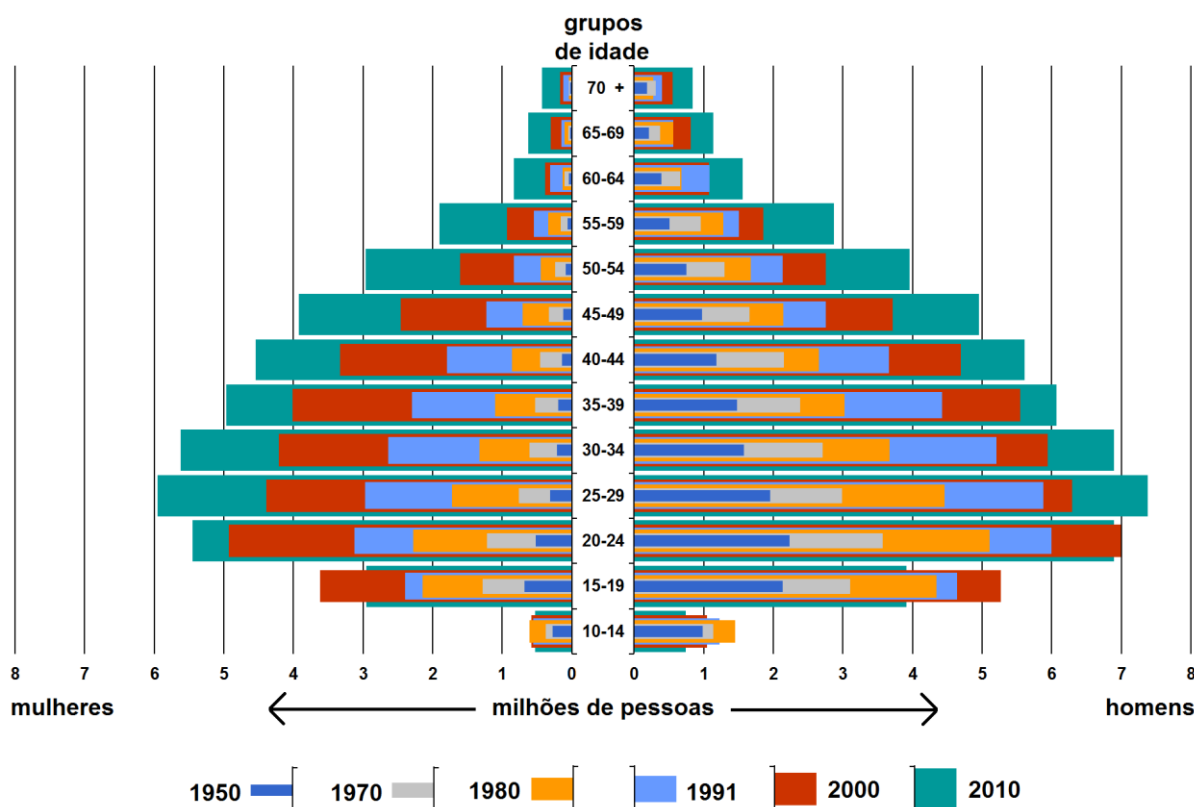
Nas três décadas seguintes, a PEA se expandiu duas vezes e meia, tendo ultrapassado 43,2 milhões de pessoas em 1980. O crescimento foi em grande medida impulsionado pelo ingresso das mulheres no mercado de trabalho, já que entre 1950 e 1980 o ritmo anual médio de expansão da mão de obra feminina chegou a 5,3%, contra 2,6% para a mão de obra masculina.

A expansão ocorreu em todos os grupos de idade, mas de forma muito menos acentuada no grupo de 10 a 14 anos de idade, no qual correspondeu a 1,7% ao ano. E, mesmo neste grupo de idade, o ritmo de crescimento da PEA foi mais acentuado entre as meninas (2,8% ao ano, em média) do que entre os meninos (1,3%). Assim, em 1980, as mulheres já representavam 27,4% da força de trabalho.



**Gráfico 13**

Evolução da população economicamente ativa por grupos de idade e sexo – Brasil (1950-2010)



Fontes: CONSELHO ... – IBGE (1956b, tabela 28); FUNDAÇÃO ... – IBGE (1973a; tabela 21; 1983a, tabela 1.1; 1991a, tabela 5.4); INSTITUTO ... – IBGE (2014a, tabelas 616 e 2953).

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

Em 1950 e 1970, dados referentes à população presente; de 1980 em diante, à população residente.

Cálculos excluem a população com “idade ignorada” entre 1950 e 1980.

Os dados referentes a 1950 e 1970 para alguns grupos de idade são estimados com base na distribuição populacional já que nas fontes aparecem agregados por grupos de idade mais amplos.

A distribuição pelos setores de atividade econômica no mesmo ano evidencia a urbanização ocorrida no período, com predominância do setor terciário e construção civil, que juntos absorviam agora 49,4% da mão de obra ocupada, enquanto a indústria de transformação ficava agora com 18,1%, e o setor primário com 30,2%, além de 2,3% que estavam “procurando trabalho” na data de referência do levantamento (FUNDAÇÃO ... – IBGE, 1983a, tabelas 1.1 e 1.2) <sup>49</sup>.

49. De forma a melhorar a comparabilidade com 1950, os cálculos para os percentuais apresentados não consideraram a população economicamente ativa em “outras atividades”.

Nos trinta anos subsequentes o processo de expansão do mercado de trabalho continuou, ainda que em ritmo ligeiramente menos intenso. Mesmo assim, em 2010 a PEA brasileira chegou a aproximadamente 93,5 milhões de pessoas, tendo se expandido 116,6% na comparação com 1980, com crescimento mais acentuado entre as mulheres (244,0%) do que entre os homens (68,5%), de maneira que em 2010 elas já representavam 43,5% da PEA brasileira.

O processo de terciarização da economia prosseguiu, com maior diversificação dos ramos de atividades. Em 2010, comércio, serviços, construção civil e demais atividades do terciário representavam quase 2/3 (65,1%) da PEA, ficando o setor primário com apenas 14,4%, as atividades industriais com 12,5%, com a população não ocupada na data de referência representando agora 8,1% do total (INSTITUTO ... – IBGE, 2012c, tabelas 1.1.1 e 1.1.19) <sup>50</sup>.

Entretanto, de acordo com o que detectaram os censos demográficos, diferentemente do que ocorrera nas três décadas anteriores, o ritmo de expansão da ocupação entre 1980 e 2010 foi bastante diferenciado conforme os grupos de idade.

Progressivamente foi ocorrendo o “adiamento” do ingresso no mercado de trabalho, conforme evidencia o estreitamento da base (grupo de idade de 10 a 14 anos) da pirâmide etária da PEA brasileira (gráfico 13), que vem ocorrendo desde 1980, e também nos grupos de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos (neste caso, entre os homens), desde 2000.

De fato, em 1980 o número absoluto de pessoas de 10 a 14 anos economicamente ativas atingiu o seu ápice (2,06 milhões), declinado desde então a um ritmo médio anual de 2,2% entre os homens e de 0,5% entre as mulheres, até que em 2010 a PEA neste grupo de idade chegasse a 1,26 milhões, das quais 41,5% eram meninas e 58,5% meninos.

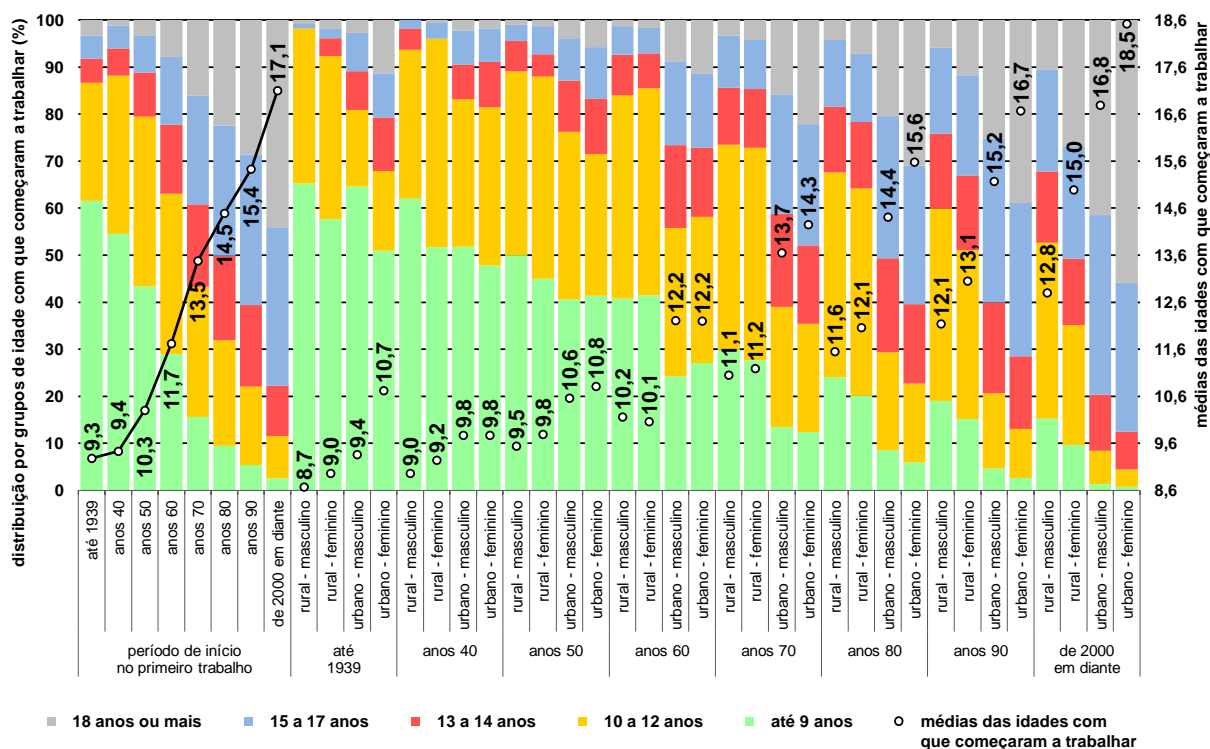
Outra maneira de perceber o progressivo “adiamento” do ingresso no mercado de trabalho no período aqui analisado é por meio da evolução das idades com que as pessoas começam a trabalhar. O gráfico 14 evidencia isso a partir da utilização de um conjunto de informações constante na tabela de microdados relativas às pessoas da PNAD 2011 (INSTITUTO ... – IBGE, 2014d).

---

50. De forma a melhorar a comparabilidade com 1950 e 1980, os cálculos para os percentuais apresentados não consideraram a PEA em “atividades mal especificadas”.

**Gráfico 14:**

Distribuição percentual da população ocupada por grupos de idade e médias das idades com que começaram a trabalhar, por período de início no primeiro trabalho, segundo a situação do domicílio atual e sexo, de acordo com a amostra não ponderada da PNAD – Brasil (2011)



Fonte: INSTITUTO ... – IBGE (2014d, variáveis 0302, 3033, 4728, 8005, e 9892).

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

A amostra da pesquisa básica da PNAD 2011 correspondeu a 358.919 pessoas. A questão sobre a idade com que a pessoa começou a trabalhar (quesito 89 – variáveis 9891 e 9892 – do bloco trabalho e rendimento) é aplicada apenas para aquelas de 10 anos ou mais, ocupadas no período de referência de 358 dias, totalizando 181.949 pessoas. O ano de início no trabalho foi estimado a partir do ano de nascimento e da idade com que começaram a trabalhar. Os dados apresentados no gráfico consideram o conjunto de respostas, sem cálculo de ponderação.

O levantamento investigou as idades com as quais as pessoas começaram a trabalhar, aplicando a questão a respeito para uma amostra de quase 182 mil pessoas que no ano de referência do levantamento estiveram ocupadas. O cruzamento desta variável com idade das pessoas permitiu calcularmos o ano de ingresso no primeiro trabalho, obtendo-se para cada década a distribuição desta amostra pelas idades com o quais as pessoas começaram a trabalhar, e obtermos também as médias das idades de ingresso, em cada década por sexo e situação do domicílio atual. Os dados apresentados no gráfico consideram o conjunto de respostas, sem cálculo de ponderação.

A média das idades com as quais as pessoas residentes nos domicílios da amostra da PNAD de 2011 que estavam ocupadas começaram a trabalhar evoluiu de 9,4 anos entre as que trabalharam pela primeira vez nos anos 40, para 17,1 entre as que começaram a trabalhar do ano 2000 em diante. Entre os primeiros, 88,2% começaram a trabalhar, no máximo, com até 12 anos de idade, enquanto que entre os que começaram a trabalhar do ano 2000 em diante, esta proporção é de apenas 11,5% do total.

Mas, apesar de geral e contínuo, a evolução da média das idades de ingresso no trabalho não ocorreu na mesma medida quando comparados os dois sexos e, principalmente, os que atualmente residem nas zonas urbana e rural. Ainda que os dados não permitam comparação mais precisa pois não incluem números relativos à situação (urbana ou rural) dos domicílios na ocasião de ingresso das pessoas no mundo do trabalho, as informações sobre a situação atual já são suficientes para evidenciar o quanto sempre foi, comparativamente, ainda mais precoce o ingresso no trabalho entre os residentes na zona rural.

Mesmo que consideremos somente as pessoas que começaram a trabalhar de 2000 em diante, a probabilidade de que isso tenha ocorrido até a idade de 14 anos foi de 67,9% entre as pessoas do sexo masculino residentes na zona rural, sendo esta proporção 5,4 vezes maior que a observada entre as pessoas do sexo feminino residentes em zona urbana, entre as quais “somente” 12,5% começaram a trabalhar até a idade de 14 anos.

Entre estes dois subgrupos populacionais, a diferença em termos das médias das idades com que começaram a trabalhar chega a quase seis anos, sendo de 12,8 anos de idade as pessoas do sexo masculino que atualmente habitam em zona rural e de 18,5 anos entre as pessoas do sexo feminino residentes em domicílios urbanos. O gráfico mostra também que esta diferença é hoje mais acentuada do que fora nas décadas anteriores.

As várias mudanças associadas ao perfil demográfico da população, ao processo de urbanização e à evolução do mercado de trabalho desde os meados do século passado até nossos dias se refletem não apenas na idade média de ingresso das crianças no trabalho, mas também nos dados relativos às taxas de atividade e de ocupação do grupo de 10 a 14 anos de idade.

Nas subseções 3.2.1 e 3.2.2 utilizamos informações de fontes distintas para analisar estas e outras variáveis relativas ao envolvimento de crianças no trabalho. Os dados disponibilizados pelos censos demográficos (subseção 3.2.1) podem fornecer o panorama de um período mais amplo, mas para a maior parte dos levantamentos realizados os números relativos ao trabalho de crianças e adolescente apresentam limitações. Por esta razão, na subseção 3.2.2 confrontamos informações dos censos demográficos com os da série histórica da PNAD de maneira a buscarmos uma visão mais robusta quanto à evolução do envolvimento de crianças no trabalho dos anos 90 em diante.

### **3.2.1 As crianças no trabalho segundo os censos demográficos**

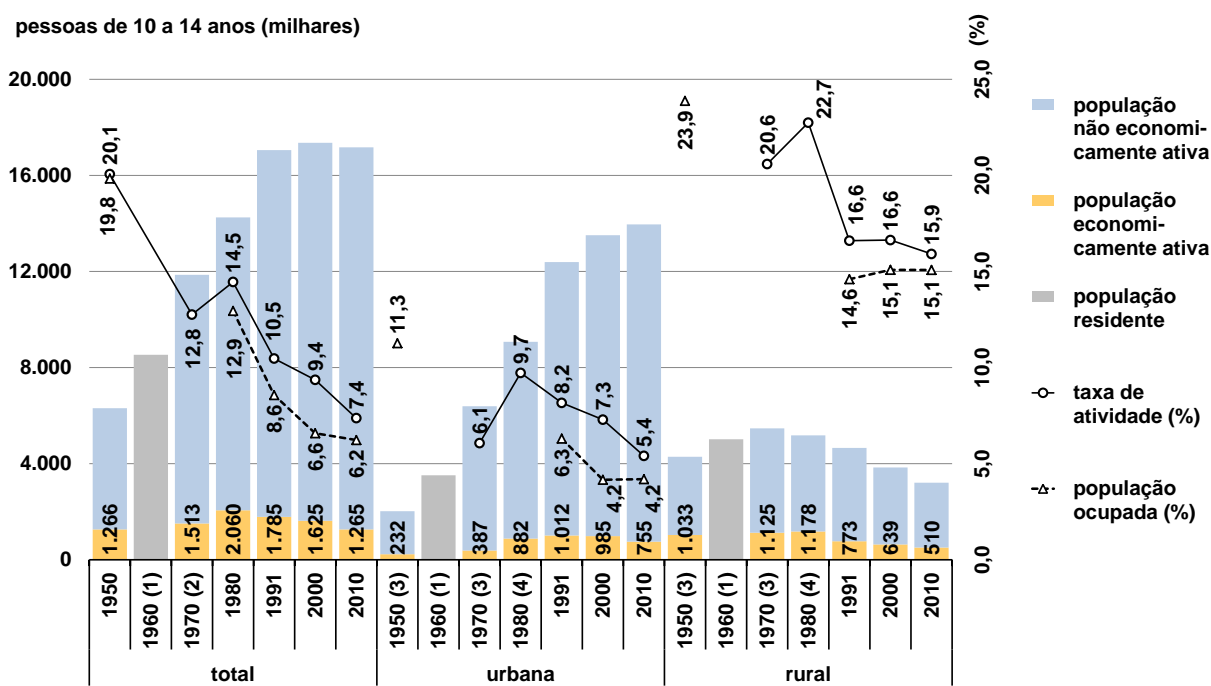
O gráfico 15 mostra a evolução da PEA, das taxas de atividade e da proporção de ocupados de 10 a 14 anos de idade, segundo a situação urbana ou rural dos domicílios, conforme os dados apurados pelos censos demográficos realizados entre 1950 e 2010. Para o grupo de idade em questão estes são os únicos levantamentos que nos permitem recuarmos até a metade do século passado para a análise a respeito.

De meados dos anos 70 em diante os dados desta fonte podem ser confrontados com os da PNAD que, conforme já mencionado, são muito diferentes. Mas vejamos primeiramente o que nos indicam os censos, para depois confrontarmos as duas fontes.

Entre os vários recenseamentos realizados desde 1950 ocorreram mudanças para a classificação das pessoas por condição de atividade entre os economicamente ativos e os não economicamente ativos tanto no que diz respeito à definição da PEA quanto aos períodos de referência considerados. Por essa razão, na medida em que analisarmos a evolução das variáveis (apresentadas no gráfico 15) para cada período, tais mudanças serão consideradas. Começemos pelo período decorrido entre 1950 e 1970.

### Gráfico 15

Evolução da população economicamente ativa e não economicamente ativa, das taxas de atividade e da proporção de ocupados no grupo de 10 a 14 anos de idade, segundo a situação do domicílio, conforme os dados dos censos demográficos – Brasil (1950-2010)



Fontes: CONSELHO ... – IBGE (1956b, tabelas 4, 22 e 28); FUNDAÇÃO ... – IBGE ([196-]b, tabela 1; 1973a, tabelas 10, 20 e 21; 1983a, tabelas 1.1 e 1.8; 1991a, tabelas 5.4 e 5.9); INSTITUTO ... – IBGE (2003a, tabela 1.1.1; 2012c, tabelas 1.1.1 e 1.1.6).

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

No período analisado ocorreram alterações nos censos quanto à definição de população economicamente ativa e aos períodos de referência. Em 1950, dados relativos à data de referência, de 1970 a 1991, ao ano de referência, e em 2000 e 2010, à semana de referência do levantamento. Os números (em milhares) apresentados nas bases das barras são referentes à PEA.

- (1) Para 1960, os dados relativos ao trabalho aparecem agregados para o grupo de idade de 10 a 19 anos.
- (2) Para 1970, não se publicou a população ocupada por grupos de idade.
- (3) Para 1950 e 1970, não foi publicada a PEA por situação de domicílio. Os dados relativos à PEA urbana e rural e à proporção de ocupados foram estimados com base na distribuição do trabalho por setores de atividade econômica.
- (4) Para 1980, não foi publicada a população ocupada por grupos de idade segundo a situação de domicílio.

O censo de 1950 foi o primeiro que adotou o conceito de população economicamente ativa (PEA) para apresentar dados sobre o mercado de trabalho. Mas a conceituação então adotada ainda não incluía na PEA os “desempregados”.

O texto explicativo a respeito não é claro sobre a diferença entre a PEA e a população ocupada, mas a comparação entre os números apresentados nas tabelas 22 (população presente ocupada) e 28 (PEA presente) evidencia a existência de ligeiras diferenças nos totais de cada um dos setores de atividade (CONSELHO ... –

IBGE, 1956b, p. xxiii). No levantamento daquele ano os dados sobre trabalho são relativos à situação das pessoas na data de referência do censo.

Como já mencionado, o censo demográfico de 1960 não publicou dados a respeito do trabalho desagregados para o grupo de 10 a 14 anos, sendo adotada a faixa de 10 a 19 anos.

No censo de 1970 o conceito adotado para a PEA já era mais abrangente, tanto pelo período de referência que passou a ser considerado (“pessoas que trabalharam nos doze meses anteriores à data do Censo”), quanto pela inclusão das pessoas “desempregadas” na data de referência, aí incluídas as que procuravam trabalho pela primeira vez (FUNDAÇÃO ... – IBGE 1973a, p. xxxi). Mas os dados publicados não permitem diferenciar, por grupos de idade, a PEA e a população ocupada.

Neste período de duas décadas entre 1950 e 1970 a população de 10 a 14 anos cresceu quase 88%, passando de aproximadamente 6,3 para 11,8 milhões. A forte migração rural-urbano ocorrida no período resultou que, neste grupo de idade, a população passasse de majoritariamente rural (67,9%) em 1950 para predominantemente urbana (53,9%) em 1970.

Sempre de acordo com os dados dos censos demográficos, no mesmo período, a PEA de 10 a 14 anos cresceu 19,5%, ocorrendo incremento tanto na zona urbana quanto na rural. Mas o crescimento do número de economicamente ativos ocorreu em ritmo muito inferior ao crescimento populacional neste grupo de idade, de forma que a taxa de atividade em verdade declinou consideravelmente, passando de 20,1% em 1950 para 12,8% em 1970.

Esse forte declínio não pode ser atribuído a qualquer efeito relacionado às mudanças adotadas em 1970 quanto ao conceito adotado para a PEA (mais abrangente, incorporando os desempregados) ou ao período de referência para os dados relativos ao mercado de trabalho (que passou a ser de um ano). Pelo contrário, pois se os critérios adotados em 1970 já vigorassem em 1950, evidentemente o levantamento realizado neste ano teria resultado em uma taxa de atividade mais elevada, evidenciando um ritmo ainda mais acentuado de queda do indicador.

Embora o plano tabular do censo demográfico de 1970 (FUNDAÇÃO ... – IBGE, 1973a) não tenha incluído tabelas com dados relativos aos ocupados por grupos de

idade, e também à PEA por situação de domicílio, é possível estimar, com base na distribuição por setores de atividade, que a proporção dos economicamente ativos na zona rural (20,6%) era um pouco maior que o dobro da existente na zona urbana (9,7%).

Para as duas décadas seguintes (anos 70 e 80) os dados dos censos demográficos apresentados no gráfico 15 mostram que taxa de atividade do grupo de 10 a 14 anos seguiu trajetória distinta da queda observada no período anterior. De acordo com esta fonte, nos anos 70 a taxa de atividade cresceu entre os residentes em domicílios urbanos e rurais, e voltou a declinar nos anos 80.

Comparativamente ao recenseamento anterior, no de 1980 a definição da PEA sofreu aperfeiçoamento. O texto explicativo sobre os conceitos adotados esclarece que o período de referência de um ano era válido mesmo para quem tivesse trabalhado apenas durante parte dele. Quanto à sua abrangência, a PEA de 1980 considerou entre as pessoas “sem remuneração”, somente as “que trabalharam habitualmente 15 horas ou mais por semana em uma atividade econômica”, e entre as que não estavam trabalhando na semana de referência, as que “nos últimos dois meses anteriores à data do Censo houvessem tomado alguma providência para encontrar trabalho” (FUNDAÇÃO ... – IBGE 1983a, p. xxiii).

Em 1991, a definição e períodos de referência adotados em 1980 foram mantidos (FUNDAÇÃO ... – IBGE 1991a, p. 33).

Embora a maior precisão conferida à definição da PEA em 1980 possa dificultar um pouco a comparação entre os dados deste ano com o de 1970, é seguro que, apesar de relevantes, as mencionadas mudanças de definição não tenham provocado substantivo impacto contábil que explique a variação positiva das taxas de atividade. As pessoas que trabalhavam “sem remuneração” em ajuda a membros da família já haviam sido consideradas na PEA em 1950 e 1970, de forma que a não inclusão em 1980 das pessoas que habitualmente o faziam por menos de 15 horas semanais podem ter ocasionado efeito contábil de redução da PEA, e não de sua ampliação.

Mas, para o grupo de 10 a 14 anos de idade, o censo de 1980 detectou, comparativamente a 1970, crescimento absoluto e relativo da PEA que impressionam pela sua magnitude. Como mostra o gráfico 15, esse crescimento foi



muito mais acentuado entre moradores da zona urbana, com um saldo líquido de quase mais 500 mil crianças inseridas em atividades laborais, representando uma expansão de aproximadamente 127% no número dos economicamente ativos nas cidades brasileiras no grupo de idade em questão.

Numa década na qual o crescimento da população urbana ainda foi bastante elevado, entre as pessoas de 10 a 14 anos moradoras em domicílios urbanos a taxa de atividade cresceu de 6,1% em 1970 para 9,7% em 1980. Na zona rural, que já vivia o contexto de redução populacional, também se verificou crescimento absoluto e relativo da PEA de 10 a 14 anos, mas a expansão foi muito menor comparativamente à zona urbana.

Tanto na cidade quanto no campo a inversão, nos anos 70, da trajetória de queda da taxa de atividade de crianças ocorrida entre 1950 e 1970 evidencia que ritmo de elevado crescimento da economia, como o ocorrido nos anos 70, não necessariamente resulta em redução do trabalho infantil.

Por sua vez, pelo que mostram os dados apurados pelos censos demográficos, a década de 80, conhecida na literatura brasileira como a “década perdida”, é justamente a que marca o início de um período, que não mais se interrompeu, de efetiva queda da PEA de 10 a 14 anos, tanto em termos absolutos quanto relativos.

Muito embora, entre a população urbana neste grupo de idade a PEA tenha crescido mais uma vez em termos absolutos, com aumento de 120 mil pessoas entre 1980 e 1991, essa expansão se deu em ritmo menor que o próprio crescimento da população urbana na mesma faixa etária. Isso resultou em queda da taxa de atividade de 9,7% para 8,2% entre os anos mencionados.

Na zona rural, os anos 80 marcam o primeiro período de efetivo declínio absoluto da PEA de 10 a 14 anos, com um saldo líquido de aproximadamente 400 mil pessoas a menos na comparação entre 1980 e 1991, representando um decréscimo de 34,4%.

Esta redução foi significativa, em primeiro lugar, porque naquela década a PEA rural como um todo se manteve no mesmo patamar de 12,8 milhões de pessoas, indicando a ocorrência de “substituição” de mão de obra infantil por adulta. Em segundo lugar porque, de acordo com o censo demográfico de 1991, naquele ano a PEA de 10 a 14 anos urbana (1,012 milhões) aparece, pela primeira vez, como maior que a rural (773 mil). E, em terceiro, porque mesmo em um contexto no qual já

ocorria diminuição na base da pirâmide etária da população rural, com o grupo de 10 a 14 anos declinando ao longo da década de aproximadamente 5,2 milhões para 4,7 milhões de pessoas, a diminuição da PEA rural nesta faixa etária foi de tal ordem que a taxa de atividade “encolheu” de 22,7% para 16,6%. Ainda assim, em 1991, a taxa de atividade entre os moradores na zona rural no mesmo grupo de idade ainda era mais que duas vezes maior que a verificada na zona urbana (8,2%).

No censo demográfico de 2000 a definição da PEA sofreu novas alterações. Como visto, de 1970 a 1991 o período adotado para a sua mensuração considerou o trabalho realizado nos 365 dias que antecederam a data de referência dos levantamentos. Em 2000, passou a ser considerado o período de referência de uma semana, ao invés de um ano, como ocorrera nos três levantamentos anteriores.

Por outro lado, o conceito adotado tornou a PEA mais abrangente, que passou a considerar todas as pessoas ocupadas por “pelo menos uma hora completa” na semana de referência. Como visto, no levantamento anterior, entre os sem remuneração (que compõem grande parte do contingente de trabalhadores de 10 a 14 anos, sobretudo na agropecuária) só foram considerados como parte da PEA os que habitualmente trabalharam 15 horas ou mais, de maneira que a mudança de definição implicou acréscimo contábil.

Outra alteração, embora de pequena importância para a mensuração da PEA de 10 a 14 anos, é que agora esta passou a considerar, entre as pessoas desocupas, as “que tomaram alguma providência efetiva na procura de trabalho no período de referência de 30 dias”, ao invés do período de dois meses considerado no levantamento anterior.

As definições adotadas em 2000 foram mantidas em 2010, permitindo boa comparabilidade entre estes dois levantamentos (INSTITUTO ... – IBGE, 2003a; 2012c).

Vejamos então como evoluiu a inserção do grupo de idade em questão no mundo do trabalho de 1991 em diante.

Nas décadas de 1990 e 2000 o processo de urbanização prosseguiu, com a população urbana de 10 a 14 anos evoluindo de aproximadamente 12,4 milhões em 1991, para quase 14 milhões em 2010. Este aumento foi compensado pela redução, no mesmo grupo de idade, do número de residentes em domicílios rurais, que

passou de aproximadamente 4,7 milhões em 1991, para 3,2 milhões em 2010. Dessa forma, no conjunto, o contingente total de pessoas neste grupo de idade se manteve praticamente estável nestas duas décadas, com ligeiro crescimento nos anos 90 e pequena diminuição na década de seguinte.

Nas mesmas décadas a PEA de 10 a 14 anos continuou diminuindo tanto em termos absolutos quanto relativos, com a taxa de atividade evoluindo de 10,5% em 1991 para 9,4% em 2000, e chegando a 7,4% em 2010, conforme nos indicam os dados dos censos demográficos apresentados no gráfico 15, que também mostram queda na proporção de ocupados.

Mas como ocorreu mudança na definição da PEA em 2000, vejamos separadamente o que ocorreu em cada um dos períodos, ou seja, entre 1991 e 2000, e entre 2000 e 2010.

Entre 1991 e 2000, a PEA de 10 a 14 anos diminuiu aproximadamente 160 mil pessoas, ou 9,0%. Em termos absolutos, 83,4% desta diminuição se verificou em domicílios rurais.

Parte da redução observada resultou de efeito contábil decorrente de mudança do período de referência de 365 dias adotado em 1991 para o de uma semana adotado em 2000. Anteriormente (1991), eram contadas como parte da PEA as pessoas desocupadas que tivessem trabalhado em algum momento no ano de referência, enquanto em 2000 só foram considerados economicamente ativos os desocupados que tivessem procurado trabalho no período de referência de 30 dias. Isso explica também em ampla medida, a redução mais acentuada na zona rural, na qual é maior a sazonalidade e menor a “procura” de trabalho.

Por outro lado, esse efeito tende a ser contrabalançado pelo fato de que, para o cálculo da PEA (e também o da população ocupada), em 2000 foram consideradas as pessoas que habitualmente trabalhassem menos de 15 horas semanais sem remuneração, ao contrário do que ocorreu no levantamento de 1991, que conforme mencionado, só considerou os que trabalhavam 15 horas semanais ou mais.

Na verdade, para o grupo de idade em questão, parece ser praticamente nulo o efeito combinado das duas mudanças no que diz respeito à PEA. Já a população ocupada seria um pouco menor se em 2000 fosse adotada a mesma definição utilizada em 1991.

Se não considerados em 2000 os que trabalhavam habitualmente até 14 horas semanais, o número de ocupados de 10 a 14 anos teria aproximadamente 150 mil pessoas a menos, resultando um número de ocupados 13,6% menor, e uma PEA 9,5% menor (INSTITUTO ... – IBGE, 2003a, tabela 1.1.3) <sup>51</sup>.

Por outro lado, recorrendo à PNAD, que para vários anos apresenta dados relativos à população ocupada na semana de referência e também no período de referência de 365 dias, e adotando como parâmetro os números relativos a 1999 e 2001, podemos estimar, para 2000, o número dos economicamente ativos como sendo 16,5% maior caso considerados os 365 dias como período de referência, como ocorreu em 1991 (INSTITUTO ... – IBGE, 2002a, tabela 4.35; 2003a, tabela 1.1.3).

Assim, ao invés de termos em 2000, uma taxa de atividade de 9,4% e a proporção da população ocupada equivalente a 6,6% (gráfico 15), esses indicadores seriam ligeiramente diferentes, resultando respectivamente 9,9% e 5,7%. Entretanto, como se vê, tais diferenças não alteram o fato de que nos anos 90 declinaram tanto em termos absolutos quanto relativos a taxa de atividade e a ocupação de crianças de 10 a 14 anos.

A queda ainda mais acentuada da proporção de ocupados está diretamente associada ao forte crescimento do número de desocupados no período em questão. Entre 1991 e 2000, segundo os censos demográficos, o número de desocupados de 10 a 14 anos cresceu algo em torno de 160 mil pessoas, evidenciando que em 2000 a “procura de trabalho” por parte das crianças era ainda uma prática bastante comum.

Nos anos 90, a desocupação se tornou ainda mais frequente entre os moradores de domicílios urbanos. O censo de 1991, que considerou a procura de trabalho nos dois meses anteriores à data de referência, totalizou aproximadamente 324 mil desocupados, dos quais 71,2% entre moradores em domicílios urbanos. Em 2000, mesmo com o período de referência tendo diminuído para um mês, o número de

---

51. Na publicação relativa ao censo de 2000 que consultamos não há tabela na qual estejam cruzadas, por grupos de idade, as variáveis “sem remuneração” e “horas trabalhadas”. Evidentemente, nem todas as pessoas de 10 a 14 anos que trabalham até 14 horas semanais o fazem sem remuneração, mas essa deve ser a situação de quase todas elas. Das 1.142.438 crianças deste grupo de idade ocupadas, 440.498 eram “não remunerados em ajuda a membro da família”, 111.858 “trabalhadores na produção para o próprio consumo”, ao passo que “somente” 154.857 trabalhavam habitualmente até 14 horas (INSTITUTO ... – IBGE, 2003a, tabelas 1.1.3 e 1.1.7).

crianças de 10 a 14 anos desocupadas cresceu para 482 mil, entre as quais 87,7% viviam em domicílios urbanos.

Como evidencia o gráfico 15, para os anos da série considerada para os quais contamos tanto com os números da PEA quanto com os de ocupados, 2000 foi o ano que apresentou menor proporção de ocupados relativamente à PEA. A baixa capacidade da economia brasileira quanto à criação de empregos nos anos 90 (conforme será visto) mesmo para os adultos deve ter contribuído para o forte descompasso entre a oferta e a demanda de trabalho no grupo de 10 a 14 anos captada pelo censo demográfico de 2000 <sup>52</sup>.

Seja como for, na década de 90 foi registrado importante avanço quanto à redução do trabalho de crianças de 10 a 14 anos. Mas, em termos relativos, ocorreu redução da taxa de atividade e da proporção de ocupados apenas entre os moradores em domicílios urbanos, enquanto na zona rural estes indicadores se mantiveram praticamente estagnados, com o declínio da PEA e da população ocupada ocorrendo em ritmo muito próximo ao da própria redução da população de 10 a 14 anos nela residente. Caso não houvessem ocorrido as mudanças de definição mencionadas, a queda absoluta da PEA na zona rural teria sido menor, uma vez que aí os efeitos contábeis das mesmas mudanças são mais acentuados do que na zona urbana.

A comparação dos dados levantados nos censos demográficos de 2000 e 2010, entre os quais foi mantida a conceituação e períodos de referência (semana) adotados para mensuração da PEA, mostra que permaneceu a tendência de redução dos economicamente ativos no grupo de idade de 10 a 14 anos.

O número absoluto declinou de aproximadamente 1,62 milhões em 2000 para 1,26 milhões em 2010, uma redução de aproximadamente 360 mil pessoas, ou de 22,1%. Assim, a taxa de atividade foi reduzida de 9,4% para 7,4% no mesmo período.

---

52. Em 1950, no grupo de 10 a 14 anos, os desocupados totalizaram somente 1,1% dos economicamente ativos, mas esta pequena proporção pode ter resultado do fato de ter sido este o primeiro censo a contabilizar a PEA. Para 1970 não foi publicada tabela com o número de ocupados por grupos de idade. Os desocupados totalizaram 10,4% da PEA em 1980, e nos levantamentos seguintes a proporção cresceu para 18,1% (1991) e depois para 29,7% (2000), voltando a declinar para apenas 15,5% em 2010. É difícil avaliar em que medida tais variações decorrem propriamente de mudanças no mercado de trabalho ou se são devidas principalmente a alterações conceituais e metodológicas nos levantamentos censitários. Para os números absolutos a respeito, ver a série histórica dos censos e PNAD apresentada na tabela 30, no Apêndice B (p. 411).

Mas, novamente, a queda da taxa de atividade foi mais expressiva na zona urbana (de 7,3% para 5,4%) do que na rural (de 16,6% para 15,9%).

Além disso, quando adotamos como indicador o número de ocupados, a década passada foi de menor progresso para a redução do trabalho no grupo de idade em questão. Grande parte da redução da PEA (360 mil pessoas) esteve associada, na realidade, ao declínio do número de desocupados (quase 287 mil pessoas), indicando que contrariamente ao que ocorrera nos anos 90, agora o que havia declinado era principalmente a oferta de trabalho pelas crianças. No grupo de idade de 10 a 14 anos, o número das que haviam procurado trabalho no período de referência de trinta dias diminuiu de 482 mil em 2000 para 196 mil em 2010, em valores aproximados.

Dessa maneira, o censo de 2000 contabilizou 1.142.438 pessoas ocupadas neste grupo de idade, e em 2010 a conta foi apenas um pouco menor (1.069.425), resultando em redução de somente 6,4% no número absoluto de ocupados após toda uma década na qual a questão do trabalho infantil entrou definitivamente na agenda pública nacional e, por meio do PETI, o Estado brasileiro passou a desenvolver ações mais especificamente voltadas ao seu combate desde o nível federal de governo.

Chama atenção ainda que, neste período, mesmo a redução na proporção de ocupados se deu de forma estreitamente associada à continuidade do processo de migração rural-urbano, ainda que este processo tenha ocorrido em ritmo muito menos acentuado que nas décadas anteriores.

Como mostra o gráfico 15, a tímida redução de 6,6% para 6,2% na proporção de ocupados não se verificou nem entre os moradores da zona urbana, na qual a variável permaneceu estagnada em 4,2%, e nem entre os da zona rural, entre os quais também permaneceu estacionada no patamar de 15,1%, patamar agora 3,6 vezes maior que o verificado nas cidades.

O mesmo gráfico evidencia que a diminuição da população rural de 10 a 14 anos, em termos absolutos, começou a ocorrer já nos anos 80, e foi de tal ordem que, em 2010, a população neste grupo de idade que residia em domicílios rurais (3,2 milhões de pessoas, aproximadamente) representava somente 61,9% do

contingente que existia em 1980 (quase 5,2 milhões), sendo menor até mesmo que o de 1950 (quase 4,3 milhões).

Assim, após os anos 80, a partir dos quais, de acordo com os censos demográficos, de fato ocorreu queda mais consistente tanto do número absoluto quanto da proporção de pessoas de 10 a 14 anos trabalhando entre os moradores em domicílios rurais, parece estarmos vivendo um longo período de tímidos progressos a respeito, conforme nos indicam os dados dos censos demográficos.

Na próxima subseção confrontaremos alguns dados oriundos censitários com o que nos mostram a PNAD de forma a obtermos melhor cenário a respeito <sup>53</sup>.

### **3.2.2 As crianças no trabalho segundo a PNAD**

Conforme já mencionado, de acordo com os dados da PNAD, desde meados da década de 70 tanto a magnitude da ocupação de crianças quanto as tendências aqui apontadas a respeito de sua evolução podem ter sido diferentes.

O gráfico 16 nos permite comparar os dados relativos à quantidade e à proporção de pessoas de 10 a 14 anos ocupadas na semana de referência conforme as informações coletadas em âmbito nacional pelos censos demográficos e pela PNAD entre 1973 e 2013.

Ao contrário do que ocorreu com a PEA, que teve sua definição alterada em algumas ocasiões conforme foram se sucedendo os levantamentos, a variável

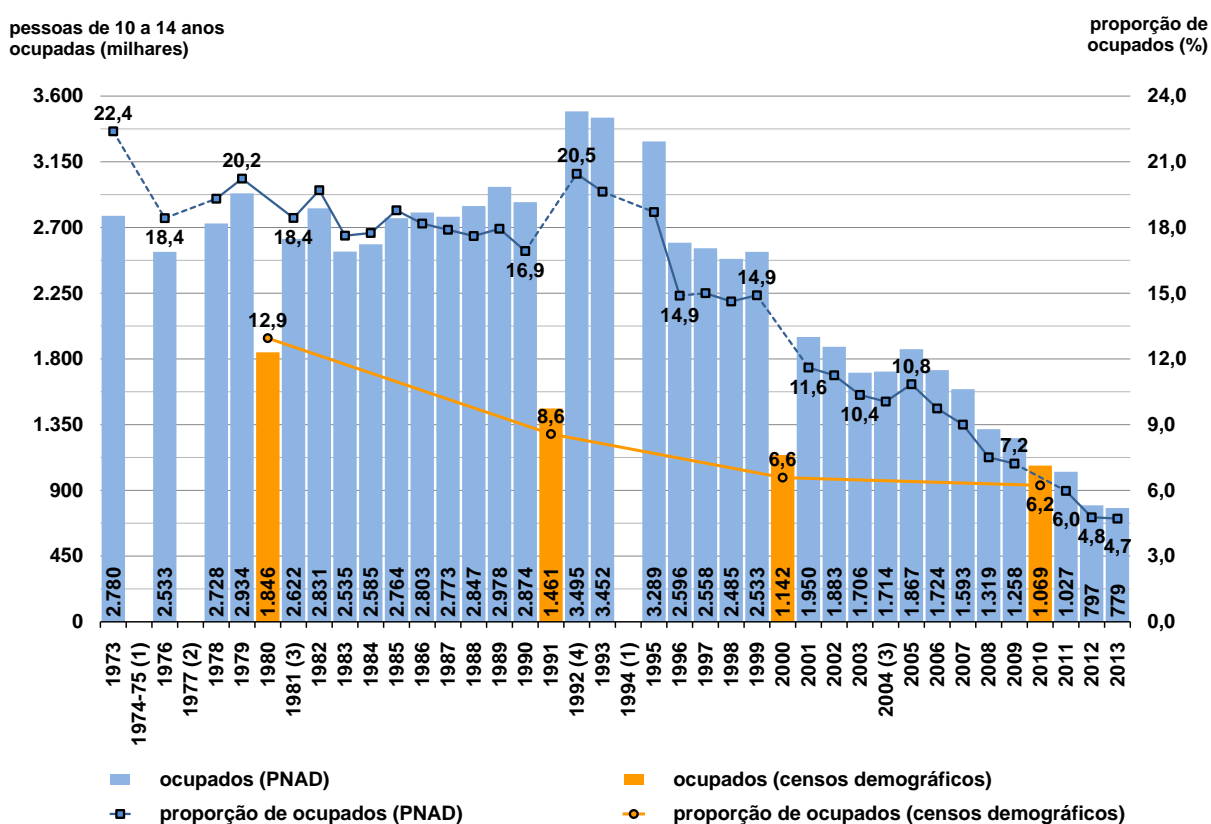
---

53. Finalizada a análise do gráfico 15, é importante mencionar que as taxas de atividade da PEA de 10 a 14 anos nele apresentadas para os anos de 1980 (14,5%), 1991 (10,5%) e 2000 (9,4%) são muito inferiores às constantes na tabela 2, apresentada no capítulo 2 (ver p. 18), correspondentes respectivamente a 20,3%, 17,2% e 14,9%. Para os demais anos da série as diferenças são inferiores a 0,5%. Entendemos que tais diferenças, embora elevadas, não comprometem o sentido da análise aqui empreendida, na qual se buscou salientar as tendências gerais. Os dados constantes na tabela 2, utilizados para comparação internacional, foram extraídos de publicações da CEPAL (1985; 1996) e do BID (2014), que utilizaram informações provenientes de levantamentos amostrais domiciliares ou de emprego. Para o gráfico 15, utilizamos dados provenientes de levantamentos censitários. Conforme será visto, mesmo para o período recente persistem no Brasil diferenças consideráveis entre os resultados apurados pelos censos demográficos e pela PNAD.

relativa à população ocupada não sofreu mudanças tão significativas, salvo aperfeiçoamento relativo à sua definição no início dos anos 90, sobre o qual comentaremos.

### Gráfico 16

Evolução da população de 10 a 14 anos ocupada (em milhares) e da proporção de ocupados (%) na semana de referência segundo os censos demográficos e a PNAD – Brasil (1973-2013)



Fontes: IBGE, censos demográficos e PNAD referentes ao período entre 1973 e 2013.

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

As fontes, incluindo os números das tabelas consultadas, estão especificamente mencionadas na tabela 30 (Apêndice B, p. 411), que reúne os dados primários em série histórica.

- (1) Períodos ou anos sem realização de levantamentos.
- (2) A PNAD de 1977 não publicou dados relativos aos ocupados por grupos de idades.
- (3) Até 1979 a PNAD não abrangeu a população rural de oito Estados (Roraima, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Mato Grosso e Goiás). A zona rural de Mato Grosso e de Goiás foi incluída na amostra em 1981, e a dos demais Estados em 2004, quando a amostra passou a considerar de fato todo o território nacional.
- (4) A forte oscilação positiva da ocupação em 1992 está associada a melhoria introduzida no questionário.



O período relativo à semana de referência para esta variável também se manteve permanente ao longo dos levantamentos, o que melhora a comparabilidade dos dados para a análise da evolução do indicador <sup>54</sup>.

As diferenças a respeito do número de ocupados no grupo de 10 a 14 anos estimadas ao longo do tempo pelos dois levantamentos são muito acentuadas, com a PNAD apresentando números muito maiores durante quase três décadas consecutivas. Apenas recentemente os dois levantamentos estimaram números similares.

De acordo com os censos a proporção de ocupados declinou expressivamente nos anos 80, passando de 12,9% em 1980, para 8,6% em 1991.

Mas os levantamentos da PNAD, além de detectarem números e proporções muito mais elevados, não confirmam tendência tão clara para aquela década. O gráfico 16 mostra que, entre 1981 e 1990, período no qual a Pesquisa manteve a mesma abrangência territorial (não incluía apenas a zona rural de seis Estados da Região Norte) e também o mesmo padrão de questionário, a situação quanto à ocupação de crianças de 10 a 14 anos teria praticamente se mantido sem alterações.

Segundo esta fonte o número de ocupados cresceu em ritmo próximo ao das estimativas populacionais para o grupo de idade em questão, de forma que, em termos relativos, praticamente se manteve estável. Nos cinco primeiros levantamentos da década (1981 a 1985), a proporção de ocupados se manteve muito próxima do valor médio de 18,5%, percentual que declinou ligeiramente para a média de 17,7%, se considerados os cinco levantamentos realizados no quinquênio seguinte (1986 e 1990).

Vale registrar que parte das variações anuais entre alguns levantamentos realizados na década de 80 quanto ao número absoluto de ocupados pode ter decorrido, ainda que em pequena medida, de mudanças no tamanho da amostra e de revisões das próprias projeções populacionais. Em 1986, por exemplo, ocorreu um

---

54. Nos levantamentos realizados entre 1992 e 2013 a PNAD pesquisou adicionalmente o número de ocupados no período de referência de 365 dias para os grupos de cinco a nove anos e de 10 a 14 anos de idade. Embora o período de referência de 365 dias seja mais adequado para o dimensionamento da ocorrência do trabalho infantil, no gráfico 16 optamos pela semana de referência de forma a permitir melhor comparabilidade com os censos demográficos e para todo o período analisado. Na tabela 30 (Apêndice B, p. 411) consta a série histórica com os dados brutos da PNAD relativos aos períodos de referência da semana e de 365 dias.

redimensionamento da amostra da PNAD, e em quase todas as unidades da federação a fração amostral foi reduzida para a metade (FUNDAÇÃO ... – IBGE, 1988b). Quanto ao “universo” de crianças de 10 a 14 anos, as estimativas da PNAD resultaram em “crescimento populacional” deste grupo de idade da ordem de 12,3% em apenas três anos (entre 1984 e 1987), contra apenas 6,3% no triênio anterior, e 0,2% no posterior (para os dados primários, ver a tabela 30, Apêndice B, p. 411).

Assim, o uso da PNAD requer considerável cautela quando o que se pretende é estudar variações de curto prazo (anuais), e quanto menores forem as unidades geográficas (Estados ou regiões metropolitanas), ou ainda quanto mais desagregados (por diversas categorias) sejam os dados em análise.

Por outro lado, para o conjunto do país, apesar de ser a PNAD composta por amostra muito menor que os censos, os dados obtidos por estes são indicativos de provável subdimensionamento a respeito da ocupação de crianças de 10 a 14 anos em 1980, 1991 e, em menor medida, em 2000. E não estamos nos referindo a pequenas diferenças.

Ao final dos anos 80, após oscilações que resultaram em ligeiro aumento no número de ocupados no decorrer da década (entre 1981 e 1990), a PNAD estimava que o total de crianças de 10 a 14 anos nesta condição no país se aproximava de três milhões. Já o censo demográfico de 1991 além de indicar a mencionada tendência de declínio a partir da comparação com o censo anterior (1980), apurou algo próximo a 1,5 milhões de ocupados no grupo de idade em questão.

Além disso, o resultado da PNAD de 1992 aprofundou a diferença entre os valores apurados pelos dois tipos de levantamento, estimando em quase 3,5 milhões o número de ocupados de 10 a 14 anos, valor quase 140% maior que o encontrado pelo censo de 1991.

É certo que, se não a totalidade, grande parte desta forte variação “para cima” do número de ocupados entre 1990 e 1992 tenha decorrido de aperfeiçoamento da PNAD, na qual foi introduzida mudança que tornou mais precisa a definição de pessoa ocupada. O questionário foi alterado de maneira a se tornar mais sensível, sobretudo, à captação de informações relacionadas a formas específicas de trabalho não remunerado, como trabalho “na construção para o próprio uso” e, muito

frequente no grupo de idade de nosso interesse tanto na zona urbana quanto na rural, o trabalho “na produção para o próprio consumo”.

Do aumento contábil de aproximadamente 620 mil ocupados entre os dois levantamentos, pouco mais da metade (51,9%) foi entre residentes em zona urbana, e 48,1% entre residentes em zona rural (FUNDAÇÃO ... – IBGE, 1993, tabela 3.7; 1997a, tabela 4.9).

Esta variação pode ser explicada, em ampla medida, pelas mudanças conceituais e metodológicas introduzidas, conforme deixa evidente a análise dos questionários adotados nos levantamentos realizados pela PNAD em 1990 e 1992, e também a comparação de alguns dados <sup>55</sup>.

A comparação entre os questionários utilizados nos dois levantamentos, no que diz respeito aos quesitos relativos ao trabalho, evidencia que o conjunto de modificações introduzidas em 1992 foi o principal fator responsável por esta importante variação no número de ocupados em relação a 1990. Já no início do bloco 9 do questionário de 1992, relativo às “características de trabalho e rendimento dos moradores de 10 anos ou mais de idade” foram introduzidas duas questões nas quais se pergunta se a pessoa exerceu, na semana de referência, “tarefas em cultivo, pesca ou criação de animais destinados à própria alimentação das pessoas moradoras no domicílio” (questão 2), e também “em construção de prédio, cômodo, poço ou outras obras de construção destinadas ao próprio uso de pessoas moradoras do domicílio” (questão 3). No questionário de 1990 estas duas questões ainda não constavam.

Além disso, em 1992, a pergunta destinada à posição na ocupação (questão 8), foi desdobrada em 13 alternativas de resposta, incluindo as categorias “trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar”, “outro trabalhador não remunerado” e “trabalhador na produção para o próprio consumo”. Em 1990, constavam nove alternativas de resposta, entre elas apenas uma genérica denominada “não remunerado” (questão 5) <sup>56</sup>.

---

55. As implicações da mudança no questionário de 1992 para a análise da evolução do mercado de trabalho foram discutidas por Dedecca (1998).

56. Ver nos questionários da pesquisa básica, especificamente o bloco 4 da PNAD de 1990 e o bloco 9 da PNAD de 1992, respectivamente disponíveis em <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos\\_de\\_coleta/doc0373.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc0373.pdf)>, e em <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos\\_de\\_coleta/doc0377.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc0377.pdf)> (acessos em 23 jul. 2014).

Quanto aos resultados, na PNAD de 1990 não foi publicada tabela com cruzamento de dados relativos à posição na ocupação e aos grupos de idade.

Mas os números disponíveis mostram que a totalidade de ocupados (todas as idades) aumentou aproximadamente 3,5 milhões entre 1990 e 1992. Enquanto as categorias “empregados” e “empregadores”, sempre em números aproximados, “encolheram” respectivamente 1,6 milhões e 450 mil, os “não remunerados”, a partir de 1992 distribuídos entre “não remunerados”, “trabalhadores na produção para o próprio consumo” e “trabalhadores na construção para o próprio uso”, “cresceram” em mais de 5,2 milhões de trabalhadores.

Somente para o grupo de 10 a 14 anos, estas três categorias relativas à posição na ocupação totalizaram mais de 2,2 milhões de pessoas (1,908 milhões de “não remunerados”, 292 mil “na produção para o próprio consumo” e 17 mil “na construção para o próprio uso”) representando 63,5% do total de quase 3,5 milhões de ocupados deste grupo de idade (FUNDAÇÃO ... – IBGE, 1993, tabela 3.14; 1997a, tabela 4.19).

Por essas razões, para o período de 1992 em diante, os dados da PNAD permitem maior precisão para o dimensionamento da ocupação das crianças de 10 a 14 anos e conseqüentemente para a análise das tendências a respeito. E, em princípio, esta melhoria também ocorre para os censos, já que os levantamentos de 2000 e de 2010 incorporaram a mudança introduzida no questionário da PNAD de 1992, passando a adotar questões similares na investigação sobre trabalho <sup>57</sup>.

E foi justamente a partir dos anos 90 que os resultados obtidos pelos dois tipos de levantamento começaram a trajetória de convergência entre si, ainda que no início da série os dados estivessem situados em patamares tão distintos.

Voltando à análise das tendências de ocupação das crianças de 10 a 14 anos, o gráfico 16 mostra que após o elevado número de quase 3,5 milhões de ocupados estimado para 1992, foi iniciada uma trajetória de queda no número e na proporção de crianças nesta condição, que declinou de 20,5% em 1992 para 18,7% em 1995.

---

57. Para os censos demográficos, ver nos questionários da amostra, especificamente as questões 41 a 58 (em 1991), 4.39 a 4.56 (em 2000), e 6.41 a 6.55 (2010), disponíveis, respectivamente, nos seguintes endereços (acessos em 22 jul. 2014): <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos\\_de\\_coleta/doc0167.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc0167.pdf)>, <[http://www.ibge.gov.br/censo/quest\\_amostra.pdf](http://www.ibge.gov.br/censo/quest_amostra.pdf)>, e <[http://censo2010.ibge.gov.br/images/pdf/censo2010/questionarios/questionario\\_amostra\\_cd2010.pdf](http://censo2010.ibge.gov.br/images/pdf/censo2010/questionarios/questionario_amostra_cd2010.pdf)>.

Em 1996, a PNAD constatou uma queda abrupta de 21,1% no número de crianças deste grupo de idade ocupadas, que passou de quase 3,3 milhões em 1995 para menos de 2,6 milhões em 1996. A proporção declinou dos mencionados 18,7% em 1995 para 14,9% em 1996.

Dessa forma, no período de quatro anos decorridos entre 1992 e 1996 a PNAD contabilizou um declínio de quase 900 mil crianças ocupadas, correspondendo a uma redução média de 7,2% no número de ocupados a cada ano. Isso sugere que os primeiros anos do Plano Real podem ter resultado em importante impacto favorável à redução do trabalho infantil <sup>58</sup>.

A partir de então, ou seja, entre 1996 e 1999, a PNAD praticamente não detectou redução da ocupação, com a proporção de ocupados se mantendo um pouco abaixo dos 15%.

A comparação dos dados dos censos de 1991 e 2000 quanto ao número de ocupados também indica clara tendência de queda. Mas, no caso dos censos, os números indicam menor ritmo de redução da ocupação para o grupo de idade analisado. Entre 1991 e 2000 o número de ocupados teria declinado, em média, 2,7% ao ano, contra a média anual de 4,5% se consideradas as estimativas da PNAD para 1992 e 1999.

Não podemos esquecer, no entanto, que o censo de 2000 incorporou ao questionário as mudanças introduzidas pela PNAD de 1992 quanto à ocupação. Assim, devemos considerar que, caso a mudança no questionário já tivesse ocorrido no censo de 1991, o levantamento teria resultado, naquele ano, em número bem maior de ocupados, como evidenciou a forte variação “para cima” ocorrida entre os levantamentos da PNAD realizados em 1990 e 1992.

Para nós, o ritmo de queda da ocupação nos anos 90 não é questão de menor importância. Aquela foi a década de implantação do PETI em âmbito federal, mas o impacto do Programa não pode ter sido expressivo até pelo menos o ano de 1999, já que até então a cobertura ainda não havia atingido sequer 150 mil crianças (gráfico

---

58. No mesmo período, a renda média dos ocupados (todos os trabalhos) se elevou, no conjunto do país, de R\$923,18 (1992) para R\$1.238,87 (1996), representando um acréscimo de 34,2% em termos reais. A partir deste pico, o indicador declinou até 2003 (R\$1.029,72), quando voltou a subir, para então só voltar ao patamar de 1996 no ano de 2008 (R\$1.240,79), desde quando continuou subindo até chegar a R\$1.475,72 em 2012. Os valores são oriundos da própria PNAD, e foram atualizados para outubro de 2012 pelo IPEA (INSTITUTO ... – IPEA, 2014).

4, p. 50). Assim, a compreensão do que ocorreu após 2000 não pode deixar de considerar que mesmo antes do Programa já se configurava clara tendência de queda da ocupação das crianças de 10 a 14 anos.

Neste sentido, a série histórica apresentada no gráfico 16 não deixa dúvida de que os anos 90 marcaram um período de efetiva queda da ocupação de crianças de 10 a 14 anos, seja qual for o levantamento consultado, tendência que foi ainda mais acentuada para o grupo de cinco a nove anos, conforme será visto no capítulo 4.

Muito embora as curvas relativas à proporção de ocupados resultantes dos dados dos dois tipos de levantamentos tenham apresentado tendência de convergência durante os anos 90 (gráfico 16), a diferença entre os números estimados permaneceu ainda muito elevada, com o censo demográfico de 2000 encontrando uma quantidade de ocupados de 10 a 14 anos de idade (1,14 milhões) correspondente a 45,1% do número que a PNAD estimara apenas um ano antes (2,53 milhões).

Mas já em 2001 a PNAD estimou número (1,95 milhões) e proporção de ocupados (11,6%) muito inferiores às que contabilizara em 1999, e desta vez a queda no conjunto do país foi da ordem de 24,0% em apenas dois anos. Em 2001, comparativamente a 1999, havia algo em torno de menos 580 mil crianças de 10 a 14 anos ocupadas, das quais 510 mil a menos em atividades agrícolas. Só no Nordeste, no mesmo período, o número total de ocupados declinou 330 mil ou aproximadamente 25% em dois anos, dos quais 300 mil entre moradores em domicílios rurais (INSTITUTO ... – IBGE, 2014e, tabela 4.9).

É bastante provável que parte expressiva desta redução esteja associada à forte expansão do PETI ocorrida no mesmo período (de 1999 e 2001), quando o número de beneficiários quintuplicou, passando de aproximadamente 150 mil para 750 mil (ver gráfico 4, p. 50). Adiante, confrontaremos alguns dados a respeito (seção 4.1).

Após a redução detectada em 2001, a ocupação se manteve em patamar similar até meados da década, desde quando o número e a proporção de ocupados vêm diminuindo continuamente. Entre 2005 e 2013 o número de ocupados na semana de referência declinou 58,3%, com a proporção de crianças de 10 a 14 anos nesta condição caindo de 10,8% para 4,7%.

O gráfico 16 mostra que após 30 anos os resultados da PNAD finalmente apresentaram números muito próximos aos apurados pelo censo. Mas as distintas curvas relativas às proporções de ocupados no grupo de idade de 10 a 14 anos lançam uma dúvida quanto ao ritmo de declínio do trabalho infantil ocorridos nos anos 90 e 2000.

Conforme já analisado, os dados dos três últimos censos demográficos (1991, 2000 e 2010) mostram que nas últimas duas décadas a ocupação de crianças de 10 a 14 anos teria declinado de forma modesta. De acordo com os números desta fonte, o total de pessoas de 10 a 14 anos ocupadas teria diminuído, em média, 2,70% ao ano entre 1991 e 2000, e apenas 0,66% entre 2000 e 2010.

Já para a PNAD, o ritmo de redução teria sido muito mais intenso, correspondendo às médias anuais de 6,28% entre 1992 e 2001, e de 6,21% entre 2001 e 2011.

A tabela 6 nos ajuda a compreender porque entre os dois tipos de levantamentos os números são tão díspares e onde estão situadas as diferenças entre eles. Ela apresenta os números sobre a posição na ocupação da população de 10 a 14 anos conforme os resultados dos três últimos censos e dos três levantamentos da PNAD realizados nos anos subsequentes aos mesmos.

A comparação entre os dois tipos de levantamentos realizados em cada início de década indica que nos censos demográficos de 1991 e 2000 ocorreu grande dificuldade para captar a informações necessárias ao adequado dimensionamento do trabalho realizado pelas crianças.

Conforme já discutido, em 1991 essa dificuldade foi consequência, em ampla medida, do próprio questionário que até então era adotado para a identificação e caracterização da situação de trabalho das pessoas de 10 anos ou mais. Isso resultou que apenas uma pequena parcela do trabalho não remunerado (405 mil pessoas) fosse identificado, quando a PNAD de 1992 revelou ser este contingente de crianças superior a 2,2 milhões no grupo de 10 a 14 anos de idade. Mesmo entre os empregados a parcela identificada pelo censo de 1991 foi menor que a parcela identificada pela PNAD de 1992.

E, mesmo em 2000 sendo o questionário da amostra reformulado, com a adoção de modelo similar ao adotado pela PNAD desde 1992 no que diz respeito às questões de trabalho, ao contrário do que se poderia esperar, permaneceram grandes as

diferenças entre os dois levantamentos. Como se sabe, além do questionário, muitos outros aspectos influenciam os resultados de pesquisas que requerem operações de grande porte como são os casos da PNAD e dos censos, incluindo robustez (tamanho e qualidade) das amostras, a forma e o valor da remuneração do pessoal envolvido, os critérios de seleção e o regime de contratação dos trabalhadores de campo (entrevistadores), o investimento em treinamento, os mecanismos de supervisão, o processamento dos dados, o tempo disponível para realização de cada etapa etc.

### **Tabela 6**

População de 10 a 14 anos ocupada na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal, segundo os censos demográficos e a PNAD em anos selecionados (em milhares) – Brasil (1991-2011)

posição na ocupação no trabalho principal	períodos, levantamentos e respectivos anos de realização								
	início dos anos 90			início dos anos 2000			início dos anos 2010		
	Censo 1991 [A]	PNAD 1992 [B]	[B]-[A]	Censo 2000 [C]	PNAD 2001 [D]	[D]-[C]	Censo 2010 [E]	PNAD 2011 [F]	[F]-[E]
total	1.461	3.495	2.034	1.142	1.954	812	1.069	1.027	-42
empregados (1)	860	1.091	231	466	511	45	354	304	-50
empregados	860	790	-70	466	368	-98	279	237	-42
trabalhadores domésticos	...	301	301	...	143	143	75	67	-8
empregadores	3	0	-3	1	...	-1	1	1	0
conta própria	194	186	-8	122	131	9	170	66	-104
não remunerados (1)	405	2.218	1.813	553	1.311	758	545	656	111
não remunerados	405	1.908	1.503	441	1.100	659	289	463	174
construção para o próprio uso	...	17	17	...	6	6	0	7	7
produção para o próprio consumo	...	292	292	112	205	93	256	186	-70

Fontes: FUNDAÇÃO ... – IBGE, 1991a, tabela 5.15; 1997a, tabela 4.19; INSTITUTO ... – IBGE, 2003a, tabela 1.1.7; 2014a, tabelas 1962 e 3585.

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

(1) Categorias não constantes nas fontes, apresentadas nessa tabela de forma a facilitar a comparação.



Evidentemente, nos casos de quesitos muito longos, ou seja, blocos compostos por grande número de perguntas (como é o caso dos relativos ao trabalho), e que devem ser repetidas pelos entrevistados a respeito de cada uma das pessoas da família, aumenta a probabilidade de que ocorra elevada captação de informações incorretas e mesmo elevada subdeclaração. O desafio é ainda maior em temas que envolvem múltiplas representações tanto por parte dos entrevistados quanto dos próprios entrevistadores, como é o tema do trabalho, sobretudo quando realizado por crianças.

Mas apesar das diferenças ao longo do tempo entre as duas fontes para a mensuração da ocupação de crianças, pode-se afirmar que no período recente há plena concordância a respeito quanto ao dimensionamento do problema para o conjunto do país, com o censo demográfico de 2010 e a PNAD de 2011 chegando respectivamente a 6,2% e 6,0% quanto à proporção de ocupados no grupo de idade de 10 a 14 anos de idade (gráfico 16).

Entretanto, na medida em que os dados sejam progressivamente desagregados, as diferenças se tornam proporcionalmente cada vez maiores. Mesmo para o âmbito nacional, algumas variáveis que permitem a comparação entre os dois levantamentos evidenciam isso.

As taxas de ocupação (proporção da PEA ocupada) do grupo de 10 a 14 anos de idade resultaram 84,5% para o censo de 2010 e 90,9% para a PNAD 2011. Sempre para o mesmo grupo de idade, a distribuição dos ocupados por sexo corresponde a 59,5% para os homens e 40,5% para as mulheres no caso do censo, e respectivamente a 69,6% e 30,4% no caso da PNAD.

Quanto à situação de domicílio dos ocupados, temos 54,8% para o urbano e 45,2% para o rural no caso do censo, e resultados praticamente invertidos no caso da PNAD, na qual a distribuição corresponde a 45,9% em domicílios urbanos e 54,1% em domicílios rurais. Inversão da mesma ordem é observada na distribuição por tipo de atividade. Enquanto o censo contabilizou 45,1% dos ocupados em atividades agrícolas e 54,9% em não agrícolas, para a PNAD há predominância da ocupação em atividades agrícolas, com 54,3%, contra 45,7% dos ocupados em atividades não agrícolas (INSTITUTO ... – IBGE; 2012c, tabelas 1.1.6, 1.1.10 e 1.1.19; 2012e, tabelas 4.2, 4.9 e 4.35).

E, como mostram os dados apresentados nas duas últimas colunas da tabela 6, a distribuição das crianças de 10 a 14 anos por posição na ocupação não são irrelevantes, pois enquanto a categoria “conta própria” representa 15,9% dos ocupados para o censo e 6,4% para a PNAD, esta diferença é compensada no conjunto dos não remunerados, que são 51,0% para o censo e 63,8% para a PNAD. Entretanto, entre estes, os trabalhadores na produção para o próprio consumo são mais numerosos para o censo (23,1%) do que para a PNAD (18,1%).

Tais diferenças são compreensíveis, refletindo as próprias dificuldades e limites ainda existentes para a captação das informações relativas ao trabalho realizado por crianças. E a disponibilidade de dados coletados por dois tipos de levantamentos pode até representar vantagem para o analista, já que a comparação permite a aquisição de maior segurança para a análise de variadas questões sobre o tema.

Mas, por outro lado, as divergências entre as duas fontes deve alertar o analista para pelo menos duas questões:

- a) aumento o risco de equívoco se escolhermos somente uma das fontes para a análise de tendências e agregados menores, sejam estes geográficos (como os Estados ou regiões metropolitanas, já que menos que isso os dados da PNAD não permitem) ou resultantes do cruzamento de duas ou mais variáveis (por exemplo, o envolvimento de meninos no trabalho agrícola ou da meninas no trabalho doméstico), sendo desejável, sempre que possível, buscar a comparação dos dados para melhor percepção a respeito;
- b) mesmo agora, quando as duas fontes apresentam números gerais sobre o total de ocupados mais próximos entre si, não se pode descartar a hipótese de erros consideráveis em ambas, inclusive mesmo em relação a este resultado geral, bastando mencionar que, para um universo de pouco mais que um milhão de crianças de 10 a 14 anos ocupadas na semana de referência, o censo tenha estimado, com base em sua robusta amostra, algo em torno 251 mil meninas trabalhadoras apenas entre os moradores em domicílios urbanos, e aproximadamente 301 mil meninos nos domicílios rurais, enquanto a PNAD, somente um ano depois, estimou que no conjunto do país aquelas fossem 164 mil (ou 87 mil a menos), enquanto estes totalizariam 408 mil, ou aproximadamente 107 mil a mais do que detectara o censo demográfico do ano anterior.

Neste sentido, é lamentável que a partir de 2012 a PNAD não tenha mais publicado, para o grupo de 10 a 14 anos de idade, o conjunto de variáveis que até então eram disponibilizadas, interrompendo uma série histórica com dados sobre a PEA e ocupação que já durava duas décadas (ver quadro 4, p. 159).

Por fim, ainda pelo meio do confronto entre distintas fontes, a comparação de indicadores oriundos dos censos agropecuários com os da PNAD mostra ser possível que até mesmo esta fonte, que apresenta dados relativos aos domicílios rurais maiores que os dos censos demográfico, esteja subdimensionando o trabalho realizado por crianças em atividades agropecuárias.

Conforme ilustrado no gráfico 14 (p. 178), desde meados do século passado o ingresso no trabalho sempre foi ainda mais precoce na zona rural, envolvendo em ampla medida mesmo as crianças com menos de 10 anos de idade.

Algumas informações básicas a respeito estão apresentadas na tabela 7, que confronta dados dos censos agropecuários com os da PNAD para anos selecionados. Neste caso os censos demográficos não foram considerados pois nunca coletaram dados a respeito da inserção no trabalho para pessoas com menos de 10 anos de idade.

Chama atenção, em primeiro lugar, as diferenças bastante grandes quanto aos números constantes nos censos agropecuários e em levantamentos da PNAD, com os primeiros apresentando números maiores. Para nos limitarmos a comentar os dados relativos a 2006, único ano no qual ambos os levantamentos foram realizados, nossa estimativa é a de que a população (com até 13 anos) ocupada em atividades agropecuárias, conforme a mensuração da PNAD (881.020), foi 17,1% menor do que a identificada pelo censo agropecuário (1.062.301).

Uma hipótese explicativa desta considerável diferença é que decorra, ao menos em parte, das distintas formas de coleta de dados adotadas nos dois tipos de levantamento.

Conforme mencionado, no censo agropecuário as informações são obtidas por meio de entrevista junto ao produtor. No questionário adotado em 2006 há um bloco de questões iniciado por pergunta sobre “quantas pessoas estavam ocupadas no estabelecimento” na data de referência. Esta pergunta é seguida por campos específicos para o preenchimento de quantos são, por sexo, e por grupos de idade

(“14 anos e mais” e “menos de 14 anos”), os “empregados permanentes”, os “empregados temporários”, os “empregados parceiros”, e aqueles em “outra condição (moradores agregados)”, de forma que a mesma questão (sobre o número de ocupados) é realizada assim diversas vezes (grifo nosso) <sup>59</sup>.

### **Tabela 7**

Evolução da população de 5 a 14 anos ocupada em atividades agropecuárias por sexo e grupos de idade, conforme levantamentos do censo agropecuário e da PNAD em anos selecionados – Brasil (1960-2013)

ano do levantamento	fontes	grupos de idade	população ocupada	% da população rural no grupo de idade (1)	homens	mulheres	% de mulheres
1960	Censo agropecuário	até 13	2.980.422	29,2	1.869.694	1.110.728	37,3
1970	Censo agropecuário	até 13	2.900.330	26,4	1.804.042	1.096.288	37,8
1975	Censo agropecuário	até 13	4.390.214	42,3	2.498.732	1.891.482	43,1
1980	Censo agropecuário	até 13	3.731.903	38,1	2.260.523	1.471.380	39,4
1985	Censo agropecuário	até 13	4.108.318	44,2	2.445.853	1.662.465	40,5
1992	PNAD	5-14	2.572.776	30,6	1.829.692	743.084	28,9
1995-96	Censo agropecuário	até 13	2.435.678	31,6	1.392.148	1.043.530	42,8
1996	PNAD	5-14	2.371.929	30,1	1.613.610	758.319	32,0
2001	PNAD	5-13 (2)	1.034.519	15,6	746.427	288.092	27,8
		5-14	1.317.923	21,1	964.746	353.177	26,8
2006	Censo agropecuário	até 13	1.062.301	18,0	595.937	466.364	43,9
	PNAD	5-13 (2)	881.020	14,9	626.741	254.279	28,9
	PNAD	5-14	1.150.836	16,9	835.856	314.980	27,4
2013	PNAD	5-14	523.410	9,0	391.076	132.334	25,3

Fontes: FUNDAÇÃO ... – IBGE ([196-jb, tabela 2; 1973a, tabela 2; 1983h, tabelas 1.1 e 1.2; 1984a, tabela 2; 1991i, tabela 22; 1991h, tabela 1.2); INSTITUTO ... – IBGE (1998a, tabela 12; 2001 (tabela 1.1.1); 2008a, tabela 3.3.1; 2012b, tabela 1.3.1; 2014e, tabelas 1.1 e 4.35 relativas a 1992, 1996, 2001 e 2013; 2014a, tabela 1378; 2014d, anos de 2001 e 2006).

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

- (1) População rural para o grupo de idade estimada para os anos intercensitários. Embora os censos agropecuários utilizem a categoria “com menos de 14 anos”, para os cálculos dos percentuais não foi considerada a população de 0 a 4 anos de idade.
- (2) Para 2001 a PNAD publicou os dados para os grupos de idade de 5 a 9 anos e de 10 a 14 anos, e para 2006, aparecem os grupos de 5 a 9 anos e de 10 a 13 anos, mas não desagregados por sexo. Os valores apresentados para a faixa de 5 a 13 anos foram estimados com base na distribuição dos ocupados por idade a partir dos microdados da PNAD (INSTITUTO ... – IBGE, 2014d, anos de 2001 e 2006).

59. Ver, a respeito, o questionário utilizado no Censo Agropecuário de 2006, item 9, p. 6, disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/forum\\_questionario\\_censoagro2015/Modelo\\_Quest\\_PDA\\_CensoAgro2006.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/forum_questionario_censoagro2015/Modelo_Quest_PDA_CensoAgro2006.pdf)> (acesso em: 14 jul. 2014).

Dessa forma, o risco de que a informação deixa de ser captada tende a ser pequeno, pois a sequência de perguntas leva o entrevistado a ir progressivamente considerando todos aqueles que, de alguma maneira, de fato se ocupam com tarefas relacionadas à unidade da produção, mesmo que o trabalho que uma ou outra das pessoas realiza não seja por ele entendido como tal, mas como “ajuda” de um membro da família.

Na PNAD, para a “captação da pessoa ocupada na semana de referência”, é perguntado ao entrevistado, para cada pessoa, “se trabalhou na semana (...)” e também se “exerceu tarefas em cultivo, pesca ou criação de animais destinados à própria alimentação das pessoas moradoras no domicílio” (grifos nossos). Assim, é possível que, neste caso, parte considerável dos entrevistados respondam “não” por entenderem que a ajuda ou apoio aos familiares por parte da criança não configura atividade de “trabalho” ou realização de “tarefa”<sup>60</sup>.

Em segundo lugar, quanto à evolução do número e da proporção de crianças com até 13 anos trabalhando, pelos vários motivos já analisados, a comparabilidade dos dados oriundos dos censos agropecuários com os da PNAD fica prejudicada. Mas vale mencionar que desde 1985 os censos agropecuários apontam tendência continuada de declínio da população com até 13 anos ocupada. Entre 1985 e 2006, a diminuição teria sido de 74,1%, resultado só possível com um ritmo de queda, em média, de 6,24% a cada ano (em relação ao ano anterior).

Esse valor é muito próximo ao que se obtém (5,59%) calculando o mesmo indicador (ou seja, a média anual de variação em relação ao ano anterior) para o conjunto de crianças de cinco a catorze anos ocupadas em atividades agrícolas, de acordo com os dados da PNAD para o período entre 1992 (primeiro levantamento da PNAD com novo questionário) e 2006 (ano de censo agropecuário), evidenciando coerência entre estas duas fontes quanto à evolução da ocupação de crianças, ainda que sejam diferentes entre os dois tipos de levantamentos, os números a que chegaram e as metodologias que empregam.

Um terceiro aspecto que diferencia consideravelmente os dados obtidos pelos censos agropecuários daqueles obtidos pela PNAD diz respeito à participação das

---

60. Ver, a respeito, o questionário utilizado na PNAD de 2012, variáveis 9001 e 9003, p. 24, disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_anual/2012/q\\_pnad2012.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2012/q_pnad2012.pdf)> (acesso em: 14 jul. 2014).

meninas nas atividades agropecuárias. Nos censos agropecuários, as meninas sempre representaram contingente proporcionalmente mais expressivo das crianças com até 13 anos inseridas nas atividades laborais, variando entre 37,3% (em 1960) e 43,9% (em 2006) do total de crianças deste grupo de idade ocupadas. Para a PNAD, a participação feminina entre os que trabalham em tais atividades, no grupo de cinco a catorze anos, sempre foi menos expressiva, variando entre 28,9% (em 1992) e 25,3% (em 2013), apenas para mencionarmos os anos com dados apresentados na tabela 7.

Embora não tenhamos identificado elementos que nos ajudem a compreender tal diferença, ela nos parece coerente com a já mencionada hipótese de subdeclaração do trabalho de crianças à PNAD pelo seu não reconhecimento como tal, sendo provável que no caso das meninas, mais ainda que no dos meninos, o trabalho que realizam seja muitas vezes visto como mera “ajuda”.

De qualquer forma, é importante ressaltar que os dados dos censos agropecuários nos mostram ser necessário que busquemos aperfeiçoar as pesquisas domiciliares realizadas no país de maneira a podermos dimensionar melhor o envolvimento de crianças no trabalho precoce.

Também os próprios censos agropecuários deveriam ser melhorados para, pelo menos, permitir que as crianças e adolescentes ocupados sejam estratificados por grupos de idade e em conformidade com os padrões adotados nos demais levantamentos, pois ainda que apresente a vantagem de permitir a quantificação de todos com menos de 14 anos, não permite sequer sabermos quantos deles pertencem ao grupo de cinco a nove anos, por exemplo.

### **3.3 Evolução do mercado de trabalho e a ocupação das crianças**

Nesta seção utilizamos dados dos censos demográficos e da PNAD no intuito de relacionar a ocupação de crianças à dinâmica do mercado de trabalho.

Iniciamos com a análise sobre como evoluiu, ao longo do período aqui analisado, a ocupação das crianças de 10 a 14 anos por setor de atividade e posição na ocupação segundo o sexo. Os dados estão apresentados na tabela 8.

Neste caso, a opção pelo uso das informações oriundas dos censos demográficos, apesar das já discutidas limitações, se deve a dois motivos: a) a PNAD não permite “recuarmos” no tempo mais que até meados dos anos 70; b) para os grupos de idade esta fonte apresenta distinção apenas entre os trabalhadores em atividades agrícolas e não agrícolas, não apresentando a distribuição dos ocupados por setores de atividade econômica.

Não se pode esquecer que, conforme já discutido, entre diferentes levantamentos censitários realizados no período entre 1950 e 2010 ocorreram alterações quanto à conceituação da PEA. Entre estas alterações, as relativas aos períodos de referência dos levantamentos e às jornadas semanais de trabalho afetaram também a mensuração da população ocupada.

Mas, se por um lado, tais diferenças entre um levantamento e outro implicaram variações decorrentes de efeitos contábeis, por outro não os afetaram em magnitude suficiente para alterar as tendências gerais e o sentido da análise que se segue, inclusive porque as mudanças de maior vulto foram as realizadas no levantamento de 2000 e, como já apontado, elas praticamente se anulam quanto os resultados relativos à PEA e à população ocupada.

Quanto à distribuição por sexo, os dados da tabela 8 evidenciam importante crescimento proporcional da participação das meninas na população de 10 a 14 anos ocupada. Em 1950 elas representavam pouco mais de 1/5 do total, em 1980 eram 29,3%, e em 2010 elas eram 40,5% do total de pessoas ocupadas neste grupo de idade, refletindo o progressivo ingresso das mulheres no mundo do trabalho.

No que diz respeito à distribuição por setores de atividade econômica, os dados mostram que, embora a agropecuária tenha hoje evidentemente menor peso do que em meados do século passado, ela ainda é fortemente predominantemente quanto à participação de crianças de 10 a 14 anos em atividades econômicas, representando 45,1% dos ocupados em todas as atividades em 2010. Entre os meninos, a agropecuária ainda é responsável por pouco mais que a metade do total de ocupações.

**Tabela 8**

Evolução da população de 10 a 14 anos ocupada por setores de atividade econômica e posição na ocupação (em milhares) – Brasil (1950-2010)

setores e posições na ocupação por sexo (1)	1950		1970		1980		1991		2000		2010	
	n. a.	%	n. a.	%	n. a.	%	n. a.	%	n. a.	%	n. a.	%
setores de atividade	1.251	100,0	1.513	100,0	1.846	100,0	1.461	100,0	1.142	100,0	1.069	100,0
agropecuária	997	79,7	1.125	74,4	1.099	59,6	712	48,7	...	...	482	45,1
indústria	100	8,0	85	5,6	221	12,0	185	12,7	...	...	99	9,3
comércio	27	2,2	44	2,9	119	6,5	151	10,3	...	...	158	14,8
serviços	125	10,0	199	13,1	389	21,1	398	27,2	...	...	194	18,1
domésticos	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	75	7,0
mal definidas	2	0,2	60	4,0	17	0,9	15	1,0	...	...	136	12,7
masculino	982	78,5	1.136	75,1	1.300	70,5	1.032	70,6	772	67,6	636	59,5
agropecuária	848	67,8	950	62,8	897	48,6	594	40,7	...	...	321	30,0
indústria	68	5,4	57	3,8	163	8,8	145	9,9	...	...	70	6,6
comércio	24	1,9	38	2,5	101	5,5	123	8,4	...	...	102	9,6
serviços	40	3,2	42	2,8	126	6,8	157	10,7	...	...	77	7,2
domésticos	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	11	1,0
mal definidas	2	0,1	49	3,2	14	0,7	12	0,8	...	...	66	6,2
feminino	270	21,5	377	24,9	545	29,5	430	29,4	370	32,4	433	40,5
agropecuária	149	11,9	176	11,6	202	11,0	118	8,1	...	...	161	15,0
indústria	33	2,6	28	1,8	58	3,2	40	2,7	...	...	29	2,7
comércio	3	0,2	6	0,4	18	1,0	28	1,9	...	...	56	5,2
serviços	84	6,7	156	10,3	263	14,2	241	16,5	...	...	117	10,9
domésticos	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	64	6,0
mal definidas	0	0,0	11	0,7	3	0,2	3	0,2	...	...	70	6,5
posição na ocupação	1.250	100,0	1.513	100,0	1.822	100,0	1.461	100,0	1.142	100,0	1.069	100,0
empregados	436	34,8	480	31,7	976	53,6	860	58,9	466	40,8	354	33,1
conta própria	17	1,4	177	11,7	188	10,3	196	13,4	123	10,8	171	16,0
não remunerados	797	63,8	856	56,6	658	36,1	405	27,7	553	48,4	545	50,9
masculino	981	78,5	1.136	75,1	1.289	70,7	1.032	70,6	772	67,6	636	59,5
empregados	299	24,0	277	18,3	616	33,8	551	37,7	282	24,7	205	19,2
conta própria	12	1,0	148	9,8	145	7,9	154	10,5	89	7,8	113	10,6
não remunerados	669	53,6	711	47,0	528	29,0	327	22,4	400	35,0	318	29,7
feminino	269	21,5	377	24,9	533	29,3	430	29,4	370	32,4	433	40,5
empregados	136	10,9	203	13,4	359	19,7	310	21,2	184	16,1	148	13,9
conta própria	5	0,4	29	1,9	43	2,4	42	2,9	34	2,9	58	5,4
não remunerados	128	10,2	145	9,6	130	7,2	78	5,3	153	13,4	227	21,2

Fontes: CONSELHO ... – IBGE (1956b, tabela 22); FUNDAÇÃO ... – IBGE (1973a, tabela 21; 1983a, tabela 1.8; 1991a, tabela 5.16); INSTITUTO ... – IBGE (2003a, tabela 1.1.7; 2012c, tabelas 1.1.19 e 1.1.23).

Notas: Dados trabalhados pelo autor. Em 1950, dados relativos à data de referência, de 1970 a 1991, ao ano de referência, e em 2000 e 2010, à semana de referência do levantamento. As diferenças entre os totais e a soma das parcelas decorrem do arredondamento para apresentação dos dados em milhares. Os casos “sem declaração” quanto à posição na ocupação foram excluídos dos cálculos.

(1) As categorias adotadas para classificação da população ocupada por seções ou setores de atividade econômica, e por posição na ocupação sofreram alterações a cada levantamento. A agregação aqui adotada objetiva melhor comparabilidade. A indústria inclui construção civil. A categoria “conta própria” inclui os “empregadores”. A categoria “não remunerados” inclui os “não remunerados em ajuda a membro da família” e os “trabalhadores na produção para o próprio consumo”.



Como visto, quando confrontamos os números da PNAD e dos censos agropecuários, no caso das meninas é possível que os dados relativos à ocupação nas atividades agropecuárias estejam subdimensionados, mas ainda assim ela predomina amplamente.

Além disso, entre elas é muito grande o contingente das trabalhadoras em serviços domésticos, representando aproximadamente uma em cada sete ocupações das meninas de 10 a 14 anos de idade no ano de 2010.

Os números absolutos e relativos à distribuição das crianças de 10 a 14 anos quanto à posição na ocupação nos parecem reveladores da estreita ligação entre a evolução do trabalho infantil e a própria dinâmica do mercado de trabalho no país no período aqui analisado.

Neste grupo de idade as formas de trabalho não remunerado, que atualmente englobam os trabalhadores classificados nas categorias “em ajuda a membro da família” e “na produção para o próprio consumo”, predominaram até o início dos anos 70, quando representavam algo em torno de 60% do total de pessoas ocupadas no grupo de 10 a 14 anos.

No decorrer desta década e da seguinte ocorreu uma inversão, com o número de empregados ultrapassando a soma de trabalhadores não remunerados e por conta própria, e chegando a representar 53,6% do total em 1980 e 58,9% em 1991.

Esta tendência se verificou para ambos os sexos, sendo proporcionalmente mais forte entre as meninas. O número de empregados neste grupo de idade dobrou em uma década, passando de aproximadamente 480 mil em 1970 para algo em torno de 976 mil em 1980, e apesar do pequeno declínio quantitativo nos anos 80, em 1991 os 860 mil empregados representavam 58,9% do total de pessoas de 10 a 14 anos ocupadas.

O aumento no número de empregados e concomitante declínio no número de não remunerados observados nas décadas de 70 e 80 não significou que estivessem melhorando as condições de proteção de crianças e adolescentes no trabalho.

Desde a instituição do salário mínimo no Brasil em 1940, por meio do Decreto-Lei nº 2.162, de 1º de Maio de 1940, a legislação previu a hipótese de pagamento de meio salário mínimo “para os menores de 18 anos” (BRASIL, 1940, artigo 3º).

Confirmada pela CLT em 1943 (BRASIL, 1943, artigo 80), tal regra foi mantida ao longo do tempo, e embora tenham ocorrido algumas alterações em termos dos dispositivos legais que a regularam, em essência a norma foi mantida até recentemente, até ser revogada pela Lei nº 10.097, de 19 de Dezembro de 2000, que instituiu a obrigatoriedade de pagamento do “salário mínimo hora” mesmo ao aprendiz de 14 a 15 anos de idade (BRASIL, 2000b, artigos 1º e 3º) <sup>61</sup>.

Entretanto, tal dispositivo de proteção trabalhista nunca foi, em termos quantitativos, amplamente respeitado, e enquanto esteve em vigor beneficiou somente uma pequena minoria das crianças empregadas.

Além disso, entre meados dos anos 70 e o final dos anos 90, período para o qual dispomos de informações a respeito coletadas pela PNAD, foi sendo progressivamente cada vez mais desrespeitada pelos empregadores, permanecendo a grande maioria dos empregados de 10 a 14 anos na chamada informalidade, como mostram os dados relativos à proporção de empregados “com carteira assinada” ou contribuintes da previdência <sup>62</sup>.

Nos anos 90, o número de trabalhadores na posição de empregados declinou fortemente, chegando a 466 mil pessoas em 2000 (queda de 45,8% em relação a 1991), e os “não remunerados” voltaram a ser maioria após o expressivo crescimento (de 405 mil em 1991 para 553 mil em 2000) do número de ocupados nesta posição.

---

61. Quando instituído o salário mínimo, para ele foram previstos valores regionais, sendo a previsão de meio salário referenciada a estes valores, de forma que naquele momento (1940), os menores salários a serem legalmente pagos aos “menores de 18 anos” poderiam variar entre 45 mil réis, em municípios de várias regiões situadas em estados nordestinos, até 120 mil réis, no Distrito Federal (BRASIL, 1940, tabela A). O salário mínimo se tornou único em todo o território nacional somente em 1º de maio de 1984, mas foi mantido o valor do meio-salário mínimo para os “menores aprendizes” (BRASIL, 1984, artigo 2º).

62. Em 1976, primeiro levantamento da PNAD nacional com dados a respeito, o número estimado de empregados de 10 a 14 anos de idade com carteira assinada foi 130.588, correspondendo a 14,3% dos empregados e a 5,2% dos ocupados. Em 1981, ano de forte crise econômica, o número havia diminuído para 96.040, representando 8,2% dos empregados e 3,7% dos ocupados. Em 1990, o número havia crescido um pouco, para 116.945, representando 8,6% dos empregados e 4,1% dos ocupados. Em 1999, um ano antes da revogação do mencionado dispositivo do meio salário mínimo, a PNAD não publicou a tabela sobre a carteira de trabalho assinada pelo empregador por grupos de idade, mas o número de contribuintes para instituto de previdência, que nos levantamentos anteriores era praticamente correspondente ao de empregados com carteira assinada, foi estimado em apenas 24.012, correspondendo a 4,31% dos empregados e 0,9% dos ocupados no mesmo grupo de idade (FUNDAÇÃO ... – IBGE, 1978, tabelas 15 e 32; 1983i, tabelas 3.12 e 3.16; 1993, tabelas 3.7 e 3.21; INSTITUTO ... – IBGE, 2000b, tabelas 4.9 e 4.19).

Dessa forma, nos anos 90, a queda na ocupação de crianças de 10 a 14 anos decorreu exclusivamente da redução do número de empregos (quase 400 mil a menos), mas essa queda foi parcialmente anulada pelo aumento do número de trabalhadores não remunerados (aproximadamente mais 150 mil ocupados nesta posição).

Na década passada, a tendência de queda do número de empregados continuou, mas sofreu desaceleração, declinando 24,2% entre 2000 e 2010 (menos 113 mil empregados). Mas este “avanço” foi parcialmente contrabalançado pelo aumento de quase 48 mil ocupados por “conta própria”, enquanto o número de “não remunerados” praticamente não se alterou. Em 2010, os “não remunerados” representavam 50,9% do total de crianças de 10 a 14 anos ocupadas, predominando tanto entre os meninos quanto entre as meninas.

Mas, o que chama atenção a respeito da evolução recente da distribuição do número de ocupados entre os dois sexos, é que no decorrer da década passada, o avanço alcançado com a diminuição de algo em torno de 82 mil meninos ocupados não remunerados entre 2000 e 2010, foi quase inteiramente perdido pelo aumento de mais de 74 mil meninas ocupadas na mesma posição. Assim, em 2010, pela primeira vez, a proporção de meninas entre as crianças de 10 a 14 anos ocupadas superou 40% <sup>63</sup>.

Nos períodos intercensitários aqui analisados, a evolução da ocupação e, sobretudo, do emprego do grupo de 10 a 14 anos de idade, parece fortemente associada à evolução do mercado de trabalho como um todo.

O gráfico 17 permite observarmos, para os períodos intercensitários, as taxas médias geométricas de crescimento anual da população em idade ativa, do total de empregados, e do total de ocupados de 10 a 14 anos, entre os quais os ocupados na posição de empregados e nas posições de não remunerados e por conta própria.

Durante todo o período em questão, as taxas de crescimento (positivas ou negativas) do total de ocupados de 10 a 14 anos ficaram situadas abaixo do

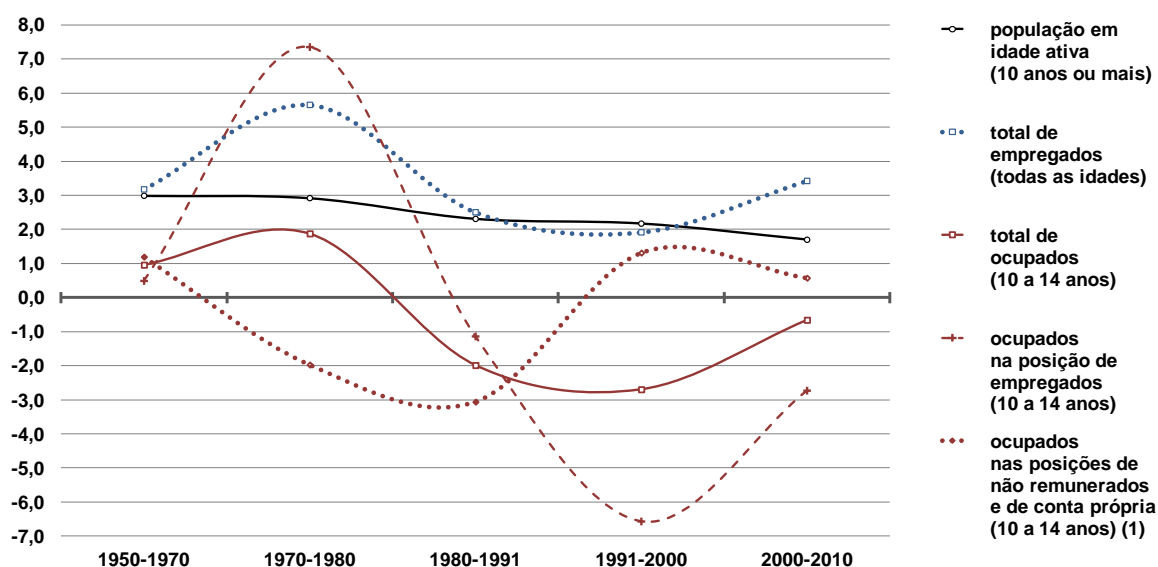
---

63. Os resultados da PNAD são diferentes. O levantamento de 2011, que resultou pequena diferença comparativamente ao censo demográfico de 2010 quanto ao total de crianças de 10 a 14 anos ocupadas (40 mil a menos), estimou distribuição entre os sexos muito distinta, com aproximadamente 80 mil meninos a mais e 120 mil meninas a menos do que os totais encontrados pelo censo para os dois sexos (INSTITUTO ... – IBGE, 2012c, tabela 1.1.10; 2012e, tabela 4.9).

crescimento da população em idade ativa, o que se mostra coerente com as já analisadas mudanças ocorridas no país quanto à composição demográfica da população e às mudanças no mercado de trabalho associadas ao processo de urbanização. Mas, vejamos de que forma evoluíram, em cada período aqui considerado, as demais variáveis apresentadas no gráfico 17.

### Gráfico 17

Taxas médias geométricas de crescimento anual, nos períodos intercensitários, da população em idade ativa, do total de empregados, e dos totais de ocupados, empregados, e ocupados nas posições de não remunerados e por conta própria no grupo de 10 a 14 anos de idade (%) – Brasil (1950 a 2010)



Fontes: CONSELHO ... – IBGE (1956b, tabela 22); FUNDAÇÃO ... – IBGE (1973a, tabela 21; 1983a, tabela 1.8; 1991a, tabela 5.16); INSTITUTO ... – IBGE (2003a, tabelas 1.1.1 e 1.1.7; 2012c, tabelas 1.1.1, 1.1.19 e 1.1.23).

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

As curvas foram suavizadas de forma a permitir melhor visualização.

(1) A categoria “conta própria” inclui os “empregadores”. A categoria “não remunerados” inclui os “não remunerados em ajuda a membro da família” e os “trabalhadores na produção para o próprio consumo”.

Entre 1950 e 1970 a ocupação da população de 10 a 14 anos cresceu em ritmo próximo a 1,0% ao ano, principalmente na posição de trabalhadores por “conta própria”. Mas, embora positivo, o crescimento na ocupação neste grupo de idade ficou muito abaixo do ritmo de expansão do emprego naquelas duas décadas, que foi da ordem de 3,2% ao ano, ritmo um pouco acima do observado para o

crescimento da população em idade ativa (3,0% ao ano), com o número de empregados evoluindo de aproximadamente 8,7 milhões em 1950 para 16,2 milhões em 1970.

Nos anos 70, no qual ocorreu forte aquecimento do mercado do trabalho no país, com o emprego evoluindo positivamente em ritmo muito superior (5,7% ao ano, aproximadamente) ao do próprio crescimento da população em idade ativa (10 anos ou mais), o ritmo de expansão dos empregos no grupo de idade de 10 a 14 anos foi ainda mais intenso (7,4%). Em contrapartida, nesta faixa etária declinou o conjunto de trabalhadores não remunerados e por conta própria (retração de 2,0% ao ano), resultando em expansão de 1,9% ao ano do total de ocupados.

Nos anos 80, quando o ritmo de criação de novos empregos declinou fortemente, com o emprego crescendo praticamente em ritmo “vegetativo” (ou seja, quase na mesma medida da população), teve início o processo de efetiva diminuição do trabalho de crianças de 10 a 14 anos, ocorrendo retração no número de empregos e tendo continuidade a queda do número de trabalhadores “não remunerados”.

Nos anos 90 o ritmo de criação de empregos, embora continuasse positivo, declinou ainda mais, e sequer foi suficiente para acompanhar o crescimento da população em idade ativa. Essa foi então a década de mais forte retração do número de empregados de 10 a 14 anos, mas ao contrário do que vinha ocorrendo até então, voltou a crescer, neste grupo de idade, o número de trabalhadores não remunerados.

Na década passada, na qual finalmente o mercado de trabalho teve novo impulso, com saldo líquido de mais 17,5 milhões de empregos no país, continuou declinando o emprego entre crianças de 10 a 14 anos. Mas, conforme mostra a comparação dos dados dos dois últimos censos demográficos, o ritmo de redução diminuiu sensivelmente, passando a 2,7% ao ano, contra a média anual de 6,6% observada na década anterior. Além disso, no mesmo grupo de idade, praticamente se estagnou o número de ocupados na posição de não remunerados, e voltou a crescer o de trabalhadores por conta própria.

O que mais chama atenção no gráfico 17, que utiliza somente dados censitários, é a estreita associação, em todo o período analisado, entre o ritmo de expansão do

emprego no país da população como um todo, e o de ocupação das pessoas de 10 a 14 anos, conforme evidenciam as curvas referentes a essas duas variáveis.

Até 1980, quando o ritmo de expansão do emprego da população como um todo foi elevado, a expansão do número de pessoas de 10 a 14 anos ocupadas também evoluiu positivamente, ocorrendo intensificação dos dois processos quando comparamos a década de 70 com o período anterior (entre 1950 e 1970).

A partir daí, nas duas décadas seguintes, nas quais a capacidade de criar empregos da economia brasileira declinou fortemente (após o ritmo anual de expansão de 5,7% verificado nos anos 70, passou para 2,5% nos anos 80 e para 1,9% nos anos 90), a ocupação no grupo de idade de 10 a 14 anos diminuiu em termos absolutos, ocorrendo retração anual média de 2,0% na década de 80, e ainda mais acentuada entre 1991 e 2000, quando correspondeu a 2,7% ao ano, em média.

Por fim, quando na década passada o crescimento do emprego voltou a patamar bem mais elevado (crescimento de 3,4% ao ano, em média), a ocupação do grupo de 10 a 14 anos não voltou a crescer, mas o ritmo de sua retração perdeu força. Assim, a comparação entre as três últimas décadas mostra que, neste grupo de idade, após o ritmo anual de retração do número de ocupados ter sido de 1,99% entre 1980 e 1991, e ainda maior entre 1991 e 2000, quando ocorreu retração de 2,70% ao ano, em média, nos anos 2000 o ritmo de retração perdeu força, correspondendo a apenas 0,66% ao ano, em média.

E, além disso, se por um lado, o número de ocupados de 10 a 14 anos na posição de empregados vem se reduzindo desde os anos 80, por outro, desde os anos 90 vem ocorrendo o oposto com o conjunto dos ocupados nas demais posições, cujo número vem crescendo positivamente (tabela 8, p. 207).

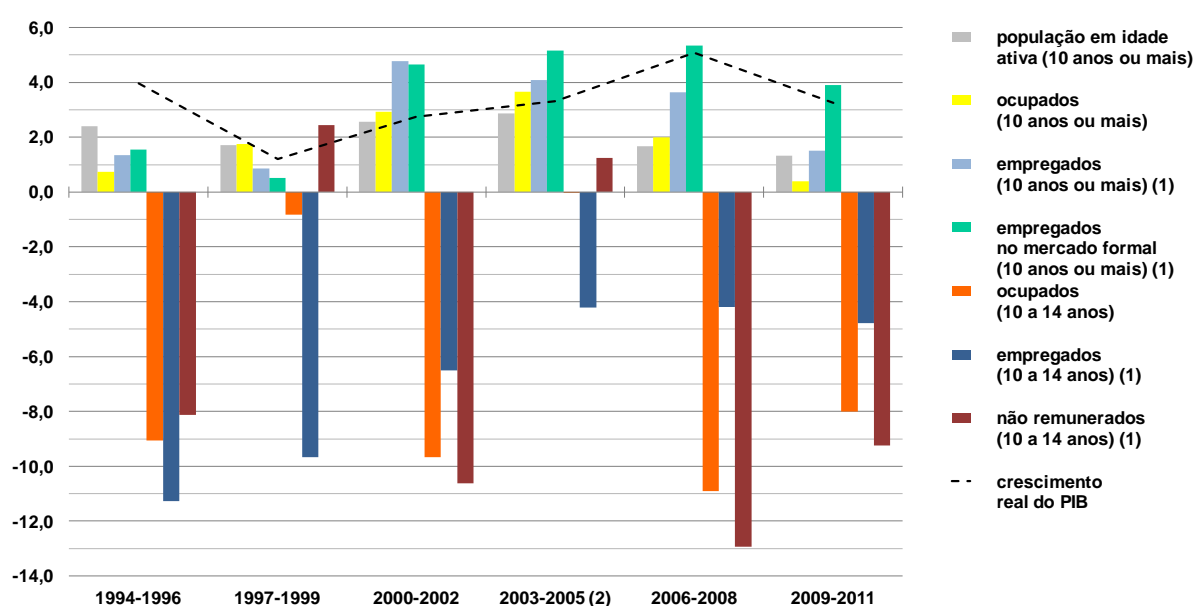
Entretanto, para o período mais recente, as conclusões a que nos levam os dados dos censos demográficos quanto à evolução da ocupação de crianças e à distribuição por posição na ocupação devem ser relativizados, já que a série de levantamentos realizados pela PNAD estimou ocupação muito mais expressiva desde pelo menos os anos 80 (gráfico 16, p. 191).

Para melhor confronto entre os dados relativos à evolução recente do mercado de trabalho e à ocupação das crianças de 10 a 14 anos, o gráfico 18 utiliza informações

da série de levantamentos realizados pela PNAD a partir da adoção do novo questionário em 1992.

### Gráfico 18

Taxas médias geométricas de crescimento anual da população em idade ativa, dos ocupados, dos empregados e dos empregados no mercado formal de trabalho com 10 anos ou mais, dos ocupados de 10 a 14 anos nas posições de empregados e de não remunerados, e do Produto Interno Bruto (%) – Brasil (1994-2011)



Fontes: FUNDAÇÃO ... – IBGE (1997b); INSTITUTO ... – IBGE (1997b; 2000b; 2003c; 2006b; 2009a; 2012e); (INSTITUTO ... – IPEA, 2014, *variação real anual do PIB*). Nas publicações do IBGE relativas a cada ano, os dados foram extraídos das tabelas 4.2, 4.19 e 4.21.

Notas: Dados trabalhados pelo autor. As curvas foram suavizadas de forma a permitir melhor visualização.

- (1) A categoria “empregados” engloba os “empregados” e os “trabalhadores domésticos”. Os não remunerados de 10 a 14 anos incluem os ocupados nas posições de “conta própria”, “empregadores”, “não remunerados”, “trabalhadores na produção para o próprio consumo” e “trabalhadores na construção para o próprio uso”. Os empregados no mercado formal são os empregados e trabalhadores domésticos “com carteira de trabalho assinada” e os “militares e funcionários públicos estatutários”.
- (2) A variação positiva do trabalho não remunerado decorre da inclusão, em 2004, da zona rural de seis Estados da Região Norte no levantamento.

Eles permitem compararmos como evoluíram, nos períodos trienais decorridos entre 1994 e 2011, algumas variáveis relativas ao mercado de trabalho. Os dados expressam as taxas médias de variação anual de cada indicador nos períodos em questão, sendo assumidos como pontos de partida os valores apurados em 1993 para cada uma das variáveis.

Os três primeiros triênios praticamente coincidem com o mandato Fernando Henrique, que assumiu o Ministério da Fazenda em 1993 e logo, na esteira do Plano Real, se elegeu Presidente da República em 1994, e novamente em 1998.

Mas, apesar da estabilização da moeda em julho de 1994, até 1996 as oportunidades no mercado de trabalho sequer se igualaram à taxa de crescimento da população em idade ativa. Ainda assim no contexto do fim do chamado “imposto inflacionário”, o imediato alívio da pobreza dos primeiros anos veio acompanhado de forte queda da ocupação das crianças de 10 a 14 anos.

O triênio 1997-1999 termina no primeiro ano do segundo mandato, que foi iniciado com forte crise cambial, que se refletiu na queda da taxa de crescimento. As dificuldades com o mercado de trabalho foram ainda maiores, com o emprego crescendo menos que 1% ao ano. E muito embora este período tenha sido marcado também, no plano das políticas sociais, pela emergência da agenda de combate ao trabalho infantil, com o governo federal lançando o PETI, inicialmente em apoio às amplamente analisadas iniciativas subnacionais de Mato Grosso do Sul (carvoarias), Bahia (sisal) e Pernambuco (canaviais), a ocupação de crianças de 10 a 14 anos deixou de declinar e praticamente se manteve estagnada no mesmo patamar do triênio anterior, pois ainda que o emprego nesta faixa etária tenha declinado ao ritmo de quase 10% ao ano, o trabalho não remunerado, majoritário, voltou a crescer quase 2,5% ao ano.

No período 2000-2002, último do mandato Fernando Henrique, a economia começa a recuperar fôlego, e finalmente o emprego começa a crescer acima da própria ocupação, em torno de 5% ao ano, sendo quase iguais os ritmos de expansão dos mercados formal e informal. Associada a este alívio, a ocupação de crianças de 10 a 14 anos volta a declinar mais fortemente (9,7% ao ano), com o trabalho não remunerado declinado ainda mais que o emprego (respectivamente 10,6% e 6,5% ao ano). Este é também o período no qual o PETI amplia fortemente sua cobertura (gráfico 4, p. 50).

Os três triênios seguintes abarcam os dois mandatos Lula e o primeiro ano do governo Dilma. Este período foi marcado por crescimento da economia e forte expansão do emprego, em patamar consideravelmente superior ao do crescimento potencial da oferta (população em idade ativa) e, principalmente, pela expansão do trabalho protegido (formal), que entre 2002 e 2011 cresceu, em média, 4,8% ao ano.



O processo de redução do trabalho infantil continuou expressivo, e se mostrou tanto mais acentuado quanto foi forte o crescimento do emprego protegido. O crescimento do trabalho não remunerado no grupo de 10 a 14 anos (e conseqüentemente a estagnação do número de ocupados) no período 2003-2005 decorreu, em ampla medida, de questões contábeis, uma vez que em 2004 a zona rural da Região Norte passou a ser coberta pela PNAD <sup>64</sup>.

Assim, no período como um todo, ou seja, entre 1993 e 2011, sempre em termos de médias anuais, enquanto o produto cresceu 3,3% ao ano, a população em idade ativa cresceu 2,1% e o número de ocupados evoluiu ao ritmo de 1,9%, os empregos cresceram em ritmo superior (2,7%), sendo este crescimento “puxado” pelo emprego protegido pela legislação do trabalho (3,5% ao ano), com o ritmo de expansão sendo mais intenso de 2003 em diante. Estas mudanças se refletiram, obviamente, em redução da ocupação de crianças de 10 a 14 anos ao ritmo de 6,5% ao ano, intensidade que se revelou tanto na redução do emprego (6,8%) quanto na redução das ocupações não remuneradas para esta parcela da população (6,4%).

Outros dados poderiam ser acrescentados de forma a reforçar a ideia central de que a incidência do trabalho infantil no conjunto do país está fortemente associada aos ciclos de desenvolvimento socioeconômico, à estrutura e evolução do mercado de trabalho, e às objetivas condições de vida das parcelas mais pobres da população. Vale mencionar, por exemplo, que no período de 20 anos decorridos entre 1992 e 2012 a proporção de domicílios pobres no país declinou de 35,0% para 12,3%, e os extremamente pobres passaram de 15,4% para 4,6% <sup>65</sup>.

Mas a busca da associação entre trabalho infantil e outros fatores será o tema de nosso interesse na próxima seção, na qual analisaremos a ocupação das crianças à luz das desigualdades regionais.

---

64. Na prática isso significou que a contabilidade relativa às ocupações em trabalho não remunerado da população de 10 a 14 anos na Região Norte se elevasse 236,7% em apenas um ano, passando de 57,7 mil em 2003 para 194,5 mil em 2004.

65. Para os dois indicadores o IPEA utiliza os dados da PNAD, calculando a proporção de domicílios pobres como a porcentagem daqueles “com renda domiciliar *per capita* inferior à linha de pobreza, [que corresponde ao] dobro da linha de extrema pobreza, uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS. São estimados diferentes valores para 24 regiões do país” (INSTITUTO ... – IPEA, 2014).

Quanto à evolução da participação de crianças no trabalho no Brasil, apesar de alguns limites relacionados às fontes com dados disponíveis, e mesmo das divergências entre elas, a análise dos indicadores analisados autoriza concluirmos, em síntese, que:

- i) desde os anos 50 vem predominando no Brasil o adiamento do ingresso no mundo do trabalho, tendo havido considerável avanço a respeito desde então já que, em média, praticamente dobrou a idade na qual as pessoas começam a trabalhar;
- ii) apesar deste avanço, parece terem se acentuado as diferenças entre o urbano e o rural quanto à idade de início no trabalho;
- iii) nem sempre taxas mais elevadas de crescimento econômico se refletem na redução do trabalho infantil, como mostra a experiência brasileira dos anos 70, da mesma forma que o aumento ou estagnação da proporção de crianças economicamente ativas ou ocupadas não é consequência necessária dos limites do crescimento como evidenciado nos anos 80;
- iv) no contexto brasileiro recente a evolução da ocupação infantil está fortemente vinculada à dinâmica do mercado de trabalho.

Mas se estas são tendências válidas para o conjunto do país, vejamos em que medida podemos associar os diferenciais de ocupação das crianças às desigualdades regionais existentes no país, analisando dados relativos aos Estados brasileiros.

### **3.4 Desigualdades regionais e fatores associados ao trabalho infantil nos Estados brasileiros**

Nesta seção nosso objetivo é identificar se, e em que medida, as diferenças entre os estados brasileiros quanto às taxas de atividade do grupo de idade de 10 a 14 anos

no período recente estão associadas a variáveis de produção e renda, demografia e urbanização, perfil do mercado de trabalho, e gasto público.

Iniciamos utilizando um conjunto de seis estados para uma breve discussão, nos moldes da desenvolvida na seção anterior, relativa à evolução das taxas de atividade desde meados do século passado.

Em seguida, de forma similar ao que fizemos no capítulo 2 nas seções relativas à comparação entre países, trabalhamos com dados recentes sobre o trabalho infantil para analisar a correlação entre sua incidência no conjunto dos Estados brasileiros e outros indicadores.

De forma a ilustrar as diferenças regionais relativas à participação de crianças em atividades econômicas, selecionamos um conjunto de seis Estados, buscando-se garantir ao menos um de cada região do país, sendo a escolha motivada pelos seguintes critérios:

- i) Pará, por ser o Estado mais populoso da Região Norte;
- ii) Pernambuco e Ceará por serem Estados nordestinos que, no período recente, apresentam diferentes trajetórias quanto à redução das taxas de atividade no grupo de 10 a 14 anos de idade;
- iii) São Paulo, em função de seu peso econômico e populacional;
- iv) Santa Catarina, em função das taxas de atividade no grupo de 10 a 14 anos relativamente elevadas frente a outros indicadores de desenvolvimento socioeconômico que apresenta;
- v) Mato Grosso do Sul, em função do pioneirismo na implantação do PETI.

A tabela 9 apresenta a evolução de alguns indicadores para o país e para cada um destes Estados, de forma a evidenciar diferenças regionais quanto à evolução, desde 1950, do crescimento econômico, urbanização e taxas de atividade da população de 10 a 14 anos.

A opção pelos dados censitários decorre, mais uma vez, da possibilidade de analisarmos a evolução das variáveis em prazo mais longo. Além disso, para algumas variáveis, as estimativas da PNAD para os Estados menos populosos podem apresentar distorções que comprometem os resultados.

**Tabela 9**

Crescimento do PIB e da população, taxas de urbanização, população e taxas de atividade no grupo de 10 a 14 anos de idade – Brasil e Estados selecionados (1940-2010)

Indicadores e Estados selecionados	1940-1950	1950-1960	1960-1970	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2010
<b>Crescimento anual médio do PIB (%) (1)</b>							
Brasil	4,8	5,7	7,7	10,3	1,9	2,7	3,6
Pará	0,6	9,2	5,3	14,2	4,4	0,0	6,2
Mato Grosso do Sul	0,8	11,0	8,5	15,2	1,0	2,3	5,5
Ceará	4,8	5,0	4,4	11,0	3,5	3,2	4,4
Pernambuco	3,5	4,6	5,8	8,8	3,1	0,0	4,7
São Paulo	5,8	5,7	9,1	9,8	1,2	2,9	2,8
Santa Catarina	5,4	6,4	8,0	12,6	2,4	3,2	4,6
<b>Crescimento anual médio da população (%)</b>							
Brasil	2,3	3,1	2,8	2,5	1,9	1,6	1,2
Pará	2,1	3,2	3,5	4,6	3,5	2,5	2,0
Mato Grosso do Sul	2,6	6,3	5,7	3,2	2,4	1,7	1,7
Ceará	2,6	2,0	2,9	1,9	1,7	1,7	1,3
Pernambuco	2,4	1,9	2,4	1,8	1,4	1,2	1,1
São Paulo	2,4	3,5	3,3	3,5	2,1	1,8	1,1
Santa Catarina	2,8	3,2	3,1	2,3	2,1	1,8	1,6
<b>Taxa de urbanização no ano final (%)</b>							
Brasil	34,9	45,0	55,9	67,6	75,6	81,2	84,4
Pará	34,6	40,6	47,1	49,0	52,5	66,5	68,5
Mato Grosso do Sul	40,2	38,9	45,3	67,1	79,4	84,1	85,6
Ceará	25,5	33,5	40,8	53,1	65,4	71,5	75,1
Pernambuco	34,4	44,8	54,5	61,6	70,9	76,5	80,2
São Paulo	53,3	62,7	80,3	88,6	92,8	93,4	95,9
Santa Catarina	23,2	32,3	43,0	59,4	70,6	78,7	84,0
<b>População de 10 a 14 anos no ano final (milhares)</b>							
	6.309	8.561	11.859	14.253	17.050	17.354	17.167
<b>Taxa de atividade (10 a 14 anos) no ano final (%) (2)</b>							
Brasil	20,1	...	12,8	14,5	10,5	9,4	7,4
urbano	11,5	...	6,1	9,7	8,2	7,3	5,4
rural	24,1	...	20,6	22,7	16,6	16,6	15,9
Pará	12,9	...	9,1	10,1	8,4	10,5	10,5
urbano	4,9	...	3,1	5,3	6,3	7,1	6,0
rural	16,9	...	15,0	14,9	10,7	16,4	18,4
Mato Grosso do Sul (3)	12,9	...	14,0	18,2	12,3	10,1	7,0
urbano	4,8	...	5,8	15,2	11,3	9,5	5,8
rural	17,2	...	20,5	24,3	16,3	13,3	13,1
Ceará	22,2	...	17,0	17,0	12,5	11,5	7,7
urbano	13,9	...	7,6	9,2	8,6	8,1	5,7
rural	24,8	...	23,3	25,2	19,1	18,6	12,8
Pernambuco	25,1	...	12,4	16,6	11,1	10,3	7,9
urbano	8,9	...	4,0	8,8	7,6	7,3	5,1
rural	32,0	...	22,1	28,1	18,5	18,1	16,7
São Paulo	23,3	...	11,1	13,5	9,4	6,5	4,8
urbano	16,1	...	8,5	12,1	8,9	6,4	4,7
rural	29,8	...	20,2	21,9	14,6	7,9	7,3
Santa Catarina	15,8	...	12,4	16,4	12,6	11,0	8,6
urbano	11,9	...	4,3	10,8	7,8	7,0	5,7
rural	16,9	...	18,0	23,3	23,3	24,9	22,0

Fontes: CONSELHO ... – IBGE (1954, 1955a, 1955b, 1955c, 1956a, 1956b, 1956c), tabelas 4 e 28; FUNDAÇÃO ... – IBGE ([196-], vários volumes, tabela 1; 1973, vários volumes, tabelas 10, 20 e 21; 1983, vários volumes, tabela 1.1; 1991, vários volumes, tabela 5.4); INSTITUTO ... – IBGE (2014a, tabela 3901); INSTITUTO ... – IPEA (2014).

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

- (1) Valores calculados a partir dos dados constantes em IPEA (2014) para o PIB estadual a preços constantes. Para o período 1940-1950 foram utilizados os dados de 1939 e 1950. Os dados constantes até 1975 para o Mato Grosso do Sul são referentes ao antigo Estado do Mato Grosso.
- (2) A definição da PEA, na qual estão baseadas os cálculos relativos às taxas de atividade, sofreu alterações nos censos realizados entre 1950 e 2010. Para os anos de 1950 e 1970, a distribuição entre rural e urbano foi estimada com base na população ocupada no setor primário. Os dados da PEA para 1960 estão agregados apenas para o grupo de idade de 10 a 19 anos.
- (3) Até 1970, dados relativos ao antigo Estado do Mato Grosso.

No que diz respeito ao crescimento econômico, chama atenção a drástica redução das taxas anuais de expansão do PIB a partir da década de 80 comparativamente à evolução que vinha se processando desde os anos 50.

Existe farta literatura a respeito tanto das importantes transformações no capitalismo internacional desde o fim dos chamados anos dourados, quanto da crise que, a partir dos 80, afetou fortemente as economias periféricas, sobretudo as da América Latina. De forma a situar a magnitude do que ocorreu, para efeito ilustrativo basta comparar o ritmo de crescimento da economia brasileira e dos países ricos em cada década desde 1960.

Conforme os dados disponibilizados pelo Banco Mundial (2014a), a média das taxas anuais de crescimento real do PIB brasileiro variou da seguinte forma: 6,19% entre 1961 e 1970, 8,51% em 1971-1980, 1,66% em 1981-1990, 2,56% em 1991-2000 e 3,64% em 2001-2010.

Nos mesmos períodos, as médias observadas para o conjunto de 31 países-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, classificados pelo Banco Mundial como de alta renda, foram, respectivamente, 5,30%, 3,38%, 3,19%, 2,68% e 1,54%.

Voltando ao caso brasileiro, no período apresentado na tabela 9, em geral o crescimento verificado nos Estados selecionados oscilou em torno das taxas verificadas para o conjunto do país, tendo sido ligeiramente mais acentuado em Santa Catarina (em todas as décadas), e no Mato Grosso do Sul e Pará, nos quais o produto cresceu acima da média nacional em quatro das sete décadas consideradas na mesma tabela.

Na outra ponta, Pernambuco cresceu menos que o país na maior parte do período em questão, apesar da recuperação ligeiramente acima da média nacional nos anos 90 e na década passada.

Quanto ao crescimento populacional, se destacam os Estados do Mato Grosso do Sul, Pará, São Paulo, e Santa Catarina, nos quais o ritmo anual de crescimento populacional foi maior que o da União em todas ou quase todas as décadas analisadas, ocorrendo o oposto nos dois estados nordestinos, principalmente em Pernambuco, cuja população vem crescendo continuamente em ritmo mais lento que a do país desde 1950.

Com a exceção de São Paulo, que já em 1950 apresentava taxa de urbanização superior a 50%, em meados do século passado os demais Estados selecionados apresentavam taxas de urbanização inferiores à do conjunto do país (34,9%). Desde então o processo de urbanização foi contínuo em todo o país, mas em 2010 as taxas de urbanização no Pará (68,5%) e no Ceará (75,1%) ainda permaneciam inferiores à do país (84,4%), enquanto em São Paulo já era de 95,9%. O Estado de Santa Catarina chama atenção por apresentar taxas de urbanização mais elevadas apenas no período mais recente, já que em 1970 “apenas” 43,0% de sua população residiam em áreas urbanas.

A característica comum a todos os Estados é que a década de 70 foi, para todos, a de maior crescimento econômico, e também a única na qual, em todos eles, as taxas de atividade da população de 10 a 14 anos aumentaram.

Quanto à evolução das taxas de atividade da população de 10 a 14 anos, os Estados selecionados seguiram trajetórias diferenciadas, principalmente quando comparamos as populações urbana e rural. De forma geral, as diferenças entre as taxas de atividade verificadas para os moradores em domicílios urbanos e para os que residem em domicílios rurais permanecem agora tão ou mais distantes entre si quanto eram em 1950.

Para o conjunto do país, tais diferenças se tornaram proporcionalmente ainda mais acentuadas em 2010 do que eram em 1950, mas enquanto em Pernambuco e São Paulo elas se reduziram ligeiramente, em Santa Catarina se acentuaram fortemente.

Neste Estado, a taxa de atividade na zona rural em 1980 era pouco mais do que o dobro que a verificada entre moradores em domicílios urbanos, mas em 2010 atingia valor quase quatro vezes maior na zona rural (22,0%) comparativamente à zona urbana (5,7%). Após ter crescido entre 1950 e 1980, desde então a taxa de atividade da população rural de 10 a 14 anos se mantém praticamente estagnada em Santa Catarina, sendo atualmente a mais elevada entre os seis Estados aqui analisados, superando Estados com indicadores socioeconômicos muito mais desfavoráveis, como o Pará, no qual inclusive a taxa de atividade na zona rural cresceu de 10,7% (em 1991) para 18,4% (em 2010), e também Pernambuco, onde foi observado pouco progresso a respeito entre 1991 (18,5%) e 2010 (16,7%).

Ainda em relação à evolução das taxas de atividade na zona rural, trajetória bem diferente da que ocorreu nestes Estados foi a verificada em São Paulo, Ceará e Mato Grosso do Sul. O primeiro se destaca por ter apresentado a queda proporcionalmente mais acentuada nas taxas de atividade na zona rural entre 1950 e 2010, com a maior parte desta redução tendo ocorrido entre 1980 e 2000. Assim, se em 1950, São Paulo apresentava taxa de atividade na população rural de 10 a 14 anos (29,8%) que superava a verificada para o conjunto do país (24,1%), em 2000 a situação se invertera, com a taxa verificada em São Paulo (7,9%) sendo menos que a metade da verificada no país (16,6%).

Mato Grosso do Sul e Ceará também se destacam positivamente a respeito. Após as taxas de atividade na zona rural terem atingido, em 1980, o ápice do período aqui analisado (respectivamente, 24,3% e 25,2%), declinaram continuamente, chegando em 2010 a patamares bastante inferiores (13,1% no Mato Grosso do Sul e 12,8% no Ceará), menores inclusive que a média nacional (15,9%). No caso do Ceará, grande parte do avanço foi obtido na década passada.

Quanto às taxas de atividade entre moradores em domicílios urbanos o cenário é diferente. Em primeiro lugar, por serem atualmente pequenas as diferenças entre os vários Estados, com as taxas verificadas em 2010 variando entre o mínimo de 4,7% em São Paulo e o máximo de 6,0% no Pará. Assim, a ocorrência do trabalho infantil parece estar mais estreitamente associada às diferenças entre o rural e o urbano do que às diferenças regionais em termos de desenvolvimento socioeconômico. Pernambuco, por exemplo, apresentava em 2010 uma taxa de atividade no grupo de 10 a 14 anos residente em domicílios urbanos ligeiramente inferior (5,1%) às verificadas em âmbito nacional (5,4%) e em Santa Catarina (5,7%), Estado com indicadores de pobreza urbana bem menos desfavoráveis.

Em segundo lugar, porque as áreas urbanas apresentaram, comparativamente ao que ocorreu na zona rural, avanço mais expressivo em termos de redução das taxas de atividade. Em âmbito nacional, a redução das taxas de atividade no grupo de 10 a 14 anos foi mais expressiva nas áreas urbanas tanto no subperíodo 1950-1980, quanto entre 1980 e 2010.

Entretanto, aqui também há diferenças entre os Estados. No Pará, ocorreu aumento das taxas até 2000, e só a partir de então foi verificado pequeno declínio. No caso do Mato Grosso do Sul a comparação do período anterior a 1970 deve ser

relativizada já que os dados apresentados na tabela 9 são referentes ao antigo Estado do Mato Grosso. Mas, desde 1980 as taxas de atividade entre moradores em domicílios urbanos vêm declinando continuamente, sendo a redução proporcionalmente maior que a verificada no conjunto do país, da mesma forma que aconteceu em São Paulo.

Pernambuco, Ceará e Santa Catarina são Estados que, desde 1980, vêm apresentando ritmo de queda das taxas de atividade entre moradores da zona urbana bastante similar ao verificado para o conjunto do país.

Ainda que as variações nas taxas de atividade no período analisado devam ser vistas com a devida cautela em função das já mencionadas mudanças introduzidas nos sucessivos recenseamentos quanto à definição da PEA, os dados analisados mostram, em síntese, que diferenças regionais e principalmente entre o rural e o urbano parecem fortemente associadas tanto às taxas de incidência de trabalho no grupo de 10 a 14 anos quanto à própria evolução das mesmas taxas.

Isso reforça a necessidade de que, para o período recente, analisemos em maior detalhe e de forma mais desagregada o que vem ocorrendo quanto ao trabalho de crianças e adolescentes nos diversos Estados do país. Para isso, nos mesmos moldes da discussão desenvolvida no capítulo anterior (seção 2.4), confrontaremos para os Estados brasileiros um conjunto de indicadores relativos à produção e renda, demografia e urbanização, mercado de trabalho, e gasto público, com as taxas de atividade no grupo de 10 a 14 anos de idade, investigando a associação entre esta variável e aqueles indicadores.

A tabela 10 apresenta os dados que reunimos a respeito. As variáveis apresentadas são idênticas ou, em alguns casos, muito similares às apresentadas na tabela 5 (p. 137), relativa à comparação entre países. De maneira geral, os dados relativos aos Estados brasileiros corroboram as conclusões a que chegamos na comparação internacional quanto à existência de expressiva correlação entre as taxas de atividade e cada uma das demais variáveis selecionadas.

É interessante observar, de saída, que os indicadores selecionados se mostraram de fato como bons preditores (ou variáveis independentes) da magnitude das taxas de atividade (variável dependente).



**Tabela 10**

Taxas de atividade da população de 10 a 14 anos e outras variáveis econômicas, sociais, demográficas e do mercado de trabalho – Brasil, Estados e Distrito Federal (2010) (1)

Estados e indicadores selecionados	taxa de atividade 10 a 14 anos (%)	produção e renda			demografia e urbanização				mercado de trabalho			gasto público subnacional per capita
		PIB per capita (R\$)	rendimento médio das famílias por criança (R\$)	proporção de famílias pobres (%)	número médio de filhos	razão de dependência (0-14/15-64)	população rural (%)	crescimento anual da população urbana (2000-2010)	PEA feminina 15anos ou + (%)	trabalho vulnerável (%)	trabalho na agropecuária (%)	
Brasil	7,4	19.766	3.164	14,7	1,85	35,1	15,6	1,6	53,7	39,5	14,7	3.876
Rio de Janeiro	3,8	25.455	4.663	9,5	1,53	30,3	3,3	1,1	52,1	30,9	3,1	4.493
Distrito Federal	4,7	58.489	6.962	6,3	1,50	33,2	3,4	2,4	63,8	26,8	2,0	4.715
São Paulo	4,8	30.243	4.789	7,4	1,60	30,4	4,1	1,4	57,1	27,2	4,5	4.993
Rio Grande do Norte	5,6	10.208	2.131	22,2	2,15	36,7	22,2	1,9	45,5	47,7	17,2	3.324
Minas Gerais	6,9	17.932	3.249	10,9	1,87	32,3	14,7	1,3	54,5	36,5	17,1	3.397
Mato Grosso do Sul	7,0	17.766	3.106	9,6	1,92	36,5	14,4	1,8	56,6	39,8	15,7	4.785
Sergipe	7,3	11.572	1.877	25,7	2,09	40,2	26,5	1,8	49,5	52,4	23,6	3.942
Espírito Santo	7,4	23.379	3.422	10,5	1,84	33,1	16,6	1,8	56,8	36,7	19,1	4.803
Amapá	7,5	12.361	1.723	21,7	2,08	52,3	10,2	3,5	55,7	49,9	11,9	4.696
Ceará	7,7	9.217	1.712	28,4	2,11	38,9	24,9	1,8	46,0	56,7	20,7	2.917
Rio Grande do Sul	7,7	23.606	4.478	6,7	1,70	29,8	14,9	0,9	59,2	32,7	16,7	4.402
Pernambuco	7,9	10.822	1.972	26,0	2,04	38,3	19,8	1,5	46,6	52,5	20,2	3.068
Tocantins	8,1	12.462	1.973	20,2	2,16	44,0	21,2	2,4	52,0	50,8	20,8	4.564
Paraná	8,3	20.814	3.779	7,2	1,86	32,9	14,7	1,4	58,6	33,9	15,1	3.711
Paraíba	8,5	8.481	1.817	26,7	2,26	38,2	24,6	1,5	44,6	56,5	25,0	2.934
Santa Catarina	8,6	24.398	4.411	4,4	1,79	30,6	16,0	2,2	63,2	27,4	13,8	3.844
Mato Grosso	8,8	19.644	2.837	11,1	1,91	37,1	18,2	2,2	55,5	41,7	19,0	4.326
Goiás	8,8	16.252	3.248	8,9	1,81	34,4	9,7	2,1	57,3	42,0	11,5	3.547
Alagoas	8,9	7.874	1.431	31,4	2,24	45,0	26,4	1,8	43,8	54,4	26,2	2.926
Piauí	9,0	7.073	1.526	31,6	2,25	40,4	34,2	1,4	45,5	61,7	29,6	3.025
Maranhão	9,4	6.889	1.122	36,5	2,26	49,1	36,9	2,1	44,6	64,9	32,3	2.418
Bahia	10,0	11.007	1.867	27,2	2,12	38,1	27,9	1,4	51,6	55,9	26,5	2.798
Acre	10,2	11.567	1.466	25,9	2,18	54,4	27,4	3,7	51,3	53,0	20,6	6.212
Roraima	10,2	14.052	1.733	24,1	1,97	52,1	23,4	3,4	56,0	50,3	16,8	6.417
Pará	10,5	10.259	1.373	29,5	2,10	48,4	31,5	2,3	47,2	61,6	27,0	2.488
Amazonas	10,8	17.173	1.522	27,2	2,03	52,9	20,9	2,7	51,4	54,6	21,3	3.623
Rondônia	11,8	15.098	2.359	14,8	2,03	39,9	26,4	2,7	54,4	48,9	24,3	4.087
Médias	8,2	16.818	2.687	18,9	1,98	39,6	19,8	2,0	52,6	46,2	18,6	3.943
Medianas	8,3	14.052	1.973	21,7	2,03	38,2	20,9	1,8	52,1	49,9	19,1	3.844
razão – 5> / 5< (2)	2,1	4,1	3,7	4,9	1,4	1,7	5,1	2,6	1,3	2,1	4,3	2,0
Correlação A (3)	..	-0,54	-0,65	0,47	0,60	0,61	0,70	0,45	-0,22	0,62	0,72	-0,16
Correlação B (3)	..	-0,67	-0,78	0,64	0,72	0,69	0,81	0,67	-0,41	0,74	0,79	-0,60

Fontes: INSTITUTO ... – IBGE, 2014a, 2014f; MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2011, 2014.

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

(1) Os Estados aparecem em ordem crescente conforme as taxas de atividade (variável dependente). Todos os dados são referentes ao ano de 2010.

O PIB 'per capita' corresponde aos valores nominais constantes em IBGE (2014f). O gasto público subnacional 'per capita' foi calculado a partir de dados do Ministério da Fazenda (2011, 2014), e expressa a somatória das despesas estaduais (descontadas as transferências para outros níveis de governo) e das despesas municipais; para os 352 municípios "sem informação" quanto às despesas municipais, foi assumido o valor da despesa 'per capita' calculada para os demais municípios do mesmo Estado.

Todas as demais variáveis foram calculadas a partir de dados do IBGE (2014a). As taxas de atividade correspondem à proporção de pessoas de 10 a 14 anos economicamente ativas na semana de referência (tabela 616). O "rendimento médio das famílias por criança" corresponde à razão entre o valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes e o número médio de crianças de 0 a 14 anos por domicílio (tabela 3562 e 1378). A proporção de famílias pobres é o percentual de domicílios com rendimento médio domiciliar 'per capita' até 1/4 do salário mínimo, aí incluídos os casos sem rendimento (tabela 3261). O número médio de filhos é a razão entre filhos tidos nascidos vivos pelas mulheres de 10 anos ou mais de idade e o total de mulheres neste grupo de idade (tabela 96). A razão de dependência expressa o quociente entre a população com até 14 anos e a de 15 a 64 anos idade (tabela 1378). Para a proporção da população rural foram usados os dados da tabela 1378. A variável "crescimento anual da população urbana (2000-2010)" foi calculada como taxa média geométrica de crescimento anual (tabela 2093). A PEA feminina com 15 anos é a proporção das mulheres economicamente ativas no grupo de idade (tabela 616). O "trabalho vulnerável" corresponde à proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, na condição de não contribuintes (em qualquer trabalho) para instituto de previdência oficial (tabela 3581). O trabalho na agropecuária expressa a proporção de pessoas ocupadas na semana de referência cujo trabalho principal é na agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aqüicultura ou na indústria extrativa (tabela 3584).

(2) Os valores expressam a relação entre as médias apuradas para os cinco maiores e cinco menores valores em cada variável.

(3) Os coeficientes expressam a correlação entre cada variável e a taxa de atividade. Para a "Correlação A" os cálculos consideram as 27 unidades da federação, e para a "Correlação B", conforme cada variável, são excluídas três unidades, identificadas com fundo escuro.

O resultado nos parece mais relevante se levarmos em consideração que, entre os Estados brasileiros, a variação destas taxas, situadas entre o mínimo de 3,8% no Rio de Janeiro e o máximo de 11,8% em Rondônia, é muito menor que a variação do mesmo indicador para o conjunto dos 25 países da amostra selecionada para a análise desenvolvida na seção 2.4, entre os quais está situada entre 4,1% na Turquia e 52,4% no Nepal (ver tabela 5, p. 137).

O mesmo ocorre em relação a todos os demais indicadores (variáveis independentes) comuns utilizados nas duas comparações (entre países e entre Estados brasileiros), ou seja, em cada um deles é maior a variabilidade observada entre os países do que entre os Estados brasileiros.

Quanto à produção e renda utilizamos três variáveis: PIB *per capita*, rendimento médio das famílias por criança, e proporção de famílias pobres.

Para as duas primeiras variáveis, como seria de esperar, é negativa a correlação com a taxa de atividade de crianças no grupo de idade de 10 a 14 anos de idade.

Para o PIB *per capita*, que em 2010 se situava abaixo de R\$10 mil em cinco estados nordestinos e acima de R\$20 mil no Distrito Federal e em seis estados dos sete Estados das regiões Sul e Sudeste (a exceção é apenas Minas Gerais, onde é um pouco mais baixo), o coeficiente de correlação de Pearson “A” (com as taxas de atividade) encontrado para o conjunto de 27 unidades da federação é correspondente a -0,54.

Se excluídos do cálculo os Estados do Amazonas e Rondônia, que apresentam taxas de atividade relativamente elevadas frente ao “potencial” representado pelo PIB *per capita*, e o Rio Grande do Norte, onde ocorre a situação inversa (ou seja, taxa de atividade relativamente baixa frente ao PIB *per capita*), o Coeficiente (“Correlação B”) chega a -0,67<sup>66</sup>.

O indicador relativo ao “rendimento médio das famílias por criança” corresponde à razão entre o valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes e o número médio de crianças de 0 a 14 anos por domicílio. Busca

---

66. Na tabela 10, os valores dos coeficientes de correlação “A” e “B” entre as taxas de atividades e cada uma das variáveis estão apresentados nas duas últimas linhas. Para a correlação “A”, o cálculo envolve sempre as 27 unidades da federação. Para a correlação “B” foram utilizadas, para cada variável, caso 24 unidades da federação, excluindo-se do cálculo as três unidades cujos valores aparecem na mesma tabela 10 contrastados em números claros com fundo escuro.

assim expressar uma medida de bem-estar das crianças baseada na renda do conjunto de famílias. A variável apresentou coeficientes de correlação com as taxas de atividade ainda mais elevados, correspondentes a -0,65 (correlação "A") e -0,78 (correlação "B"). Estes valores só foram superados pelos coeficientes relativos à porcentagem da população rural e à proporção de trabalhadores na agropecuária.

A proporção de famílias pobres foi calculada como o percentual de domicílios com rendimento médio domiciliar *per capita* até 1/4 do salário mínimo, aí incluídos os casos sem rendimento. Entre as variáveis relativas à produção e renda, este indicador foi o que apresentou os coeficientes menos elevados, correspondentes a 0,47 (correlação "A") e 0,64 (correlação "B"), e muito embora tais valores não sejam desprezíveis, indicam que a pobreza não parece estar entre os fatores mais claramente associados ao trabalho de crianças e adolescentes.

Quanto aos indicadores demográficos, relativos ao perfil das famílias, o número médio de filhos foi calculado como a razão entre filhos tidos nascidos vivos pelas mulheres de 10 anos ou mais de idade e o total de mulheres do mesmo grupo de idade. Por sua vez, a razão de dependência expressa o quociente entre a população com até 14 anos e a do grupo de idade de 15 a 64 anos. Em ambos os casos os coeficientes evidenciaram associação significativa com as taxas de atividade.

Para o número médio de filhos os dados resultaram em correlação "A" correspondente a 0,60, e em correlação "B" igual a 0,72, o que chega a ser surpreendente para um indicador com pouca variabilidade, ou seja, no qual a diferença entre os valores mínimo (1,50 no Distrito Federal) e máximo (2,26 na Paraíba e no Maranhão) é relativamente pequena.

A variável "razão de dependência" também apresentou expressivos valores para os coeficientes de correlação "A" (0,61) e "B" (0,69).

Para analisarmos a associação entre as diferenças quanto às taxas de atividade e os processos de urbanização foram utilizadas duas variáveis.

O percentual de população rural se mostrou, no conjunto das 11 variáveis independentes analisadas, o melhor dos preditores das taxas de atividade do grupo de idade de 10 a 14 anos, obtendo-se coeficientes iguais a 0,70 (correlação "A") e 0,81 (correlação "B").

A variável “crescimento anual da população urbana entre 2000 e 2010”, calculada como taxa média geométrica, apresentou para o conjunto de 27 Estados um coeficiente menos elevado (correlação “A” = 0,45), mas quando excluídos os casos do Amapá, Distrito Federal e Bahia o resultado obtido é mais satisfatório (correlação “B” = 0,67), indicando que os Estados nos quais as taxas de atividade são mais elevadas são, de forma geral, Estados nos quais o processo de crescimento da população urbana é ainda mais intenso.

Quanto ao mercado de trabalho foram analisadas três variáveis.

A PEA feminina com 15 anos ou mais foi calculada como a percentagem de mulheres neste grupo de idade que compõem a população economicamente ativa. Neste caso foi observada baixa correlação (negativa) para o coeficiente que considera as 27 unidades da federação (correlação “A” = -0,22) obtendo-se melhoria com o cálculo da correlação “B” (-0,41) que, entretanto, não permite reconhecer nesta variável associação expressiva com as taxas de atividade observadas no grupo de 10 a 14 anos.

O “trabalho vulnerável” corresponde à proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência na condição de não contribuintes (em qualquer trabalho) para instituto de previdência oficial. Neste caso foram obtidos valores mais expressivos, correspondentes a 0,62 (correlação “A”) e 0,74 (correlação “B”), evidenciando que ao mercado de trabalho melhor estruturado estão associadas menores taxas de atividade de crianças de 10 a 14 anos.

O trabalho na agropecuária (proporção de pessoas ocupadas na semana de referência cujo trabalho principal é na agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura ou na indústria extrativa) também apresentou resultados satisfatórios para os coeficientes de correlação “A” (0,72) e “B” (0,79). Estes valores são muito próximos aos obtidos para a variável “população rural”, com o qual o trabalho na agropecuária está, obviamente, estreitamente associado (ou altamente correlacionado).

O gasto público subnacional *per capita*, por sua vez, apresentou coeficiente de correlação “A” bastante baixo (-0,16), mas se excluídos do cálculo os ex-territórios do Acre, Rondônia e Roraima, a correlação é substancialmente elevada (correlação “B” = 0,60), ainda que não seja das mais altas.

A tabela 10 mostra que a maior parte dos Estados brasileiros apresenta coerência entre os valores das variáveis independentes e as taxas de atividade observadas para a população de 10 a 14 anos de idade, sendo exceções notáveis a esta regra apenas os casos de Rondônia e Santa Catarina, onde os preditores indicam que se deveria esperar taxas de atividades mais baixas, e também do Rio Grande do Norte, no qual ocorre o oposto, ou seja, a taxa de atividade é relativamente baixa frente ao conjunto dos demais indicadores selecionados, para os quais o Estado em geral não está situado nas melhores posições.

Assim, os dados obtidos para os Estados são indicativos de que algumas variáveis podem ser bastante úteis para analisarmos as diferenças entre os municípios brasileiros quanto à ocupação de crianças, com destaque para o “rendimento das famílias por criança”, a população rural (ou alternativamente o trabalho agrícola) e o trabalho vulnerável, que apresentaram os coeficientes de correlação mais elevados.

Talvez estas variáveis ou outras a elas associadas nos ajudem a entender a dinâmica da evolução do trabalho infantil desde os municípios, conforme será discutido no próximo capítulo.

De forma sintética, em relação à análise desenvolvida neste capítulo 3 é importante destacar que:

- i) o Brasil conta com distintas fontes estatísticas que fornecem informações relevantes para o dimensionamento do trabalho infantil no país, mas é necessária grande atenção quanto à seleção e uso de dados para o esforço de identificação de tendências quanto à sua evolução, sobretudo quando houver interesse de análise mais desagregada a respeito;
- ii) pelo menos desde meados do século passado a tendência de elevação da idade de ingresso no mundo do trabalho esteve nitidamente associada às mudanças no perfil demográfico da população e à evolução do mercado de trabalho no país;
- iii) taxas de crescimento econômico mais elevado não estiveram necessariamente associadas à redução do trabalho infantil, da mesma forma que não se pode associar o baixo crescimento à elevação (ou redução do ritmo de queda) da

incidência do trabalho infantil, conforme evidenciado pela análise dos dados relativos aos anos 70 e 80;

- iv) apesar das discrepâncias entre as principais fontes estatísticas (PNAD e censos demográficos) relativamente às taxas de atividade e à ocupação de crianças, fica evidente que o trabalho infantil vem declinando continuamente desde pelo menos o início dos anos 90 se considerado o conjunto do país, ainda que regionalmente as dinâmicas e ritmos sejam bastante distintos;
- v) apesar da tendência de queda, nas últimas décadas vem crescendo proporcionalmente a participação das meninas, e também o trabalho não remunerado (ou na “produção para o próprio consumo”), além de permanecerem muito elevados os diferenciais entre as realidades rural e urbana quanto à idade de ingresso no mundo do trabalho;
- vi) nos anos 2000 a ritmo de queda do trabalho infantil não parece ter sido maior que na década precedente, mas contrariamente ao que ocorrera nos anos 90, na década passada o que parece ter declinado de forma mais acentuada foi principalmente a oferta de trabalho pelas crianças, ocorrendo queda mais acentuada da PEA que da ocupação;
- vii) assim como em âmbito internacional, também a comparação entre os Estados confirmou a elevada correlação entre as taxas de atividade do grupo de 10 a 14 anos e um conjunto de variáveis relativas à produção e renda, à demografia e urbanização, e ao mercado de trabalho, evidenciando ser consistente a identificação dos fatores em estreita associação com o trabalho infantil.

## CAPÍTULO 4

### O PETI E A EVOLUÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Neste capítulo nosso objetivo é analisar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) frente às tendências recentes de evolução do trabalho infantil no país.

Ele está composto de três seções. Iniciaremos nossa discussão (seção 4.1) confrontando dados sobre a evolução recente do trabalho infantil e a cobertura do PETI nos Estados brasileiros, analisando separadamente o caso das crianças de cinco a nove anos de idade, e em seguida o grupo de 10 a 14 anos de idade (respectivamente subseções 4.1.1 e 4.1.2)

Em seguida (seção 4.2) partimos para a análise das tendências relativas à evolução do trabalho infantil nos municípios brasileiros, utilizando os dados disponíveis sobre a população economicamente ativa de 10 a 14 anos (não há informações desagregadas por municípios para o grupo de cinco a nove anos de idade). Nesta seção a discussão está encaminhada em duas partes.

Na primeira, analisamos os fatores associados à incidência do trabalho infantil nos municípios, buscando identificar variáveis que apresentam correlação com as diferenças existentes quanto às taxas municipais de atividade no grupo de idade mencionado (subseção 4.2.1).

Na subseção 4.2.2 são confrontados os dados relativos ao trabalho infantil nos municípios e a presença e cobertura do PETI nos mesmos. O objetivo específico é investigarmos a redução do trabalho infantil nos municípios que desenvolvem as ações do Programa, comparando-os com os demais.

Na seção 4.3, a presença e a cobertura do PETI nos municípios brasileiros é discutida sob outro prisma: o da alocação de recursos orçamentários do Programa por meio das transferências que realiza aos municípios brasileiros para que desenvolvam as ações nele previstas.

#### **4.1 Evolução recente do trabalho infantil e presença do PETI nos Estados brasileiros**

Nesta seção vamos confrontar os dados relativos aos Estados brasileiros quanto à evolução da proporção de ocupados e a cobertura do PETI na década passada com o objetivo de verificarmos se há clara associação entre estas variáveis.

Conforme visto no capítulo anterior, para o grupo de 10 a 14 anos, o IBGE vem coletando e disponibilizando um conjunto de informações relativas ao trabalho desde 1950 por meio dos censos demográficos e desde meados dos anos 70 por meio da PNAD (ver quadro 4 e esquema 4, p. 159-160).

No caso da PNAD, o plano amostral prevê que tais informações sejam disponibilizadas para o conjunto do país, os Estados e as regiões metropolitanas. Para os dois últimos censos demográficos realizados em 2000 e 2010, é possível inclusive a extração de tabelas que cruzam algumas variáveis desagregadas por municípios por meio do “Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA” (INSTITUTO ... – IBGE, 2014a). E, para 2010, a mesma fonte permite ainda a obtenção de dados relativos ao número de ocupados em cada município também para os grupos de 10 a 13, 14 ou 15, e 16 ou 17 anos de idade (idem, tabela 3901).

Para o grupo de cinco a nove anos as alternativas são mais restritas. Mas é possível a montagem de uma série histórica a partir da PNAD, que além das mudanças introduzidas no questionário de 1992, que permitiu melhoria importante na captação de informações relativas ao trabalho, notadamente o realizado sem remuneração, iniciou no mesmo ano a coleta de dados para o grupo de cinco a nove anos de idade.

Desde então, com exceção apenas dos levantamentos realizados em 1996 e 1997, vem publicando tabela referente ao número de ocupados por sexo e atividade (desagregada entre as categorias “agrícola” e “não agrícola”) na semana de referência, e também no período de referência de 365 dias (INSTITUTO ... – IBGE, 2014e).



A base de dados que disponibiliza informações sobre o PETI na página eletrônica do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) possibilita a extração de tabelas com números mensais ou anuais a respeito do número de beneficiários e valores despendidos pelo governo federal em cada município com o Programa, em série iniciada em agosto de 2005 (MINISTÉRIO ... – MDS, 2014b).

Entre as publicações e bases de dados disponibilizadas pelo MDS a que tivemos acesso, a única na qual identificamos informação relativa à distribuição dos beneficiários por idade foi o “Relatório Final” de um levantamento realizado junto às prefeituras no início de 2005. Para sua elaboração, o órgão obteve informações de 2011 prefeituras (72,1% do total das que recebiam recursos do PETI na ocasião), que forneceram dados sobre quase 570 mil crianças e adolescentes beneficiários, correspondendo a 61,1% do total naquela ocasião (MINISTÉRIO ... – MDS, 2005a).

É a partir destas fontes, e do cotejamento de alguns dados nelas disponíveis, que analisaremos de que forma evoluiu no período recente a ocupação das crianças nos Estados brasileiros. Inicialmente, abordaremos a evolução da ocupação e da cobertura do PETI para o conjunto do país e abrangendo, conjuntamente, os grupos de idade de cinco a nove e de 10 a 14 anos. Em seguida, nas subseções 4.1.1 e 5.1.2 nos ocuparemos de cada um destes dois grupos de idade, analisando de que forma se deu a evolução da ocupação em termos de sua distribuição no território nacional.

No capítulo 1, de forma a ilustrar comentário introdutório a respeito, apresentamos no gráfico 2 (p. 118) as curvas que expressam a evolução do número de crianças ocupadas por grupos de idade (cinco a nove anos, e 10 a 14 anos) e de beneficiários do PETI para o conjunto do país.

Na tabela 11 os números que serviram de base para aquele gráfico estão apresentados para que possamos olhar mais detalhadamente a queda do trabalho infantil e a cobertura do atendimento pelo PETI desde os anos 90.

Para melhor análise dos dados, a série apresentada na tabela 11 está subdividida em quatro períodos, pelas razões que serão expostas, e é iniciada em 1992 já que, como visto, neste ano ocorreu substancial melhoria na captação de informações sobre o trabalho não remunerado por decorrência de mudanças introduzidas no questionário da PNAD.

**Tabela 11**

Evolução anual do número de crianças de 5 a 14 anos ocupadas no período de referência de 365 dias, por grupos de idade, e do número de beneficiários do PETI – Brasil (1992-2013)

anos e períodos	crianças ocupadas no período de referência de 365 dias			crianças beneficiárias do PETI	
	5 a 9 anos	10 a 14 anos	total [A]	número (1) [B]	cobertura potencial [B] / [A] (%)
1992	689.668	3.975.386	4.665.054	-	-
1993	609.589	3.938.355	4.547.944	-	-
1995	581.307	3.767.773	4.349.080	-	-
1996 (2)	...	2.949.915	...	3.710	...
1997 (2)	...	2.951.629	...	37.025	...
1998	445.711	2.853.928	3.299.639	117.200	3,6
1999	433.041	2.893.139	3.326.180	145.507	4,4
variação 1992-1999	-256.627	-1.082.247	-1.338.874	145.507	..
2000 (3)	...	...	...	394.969	...
2001	341.706	2.326.078	2.667.784	749.353	28,1
2002	333.962	2.250.809	2.584.771	809.228	31,3
2003	251.821	2.006.686	2.258.507	810.823	35,9
variação 1999-2003	-181.220	-886.453	-1.067.673	665.316	..
2004 (4)	290.310	1.971.656	2.261.966	930.824	41,2
2005 (1)	361.185	2.197.530	2.558.715	1.103.882	43,1
2006 (1)	314.528	2.069.567	2.384.095	1.042.936	43,7
2007 (1)	194.512	1.848.569	2.043.081	1.035.473	50,7
variação 2003/4-2007 (5)	-95.798	-123.087	-218.885	224.650	..
2008	172.282	1.581.341	1.753.623	875.073	49,9
2009	149.884	1.486.518	1.636.402	869.056	53,1
2010 (3)	...	...	...	836.901	...
2011 (6)	89.072	1.178.559	1.267.631	818.934	64,6
2012	95.839	946.247	1.042.086	851.819	81,7
2013	70.611	906.069	976.680	850.598	87,1
variação 2007-2013	-123.901	-942.500	-1.066.401	-184.875	..

Fontes: INSTITUTO ... – IBGE, 2014e, tabelas 1.1, 4.33 e 4.35. MINISTÉRIO ... – MDS, 2014b; MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2006, p. 28.

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

- (1) Os dados relativos ao número de beneficiários do PETI foram obtidos em Ministério do Planejamento (2006), para o período de 1997 a 2004; e do MDS (2014b) para o período de 2005 a 2013. Para os relatórios extraídos da base de dados foram escolhidos o tipo "município" e o período "ano (valores acumulados)". Para os anos de 2005 a 2007 as informações sobre o PETI aparecem sob mais de uma denominação, que apresentam diferenças entre si quanto ao número de beneficiários para alguns municípios, já que em cada uma os dados são referentes a diferentes períodos dos anos. Nestes casos, foram escolhidos os números mais elevados.
- (2) Anos nos quais a PNAD não publicou dados relativos à ocupação do grupo de 5 a 9 anos de idade.
- (3) Anos censitários nos quais a PNAD não foi realizada.
- (4) Ano a partir do qual a PNAD passou a abranger todo o território nacional, incorporando a zona rural de seis Estados Região Norte.
- (5) A variação do número de ocupados considera o período 2004-2007, a relativa ao PETI, o período 2003-2007.
- (6) O número relativo ao ano de 2011 para o grupo de idade de 5 a 9 anos constante na tabela 4.35 da fonte consultada provavelmente está errado, pois não há diferença entre os dados apresentados para os períodos relativos à semana de referência e aos 365 dias.

Na última coluna, para efeito analítico, é apresentado o que denominamos como “cobertura potencial”, que expressa a relação, em termos percentuais, entre o número de beneficiários do Programa e o total de crianças de cinco a catorze anos ocupadas no período de referência de 365 dias.

Quanto ao ritmo de queda da ocupação de crianças de cinco a catorze anos, a série histórica apresentada na tabela 11 permite calcular que entre 1992 e 2013 teria ocorrido, em média, uma redução anual (em relação ao ano anterior) no número de ocupados da ordem de 7,18%, sendo ainda mais intensa para o grupo de cinco a nove anos (10,28% ao ano) comparativamente ao de 10 a 14 anos (6,80%).

E embora seja difícil tirar conclusões mais consistentes sobre eventuais variações no ritmo de declínio do número de ocupados, em função sobretudo dos problemas associados às variações positivas de 2004 e 2005, para uma aproximação possível quanto à eventual importância do PETI a respeito, estes 21 anos podem ser subdivididos em quatro períodos.

O primeiro período vai de 1992 (primeiro ano da “nova série” da PNAD) até 1999, ano no qual o PETI ainda apresentava cobertura bastante baixa. Iniciado em 1996, o Programa cresceu lentamente, e em 1999 beneficiou aproximadamente 145 mil crianças.

A comparação entre os dados de 1992 e 1999 mostra que neste período o ritmo anual médio de redução do número no total de crianças de cinco a catorze anos ocupadas foi da ordem de 4,7%, sendo um pouco mais elevado para o grupo de cinco a nove anos (6,4%) comparativamente ao de 10 a 14 anos (4,7%).

Se aceitarmos, apenas para efeito de cálculo, a hipótese de que a totalidade de beneficiários do Programa ao final do período tenha de fato saído da condição de trabalho, o impacto deste na redução de quase 1,34 milhões crianças de 5 a 14 anos ocupadas entre 1992 e 1999 teria sido de pequena magnitude, correspondendo a 10,9% do total <sup>67</sup>.

---

67. Evidentemente, tal hipótese está longe de ser realista. Em primeiro lugar porque supõe efetividade absoluta do Programa, seja em termos de atendimento exclusivo de crianças trabalhadoras, seja por conseguir retirar a totalidade delas desta condição. Em segundo lugar porque, por outro lado, supõe a inexistência de “rotatividade” de beneficiários, ou seja, que o total de novos beneficiários atendidos pelo Programa entre dois anos quaisquer é superior à diferença entre os

O segundo período abrange os anos entre 2000 e 2003, escolhido por ser o último para o qual a PNAD não abrangeu a zona rural de seis Estados da Região da Norte, permitindo melhor comparação dos dados relativos à ocupação.

Utilizando os dados referentes a 1999 como “momento zero”, o ritmo de redução do número de ocupados se intensificou, chegando à média anual de 9,2% para totalidade de crianças de cinco a catorze anos, e novamente foi maior para o grupo de cinco a nove anos (12,9%) do que entre as crianças de 10 a 14 anos (redução de 8,7% ao ano, em média).

Este período é importante para os nossos propósitos analíticos em relação ao PETI porque abrange os anos de sua forte expansão. Partindo do patamar atingido em 1999, em apenas dois anos (ou seja, até 2001) o Programa quintuplicou o número de beneficiários, e chegou a aproximadamente 811 mil em 2003. Embora o crescimento tenha continuado nos anos seguintes, o ritmo de expansão da cobertura foi menos expressivo daí em diante. Assim, este subperíodo de 1999 e 2003 foi o de maior potencial de impacto imediato do Programa.

Entre 1999 e 2003, o número de ocupados no grupo de cinco a catorze anos como um todo declinou 1,068 milhões, e o crescimento do PETI em número de beneficiários foi de 665 mil. Por esse motivo, nas subseções 4.1.1 e 4.1.2 este período será destacado para analisarmos a evolução regional da ocupação de crianças.

O terceiro período abrange os anos entre 2004 e 2007. Neste caso, para a redução da ocupação, devemos tomar como inicial o ano de 2004, já que é o primeiro com a zona rural da Região da Norte. O ano de 2007 foi escolhido para encerrar esta série porque é o momento no qual a cobertura do Programa ainda se mantém em patamar próximo ao do ápice atingido em 2005, encerrando o conjunto de anos nos quais mais de um milhão de crianças e adolescentes foram beneficiados.

---

totais de beneficiados no ano inicial e no ano final já que, no período, ocorrem “desligamentos” de beneficiários por idade ou outros motivos. Mas, sem dúvida, a hipótese é extremamente “otimista”, ou seja, trabalha com a ideia de uma taxa de sucesso do Programa muito acima da que de fato ocorre, já que seguramente a diferença entre a primeira suposição (todas as crianças param de trabalhar) e a realidade é muito maior que o erro de cálculo embutido na segunda suposição (inexistência de rotatividade).

O potencial de impacto quantitativo do Programa neste período permaneceu elevado, com expansão da cobertura para quase 300 mil crianças e adolescentes a mais entre 2003 e 2005.

A redução do número de ocupados entre 2003 e 2007 correspondeu a quase 220 mil pessoas no grupo de cinco a catorze anos, mas ocorreu em ritmo menos expressivo (3,3% ao ano, em média) do que nos dois períodos anteriores. Entretanto, foi notável a redução no grupo de cinco a nove anos (12,5% ao ano, em média), muito mais intensa que a verificada para o grupo de 10 a 14 anos de idade (2,1%).

O quarto e último período (2008 a 2013) é marcado pelo declínio no número de beneficiários do Programa, que a partir de 2008 se estabilizou e permaneceu situado em patamar muito próximo ao total de 850 mil crianças e adolescentes.

Mesmo assim, o número de ocupados continuou declinando, e esta queda foi, para ambos os grupos de idade, mais intensa que nos três períodos anteriores. Em cada ano do período o número de crianças de cinco a catorze anos ocupadas declinou, em média, 11,6%, sendo este indicador bastante elevado para o grupo de 10 a 14 anos (11,2%) e, sobretudo, para o de crianças de cinco a nove anos (15,5% ao ano, em média).

Evidentemente os dados apresentados não servem de parâmetro para uma análise do impacto do Programa, e qualquer análise que busque mensurar até que ponto o PETI esteve associado à redução do trabalho infantil desde sua implantação não pode se sustentar apenas com as informações apresentadas na tabela 11.

O nosso intuito, com a divisão do período analisado em quatro subperíodos foi apenas o de evidenciar que não há estreita vinculação entre o ritmo de queda do trabalho infantil e a expansão do Programa. Isso não significa que o PETI não tenha sido importante para a redução do trabalho infantil, mas apenas que a variação do número de ocupados não depende apenas da existência (ou não) do Programa e de sua cobertura, sendo influenciada por muitos outros fatores.

Nas duas próximas subseções nosso objetivo é buscar identificar tendências regionais que indiquem relação entre o ritmo de queda do trabalho infantil e a menor ou maior expansão da cobertura do PETI, com ênfase no período de 1999 a 2003.

Começaremos pelo grupo de cinco a nove anos de idade, no qual a estimativa a respeito do número de ocupados em 2013 (70.611) foi quase 10 vezes menor que calculada para 1992 (689.668), como mostram os dados da tabela 11 (p. 233).

#### **4.1.1 Expansão do PETI e queda da ocupação das crianças de cinco a nove anos de idade**

Conforme já mencionado, a única fonte com dados a respeito da ocupação das crianças de cinco a nove anos é a PNAD, que desde 1992 disponibiliza informações para a semana de referência e para o período de 365 dias, desagregados por sexo e tipo de atividade conforme as categorias “agrícola” ou “não agrícola”.

Como, no capítulo anterior, especificamente para este grupo de idade não foi discutido de que forma ocorreu a evolução dos números em âmbito nacional, vejamos inicialmente o que nos mostram as variáveis disponíveis para o conjunto do país, para em seguida analisarmos as diferenças relativas às diversas regiões do território nacional.

A tabela 12 apresenta a série com os dados a respeito, considerado o período de referência de 365 dias. Como a fonte não disponibiliza tabela com números por situação de domicílio, para o cálculo das taxas de incidência nos meios rural e urbano foi assumido, a título de aproximação, que as crianças em atividades agrícolas residiam na zona rural, e que aquelas em atividades não agrícolas residiam em áreas urbanas <sup>68</sup>.

Como já discutido, os dados evidenciam que nas duas últimas décadas o país obteve grande avanço em termos de declínio da ocupação de crianças deste grupo

---

68. Para a população ocupada de 10 a 14 anos, para a qual é possível cotejar os dados, a PNAD de 2011, por exemplo, mostra distribuição praticamente coincidente entre situação de moradia e atividade, já que foram estimados 471.473 pessoas ocupadas neste grupo de idade que são residentes em domicílios urbanos, e 469.690 que exerceram atividades não agrícolas, e por outro lado 556.284 residentes em domicílios rurais e 557.737 envolvidas em atividades agrícolas (INSTITUTO ... – IBGE, 2014e, tabelas 4.9 e 4.35 relativas ao ano de 2011).

de idade, com o número de ocupados de cinco a nove anos de idade evoluindo de quase 690 mil em 1992 para menos de 71 mil em 2013, resultando em redução de 89,8% em 21 anos.

**Tabela 12**

Pessoas de 5 a 9 anos ocupadas, distribuição por tipo de atividade e sexo, e taxas de incidência total, urbana e rural, conforme a PNAD – Brasil (1992-2013)

ano (1)	crianças ocupadas no período de referência de 365 dias	Distribuição percentual por tipo de atividade e sexo (2)				taxas de incidência (%) (2) (3)		
		agrícola		não agrícola		Total	agrícola / rural (3)	não agrícola / urbano (3)
		mas-culino	femi-nino	mas-culino	femi-nino			
1992 (1)	689.668	58,2	23,2	12,6	6,0	4,1	13,2	1,0
1993 (1) (2)	609.589	54,1	24,3	14,3	7,1	3,7	11,2	1,0
1995 (1) (2)	581.307	52,9	28,0	12,4	6,6	3,6	11,6	0,9
1998 (1)	445.711	53,5	25,1	14,5	7,0	2,9	9,2	0,8
1999 (1)	433.041	55,8	25,2	11,8	7,1	2,8	9,4	0,7
2001 (1)	341.706	55,5	20,1	16,5	8,0	2,1	8,4	0,6
2002 (1)	333.962	53,6	21,1	17,1	8,2	2,0	8,2	0,6
2003 (1)	251.821	50,1	24,0	17,3	8,7	1,5	6,1	0,5
2004	290.310	54,1	20,1	15,2	10,6	1,7	6,3	0,5
2005	361.185	54,7	22,6	15,0	7,7	2,1	8,1	0,6
2006	314.528	55,0	21,0	14,2	9,8	1,9	7,3	0,6
2007	194.512	52,8	22,7	16,8	7,7	1,2	4,6	0,4
2008	172.282	50,5	23,7	17,4	8,4	1,1	4,1	0,4
2009	149.884	53,5	21,4	13,4	11,6	1,0	3,8	0,3
2011	(4)	57,6	23,6	11,0	7,8	0,6	2,6	0,1
2012	95.839	55,7	21,2	12,1	11,0	0,6	2,6	0,2
2013	70.611	57,0	25,9	10,1	7,0	0,5	2,2	0,1
médias	..	54,4	23,1	14,2	8,3	..	..	..

Fonte: INSTITUTO ... – IBGE, 2014e, tabelas 1.1 e 4.35.

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

- (1) No ano de 1994 a PNAD não foi realizada; nos anos de 1996 e 1997 não há dados disponíveis para o grupo de idade de 5 a 9 anos. Até 2003, a PNAD não abrangia a população rural de seis Estados da Região Norte (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá).
- (2) Cálculos não consideram casos "sem declaração" quanto ao tipo de atividade (agrícola ou não agrícola) em 1993 e em 1995.
- (3) Os dados publicados pela PNAD sobre ocupação para o grupo de 5 a 9 anos não estão disponíveis por situação de domicílio. Para os cálculos, foi assumido que as crianças em atividades agrícolas são residentes em zona rural, e que as inseridas em atividades não agrícolas são residentes em áreas urbanas.
- (4) O número relativo ao ano de 2011 para o grupo de idade de 5 a 9 anos (89.072) constante na tabela 4.35 da fonte consultada, provavelmente está errado pois não há diferença entre os dados apresentados para os períodos relativos à semana de referência a aos 365 dias.

Por tipo de atividade, os números estimados pela PNAD para o mesmo grupo de idade declinaram de 561.422 crianças em atividades agrícolas em 1992 para 58.586 em 2013, resultando em queda de 89,6% no período. Já em atividades não agrícolas, os números estimados foram 128.246 (em 1992) e 12.025 (em 2013), resultando em queda de 90,6% (INSTITUTO ... – IBGE, 2014e, tabelas 4.35 relativas aos anos de 1992 e 2013).

Estes números correspondem a uma redução anual média de 10,28% no mesmo período, indicador que foi praticamente idêntico quando comparados os números relativos às crianças em atividades agrícolas (redução de 10,20% ao ano, em média) aos das crianças em atividades não agrícolas (10,66%).

É importante observar também que no mesmo período a trajetória de queda no número de ocupados foi praticamente contínua. As exceções ficaram por conta dos anos de 2004 e 2005, mas nestes casos a variação positiva decorreu, em ampla medida, de questões de ordem contábil.

Como já mencionado, até 2003 a PNAD não abrangia a zona rural de seis Estados da Região Norte, sendo exceção apenas o Tocantins. A incorporação dessa porção do território nacional à amostra da PNAD de 2004 teve impacto sobre os números estimados pela pesquisa.

No grupo de idade de cinco a nove anos, 68,7% do aumento no número de ocupados entre 2003 e 2004 se concentrou na Região Norte. Além disso, o aumento de 38 mil ocupados no mesmo grupo de idade foi praticamente compensado pela diminuição de 33 mil ocupados no grupo de 10 a 14 anos, embora tenha ocorrido a “incorporação” de 138 mil novas crianças às estimativas relativas à Região Norte neste mesmo grupo de idade. Além disso, é provável que parte expressiva do restante do crescimento do número de ocupados de cinco a nove anos em 2004 tenha decorrido de alterações nas próprias projeções populacionais, já que a incorporação da zona rural da Região Norte em 2004 ocasionou um aumento populacional de 928 mil pessoas ao grupo de cinco a nove anos, contra somente 756 mil no grupo de 10 a 14 anos.

No ano de 2005, a variação positiva dos números em relação a 2004 se concentrou nas posições na ocupação dos “não remunerados” e dos “trabalhadores para o próprio consumo”, que cresceram não apenas entre as crianças. Os resultados do



levantamento indicam que para o conjunto da população (todos os grupos de idade) ocorreu crescimento de 2,9% no total de ocupados, mas enquanto o número de empregados cresceu 2,7%, o de “trabalhadores na produção para o próprio consumo” cresceu 15,0%. Na própria “Síntese dos Indicadores” da PNAD de 2005, o IBGE levantou como hipótese que tal crescimento possa ter decorrido

principalmente, da absorção de pessoas usualmente ocupadas em outras categorias da atividade agrícola que não puderam se inserir na produção para o mercado, em decorrência de fatores adversos que atingiram esse segmento da economia em 2005 (INSTITUTO ... – IBGE, 2006b).

Como, no caso das crianças, o aumento não se concentrou apenas no setor agrícola, e ocorreu em um ano no qual a própria proporção de domicílios pobres no país declinou de 26,4% (2004) para 23,6% (2005), levantamos como hipótese adicional que possa ter ocorrido melhora na própria captação da informação para essas formas de trabalho <sup>69</sup>.

Seja como for, o crescimento do número de crianças de cinco a nove anos ocupadas nestes dois anos foi exceção, e nos anos seguintes voltou a declinar expressivamente.

Quanto à evolução da distribuição por sexo e tipo de atividade a PNAD praticamente não detectou diferenças no período em questão. Como mostra a tabela 12, entre 1992 e 2013 teriam ocorrido poucas variações em torno das médias apuradas para o conjunto dos 17 levantamentos realizados, que indicam que pouco mais de 2/3 dos ocupados eram meninos, e que pouco mais de 3/4 do total de crianças trabalhava em atividades agrícolas.

Os dados da fonte consultada mostram também que a taxa de incidência (proporção de crianças ocupadas sobre o total na faixa etária) declinou continuamente, passando de 4,1% em 1992 para 0,5% em 2013, com ligeiras variações positivas somente nos mesmos anos de 2004 e 2005.

Assim, os dados permitem afirmar que, em 2013, algo em torno de uma em cada 46 crianças do mesmo grupo de idade residentes na zona rural esteve ocupada em atividades laborais, e se corretos os números do levantamento mais recente, o país

---

69. A “Síntese dos Indicadores” da PNAD de 2005 foi consultada no endereço <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2005/comentarios2005.pdf>>. Os cálculos do IPEA sobre a evolução da proporção de domicílios pobres são baseados nos dados da PNAD (INSTITUTO ... – IPEA, 2014).

estaria próximo de praticamente “erradicar” o trabalho infantil entre crianças de cinco a nove anos de idade residentes em áreas urbanas, já que apenas uma em cada 1.031 delas estaria envolvida em atividades laborais.

A redução da ocupação neste grupo de idade foi também muito expressiva em todas as regiões do país, sem exceção. Mas os dados relativos à distribuição regional da ocupação de crianças de cinco a nove anos não permitem análise muito detalhada a respeito das tendências de evolução recente porque a quantidade de ocorrências na amostra é muito pequena, aumentando demasiadamente a margem de erro.

Assim, nas tabelas referentes ao ano de 2012, já aparecem 11 Estados nos quais, estatisticamente, não haveria nenhuma criança neste grupo de idade envolvida em atividades não agrícolas. Evidentemente, o resultado “zerado” decorre da não ocorrência, na amostra dos domicílios, de casos de crianças de cinco a nove anos ocupadas neste conjunto de atividades.

O já mencionado risco de uso de dados da PNAD mais desagregados para análise de determinadas tendências fica bastante evidente neste caso, bastando mencionar os 11 Estados para que se perceba logo que entre eles há alguns bastante populosos e nos quais seguramente se podem encontrar casos de crianças de cinco a nove anos ocupadas em atividades não agrícolas: Acre, Amapá, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima e Santa Catarina.

Ao mesmo tempo, ainda conforme a PNAD de 2012, haveriam mais de duas mil crianças de cinco a nove anos ocupadas em atividades não agrícolas em cada um dos seguintes Estados: Pará, São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco. Mas, também nestes casos, os números podem apresentar distorções, para mais ou para menos, pois baseados em expansão da amostra realizada a partir de pouquíssimas ocorrências (INSTITUTO ... – IBGE, 2014e) <sup>70</sup>.

---

70. Conforme os microdados disponibilizados pelo IBGE, a PNAD de 2012 teve uma amostra composta por 362.451 pessoas, das quais 27.988 com idades entre 5 e 9 anos. Entre estas, para apenas 181 crianças (0,65% do total) foi identificada situação de trabalho no período de referência de 365 dias, com base nas quais foi estimado o total de 95.839 crianças ocupadas nesse grupo de idade (ver tabela 12, p. 238). Em 20 Estados da federação as amostras continham menos de 10 casos, incluindo Amapá, Rio de Janeiro e Roraima, nos quais não foi identificada situação de trabalho em nenhuma criança de 5 a 9 anos de idade, e Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, com apenas um caso cada (INSTITUTO ... – IBGE, 2014d). Em 2013 os números são ainda menores para o conjunto do país, mas até a data de revisão final deste trabalho os

Ainda que os dados sobre o PETI aos quais tivemos acesso não permitam análise mais segura a respeito do seu impacto no número de crianças de cinco a nove anos ocupadas, provavelmente em seus primeiros anos o Programa teve efeitos benéficos sobre a redução do trabalho infantil neste grupo de idade.

No suplemento especial da PNAD de 2001 dedicado ao tema do trabalho infantil, o IBGE constatou que 16,7% das crianças de cinco a nove anos já eram naquele ano “inscritas ou beneficiárias de programa social [de auxílio financeiro, como bolsa-escola, renda mínima etc.] para educação” (INSTITUTO ... – IBGE, 2003d, tabela 4).

Quando o PETI foi implementado em 1996, o único programa federal de caráter assistencial então existente que envolvia transferência monetária era o Benefício de Prestação Continuada (BPC), para o qual só eram elegíveis o idoso (na época, com 70 anos de idade ou mais e, desde 2003, com 65 anos ou mais) e pessoa com deficiência “incapacitada para a vida independente e para o trabalho” (conforme o texto legal então vigente), desde que não beneficiários no âmbito da seguridade social e cuja renda mensal familiar *per capita* fosse inferior a  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo.

Assim, o PETI foi o primeiro programa social a envolver transferência de renda que tinha a criança como o membro central da família quanto ao critério de elegibilidade. Originalmente, o Programa definia também entre os critérios de elegibilidade que as famílias estivessem situadas na faixa de renda mensal *per capita* inferior a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, de forma que, considerada a conjuntura da época, o efeito da “bolsa PETI” sobre a renda das famílias não era irrelevante, sobretudo porque no grupo de cinco a nove anos o trabalho das crianças é caracterizado predominantemente pelas atividades agrícolas e sem remuneração.

No suplemento especial da PNAD de 2001 dedicado ao trabalho infantil, foi estimado que 75,9% das crianças de cinco a nove ocupadas na semana de referência trabalhavam em atividades agrícolas, e 92,0% nas situações de “não remunerados” ou de “trabalhadores na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso” (INSTITUTO ... – IBGE, 2003d, tabela 1.10).

Mesmo alguns anos mais tarde, em 2006, quando a PNAD publicou outro suplemento dedicado à questão, foi estimado que o rendimento médio mensal

---

microdados do levantamento referente a este ano ainda não estavam disponíveis na página eletrônica do órgão.

domiciliar *per capita* das famílias com crianças de cinco a nove ocupadas na semana de referência era de R\$140,00, variando entre R\$86,00 no Nordeste e R\$242,00 no Sudeste, e correspondendo a menos da metade do obtido pelas famílias com crianças no mesmo grupo de idade não ocupadas, que chegava a R\$298,00 (INSTITUTO ... – IBGE, 2008a, tabela 3.18).

O PETI teve também o mérito de, proporcionalmente, atingir maior cobertura junto a esta parcela da população. Em levantamento sobre o perfil dos beneficiários do Programa realizado em 2005, constatou-se que 23,7% estavam na faixa etária dos cinco aos nove anos, proporção que pode ser considerada elevada, configurando um desejável viés a favor das crianças menores. Para efeito comparativo podemos citar os microdados da PNAD de 2006. Do total de pessoas de 5 a 15 anos da amostra que trabalhavam, somente 8,9% estavam na faixa de cinco a nove anos de idade (MINISTÉRIO ... – MDS, 2005a, tabela 4; INSTITUTO ... – IBGE, 2014d) <sup>71</sup>.

Considerando este conjunto de informações e as mencionadas dificuldades quanto de dados mais desagregados da PNAD, de forma a obtermos uma aproximação um pouco mais segura sobre a evolução da ocupação das crianças deste grupo de idade em diferentes regiões do Brasil, e cotejar estes dados com os relativos ao PETI quanto à sua abrangência (número de municípios nos quais o Programa atua) e cobertura, foi elaborada a tabela 13.

Ela disponibiliza informações relativas à evolução do número de crianças ocupadas entre 1999 e 2003. Optamos por conferir destaque a este período porque, conforme visto, foi de grande potencial para o Programa, que em apenas dois anos expandiu sua cobertura de 145,5 mil beneficiários em 1999 para 749,4 mil em 2001, chegando um pouco além (810,8 mil) em 2003 (ver tabela 11, p. 233).

A respeito deste período, um documento de análise do PETI do próprio Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) fez referência a um estudo realizado pelo UNICEF, mencionando os resultados a que chegou nos seguintes termos:

---

71. A amostra do levantamento do MDS é abrangente, totalizando 568.608 beneficiários. Para o cálculo sobre a proporção de beneficiários de cinco a nove anos, foram excluídos os casos constantes na fonte primária (MDS) com idades situadas fora da faixa de cinco a quinze anos (4,2% do total). A proporção extraída dos microdados da PNAD de 2006 foi calculada sobre a amostra, sem ponderação dos dados.

Em 1999 e 2001, nota-se uma redução nos índices de trabalho infantil. A influência do PETI nesse resultado é reafirmada por uma relação estatística comprovável entre redução do número de crianças e adolescentes trabalhadores e a elevação do número de crianças e adolescentes atendidas pelo PETI, por unidade federativa. O alto nível de correlação entre essas duas variáveis é expresso pelo coeficiente de correlação de 0,91 (MINISTÉRIO ... – MDS, 2004a, p.11) <sup>72</sup>.

Sendo o ano de 2003 o último da série da PNAD antes da incorporação à amostra da zona rural de seis Estados da Região Norte, a comparação dos dados relativos à evolução da ocupação entre 1999 e 2003 com a cobertura do PETI pode nos fornecer indicativos sobre a relevância do Programa para a redução da ocupação no período.

Entretanto, como não localizamos, nas fontes consultadas, dados relativos à distribuição do atendimento (número de beneficiários) nos Estados anteriores ao ano de 2005, e à abrangência do PETI quanto ao número de municípios anteriores ao ano de 2003, na tabela 13 foram utilizadas as informações sobre o Programa relativas a 2005.

Muito embora o número de municípios abrangidos em 2003 (2.601) seja inferior ao de 2005 (3.308), o perfil de distribuição dos mesmos entre os Estados é bastante similar, conforme pudemos verificar comparando os dados das duas fontes que nos fornecem a informação a respeito (MINISTÉRIO ... – MDS, 2004a; 2014b). Assim, não devem ser proporcionalmente muito expressivas as diferenças entre os dois anos em termos de distribuição dos beneficiários pelos Estados, já que em 2003 o total de atendidos pelo Programa correspondia a quase  $\frac{3}{4}$  (73,5%) daquele ao qual o PETI chegou dois anos mais tarde (ver tabela 11, p. 233).

Além disso, ainda que essa dificuldade limite um pouco a análise que se segue, ela não a inviabiliza, já que nosso objetivo aqui é, a partir do confronto entre algumas variáveis, obtermos ao menos um panorama a respeito da simultaneidade, também nos Estados, de dois processos que ocorreram no início da década passada, ou seja, a queda da ocupação infantil no grupo de cinco a nove anos e a expressiva

---

72. O documento do Unicef no qual o MDS se baseia é intitulado “A Evolução do Trabalho Infantil no Brasil de 1999 a 2001” (UNICEF, Rio de Janeiro, 2004). Não tivemos acesso a esse documento, e tampouco a qualquer outra fonte com dados sobre a distribuição de beneficiários pelas unidades da federação para data anterior a 2005. O referido documento do MDS relativo ao ano de 2003 apresenta tabela com o número de municípios, por Estado da federação, que estavam com o PETI implantado, mas não menciona a distribuição do número de beneficiários (MINISTÉRIO ... – MDS, 2004a, p.19, tabela 1).

expansão da cobertura do PETI. O pressuposto é que, se o Programa teve relevância na redução da ocupação de crianças de cinco a nove anos, seus efeitos devem se revelar na variação das taxas de ocupação em prazo mais curto, indicando que além de simultâneos, os dois processos estavam consideravelmente associados entre si.

**Tabela 13**

Evolução do número de pessoas de 5 a 9 anos ocupadas no período de referência de 365 dias entre 1999 e 2003, e número de beneficiários e de municípios com adesão ao PETI em 2005 – Brasil, grandes regiões e Estados selecionados (1999-2005)

Brasil, grandes regiões e Estados selecionados	pessoas ocupadas e proporção em relação ao grupo de idade						dados sobre número de beneficiários e municípios abrangidos pelo PETI					
	1999		2003		redução (aumento) entre 1999 e 2003		total de beneficiários em 2005	número estimado de beneficiários de 5 a 9 anos (1) e sua relação com a redução entre 1999 e 2003		municípios com adesão ao PETI		
	nº	%	nº	%	nº	[C] / [A] (%)		[E] = [D] X 0,237	[E] / [C] (%)			
	[A]		[B]		[C] = [A] - [B]	[D]	nº			em %		
Brasil	433.041	2,81	251.821	1,52	181.220	41,8	1.103.882	261.620	144	3.308	59,4	
Norte (2)	25.232	2,79	9.902	0,83	15.330	60,8	116.674	27.652	180	432	96,2	
Pará (2)	14.977	3,90	5.692	1,08	9.285	62,0	35.266	8.358	90	143	100,0	
AC, AP, AM, RO, RR, TO (2)	10.255	1,97	4.210	0,63	6.045	58,9	81.408	19.294	319	289	94,4	
Nordeste	239.385	4,78	140.624	2,65	98.761	41,3	652.786	154.710	157	1.338	74,6	
Bahia	59.146	4,41	30.232	2,13	28.914	48,9	130.317	30.885	107	133	31,9	
Ceará	42.396	5,37	22.927	2,65	19.469	45,9	25.671	6.084	31	134	72,8	
Maranhão	23.888	3,64	21.819	3,12	2.069	8,7	72.168	17.104	827	159	73,3	
Pernambuco	43.651	5,56	27.759	3,36	15.892	36,4	225.662	53.482	337	183	98,9	
AL, PB, PI, RN, SE	70.304	4,91	37.887	2,53	32.417	46,1	198.968	47.155	145	729	92,2	
Sudeste	68.536	1,15	49.200	0,76	19.336	28,2	119.723	28.374	147	583	35,0	
Minas Gerais	47.174	2,90	31.747	1,84	15.427	32,7	43.942	10.414	68	234	27,4	
São Paulo	14.325	0,48	10.354	0,31	3.971	27,7	36.483	8.646	218	213	33,0	
ES, RJ	7.037	0,51	7.099	0,48	-62	-0,9	39.298	9.314	..	136	81,0	
Sul	82.642	3,51	44.741	1,93	37.901	45,9	93.861	22.245	59	562	47,3	
Paraná	27.267	2,98	16.264	1,77	11.003	40,4	48.433	11.479	104	201	50,4	
Santa Catarina	22.688	4,64	6.292	1,25	16.396	72,3	31.861	7.551	46	208	71,0	
Rio Grande do Sul	32.687	3,44	22.185	2,47	10.502	32,1	13.567	3.215	31	153	30,8	
Centro-Oeste	17.246	1,53	7.354	0,60	9.892	57,4	120.838	28.639	290	393	84,3	
Mato Grosso do Sul	4.180	1,96	1.622	0,81	2.558	61,2	29.875	7.080	277	77	98,7	
GO, MT, DF	13.066	1,43	5.732	0,56	7.334	56,1	90.963	21.558	294	316	81,4	

Fontes: INSTITUTO ... – IBGE (2014e, tabelas 1.1 e 4.35); MINISTÉRIO ... – MDS (2005a, tabela 4; 2014b).

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

- (1) Supõe distribuição por grupos de idades homogênea em todos os Estados com base em dados a respeito para o conjunto do país constantes na publicação do MDS (2005a).
- (2) Dados sobre pessoas ocupadas não incluem zona rural dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

Desse ponto de vista, quanto mais o “ano final” escolhido estiver distante do momento de forte expansão do Programa, menos consistente será a percepção sobre a sua relevância para a redução do número de ocupados, já que, na medida em que os anos vão passando, a influência de outros fatores tende a progressivamente adquirir maior peso, sobretudo se a cobertura do Programa se mantém no mesmo patamar.

Além disso, se mesmo para o conjunto do país os dados da PNAD de 2005 relativos à ocupação de crianças de cinco a nove anos parecem pouco consistentes com a trajetória de redução que vinha se consolidando desde o início dos anos 90 (conforme já discutimos), nos pareceu que seria inapropriado utilizar os números deste ano para comparar Estados.

Para compor a mesma tabela 13, foram selecionados os Estados com números mais expressivos de crianças ocupadas nas regiões Norte (Pará), Nordeste (Bahia, Pernambuco, Ceará, e Maranhão), e Sudeste (Minas Gerais e São Paulo). Para a região Sul são apresentados os dados dos três Estados já que todos apresentavam, em 1999, expressivo número de ocupados frente ao desenvolvimento socioeconômico da região. E, para o Centro-Oeste, embora Goiás e Mato Grosso sejam mais populosos, o destaque foi conferido ao Mato Grosso do Sul, por ter sido este o Estado pioneiro na implantação do PETI, implantado como programa estadual, posteriormente apoiado pelo governo federal. Os dados são apresentados também para as grandes regiões e, em cada uma delas, aparecem agregados para o conjunto de Estados nelas localizados que não foram destacados.

A tabela 13 apresenta ainda uma coluna com valores calculados para nos auxiliarem sobre o potencial de cobertura do Programa especificamente para o grupo de cinco a nove anos de idade em cada Estado e região. Como também para isso não contamos com dados desagregados, lançamos mão da única fonte que tivemos acesso com informação a respeito, já acima mencionada, a partir da qual calculamos que, para o conjunto do país, 23,7% de uma amostra expressiva de beneficiários pertencia a este grupo de idade (MINISTÉRIO ... – MDS, 2005a, tabela 4). Evidentemente, este percentual não era o mesmo em todas as unidades da federação, mas como a fonte não fornece o dado desagregado para os Estados, ele será aplicado indiscriminadamente a todos eles.

A tabela 13 mostra que em 1999 aproximadamente 430 mil das crianças de cinco a nove anos estiveram ocupadas no período de referência de 365 dias, representando 2,8% do total neste grupo de idade. Em 2003 o número absoluto de ocupados havia declinado 41,8% no conjunto do país, chegando a aproximadamente 252 mil, e a proporção de ocupados foi reduzida para 1,5% do total no mesmo grupo de idade.

A redução no país foi praticamente igual à verificada para o conjunto dos estados da Região Nordeste (41,3%), mas entre estes a Bahia (48,9%) e o Ceará (45,9%) apresentaram redução mais expressiva, ocorrendo o mesmo no Mato Grosso do Sul (61,2%) e notadamente em Santa Catarina que, proporcionalmente, obteve entre todos os Estados destacados na tabela 13 a maior redução do número de crianças de cinco a nove ocupadas (72,3%). Neste Estado, em 1999, a proporção de ocupados (4,64%) era quase igual à do Nordeste (4,78%), e em 2003 estes índices haviam declinado para 1,25% (Santa Catarina) e 2,65% (Nordeste). Na Região Norte, para a qual há dados apenas para a zona urbana, a redução também foi acima do patamar nacional no Pará (62,0%) e no conjunto dos demais Estados (60,8%).

Em quase todos os Estados mencionados a proporção de municípios aderentes ao PETI fica acima da proporção observada para o conjunto do país (59,4%), notadamente no Pará (100,0%) e em Mato Grosso do Sul (98,7%), mas também no Ceará (72,8%) e em Santa Catarina (71,0%). A exceção fica por conta da Bahia, Estado no qual até 2005 somente 31,9% dos municípios haviam aderido ao Programa.

Entretanto, quando analisado o indicador do quociente entre o número estimado de beneficiários de cinco a nove anos e a redução do número de ocupados (ou seja, a diferença entre o total de ocupados em 1999 e em 2003), entre os mesmos Estados somente o Mato Grosso do Sul apresenta elevado número de beneficiários frente à redução verificada na ocupação de crianças de cinco a nove anos (277%), característica que também diferencia o conjunto dos demais Estados do Centro-Oeste. Em Santa Catarina (46%) e no Ceará (31%) ocorre o oposto, com a redução de ocupados sendo entre mais de duas a três vezes o número de beneficiários.

Assim, os dados para os Estados nos quais a redução da ocupação de cinco a nove anos foi mais expressiva no período sugerem que a adesão ao PETI por ampla



proporção de municípios pode ter sido mais importante para a redução do trabalho infantil do que o próprio número de beneficiários.

Por outro lado, em cinco Estados (entre os selecionados) a redução da ocupação de cinco a nove anos no período foi significativamente menor que a observada para o conjunto do país (41,8%): Pernambuco (36,4%), Minas Gerais (32,7%), Rio Grande do Sul (32,1%), São Paulo (27,7%) e Maranhão (8,7%). No caso dos três Estados do eixo Sudeste-Sul, o número de municípios com adesão ao PETI foi pequeno (menos que 1/3 do total em todos eles). Mas enquanto no Rio Grande do Sul (31%) e em Minas Gerais (68%) a proporção de beneficiários foi tímida frente à redução observada, em São Paulo a estimativa resultou em quase 2,2 beneficiários por criança que saiu do trabalho no período. Ou seja, a concentração de benefícios em poucos municípios não parece ser uma boa “alternativa” para a redução do trabalho infantil, sinalizando que nestes casos o Programa enfrenta distorções quanto à focalização.

Nos dois Estados nordestinos já era bem elevado em 2005 o número de municípios com adesão ao PETI, representando a quase totalidade dos municípios em Pernambuco (98,9%) e quase  $\frac{3}{4}$  no Maranhão (73,3%). Mas enquanto em Pernambuco a estimativa resultou pouco mais de dois beneficiários para cada criança a menos trabalhando, no Maranhão esta relação superou oito, sugerindo que neste caso o Programa parece ter sido pouco efetivo na redução do trabalho infantil. Mas, é claro, não se pode descartar a possibilidade que tenha ocorrido ingresso de grande número de beneficiários e de municípios após 2003, já que os dados do PETI são relativos a 2005.

Em síntese, a comparação entre alguns dos Estados mais populosos sugere que a maior abrangência do PETI (ou seja, proporção mais elevada de municípios com adesão ao Programa) pode ter resultado em redução mais expressiva da ocupação do grupo de cinco a nove anos no início da década passada, quando a expansão do Programa foi mais acentuada. Esta variável (proporção de municípios com adesão ao Programa) parece estar mais claramente associada a avanços mais expressivos em termos de redução da ocupação neste grupo de idade do que a variável relativa ao número de beneficiários, sendo os casos do Ceará e de Santa Catarina os exemplos mais evidentes neste sentido.

É claro que o conjunto de informações que conseguimos reunir para o cotejamento entre a redução da ocupação e o atendimento de crianças de cinco a nove anos pelo PETI está longe de ser suficiente mesmo para conclusões mais elementares. Mas na ausência de melhores números a respeito, os dados são pelo menos indicativos de que no momento de sua implantação o PETI pode ter sido bastante importante para que muitas destas crianças parassem de trabalhar.

Para o período posterior a 2003 não é frutífero desenvolver análise nos mesmos moldes da acima empreendida. Conforme os dados apresentados na tabela 12 (p. 238), as estimativas da PNAD indicam uma queda de 290.310 ocupados no grupo de cinco a nove anos em 2004 para 95.839 em 2011, representando uma redução de 67,0%. Como esta redução foi generalizada, em 2011 a proporção de ocupados neste grupo de idade já era bastante baixa tanto para o conjunto do país (0,64%) quanto nas regiões mais pobres (0,87% no Nordeste, por exemplo). Uma vez que as estimativas são baseadas, conforme já comentado, em raros casos da amostra, a margem de erro se torna elevada.

Além disso, como em 2005 o PETI atingiu o seu ápice quanto ao número de beneficiários no conjunto do país, e a partir daí a cobertura sofreu redução, os números não permitem interpretação sequer aproximativa sobre o menor ou maior efeito do Programa na redução da ocupação de crianças de cinco a nove anos de idade neste ou naquele Estado a partir de então.

#### **4.1.2 Evolução recente da ocupação das crianças de 10 a 14 anos de idade e o PETI nos Estados brasileiros**

No capítulo anterior, e novamente na parte introdutória desta seção, desenvolvemos discussão relativa à evolução dos números sobre a ocupação no grupo de 10 a 14 anos de idade para o conjunto do país. Nesta subseção nosso objetivo é fornecer um panorama geral dos dados relativos aos Estados para este grupo de idade no

período recente, confrontando informações quanto à redução da proporção de ocupados e a cobertura do PETI <sup>73</sup>.

O gráfico 19, baseado em dados dos dois censos demográficos mais recentes (2000 e 2010), nos fornece uma primeira percepção a respeito que vem ocorrendo nos Estados e da possível associação entre a variação das taxas de atividade e do atendimento realizado no âmbito do PETI.

Ele evidencia a evolução das taxas de atividade (PEA como proporção da população) do grupo de 10 a 14 anos entre 2000 e em 2010. Conforme detalhado na legenda, os Estados foram agrupados de acordo com o que estamos denominando como cobertura potencial do PETI, aqui calculada como a razão entre o número de beneficiários do Programa no ano de 2010 e a população economicamente ativa no mesmo ano para o grupo de idade em questão.

Evidentemente, este indicador é útil somente para uma primeira aproximação, e não expressa, de fato, sequer a cobertura que o Programa teria mesmo na hipótese de que não ocorresse nenhum “vazamento” (inclusão de beneficiários que não compõem o público-alvo), já que não leva em conta a distribuição do atendimento entre os municípios, e o fato de que o Programa também é voltado para outros grupos de idade.

De maneira geral as taxas de atividade declinaram no período em questão, com exceção apenas de três Estados da Região Norte e do Distrito Federal, como evidencia o “posicionamento” dos mesmos acima da diagonal do gráfico 19.

Em alguns casos a redução das taxas de atividade foi notória. Há seis Estados nos quais, proporcionalmente, o declínio foi mais acentuado, com a redução das taxas de atividade entre 2000 e 2010 sendo superior a 30%. Eles estão localizados em distintas regiões do país.

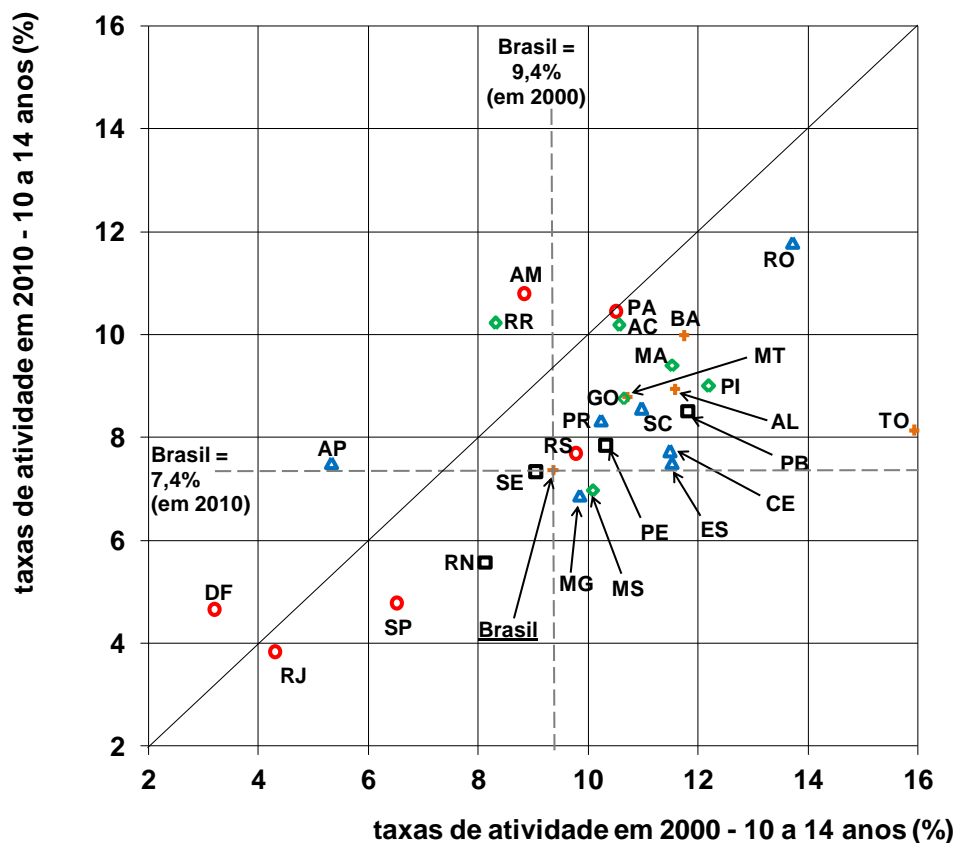
Entre estes, há casos nos quais a cobertura potencial do PETI é bastante elevada (Rio Grande do Norte, com 225,1%, Mato Grosso do Sul, com 107,4%, e Tocantins, com 84,6%) e outros nos quais está situada em patamares bem mais baixos (Ceará, com 44,5%, Minas Gerais, com 41,4%, e Espírito Santo, com 41,3%).

---

73. Para o grupo de 10 a 14 anos de idade os censos demográficos vem fornecendo informações desagregadas por municípios, a respeito do que desenvolveremos análise específica na seção 4.2.

**Gráfico 19**

Evolução das taxas de atividade da população de 10 a 14 anos por unidades da federação segundo a cobertura potencial do PETI em 2010 – Brasil, Estados e Distrito Federal (2000-2010)

**cobertura potencial do PETI em 2010 (1):**

- entre 11% e 36%
- ▲ entre 40% e 49%
- ✦ entre 62% e 86%
- ◇ entre 107% e 135%
- ◼ entre 161% e 226%

Fontes: INSTITUTO ... – IBGE (2014a, tabela 616); MINISTÉRIO ... – MDS, 2014b).

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

(1) A cobertura potencial do PETI foi calculada, para cada unidade da federação, como a razão entre o número de beneficiários do Programa no ano de 2010 e a população economicamente ativa de 10 a 14 anos. Para o Distrito Federal foi considerado o número de beneficiários em 2009 porque no ano de 2010 não consta atendimentos.

A tabela 14 reúne dados da PNAD para o período de 1992 em diante, para o conjunto do país, relativos à população economicamente ativa e à população ocupada no grupo de 10 a 14 anos de idade. De forma a evidenciar os avanços ocorridos e as diferenças que persistem, é apresentada também a evolução das

taxas de atividade por situação de domicílio e sexo, e a distribuição da população ocupada por tipo de atividade (agrícola ou não agrícola) e sexo.

**Tabela 14**

População de 10 a 14 anos economicamente ativa e taxas de atividade por situação de domicílio e sexo, e população de 10 a 14 anos ocupada no período de referência de 365 dias e sua distribuição por tipo de atividade e sexo, segundo a PNAD – Brasil (1992-2013)

ano (1)	população economicamente ativa e taxas de atividade por situação do domicílio e sexo						população ocupada e distribuição percentual por tipo de atividade e sexo				
	PEA (mi-lhares)	taxas de atividade por situação do domicílio e sexo (3)					ocupados (mi-lhares) (2)	agrícola		não agrícola	
		total	rural		urbano			mas-culino	femi-nino	mas-culino	femi-nino
1992	3.825	23,3	63,4	36,9	22,0	12,2	3.975	39,9	17,5	25,4	17,1
1993	3.796	22,4	61,8	35,3	21,6	12,2	3.938	39,3	17,3	25,5	17,8
1995	3.600	21,4	59,1	35,7	20,1	11,5	3.768	38,8	18,0	25,5	17,7
1996	2.930	16,9	51,2	26,2	16,3	9,6	2.950	40,8	15,5	25,4	18,1
1997	2.886	17,3	50,6	27,1	16,9	10,1	2.952	39,8	15,9	25,8	18,4
1998	2.815	16,8	52,3	28,6	15,3	9,1	2.854	41,0	18,2	24,7	16,0
1999	2.818	17,0	52,3	29,8	15,0	8,6	2.893	42,1	19,0	23,2	15,6
2001	2.158	13,8	48,1	25,3	12,7	7,7	2.326	38,3	15,4	27,0	19,2
2002	2.117	13,4	47,0	24,5	12,6	7,8	2.251	39,2	15,8	26,1	18,9
2003	1.892	12,2	43,3	21,5	11,2	7,1	2.007	40,4	15,3	25,5	18,7
2004	1.895	11,6	40,4	20,3	10,4	6,1	1.972	42,4	14,9	25,0	17,7
2005	2.070	12,8	43,1	22,5	11,2	7,1	2.198	39,9	16,5	25,9	17,6
2006	1.909	11,7	39,7	22,3	10,2	6,8	2.070	38,3	16,9	25,3	19,4
2007	1.797	10,4	35,5	16,4	10,0	6,2	1.849	39,7	13,0	27,4	19,9
2008	1.473	9,0	31,3	13,8	8,4	5,7	1.581	37,1	12,5	29,1	21,3
2009	1.428	8,5	28,2	12,0	8,3	5,6	1.487	37,0	10,6	29,8	22,6
2011	1.130	6,9	26,9	11,1	6,1	3,8	1.179	40,6	11,3	27,8	20,3
2012	(3)	...	...	...	...	...	946	37,0	11,6	29,7	21,7
2013	(3)	...	...	...	...	...	906	38,7	12,6	29,9	18,8

Fonte: INSTITUTO ... – IBGE, 2014e, tabelas 1.1 e 4.33 e 4.35.

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

(1) No ano de 1994 a PNAD não foi realizada. Até 2003, a PNAD não abrangia a população rural de seis Estados da Região Norte (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá).

(2) Inclui os casos "sem declaração" quanto ao tipo de atividade (agrícola ou não agrícola).

(3) Para a apuração da população economicamente ativa a PNAD considerou em 2012 e 2013 apenas as pessoas com 15 anos de idade ou mais.

Os dados mostram a contínua queda da população economicamente ativa e ocupada, com exceção apenas do ano de 2005, para o qual, conforme já discutido, os números indicam variação positiva. Entre 1992 e 2013 o número de ocupados neste grupo de idade (de 10 a 14 anos) declinou 77,2%, passando de quase 4

milhões para aproximadamente 906 mil crianças. Até 1999, quando a cobertura do PETI ainda era muito baixa (145,5 mil beneficiários), a PEA e a população ocupada já haviam sofrido redução de mais de  $\frac{1}{4}$  em relação à situação de 1992.

A partir daí o ritmo de queda parece ter se intensificado pelo menos até 2003. Embora seja possível que, em ampla medida, o “salto para baixo” no número de ocupados observado no ano de 2001 (comparativamente a 1999), possa estar associado à forte expansão do número de beneficiários do PETI ocorrido neste período, não se pode esquecer que em anos seguintes aos da realização de censos demográficos, os cálculos adotados para as estimativas da PNAD sofrem revisão, inclusive em termos de projeções populacionais, em função dos resultados colhidos pelos levantamentos censitários.

Como mostra a própria tabela 14, no período recente a queda da PEA (entre 2009 e 2011) e da população ocupada (entre 2009 e 2013) também foi bem mais acentuada que na série dos anos anteriores.

As taxas de atividade (quociente entre a PEA e a população total no grupo de idade) também declinaram fortemente ao longo do período analisado, passando de 23,3% em 1992 para 13,8% em 2001 e 6,9% em 2011. A taxa de atividade em 2011 (6,9%) é assim aproximadamente  $\frac{3}{10}$  da observada em 1992 (23,9%).

Por outro lado, muito embora as taxas de atividade tenham declinado de forma geral entre moradores de domicílios rurais e urbanos, e entre meninos e meninas, em 2011 as distâncias eram mais acentuadas do que haviam sido em 1992. Neste ano, a probabilidade de que um menino de 10 a 14 anos morador em domicílio rural trabalhasse (63,4%) era pouco mais que cinco vezes maior que a probabilidade de que uma menina do mesmo grupo de idade moradora em domicílio urbano o fizesse (12,2%). Em 2011, ainda que, entre os meninos da zona rural, esta probabilidade houvesse diminuído substancialmente (26,9%), ela era agora sete vezes maior que a observada entre meninas na zona urbana (3,8%).

Apesar disso, por decorrência de mudanças mais amplas ocorridas no período associadas à urbanização, conforme discutido no capítulo 3, entre 1992 e 2013 praticamente não se alterou, a distribuição das crianças de 10 a 14 anos ocupadas quanto ao tipo de atividade exercida (agrícola e não agrícola) e de sexo, conforme evidenciam os dados apresentados nas quatro últimas colunas da tabela 14.

Na tabela 15 são apresentados, para o país, grandes regiões, Estados e Distrito Federal, os dados relativos à população de 10 a 14 anos ocupada na semana de referência, conforme os levantamentos realizados em 2000 e 2010 pelos censos demográficos e nos anos subsequentes a estes (2001 e 2011) pela PNAD.

**Tabela 15**

Evolução do número de pessoas de 10 a 14 anos ocupadas na semana de referência segundo os censos demográficos e PNAD em anos selecionados – Brasil, grandes regiões, Estados e Distrito Federal (2000-2011)

Brasil, grandes regiões e Estados	Censos demográficos			PNAD (1)			PNAD 2011 / Censo 2010 (%)
	2000	2010	Variação (%)	2001 (1)	2011	Variação (%)	
Brasil	1.142.438	1.069.425	-6,4	1.949.906	1.027.427	-47,3	-3,9
Norte (1)	135.036	159.423	18,1	94.208	169.889	..	6,6
Rondônia (1)	18.629	16.844	-9,6	5.369	11.971	..	-28,9
Acre (1)	5.693	7.868	38,2	4.247	11.511	..	46,3
Amazonas (1)	22.916	37.755	64,8	11.449	47.503	..	25,8
Roraima (1)	2.161	4.724	118,6	872	5.731	..	21,3
Pará (1)	66.474	77.462	16,5	48.221	74.982	..	-3,2
Amapá (1)	2.177	4.791	120,1	992	694	..	-85,5
Tocantins	16.986	9.979	-41,3	23.058	17.497	-24,1	75,3
Nordeste	491.440	396.889	-19,2	1.001.281	480.964	-52,0	21,2
Maranhão	71.727	60.848	-15,2	195.755	96.772	-50,6	59,0
Piauí	37.406	25.520	-31,8	67.338	50.900	-24,4	99,5
Ceará	81.650	58.852	-27,9	160.619	77.134	-52,0	31,1
Rio Grande do Norte	18.492	13.817	-25,3	36.550	16.776	-54,1	21,4
Paraíba	38.808	27.151	-30,0	48.171	24.872	-48,4	-8,4
Pernambuco	69.278	56.748	-18,1	146.552	39.442	-73,1	-30,5
Alagoas	31.103	27.166	-12,7	62.276	25.319	-59,3	-6,8
Sergipe	14.137	13.327	-5,7	24.151	13.724	-43,2	3,0
Bahia	128.839	113.460	-11,9	259.869	136.025	-47,7	19,9
Sudeste	269.109	267.348	-0,7	426.249	200.575	-52,9	-25,0
Minas Gerais	114.565	96.288	-16,0	204.803	97.728	-52,3	1,5
Espírito Santo	27.135	18.631	-31,3	37.884	14.648	-61,3	-21,4
Rio de Janeiro	29.485	36.745	24,6	37.951	13.406	-64,7	-63,5
São Paulo	97.924	115.684	18,1	145.611	74.793	-48,6	-35,3
Sul	176.319	166.504	-5,6	307.945	134.766	-56,2	-19,1
Paraná	64.204	66.477	3,5	112.800	58.712	-48,0	-11,7
Santa Catarina	44.481	40.235	-9,5	70.782	19.207	-72,9	-52,3
Rio Grande do Sul	67.634	59.792	-11,6	124.363	56.847	-54,3	-4,9
Centro-Oeste	70.533	79.260	12,4	120.223	41.233	-65,7	-48,0
Mato Grosso do Sul	14.464	13.174	-8,9	19.013	4.728	-75,1	-64,1
Mato Grosso	19.690	21.213	7,7	38.641	13.656	-64,7	-35,6
Goiás	33.123	37.743	13,9	57.579	21.621	-62,4	-42,7
Distrito Federal	3.256	7.130	119,0	4.990	1.228	-75,4	-82,8

Fontes: INSTITUTO ... – IBGE (2014a; tabelas 2953 e 3579; 2014e, tabelas 4.35).

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

(1) Os dados relativos à PNAD de 2001 não incluem zona rural dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, inviabilizando a comparação com os números relativos a 2011.

Além de evidenciar como evoluíram os números relativos à ocupação, outro objetivo é analisarmos se, e em que medida, as diferenças numéricas entre os dois tipos de levantamento podem dificultar a análise mais desagregada dos dados a respeito.

A respeito das diferenças quantos aos resultados a que chegaram os dois tipos de levantamentos já desenvolvemos discussão exaustiva no capítulo anterior, sendo necessário acrescentar a respeito apenas o que segue.

Para a PNAD, a diminuição do número de ocupados de 10 a 14 anos teria ocorrido em todas as unidades da federação e superado 50% em 14 Estados. Apenas Piauí (24,4%) e Tocantins (24,1%) estariam significativamente abaixo do patamar de redução observado para o conjunto do país entre 2001 e 2011 (47,3%).

Enquanto destaques positivos, com redução da ocupação superior a 70% em uma década, estariam o Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Santa Catarina.

Entretanto, como mostra a última coluna da tabela 15, estes quatro são também casos de Estados para os quais as estimativas da PNAD apresentam enorme diferença para menos em relação aos resultados a que chegou o censo demográfico de 2010. Estas diferenças variaram entre 30,5% em Pernambuco e 82,8% no Distrito Federal, o que mais uma vez lança grande dúvida quanto à confiabilidade a respeito da adequação de uso dos dados da PNAD para a análise desagregada por Estados.

Aliás, para os oito Estados nos quais a PNAD aponta as mais elevadas reduções do número de ocupados entre 2001 e 2011, com as variações negativas situadas entre 62,4% e 75,4%, os resultados do levantamento de 2011 também apresentam defasagem muito grande em relação aos do censo de 2010, estando as diferenças entre os dois levantamentos situadas entre 35,6% e 82,8%, sendo os números de ocupados da PNAD sempre inferiores aos do censo.

Note-se que estamos nos referindo a um conjunto de somente 20 Estados e Distrito Federal, já que os dados da PNAD de 2001 e 2011 não são diretamente comparáveis nos seis Estados da Região Norte nos quais até 2003 a zona rural não era abrangida pelo levantamento.

Há apenas cinco Estados nos quais as diferenças entre os resultados do censo de 2010 e da PNAD de 2011 são menores e não superam 12%. Em todos os demais as



diferenças superam 19%, havendo 10 casos nos quais variam entre 42,7% e 99,5% (Piauí).

Já a comparação entre os resultados dos censos demográficos de 2000 e 2010 mostra que este levantamento estimou redução do número de ocupados em 16 Estados e aumento em 10 Estados e no Distrito Federal. Como no caso dos censos demográficos a redução da ocupação em todo o território nacional entre 2000 e 2010 teria ocorrido de forma muito tímida (6,4% a menos no número de ocupados), as variações mais elevadas (para cima ou para baixo) estão quase todas concentradas em 11 dos menores Estados da federação (em termos populacionais), que em 2010 somavam pouco mais de 18% de todos os ocupados de 10 a 14 anos do país. A exceção a essa regra é apenas o Ceará, o 8º contingente de ocupados neste grupo de idade, no qual a redução do número de ocupados foi de 27,9%.

Por fim, ainda comparando a evolução na década conforme os dados dos dois tipos de levantamentos, cabe observar que ao mesmo tempo em que a PNAD estimou expressiva queda, os resultados a que chegou quanto à redução do número de ocupados são muito similares se comparadas as grandes regiões do país entre si, de maneira que o número de ocupados teria declinado entre 52,0% para a Nordeste e 65,7% no Centro-Oeste.

Já no caso dos censos, apesar de as variações terem sido em geral menores, os resultados apontam dinâmicas regionais menos parecidas entre si, com redução no Nordeste (19,2%) e aumento no Centro-Oeste (12,4%), por exemplo. As variações captadas pelos censos demográficos parecem assim mais coerentes com as mudanças processadas no país na última década em termos de redução da pobreza e das desigualdades inter-regionais, já que no Nordeste ocorreu queda no número de crianças ocupadas em todos os Estados, enquanto em São Paulo e Rio de Janeiro teria ocorrido aumento.

Por estas razões, a análise da tabela 16, que encerra esta seção, deve ser vista com cautela. Ela foi elaborada com dados da PNAD de 1999 e 2003, nos mesmos moldes da tabela 13 (p. 245), que subsidiou a análise realizada para o grupo de cinco a nove anos de idade realizada na subseção 4.1.1. Para a elaboração das mencionadas tabelas 13 e 16 adotamos os mesmos critérios quanto à escolha do período compreendido e dos Estados destacados, conforme justificado na subseção mencionada.

**Tabela 16**

Evolução do número de pessoas de 10 a 14 anos ocupadas no período de referência de 365 dias entre 1999 e 2003, e número de beneficiários e de municípios com adesão ao PETI em 2005 – Brasil, grandes regiões e Estados selecionados (1999-2005)

Brasil, grandes regiões e Estados selecionados	pessoas ocupadas e proporção em relação ao grupo de idade						dados sobre número de beneficiários e municípios abrangidos pelo PETI					
	1999		2003		redução (aumento) entre 1999 e 2003		total de beneficiários em 2005	número estimado de beneficiários de 10 a 14 anos (1) e sua relação com a redução entre 1999 e 2003		municípios com adesão ao PETI		
	nº	%	nº	%	nº	[C] / [A] (%)		[E] = [D] X 0,763	[E] / [C] (%)	nº	em %	
	[A]		[B]		[C] = [A] - [B]	[D]						
Brasil	2.893.139	17,0	2.006.686	12,2	886.453	30,6	1.103.882	842.262	95	3.308	59,4	
Norte (2)	168.919	17,2	126.234	10,8	42.685	25,3	116.674	89.022	209	432	96,2	
Pará (2)	76.987	19,7	63.080	12,0	13.907	18,1	35.266	26.908	193	143	100,0	
AC, AP, AM, RO, RR, TO (2)	91.932	15,6	63.154	9,9	28.778	31,3	81.408	62.114	216	289	94,4	
Nordeste	1.513.990	26,5	1.012.793	19,2	501.197	33,1	652.786	498.076	99	1.338	74,6	
Bahia	399.505	24,5	254.525	17,8	144.980	36,3	130.317	99.432	69	133	31,9	
Ceará	269.812	31,0	178.656	21,4	91.156	33,8	25.671	19.587	21	134	72,8	
Maranhão	296.558	38,0	147.093	20,9	149.465	50,4	72.168	55.064	37	159	73,3	
Pernambuco	202.069	22,9	142.421	17,5	59.648	29,5	225.662	172.180	289	183	98,9	
AL, PB, PI, RN, SE	346.046	22,5	290.098	19,5	55.948	16,2	198.968	151.813	271	729	92,2	
Sudeste	599.127	8,8	419.488	6,5	179.639	30,0	119.723	91.349	51	583	35,0	
Minas Gerais	325.026	17,9	212.042	12,3	112.984	34,8	43.942	33.528	30	234	27,4	
São Paulo	180.290	5,2	143.235	4,4	37.055	20,6	36.483	27.837	75	213	33,0	
ES, RJ	93.811	6,3	64.211	4,4	29.600	31,6	39.298	29.984	101	136	81,0	
Sul	434.611	18,3	342.299	14,3	92.312	21,2	93.861	71.616	78	562	47,3	
Paraná	173.140	18,8	138.388	14,5	34.752	20,1	48.433	36.954	106	201	50,4	
Santa Catarina	94.804	17,3	61.204	11,6	33.600	35,4	31.861	24.310	72	208	71,0	
Rio Grande do Sul	166.667	18,5	142.707	15,8	23.960	14,4	13.567	10.352	43	153	30,8	
Centro-Oeste	176.492	15,2	105.872	8,9	70.620	40,0	120.838	92.199	131	393	84,3	
Mato Grosso do Sul	41.149	18,8	19.463	9,0	21.686	52,7	29.875	22.795	105	77	98,7	
GO, MT, DF	135.343	14,3	86.409	8,8	48.934	36,2	90.963	69.405	142	316	81,4	

Fontes: INSTITUTO ... – IBGE (2014e, tabelas 1.1 e 4.35); MINISTÉRIO ... – MDS (2005a, tabela 4; 2014b).

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

- (1) Supõe distribuição por grupos de idades homogênea em todos os Estados com base em dados a respeito para o conjunto do país constantes na publicação do MDS (2005a).
- (2) Dados sobre pessoas ocupadas não incluem zona rural dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima. Diferenças na soma são provenientes

No caso da população de cinco a nove anos, vimos que os dados indicaram que em alguns dos Estados mais populosos a maior abrangência do PETI pode ter resultado em redução mais expressiva da ocupação, sobretudo nos casos com elevada proporção de municípios que aderiram ao Programa. Para aquele grupo de idade os destaques positivos foram Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Ceará e Bahia, ainda que na Bahia a proporção de municípios com PETI em 2005 fosse das menos elevadas, e no Ceará a cobertura (em número de beneficiários) frente à demanda fosse das mais reduzidas.

Na outra ponta, estados com baixa adesão (proporção reduzida de municípios executores) ao Programa tiveram menor redução no número de ocupados de cinco a nove anos entre 1999 e 2003. Em Pernambuco e principalmente no Maranhão a redução do número de ocupados neste grupo de idade não foi das mais elevadas, apesar da ampla adesão ao Programa nestes Estados.

A tabela 16 mostra que algumas destas tendências observadas para o grupo de cinco a nove anos se confirmam para o grupo de 10 a 14 anos.

Algumas destas tendências foram confirmadas. Mato Grosso do Sul foi o Estado onde foi observada a maior redução no número de ocupados (52,7%), e que também apresentou elevada relação entre o número de beneficiários e a demanda potencial e abrangência territorial em quase todos os municípios.

O Maranhão, onde a redução da ocupação no grupo de cinco a nove anos foi das mais baixas, apresentou a segunda maior redução para o grupo de 10 a 14 anos (50,4%), indicando que naquele grupo de idade o desempenho muito abaixo da média pode ser mero reflexo de problemas amostrais, inclusive porque no Maranhão a distribuição dos ocupados entre os dois grupos de idade mostra participação proporcionalmente pequena de crianças menores na comparação com outros Estados da Região Nordeste.

Em Pernambuco, onde o PETI apresentou elevada abrangência e cobertura, a redução do número de ocupados (29,5%) ficou próxima da média nacional (30,6%), e mais uma vez a redução no Estado foi superada pela estimada para a Bahia (36,3%) e Ceará (33,8%), Estados nos quais em 2005 o PETI ainda era bem menos abrangente e apresentava relação mais baixa entre o número de beneficiários e a demanda potencial.

Em Santa Catarina (35,4%) e em Minas Gerais (34,8%) a redução do número de ocupados também foi acima da média nacional (30,6%). Mas enquanto no primeiro caso a abrangência e cobertura do PETI já eram elevadas em 2005, em Minas Gerais ocorria o oposto, com somente 27,4% dos municípios executando o Programa.

São Paulo (20,6%), Paraná (20,1%) e Rio Grande do Sul (14,4%) estiveram entre os casos de menor redução no número de ocupados, mas enquanto em São Paulo e no

Rio Grande do Sul a abrangência e cobertura são mais restritas, no Paraná a relação entre o número de beneficiários e a demanda potencial é mais expressiva.

Dessa maneira, os dados relativos a este grupo de idade parecem confirmar, ainda que talvez de forma menos clara, o que percebemos para o grupo de cinco a nove anos de idade, ou seja, de que nos anos de forte expansão da cobertura o PETI pode ter sido bastante relevante para a redução do trabalho infantil, já que predominantemente ocorreram maiores reduções na ocupação de crianças em Estados nos quais a abrangência e cobertura do Programa era mais ampla. Mas, como visto, o uso dos dados da PNAD requer cautela na associação entre diferentes variáveis.

Na próxima seção trabalharemos com dados desagregados por municípios, o que permitirá análise mais detalhada a respeito da associação entre cobertura do PETI e redução do trabalho infantil ao longo da década passada.

#### **4.2 Evolução recente do trabalho infantil e presença do PETI nos municípios brasileiros**

Na seção anterior analisamos como foi a evolução da ocupação de crianças desde os anos 90 até nossos dias. A partir de informações da PNAD, destacamos um conjunto de Estados representativos do ponto de vista populacional, e analisamos o que ocorreu com os grupos de idade de cinco a nove anos e de 10 a 14 anos.

Conferimos ênfase ao que ocorreu entre 1999 e 2003 para confrontarmos a evolução dos indicadores de ocupação com os dados de cobertura do PETI, já que entre 1999 e 2001 o Programa sofreu forte impulso em termos de abrangência e cobertura.

Nesta seção analisaremos como evoluiu o trabalho infantil nos municípios e quais os fatores associados a esta evolução. O objetivo é investigar duas das hipóteses apresentadas no capítulo 1, a saber:

- i) a evolução do trabalho infantil nos municípios brasileiros está mais claramente associada a outros fatores comparativamente à taxa de cobertura do PETI;
- ii) o PETI está circunscrito aos municípios mais pobres e com menor capacidade fiscal (ver esquema 2, hipóteses 3 e 4, p. 69). Para isso, a discussão será desenvolvida nas próximas duas subseções e prosseguirá na seção 4.3.

Como visto, a comparação entre um grupo de países (capítulo 2), e entre os estados brasileiros (capítulo 3), quanto às taxas de atividade (população economicamente ativa em relação ao conjunto da população) do grupo de 10 a 14 anos de idade, permitiu identificar significativa associação entre as mesmas e um conjunto de variáveis relativas à produção e renda, ao perfil demográfico e de urbanização, à estrutura do mercado de trabalho, e aos gastos públicos. Na subseção 4.2.1 será analisado se, e em que medida, esta associação também se verifica para o conjunto de municípios brasileiros.

Na subseção 4.2.2, as variações nas taxas de atividade da população de 10 a 14 anos de idade ocorridas entre 2000 e 2010 nos municípios do país serão confrontadas com os dados de atendimento do PETI, buscando-se identificar se a adesão (ou não) dos municípios ao Programa e se os níveis de cobertura frente à demanda potencial (PEA de 10 a 14 anos) estiveram associados àquelas variações.

Nas duas subseções (e também na seção 4.3) trabalharemos com os dados relativos à população economicamente ativa de 10 a 14 anos de idade. Para entendermos o que vem ocorrendo nos municípios brasileiros no período recente quanto ao dimensionamento (ou a incidência) do trabalho infantil este parece ser o melhor indicador disponível pelas seguintes razões:

- i) a informação foi coletada pelos censos demográficos de 2000 e 2010, permitindo analisarmos a variação dos números no período para cada um dos municípios brasileiros, não havendo outro levantamento com dados desagregados por município;
- ii) nos dois levantamentos as informações relativas ao trabalho para todas as pessoas de 10 anos de idade foram levantadas pela aplicação de um

questionário junto a amostras amplas, que superaram 11% da totalidade dos domicílios do país <sup>74</sup>;

- iii) conforme mencionado, os dois recenseamentos trabalharam com o mesmo conceito relativo à população economicamente ativa – PEA (pessoas ocupadas na semana de referência por pelo menos uma hora completa e pessoas desocupadas que tenham adotado alguma providência efetiva de procura de trabalho no período de referência de 30 dias), o que garante a plena comparabilidade entre os dados dos dois levantamentos;
- iv) comparativamente à população ocupada, a PEA se mostra mais adequada para o dimensionamento do trabalho realizado pelas crianças porque é mais próximo da sua “oferta”, captando também a informação relativa aos desocupados à procura de trabalho;
- v) o período decorrido entre 2000 e 2010 praticamente coincide com o de implantação do PETI na maior parte dos municípios brasileiros, quando se tornou expressiva sua cobertura e potencial de impacto na redução do trabalho infantil.

#### **4.2.1 Fatores associados ao trabalho infantil nos municípios**

O censo demográfico de 2010 estimou, com base em informações coletadas em um total de quase 6,2 milhões de domicílios nos quais foi aplicado o questionário da amostra (INSTITUTO ... – IBGE, 2012c, item “aspectos da coleta”), que a população

---

74. No censo de 2000, o planejamento para a aplicação do questionário da amostra previu as frações de 20% dos domicílios nos municípios com até 15 mil habitantes e de 10% nos municípios com mais de 15 mil habitantes, resultando em 11,4% do total de domicílios previstos (INSTITUTO ... – IBGE, 2003b, tabela 9.6). Já para o censo de 2010, conforme mencionado, a aplicação do questionário da amostra foi planejada para 11% da totalidade dos domicílios brasileiros, com frações amostrais que variaram conforme as seguintes classes de população dos municípios: 50% em 260 municípios com até 2,5 mil habitantes, 33% em 1.912 municípios com mais de 2,5 mil até 8 mil habitantes, 20% em 1.749 municípios com mais de 8 mil até 20 mil habitantes, 10% em 1.604 municípios com mais de 20 mil até 500 mil habitantes, e 5% nos 40 municípios com mais de 500 mil habitantes (INSTITUTO ... – IBGE, 2013a, tabela 7.1, p. 218).

de 10 a 14 anos de idade economicamente ativa correspondia a 1.264.930 pessoas, correspondendo a 7,4% do total de pessoas neste grupo de idade (idem, tabela 1.1.1).

Esta proporção varia significativamente conforme a realidade socioeconômica de cada um dos 5.565 municípios brasileiros. A título de curiosidade, vale mencionar que os resultados do levantamento levaram à estimativa de que em 24 municípios, distribuídos por todas as regiões do país, nenhuma criança neste grupo de idade era economicamente ativa. O mais populoso destes municípios é Rio Preto, localizado em Minas Gerais, com pouco menos de 5,3 mil habitantes e 449 crianças neste grupo de idade. Uma década antes, o censo de 2000 estimou que a taxa de atividade no grupo de idade em questão chegou a 18,8% neste mesmo município.

No outro extremo, foram identificados 19 municípios nos quais a taxa de atividade neste grupo de idade estava situada acima de 50%. De forma um tanto surpreendente, 12 destes municípios estavam localizados no Rio Grande do Sul e seis em Santa Catarina, justamente os dois Estados do país que lideram os mais diferentes *rankings* de bem-estar tão comumente veiculados pela grande imprensa. Em cada um destes municípios não residiam mais que 4,5 mil pessoas. O município pernambucano de Manari, o único localizado no nordeste, era também o mais populoso (18 mil habitantes), e foi o que apresentou a mais elevada taxa de atividade em todo o país (61,9%), que resultou da participação na PEA de mais de 1,4 mil das 2,3 mil crianças de 10 a 14 anos nele residentes (INSTITUTO ... – IBGE, 2014a, tabelas 616 e 1378).

Estes são casos extremos, para os quais a metodologia de estudo de caso poderia nos trazer relevantes ensinamentos sobre os fatores associados tanto à não ocorrência da prática do trabalho infantil quanto à sua utilização em larga escala.

Mas, mesmo excluídos os casos de ocorrência de taxas de atividade muito menores ou muito maiores que a verificada para o conjunto do país, há grande variabilidade a respeito. Assim, se em  $\frac{1}{4}$  dos municípios brasileiros as taxas de atividade são inferiores a 5,25%, há também  $\frac{1}{4}$  deles nos quais o indicador supera 13,4%, conforme evidenciam os dados apresentados na tabela 17.

Nesta tabela 17, os municípios brasileiros foram agrupados em 20 classes relativas às taxas de atividade da população de 10 a 14 anos. Foram utilizadas duas casas

decimais de forma a que o número de municípios em cada classe seja praticamente o mesmo (em torno de 278).

O conjunto das demais variáveis apresentadas na tabela 17 é quase o mesmo das utilizadas no capítulo anterior para a análise comparativa dos Estados brasileiros (ver tabela 10, p. 224), com exceção das variáveis “PEA feminina de 15 anos ou mais”, “crescimento anual da população urbana”, e “gasto público subnacional *per capita*”, consideradas para os Estados mas não para os municípios, e “proporção de famílias na agricultura familiar” e “municípios com 3 anos ou mais de PETI”, incluídas especificamente para a análise dos municípios. Estas duas variáveis serão explicadas quando comentarmos os resultados a respeito das mesmas.

Entre as variáveis utilizadas para a comparação entre Estados e que não serão consideradas para a análise relativa aos municípios, as duas primeiras foram excluídas porque, já naquele caso, apresentaram correlação menos elevada com as taxas de atividade comparativamente às demais variáveis analisadas (ver tabela 10, p. 224). Já os dados relativos ao “gasto público subnacional *per capita*” não foram incluídos na tabela 17 porque a correlação encontrada entre os valores apurados para esta variável e as taxas de atividade foi muito baixa (-0,24)<sup>75</sup>.

Antes de analisarmos os resultados para as variáveis relativas à produção e renda, demografia e urbanização, mercado de trabalho e presença do PETI, cabe um breve comentário sobre a distribuição dos municípios segundo as classes das taxas de atividade da população de 10 a 14 anos.

Como mostra a tabela 17, a taxa de atividade global apurada para o país em 2010 para o conjunto das pessoas de 10 a 14 anos (7,4%) é superada pela mediana (8,6%) das taxas observadas no conjunto dos 5.565 municípios.

Essa diferença é explicada porque os maiores municípios brasileiros em termos populacionais estão concentrados entre aqueles que apresentam as menores taxas de atividade. Entre os 38 municípios brasileiros mais populosos (acima de 500 mil habitantes), 27 estão entre os que apresentam taxas de atividade menos elevadas, situadas entre 3,4% (Rio de Janeiro) e 5,2% (Santo André, em São Paulo).

---

75. O resultado é compreensível em função do critério adotado para o agrupamento dos municípios (em classes quanto às taxas de atividade), que exclui qualquer significado aos valores encontrados para o “gasto público subnacional *per capita*”.



**Tabela 17**

Distribuição dos municípios por classes das taxas de atividade da população de 10 a 14 anos segundo algumas variáveis econômicas, sociais, demográficas e do mercado de trabalho – Brasil (2010) (1)

Classes das taxas de atividade da população de 10 a 14 anos	número de municípios	taxa de atividade – 10 a 14 anos (%)	produção e renda			demografia e urbanização			mercado de trabalho			municípios com três anos ou mais de PETI (%)
			PIB per capita (R\$)	rendimento médio das famílias por criança (R\$)	proporção de famílias pobres (%)	número médio de filhos	razão de dependência (0-14/15-64)	população rural (%)	trabalho vulnerável (%)	trabalho na agropecuária (%)	proporção de famílias na agricultura familiar (%)	
Brasil	5.565	7,4	19.766	3.164	14,7	1,85	35,1	15,6	39,5	14,7	8,2	60,7
1) até 2,45%	277	1,8	25.883	2.404	15,4	1,98	35,0	17,8	34,0	17,0	7,7	45,5
2) de 2,46% a 3,38%	279	3,1	28.526	4.829	9,3	1,61	30,5	5,3	28,9	4,9	1,7	56,3
3) de 3,39% a 4,07%	279	3,7	20.141	4.011	9,8	1,68	31,1	5,3	29,7	4,6	1,6	62,7
4) de 4,08% a 4,70%	280	4,5	23.979	3.728	10,3	1,71	33,0	6,6	31,6	5,5	2,3	57,5
5) de 4,71% a 5,24%	282	4,9	27.321	4.641	10,5	1,60	31,7	4,0	30,8	3,9	1,5	64,9
6) de 5,25% a 5,87%	277	5,6	21.290	3.656	11,2	1,71	32,5	7,6	32,3	7,4	3,2	60,3
7) de 5,88% a 6,50%	276	6,1	20.964	3.015	11,7	1,84	36,1	10,1	36,9	10,3	4,4	60,1
8) de 6,51% a 7,10%	280	6,8	15.340	2.136	17,4	2,02	38,2	18,4	44,5	18,5	9,2	61,1
9) de 7,11% a 7,83%	279	7,5	12.587	2.247	17,4	2,03	37,2	19,8	46,6	19,7	10,1	56,3
10) de 7,84% a 8,61%	276	8,2	12.536	2.449	17,6	2,00	37,8	19,7	46,8	19,1	10,5	61,2
11) de 8,62% a 9,37%	278	9,0	12.353	1.907	20,2	2,15	39,9	27,5	51,9	27,2	14,7	62,9
12) de 9,38% a 10,22%	278	9,8	11.287	1.605	24,9	2,21	41,9	35,9	56,8	33,7	17,9	66,2
13) de 10,23% a 11,13%	279	10,7	11.953	1.657	24,1	2,25	41,0	37,3	57,3	33,9	20,5	67,0
14) de 11,14% a 12,18%	277	11,6	9.639	1.539	26,0	2,29	41,4	38,6	59,1	36,5	23,5	62,1
15) de 12,19% a 13,39%	278	12,8	8.765	1.379	29,4	2,36	43,6	41,3	63,9	41,1	24,8	64,4
16) de 13,40% a 15,02%	277	14,1	8.726	1.432	27,7	2,32	42,8	43,1	63,4	42,1	26,9	60,6
17) de 15,03% a 17,06%	278	16,0	8.059	1.205	31,5	2,39	46,2	47,1	66,9	44,6	29,3	66,9
18) de 17,07% a 19,95%	278	18,4	8.210	1.189	31,3	2,40	46,3	47,9	69,4	46,8	29,8	69,8
19) de 19,96% a 25,17%	278	22,1	8.696	1.293	31,1	2,44	45,7	55,7	68,7	52,7	38,7	58,6
20) de 25,18% a 72,51%	279	31,8	10.848	1.809	23,7	2,38	40,7	59,4	65,2	58,5	47,7	48,7
Medianas	..	..	12.445	2.022	18,9	2,09	39,1	23,7	49,4	23,4	12,6	61,2
Correlação A (2)	..	..	-0,70	-0,64	0,73	0,79	0,73	0,90	0,83	0,91	0,96	-0,01

Fontes: INSTITUTO ... – IBGE, 2014a; MINISTÉRIO ... – MDS, 2014b.

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

(1) Todos os dados foram obtidos no IBGE (2014a), com exceção dos relativos ao PETI, obtidos em MDS (2014b). As taxas de atividade correspondem à proporção de pessoas de 10 a 14 anos ocupadas na semana de referência (tabela 616). O PIB 'per capita' corresponde aos preços correntes (tabela 21). O "rendimento médio das famílias por criança" corresponde à razão entre o valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes (tabela 3562) e o número médio de crianças de 0 a 14 anos por domicílio (tabela 1378). A proporção de famílias pobres é o percentual de domicílios com rendimento médio domiciliar 'per capita' de até 1/4 do salário mínimo, incluídos os casos sem rendimento (tabela 3261). O número médio de filhos é a razão entre filhos tidos nascidos vivos pelas mulheres de 10 anos ou mais de idade e o total de mulheres neste grupo de idade (tabela 96). A razão de dependência expressa o quociente entre a população com até 14 anos e a de 15 a 64 anos idade (tabela 1378). A "população rural" é a proporção desta em relação ao total de habitantes (tabela 1378). O "trabalho vulnerável" corresponde à proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, na condição de não contribuintes (em qualquer trabalho) para instituto de previdência oficial (tabela 3581). O trabalho na agropecuária é a proporção de pessoas ocupadas na semana de referência cujo trabalho principal é na agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura ou na indústria extrativa (tabela 3584). A proporção de famílias na agricultura familiar representa a razão entre o número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (tabela 1431), conforme apurado pelo censo agropecuário de 2006, e o número de famílias residentes em domicílios particulares, conforme o censo demográfico de (tabelas 229). Não foram considerados nove municípios para os quais o número de estabelecimentos supera o número de famílias e outros 22 para os quais não há dados a respeito da agricultura familiar.

Para o cálculo dos percentuais de municípios com três anos ou mais de PETI foram considerados os dados relativos ao período de 2005 a 2009. Todas as demais variáveis são referentes ao ano de 2010.

(2) O coeficiente expressa a correlação entre os valores expressos para cada variável e a taxa de atividade.

Os outros 11 municípios apresentam taxas mais elevadas, que em 2010 variaram entre 5,4% (Uberlândia, em Minas Gerais) e 8,2% (Goiânia). Mas todos apresentam taxas situadas abaixo da mediana nacional (8,6%). Dessa forma, muito embora as primeiras 10 classes quanto às taxas de atividade apresentadas na tabela 17 englobem metade dos municípios brasileiros, neles residem quase  $\frac{3}{4}$  (74,4%) das crianças de 10 a 14 anos do país.

Os resultados encontrados para a correlação entre as taxas de atividade e as demais variáveis apresentadas na tabela 17 corroboram as conclusões a que chegamos nas análises comparativas entre os países (capítulo 2) e entre os Estados brasileiros (capítulo 3).

Na verdade, quase todos os coeficientes encontrados na análise do conjunto de municípios superaram, em alguns casos amplamente, os encontrados na análise do conjunto de Estados, mesmo que para estes consideremos os coeficientes de correlação “B”, calculados a partir da exclusão de alguns Estados em cada variável.

Este foi o caso, entre as variáveis de produção e renda, para o PIB *per capita* (coeficiente A igual a -0,71 para os municípios e coeficiente B igual a -0,67 para os Estados), e para a proporção de famílias pobres (respectivamente 0,74 e 0,64). Somente para a variável “rendimento médio das famílias por criança” o valor do coeficiente encontrado para os municípios (0,64) não superou o encontrado para os Estados (-0,78), mas ainda assim foi significativo.

Os coeficientes de correlação encontrados para as variáveis relacionadas à demografia e urbanização foram mais significativos, chegando a 0,73 para a “razão de dependência”, 0,79 para o “número médio de filhos”, e 0,90 para “população rural”.

Os resultados se mostraram ainda mais consistentes para as variáveis relacionadas à estrutura do mercado de trabalho. O “trabalho vulnerável” (proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, na condição de não contribuintes para instituto de previdência oficial) apresentou coeficiente de correlação 0,83 com as taxas de atividade de crianças de 10 a 14 anos de idade.

O trabalho na agropecuária (correlação = 0,90) apresentou resultado idêntico ao apurado para a “população rural” (proporção de moradores em domicílios rurais), já

que estas duas variáveis estão altamente correlacionadas entre si (0,9989). O mesmo já fora verificado na análise dos dados para os Estados.

Mas no caso dos municípios o que realmente chamou a atenção foi a variável “famílias na agricultura familiar”, para a qual foi encontrado o coeficiente de correlação com as taxas de atividade correspondente a 0,96. O resultado impressiona, sobretudo porque constituiu um *proxy* a respeito já que foi calculado com dados obtidos em duas fontes distintas. Os valores para esta variável resultam do quociente entre o número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (apurado pelo censo agropecuário de 2006) existente em cada município e o número de famílias residentes em domicílios particulares (apurado pelo censo demográfico de 2010).

O resultado é um forte indicativo de que a presença da agricultura familiar é ainda mais relevante para a incidência do trabalho de crianças de 10 na 14 anos do que o perfil agropecuário da economia de um município.

Por fim, a tabela 17 apresenta os resultados para a variável relativa à proporção de “municípios com 3 anos ou mais de PETI”. Como a fonte consultada (MINISTÉRIO ... – MDS, 2014b) só apresenta dados relativos à presença do Programa nos municípios brasileiros para o ano de 2005 em diante, optamos por selecionar os municípios que tivessem executado o PETI por pelo menos três anos no período entre 2005 e 2009. O objetivo da inclusão da variável foi analisar se a presença do Programa nos municípios é fator associado à maior ou menor incidência do trabalho infantil em 2010. Entre 2005 e 2009, 3.576 municípios executaram o PETI, mas em 200 deles o Programa funcionou somente um ou dois anos. Entre os demais 3.376 municípios (60,7% do total de municípios brasileiros) há 237 casos nos quais o Programa funcionou três ou quatro anos no período considerado, e 3.139 nos quais o PETI esteve presente sem qualquer interrupção entre os anos de 2005 e 2009.

Entretanto, não foi verificada qualquer correlação (coeficiente = -0,01) entre a presença do Programa no período de 2005 a 2009 e as taxas de atividade das crianças de 10 a 14 anos em 2010. O resultado é um primeiro indicativo de que não há vínculo entre a distribuição dos recursos do Programa pelos municípios brasileiros e a incidência do trabalho infantil, questão que será melhor explorada na seção 4.3.

Evidentemente, o mesmo indicador nada permite afirmar sobre os resultados alcançados pelo PETI nos municípios, sendo necessário que a associação entre a presença do Programa e a incidência do trabalho infantil considere também a cobertura e a evolução das taxas de atividade a partir da sua implantação nos municípios brasileiros. É isso o que faremos na próxima subseção.

#### **4.2.2 Evolução das taxas de atividade e o PETI nos municípios**

No capítulo introdutório apresentamos como uma das hipóteses de pesquisa que a evolução do trabalho infantil nos municípios brasileiros estaria mais claramente associada a outros fatores do que à taxa de cobertura do PETI.

Acreditamos ter apresentado, até aqui, evidências de que as diferenças quanto à incidência do trabalho infantil podem ser explicadas, em ampla medida, pelas diferenças quanto às condições socioeconômicas, demográficas e do mercado de trabalho vigentes em diversos territórios (países, Estados, municípios) e em cada um deles ao longo do tempo.

Entretanto, ainda não exploramos de maneira específica se a adesão municipal à iniciativa federal para a implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil pode ser considerada entre os fatores que explicam a evolução do trabalho infantil no conjunto dos municípios ou ao menos em parte expressiva deles. Nesta subseção trabalharemos os dados disponíveis de forma a buscar evidências a respeito.

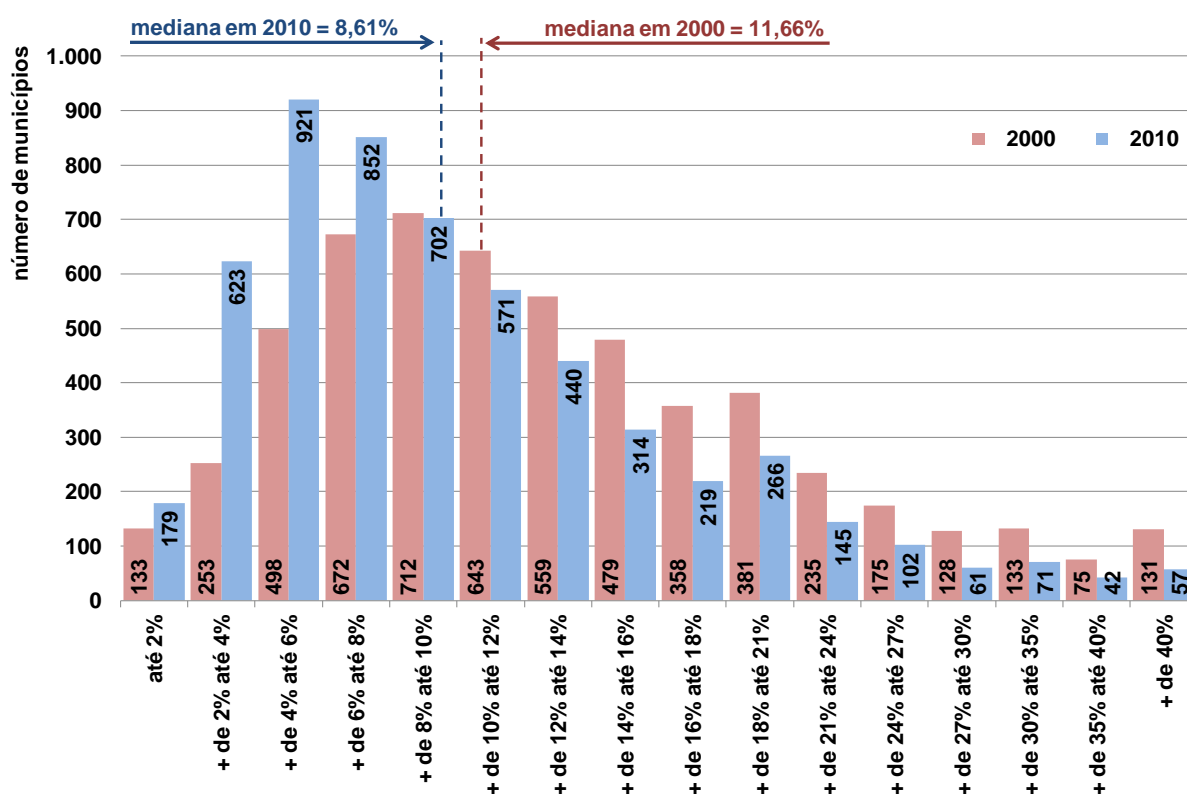
Vejamoinicialmente como evoluiu entre 2000 e 2010 a distribuição dos municípios brasileiros quanto às taxas de atividade da população de 10 a 14 anos de idade.

Em 2000, a taxa de atividade para o conjunto do país correspondeu a 9,4%, e como mostra o gráfico 20, os municípios estavam assim distribuídos: em 15,9% deles as taxas da atividade eram inferiores a 6%, em 36,4% estavam situadas entre 6% e 12%, em 25,1% em 12% e 18%, e em 22,6% superava 18%. Em 2010, a taxa de atividade no país havia declinado para 7,4%, de forma que era maior o número de

municípios com taxas de atividade mais baixas. Em 31,0% deles as taxas não ultrapassavam 6%, em 38,2% estavam situadas entre 6% e 12%, em 17,5% estava entre 12% e 18%), e em 13,4% dos municípios as taxas ainda eram maiores que 18%.

### Gráfico 20

Distribuição dos municípios quanto às taxas de atividade da população de 10 a 14 anos de idade apuradas pelos censos demográficos mais recentes – Brasil (2000 e 2010)



Fonte: INSTITUTO ... – IBGE (2014a, tabelas 200, 616 e 1378).

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Em 70,1% dos municípios ocorreu avanço, com as taxas de atividade declinando em maior ou menor medida, e em muitos casos o avanço a respeito foi notório. Em 1.424 municípios (25,6% do total) as taxas de atividade foram reduzidas em mais de 50% no decorrer da década. Por outro lado, em 1.686 municípios, representando

30,3% do total, as taxas de atividade cresceram (ou permaneceram as mesmas) em relação às apuradas uma década antes.

Os municípios mais populosos não estiveram, definitivamente, entre os que forneceram bons exemplos a respeito. Em 15 do total de 38 com mais de 500 mil habitantes, as taxas não recuaram, sendo notórios os casos de Manaus e Brasília, nos quais as taxas de atividade variaram aproximadamente 1,5% para cima.

Mesmo entre os demais 23 municípios com este porte populacional nos quais as taxas de atividade declinaram, em 22 a variação negativa ficou abaixo do recuo de 2,0% verificado para o conjunto do país, e somente no caso de Uberlândia (Minas Gerais) a diferença entre as taxas de 2000 e 2010 se igualou proporcionalmente ao mencionado recuo nacional.

Já entre os 246 municípios de médio porte, aqui considerados como aqueles com população entre 100 mil e 500 mil habitantes, o avanço foi mais expressivo, com as taxas de atividade variando para baixo em 202 casos (82,1% do total).

Para os dados apresentados na tabela 18 os municípios foram divididos em quintis quanto às taxas de atividade apuradas em 2000 e 2010. Para cada um destes dois anos, o primeiro quintil reúne 20% dos municípios que apresentaram as taxas de atividade mais reduzidas, o segundo quintil os 20% seguintes, e assim sucessivamente, até o quinto quintil, que reúne os 20% que apresentaram as taxas de atividades mais elevadas.

A área marcada com fundo em azul mostra os municípios nos quais o avanço em relação ao conjunto do país foi mais evidente, pois em 2010 eles estavam em quintis melhor situados do que em 2000. O fundo em vermelho indica o conjunto de municípios em que ocorreu o oposto.

De acordo com este critério classificatório, há 1.841 (33,1%) municípios nos quais ocorreu melhora. No decorrer da década passada o PETI foi implantado em 1.254 (68,1%) destes municípios.

Neste conjunto de 1.841 municípios, há 783 casos (14,1% do total de municípios brasileiros), que na tabela 18 aparecem destacados com fundo azul mais escuro, nos quais o avanço foi mais importante. Entre 2000 e 2010 estes municípios “avançaram” dois quintis (535 casos), três quintis (184 casos) ou até quatro quintis

(64 casos). Deste total de 783 municípios nos quais a melhora foi mais acentuada, o PETI foi implantado em 512 (65,4%) e não foi implantado em 271 (34,6%).

### **Tabela 18**

Distribuição dos municípios em quintis relativos às taxas de atividade da população de 10 a 14 anos de idade apuradas pelos censos demográficos mais recentes – Brasil (2000 e 2010)

Distribuição dos municípios segundo os quintis relativos às taxas de atividade		posição em 2010 (quintis e taxas de atividade)					
		total	1º até 4,701%	2º entre 4,704% e 7,0968%	3º entre 7,0970% e 10,217%	4º entre 10,220% e 15,023%	5º entre 15,035% e 72,510%
posição em 2000 (quintis e taxas de atividade)	total	<b>5.565</b>	<b>1.113</b>	<b>1.113</b>	<b>1.113</b>	<b>1.113</b>	<b>1.113</b>
	1º até 6,720%	<b>1.113</b>	<b>471</b>	<b>268</b>	<b>163</b>	<b>109</b>	<b>102</b>
	2º entre 6,726% e 9,871%	<b>1.113</b>	<b>288</b>	<b>326</b>	<b>236</b>	<b>175</b>	<b>88</b>
	3º entre 9,883% e 13,533%	<b>1.113</b>	<b>191</b>	<b>259</b>	<b>290</b>	<b>248</b>	<b>125</b>
	4º entre 13,534% e 18,996%	<b>1.113</b>	<b>99</b>	<b>175</b>	<b>255</b>	<b>325</b>	<b>259</b>
	5º entre 19,008% e 98,596%	<b>1.113</b>	<b>64</b>	<b>85</b>	<b>169</b>	<b>256</b>	<b>539</b>

Fonte: INSTITUTO ... – IBGE (2014a, tabelas 200, 616 e 1378).

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Em outros 1.951 municípios (35,0%) a posição relativa praticamente não foi alterada, já que em 2010 estavam situados nos mesmos quintis que em 2000. O PETI foi implantado em 1.196 (66,9%) destes municípios.

E nos 1.773 municípios restantes, que aparecem na tabela 18 nas células com fundo em vermelho, os dados de 2010 evidenciam que houve piora em relação à posição que ocupavam em 2000.

Estes casos representam 31,9% do total de municípios brasileiros, mas entre eles estão 43,4% dos municípios da Região Norte, 38,8% do Centro-Oeste, 33,8% do

Nordeste, 32,9% do Sul e “somente” 23,9% do Sudeste, o que nos indica que grande quantidade de municípios situados nas regiões mais pobres do país se distanciou ainda mais da maioria dos municípios situados no Sudeste, contrariando tendência verificada para a maior parte dos indicadores econômicos e sociais, já que a década foi caracterizada pela redução das desigualdades inter-regionais. Neste conjunto de 1.773 municípios, o PETI estava presente em 1.126 (63,5%).

Entre estes há 762 municípios (13,7% do total), destacados na tabela 18 com fundo vermelho mais escuro, nos quais o retrocesso foi mais acentuado, já que entre 2000 e 2010 eles “declinaram” dois (463 casos), três (197 casos) ou até quatro quintis (102 casos). Deste total de 762 casos nos quais a piora foi mais acentuada, o PETI foi implantado em 467 (61,2%) e não foi implantado em 295 (38,7%) municípios.

Nas tabelas 19 e 20 os municípios foram novamente agrupados em quintis, mas para tal foram consideradas as variações percentuais das taxas de atividade entre 2000 e 2010 em cada um deles. Assim, por exemplo, se no município “X” a taxa de atividade em 2000 foi correspondente a 10%, e em 2010 foi igual a 5%, entre 2000 e 2010 terá ocorrido redução de 50%.

Uma vez calculado este indicador para cada município, eles foram ordenados e classificados em quintis, sendo o primeiro composto pelo conjunto de municípios nos quais a redução das taxas de atividade foi mais acentuada, e o último por aqueles nos quais as taxas mais cresceram. Agrupados os municípios segundo este critério, a tabela 19 apresenta a distribuição dos mesmos quanto ao contingente populacional, as grandes regiões, e as taxas de atividade do grupo de 10 a 14 anos em 2000, e a tabela 20 apresenta a distribuição quanto ao crescimento real do PIB *per capita*, à variação de população rural, à variação do trabalho protegido, e à cobertura potencial do PETI até 2009.

No que diz respeito ao porte populacional dos municípios os dados indicam que os municípios menos populosos (até 8 mil habitantes) se saíram ligeiramente melhor que os das duas faixas seguintes (entre 8 mil e 50 mil), mas nada que permita identificar tendência clara a respeito. Já nas faixas populacionais seguintes, quanto mais populosos são os municípios, menor foi a redução do trabalho infantil. Entre os 99 municípios com mais de 250 mil habitantes, nenhum ficou situado no primeiro quintil, somente 11 ficaram no segundo quintil, ao passo que 48 ficaram no quarto e último quintis.



**Tabela 19**

Distribuição dos municípios em quintis relativos à variação das taxas de atividade da população de 10 a 14 anos de idade entre 2000 e 2010, segundo faixa populacional, grandes regiões e taxas de atividade em 2000 – Brasil

Variáveis selecionadas	Quintis por faixas de variação das taxas de atividade entre 2000 e 2010											
	total	em números absolutos					sem informação	distribuição percentual (1)				
		1º	2º	3º	4º	5º		1º	2º	3º	4º	5º
		-100,0% a -56,034%	de -56,015% a -36,728%	de -36,680% a -15,839%	de -15,838% a +18,665%	+18,668% em diante		-100,0% a -56,034%	de -56,015% a -36,728%	de -36,680% a -15,839%	de -15,838% a +18,665%	+18,668% em diante
total de municípios	5.565	1.096	1.096	1.097	1.096	1.096	84	20,0	20,0	20,0	20,0	20,0
<b>população em 2010 (habitantes)</b>												
até 2,5 mil	285	86	29	20	39	70	41	35,2	11,9	8,2	16,0	28,7
+ de 2,5 mil até 8 mil	1.894	509	329	293	302	425	36	27,4	17,7	15,8	16,3	22,9
+ de 8 mil até 20 mil	1.735	335	355	333	353	355	4	19,4	20,5	19,2	20,4	20,5
+ de 20 mil até 50 mil	1.043	126	240	249	234	193	1	12,1	23,0	23,9	22,5	18,5
+ de 50 mil até 100 mil	325	29	83	99	78	35	1	9,0	25,6	30,6	24,1	10,8
+ de 100 mil até 250 mil	184	11	49	63	49	11	1	6,0	26,8	34,4	26,8	6,0
+ de 250 mil até 500 mil	61	-	11	28	17	5	-	-	18,0	45,9	27,9	8,2
+ de 500 mil	38	-	-	12	24	2	-	-	-	31,6	63,2	5,3
<b>grandes regiões</b>												
Norte	449	92	54	60	104	138	1	20,5	12,1	13,4	23,2	30,8
Nordeste	1.794	340	331	365	381	364	13	19,1	18,6	20,5	21,4	20,4
Sudeste	1.668	412	408	357	257	221	13	24,9	24,7	21,6	15,5	13,4
Sul	1.188	170	216	234	255	278	35	14,7	18,7	20,3	22,1	24,1
Centro-Oeste	466	82	87	81	99	95	22	18,5	19,6	18,2	22,3	21,4
<b>taxas de atividade em 2000</b>												
até 5%	515	30	33	56	107	289	-	5,8	6,4	10,9	20,8	56,1
mais de 5% a 10%	1.669	210	279	369	344	467	-	12,6	16,7	22,1	20,6	28,0
mais de 10% a 15%	1.443	299	324	302	315	203	-	20,7	22,5	20,9	21,8	14,1
mais de 15% a 20%	872	215	199	186	192	80	-	24,7	22,8	21,3	22,0	9,2
mais de 20%	982	342	261	184	138	57	-	34,8	26,6	18,7	14,1	5,8
sem informação	84	-	-	-	-	-	84	..	..	..	..	..

Fonte: INSTITUTO ... – IBGE (2014a, tabelas 200, 616 e 1378).

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

(1) Cálculo dos percentuais não considera os casos “sem informação”.

Quanto à distribuição por grandes regiões, os destaques negativos ficam com o Norte, região na qual 54,0% dos municípios ficaram nos dois últimos quintis, e o Sul, onde a mesma situação ocorreu com 46,2% dos municípios. Os dados confirmam comentário sobre o aprofundamento desta dimensão da desigualdade regional, pois foi no Sudeste que se verificou “melhor desempenho”, com quase 50% dos municípios nos dois primeiros quintis.

A terceira variável apresentada na tabela 19 é relativa às taxas de atividade em 2000. O objetivo é percebermos como se saíram os municípios com taxas mais elevadas no início da década (em 2000) comparativamente aos que já estavam em

melhor situação a respeito (taxas mais reduzidas). Os dados mostram nitidamente que os municípios que em 2000 apresentavam taxas de atividade mais elevadas foram os que, proporcionalmente, mais reduziram as taxas de atividade, o que nos indica que, mesmo tendo se acentuado as diferenças regionais, as distâncias intermunicipais parecem ter se reduzido.

Isso ocorreu também, ainda que em pequena medida, porque houve retrocesso a respeito na maior parte dos municípios que em 2000 apresentavam taxas de atividade inferiores a 5%, nos quais foi observado aumento do trabalho infantil. Os dados da tabela 19 mostram que mais de  $\frac{3}{4}$  destes municípios ficaram nos dois últimos quintis, e que em 56,1% deles a taxa de atividade cresceu mais que 18,7%.

Assim, estar entre os municípios que apresentam taxas de atividade mais baixas em determinado ano não significa, de forma alguma, permanecer neste mesmo grupo posteriormente. Pelo contrário, os dados parecem indicar que nestes casos o risco de que ocorra retrocesso é ainda maior.

E, no período recente, isso parece ser particularmente importante quando o crescimento da economia local está ancorada nas atividades do setor primário. Em parte significativa dos municípios que na década passada tiveram aumento mais expressivo da população rural ocorreu aumento do trabalho infantil.

Como exemplo pode ser citado o conjunto de 371 municípios nos quais a população moradora em domicílios na zona rural cresceu mais que 30% em uma década (tabela 20). Mais que a metade deles (189) está situada nos dois piores quintis relativos à variação das taxas de atividade do grupo de 10 a 14 anos de idade, enquanto menos de  $\frac{1}{3}$  (120) estão nos dois melhores quintis. Esta relação se inverte quando analisamos o conjunto dos 646 municípios nos quais o contingente populacional na zona rural declinou mais que 30% no período em questão, já que 45,5% deles estão nos dois primeiros quintis e 35,9% nos dois últimos.

A tabela 20 apresenta ainda a distribuição dos municípios conforme faixas relativas ao crescimento real do PIB *per capita* durante a década passada. Os dados não indicam tendências consistentes a respeito já que, ao contrário do que se poderia esperar quanto à distribuição dos municípios pelas faixas de variação das taxas de atividade, praticamente não é possível observar diferenças entre os grupos de

municípios nos quais o crescimento do PIB *per capita* foi mais elevado e aqueles nos quais foi mais baixo ou mesmo negativo.

**Tabela 20**

Distribuição dos municípios em quintis relativos à variação das taxas de atividade da população de 10 a 14 anos de idade entre 2000 e 2010, segundo algumas variáveis selecionadas – Brasil

Variáveis selecionadas	Quintis por faixas de variação das taxas de atividade entre 2000 e 2010												
	total	em números absolutos					sem informação	distribuição percentual (1)					
		1º -100,0% a -56,034%	2º de -56,015% a -36,728%	3º de -36,680% a -15,839%	4º de -15,838% a +18,665%	5º +18,668% em diante		1º -100,0% a -56,034%	2º de -56,015% a -36,728%	3º de -36,680% a -15,839%	4º de -15,838% a +18,665%	5º +18,668% em diante	
total de municípios	5.565	1.096	1.096	1.097	1.096	1.096	84	20,0	20,0	20,0	20,0	20,0	20,0
<b>variação da população rural</b>													
redução de 30% ou mais	646	158	134	119	121	110	4	24,6	20,9	18,5	18,8	17,1	17,1
redução de 15% até 29,9%	1.396	291	296	272	260	272	5	20,9	21,3	19,6	18,7	19,6	19,6
0% até redução de 14,9%	1.752	358	356	348	349	332	9	20,5	20,4	20,0	20,0	19,0	19,0
aumento de 0,1% até 15,0%	931	156	191	193	190	196	5	16,8	20,6	20,8	20,5	21,2	21,2
aumento de 15,1% até 30,0%	340	67	49	80	67	75	2	19,8	14,5	23,7	19,8	22,2	22,2
aumento de mais de 30%	371	61	59	61	86	103	1	16,5	15,9	16,5	23,2	27,8	27,8
sem zona rural em 2000 e 2010	129	5	11	24	23	8	58	7,0	15,5	33,8	32,4	11,3	11,3
<b>crescimento do PIB <i>per capita</i> real (2)</b>													
menor ou igual a 0%	403	88	94	81	75	65	-	21,8	23,3	20,1	18,6	16,1	16,1
+ de 0% até 25%	1.082	209	238	228	202	205	-	19,3	22,0	21,1	18,7	18,9	18,9
+ de 25% até 50%	1.938	388	400	393	376	381	-	20,0	20,6	20,3	19,4	19,7	19,7
+ de 50% até 100%	1.688	329	287	337	374	361	-	19,5	17,0	20,0	22,2	21,4	21,4
+ de 100%	370	82	77	58	69	84	-	22,2	20,8	15,7	18,6	22,7	22,7
sem informação	84	-	-	-	-	-	84	..	..	..	..	..	..
<b>variação do trabalho protegido (3)</b>													
redução	243	54	41	34	48	64	2	22,4	17,0	14,1	19,9	26,6	26,6
aumento até 25%	654	160	119	113	119	139	4	24,6	18,3	17,4	18,3	21,4	21,4
aumento > 25% até 50%	1.422	320	302	307	269	220	4	22,6	21,3	21,7	19,0	15,5	15,5
aumento > 50% até 100%	2.173	396	440	466	449	412	10	18,3	20,3	21,5	20,8	19,0	19,0
aumento > 100%	1.064	166	185	177	211	261	64	16,6	18,5	17,7	21,1	26,1	26,1
<b>cobertura potencial do PETI até 2009 (4)</b>													
sem adesão	1.989	398	411	369	335	419	57	20,6	21,3	19,1	17,3	21,7	21,7
menos de 3 anos de funcionamento	200	41	34	44	44	33	4	20,9	17,3	22,4	22,4	16,8	16,8
cobertura de até 50%	791	89	166	217	202	117	-	11,3	21,0	27,4	25,5	14,8	14,8
cobertura entre +50% até 75%	394	53	86	87	94	74	-	13,5	21,8	22,1	23,9	18,8	18,8
cobertura entre +75% até 125%	591	102	132	127	128	102	-	17,3	22,3	21,5	21,7	17,3	17,3
cobertura entre +125% até 200%	541	112	114	105	111	99	-	20,7	21,1	19,4	20,5	18,3	18,3
cobertura entre +200% até 400%	607	165	94	95	115	138	-	27,2	15,5	15,7	18,9	22,7	22,7
cobertura > 400%	423	130	59	53	67	114	-	30,7	13,9	12,5	15,8	27,0	27,0
sem informação	29	6	-	-	-	-	23	..	..	..	..	..	..

Fontes: INSTITUTO ... – IBGE (2014a, tabelas 21, 200, 202, 616, 1378, 2954, 2960 e 3581); INSTITUTO ... – IPEA (2014); MINISTÉRIO ... – MDS (2014b).

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

- (1) Cálculo dos percentuais não considera os casos "sem informação".
- (2) Para os cálculos, os valores nominais foram ajustados pela variação do deflator implícito do PIB entre 2000 e 2010 (2,241152).
- (3) Foi considerado o número de trabalhadores contribuintes para instituto de previdência oficial em qualquer trabalho.
- (4) Para os dados de cobertura potencial do PETI, foram adotados os seguintes cálculos: a) estimativa da PEA de 2005 com base em progressão geométrica entre os valores de 2000 e 2010 em cada município; b) média anual de beneficiários do PETI entre 2005 e 2009, considerados os três anos com maior atendimento para aqueles municípios em que ocorreu variação no número.

O terceiro indicador apresentado na tabela 20 diz respeito ao “trabalho protegido”, expressando o percentual de variação no número de pessoas ocupadas que contribuem para instituto de previdência oficial. Na década passada o número de pessoas de 15 anos ou mais nesta condição cresceu 54,4%, passando de 33,8 milhões em 2000 para 52,2 milhões em 2010.

O que se deveria esperar a respeito, é que naqueles municípios nos quais o crescimento do trabalho protegido foi mais elevado, houvesse diminuído o número de crianças trabalhando, já que a expansão de oportunidades para os adultos tende a melhorar a condição de vida das famílias.

Mas os dados da tabela 20 não autorizam esse raciocínio. Dos 1.000 municípios com informações a respeito nos quais o “trabalho protegido” cresceu mais que 100% ao longo da década, 47,2% estão nos dois piores quintis relativos à variação das taxas de atividade no grupo de 10 a 14 anos de idade.

O mesmo se verifica no outro extremo, já que entre os 241 municípios nos quais ocorreu redução do “trabalho protegido” na década passada, há 112 (46,5%) nos mesmos quintis. Assim, os dados sugerem que, tanto a falta de oportunidades, quanto o aquecimento da demanda por mão de obra em geral, podem resultar em aumento do trabalho infantil.

Em situação mais equilibrada ficou o conjunto de 1.418 municípios nos quais o trabalho protegido cresceu entre 25% e 50% na década passada, já que 622 deles (43,9%) estão situados nos dois quintis nos quais as taxas de atividade no grupo de 10 a 14 anos de idade mais declinaram no mesmo período.

A variável relativa à cobertura potencial do PETI foi calculada como a razão entre média anual de beneficiários entre 2005 e 2009 e a estimativa do número de pessoas de 10 a 14 anos economicamente ativas em 2005.

Quanto aos quase 2.000 municípios que até 2009 não haviam aderido ao PETI, os dados mostram uma distribuição praticamente homogênea entre os quintis relativos à variação das taxas de atividade, com 41,9% deles nos dois primeiros quintis e 39,0% nos dois últimos.

Entre os 3.376 municípios nos quais o PETI funcionou por pelo menos três anos no período entre 2005 e 2009, a distribuição pelos quintis é bastante variada conforme seja menor ou maior a cobertura potencial. Os números relativos ao primeiro quintil

permitem perceber tais diferenças com maior nitidez. Entre os municípios com cobertura potencial de até 50%, somente 11,3% estão situados no primeiro quintil, ou seja, estão entre aqueles nos quais a redução das taxas de atividade foi mais acentuada.

A quantidade de municípios no primeiro quintil vai se tornando proporcionalmente maior conforme também vai se elevando a cobertura potencial. Mas é notável que, entre os municípios que apresentam cobertura potencial situada nas faixas de 50% a 75%, e de 75% a 125%, as porcentagens dos que aparecem no primeiro quintil (respectivamente, 13,5% e 17,3%) são inferiores às verificadas entre os municípios que não aderiram ao PETI.

É apenas no conjunto de municípios com cobertura potencial situada entre 125% e 200% que a proporção dos que estão situados no primeiro quintil (20,7%) se iguala à verificada entre os municípios que não aderiram ao Programa (20,6%).

A partir daí, são maiores as proporções de municípios situados no primeiro quintil. Entre os municípios com cobertura potencial entre 200% e 400%, 27,2% estão no primeiro quintil, e entre aqueles com cobertura superior a 400% a proporção dos situados no primeiro quintil chega a 30,7%.

Mas, mesmo nestes dois conjuntos, também é elevada a proporção dos municípios localizados no último quintil. Quase  $\frac{1}{4}$  (24,5%) dos 1.030 municípios nos quais a cobertura potencial do PETI é superior a 200% estão localizados no último quintil quanto à variação das taxas de atividade, ou seja, estão entre aqueles municípios nos quais a taxa de atividade cresceu mais que 18% entre 2000 e 2010.

Em síntese, quanto às variações nas taxas de atividade do grupo de 10 a 14 anos observadas no conjunto dos municípios brasileiros, os dados apresentados na tabela 20 são indicativos de que, no “curto prazo” de uma década:

- i) as taxas de crescimento do produto econômico dos municípios não se refletem na variação do trabalho infantil;
- ii) em muitos casos, a variação das taxas de atividade está associada à variação da população residente na zona rural, com tendência de aumento das taxas de atividade na medida em que seja maior o crescimento da população rural, e de que ocorra o oposto quanto mais acentuada for a redução do número de habitantes na zona rural;

- iii) a expansão e melhoria do mercado de trabalho em âmbito local também não se traduz em imediata redução das taxas de atividade do grupo de 10 a 14 anos de idade, ocorrendo o inverso em grande parte dos municípios, principalmente entre aqueles nos quais há forte aquecimento do mercado de trabalho; e
- iv) nos municípios que aderiram ao PETI, a tendência de redução do trabalho infantil variou bastante conforme o número de atendimentos frente à demanda; na maior parte dos municípios nos quais a “cobertura potencial” do Programa foi mais baixa, a redução das taxas de atividade foi mais modesta, inclusive comparativamente aos municípios que não aderiram ao Programa; ao mesmo tempo, entre os municípios com “cobertura potencial” muito elevada, proporções expressivas se concentram tanto entre aqueles nos quais a redução das taxas de atividade foi mais acentuada quanto entre aqueles nos quais ocorreu forte aumento das taxas de atividade do grupo de 10 a 14 anos de idade.

Especificamente em relação ao PETI, é preciso avançarmos um pouco mais na busca da identificação de tendências quanto à associação entre a variação das taxas de atividade e a execução (ou não) do Programa pelos municípios.

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais coleta dados junto às Prefeituras, e além de um núcleo de questões habituais, em cada levantamento elege alguns temas específicos para o levantamento de dados sobre a existência e execução de ações em campos específicos de políticas públicas.

No levantamento de 2011, foi investigado o tema mais amplo dos direitos humanos, que incluiu o levantamento sobre a existência de “política, programa ou ações para crianças e adolescentes”, e em caso afirmativo, se incluíam “programas, ações ou medidas” específicas de vários tipos, entre as quais as voltadas ao “enfrentamento do trabalho infantil” (INSTITUTO ... – IBGE, 2012h).

Do total de municípios brasileiros, 5.358 (96,3%) responderam afirmativamente quanto à existência de “política, programa ou ações para crianças e adolescentes”, refletindo a decisiva incorporação institucional do tema pelo poder público municipal desde a Constituição de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente. E, destes, 3.918 municípios (70,4% do total) responderam afirmativamente à questão sobre “programas, ações ou medidas” voltadas ao “enfrentamento do trabalho infantil”.

O cruzamento das informações desta fonte com as do MDS (MINISTÉRIO ... – MDS, 2014b) relativas ao mesmo ano de 2011 mostra que 3.187 municípios brasileiros (57,3% do total) desenvolviam programas, ações ou medidas nesta área, entre as quais o PETI, enquanto 731 (13,1%) o faziam mesmo sem aderir ao PETI.

A partir deste cruzamento, a tabela 21 agrega os municípios brasileiros em quatro categorias, conforme o desenvolvimento de programas, ações ou medidas e a adesão ao PETI, de forma a compararmos os dados relativos à variação da população economicamente ativa e verificarmos se a execução do Programa pelos municípios vem resultando em maior ou menor redução das taxas de atividade comparativamente aos demais municípios. Os critérios adotados para a classificação dos municípios estão apresentados na nota 1 da própria tabela 21.

A tabela 21 mostra, em primeiro lugar, que na década passada a redução da PEA de 10 a 14 anos foi generalizada. Para o conjunto do país a PEA diminuiu 22,1% em termos absolutos, e a taxa de atividade declinou 21,3% (de 9,4% para 7,4%).

Esta redução foi mais acentuada nos municípios menos populosos (até 50 mil habitantes). Da redução de quase 360 mil crianças de 10 a 14 anos na PEA entre 2000 e 2010, mais de 2/3 (243,5 mil) ocorreu nestes municípios.

No agregado deste conjunto de municípios (com até 50 mil habitantes) a redução da PEA entre 2000 e 2010 foi de 26,7%, e a redução das taxas de atividade ficou um pouco abaixo (22,7%) porque neles ocorreu também diminuição do contingente populacional neste grupo de idade <sup>76</sup>.

É importante ressaltar que 52,8% das crianças do país neste grupo de idade residem em municípios com até 50 mil habitantes. Proporcionalmente, o conjunto de municípios onde ocorreu maior redução das taxas de atividade foi o dos situados na faixa de 2,5 mil a 8 mil habitantes.

---

76. Como já comentado, entre 2000 e 2010 a população de 10 a 14 anos praticamente se estabilizou no país, crescendo somente 1,1% no período como um todo. Entretanto, no conjunto dos municípios que em 2010 tinham menos que 50 mil habitantes, houve uma redução de 5,1% do contingente populacional neste grupo de idade, ocorrendo o oposto nos municípios de 50 mil a 250 mil habitantes, onde cresceu 3,2%. Já nos municípios com mais de 500 mil habitantes também ocorreu redução de 0,9%.

**Tabela 21**

Evolução da população economicamente ativa e das taxas de atividade no grupo de 10 a 14 anos de idade nos municípios, por existência de programas, ações ou medidas de enfrentamento do trabalho infantil, e adesão ao PETI, segundo faixas quanto ao número de habitantes – Brasil (2000-2010)

categorias relativas à existência de programa, ação ou medida, e faixas quanto ao número de habitantes	nº de municípios	PEA de 10 a 14 anos				taxas de atividade		
		2000	2010	diferença	variação (%)	2000	2010	variação (%)
total	5.565	1.624.539	1.264.930	-359.609	-22,1	9,4	7,4	-21,3
até 2,5 mil	285	9.801	7.006	-2.795	-28,5	18,2	14,3	-21,7
+ de 2,5 mil até 8 mil	1.894	158.360	98.739	-59.621	-37,6	15,8	11,1	-29,6
+ de 8 mil até 20 mil	1.735	340.913	247.589	-93.324	-27,4	14,1	11,0	-22,3
+ de 20 mil até 50 mil	1.043	402.858	315.068	-87.790	-21,8	12,7	10,1	-20,2
+ de 50 mil até 100 mil	325	212.275	165.293	-46.982	-22,1	10,1	7,8	-23,3
+ de 100 mil até 250 mil	183	166.066	127.583	-38.483	-23,2	7,1	5,2	-26,7
+ de 250 mil até 500 mil	62	110.668	90.401	-20.267	-18,3	6,2	4,9	-20,7
+ de 500 mil	38	223.565	213.225	-10.340	-4,6	5,0	4,8	-3,7
com adesão ao PETI	3.139	1.236.282	980.479	-255.803	-20,7	9,0	7,2	-20,3
até 500 mil habitantes	3.102	1.018.811	777.460	-241.351	-23,7	10,8	8,2	-23,7
até 2,5 mil	80	3.323	1.946	-1.377	-41,4	18,4	12,4	-32,9
+ de 2,5 mil até 8 mil	879	83.332	50.727	-32.605	-39,1	16,3	11,2	-31,3
+ de 8 mil até 20 mil	975	208.779	151.124	-57.655	-27,6	15,0	11,4	-24,2
+ de 20 mil até 50 mil	711	298.539	239.592	-58.947	-19,7	13,3	10,7	-19,0
+ de 50 mil até 100 mil	257	180.337	142.800	-37.537	-20,8	10,6	8,3	-21,9
+ de 100 mil até 250 mil	143	140.358	106.226	-34.132	-24,3	7,4	5,4	-27,0
+ de 250 mil até 500 mil	57	104.143	85.045	-19.098	-18,3	6,3	5,0	-20,9
+ de 500 mil	37	217.471	203.019	-14.452	-6,6	5,0	4,8	-5,1
com programas, ações ou medidas, sem adesão ao PETI	638	113.058	81.657	-31.401	-27,8	11,4	8,6	-24,3
até 2,5 mil	50	1.970	1.088	-882	-44,8	21,8	13,6	-37,8
+ de 2,5 mil até 8 mil	268	21.318	14.034	-7.284	-34,2	16,4	12,3	-25,2
+ de 8 mil até 20 mil	185	33.050	25.376	-7.674	-23,2	13,1	11,2	-14,4
+ de 20 mil até 50 mil	100	32.642	22.322	-10.320	-31,6	11,9	8,6	-28,0
+ de 50 mil até 100 mil	18	10.712	7.945	-2.767	-25,8	10,4	7,6	-27,5
+ de 100 mil até 250 mil	16	11.793	9.283	-2.510	-21,3	6,2	4,7	-25,1
+ de 250 mil até 500 mil	1	1.573	1.609	36	2,3	4,7	4,9	4,3
sem programas, ações ou medidas	1.351	186.234	133.304	-52.930	-28,4	10,9	8,2	-24,3
até 2,5 mil	133	3.639	3.286	-353	-9,7	16,2	15,6	-3,7
+ de 2,5 mil até 8 mil	585	40.078	26.015	-14.063	-35,1	14,7	10,8	-26,8
+ de 8 mil até 20 mil	417	68.164	46.901	-21.263	-31,2	12,5	9,6	-23,3
+ de 20 mil até 50 mil	163	46.912	36.518	-10.394	-22,2	10,2	8,2	-19,4
+ de 50 mil até 100 mil	35	15.120	10.532	-4.588	-30,3	7,4	5,1	-30,4
+ de 100 mil até 250 mil	15	8.932	7.496	-1.436	-16,1	6,2	4,8	-22,0
+ de 250 mil até 500 mil	3	3.389	2.556	-833	-24,6	5,0	3,7	-25,2
demais municípios (1)	437	88.932	69.464	-19.468	-21,9	9,9	7,6	-23,2

Fontes: INSTITUTO ... – IBGE (2012h, variável A496; 2014a, tabelas 200, 616 e 1378); MINISTÉRIO ... – MDS (2014b).

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

- (1) Os municípios foram enquadrados nas categorias conforme os seguintes critérios: "com adesão ao PETI" são os que permaneceram no Programa entre 2005 e 2009, sem interrupção; "com programas, ações ou medidas, sem adesão ao PETI" são os que em 2011 desenvolviam programas, ações em medidas mas não participaram do PETI em nenhum dos anos entre 2005 e 2009 (mesmo que nele tenham ingressado de 2010 em diante); "sem programas, ações ou medidas" são os que, em 2011, não desenvolviam programas, ações ou medidas de enfrentamento ao trabalho infantil, e que não participaram do PETI em nenhum dos anos entre 2005 e 2009 (mesmo que nele tenham ingressado de 2010 em diante); "demais municípios" são os que participaram do PETI entre 2005 e 2009, mas por período menor que cinco anos, tenham ou não desenvolvido programas, ações ou medidas de enfrentamento ao trabalho infantil em 2011.



Apesar do avanço, neste conjunto de municípios as taxas de atividade ainda permanecem mais elevadas que naqueles com mais de 50 mil habitantes, o que certamente se explica, em ampla medida, pelo maior peso da produção agropecuária e da agricultura familiar que neles se verifica.

Nos 570 municípios situados na faixa de 50 a 500 mil habitantes a redução da PEA também foi importante (21,6%), e como neste caso ocorreu aumento da população de 10 a 14 anos, a queda das taxas de atividade foi mais pronunciada (24,0%). No agregado destes municípios a taxa de atividade em 2010 atingiu 6,0%.

Já no conjunto das grandes cidades (mais de 500 mil habitantes) a redução da PEA (4,6%) e da taxa de atividade (3,7%) foi muito pequena, com este último indicador tendo oscilado de 5,0% em 2000 para 4,8% em 2010.

Em segundo lugar, a comparação entre os três subgrupos de municípios mostra que a redução da PEA foi menor no conjunto daqueles que aderiram ao PETI.

Em parte, isso se explica porque neste conjunto estão 37 dos 38 municípios com mais de 500 mil habitantes. Mas, mesmo excluídos estes da conta, o que se verifica é que nos municípios que entre 2005 e 2009 participaram do PETI ininterruptamente, a redução da PEA de 10 a 14 anos (23,7%) ficou abaixo da que foi observada para o conjunto dos municípios que não aderiram ao PETI mas que contavam com política, programa ou ação (27,8%), e também da que ocorreu entre aqueles que não contavam com nenhuma das duas formas de enfrentamento do trabalho infantil (28,4%).

Ainda comparando os três subconjuntos, e excluídos os municípios com mais de 500 mil habitantes, a redução das taxas de atividade foi quase a mesma entre aqueles com PETI (23,7%), entre os com outras ações (24,3%) e entre os que não desenvolvem quaisquer ações de combate ao trabalho infantil (24,3%).

Quando os três subconjuntos são comparados conforme as faixas populacionais, os números permitem concluir que nos municípios com até 50 mil habitantes, a redução da PEA entre os que desenvolveram ações do PETI (25,4%) foi menor que entre os que desenvolveram outras ações (29,4%) e mesmo do que entre os que não desenvolvem ação alguma (29,0%). O mesmo ocorre para o conjunto daqueles entre 50 mil e 250 mil habitantes (redução de 21,4% entre os que têm PETI, de 21,8% entre os que têm outras ações, e de 25,0% entre os que não desenvolvem ações).

E, em terceiro lugar, mesmo não considerados os municípios com mais de 500 mil habitantes, as taxas de atividade observadas em 2000 para o conjunto de municípios com PETI era ligeiramente inferior (10,8%) àquela observada entre os municípios com outras ações (11,4%) e quase idêntica à observada entre os que não desenvolviam ação alguma (10,9%).

É verdade que tal diferença se explica pelo fato de que, proporcionalmente, o PETI esteja mais presente no conjunto de municípios com porte populacional nos quais as taxas de atividade tendem mesmo a serem menores. Mas se isso explica a diferença, não a justifica, cabendo a indagação: o Programa não deveria estar mais presente justamente ali onde o trabalho infantil é mais frequente?

Aqui talvez resida uma das importantes distorções do PETI, que decorrem de que a adesão ao Programa pelos entes subnacionais seja voluntária, não havendo por parte do ente que o coordena (a União) o estabelecimento de prioridades, seja por meio da mera escolha sobre onde atuar, seja pela oferta de estímulos para a adesão daquelas municipalidades nas quais o trabalho infantil é mais frequente.

Mais do que confirmar que a hipótese da qual partimos, de que a evolução do trabalho infantil parece mais claramente associada a outros fatores do que à taxa de cobertura do PETI, o que a análise dos dados desenvolvida nesta subseção evidenciou é que a adesão ao PETI não vem sendo sequer suficiente para que os municípios que são participantes do Programa consigam ao menos se igualar aos que dele não participam quanto à redução da população economicamente ativa e das taxas de atividade no grupo de 10 a 14 anos de idade.

#### **4.3        Abrangência, cobertura e alocação de recursos do PETI nos municípios brasileiros**

Nesta última seção do capítulo 4, exploraremos ainda um pouco mais a questão da cobertura do Programa, problematizando a distribuição dos benefícios pelo território nacional.

Até aqui a discussão desenvolvida a respeito do PETI buscou analisar se a adesão ou não dos municípios ao Programa vem resultando em diferenças quanto à redução do trabalho infantil. As evidências reunidas a respeito mostraram que, em termos agregados, a adesão ao Programa não foi capaz de situar o conjunto desses municípios em melhor posição quanto à redução do trabalho infantil comparativamente àqueles que não o fizeram.

Evidentemente, isso não significa que o impacto do Programa seja “negativo”, já que além da atuação direta do poder público no enfrentamento da questão, muitos outros fatores concorrem, conforme buscamos demonstrar, para maior ou menor ocupação de crianças em atividades laborais. Por outro lado, os dados desautorizam, em nosso entendimento, a interpretação oposta, ou seja, a de que a redução do trabalho infantil no Brasil no período recente decorra principalmente da implementação do Programa.

Nesta subseção analisaremos as relações entre a adesão e cobertura do PETI nos municípios do país e a capacidade fiscal dos mesmos. A hipótese da qual partimos ao iniciarmos a pesquisa foi a de que o Programa estaria ficando circunscrito aos municípios mais pobres e com receita mais reduzida, sendo o PETI cada vez menos “atraente” para os municípios com melhores condições de vida. A baixa atratividade do Programa dificultaria assim a maior cooperação intergovernamental para o desenvolvimento de suas ações.

O gráfico 21 mostra como evoluíram anualmente, desde a implantação do Programa, a sua abrangência quanto ao número de municípios participantes, e as despesas orçamentárias do governo federal com sua execução.

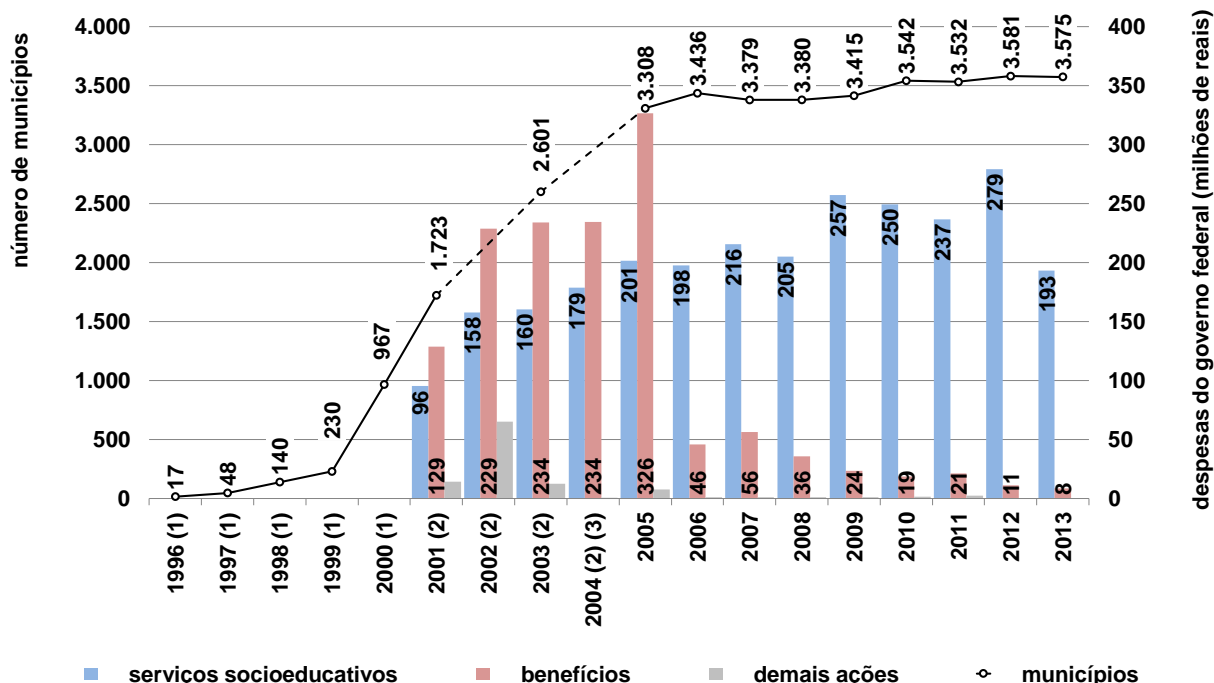
Em relação às despesas, é necessário esclarecer que não incluem os chamados “gastos indiretos”, ou seja, folha de pagamento e demais despesas com a máquina administrativa indispensáveis ao funcionamento deste e de qualquer outro programa governamental <sup>77</sup>.

---

77. Evidentemente tais custos poderiam ser estimados para que chegássemos a um dimensionamento mais adequado do dispêndio federal com o Programa, mas tal esforço nada acrescentaria aos aspectos que nos interessam analisar a respeito.

**Gráfico 21:**

Evolução anual do número de municípios executores e das despesas do governo federal com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) – Brasil (1996-2013)



Fontes: MINISTÉRIO ... – MDS, 2014b; SENADO FEDERAL, 2014; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2014a; TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2002.

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

- (1) Informações sobre os gastos com o Programa não disponíveis nas fontes consultadas para os anos de 1996 a 2000.
- (2) Informações sobre o número de municípios não disponíveis nas fontes consultadas para 2002 e 2004; relativa à meta para 2001, e relativa ao mês de agosto para 2003.
- (3) Para o ano de 2004, a ação "2569 – Concessão da Bolsa Criança-Cidadã" não consta no conjunto de despesas do Programa. Para os cálculos foi considerada a ação "2556 – Serviços de Proteção Socioassistencial à Criança e ao Adolescente" constante em outro Programa, já que provavelmente o pagamento de benefícios onerou esta rubrica.

A forte variação (negativa) nos gastos com benefícios a partir de 2006 reflete a integração com Bolsa Família, a partir do qual a maior parte das famílias passou a receber os benefícios mensais.

Mas são as despesas com os serviços socioeducativos as que mais nos interessam, já que expressam, em termos orçamentários, a cooperação da União para com os governos municipais para que estes desenvolvam o Programa.

O cotejamento entre os valores anuais repassados às prefeituras e o número de beneficiários mostra que entre 2002 e 2007 os valores médios por beneficiário oscilaram em torno de R\$16 mensais. A partir de 2008, e até 2012, esteve em torno

de R\$25, oscilando um pouco acima ou abaixo disso. Não conseguimos identificar o que pode explicar a variação positiva observada a partir de 2008 comparativamente ao período anterior. Mas, de qualquer forma, não é necessário nos determos em cálculos para afirmar com segurança que tais valores estão longe de refletir quaisquer necessidades, por mais básicas que sejam, para a oferta de atividades socioeducativas para as crianças beneficiárias.

Quanto à evolução do número de municípios já foi comentado o lento crescimento do Programa nos seus primeiros anos e o forte impulso que recebeu a partir de 2000. Se entre 1999 e 2001 o número de beneficiários foi multiplicado por cinco, o número de municípios cresceu mais de sete no mesmo intervalo de tempo, de forma que em 2001 o PETI já estava em mais de 30% dos municípios brasileiros. A expansão da abrangência continuou forte até 2006, quando o PETI atingiu 61,7% dos municípios do país. Desde então, o número de municípios praticamente se estabilizou.

A tabela 22 apresenta dados relativos à distribuição regional do número de municípios que participaram do Programa desde 2003, trazendo algumas evidências adicionais a respeito.

Entre 2006 (3.436 municípios) e 2013 (3.575) a variação no número de municípios que desenvolveram o Programa foi de apenas 4,0%. Neste período o único ano no qual ocorreu variação positiva um pouco maior foi 2010, quando mais 169 municípios aderiram ao PETI.

O pequeno crescimento verificado no período mencionado se concentrou no Nordeste, onde o número de municípios com ações do PETI cresceu de 1.391 para 1.592 entre 2006 e 2013, resultando que neste último ano o Programa estivesse em 88,7% dos municípios da Região. Na realidade, se tomados os mesmos anos (2006 e 2013) como parâmetros, nas demais regiões do país ocorreu inclusive ligeiro declínio quanto ao número de municípios com ações do Programa.

Nas regiões Norte e Centro-Oeste o Programa está tão presente quanto no Nordeste, com a adesão de 94,4% e 85,6% dos municípios, respectivamente. Já no Sul (46,7% dos municípios) e principalmente Sudeste (36,3%) a adesão é muito menor.

**Tabela 22**

Evolução anual do número de municípios, e número de municípios por tempo de permanência no PETI (em anos), segundo as grandes regiões – Brasil (2005-2013)

Anos e total de anos de permanência	Brasil	grandes regiões					movimentação anual	
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	ingressos	saídas
total de municípios	5.565	449	1.794	1.668	1.188	466	...	...
anos (1)								
2003	2.601	368	1.104	459	346	324	...	...
(%)	(46,7%)	(82,0%)	(61,5%)	(27,5%)	(29,1%)	(69,5%)	..	..
2005	3.308	432	1.338	583	562	393	...	...
(%)	(59,4%)	(96,2%)	(74,6%)	(35,0%)	(47,3%)	(84,3%)	..	..
2006	3.436	436	1.391	632	578	399	132	4
2007	3.379	432	1.391	618	544	394	3	60
2008	3.380	428	1.427	606	525	394	85	84
2009	3.415	427	1.454	600	537	397	81	46
2010	3.542	430	1.546	614	551	401	169	42
2011	3.532	425	1.552	604	551	400	24	34
2012	3.581	424	1.592	609	555	401	18	67
2013	3.575	424	1.592	605	555	399	-	6
(%)	(64,2%)	(94,4%)	(88,7%)	(36,3%)	(46,7%)	(85,6%)	..	..
permanência (2)								
sem adesão	1.792	9	198	960	572	53	..	..
(%)	(32,2%)	(2,0%)	(11,0%)	(57,6%)	(48,1%)	(11,4%)	..	..
até 2 anos	121	4	42	32	37	6	..	..
3 a 5 anos	295	9	128	97	46	15	..	..
6 a 8 anos	291	19	96	103	58	15	..	..
9 anos	3.066	408	1.330	476	475	377	..	..
(%)	(55,1%)	(90,9%)	(74,1%)	(28,5%)	(40,0%)	(80,9%)	..	..

Fonte: MINISTÉRIO ... – MDS (2004a, tabela 1, p. 19; 2014b).

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

(1) Na fonte consultada não constam dados anteriores a 2005. Não foi localizada informação relativa à distribuição por regiões em outras fontes.

(2) Os números refletem o total de anos entre 2005 e 2013 com beneficiários, sendo os períodos contínuos ou não.

Os dados apresentados nas duas últimas colunas da tabela 22 mostram que desde 2006 vem sendo pequeno o número de municípios que “ingressam” e “saem” do Programa a cada ano. Este quadro geral de poucas mudanças se reflete, de outra forma, pelo total de anos nos quais os municípios desenvolveram o PETI nos nove anos decorridos entre 2005 e 2013.

Desde 2005, mais de 2/3 dos municípios brasileiros (3.773, ou 67,8% do total) já participaram do Programa. A grande maioria dos que já haviam aderido em 2005 3.308 municípios, permaneceu no Programa desde então, sem nenhum ano de

interrupção (3.066 casos), enquanto alguns ingressaram posteriormente ou não permaneceram no Programa de forma ininterrupta (707 casos).

Os demais 1.792 municípios, dos quais 85,5% situados no Sudeste e no Sul, não participaram do Programa em nenhum ano desde 2005, e ainda que alguns deles tenham participado em algum ano anterior (para os quais não localizamos informação a respeito), a quantidade deve ser muito pequena, como não deixa dúvida a própria evolução anual do número de municípios participantes até então (gráfico 21, p. 283).

Mas não é apenas ao fator regional que a adesão ou não dos municípios ao PETI está associada. Na tabela 23 é apresentada a distribuição dos municípios brasileiros em faixas quanto à receita municipal *per capita* observada em 2010, ou seja, quanto à razão entre a receita orçamentária total dos municípios (incluindo as receitas próprias e transferências) e o número de habitantes em cada um deles.

Esta é, sem dúvida, uma das dimensões importantes das desigualdades da federação brasileira, já que as responsabilidades relativas à garantia de determinados direitos e à provisão de serviços que eles implicam nas mais diversas áreas (educação, saúde, assistência social, serviços urbanos etc.) não são diferentes, do ponto de vista legal, entre os 275 municípios que em 2010 trabalharam com um orçamento inferior a R\$1.000 por habitante e os 295 que puderam contar no mesmo ano com mais de R\$2.500 por habitante.

Estas diferenças têm sérias implicações sobre a “capacidade de governar” em cada municipalidade brasileira, conforme discutido em reflexão a respeito que desenvolvemos em outra ocasião especificamente para o caso do Estado de São Paulo (FONSECA et al., 2013).

Como nosso interesse aqui é analisar o quadro recente sobre a adesão dos municípios ao Programa, na tabela 23 os municípios foram subdivididos em três categorias, sendo 3.093 “participantes do PETI” (os que permaneceram no Programa entre 2009 e 2013); 1.704 “não participantes” (os que não participaram em nenhum ano desde 2005); e 768 nos quais a participação não abrangeu todos os anos entre 2009 e 2013 ou para os quais não há dados na fonte consultada para a receita em de 2010.

**Tabela 23**

Número de municípios participantes e não participantes do PETI por faixas de receita municipal *per capita* segundo as grandes regiões – Brasil (2009-2013)

faixas de receita municipal <i>per capita</i> (1)	números absolutos						percentuais (2)					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
total de municípios	5.565	449	1.794	1.668	1.188	466	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
participantes do PETI (3)	3.093	354	1.331	540	500	368	64,5	97,8	88,4	37,3	47,1	88,0
até R\$1.000	275	52	185	22	10	6	5,7	14,4	12,3	1,5	0,9	1,4
+ de R\$1.000 até R\$1.250	683	95	435	90	33	30	14,2	26,2	28,9	6,2	3,1	7,2
+ de R\$1.250 até R\$1.500	681	75	340	101	112	53	14,2	20,7	22,6	7,0	10,5	12,7
+ de R\$1.500 até R\$1.750	490	48	173	107	101	61	10,2	13,3	11,5	7,4	9,5	14,6
+ de R\$1.750 até R\$2.000	312	26	84	69	77	56	6,5	7,2	5,6	4,8	7,3	13,4
+ de R\$2.000 até R\$2.500	357	30	63	98	82	84	7,4	8,3	4,2	6,8	7,7	20,1
+ de R\$2.500 até R\$4.000	250	25	41	42	72	70	5,2	6,9	2,7	2,9	6,8	16,7
+ de R\$4.000	45	3	10	11	13	8	0,9	0,8	0,7	0,8	1,2	1,9
não participantes do PETI (3)	1.704	8	175	909	562	50	35,5	2,2	11,6	62,7	52,9	12,0
até R\$1.000	22	1	6	13	1	1	0,5	0,3	0,4	0,9	0,1	0,2
+ de R\$1.000 até R\$1.250	155	-	56	81	18	-	3,2	-	3,7	5,6	1,7	-
+ de R\$1.250 até R\$1.500	276	-	74	138	58	6	5,8	-	4,9	9,5	5,5	1,4
+ de R\$1.500 até R\$1.750	231	1	18	127	77	8	4,8	0,3	1,2	8,8	7,3	1,9
+ de R\$1.750 até R\$2.000	224	1	9	132	79	3	4,7	0,3	0,6	9,1	7,4	0,7
+ de R\$2.000 até R\$2.500	294	2	7	175	99	11	6,1	0,6	0,5	12,1	9,3	2,6
+ de R\$2.500 até R\$4.000	387	2	5	187	178	15	8,1	0,6	0,3	12,9	16,8	3,6
+ de R\$4.000	115	1	-	56	52	6	2,4	0,3	-	3,9	4,9	1,4
demais municípios (2) (3)	768	87	288	219	126	48	..	..	..	..	..	..

Fontes: MINISTÉRIO ... – MDS (2014b); MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2011.

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

(1) Foram consideradas a receita orçamentária total e a população dos municípios em 2010.

(2) Para os cálculos relativos aos percentuais não foram considerados os “demais municípios”.

(3) Foram considerados como “participantes” os municípios que permaneceram no Programa entre 2009 e 2013, sem interrupção. Como “não participantes” os municípios que não aderiram ao Programa em nenhum dos anos (2005 a 2013) com dados disponíveis na fonte consultada. Os “demais municípios” incluem os não enquadrados nas situações mencionadas, ou para os quais na fonte consultada não há disponibilidade da informação sobre a receita orçamentária no ano de 2010.

Apenas para efeito de facilidade expositiva, denominemos como “municípios pobres” aqueles com receita municipal *per capita* de até R\$1.500, como “municípios intermediários” aqueles com valores do mesmo indicador situados entre mais de R\$1.500 e R\$2.500, e como “municípios ricos” os que em 2010 contaram com receita acima disso.

Os dados da tabela 23 são reveladores da clara relação entre a adesão (ou não) ao PETI e as receitas municipais. Entre os 2.092 “municípios pobres”, 78,3% são participantes do PETI; entre os 1.908 “intermediários” a participação é um pouco



menor, mas ainda bastante expressiva (60,7%); mas entre os 803 “municípios ricos”, os que participam do PETI (295) são minoria, correspondendo a 36,7% do total.

Entre os municípios das regiões Sudeste e Sul, nas quais a adesão ao Programa é menor, dele participam 54,4% dos “municípios pobres”, 43,7% dos “intermediários”, e 22,6% do conjunto de “municípios ricos” nelas situados.

Os dados até aqui apresentados já nos parecem suficientes para confirmar a quarta hipótese deste estudo, de que o PETI está cada vez mais circunscrito aos municípios mais pobres e com menor capacidade fiscal. Os números da tabela 22, que mostram que praticamente não vem ocorrendo novas adesões ao Programas desde meados da década passada, e da tabela 23, que mostram a distribuição dos municípios participantes e não participantes do PETI por receita municipal *per capita*, permitem a confirmação a respeito.

Mas os números que reunimos permitem explorarmos um pouco mais a relação entre os recursos transferidos pelo PETI, sua importância no conjunto das despesas socioassistenciais dos municípios, e a cobertura do Programa nos mesmos. Vejamos o que nos mostram os dados a respeito reunidos na tabela 24, na qual é apresentada a distribuição dos 3.072 municípios participantes do PETI quanto às faixas de cobertura potencial da demanda e a proporção entre os recursos transferidos pelo PETI e as despesas municipais na função “assistência social”. Os critérios adotados para a classificação estão apresentados em nota no pé da própria tabela 24 <sup>78</sup>.

Podemos identificar um primeiro conjunto de 816 municípios nos quais a cobertura potencial da demanda (quociente da média anual de atendidos entre 2009 e 2013 e a PEA de 10 a 14 anos do município em 2010) é mais baixa (até 50%). Em 97,5% deles as receitas oriundas do PETI representam menos que 10% das despesas totais na função assistência social. Mas, na medida em que seja cada vez maior a

---

78. A diferença entre os totais de municípios “participantes do PETI” apresentados na tabela 23 (3.093) e na tabela 24 (3.072) decorre de que nesta não foram considerados 17 casos nos quais não há despesas alocadas na função “assistência social” e outros quatro nos quais as transferências realizadas pelo PETI superam a total de despesas na mesma função. Tais situações só podem resultar de erros nos dados constantes nas fontes ou então de práticas contábeis equivocadas em alguns municípios, já que as despesas com o PETI não deveriam ser alocadas em qualquer outra função orçamentária.

cobertura potencial da demanda, maior é o impacto das transferências do PETI no orçamento da assistência social nos municípios.

### **Tabela 24**

Número de municípios participantes do PETI por faixas de cobertura potencial da demanda, segundo a proporção entre os recursos recebidos do Programa e as despesas municipais na função “assistência social” – Brasil (2009-2013)

faixas de cobertura potencial da demanda	total	proporção entre os recursos transferidos pelo PETI e as despesas municipais na função “assistência social”						
		até 2,5%	+ de 2,5% a 5,0%	+ de 5,0% a 7,5%	+ de 7,5% a 10,0%	+ de 10,0% a 15,0%	+ de 15,0% a 20,0%	+ de 20,0%
Total	3.072 (100,0%)	697 (22,7%)	739 (24,1%)	529 (17,2%)	353 (11,5%)	381 (12,4%)	171 (5,6%)	202 (6,6%)
até 25%	362	272	69	14	5	1	1	-
+ de 25% até 50%	454	195	150	72	19	8	5	5
+ de 50% até 75%	373	89	134	75	32	27	6	10
+ de 75% até 100%	289	51	95	59	43	30	5	6
+ de 100% até 150%	392	42	90	97	65	59	20	19
+ de 150% até 200%	276	18	62	57	48	48	20	23
+ de 200% até 300%	317	15	56	51	61	64	37	33
+ de 300% até 500%	290	9	47	51	48	66	32	37
+ de 500% até 1.000%	197	5	20	29	27	47	27	42
+ de 1.000%	122	1	16	24	5	31	18	27

Fontes: MINISTÉRIO ... – MDS (2014b); MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2011.

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

Foram considerados os municípios que permaneceram no Programa entre 2009 e 2013, sem interrupção. Não foram incluídos 234 casos sem informações sobre as despesas municipais, 17 casos sem despesas alocadas na função “assistência social”, e 4 casos nos quais os valores transferidos pelo PETI superam as despesas na função “assistência social”. As faixas de cobertura potencial da demanda foram calculadas como o quociente da média anual de atendidos entre 2009 e 2013 e a PEA de 10 a 14 anos do município em 2010. A proporção entre os recursos transferidos e as despesas na função “assistência social” considerou a média anual de recursos transferidos no âmbito do Programa entre 2009 e 2013 e as despesas na função “assistência social” em 2010.

Assim, entre os 1.054 municípios nos quais há maior equilíbrio entre o número de beneficiários do Programa e a demanda potencial (cobertura entre 50% e 150%), já são encontrados 182 casos (17,3%) nos quais as transferências federais destinadas ao PETI representam mais de 10% das despesas da assistência social.

Mas é entre os municípios nos quais a cobertura é muito elevada, superando o equivalente a 150% da demanda potencial, que a relevância do PETI para as despesas municipais na assistência social impressionam.

Entre os 883 municípios nos quais a cobertura está situada entre 150% e 500% da demanda potencial, o PETI representa mais de 10% das despesas da assistência em 40,8% dos casos (360 municípios).

E, por fim, nos 319 municípios nos quais há mais de cinco beneficiários do PETI para cada criança de 10 a 14 anos economicamente ativa, os recursos federais transferidos por meio do Programa representam mais que 10% das despesas na assistência social em 192, ou seja, em 60,2% dos casos.

Na tabela 25 é adotada a mesma distribuição dos municípios por faixas de cobertura potencial da demanda. Os dados nos permitem analisar a alocação dos recursos do Programa, e não apenas no que diz respeito à distribuição das transferências orçamentárias realizadas pela União, mas também da perspectiva da distribuição dos beneficiários conforme a demanda potencial (população de 10 a 14 anos economicamente ativa em 2010).

Em cada cinco crianças de 10 a 14 anos economicamente ativas no país, quatro residem em municípios que entre 2009 e 2013 desenvolveram ações a elas voltadas com o uso de recursos oriundos do PETI. Entretanto, é muito diferente a probabilidade de acesso ao Programa conforme o município no qual cada criança reside.

Nos 868 municípios nos quais a cobertura é inferior a 50%, há um beneficiário para cada 4,6 crianças de 10 a 14 anos economicamente ativas. O problema da dificuldade de acesso ao Programa não seria tão grave se, nestes municípios, não residissem 44,7% da PEA de 10 a 14 anos do país.

A oportunidade de acesso é maior nos 719 municípios nos quais a cobertura está situada entre 50% e 100% da demanda potencial. Neles residem 17,0% da PEA de 10 a 14 anos, e 18,6% dos beneficiários do Programa. Se, para efeito de cálculo, admitíssemos que entre estes 719 municípios a distribuição de vagas seja proporcional à demanda (o que de fato está longe de ocorrer), e também que não seja atendida nenhuma criança não economicamente ativa, e ainda que não hajam crianças com menos de 10 anos trabalhando, as chances de atendimento pelo Programa subiriam para 73,4% do total da PEA de 10 a 14 anos.

**Tabela 25**

Número de municípios, população de 10 a 14 anos economicamente ativa, e média anual de beneficiários e de despesas com transferências do PETI aos municípios segundo a situação quanto à participação no Programa, e faixas de cobertura potencial da demanda – Brasil (2009-2013)

situação quanto à participação no PETI e faixas de cobertura potencial da demanda (1)	municípios		PEA em 2010 (10 a 14 anos)		beneficiários (média anual)			despesa anual média com transferências aos municípios	
	nº	%	nº [A]	%	nº [B]	%	[B] / [A]	(milhares de reais)	%
total de municípios	5.565	100,0	1.264.930	100,0	845.462	100,0	66,8	245.479	100,0
participantes por faixas de cobertura	3.323	59,7	1.008.308	79,7	810.474	95,9	80,4	235.660	96,0
até 25%	385	6,9	358.247	28,3	45.834	5,4	12,8	13.906	5,7
+ de 25% até 50%	493	8,9	207.857	16,4	78.186	9,2	37,6	23.008	9,4
+ de 50% até 75%	405	7,3	130.569	10,3	82.121	9,7	62,9	24.016	9,8
+ de 75% até 100%	314	5,6	84.217	6,7	75.576	8,9	89,7	21.916	8,9
+ de 100% até 150%	421	7,6	90.708	7,2	111.348	13,2	122,8	32.394	13,2
+ de 150% até 200%	303	5,4	58.341	4,6	100.937	11,9	173,0	29.155	11,9
+ de 200% até 300%	339	6,1	40.484	3,2	99.218	11,7	245,1	28.693	11,7
+ de 300% até 500%	314	5,6	22.956	1,8	87.161	10,3	379,7	25.138	10,2
+ de 500% até 1.000%	209	3,8	10.986	0,9	71.702	8,5	652,7	20.732	8,4
+ de 1.000%	140	2,5	3.943	0,3	58.391	6,9	1.480,9	16.700	6,8
participantes (parcial)	328	5,9	66.850	5,3	34.988	4,1	52,3	9.779	4,0
não participantes (2)	1.914	34,4	189.746	15,0	-	-	-	40	0,0

Fontes: INSTITUTO ... – IBGE (2014a, tabela 616); MINISTÉRIO ... – MDS (2014b).

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

- (1) Foram considerados como participantes os municípios que permaneceram no Programa entre 2009 e 2013, sem interrupção, como não participantes os municípios que não aderiram ao Programa em nenhum dos anos (2005 a 2013) com dados disponíveis na fonte consultada, e como "participantes (parcial)" os não enquadrados nos critérios mencionados. As faixas de cobertura potencial da demanda foram calculadas como o quociente da média anual de atendidos entre 2009 e 2013 e a PEA de 10 a 14 anos do município em 2010.
- (2) Inclui 22 casos de municípios para os quais não consta atendimento entre 2005 e 2009, mas que receberam recursos (provavelmente por atendimentos realizados em anos anteriores).

Mas as probabilidades de atendimento, a continuar julgando apenas pelos números, são bem maiores no conjunto de 1.726 municípios nos quais a cobertura potencial da demanda supera 100%. Neste conjunto de municípios residem 18,0% da PEA de 10 a 14 anos (quase 230 mil crianças), e 62,5% de todos os beneficiários do PETI no país (quase 530 mil crianças). Admitidas as mesmas hipóteses acima mencionadas, para cada criança residente neste conjunto de municípios que trabalhou em 2010, foram disponibilizadas 2,3 vagas para participação no Programa.

Não precisamos, para finalizar nosso argumento, mencionar os números dos 349 municípios situados nas duas posições extremas da tabela 25, nos quais há mais de cinco vagas para cada criança de 10 a 14 anos em atividade laboral.

A enorme distorção tem impacto orçamentário que, nos parece, não se pode desprezar sob o argumento de que não é possível alocação ótima em programas sociais.

Não há dúvida de que, frente à vastidão territorial e às desigualdades de toda ordem existentes no Brasil, não é pequeno o desafio de identificar crianças em situação de trabalho infantil para que sejam elas as reais beneficiárias de programas voltados ao enfrentamento da questão. Sobretudo porque são muitos municípios, muito distintas as realidades, e porque nem sempre o trabalho infantil está associado a uma premente necessidade de melhoria na renda das famílias (os dados disponíveis indicam que talvez este nem seja o caso da maioria das crianças que trabalham no país), o que muitas vezes torna sua própria identificação mais difícil.

Mas, por maior que seja, o tamanho do desafio não é suficiente para que se aceite como razoável que 62,2% do total de recursos alocados pelo governo federal no apoio aos municípios para o enfrentamento do trabalho infantil sejam destinados às localidades nas quais residem não mais que 18,0% da PEA de 10 a 14 anos, e que ao mesmo tempo, para os municípios nos quais residem os restantes 82,0% da PEA, sejam transferidos somente 37,8% do volume total de recursos.

Os dados apresentados na tabela 25 permitem calcularmos que, somente com transferências aos municípios, foram despendidos, em média, mais de R\$245 milhões no PETI, por ano, no período decorrido entre 2009 e 2013. Isso significou, também em termos de média anual, R\$290,35 para cada beneficiário no período em questão.

O Programa seria, sem dúvida, altamente eficiente se estes recursos estivessem de fato “retirando” crianças da condição de trabalho, ou pelo menos ofertando a muitas delas atividades que de fato ampliassem suas oportunidades. Mas não foi o caminho do cálculo dos custos o que escolhemos para analisar o Programa.

Ainda assim, se considerarmos que nos municípios com cobertura potencial da demanda superior a 100% (nos termos aqui definidos), há 528.757 beneficiários e 227.418 crianças de 10 a 14 anos trabalhando, a sobra de 301.339 vagas

representou “má alocação” de aproximadamente R\$87,5 milhões por ano no período em questão, ou 35,6% do total transferidos aos municípios, o que não é pouco se considerado o conhecido princípio de que governar é redistribuir recursos escassos.

Evidentemente, o que sobra de um lado falta em outro, nos ajudando a entender porque, conforme visto, a redução do trabalho infantil nos municípios que desenvolveram o PETI durante toda a segunda metade da década passada não superou a verificada no conjunto de municípios que não o fizeram.

Para finalizar, não é demais lembrar que tais desproporções não são resultantes de qualquer critério de alocação prioritária naquelas localidades que mais precisam, já que, conforme as regras vigentes, tanto a adesão ao Programa quanto o número de crianças a serem beneficiadas em cada município é uma decisão que fica a cargo, exclusivamente, dos gestores municipais, não havendo por parte da União qualquer mecanismo de priorização a respeito.

Em síntese, a análise desenvolvida neste capítulo 4 evidenciou que:

- i) embora os dados não permitam conclusão segura a respeito da relação entre a implantação do PETI e a evolução do trabalho infantil no início da década passada, quando o Programa passou por forte expansão, o confronto dos números relativos a alguns Estados sinalizou que, quando o país ainda não contava com outros programas de transferência de renda de ampla cobertura, o PETI parece ter cumprido papel relevante como mecanismo pelo qual muitas crianças, sobretudo as de menores idades, tenham saído das atividades laborais nas quais estavam envolvidas;
- ii) ao mesmo tempo, sobretudo para o grupo de 10 a 14 anos de idade, mesmo em alguns Estados nos quais o Programa teve baixa abrangência (poucos municípios) e pequena cobertura, a redução do trabalho infantil entre 2000 e 2010 foi comparativamente bastante expressiva;
- iii) da mesma forma que nas comparações entre países (capítulo 2) e entre Estados brasileiros (capítulo 3), as diferenças intermunicipais quanto às taxas de atividade das crianças de 10 a 14 anos estão altamente correlacionadas a um conjunto de variáveis expressivas de fatores relativos à produção e renda, à demografia e urbanização, e ao mercado de trabalho;

- iv) por outro lado, não há correlação entre a taxa de atividade e a variável que expressa o gasto público subnacional, indicando que o uso da mão de obra infantil não é mais ou menos intenso conforme seja menor ou maior a capacidade de as Prefeituras realizarem despesas;
- v) os dados relativos à década passada permitiram confirmar a hipótese de que a evolução da incidência do trabalho infantil nos municípios brasileiros no período recente está mais fortemente associada a outros fatores do que à presença e cobertura do PETI, ficando evidente inclusive que a redução do trabalho infantil no conjunto dos municípios que executam o Programa não foi maior que a verificada naqueles municípios que não o fazem;
- vi) os dados também confirmaram a hipótese de tendência de que o PETI esteja progressivamente ficando circunscrito aos municípios mais pobres e com menor capacidade fiscal;
- vii) a análise dos dados evidenciou, por fim, que a alocação dos recursos e a distribuição da cobertura do PETI entre os municípios apresentam elevadas distorções em relação à “demanda”, ou seja, frente à efetiva ocorrência de trabalho infantil.

## CAPÍTULO 5

### CONCLUSÃO: O PETI COMO ESTRATÉGIA FORA DO SEU TEMPO

Ao iniciarmos essa pesquisa, nossa percepção preliminar a respeito do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) estava relacionada, sobretudo, à inadequação de seu desenho para estimular maior cooperação intergovernamental no combate ao trabalho infantil no país.

Enxergávamos aí uma limitação decisiva à expansão da sua abrangência (número de municípios participantes do Programa) e cobertura (número de beneficiários), fatores que acabariam por comprometer o melhor desempenho do país no enfrentamento do problema. Esta percepção preliminar assumiu a forma de hipótese central que iluminou o percurso metodológico desta pesquisa.

A hipótese central de inadequação do Programa para estimular maior cooperação intergovernamental no combate ao trabalho infantil implicou a definição de dois objetivos de investigação específicos:

- i) analisar a evolução do trabalho infantil no Brasil contemporâneo na busca de identificação dos principais fatores a ela associados;
- ii) analisar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil quanto à cooperação intergovernamental para o enfrentamento da questão.

A identificação dos principais fatores associados à evolução do trabalho infantil (primeiro objetivo) foi compreendido como passo preliminar necessário à adequada análise do PETI (segundo objetivo). Passamos a investigar a evolução do problema mesmo antes da implantação do PETI, já que pelo menos desde o início dos anos 90 parecia inequívoca a tendência de queda do trabalho infantil no país. Apenas se pudessemos enxergar a redução do trabalho infantil a partir deste plano mais amplo seria possível, então, partirmos para o segundo movimento, e buscar analisar os dados relativos à abrangência e cobertura do Programa no contexto da federação brasileira.

Para isso, desenhamos a pesquisa com três hipóteses complementares à primeira.



A primeira delas era a de que a comparação internacional deveria evidenciar que, dada a desigualdade brasileira, o trabalho infantil permaneceria elevado no Brasil frente ao potencial econômico do país.

A análise desenvolvida no capítulo 2 resultou em dupla rejeição desta hipótese, já que nem a desigualdade se mostrou variável correlacionada ao trabalho infantil, e nem o Brasil ficou situado em patamar pior do que se poderia esperar.

Mas o esforço de pesquisa desenvolvido pela comparação internacional permitiu perceber que o reconhecimento recente a respeito do Brasil como um bom exemplo de combate ao trabalho infantil nos fóruns internacionais, expresso em vários documentos a respeito, não encontra amparo na comparação dos dados do país com os relativos aos demais países.

E, mais importante para o nosso estudo, que alguns indicadores se mostram ótimos preditores das taxas de atividade econômica de crianças em âmbito internacional.

Assim, este “olhar para fora” foi fundamental para que pudéssemos tentar o passo seguinte de busca de melhor compreensão do caso brasileiro.

A análise desenvolvida no capítulo 3 deixou evidente, em nosso entendimento, que muito embora o cenário relativo à evolução dos números pareça bastante animador quanto à tendência de queda do trabalho infantil no país, talvez não estejamos tão próximos de sua efetiva erradicação.

Em primeiro lugar, porque o ritmo de queda pode não ser tão acentuado quanto indicam as estimativas da PNAD. E, ainda mais importante, porque a ocorrência do trabalho infantil no país se mostrou fortemente associada a um conjunto de fatores relativos à produção e renda, demografia e urbanização, e mercado de trabalho. Não é o caso de repetir aqui as evidências que reunimos a respeito.

Da mesma forma, ainda quanto aos fatores associados à menor ou maior ocorrência do trabalho infantil, quando agrupados os municípios brasileiros em 20 categorias relativas às taxas de atividade do grupo de 10 a 14 anos (capítulo 4), os dados evidenciaram elevada correlação entre esta variável e o mesmo conjunto de variáveis relativas à produção e renda, demografia e urbanização, e do mercado de trabalho, com os coeficientes superando, na maior parte dos casos, inclusive os valores observados nas comparações entre os países e entre os Estados brasileiros.

Somente a variável relativa ao gasto municipal *per capita* não se mostrou correlacionada ao trabalho infantil. Isso talvez sinalize que, a depender exclusivamente do poder local, o combate ao trabalho infantil pode correr o risco de praticamente deixar de existir no país. Mas para conclusão em tal direção seria necessária a aplicação de metodologia muito diferente da que aqui foi empregada. Os dados que organizamos não permitem qualquer afirmação neste sentido.

O que nos parece é que se o Estado brasileiro continuar tratando a questão principalmente como um problema de insuficiência de renda, é pouco provável que continuemos avançando. Em poucas palavras, o Brasil de 2014 não é o mesmo de 1996. No contexto em que foi implantado, o PETI parece ter sido bastante relevante nas regiões mais pobres do país e principalmente para as crianças de menores idades. Mas, e atualmente?

No capítulo 4, buscamos dar os passos necessários para o segundo objetivo da pesquisa, relativo à análise dos limites do PETI quanto à cooperação intergovernamental para o enfrentamento do trabalho infantil no Brasil contemporâneo.

Para isso, foi necessário buscar compreender e identificar tendências relativas ao trabalho infantil e ao atendimento do Programa no conjunto dos pouco mais que 5,5 mil municípios brasileiros, já que o PETI é, essencialmente, um Programa de cooperação entre a União e os municípios, no qual ao nível estadual de governo cabe apenas papel acessório.

Neste mesmo capítulo 4 encaminhamos a pesquisa para a análise de duas outras hipóteses auxiliares: a) a evolução do trabalho infantil nos municípios estaria mais claramente associada a outros fatores comparativamente à taxa de cobertura do PETI; b) o PETI estaria ficando circunscrito aos municípios mais pobres e com menor capacidade fiscal. Entendemos que os dados nos permitiram confirmar de maneira bastante consistente ambas as hipóteses.

Ainda em relação ao segundo objetivo da pesquisa, foram formuladas várias questões na seção 1.3 do capítulo introdutório. Entendemos que a discussão desenvolvida ao longo do trabalho permite que aquelas questões sejam objetivamente respondidas em termos bastante simples:

- i) o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) não vem cumprindo seus objetivos;
- ii) os recursos públicos voltados ao enfrentamento do trabalho infantil no âmbito do Programa não estão adequadamente alocados para que continuemos avançando a respeito;
- iii) os mecanismos de cooperação intergovernamental previstos no desenho do Programa não têm sido estimulantes para que se obtenha ampla adesão dos entes federativos subnacionais;
- iv) não há correlação significativa entre a cobertura do Programa e a própria evolução do trabalho infantil nos municípios;
- v) o Programa não vem contribuindo para a redução das desigualdades entre os entes subnacionais quanto ao trabalho infantil;
- vi) a realidade fiscal dos municípios se mostrou variável explicativa da adesão ao PETI (embora evidentemente não possa ser considerada a única).

Além disso, o confronto de dados nos permitiram verificar que, do ponto de vista alocativo, o PETI apresenta sérios problemas, se mostrando um Programa com baixíssimo potencial de cobertura da demanda na maior parte dos municípios brasileiros, nos quais residem mais de 4/5 da população economicamente ativa de 10 a 14 anos. Por outro lado, mais de seis em cada dez beneficiários do PETI no país residem nos municípios nos quais se encontram menos de 1/5 da PEA na mesmo grupo de idade.

Assim, não surpreende que no conjunto dos municípios brasileiros que não aderiram ao PETI, a redução do trabalho infantil na década passada tenha ocorrido inclusive em ritmo ligeiramente mais elevado que a observada no conjunto dos municípios que aderiram ao Programa.

Muito embora a pesquisa tenha nos levado à rejeição da hipótese relativa à elevada incidência do trabalho infantil no Brasil comparativamente ao cenário internacional, entendemos que a análise aqui empreendida permite sustentar a confirmação da hipótese central a respeito da existência de limites do PETI quanto à capacidade de estimular maior cooperação intergovernamental no combate ao trabalho infantil no conjunto do país.

Entretanto, a análise realizada nos leva a acreditar que este talvez nem seja o mais relevante problema do Programa. O PETI parece carecer mesmo é de reorientação geral quanto ao seu escopo.

O combate ao trabalho infantil no Brasil contemporâneo não pode continuar sendo visto como estratégia de combate à pobreza e de oferta de atividades voltadas a evitar o retorno à situação do trabalho. Sequer vem ao caso se é isso o que de fato vem ocorrendo, ou não, na maior parte dos municípios que recebem recursos do Programa. O que queremos enfatizar é que as concepções a respeito do trabalho infantil sobre as quais se alicerçam as ações do Programa são bastante inadequadas para o Brasil contemporâneo.

Em *Era dos Extremos*, a magistral obra na qual Hobsbawm (1995) nos ensina que em História um século não dura 100 anos, o autor mencionou o Brasil pouco mais de 30 vezes, nas quais foi se referindo ao nosso país ao discorrer sobre diferentes períodos históricos nos quais organizou a obra, desde o que denominou como a era da catástrofe (entre-guerras), passando pelos anos dourados e a Guerra Fria, até o “desmoronamento” (o mundo após “a queda”).

O Brasil foi assim referenciado no contexto dos grandes movimentos históricos do século, marcado pela luta pelo socialismo (Intentona Comunista, o Partido Comunista e Luís Carlos Prestes), a crise de 29 e seus desdobramentos (sendo lembrados a queda da República Velha, a queima do café, e o Estado Novo varguista), por mudanças na divisão internacional do trabalho e na economia em geral (surgimento de novos países industriais, migração em massa do campo para as cidades, expansão do proletariado, sindicalização, o desenvolvimentismo, a zona Franca de Manaus, a crise da dívida externa), pela geopolítica da Guerra Fria (golpe militar de 1964, movimentos de guerrilha rural e urbana), e foi destacado também em análises relativas a importantes temas e mudanças no âmbito da cultura e do comportamento que marcaram o século (modernismo, Brasília e Niemeyer; predominância do catolicismo e baixa taxa de divórcios, miscigenação racial, o futebol e o samba como exemplos da ascensão da cultura de massas, e a eleição de Collor como exemplo da tendência à rejeição da “velha política” nos anos 80 e 90).

Mas, além disso, o Brasil foi também destacado em distintas passagens nas quais o autor discutiu três dimensões da desigualdade.

No que diz respeito às desigualdades regionais, o incipiente movimento separatista do sul foi interpretado por ele como um dos exemplos de manifestação do que denominou de “egoísmo coletivo” (p. 416) de populações de regiões mais ricas.

Quanto à extremada desigualdade de renda as expressões empregadas por Hobsbawm não parecem deixar dúvida sobre o lugar do Brasil no cenário internacional no final do “breve século XX”, sendo o país “candidato a campeão mundial de desigualdade econômica” e “monumento de injustiça social” (p. 397).

Por fim, o autor menciona o Brasil como um “monumento à negligência social” (p. 555) ao utilizá-lo como exemplo lapidar de baixa capacidade de transformar desenvolvimento econômico em melhoria de indicadores sociais, comparando-o ao Sri Lanka, país muito mais pobre que apresentava alguns indicadores como as taxas de analfabetismo e de mortalidade infantil melhores que a brasileira.

Muito ainda temos a aprender com a vasta obra do genial historiador. Se estivesse vivo, ele talvez reconhecesse alguns dos importantes avanços pelos quais o país vem passando recentemente, incluindo a redução neste início de século XXI de algumas das mais arraigadas formas de desigualdades que tantam marcam nossa história. E, ainda que várias delas permaneçam muito acentuadas, as classes populares continuam buscando estratégias de luta por uma vida melhor e mais justa.

O trabalho infantil já não parece ser entre nós um outro “sinônimo” de pobreza, mas o combate ao que ele significa e às suas implicações quanto ao desigual acesso às oportunidades não pode deixar de existir.

Talvez seja hora de reinventar as formas de ação do Estado brasileiro para que o problema seja adequadamente enfrentado, quem sabe olhando novamente para as ruas, e buscando mais uma vez renovar o entendimento de que precisamos simplesmente continuar lutando. O que parece certo é que há ainda muito por fazer a respeito.

## REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando Luiz. A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 24, p. 41-67, jun. 2005.
- AFFONSO, Rui de Britto Álvares. Descentralização e reforma do Estado: a Federação brasileira na encruzilhada. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 14, p. 127-152, jun. 2000.
- AFONSO, José Roberto R. *Descentralização fiscal, políticas sociais, e transferência de renda no Brasil*. Santiago de Chile: CEPAL / ILPES, fev. 2007. 41 p. (Serie Gestión Pública, n. 63).
- AFONSO, José Roberto Rodrigues; ARAUJO, Erika Amorim; KHAIR, Amir. *Federalismo fiscal no Brasil: a importância dos governos municipais*. [S.l.]: [2001?]. Disponível em: <<http://www.joserobertoafonso.com.br/attachments/article/1450/EALRF.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2011.
- ALBERTO, Maria de Fátima Pereira; BORGES, Romanan Silva; PESSOA, Manuella Castelo Branco; SOUSA, Juliana Mendes Lopes de; ARAÚJO, Pedro Felipe Moura de; VAZ, Rodrigo de Oliveira Feitosa; FARIAS, Felipe Medeiros de; MENDES, Leonardo José de Alencar. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil: ações extensionistas e protagonismo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 32, n. 2, p. 516-531, 2012.
- ALEXANDRE, Naldir da Silva. *As múltiplas facetas do trabalho infantil: necessidade X cidadania*. 2006. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) – Centro de Educação de Ciências Jurídicas, Políticas e Sociais da Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2006.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Federalismo e políticas sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ano 10, n. 28, p. 88-108, jun. 1995.
- \_\_\_\_\_. Recentralizando a federação? *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 24, p. 29-40, jun. 2005.
- ALMEIDA, Wellington Lourenço de. Redes de advocacy e a formulação da agenda de políticas públicas em direitos humanos: a experiência Brasileira nos anos 90 na área da infância. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, III., 2008, Salvador, *Anais eletrônicos...* Salvador: ANPAD, 2008. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/>>. Acesso em 14 fev. 2011.
- ALVES, Sônia Maria. *Os programas governamentais para a erradicação do trabalho infantil em Mato Grosso do Sul, no período de 1996 a 2002*. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2004.
- ALVIM, Maria Rosilene Barbosa; VALLADARES, Lícia do Prado. Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 26, p. 3-37, 2º sem. 1988.

ANDRADE, Jackeline Amantino de. *O espaço público como uma rede de atores: a formação da política de erradicação do trabalho infantil no Brasil*. 2004. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

ARRETCHE, Marta T. S. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 17-26, abr./jun. 2004.

\_\_\_\_\_. O sistema de proteção social brasileiro: em direção a um modelo descentralizado. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 20-31, 1997.

\_\_\_\_\_. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 4, n. 40, p. 111-141, jun. 1999.

ARRETCHE, Marta; VAZQUEZ, Daniel; GOMES, Sandra. As relações verticais na federação: explorando o problema da descentralização e da autonomia. In: ARRETCHE, Marta T. S. *Democracia, federalismo e centralização no Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012. p. 145-171.

AZEVEDO, Lúcio Henrique Rezende. *O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e suas práticas corporais: o caso de Sumaré*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Física e Sociedade) – Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID. *Sociómetro-BID* [base de dados]. 2014. BID. Disponível em: <<http://www.iadb.org/es/investigacion-y-datos/sociometro-bid,6981.html>>. Acesso: 28 maio 2014.

BANCO MUNDIAL. *Datos: indicadores* [base de dados]. Washington, D.C. Grupo del Banco Mundial. Disponível em: <<http://datos.bancomundial.org/indicador>>. Acessos em: maio 2014a.

\_\_\_\_\_. *World Development Indicators* [base de dados]. Washington, D.C. The World Bank Group. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/products/wdi>>. Acessos em: maio 2014b.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. *Trabalho infantil no Brasil: rumo à erradicação*. Brasília, DF: MTE; Brasília, DF: IPEA, nov. 2009. p. 15-26. (Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise, n. 41).

BLUM, Dayane Alflen. *O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) no Município de Ponta Grossa – PR: uma avaliação sobre a política pública de enfrentamento ao trabalho infantil (2010)*. 2012. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2012.

BOSCHETTI, Ivanete; TEIXEIRA, Sandra Oliveira; DIAS, Adriane Tomazelli. A execução orçamentária da política de assistência social e dos programas para crianças e adolescentes. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 85, p. 71-97, mar. 2006.

BRASIL. Constituição (1934). *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 16 jul. 1934, seção 1, suplemento, p. 1.

\_\_\_\_\_. Constituição (1946). *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 19 set. 1946, seção 1, p. 13.059.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 out. 1988, seção 1, p. 1.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.597, de 12 de Setembro de 2000. Promulga a Convenção 182 e a Recomendação 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para sua Eliminação, concluídas em Genebra, em 17 de junho de 1999. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 set. 2000a, seção 1, p. 4.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.083, de 1º de Dezembro de 1926. Institue o Código de Menores. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 4 dez. 1926, seção 1, p. 22.124.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.481, de 12 de Junho de 2008. Regulamenta os artigos 3º, alínea "d", e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 jun. 2008, seção 1, p. 1.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 89.589, de 26 de Abril de 1984. Fixa novo salário-mínimo para todo o território nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 abr. 1984, seção 1, p. 5971.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 2.162, de 1º de Maio de 1940. Institue o salário mínimo e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 4 maio 1940, seção 1, p. 8.009.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 9 ago. 1943, seção 1, p. 11.937.

\_\_\_\_\_. Emenda Constitucional nº 20, de 1998. Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 dez. 1998, seção 1, p. 1.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.097, de 19 de Dezembro de 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 dez. 2000b, seção 1, p. 1.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jul. 1990, seção 1, p. 3.563.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 dez. 1993, seção 1, p. 18.769.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Secretaria de Estado de Assistência Social. Portaria nº 458, de 4 de outubro de 2001 (Republicada por ter saído com incorreções, do original, no D.O.U. de 5/10/2001, seção 1, pág. 78.). Estabelece diretrizes e normas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 4 abr. 2002, n. 64, seção 1, p. 32-34.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 2.917, de 12 de setembro de 2000. Estabelece as Diretrizes e Normas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 set. 2000c, n. 177-E, seção 1, p. 50-51.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Gabinete do Ministro. Portaria nº 666, de 28 de dezembro de 2005. Disciplina a integração entre o Programa Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 dez. 2005, n. 251, seção 1, p. 247.



BRASIL. Presidência da República. Compromisso que celebram entre si a União, os Estados, as Confederações Nacionais Patronais, as Centrais Sindicais, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, o Conselho do Programa Comunidade Solidária e as Organizações Não-Governamentais, visando a implementação de esforços voltados para a erradicação do trabalho infantil nas diversas áreas de atividades econômicas e a proteção ao adolescente no trabalho, inclusive sua profissionalização (Despachos do Presidente da República). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 set. 1996, seção 1, p. 17920-17922.

BRITO, Mariana Coelho. A eficácia das ações do poder público na erradicação do trabalho infantil. *Estudos*, Goiânia, v. 34, n. 5/6, p. 355-370, maio/jun. 2007.

BUFALO, Paulo Roberto. *Trabalho infantil: políticas públicas e a concepção emancipatória do trabalho*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

CAMPOS, Marta Silva et al. (org.). *Trabalho infantil, desafio à sociedade: avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no período 1996-1997*. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais - IEE/PUC-SP; Brasília, DF: Secretaria de Estado de Assistência Social / MPAS, 1999.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Algumas lições do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 50-61, out./dez. 2004.

\_\_\_\_\_. Trabalho infantil no Brasil contemporâneo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, p. 551-569, set./dez. 2008.

CASTRO, Jorge Abrahão de; RIBEIRO, José Aparecido; CHAVES, José Valente; DUARTE, Bruno de Carvalho; SIMÕES, Helene Barbosa. *Gasto social e política macroeconômica: trajetórias e tensões no período 1995-2005*. Brasília, DF: IPEA, jan. 2008. 43 p. (Texto para Discussão, n. 1.324).

CENTRO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE – BIREME. Biblioteca Virtual em Saúde – BVS [página eletrônica]. São Paulo. BIREME – OPAS – OMS. Disponível em: <<http://www.bireme.br/php/index.php>>. Acessos em: abr. 2014.

CHAGAS, Ana Maria de Resende; SILVA, Frederico Augusto Barbosa da; CORBUCCI, Paulo Roberto. *Gasto federal com crianças e adolescentes: 1994 a 1997*. Brasília, DF: IPEA, jan. 2001. 32 p. (Texto para Discussão, n. 778).

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE – CEPAL. *Anuario estadístico de América Latina y el Caribe*: Edición 1985. Santiago de Chile, ago. 1986. 795 p.

\_\_\_\_\_. *Anuario estadístico de América Latina y el Caribe*: Edición 1995. Santiago de Chile, fev. 1996. 775 p.

\_\_\_\_\_. *Boletín demográfico*. Santiago de Chile, ano XVIII, n. 36, jul. 1985.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE – CEPAL; FONDO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA INFANCIA – UNICEF. *Trabajo infantil en América Latina y el Caribe: su cara invisible*. Santiago de Chile: CEPAL / UNICEF, jan. 2009. 12 p. (Desafíos: Boletín de la Infancia y Adolescencia sobre el Avance de los Objetivos de Desarrollo del Milenio, n. 8).

COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. *Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador*. 2. ed. Brasília, DF, Ministério do Trabalho e Emprego, 2011. 95 p.

CONFERENCIA Mundial sobre Trabajo Infantil de la Haya 2010: Hoja de ruta para lograr la eliminación de las peores formas de trabajo infantil para 2016. 11 maio 2010. Disponível em: <<http://www.ilo.org/ipecinfo/product/viewProduct.do?productId=13454>>. Acesso em: 18 mar. 2014.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS. Resolução nº 8, de 18 de abril de 2013. Dispõe sobre as ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI no âmbito do Sistema Único da Assistência Social - SUAS e o critério de elegibilidade do cofinanciamento federal para os exercícios de 2013/2014 destinado a Estados, Municípios e Distrito Federal com maior incidência de trabalho infantil e, dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 abr. 2013, n. 82, seção 1, p. 77-79.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPQ. *Plataforma Lattes* [página eletrônica]. Brasília, DF. CNPq. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>. Acessos em: abr. 2014a.

\_\_\_\_\_. *Tabela de Áreas do Conhecimento*. CNPq. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/documents/10157/186158/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf>>. Acessos em: abr. 2014b.

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – IBGE. Serviço Nacional de Recenseamento. *Censo Demográfico: Estado de Pernambuco – recenseamento geral de 1950 – série regional*. v. XVII, tomo 1. Rio de Janeiro, 1955a.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico: Estado de Santa Catarina – VI recenseamento geral do Brasil – 1950 – série regional*. v. XXVII, tomo 1. Rio de Janeiro, 1955b.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico: Estado de São Paulo – recenseamento geral de 1950 – série regional*. v. XXV, tomo 1. Rio de Janeiro, 1954.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico: Estado do Ceará – recenseamento geral de 1950 – série regional*. v. XIV, tomo 1. Rio de Janeiro, 1955c.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico: Estado do Pará – recenseamento geral de 1950 – série regional*. v. X, tomo 1. Rio de Janeiro, 1956a.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico: Estados Unidos do Brasil – recenseamento geral de 1950 – série nacional*. v. 1, tomo I. Rio de Janeiro, 1956b.

\_\_\_\_\_. *Censos demográfico e econômicos: Estado de Mato Grosso – recenseamento geral de 1950 – série regional*. v. XXIX. Rio de Janeiro, 1956c.

CONVENÇÃO nº 138 sobre a idade mínima para admissão de emprego. 6 jun. 1973. Disponível em: <[http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:1:0::NO:::~](http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:1:0::NO:::)>. Acesso em: 16 mar. 2014.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. A relação público-privado na execução das medidas socioeducativas. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, São Paulo, ano 1, n. 1, p. i-ix, 2009.

COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz; CARNEIRO, Carla Bronzo L.; VEIGA, Laura da. *Desafio e inovação em políticas públicas: programas para crianças e adolescentes em situação de risco*. São Paulo: FGV, jun. 1997. 46 p. (Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 3).

COSTA, Valeriano M. Ferreira; VITA, Álvaro de; PRALON, Eliana Marcondes. *Reforma das políticas sociais num contexto de descentralização: o papel dos Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima no combate à pobreza*. São Paulo: CEDEC, 1998. 50 p. (Cadernos Cedec, n. 65).

DECLARAÇÃO de Brasília sobre Trabalho Infantil. 10 out. 2013. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-brasilia-sobre-trabalho-infantil>>. Acesso em: 14 março 2014.

DEDECCA, Claudio Salvadori. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD: síntese metodológica. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Brasília, DF, v. 15, n. 2, p. 103-114, 1998.

DIALLO, Yacouba; HAGEMANN, Frank; ETIENNE, Alex; GURBUZER, Yonca; MEHRAN, Farhad. *Global child labour developments: measuring trends from 2004 to 2008*. Genebra: OIT / IPEC, 2010.

DRAIBE, Sônia. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. *Tempo Social*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 63-101, nov. 2003.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. *O lugar das mulheres nas políticas de assistência social: um estudo sobre a experiência do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em Pernambuco*. 2004. 284 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 119-144, jan./fev. 2001.

\_\_\_\_\_. *Políticas públicas e municípios: inovação ou adesão?* (texto preparado para apresentação no Colóquio Internacional "Analyser lês politiques publiques brésiliennes"). Paris, Institute des Amériques, 5-6 jul. 2012.

FERREIRA, Rosilda Arruda. Inovações educacionais no âmbito do poder local: os impactos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) na política educacional do Município de Vicência – Pernambuco. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 37, p. 527-543, out./dez. 2002a.

\_\_\_\_\_. Política educacional e poder local: análise das repercussões do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na educação de municípios pernambucanos. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 99-112, jan./abr. 2002b.

FERRO, Andrea Rodrigues. *Avaliação do impacto dos programas de bolsa escola no trabalho infantil no Brasil*. 2003. 92 f. Dissertação (Mestrado em Ciências – Área de Concentração: Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; SILVA JÚNIOR, José Alexandre da. Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r). *Revista Política Hoje*, Recife, v. 18, n. 1, p. 115-146, 2009.

FIGUEIREDO, Kattia de Jesus Amin Athayde. *Enfrentamento da pobreza e do trabalho infantil: um diálogo necessário entre a educação e as políticas de transferência de renda*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação da Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

FLORIDO, Antonio Carlos Simões. *Breve histórico dos Censos Agropecuários*. [S.l.]:

[2001?]. 33 p. Disponível em:

<<http://www.ipeadata.gov.br/doc/HistoricoCensosAgropecuarios.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

FONSECA, Francisco. Democracia e participação no Brasil: descentralização e cidadania face ao capitalismo contemporâneo. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 245-255, jul./dez. 2007.

FONSECA, Francisco; BELTRÃO, Ricardo Ernesto Vasquez; PRADO, Otávio. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 249-272, jan./fev. 2013.

FRANZESE, Cibele. *Federalismo cooperativo no Brasil: da Constituição de 1988 aos sistemas de políticas públicas*. 2010. 210 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2010.

FRANZESE, Cibele; ABRUCIO, Fernando Luiz. A combinação entre federalismo e políticas públicas no Brasil pós-1988: os resultados nas áreas de saúde, assistência social e educação. In: ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ENAP. *Reflexões para Ibero-América: avaliação de programas sociais* (Caderno EIAPP). Brasília, DF: ENAP, 2009. p. 25-42.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS – FGV. Biblioteca Digital FGV [página eletrônica]. FGV. Disponível em: <<http://sistema.bibliotecas-bd digital.fgv.br/>>. Acessos em: dez. 2013.

\_\_\_\_\_. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Biblioteca Karl A. Boedecker. *Normas para apresentação de monografia*. 6 ed. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/site/sites/default/files/BibNormas.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2013.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo agropecuário: Brasil – censos econômicos de 1975 – série nacional*. v. 1. Rio de Janeiro, 1979a.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico 1991 – mão-de obra: resultados da amostra*. n. 1 – Brasil. Rio de Janeiro, 1991a. 426 p.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico 1991 – mão-de obra: resultados da amostra*. n. 11 – Ceará. Rio de Janeiro, 1991b. 350 p.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico 1991 – mão-de obra: resultados da amostra*. n. 14 – Pernambuco. Rio de Janeiro, 1991c. 331 p.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico 1991 – mão-de obra: resultados da amostra*. n. 21 – São Paulo. Rio de Janeiro, 1991d. 442 p.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico 1991 – mão-de obra: resultados da amostra*. n. 23 – Santa Catarina. Rio de Janeiro, 1991e. 350 p.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico 1991 – mão-de obra: resultados da amostra*. n. 25 – Mato Grosso do Sul. Rio de Janeiro, 1991f. 310 p.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico 1991 – mão-de obra: resultados da amostra. n. 6 – Pará.* Rio de Janeiro, 1991g. 328 p.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico 1991: resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios. n. 1 (Brasil).* Rio de Janeiro, 1991h.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico: Brasil – VIII Recenseamento Geral do Brasil – 1970 – série nacional. v. 1.* Rio de Janeiro, GB, 1973a.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico: Ceará – VIII Recenseamento Geral do Brasil – 1970 – série regional. v. 1, tomo VII.* Rio de Janeiro, GB, 1973b.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico: Mato Grosso – VIII Recenseamento Geral do Brasil – 1970 – série regional. v. 1, tomo XXII.* Rio de Janeiro, GB, 1973c.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico: Pará – VIII Recenseamento Geral do Brasil – 1970 – série regional. v. 1, tomo IV.* Rio de Janeiro, GB, 1973d.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico: Pernambuco – VIII Recenseamento Geral do Brasil – 1970 – série regional. v. 1, tomo X.* Rio de Janeiro, GB, 1973e.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico: Santa Catarina – VIII Recenseamento Geral do Brasil – 1970 – série regional. v. 1, tomo XX.* Rio de Janeiro, GB, 1973f.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico: São Paulo – VIII Recenseamento Geral do Brasil – 1970 – série regional. v. 1, tomo XVIII (1ª parte).* Rio de Janeiro, GB, 1973g.

\_\_\_\_\_. *IX recenseamento geral do Brasil – 1980: censo agropecuário. v. 2, tomo 3, n. 1 – Brasil.* Rio de Janeiro, 1984a.

\_\_\_\_\_. *IX recenseamento geral do Brasil – 1980: censo demográfico – mão-de-obra. v. 1, tomo 5, n. 1 – Brasil.* Rio de Janeiro, 1983a.

\_\_\_\_\_. *IX recenseamento geral do Brasil – 1980: censo demográfico – mão-de-obra. v. 1, tomo 5, n. 12 – Pernambuco.* Rio de Janeiro, 1983b.

\_\_\_\_\_. *IX recenseamento geral do Brasil – 1980: censo demográfico – mão-de-obra. v. 1, tomo 5, n. 19 – São Paulo.* Rio de Janeiro, 1983c.

\_\_\_\_\_. *IX recenseamento geral do Brasil – 1980: censo demográfico – mão-de-obra. v. 1, tomo 5, n. 21 – Santa Catarina.* Rio de Janeiro, 1983d.

\_\_\_\_\_. *IX recenseamento geral do Brasil – 1980: censo demográfico – mão-de-obra. v. 1, tomo 5, n. 23 – Mato Grosso do Sul.* Rio de Janeiro, 1983e.

\_\_\_\_\_. *IX recenseamento geral do Brasil – 1980: censo demográfico – mão-de-obra. v. 1, tomo 5, n. 6 – Pará.* Rio de Janeiro, 1983f.

\_\_\_\_\_. *IX recenseamento geral do Brasil – 1980: censo demográfico – mão-de-obra. v. 1, tomo 5, n. 9 – Ceará.* Rio de Janeiro, 1983g.

\_\_\_\_\_. *IX recenseamento geral do Brasil – 1980: censo demográfico – dados gerais – migração – instrução – fecundidade – mortalidade. v. 1, tomo 4, n. 1 – Brasil.* Rio de Janeiro, 1983h.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 1981: Brasil e Grandes Regiões.* v. 5, tomo 11. Rio de Janeiro, 1983i, 538 p.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 1982: Brasil e Grandes Regiões.* v. 6, tomo 1. Rio de Janeiro, 1983j, 372 p.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 1983: Brasil e Grandes Regiões.* v. 7, tomo 1. Rio de Janeiro, jul. 1984b.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 1984: Brasil e Grandes Regiões.* v. 8, tomo 1. Rio de Janeiro, 1985, 328 p.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: 1º trimestre de 1969 – Região III – Paraná – Santa Catarina – Rio Grande do Sul (população – mão-de-obra – salário – instrução – domicílio).* n. 24. Rio de Janeiro, nov. 1969a.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: 1º trimestre de 1970 – Região IV – Minas Gerais – Espírito Santo (população – habitação – mão-de-obra – salário – instrução).* n. 50. Rio de Janeiro, set. 1970.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: dados gerais – 4º trimestre de 1967 – Região II – São Paulo.* n. 2. Rio de Janeiro, fev. 1969b.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Departamento de Estatísticas de População. *Censo demográfico de 1960: Acre – Amazonas – Pará – VII recenseamento geral do Brasil – série regional.* v. 1, tomo II, 1ª parte. Rio de Janeiro, [196-]a.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico de 1960: Brasil – VII recenseamento geral do Brasil – série nacional.* v. 1. Rio de Janeiro, [196-]b.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico de 1960: Ceará – VII recenseamento geral do Brasil – série regional.* v. 1, tomo IV. Rio de Janeiro, [196-]c.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico de 1960: Mato Grosso – VII recenseamento geral do Brasil – série regional.* v. 1, tomo XVII. Rio de Janeiro, [196-]d.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico de 1960: Pernambuco – VII recenseamento geral do Brasil – série regional.* v. 1, tomo VI. Rio de Janeiro, [196-]e.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico de 1960: Santa Catarina – VII recenseamento geral do Brasil – série regional.* v. 1, tomo XV, 1ª parte. Rio de Janeiro, [196-]f.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico de 1960: São Paulo – VII recenseamento geral do Brasil – série regional.* v. 1, tomo XIII. Rio de Janeiro, [196-]g.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação do Censo Agropecuário. *Censo agropecuário: Brasil – censos econômicos de 1985.* n. 1. Rio de Janeiro, 1991i. 400 p.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Diretoria de Pesquisas. Departamento de Emprego e Rendimento. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 1987: Brasil e Grandes Regiões.* v. 11, tomo 1. Rio de Janeiro, 1988a, 244 p.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 1988*: Brasil e Grandes Regiões. v. 12, tomo 1. Rio de Janeiro, 1990, 292 p.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 1989*: Brasil e Grandes Regiões. v. 13, tomo 1. Rio de Janeiro, jun. 1991j, 244 p.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 1990*: Brasil e Grandes Regiões. v. 14, n. 1. Rio de Janeiro, jul. 1993, 311 p.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 1992*: Brasil. v. 15, n. 1. Rio de Janeiro, 1997a, 73 p.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 1993*: Brasil. v. 16, n. 1. Rio de Janeiro, 1997b, 73 p.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 1986*: Brasil e Grandes Regiões. v. 10, tomo 1. Rio de Janeiro, 1988b, 488 p.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Diretoria de População e Social. Superintendência de Estatísticas de População e Sociais. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 1985*: Brasil e Grandes Regiões. v. 9, tomo 1. Rio de Janeiro, 1986, 246 p.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Superintendência de Estatísticas Primárias – DECEN. *Censo agropecuário: Brasil – VIII recenseamento geral do Brasil – 1970 – série nacional*. v. III. Rio de Janeiro, jul. 1975a.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Superintendência de Estatísticas Primárias – DEPSO. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 1976*: Brasil. v. 1, tomo 8. Rio de Janeiro, 1978, 94 p.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 1977*: Brasil. v. 2, tomo 8. Rio de Janeiro, 1979b, 60 p.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 1978*: Brasil. v. 3, tomo 8. Rio de Janeiro, 1980, 52 p.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 1979*: Brasil. v. 4, tomo 8. Rio de Janeiro, 1981, 34 p.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Superintendência de Estatísticas Primárias. Grupo Executivo de Pesquisas Domiciliares. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: 4º trimestre 1971 – 1972 – regiões metropolitanas*. n. 50. Rio de Janeiro, 1972.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: 4º trimestre de 1967 – região I – Estados da Guanabara e Rio de Janeiro*. n.1, 2ª tiragem. Rio de Janeiro, fev. 1969c.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: 4º trimestre de 1973 (população – mão-de-obra – salário – instrução – domicílio)*. 2ª tiragem. Rio de Janeiro, maio 1975b.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: resultados preliminares – 1º trimestre de 1968 – região I – Estados da Guanabara e Rio de Janeiro*. n. 3, 2ª tiragem. Rio de Janeiro, jul. 1968.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF. *Childinfo*: monitoring the situation of children and women [base de dados]. UNICEF. Disponível em: <<http://www.childinfo.org/>>. Acesso: 28 maio 2014.

\_\_\_\_\_. *Situação mundial da infância*: celebrando 20 Anos da Convenção sobre os Direitos da Criança. Ed. Especial. New York, nov. 2009.

GARBELINI, Priscilla Pedroso. *O trabalho infantil como violação de direitos da criança e do adolescente*: dados do trabalho precoce em Ponta Grossa – PR. 2011. 185 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2011.

GASPARONI, Meirelaine Marques. *Família, redes sociais e empoderamento*: uma análise no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Ubá / MG. 2007. 120 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2007.

GOMES, Martina Pereira. *Um estado da arte do trabalho infanto-juvenil nas universidades do Estado do Rio Grande do Sul*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

GOOGLE. *Google Brasil* [página eletrônica]. GOOGLE. Disponível em: <<https://www.google.com.br/>>. Acessos em: abr. 2014.

GRAEF, Aldino. Articulação federativa na prestação de serviços sociais no Brasil. *RSP – Revista do Serviço Público*, Brasília, DF, v. 61, n. 1, p. 35-66, jan./mar. 2010.

HELAL, Diogo Henrique. Crianças e adolescentes no mercado de trabalho brasileiro: padrões e tendências. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João del-Rei, v. 5, n. 1, p. 83-93, jan./jul. 2010.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos*: o breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Aspectos complementares de educação, afazeres domésticos e trabalho infantil*: suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2006. Rio de Janeiro, 2008a.

\_\_\_\_\_. *Banco de dados agregados*: sistema IBGE de recuperação automática – SIDRA [página eletrônica]. IBGE. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 28 fev. 2014a.

\_\_\_\_\_. *Censo agropecuário 1995-1996*: Brasil. n. 1. Rio de Janeiro, 1998a.

\_\_\_\_\_. *Censo agropecuário 2006*: agricultura familiar – primeiros resultados – Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro, 2012a. 267 p.

\_\_\_\_\_. *Censo agropecuário 2006*: resultados preliminares. Rio de Janeiro, 2006a. 146 p.

\_\_\_\_\_. *Censo agropecuário 2006*: segunda apuração – Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro, 2012b. 267 p.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico 2000 – características da população e dos domicílios*: resultados do universo. Rio de Janeiro, 2001. 520 p.



\_\_\_\_\_. *Censo demográfico 2000 – características gerais da população: resultados da amostra*. Rio de Janeiro, 2000a.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico 2000 – trabalho e rendimento: resultados da amostra*. Rio de Janeiro, 2003a, 312 p.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico 2010 – características da população e dos domicílios: resultados do universo*. Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico 2010 – trabalho e rendimento: resultados da amostra*. Rio de Janeiro, 2012c, 369 p.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico – população e habitação – quadros de totais para o conjunto da União: recenseamento geral do Brasil (1º de setembro de 1940)*. Rio de Janeiro, série nacional, v. II, 1950.

\_\_\_\_\_. *IBGE – países @* [página eletrônica]. IBGE. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/paisesat/main\\_frameset.php](http://www.ibge.gov.br/paisesat/main_frameset.php)>. Acesso em: 16 mar. 2014b.

\_\_\_\_\_. *Informações sobre trabalho infantil no Brasil, com base nas informações dos censos demográficos 2000 e 2010* [página eletrônica]. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/apps/trabalho infantil/>>. Acesso em: 20 nov. 2012d.

\_\_\_\_\_. *Metodologia do censo demográfico 2000* (relatórios metodológicos). v. 25. Rio de Janeiro, 2003b.

\_\_\_\_\_. *Metodologia do censo demográfico 2010* (relatórios metodológicos). v. 41. Rio de Janeiro, 2013a. 712 p.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa mensal de emprego* [página eletrônica]. IBGE. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/)>. Acesso em: 10 jul. 2014c.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: microdados reponderados da PNAD 2001 – 2012* [base de dados]. IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/microdados.shtm>>. Acesso em: 18 jun. 2014d.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios* [base de dados: período de 1992 a 2012]. IBGE. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_anual/](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/)>. Acessos em: set. 2014e.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 1995: Brasil*. v. 17, n. 1. Rio de Janeiro, 1997a, 120 p.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 1996: Brasil*. v. 18, n. 1. Rio de Janeiro, 1997b, 115 p.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 1997: Brasil*. v. 19, n. 1. Rio de Janeiro, 1998b, 116 p.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 1998: Brasil*. v. 20. Rio de Janeiro, 1999, 113 p.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 1999: Brasil*. v. 21. Rio de Janeiro, 2000b, 113 p.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 2001*: Brasil. v. 22. Rio de Janeiro, 2002a, 111 p.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 2002*: Brasil. v. 23. Rio de Janeiro, 2003c, 113 p.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 2003*: Brasil. v. 24. Rio de Janeiro, 2004, 120 p.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 2004*: Brasil. v. 25. Rio de Janeiro, 2005, 120 p.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 2005*: Brasil. v. 26. Rio de Janeiro, 2006b, 125 p.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 2006*: Brasil. v. 27. Rio de Janeiro, 2007, 125 p.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 2007*: Brasil. v. 28. Rio de Janeiro, 2008b, 127 p.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 2008*: Brasil. v. 29. Rio de Janeiro, 2009a, 129 p.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 2009*: Brasil. v. 30. Rio de Janeiro, 2009b, 133 p.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 2011*: Brasil. v. 31. Rio de Janeiro, 2012e, 135 p.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 2012*: Brasil. v. 32. Rio de Janeiro, 2012f, 134 p.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 2013*: Brasil. v. 33. Rio de Janeiro, 2013b, 133 p.

\_\_\_\_\_. *Produto Interno Bruto a preços correntes e produto interno bruto 'per capita' segundo as grandes regiões, as unidades da federação e os municípios – 2006-2010* [base de dados]. IBGE. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2010/default\\_xls.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2010/default_xls.shtm)>. Acesso em: 14 jun. 2014f.

\_\_\_\_\_. *Séries históricas e estatísticas* [página eletrônica]. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=PD329#P1>>. Acesso em 24 nov. 2012g.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. *Perfil dos municípios brasileiros 2011*: pesquisa de informações básicas municipais. Rio de Janeiro, 2012h.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Trabalho e Rendimento. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios*: síntese de indicadores 2011. Rio de Janeiro, 2012i.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Diretoria de Pesquisas. Departamento de Emprego e Rendimento. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios*: trabalho infantil 2001. Rio de Janeiro, 2003d.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2001*. Rio de Janeiro, 2002b. 205 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT. Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações – BDTD [página eletrônica]. Brasília, DF. IBICT. Disponível em: <<http://bdtb.ibict.br/>>. Acessos em: dez. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. *Ipeadata* [base de dados]. IPEA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acessos em: jul. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Diretoria de Estudos e Políticas Sociais. *Assistência social*. Brasília, DF: IPEA, 2011. p. 49-86. (Políticas sociais: acompanhamento e análise, n. 19).

JACOBI, Pedro Roberto; BESEN, Gina Rizpah. Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 135-158, 2011.

KASSOUF, Ana Lúcia; SANTOS, Marcelo Justus dos. Trabalho infantil no meio rural brasileiro: evidências sobre o “paradoxo da riqueza”. *Economia Aplicada*, Ribeirão Preto, v. 14, n. 3, p. 339-353, jul./set. 2010.

KONTZ, Leonardo Betemps. *Políticas sociais brasileiras: a situação social dos beneficiários do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil*. 2009. 206 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

LEAL, Vanessa Sá. *Programas governamentais de atenção aos escolares: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) – Gameleira – PE*. 2007. 86 f. Dissertação (Mestrado em Nutrição) – Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 6 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1993. 276 p.

LEVCOVITZ, Eduardo; LIMA, Luciana Dias de; MACHADO, Cristiani Vieira. Política de saúde nos anos 90: relações intergovernamentais e o papel das Normas Operacionais Básicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 269-291, 2001.

LEVI, Lucio. Federalismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). *Dicionário de Política*. 5 ed. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1993. v. 1, p. 475-486.

LÍCIO, Elaine Cristina. A trajetória dos programas de transferência de renda no Brasil: o impacto da variável federativa. *RSP – Revista do Serviço Público*, Brasília, DF, ano 55, n. 3, p. 37-59, jul./set. 2004.

LIMA, Aline dos Santos. *O PETI em Retirolândia – BA: implicações e impasses (1997-2007)*. 2008. 200 f. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional) – Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2008.

LOTTA, Gabriela Spanghero; GONÇALVES, Renata Gonçalves; BITELMAN, Marina. A coordenação federativa de políticas públicas: uma análise das políticas brasileiras nas últimas décadas. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 19, n. 64, p. 2-18, jan./jun. 2014.

MADEIRA, Maria Carolina Costa. *Trabalho infantil e política pública: uma avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) no município de João Pessoa*. 2009. 133 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

MARTINS, Ana Claudia; BASSITT, Débora Pastore; WANDERLEY, Kátia da Silva; SILVA, Mayra dos Santos. Repercussão do trabalho infantil urbano na saúde de crianças e adolescentes. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, Fortaleza, v. 26, n. 1, p. 9-16, jan./mar. 2013.

MEDEIROS, Márcia de Souza. *A implementação dos Programas Federais PETI e Agente Jovem, em Porto Alegre, no contexto das políticas de transferência de renda dos governos Fernando Henrique Cardoso*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MELO, Marcus André. Crise federativa, guerra fiscal e “hobbesianismo municipal”: efeitos perversos da descentralização? *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 11-20, 1996.

MESQUITA, Ana Cleusa Serra; MARTINS, Raquel de Fátima; CRUZ, Tânia Mara Eller da. *Cofinanciamento e responsabilidade federativa na política de assistência social*. Rio de Janeiro: IPEA, mar. 2012. 72 p. (Texto para Discussão, n. 1.724).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. Portal domínio público – Biblioteca digital desenvolvida em software livre [página eletrônica]. MEC. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acessos em: dez. 2013.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria do Tesouro Nacional. *Execução orçamentária dos Estados – 2010* [base de dados]. Brasília, DF, 2014. STN. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/prefeituras>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. *Finanças do Brasil: dados contábeis dos municípios – Ano 2010* [base de dados]. Brasília, DF, v. LVI, ago. 2011. STN. Disponível em: <[http://www3.tesouro.gov.br/estados\\_municipios/financas/Finbra2010.zip](http://www3.tesouro.gov.br/estados_municipios/financas/Finbra2010.zip)>. Acesso em: 6 mar. 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. *Assistência social – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil* [página eletrônica]. MDS. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/peti>>. Acesso em: ago. 2014a.

\_\_\_\_\_. *O SUAS no Plano Brasil Sem Miséria*. Brasília, DF, 19 jul. 2012. 28 p.

\_\_\_\_\_. *Orientações técnicas: gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS*. Brasília, DF, 2010. 156 p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI. *Matriz de informação social* [base de dados]. MDS, SAGI. Disponível em: <[aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mi2007/tabelas/mi\\_social.php](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mi2007/tabelas/mi_social.php)>. Acessos em: jul. 2014b.

\_\_\_\_\_. *TABCAD – tabulador de informações do CadÚnico* [base de dados]. MDS. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/tabulador\\_tabcad.php](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/tabulador_tabcad.php)>. Acesso em: 15 jun. 2014c.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Levantamento de beneficiários do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil: relatório final*. Brasília, DF, maio 2005a. 32 p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. Secretaria Nacional da Política de Assistência Social. Departamento de Desenvolvimento da Política de Assistência Social. Gerência do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. *Análise situacional do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI*. Brasília, DF, maio 2004a. 76 p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Norma operacional básica – NOB/SUAS: construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Versão final (correção ortográfica)*. Brasília, DF, jul. 2005b. 95 p. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/acesso-a-informacao/legislacao/assistenciasocial/resolucoes/2005/Resolucao%20CNAS%20no%20130-%20de%2015%20de%20julho%20de%202005.pdf/view>>. Acesso em: 6 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. *Política nacional de assistência social*. Brasília, DF, nov. 2004b. 59 p. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/pnas\\_final.pdf](http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/pnas_final.pdf)>. Acesso em: 6 mar. 2014.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. *Plano plurianual 2004-2007: relatório anual de avaliação – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (exercício 2006 – ano base 2005)*. Caderno 17. Brasília, DF, set. 2006. 104 p.

\_\_\_\_\_. *Plano plurianual 2004-2007: relatório anual de avaliação – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (exercício 2007 – ano base 2006)*. Caderno 17. Brasília, DF, set. 2007. 108 p.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE. Secretaria de Inspeção do Trabalho. *Mapa de indicativos do trabalho da criança e do adolescente*. 3 ed. Brasília, DF, 2005. 309 p.

\_\_\_\_\_. *Mapa de Indicativos do trabalho da criança e do adolescente (1997-1999)*. Brasília, DF, 1999. 107 p.

\_\_\_\_\_. *SITI – sistema de informações sobre focos de trabalho infantil: versão 1.0 – Relatórios [base de dados]*. Disponível em: <[http://sistemasiti.mte.gov.br/main\\_report.aspx](http://sistemasiti.mte.gov.br/main_report.aspx)>. Acesso em: 11 jul. 2014.

MONTENEGRO, Eliane Ramos de Melo. *A experiência do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em Maceió: uma análise ancorada na crítica marxista*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2006.

MORAES, Rafael Vicente de. *A produção acadêmica sobre trabalho infantil: um olhar nos periódicos científicos brasileiros (1981-2004)*. 2007. 129 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Marília, 2007.

MORAIS, Fernanda Kallyne Rêgo de Oliveira. *Avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em Mossoró – RN*. 2008. 125 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

NOBRE, Leticia Coelho da Costa. Trabalho de crianças e adolescentes: os desafios da intersectorialidade e o papel do Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 963-971, 2003.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. A dimensão política da descentralização participativa. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 8-19, 1997.

NUNES, Edison. Poder local, descentralização e democratização: um encontro difícil. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 32-39, 1996.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Diálogos intermitentes: relações entre Brasil e América Latina. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, n. 14, p. 110-119, jul./dez. 2005.

OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de; SIMÕES, Celso Cardoso da Silva. O IBGE e as pesquisas populacionais. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 291-302, jul./dez. 2005.

OLIVEIRA, Patrícia Daniele Lima de. *A esportivização das políticas públicas? Análise de programas para a infância e a juventude no Estado de Santa Catarina*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Centro de Desportos da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. *Estados Miembros de las Naciones Unidas* [página eletrônica]. ONU. Disponível em: <<http://www.un.org/es/members/>>. Acesso em: 14 mar. 2014a.

\_\_\_\_\_. *Treaty collection* [base de dados]. ONU. Disponível em: <<https://treaties.un.org/>>. Acesso em: 28 maio 2014b.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Departamento de Informações Públicas. *O Sistema das Nações Unidas: órgãos principais da ONU* [ed. on-line]. abr. 2011. ONU. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/organograma.png>>. Acesso: 26 maio 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Department of Economic and Social Affairs. Population Division. *World population prospects: the 2012 revision* [base de dados]. jun. 2013. ONU. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpd/wpp/index.htm>>. Acesso em: maio 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. *Acelerar a ação contra o trabalho infantil: relatório global no quadro do seguimento da Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho*. 1 ed. Genebra, 2010. 81 p.

\_\_\_\_\_. *Natlex* [base de dados]. OIT. Disponível em: <[http://www.ilo.org/dyn/natlex/natlex\\_browse.home?p\\_lang=en](http://www.ilo.org/dyn/natlex/natlex_browse.home?p_lang=en)>. Acessos em: maio 2014a.

\_\_\_\_\_. *Normlex: information system on international labour standards* [base de dados]. OIT. Disponível em: <<http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:1:0::NO:::>>. Acesso em: 14 mar. 2014b.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. Departamento de Governança e Tripartismo. Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil – IPEC. *Medir o progresso na luta contra o trabalho infantil: estimativas e tendências mundiais 2000-2012*. Genebra, 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. International Programme on the Elimination of Child Labour – IPEC. Statistical Information and Monitoring Programme on Child Labour – SIMPOC. *CL.Info*: version 1.1 [base de dados]. OIT / IPEC / SIMPOC. Disponível em: <[http://www.devinfo.info/cl\\_info/](http://www.devinfo.info/cl_info/)>. Acesso em: set. 2014c.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO – OIT. *Cláusulas de los tratados de paz relativas al trabajo*: parte decimotercera del 'Tratado de Versailles', 1ª versión de la Constitución. Ginebra, 1920. Disponível em: <[http://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/1920/20B09\\_18\\_span.pdf](http://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/1920/20B09_18_span.pdf)>. Acesso em: 26 maio 2014.

\_\_\_\_\_. *El trabajo infantil*: lo intorelable en el punto de mira. Informe sometido a la 86ª reunión de la Conferencia Internacional del Trabajo. Ginebra, 1998a.

\_\_\_\_\_. *Estadísticas del trabajo infantil*: informe III (18ª Conferencia Internacional de Estadísticos del Trabajo). 1 ed. Ginebra, 2008. 81 p.

\_\_\_\_\_. *Informe mundial sobre trabajo infantil*: vulnerabilidad económica, protección social y lucha contra el trabajo infantil. 1 ed. Ginebra, 2013.

\_\_\_\_\_. *Resolución sobre las estadísticas del trabajo infantil*: Decimoctava conferencia internacional de estadísticos del trabajo – Ginebra, 2008 [ed. on-line]. Ginebra, 2009a. OIT. Disponível em: <<http://www.ilo.org/ipecinfo/product/viewProduct.do?productId=13795>>. Acesso em: 29 maio 2014.

\_\_\_\_\_. *Un futuro sin trabajo infantil* (Informe global con arreglo al seguimiento de la declaración de la OIT relativa a los principios y derechos fundamentales en el trabajo). Conferencia Internacional del Trabajo – 90ª reunión – Informe I (B). Ginebra, 2002.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO – OIT. Departamento de Comunicación y de la Información Pública. Oficina de Biblioteca y Servicios de Información. *Historia de la OIT*. dez. 2011a. OIT. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/spanish/support/lib/resource/subject/history.htm>>. Acesso: 26 maio 2014.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO – OIT. Departamento de Estadística. *Base de datos ILOSTAT* [base de dados]. OIT. Disponível em: <[http://www.ilo.org/ilostat/faces/home/statisticaldata?locale=es&\\_afLoop=118895860650221](http://www.ilo.org/ilostat/faces/home/statisticaldata?locale=es&_afLoop=118895860650221)>. Acesso em: 18 mar. 2014a.

\_\_\_\_\_. *Laborsta*: base de datos sobre estadísticas del trabajo [base de dados]. OIT. Disponível em: <[http://laborsta.ilo.org/default\\_S.html](http://laborsta.ilo.org/default_S.html)>. Acesso em: 17 mar. 2014b.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO – OIT. Oficina Regional para América Latina y el Caribe. *Impacto de la crisis económica mundial en el trabajo infantil en América Latina y recomendaciones para su mitigación*. Lima, set. 2009b.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO – OIT. Programa Internacional para la Erradicación del Trabajo Infantil – IPEC. *Niños en trabajos peligrosos*: lo que sabemos, lo que debemos hacer. Ginebra, 2011b. 96 p.

\_\_\_\_\_. *Perfil del trabajo infantil doméstico en Brasil, Colombia, Paraguay y Perú*: contexto, estudios y resultados. Lima: OIT / IPEC Sudamérica, 2004. 116 p. (Material de Trabajo, n. 4, v. I).

\_\_\_\_\_. *Trabajo Infantil en los países andinos*: Bolivia, Colombia, Ecuador, Perú y Venezuela. Lima: OIT / IPEC Sudamerica, 1998b. 108 p. (Documento de Trabajo, n. 75).

\_\_\_\_\_. *Trabajo infantil en los países de Mercosur: Argentina, Brasil, Chile, Paraguay, Uruguay*. Lima: OIT / IPEC Sudamerica, 1998c. 114 p. (Documento de Trabajo, n. 74).

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO – OIT. Programa Internacional para la Erradicación del Trabajo Infantil – IPEC. Programa de Información Estadística y Seguimiento en Materia de Trabajo Infantil – SIMPOC. *Estadísticas del trabajo infantil*: manual sobre las metodologías para la recolección de datos a través de encuestas. 1 ed. Ginebra, 2005. 533 p.

PADILHA, Miriam Damasceno. *Criança não deve trabalhar*: a análise sobre o Programa de Erradicação do Trabalho infantil e repercussão nas experiências das famílias participantes. 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

PAPI, Luciana Pazini. *Descentralização e formulação de políticas públicas em municípios pobres*: o caso da assistência social em Alvorada – RS. 2009. Trabalho de Estágio (Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PEDREIRA, Lucia Álvares. *PETI*: de(sen)volvendo a infância perdida? 2006. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2006.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Centralização e exclusão social: entrave à política de assistência social. *Ser Social*, Brasília, DF, n. 3, p. 119-133, 1998.

PORTUGAL, Francisco Teixeira. ABP: um pouco de História. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 61, n 1, p. 194-195, 2009.

PRADO, Renata Lopes Costa. Trabalho infanto-juvenil em artigos acadêmicos de psicólogos: uma interpretação ideológica. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 30, n. 1, p. 101-110, jan./mar. 2013.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Controladoria-Geral da União – CGU. *Portal da Transparência*: Governo Federal [base de dados]. CGU. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/>>. Acesso em: 02 ago. 2014a.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria de Direitos Humanos. Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Sistema de informações para infância e adolescência – SIPIA*: versão 2.4.0 [base de dados]. SDH/PR, SNPDC. Disponível em: <<http://www.sipia.gov.br/>>. Acesso em: 10 jul. 2014b.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. *Human development index (HDI) value* [base de dados]. 2011. ONU. Disponível em: <<https://data.undp.org/dataset/Human-Development-Index-HDI-value/8ruz-shxu>>. Acessos em: maio 2014.

\_\_\_\_\_. *Relatório do desenvolvimento humano 2013: A ascensão do Sul – progresso humano num mundo diversificado*. Edição portuguesa. New York: PNUD; Portugal: Camões Instituto da Cooperação e da Língua, 2013.



RAMOS, Conrado; LIMA, Luis Antônio Gomes, PAPARELLI, Renata, KALMUS, Jaqueline. *Levantamento bibliográfico: História da infância no Brasil*. [S.l.]: Grupo de Estudos de História da Psicologia Aplicada à Infância (GEHPAI), USP, [2002?]. 28 p. Disponível em: <[http://www.abrapee.psc.br/documentos/Psicologo\\_Escolar/Levantamento\\_da\\_Hist%F3ria\\_da\\_Inf%E2ncia\\_no\\_Brasil.doc](http://www.abrapee.psc.br/documentos/Psicologo_Escolar/Levantamento_da_Hist%F3ria_da_Inf%E2ncia_no_Brasil.doc)>. Acesso em: 02 jan. 2014.

REIS, Adriana Arão da Silva. *O financiamento da política de assistência social no Brasil: uma análise do período de 2007 a 2010*. 2011. Trabalho de Estágio (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011.

ROCHA, Sonia. *Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real*. Rio de Janeiro: IPEA, abr. 2000. 21 p. (Texto para Discussão, n. 721).

RODDEN, Jonathan. Federalismo e descentralização em perspectiva comparada: sobre significados e medidas. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 24, p. 9-27, jun. 2005.

RODRIGUES, Maria Aurenice Mendes Frazão. *Impacto das mudanças constitucionais nas ações de enfrentamento do trabalho infantil, após 1988: uma reflexão sobre a realidade de Teresina* – PI. 2004. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2004.

ROMÁN CARRASCO, Marcela; MURILLO TORRECILLA, Francisco Javier. Trabajo infantil entre los estudiantes de educación primaria en América Latina: características y factores asociados. *Revista Electrónica de Investigación Educativa*, Ensenada, v. 15, n. 2, p. 1-20, 2013.

ROSA, Josely Cristiane. *O trabalho infantil e sua oposição ao mundo da criança: a avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no município de Itajaí / SC*. 2007. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) – Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2007.

ROSEMBERG, Fúlvia; FREITAS, Rosângela R. Participação de crianças brasileiras na força de trabalho e educação. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 95-125, jan./jun. 2002.

RUA, Maria das Graças. *Avaliação da integração do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) ao Programa Bolsa-Família (PBF)*. Brasília, DF: Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – FNPETI, OIT, jan. 2007. 46 p. Disponível em: <[http://white.oit.org.pe/ipecc/documentos/integracao\\_peti\\_pbf.pdf](http://white.oit.org.pe/ipecc/documentos/integracao_peti_pbf.pdf)>. Acesso em: 29 nov. 2012.

SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Bibliotecas Infante-Juvenis. *Bibliografia sobre a criança e o adolescente trabalhadores no Brasil*. São Paulo, 1990. 87 p.

SARTORI, Elisiane. *Todos sob o mesmo teto: família e sistema de proteção social em Campinas*. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

SARTORI, Elisiane; GARCIA, Carlos Henrique Menezes. Políticas compensatórias versus emancipatórias: desafios para implementação de programas de geração de renda às famílias em situação de risco. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 425-452, mar./abr. 2012.

SAUMA, Pablo. *Trabajo infantil: causa y efecto de la perpetuación de la pobreza*. San José, Costa Rica: OIT / IPEC, 2007. 60 p.

SCHWARTZMAN, Simon; SCHWARTZMAN, Felipe Farah. *Tendências do trabalho infantil no Brasil entre 1992 e 2002*. 1 ed. Brasília, DF: OIT, 2004. 128 p.

SCIELO – SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE. Pesquisa artigos [página eletrônica]. São Paulo. FAPESP, CNPq, BIREME/OPAS/OMS, FapUnifesp. Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/index.php?lang=pt>>. Acessos em: abr. 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO IMPÉRIO. Diretoria-Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil em 1872*. Rio de Janeiro, [1874?]. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/d\\_detalhes.php?id=225477](http://biblioteca.ibge.gov.br/d_detalhes.php?id=225477)>. Acesso em: 10 jul. 2014.

SENADO FEDERAL. *Siga Brasil* [base de dados]. Senado Federal. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/orcamento/sigabrasil>>. Acesso em: 3 ago. 2014.

SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO – IBGE. *Censo Agrícola de 1960: Brasil – VII Recenseamento Geral do Brasil – série nacional*. v. II, 1ª parte. Rio de Janeiro, GB, set. 1967.

SILVA, Márcia Iara Costa da. *O compromisso das famílias com a erradicação do trabalho infantil: um estudo junto ao PETI / Maceió*. 2003. 111 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

SILVA, Maria Lúcia Soares da. *Política educacional e poder local na cidade de Vicência: repercussões do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil*. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

SILVA, Marisa Rodrigues da. *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) em Natal: uma avaliação na perspectiva da assistência social*. 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

SILVEIRA, Caio; AMARAL, Carlos; CAMPINEIRO, Débora. *Trabalho Infantil: examinando o problema, avaliando estratégias de erradicação*. [S.l.]: NAPP – Núcleo de Assessoria Planejamento e Pesquisa; UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância, nov. 2000. 52 p. Disponível em: <[http://www.iets.inf.br/biblioteca/Trabalho\\_infantil\\_examinando\\_o\\_problema\\_avaliando\\_estrategias\\_de\\_erradicacao.pdf](http://www.iets.inf.br/biblioteca/Trabalho_infantil_examinando_o_problema_avaliando_estrategias_de_erradicacao.pdf)>. Acesso em 27 fev. 2014.

SOUZA, Celina. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-88. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 24, p. 105-121, jun. 2005.

\_\_\_\_\_. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 27-41, abr./jun. 2004.

SOUZA, Ismael Francisco de. *A erradicação do trabalho infantil e as responsabilidades do conselho tutelar no município de Florianópolis*. 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SOUZA, José Antônio Nunes de. *Podem os programas sociais e de transferência de renda influenciar a oferta de trabalho em atividades não agrícolas? Uma análise para as famílias em condição de pobreza no meio rural do Nordeste*. 2012. 81 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

SPINK, Peter Kevin; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho; CLEMENTE, Roberta. Governança, governo ou gestão: o caminho das ações metropolitanas. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 453-476, jul./dez. 2009.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo. *Relatório de auditoria de natureza operacional no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI* (TC – 013.002/2001-0). Brasília, DF, 2002. 44 p.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE. *Eleições federais e estaduais realizadas no Brasil em 1950: dados estatísticos (2º volume)*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1952. Disponível em: <[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/13043/dados\\_estatisticos\\_vol2.pdf?sequence=3](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/13043/dados_estatisticos_vol2.pdf?sequence=3)>. Acesso em: 24 junho 2014.

\_\_\_\_\_. *Estatísticas eleitorais: eleições anteriores [base de dados]*. Brasília, DF, 2014. TSE. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-anos-anteriores>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

UCW – UNDERSTANDING CHILDREN'S WORK. *Child labour indicators [base de dados]*. Roma, 2014. OIT, UNICEF, BANCO MUNDIAL. Disponível em: <<http://www.ucw-project.org/default.aspx>>. Acesso em: 31 maio 2014.

\_\_\_\_\_. *Unidos en la lucha contra el trabajo infantil: informe interagencial para la conferencia mundial sobre trabajo infantil de la Haya de 2010*. 1 ed. Genebra, maio 2010.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Saúde Pública. Biblioteca – Centro de Informação e Referência em Saúde Pública. *Guia de apresentação de teses [2 ed. atual. online]*. São Paulo, 2008. Disponível em: <[http://www.bvs-sp.fsp.usp.br:8080/html/pt/paginas/guia/i\\_exped.htm](http://www.bvs-sp.fsp.usp.br:8080/html/pt/paginas/guia/i_exped.htm)>. Acesso em: 26 fev. 2014.

VALE, Cristiane Aguiar do. *Avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) em Fortaleza – CE*. 2010. 139 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

VALE, Tásia Moura Cardoso do. *Mapa dos programas sociais: transferência de renda e dinâmicas sociais no Rio Grande do Norte (2000-2007)*. 2008. 202 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

VEIGA, João Paulo Cândia. *A questão do trabalho infantil*. São Paulo: ABET, 1998. 142 p.

VIEIRA, Marcia Guedes. *Trabalho infantil no Brasil: questões culturais e políticas públicas*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.

## APÊNDICE A

### A PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA SOBRE O TRABALHO INFANTIL

Neste apêndice apresentamos um balanço da produção acadêmica brasileira a respeito do trabalho infantil.

Ele foi elaborado com o objetivo de conhecermos a evolução desta produção no período recente, de maneira a identificarmos de que forma vem se dando no país a construção do conhecimento acerca do tema, seja em sua abrangência mais ampla, seja em relação às ações voltadas ao seu enfrentamento, com ênfase na referente ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Além da identificação dos termos do debate a respeito em diferentes áreas do conhecimento, o levantamento e análise do material que reunimos permitiu, também, identificarmos algumas lacunas nesta mesma produção.

A discussão está organizada em cinco seções.

Na seção A.1 analisamos a evolução quantitativa da produção sobre o trabalho infantil no Brasil.

Em seguida (seção A.2), é apresentada a metodologia empregada, e os dados quantitativos referentes à produção por área do conhecimento, e segundo a relevância do tema no conteúdo dos trabalhos reunidos. Para isso, estes foram classificados, conforme critérios que serão apresentados, entre aqueles nos quais o trabalho infantil é o “tema central” de análise, é tema de “grande relevância”, ou ainda de “relevância secundária”.

A seção A.3 é iniciada com a categorização da produção acadêmica na qual o trabalho infantil é o tema central ou de grande relevância, conforme cinco eixos analíticos. Para cada um destes eixos é dedicada uma subseção específica, voltada à apresentação comentada do conjunto de trabalhos que os compõem.

Na seção A.4 são desenvolvidos alguns comentários finais a respeito do conjunto da produção comentada nas seções anteriores, apontando-se algumas das suas lacunas.

Na seção A.5 constam os quadros relativos às categorizações adotadas neste balanço, de forma a permitir que os interessados possam identificar de que maneira categorizamos cada um dos trabalhos reunidos no levantamento. Nestes quadros, cada um dos títulos aparece categorizado conforme as distintas áreas do conhecimento, a relevância dos temas “trabalho infantil” e “PETI” no conteúdo, e os cinco eixos analíticos definidos para o balanço aqui apresentado. Em seguida, é apresentada a lista de títulos identificados no balanço. Os mesmos aparecem numerados, conforme sequência alfabética, permitindo a identificação nos mencionados quadros.

### **A.1 Evolução quantitativa da produção sobre o trabalho infantil**

O momento marcado pela instauração da nova ordem que emerge no final do século XIX a partir da abolição da escravatura e da proclamação da República, sobretudo no contexto de “crescimento acelerado” das metrópoles carioca e paulista, tem sido identificado como aquele no qual tem início a discussão em torno da infância pobre “como parte da questão social” (ALVIM & VALLADARES, 1988, p. 4). Segundo as autoras, desde este momento de “descoberta da infância pobre” a reflexão e o debate praticamente ficaram circunscritos a políticos, jornalistas, médicos e juristas, o que parece coerente com o próprio processo de desenvolvimento do ensino superior no país. Tendo a temática do “trabalho do menor” sido um dos principais eixos deste debate, a evolução da produção acadêmica brasileira com interesse específico nesta temática começou a se ampliar e diversificar apenas nas três últimas décadas do século passado, surgindo publicações em diversas áreas das ciências humanas.

O mais amplo levantamento a respeito da produção sobre o tema e questões a ele associadas a que tivemos acesso é a “Bibliografia sobre a criança e o adolescente trabalhadores no Brasil”, elaborada pela Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo (SÃO PAULO, cidade, 1990), que reúne materiais de diferentes naturezas tais como livros, artigos, estudos realizados por órgãos públicos, teses, dissertações, e

até matérias publicadas em jornais e revistas de grande circulação. Para o levantamento foram consultadas 53 instituições por carta ou por meio do acesso aos catálogos de seus acervos, chegando-se a um resultado de 553 títulos publicados entre 1910 e 1990.

Até os anos 50, a publicação a respeito do “trabalho do menor” estava praticamente circunscrita à área do direito. Conforme evidencia a análise dos títulos e editoras das 29 referências encontradas para o período que vai de 1910 a 1959, 21 são relativas à legislação do trabalho, incluindo a única “tese” do período, elaborada para o “Concurso à Cadeira de Direito Industrial e Legislação do Trabalho”, da Faculdade de Direito do Ceará, intitulada “Da proteção legal ao trabalho das mulheres e dos menores: da proteção à maternidade no direito operário”, de autoria de Carlos de Oliveira Ramos, publicada em 1937 (SÃO PAULO, 1990, p. 51). Entre as demais oito referências predominam publicações de órgãos governamentais e do atualmente denominado “Sistema S”, em geral voltadas à questão do treinamento e formação profissional dos aprendizes.

Neste período (1910-1959) foram publicados oito artigos em revistas especializadas (que corresponderiam aos atuais periódicos), dos quais sete na área do Direito, sendo a única exceção o artigo denominado “Del Olmo Ability Test: estudo em grupo de adolescentes proletários”, publicado em 1954 no periódico “Arquivos Brasileiros de Psicotécnica” (idem, SÃO PAULO, cidade, 1990, p. 51) <sup>79</sup>.

Nos anos 60, a produção foi um pouco mais expressiva, totalizando 34 títulos entre 1960 e 1968, e muito embora ainda tenha predominado a área do direito (pelo menos 15 destes 34 trabalhos) e a preocupação com a formação para o mundo do trabalho (outros 5 trabalhos), a produção passou a ser um pouco mais diversificada.

A preocupação com a escolarização, por exemplo, aparece em cinco estudos publicados nesta mesma década, incluindo um elaborado pelo Instituto Nacional de

---

79. O primeiro número da Revista “Arquivos Brasileiros de Psicotécnica” foi publicado em 1949, por iniciativa do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), da Fundação Getúlio Vargas. Posteriormente denominado “Arquivos Brasileiros de Psicologia”, o periódico é até hoje editado, agora sob a responsabilidade do Instituto de Psicologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PORTUGAL, 2009).

Estudos Pedagógicos (INEP), intitulado “Menores no meio rural: trabalho e educação”, publicado em 1960 (SÃO PAULO, cidade, 1990, p. 21) <sup>80</sup>.

No campo das ciências sociais, em 1968 foi publicado o artigo “Alguns aspectos da força de trabalho do menor na América Latina”, de autoria de Hélio S. Monteiro, na Revista “América Latina” <sup>81</sup>.

Mas foi realmente nas décadas seguintes que ocorreu vertiginoso aumento da produção. A mencionada “Bibliografia ...” identificou 128 títulos na década de 70, e 236 nos anos 80. Simultaneamente foi ocorrendo a desconcentração da produção em termos de área do conhecimento, conforme evidencia a publicação de artigos em periódicos tais como Cadernos CERU (do Centro de Estudos Rurais e Urbanos), Cadernos de Pesquisa, Ciência e Cultura, Correio da Unesco, Em Aberto, e São Paulo em Perspectiva, apenas para citar alguns exemplos de publicações com três ou mais artigos sobre o tema nas duas décadas em questão (SÃO PAULO, cidade, 1990, p. 78-87).

As mesmas tendências de expansão nos anos 70 e 80 e de ingresso de outras áreas do conhecimento no debate foi evidenciada também no estudo realizado por Alvim & Valladares (1988), no qual as autoras buscaram realizar um “levantamento bibliográfico que desse conta da produção, dos últimos 20 anos, oriunda sobretudo das áreas de Sociologia, Psicologia, Antropologia e Serviço Social” (1988, 12). Considerado o escopo mais amplo do trabalho, que abarcou a produção sobre a infância em seu conjunto, o levantamento identificou o total de 212 publicações, predominantemente nos anos 70 (62 publicações) e entre o início dos anos 80 e 1987 (139 publicações). Entre os 10 temas nos quais as autoras classificaram os estudos identificados, predominou o que denominaram como “trabalho do menor”, com 41 trabalhos, dos quais cinco publicados nos 60, 13 nos anos 70, e 23 na década de 80 (até 1987). Em termos de “origem da produção”, destes 41 trabalhos, 24 foram em Sociologia e Antropologia, 10 foram publicadas no âmbito da “produção

---

80. Embora mantenha até hoje a mesma sigla, a atual denominação do INEP é Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

81. O Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, criado no Rio de Janeiro em 1957 com a ajuda da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), lançou em 1958 um Boletim que, em 1962, foi transformado na Revista “América Latina”, que permaneceu ativa até 1976. No Boletim e Revista foram publicados 251 artigos de renomados sociólogos, dos quais 45 sobre a América Latina, e entre estes 11 de perfil comparativo entre dois ou mais países do continente (OLIVEIRA, L. L. 2005).

oficial”, três em economia, e mais quatro de origem “não identificada” (ALVIM & VALLADARES, 1988, quadros 3 e 4).

Com olhar mais específico sobre o trabalho infantil, o trabalho realizado por Moraes (2007) abrangeu o período de 24 anos decorrido entre 1981 e 2004. O levantamento realizado pelo autor incluiu um conjunto de 58 periódicos e considerou para os mesmos apenas as publicações impressas, sendo identificados 97 artigos. A forte expansão da produção sobre o tema a partir da segunda metade dos anos 90 fica evidente pelo fato de o autor ter identificado 33 artigos para os primeiros 16 anos do período analisado (1981 a 1996) e 64 nos oito anos finais (1997-2004).

Para o nosso próprio levantamento adotamos metodologia diferente, por razões e conforme procedimentos que em seguida detalharemos. Por enquanto, queremos destacar que os dados que obtivemos são indicativos de que a produção a respeito do trabalho infantil continuou crescendo fortemente nos anos 90, mas a partir de 2010, em termos quantitativos, o interesse pelo tema parece estar se estabilizando ou mesmo declinando.

O gráfico 22 periodiza a produção a respeito do trabalho infantil conforme os números de publicações obtidos em cada um dos levantamentos mencionados (SÃO PAULO, cidade, 1990; ALVIM & VALLADARES, 1988; MORAES, 2007) e também no que realizamos.

Os números não autorizam, evidentemente, a comparação entre os dados oriundos das diferentes fontes já que cada levantamento adotou metodologia específica e chegou a maior ou menor número de publicações.

Assim, deve ser esclarecido que, comparativamente aos demais, o levantamento realizado pela Prefeitura de São Paulo (SÃO PAULO, cidade, 1990) é de abrangência muito maior, tanto em termos de fontes consultadas quanto de tipos de documentos. Dessa forma, seria equivocado comparar os dados desta fonte com as demais, pois tal comparação nos levaria à visão equivocada de que a produção no período coberto por este levantamento seja maior que aquela verificada posteriormente, conforme mostram os números dos demais levantamentos.

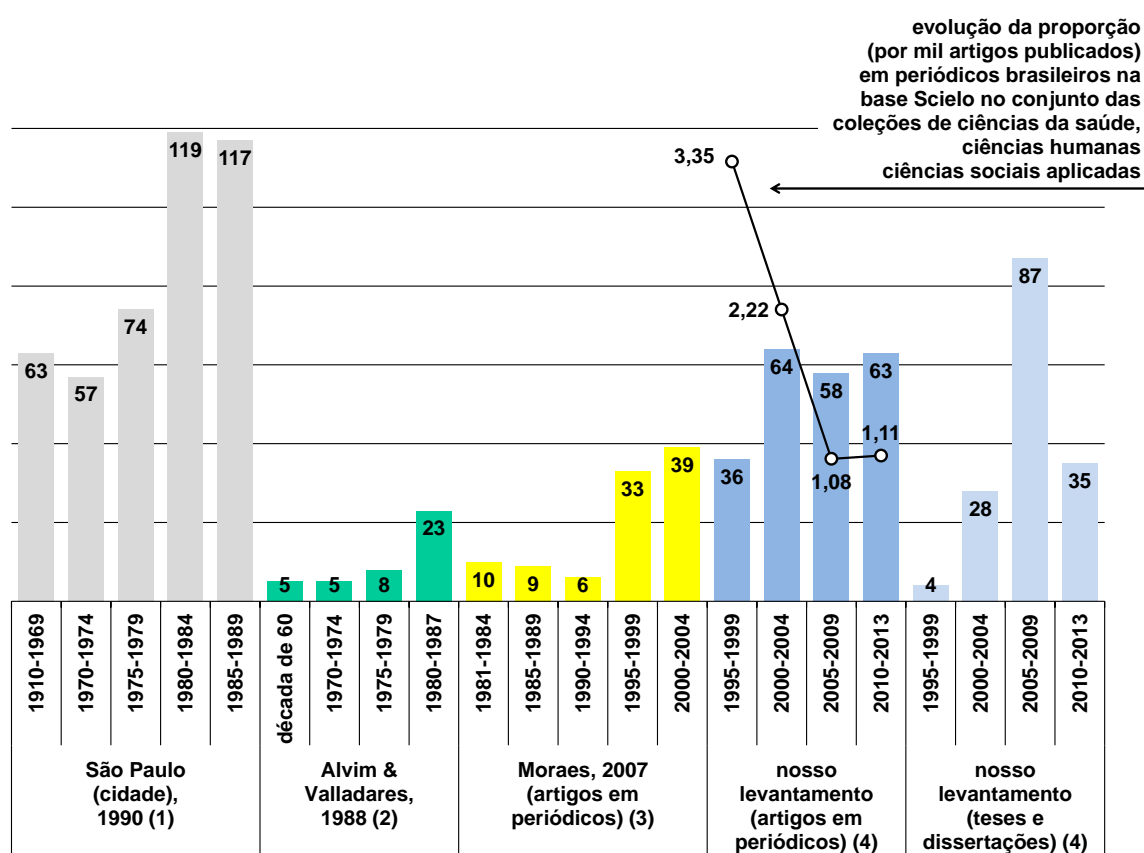
Tampouco é adequado para compreender a evolução da produção a respeito, somar os dados dos vários levantamentos, já que empregaram diferentes metodologias e, além disso, há títulos que aparecem em mais de um deles.



Mas, apesar destas limitações, e conforme os períodos abrangidos em cada estudo, o gráfico 22 indica contínuo crescimento da produção sobre o tema desde o início dos anos 70 até pelo menos a primeira metade da década passada.

### Gráfico 22

Evolução quantitativa da produção acadêmica brasileira sobre o trabalho infantil segundo diferentes levantamentos bibliográficos – Brasil (1910-2013)



Fontes: ALVIM & VALLADARES, 1988; MORAES, 2007; SÃO PAULO (cidade), 1990; SCIELO, 2014. Para o conjunto de fontes relativas ao nosso levantamento, ver a tabela 29 (p. 386).

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

- (1) Na fonte constam todos os tipos de publicações. Para os cálculos, excluímos as referências que foram publicadas em jornais e revistas de grande circulação.
- (2) Dados extraídos do quadro 3. O levantamento das autoras incluiu teses, dissertações, artigos em periódicos, publicações seriadas, livros (na íntegra ou capítulos), e publicações oficiais (desde que fossem relatos de pesquisas).
- (3) O levantamento é exclusivamente voltado a artigos em periódicos (versão impressa), totalizando 97 títulos publicados no período de 1981 a 2004.
- (4) Dados não incluem 48 trabalhos (45 artigos e 3 dissertações) publicados até 1994 já que o foco principal do levantamento foi o período a partir da segunda metade dos anos 90.

Considerados os números por nós obtidos para os artigos em periódicos, a quantidade de títulos sobre o tema parou de crescer na segunda metade dos anos 2000.

Ao mesmo tempo, este foi um período no qual continuou havendo forte expansão da produção científica no país. Se tomado como medida o número de artigos disponibilizados na base Scielo (SCIELO, 2014) e indexados nas coleções de ciências da saúde, ciências humanas e ciências sociais aplicadas, o interesse pelo tema talvez tenha declinado, proporcionalmente, até a segunda metade da década passada, mantendo-se desde então no mesmo patamar, conforme evidencia a linha apresentada no mesmo gráfico 22.

Por outro lado, no caso das teses e dissertações, a segunda metade dos anos 2000 foi ainda um período de grande expansão da produção, mas na atual década o interesse pelo tema parece estar declinando. Evidentemente, todos os números devem ser vistos com a devida cautela, já que nem toda a produção nacional sobre o tema consta nas bases de dados por nós consultadas.

Apresentada a evolução quantitativa, antes de seguirmos com a análise da produção bibliográfica sobre o trabalho infantil cabe esclarecer os objetivos e critérios que orientaram nosso levantamento, pois é com base nele que passaremos a analisar outros aspectos da produção acerca desta temática.

## **A.2 Metodologia empregada e balanço quantitativo da produção por área do conhecimento e relevância do tema “trabalho infantil”**

O objetivo do levantamento bibliográfico foi identificar os termos do debate quanto à problemática do trabalho infantil em seus variados aspectos, e também relativamente ao conjunto de ações do Estado voltadas ao seu enfrentamento.

Tendo em vista que o processo de criação do Programa representou um dos mais importantes marcos desde o processo de mobilização de uma ampla rede de atores no imediato pós-88 em torno das questões dos direitos da infância (ALMEIDA, W. L.,

2008) de uma forma geral e do combate ao trabalho infantil em particular, envolvendo inclusive neste caso interesses em torno dos fluxos comerciais em âmbito internacional (VEIGA, 1998), nossa perspectiva foi a de identificar a evolução do debate recente acerca do tema no Brasil. Assim, ainda que não tenhamos delimitado previamente um período específico, nossa prioridade recaiu sobre a produção a partir dos anos 90.

O procedimento adotado foi a busca por palavras-chave (“trabalho infantil” e “trabalho precoce”) em base de dados eletrônicas com informações sobre a produção acadêmica brasileira, já que grande parte desta produção para o período de nosso interesse se acha disponível em tais fontes. Para cada referência identificada foi verificada a disponibilidade do próprio trabalho na íntegra ou, quando não localizado, de seus resumos.

Para as teses e dissertações, as duas principais fontes foram a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD (INSTITUTO ... – IBICT, 2013) e o Portal Domínio Público (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC, 2013), que permitiram a identificação de mais de 90% dos trabalhos deste tipo. Além destes, alguns poucos trabalhos foram obtidos pela consulta a outras fontes (CENTRO ... – BIREME, 2014; FUNDAÇÃO ... – FGV, 2013; RAMOS et al., [2002?]) ou em consultas eventuais ao Google (GOOGLE, 2014) realizadas com outras finalidades temáticas, como por exemplo, infância em risco.

Para os artigos em periódicos foi adotado o mesmo procedimento, consultando-se inicialmente a base Scielo (SCIELO, 2014). Neste caso, utilizamos as mesmas palavras-chave e suas versões em espanhol (“trabajo infantil”) e inglês (“child labour” e “child labor”), pois apesar do foco na produção brasileira, poderíamos identificar trabalhos, mesmo que publicados em outros países, que nos fossem úteis quanto ao tratamento do tema em geral, ou sobre a problemática no Brasil.

O levantamento não incluiu artigos em publicações seriadas por dois motivos. Em primeiro lugar, porque grande parte deste tipo de publicação é vinculada a órgãos governamentais, e definimos como interesse do nosso levantamento a produção acadêmica. Em segundo lugar, e principalmente, porque não localizamos páginas eletrônicas que concentrem este tipo de publicação. Isso não significa, evidentemente, que tal produção não tenha relevância ou que não a utilizemos

nesse estudo – ela apenas não foi considerada para o balanço bibliográfico apresentado neste apêndice.

Em seguida, após identificarmos o amplo levantamento realizado por Moraes (2007), a lista de títulos apresentada pelo autor foi comparada com a obtida na consulta à base Scielo, identificando-se poucos casos de trabalhos presentes nas duas fontes, de forma que assim ampliamos consideravelmente nosso levantamento. A terceira fonte consultada foi a Biblioteca Virtual em Saúde (CENTRO ... – BIREME, 2014), e apesar das repetições, considerável quantidade de artigos foi obtida também nesta fonte, chegando-se assim a quase 85% do total de artigos sobre o tema. Por fim, o levantamento foi complementado pela busca de artigos mencionados em dois outros estudos bibliográficos (ALVIM & VALLADARES, 1988; PRADO, 2013), e por algumas consultas ao Google (GOOGLE, 2014), uma delas especificamente para a identificação de publicações no período entre 1971 e 1990, de maneira a ampliar o escopo temporal de nosso levantamento.

Já nas demais fontes quase não foram obtidos estudos anteriores aos anos 90, muito embora tenhamos optado por não procurar de forma sistemática os trabalhos listados no anteriormente mencionado levantamento da Prefeitura de São Paulo (SÃO PAULO, cidade, 1990) uma vez que foi pouco frutífera a procura de uma pequena amostra deles que, pelos títulos, despertaram nosso interesse.

Assim, chegamos ao total de 491 trabalhos (286 artigos e 205 teses e dissertações). A etapa seguinte envolveu “baixar” os arquivos. Em apenas 15% dos casos, aproximadamente, os trabalhos não foram localizados neste esforço de busca. Nestes casos, quando obtidos pelo menos os resumos, os mesmos foram aproveitados para auxiliar a tabulação dos dados, de forma que restaram aproximadamente 9% dos títulos para os quais não foram obtidos sequer os resumos.

Para viabilizar a análise do conteúdo destes trabalhos, optamos por classificar cada um deles segundo critérios de categorização que serão esclarecidos ao longo deste apêndice. Mas é importante ressaltar, desde já, que a definição dos critérios de categorização dos trabalhos emergiu da reflexão possibilitada pelo próprio contato com o material. Ou seja, tais definições não ocorreram a partir de um plano tabular previamente estabelecido, mas foram sendo desenhadas no próprio esforço de conhecimento do material e conforme nosso interesse analítico.

A análise do material levantado foi realizada com base nos resumos e, quando necessário, da leitura de outros trechos das dissertações, teses e artigos, principalmente sumários e conclusões.

Esta primeira etapa de análise permitiu ainda identificar alguns trabalhos que, muito embora “capturados” pelas ferramentas de busca com base nas palavras-chave utilizadas, de fato não abordam nenhum aspecto relativo ao trabalho infantil ou às iniciativas voltadas ao seu enfrentamento. Em alguns poucos casos, embora conste a expressão trabalho infantil ou similar, o estudo aborda questões relativas a adolescentes que não se encontram nesta condição já que têm idade legal para trabalharem e não se encontram em trabalho perigoso. Assim, dos 491 trabalhos reunidos, 70 foram excluídos do nosso levantamento.

Desta maneira, chegamos a uma amostra que consideramos bastante expressiva do que vem sendo produzido a respeito. São 421 trabalhos acadêmicos, dos quais 264 artigos publicados em periódicos, 123 dissertações e 34 teses<sup>82</sup>.

Entre os 264 artigos, apenas 38 foram publicados em periódicos de outros países, a maior parte deles na Colômbia (19 casos) e na Argentina (9 casos). Naquele país, o número comparativamente elevado está associado, em parte, à existência da *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, na qual foram identificados sete artigos sobre o tema em diferentes números. Também na Colômbia, foram publicados quatro artigos na *Revista de Salud Pública* e três artigos na *Revista Facultad de Ciencias Económicas: Investigación y Reflexión*. Os demais 24 artigos foram publicados em outros 21 periódicos distribuídos entre esses dois países e também Chile, Cuba, Espanha, Estados Unidos, México e Portugal.

No Brasil, foco de nosso interesse, foram identificados 226 artigos nos quais o tema do trabalho infantil é abordado. Esses artigos estão distribuídos em 121 diferentes

---

82. Os 421 trabalhos acadêmicos estão listados na seção A.5 deste Apêndice, no qual aparecem numerados, de acordo com a ordem alfabética. Os números atribuídos a cada trabalho permite, a partir da consulta aos quadros apresentados na mesma seção, identificar de que maneira cada trabalho foi categorizado no esforço de tabulação que realizamos neste balanço. Por fim, consta também na seção A.5 o conjunto das fontes utilizadas para o levantamento, com indicação do número de trabalhos obtidos em cada uma delas (ver tabela 29, p. 386). Dessa forma, evitamos repetir, em cada uma das tabelas e gráficos apresentados nas seções A.1 a A.3, todo o conjunto de fontes consultadas.

periódicos, dos quais em mais da metade (67 casos) foi identificado apenas um artigo que trata do tema<sup>83</sup>.

Apesar do grande interesse pelo tema no país no período recente, foram identificados apenas 10 periódicos nos quais foram publicados quatro ou mais artigos, com destaque para os *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas) e a *Revista de Saúde Pública* (Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo), com sete artigos cada, e também *Ciência & Saúde Coletiva* (Associação Brasileira de Saúde Coletiva), *Trabalho & Educação* (Universidade Federal de Minas Gerais), e *Estudos de Psicologia* (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), neste caso tendo reunido cinco artigos em um único número dedicado ao tema, intitulado “Dossiê Trabalho Infantil” (volume 6, número 2, 2001).

Mas, apesar do considerável número de periódicos no país com artigos sobre o tema, a análise dos municípios das instituições às quais estão ligadas as revistas científicas mostra acentuada concentração da publicação a respeito em cidades das regiões Sul, Sudeste e Brasília, nas quais são editadas as revistas que publicaram 208 artigos (92,0% do total) identificados. No Nordeste foram publicados somente 12 artigos, além de mais dois em Goiânia, um em Cuiabá e um na Região Norte inteira (Belém).

Quanto às 157 teses e dissertações, a distribuição regional é bem mais equilibrada, com 68 trabalhos no Sudeste (50 em São Paulo, 11 em Minas Gerais e 7 no Rio de Janeiro), 46 no Nordeste (há trabalhos nos nove Estados, ainda que nos casos de Alagoas, Maranhão e Piauí apenas um em cada), 32 no Sul (com distribuição equilibrada entre os três Estados), nove no Centro-Oeste (cinco no Distrito Federal e quatro no Mato Grosso do Sul), e 3 na Região Norte (todos em Belém).

Quanto à natureza administrativa das instituições nas quais foram defendidas, predomina a produção nas universidades públicas, com 125 trabalhos, dos quais 84 em universidades federais e 41 em estaduais. São 32 trabalhos em instituições particulares, dos quais 22 em universidades católicas.

---

83. Isso não significa que nos mesmos periódicos não se tenha publicado outros artigos sobre o tema. Para verificar isso, seria necessário consultar todos os índices de cada um dos periódicos, o que não foi realizado.

A produção acadêmica recente relativa ao trabalho infantil reflete um amplo interesse pelo tema que é expressa não apenas pela quantidade de trabalhos, mas também pela pluralidade de áreas do conhecimento nas quais tal produção vem ocorrendo.

Para a classificação preliminar das teses e dissertações por área do conhecimento foi considerada a área na qual foi obtida a titulação.

Para os artigos, a classificação por área do conhecimento foi inicialmente realizada a partir pela análise dos textos de apresentação constantes nas páginas eletrônicas dos periódicos nos quais foram publicados. A partir daí, com o intuito de agruparmos os trabalhos em um nível de agregação mais adequado para nossa análise, e também de forma a minimizar a quantidade de trabalhos classificados na categoria “outros”, foi necessário adotar critérios adicionais.

Distintas áreas do conhecimento foram agrupadas, por proximidade, em uma única categoria. São exemplos as categorias “Ciências da Saúde” (que reúne trabalhos em Enfermaria, Saúde Pública, Educação Física etc.), e “Ciências Sociais” (na qual foram incluídos trabalhos de Sociologia, Antropologia, e Ciência Política). Para consolidação dos dados, a consulta à “Tabela de Áreas do Conhecimento” do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) foi de grande utilidade (CONSELHO ... – CNPQ, 2104b).

Também analisamos os conteúdos dos trabalhos publicados em periódicos que se declaram “interdisciplinares” / “multidisciplinares” (este critério não foi adotado para as teses e dissertações de cursos declarados como tais, que compuseram a categoria “outros”), e também consultamos as áreas de atuação acadêmica de alguns autores, por meio de consulta à Plataforma Lattes (CONSELHO ... – CNPQ, 2104a), o que também foi útil para completar algumas referências bibliográficas para as quais faltavam informações (ano de publicação, por exemplo).

Conforme evidenciam os dados apresentados na tabela 26, as áreas das Ciências da Saúde, da “Psicologia / Psicologia Social”, e da Educação são as com maiores quantidades de trabalhos, representando conjuntamente quase metade da produção (206 trabalhos). Esta participação é ainda mais elevada quando considerados apenas os artigos em periódicos, com as três áreas totalizando 153 trabalhos desse tipo, correspondendo a 58,0% dos artigos produzidos sobre o tema. O número de

teses e dissertações é também expressivo (53), representando aproximadamente 1/3 do total produzido, com destaque para a Educação (24).

### **Tabela 26**

Quantidade de trabalhos acadêmicos por áreas do conhecimento segundo os tipos de publicações e a relevância do tema “trabalho infantil” no conteúdo analisado – Brasil (1971-2013) (1)

Áreas do conhecimento (2)	Total		tipos de publicações		relevância do tema “trabalho infantil” no conteúdo analisado			
	números absolutos	%	teses e dissertações	artigos em periódicos	tema central	grande relevância	relevância secundária	não classificados (3)
Total	421	100,0	157	264	190	147	49	35
Ciências da Saúde	75	17,8	18	57	32	33	10	-
Ciências Humanas								
Psicologia / Psicologia Social	69	16,4	11	58	35	25	6	3
Educação	62	14,7	24	38	22	17	15	8
Ciências Sociais	53	12,6	15	38	25	15	4	9
História	23	5,5	9	14	6	10	3	4
Ciências Sociais Aplicadas								
Economia	55	13,1	26	29	32	22	-	1
Serviço Social	22	5,2	20	2	10	7	4	1
Direito	20	4,8	12	8	13	5	1	1
Outras (4)	34	8,1	22	12	15	13	6	-
Não classificados (3)	8	1,9	-	8	-	-	-	8

Notas: *Dados trabalhados pelo autor.*

*As fontes são as constantes na tabela 29 (seção A.5, p. 386).*

- (1) *O levantamento priorizou a produção brasileira a partir de meados dos anos 90, mas foram identificados 48 trabalhos publicados entre 1971 e 1994, contabilizados nesta tabela 26. No mesmo sentido, de forma a fornecer uma visão geral do levantamento realizado, a tabela inclui 38 artigos publicados em outros países.*
- (2) *Para a especificação das referências bibliográficas classificadas em cada área do conhecimento e categoria adotada quanto à relevância do tema, consultar o quadro 5, na seção A.5 (p. 388), que apresenta os números correspondentes aos trabalhos conforme constantes na lista de títulos ao final da mesma seção.*
- (3) *Artigos que tratam do trabalho infantil mas não classificados por impossibilidade de acesso ao conteúdo. Nos casos em que foi possível, a área do conhecimento foi presumida a partir do periódico e da área de pesquisa no qual o(s) autor(es) atua(m).*
- (4) *Teses e Dissertações em áreas do conhecimento com número reduzido de trabalhos; e artigos não classificados nas demais áreas listadas na tabela.*

A produção sobre o trabalho infantil é também bastante expressiva em Economia (55 trabalhos) e em Ciências Sociais (53), que juntas representam pouco mais que



¼ do total de trabalhos publicados, cabendo ressaltar que a Economia é, entre todas, a área com maior quantidade de teses e dissertações (26).

Em seguida temos também considerável produção em História (23 trabalhos), Serviço Social (22 trabalhos, dos quais 20 são teses ou dissertações) e Direito (20 trabalhos), que juntas reúnem em torno de 15% dos trabalhos.

Os 10% restantes são os trabalhos categorizados no que denominamos como “outras áreas” (34 trabalhos) e “não classificados” (oito artigos em periódicos).

Foram categorizados em “outras áreas” as teses e dissertações defendidas em cursos de pós-graduação de áreas do conhecimento com poucos trabalhos, como por exemplo, “Avaliação” ou “Gestão de Políticas Públicas”, Administração Pública, Geografia, Comunicação etc., e também alguns artigos que não puderam ser adequadamente classificados em nenhuma das áreas do conhecimento apresentadas na tabela 26. Na categoria “não classificados” quanto à área do conhecimento estão apenas artigos aos quais não tivemos acesso e que, com base nas informações disponíveis (autores, periódicos etc.), não foi possível classificar em nenhuma das áreas do conhecimento adotadas.

Além da categorização por área do conhecimento e tipo de trabalho, classificamos também cada um deles quanto à relevância do tema “trabalho infantil”.

Como evidencia a tabela 26, em 190 casos o trabalho infantil é o tema central da análise empreendida, representando 45,2% do total dos estudos identificados no levantamento.

Em outros 146 estudos (34,8%) o trabalho infantil é categoria de análise de grande relevância. Foram classificados nesta categoria os trabalhos que têm como objeto outros temas, mas nos quais o trabalho infantil é considerado relevante, do ponto de vista analítico, no conjunto das questões abordadas. É o caso, por exemplo, de estudos que analisam insucesso escolar, ou problemas de saúde, e que incluem o trabalho infantil entre as variáveis explicativas. Estão incluídos nesta categoria sete estudos nos quais o PETI é, de alguma forma, parte da pesquisa, ainda que nos mesmos o trabalho infantil enquanto tal não chegue a constituir objeto de reflexão específica.

Na categoria “relevância secundária”, classificamos 49 trabalhos (11,7% do total) que, muito embora façam menção à problemática do trabalho infantil, não a

discutem de forma específica, constituindo o mesmo, no contexto da problemática estudada, elemento de caráter mais descritivo do que propriamente analítico. A proporção de trabalhos classificados nesta categoria é um pouco mais elevada apenas em Educação e Serviço Social, representando em torno de 1/5 do total de trabalhos destas duas áreas.

Optamos por incluir na categoria “não classificados” todos os 35 artigos para os quais não tivemos acesso ao conteúdo ou sequer ao resumo, mas a julgar pelos títulos dos trabalhos, a maioria destes poderia ser categorizada entre os estudos que tem o trabalho infantil como objeto ou tema central de reflexão.

Em síntese, a classificação dos trabalhos quanto à relevância do tema “trabalho infantil” e às áreas do conhecimento revelou, em primeiro lugar, a considerável quantidade de pesquisas consubstanciadas na forma de teses, dissertações, e artigos em periódicos nas quais o trabalho infantil é o tema central ou de grande relevância, totalizando 337 ou 80,0% dos 421 trabalhos que localizamos. Em segundo lugar, os dados mostram também que a reflexão sobre o tema vem ocorrendo em diferentes áreas do conhecimento, sendo considerável a produção em distintas disciplinas das ciências da saúde, humanidades e ciências sociais aplicadas.

### **A.3 Categorização dos trabalhos segundo os eixos analíticos**

Evidentemente não é possível, no âmbito deste trabalho, análise detalhada de conjunto tão amplo de publicações. Mas para a obtenção de uma visão do conjunto da produção a respeito, além das áreas do conhecimento e da relevância do tema do trabalho infantil, outro critério adotado para a categorização dos trabalhos diz respeito ao eixo analítico de cada um deles.

No esforço de categorização conforme este critério, identificamos cinco eixos analíticos, a partir dos quais, nas próximas subseções, organizamos a apresentação comentada da produção acadêmica. Nos trechos introdutórios de cada uma das

subseções será explicado como foram delimitados os respectivos eixos ao quais se referem.

Para a categorização e apresentação comentada dos trabalhos segundo os eixos analíticos, optamos por excluir, do total de 421 títulos da amostra, um conjunto de 120 trabalhos. São 35 artigos aos quais não tivemos acesso sequer ao resumo (ver última coluna da tabela 26), 49 trabalhos (21 artigos e 28 teses ou dissertações) nos quais o tema do trabalho infantil tem “relevância secundária” (penúltima coluna da tabela 26), e 36 artigos publicados em outros países.

Os demais 301 trabalhos (172 artigos e 129 teses e dissertações) serão comentados nesta seção. O trabalho infantil é o “tema central” ou de “grande relevância” em todos eles. Quase todos foram publicados no Brasil. Do conjunto de trabalhos publicados no exterior que foram identificados no levantamento realizado, apenas dois foram considerados: um deles (publicado no Chile) é sobre o Brasil, e o outro (publicado no México) compara dados de 16 países latino-americanos, entre os quais o Brasil.

A tabela 27 apresenta a distribuição deste conjunto de 301 trabalhos conforme dois critérios de categorização adotados: áreas do conhecimento e eixos analíticos. Para cada eixo, é apresentada também a quantificação por tipo de publicação (artigos ou teses e dissertações).

Os trabalhos que têm como principal eixo analítico as características, causas e efeitos do trabalho infantil são numericamente predominantes, representando 46,2% do total, seguido pelos conjuntos dos que são voltados à análise das ações do Estado (27,2%) e às dimensões cultural, simbólica e ideológica (19,9%). Os estudos que classificamos como relativos às ações não governamentais (3,0%) e ao estado da arte da pesquisa sobre o tema totalizam, juntos, 20 trabalhos (3,7% do total).

A produção de trabalhos nas diversas áreas do conhecimento apresenta algumas especificidades quanto ao padrão distributivo conforme os eixos analíticos.

Assim, enquanto nas Ciências da Saúde e em Economia os trabalhos voltados à análise das características, causas e efeitos do trabalho infantil predominam amplamente, em “Psicologia / Psicologia Social” a produção se concentra mais significativamente na análise das dimensões cultural, simbólica e ideológica, enquanto em Direito são mais frequentes as análises das ações do Estado.

Quanto ao tipo de publicação, as teses e dissertações predominam amplamente apenas entre os trabalhos que têm como eixo de análise as ações do Estado, ao contrário do que ocorre entre os trabalhos voltados a analisar as características, causas e efeitos do trabalho infantil e também sobre as dimensões cultural, simbólica e ideológica do trabalho infantil, entre os quais predomina numericamente a produção na forma de artigos em periódicos.

### **Tabela 27**

Quantidade de trabalhos acadêmicos por áreas do conhecimento e tipos de publicações segundo os eixos analíticos sobre o trabalho infantil – Brasil (1976-2013) (1)

Áreas do conhecimento e tipos de publicação (2)	Total	eixos analíticos sobre o trabalho infantil				
		características, causas e efeitos	dimensões cultural, simbólica e ideológica	ações não governamentais	estado da arte	ações do Estado
Total (números absolutos)	301	139	60	9	11	82
(%)	(100,0)	(46,2)	(19,9)	(3,0)	(3,7)	(27,2)
<b>Áreas do conhecimento (2)</b>						
Ciências da Saúde	54	36	6	1	2	9
Ciências Humanas						
Psicologia / Psicologia Social	54	19	29	-	2	4
Educação	38	14	9	-	2	13
Ciências Sociais	33	10	9	2	4	8
História	16	10	2	-	-	4
Ciências Sociais Aplicadas						
Economia	46	29	2	1	1	13
Serviço Social	17	9	2	-	-	6
Direito	17	2	-	-	-	15
Outras (3)	26	10	1	5	-	10
<b>Tipos de publicações</b>						
Artigos em periódicos	172	84	46	4	9	29
Dissertações e teses	129	55	14	5	2	53

Notas: *Dados trabalhados pelo autor.*

*As fontes utilizadas para o levantamento são as constantes na tabela 29 (p. 386).*

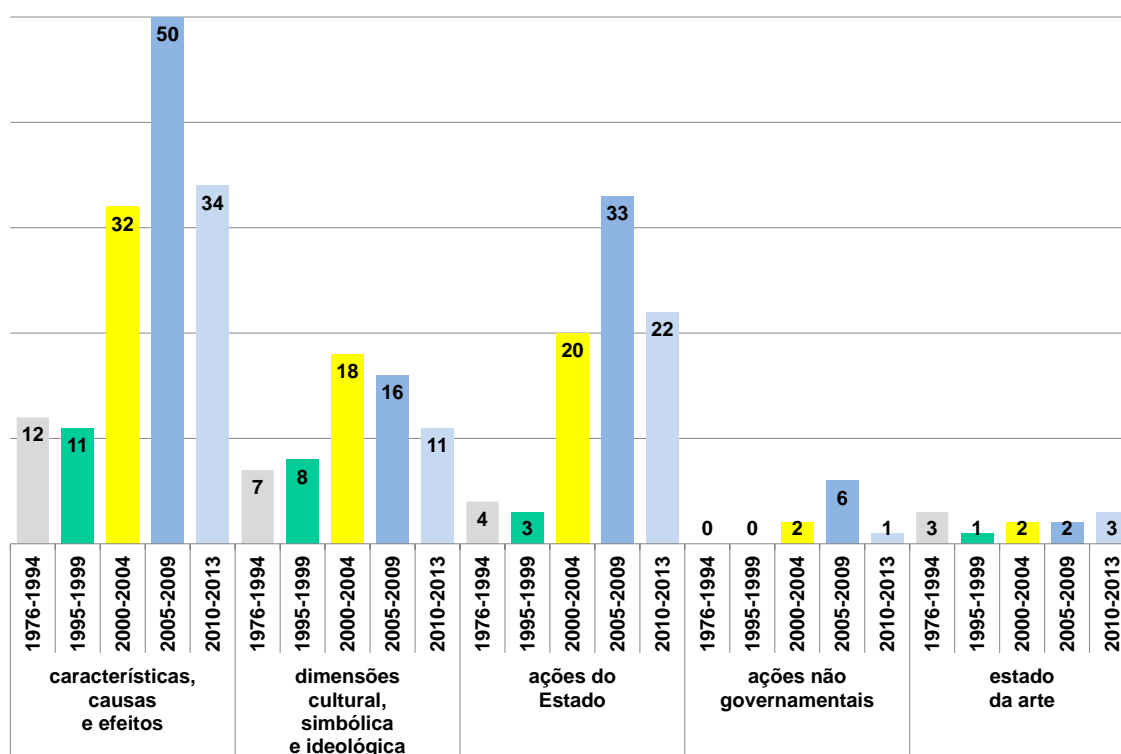
- (1) *Dados referentes a 301 trabalhos nos quais o trabalho infantil é tema central ou de grande relevância, entre os quais 299 foram publicados no Brasil e dois no exterior.*
- (2) *Para a especificação das referências bibliográficas classificadas em cada área do conhecimento e categoria adotada quanto aos eixos analíticos, consultar o quadro 6, na seção A.5 (p. 389), que apresenta os números correspondentes aos trabalhos conforme constantes na lista de títulos ao final da mesma seção.*
- (3) *Teses e Dissertações em áreas do conhecimento com número reduzido de trabalhos; e artigos não classificados nas demais áreas listadas na tabela.*

O gráfico 23 mostra que, de uma forma geral, a produção acadêmica em cada um destes eixos analíticos apresenta evolução proporcionalmente similar ao longo do tempo abrangido pelo levantamento.

Nos três eixos nos quais a produção é quantitativamente mais expressiva, os números mostram forte expansão da produção na primeira metade da década passada comparativamente aos anos 90. Nos mesmos três eixos a produção continuou apresentando tendência de crescimento na segunda metade dos anos 2000.

### **Gráfico 23**

Evolução quantitativa da produção acadêmica brasileira sobre o trabalho infantil segundo os eixos analíticos – Brasil (1976-2013)



Notas: *Dados trabalhados pelo autor.*

*As fontes utilizadas para o levantamento são as constantes na tabela 29 (p. 386).*

*Dados referentes a 301 trabalhos nos quais o trabalho infantil é tema central ou de grande relevância.*

De forma complementar ao que evidenciam os dados apresentados no gráfico 22 (p. 328) para o conjunto da produção acadêmica sobre o tema, o gráfico 23 mostra que também para os três eixos nos quais a maior parte da produção foi categorizada, na atual década (período 2010-2013) foi interrompida a tendência de forte expansão observada na década passada, muito embora a reflexão acadêmica em torno do trabalho infantil continue expressiva..

Conforme já mencionado, nas próximas subseções passaremos a comentar este conjunto de 301 trabalhos acadêmicos. Cada subseção é dedicada a um dos eixos analíticos nos quais os trabalhos foram categorizados.

De forma a viabilizar a identificação de cada um dos trabalhos, os números a eles atribuídos na lista de títulos apresentada ao final do Apêndice A são mencionados em notas de rodapé, sempre situadas aos finais dos parágrafos conforme os mesmos forem sendo gradativamente comentados. Adicionalmente, nas mesmas notas, o número relativo a cada título é acompanhado por uma sigla que permite identificar a área do conhecimento na qual o mesmo foi categorizado <sup>84</sup>.

### **A.3.1 Características, causas e efeitos do trabalho infantil**

O mais amplo conjunto de estudos é composto por aqueles que, utilizando variáveis socioeconômicas, discutem a problemática do trabalho infantil a partir da análise de suas características, fatores determinantes, e implicações em termos de escolarização, saúde, oportunidades e condições de vida em geral. Neste conjunto foram classificados 139 trabalhos (ou 46,3% do total de 301 aqui considerados), entre os quais 84 são artigos em periódicos e 55 teses e dissertações.

Os trabalhos com este tipo de interesse analítico são os mais frequentes na maior parte das áreas do conhecimento, predominando amplamente entre os realizados

---

84. As siglas adotadas são as seguintes: Administração / Gestão Pública (AGP), Ciências da Saúde (CSA), Ciências Sociais (CSO), Direito (DIR), Economia (ECO), Educação (EDU), História (HIS), Psicologia / Psicologia Social (PSI), Serviço Social (SSO), e "outras" (OUT).

em Ciências da Saúde, Economia e História, nas quais representam em torno de 2/3 do total. Eles constituem maioria também nos campos do Serviço Social e da Educação, e em torno de 1/3 dos trabalhos em “Psicologia / Psicologia Social” e em Ciências Sociais.

Desse total de 139 trabalhos, há um primeiro subconjunto de 66 (33 artigos e 33 teses ou dissertações) nos quais identificamos maior ênfase no esforço de caracterizar o trabalho infantil em distintos contextos, buscando-se compreendê-lo em termos gerais ou quanto a dimensões específicas da problemática a ele relacionada.

Entre os estudos em perspectiva histórica, há pesquisas sobre o trabalho de crianças no período do Império, abrangendo o período escravocrata da primeira metade do século XIX em Minas Gerais, na segunda metade do mesmo século, em Mariana (MG), no período de transição para o trabalho livre a partir da Lei do Ventre Livre, e na zona canavieira pernambucana logo após a escravatura. O tema foi abordado também em análises sobre as decisões dos juízes de órfãos em São Paulo, abrangendo o período de 1871 a 1917, e sobre os processos de escolarização nos principais centros urbanos do país. Para o período entre o início da República e a emergência do movimento operário por volta da segunda década do século passado, o envolvimento de crianças no trabalho é analisado no contexto da exploração da mão de obra feminina pela indústria paulista em geral, e mais especificamente na indústria paulistana entre 1890 e 1920, e posteriormente entre as décadas de 30 e 50. Há ainda um trabalho que cobre período dos anos 60 aos 90 sobre o emprego da mão de obra infantil no Vale do Mucuri (região de Teófilo Otoni, em Minas Gerais) <sup>85</sup>.

Há estudos sobre as implicações, para os “jovens”, das mudanças no mercado de trabalho dos anos 70, incluindo análises para a faixa etária dos 10 aos 14 anos, tanto para o país quanto para o Estado de São Paulo, e também sobre a inserção das crianças e adolescentes no mercado de trabalho na Grande São Paulo dos anos 80, e ainda sobre as implicações, para o mesmo grupo etário, do desemprego na

---

85. Ver, na seção A.5, os títulos 246 (HIS), 054 (HIS), 166 (HIS), 392 (HIS), 108 (HIS), 040 (HIS), 351 (HIS), 247 (HIS), 248 (HIS), 023 (CSO), 237 (HIS).

Região Metropolitana de Porto Alegre nos anos 80, e de sua inserção no mercado informal de trabalho no Paraná no período mais recente <sup>86</sup>.

Existem pesquisas voltadas à caracterização geral do trabalho infantil no Brasil contemporâneo. Em alguns casos são utilizadas técnicas estatísticas de análise multivariada em que se busca associá-lo a variáveis diversas ou compreender sua redução nos anos 90 e na década passada <sup>87</sup>.

Há também estudos voltados à compreensão do trabalho infantil em contextos específicos, sendo o mesmo analisado em termos regionais, quanto aos setores de atividade econômica, no que diz respeito às realidades urbana ou rural, ou ainda quanto ao tipo de trabalho realizado.

Assim, há estudos que caracterizam o trabalho infantil realizado em diferentes atividades no comércio fronteiriço em Foz do Iguaçu (Paraná), na fronteira Brasil-Bolívia, e por crianças e adolescentes moradores em dois bairros pobres de São Paulo, capital <sup>88</sup>.

Quanto ao trabalho infantil urbano há estudos relativos ao município do Rio de Janeiro e a Região Sul do país, e sobre o rural há estudo relativo ao conjunto do país. Mas, tanto na realidade urbana quanto na rural, o trabalho infantil pode ser compreendido também conforme as lógicas de utilização da mão de obra de crianças e adolescentes nos setores de atividade econômica nos quais é realizado <sup>89</sup>.

Em atividades tipicamente urbanas o trabalho infantil foi analisado para realidades tão distintas quanto a do setor de publicidade na cidade de Natal, o de produção de joias em Limeira (São Paulo), o do setor coureiro-calçadista no Vale dos Sinos (região de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul), o do comércio do queijo coalho na orla de Salvador, e o realizado na Feira de São Joaquim, na mesma cidade. O trabalho infantil na produção de redes (setor de tecelagem) no pequeno município de

---

86. Ver, na seção A.5, os títulos 206 (CSO), 276 (OUT), 089 (CSO), 111 (ECO), 379 (OUT).

87. Ver, na seção A.5, os títulos 397 (CSA), 075 (CSO), 080 (SSO), 159 (ECO), 076 (ECO), 336 (ECO), 286 (ECO).

88. Ver, na seção A.5, os títulos 311 (OUT), 356 (OUT), e 078 (CSO).

89. Ver, na seção A.5, os títulos 303 (SSO), 157 (CSA), e 180 (ECO).



Jardim das Piranhas (Rio Grande do Norte) envolve crianças e adolescentes moradores de área urbana e de área rural <sup>90</sup>.

O trabalho infantil no mundo rural foi analisado recentemente em estudo relativos à cadeia produtiva do tabaco e à indústria fumageira, cuja cadeia produtiva em Santa Catarina e Paraná envolve pequenas unidades familiares, realidade pesquisada também para a produção de fumo em pequenas unidades familiares em Arapiraca (Alagoas), em Angelina (Santa Catarina), e em Agudo (Rio Grande do Sul). A realidade do trabalho infantil também foi pesquisada na citricultura sergipana, na agricultura familiar da lavoura cafeeira capixaba, e em carvoarias e produção de tomate em municípios goianos <sup>91</sup>.

Outras formas específicas de trabalho infantil foram analisadas, entre as quais algumas de superexploração e elevado risco. O denominado trabalho infantil doméstico realizado na própria casa (ou diretamente em trabalhos para terceiros ou em cuidados com a casa e a família) foi analisado para o país de Gana e para o município de Araras (São Paulo), enquanto o trabalho infantil na função de “empregada doméstica” foi pesquisado em estudos relativos às capitais nordestinas de São Luís e João Pessoa. Outra forma específica de inserção de crianças e adolescentes em situações de elevado risco é a que diz respeito ao trabalho realizado na rua (tanto por crianças que residem com os pais quanto entre aquelas que vivem na própria rua). Identificamos estudos que buscam diagnosticar esta situação em quatro grandes cidades brasileiras: Aracaju, Belo Horizonte, Campinas (São Paulo) e Porto Alegre. Há também estudos para as situações de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes em Natal e de “mendicância, trabalho precoce e prostituição infantil” em Londrina (Paraná) <sup>92</sup>.

Ainda entre os estudos cuja ênfase analítica é a caracterização de diferentes dimensões do trabalho infantil, há estudos voltados tanto à identificação do perfil das crianças e adolescentes trabalhadores quanto à compreensão dos papéis que desempenham no âmbito familiar. São os casos das pesquisas voltadas à

---

90. Ver, na seção A.5, os títulos 048 (PSI), 412 (CSA), 384 (OUT), 043 (CSO), 232 (CSA), 407 (CSA), e 067 (PSI).

91. Ver, na seção A.5, os títulos 011 (DIR), 404 (SSO), 030 (CSO), 213 (CSO), 402 (OUT), 372 (SSO), e 192 (ECO).

92. Ver, na seção A.5, os títulos 047 (ECO), 403 (EDU), 353 (SSO), 006 (PSI), 229 (SSO), 104 (CSA), 069 (EDU), 017 (PSI), 373 (PSI), e 221 (CSA).

caracterização das famílias com trabalho infantil nas regiões metropolitanas, dos adolescentes que trabalham e estudam nas redes públicas na zona sul do Rio de Janeiro e em Ribeirão Preto (São Paulo), e sobre famílias de “meninos trabalhadores” moradores em um bairro de Salvador, Bahia, nos anos 70, e sobre as famílias de beneficiários do PETI em São José (Santa Catarina). Outros trabalhos analisam as estratégias de sobrevivência (entre as quais o trabalho infantil) adotadas por adolescentes antes e depois da internação na FEBEM de Ribeirão Preto (São Paulo), a situação de adolescentes que cuidam dos irmãos em Porto Alegre, e o perfil ocupacional e contribuição à renda das famílias em Pelotas (Rio Grande do Sul) <sup>93</sup>.

E há também estudos dedicados à pesquisar relações entre o trabalho infantil o lúdico, sendo analisados os casos de crianças em situação de rua em Porto Alegre e das meninas na zona canavieira pernambucana <sup>94</sup>.

Um segundo subconjunto é composto por 28 trabalhos (19 artigos e 9 teses ou dissertações) nos quais é conferida maior ênfase aos fatores determinantes do trabalho infantil.

Partindo de um plano mais geral, há alguns estudos nos quais o trabalho infantil é explicado principalmente a partir de categorias tais como o capitalismo, a globalização e a acumulação de capital, ou como uma das manifestações da violência estrutural contra crianças e adolescentes no Brasil contemporâneo. Os determinantes do trabalho infantil foram explicados também a partir da dicotomia entre as formas de superexploração (associada à pobreza extrema) e o trabalho infantil como instrumento de socialização em “famílias camponesas”. Estudo realizado para o México identificou que para a interrupção da repetição intergeracional do trabalho infantil a educação das crianças e adolescentes é a melhor alternativa <sup>95</sup>.

Em outros casos, são investigadas variáveis diversas para análise estatística que permita aferir a maior ou menor associação de cada uma delas com o trabalho

---

93. Ver, na seção A.5, os títulos 260 (ECO), 261 (ECO), 297 (CSA), 366 (CSA), 202 (CSO), 343 (SSO), 342 (SSO), 012 (PSI), 113 (PSI), e 122 (ECO).

94. Ver, na seção A.5, os títulos 016 (PSI), 018 (PSI), e 361 (EDU).

95. Ver, na seção A.5, os títulos 355 (EDU), 010 (OUT), 093 (OUT), 145 (EDU), 234 (CSA), 155 (OUT), e 038 (EDU).

infantil. Localizamos apenas um estudo comparativo entre países latino-americanos, voltado à estimar a ocorrência de trabalho infantil entre estudantes do ensino fundamental e os fatores a ela associados. Há estudos que abrangem o conjunto do país, o Brasil urbano, e o Estado de Minas Gerais, e também outros que objetivam a investigar a associação entre o trabalho infantil e os processos de migração familiar no Brasil urbano e no Estado de São Paulo, entre trabalho infantil e o *status* ocupacional dos pais, e também diagnosticar a “transmissão intergeracional” do trabalho infantil em regiões urbanas e rurais do país. Também foi investigada em que medida restrições de acesso ao crédito afetam decisões intra-familiares de ingresso de crianças e adolescentes no trabalho. Com base neste tipo de metodologia, a incidência de trabalho infantil foi explicada como variável dependente da qualidade do sistema educacional e do mercado de trabalho. Essa linha analítica vem sendo exclusivamente desenvolvida no campo da Economia <sup>96</sup>.

Pesquisadores vinculados a diversas áreas do conhecimento identificaram os fatores determinantes do trabalho infantil a partir da análise da estrutura do mercado de trabalho no Brasil no contexto de crise dos anos 80, ou de variáveis sociodemográficas para a compreensão do caso do município de Belo Horizonte. A utilização da mão de obra infantil no meio rural, a partir do estudo do que vem ocorrendo na agroindústria sucro-alcooleira no Estado do Rio de Janeiro, foi explicada pelo legado histórico da pobreza. Outros investigaram quais os determinantes socioeconômicos, políticos e culturais do trabalho infantil no contexto da fumicultura no município de Passo do Sobrado (Rio Grande do Sul), e quais fatores demográficos, familiares e microssociais contribuem para o trabalho infantil remunerado em Salvador. Alguns buscaram compreender as determinações do trabalho infantil a partir de levantamentos baseados em entrevistas com públicos vinculados a instituições específicas, sendo identificado um estudo junto a adolescentes participantes de um programa de formação para o trabalho em uma instituição formadora e mediadora de mão de obra em Cascavel (Paraná) e outro junto a adolescentes internos em instituição destinada ao cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade na Região Metropolitana de Curitiba <sup>97</sup>.

---

96. Ver, na seção A.5, os títulos 324 (EDU), 254 (ECO), 178 (ECO), 306 (ECO), 250 (ECO), 233 (ECO), 044 (ECO), 135 (ECO), 060 (ECO), 028 (ECO), 015 (ECO), 035 (ECO), e 083 (ECO).

97. Ver, na seção A.5, os títulos 388 (ECO), 118 (CSA), 119 (CSA), 255 (CSO), 357 (SSO), 079 (CSA), 265 (CSA), e 175 (DIR).

O terceiro subconjunto é composto por 45 trabalhos (32 artigos em periódicos e 13 teses ou dissertações) nos quais a maior ênfase diz respeito às consequências ou implicações do trabalho infantil. Aqui predomina a produção nas Ciências da Saúde (22 trabalhos), havendo produção considerável também em “Psicologia / Psicologia Social” (10), Educação (7) e Economia (5).

As repercussões do trabalho infantil sobre a saúde geral de crianças e adolescentes foram analisados em relação a contextos abrangentes, tais como o dos principais agravos para diversas atividades realizadas por crianças e adolescentes entre as mais encontradas no Brasil, no meio rural no país como um todo, e para o Estado do Rio Grande do Sul <sup>98</sup>.

Em outros casos tais repercussões foram analisadas a partir de estudos de casos. Há estudos deste tipo baseados em amostras entre residentes em área urbana de Salvador, e entre estudantes em escola pública de São Paulo no período noturno. E há pesquisas nas quais a análise é realizada a partir de situações específicas, como a da produção artesanal de carvão vegetal em município no Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais), do trabalho artístico, ou a partir do histórico de ex-trabalhadores da indústria calçadista do Rio Grande do Sul que apresentam Lesões por Esforços Repetitivos atendidas em Hospital de Porto Alegre <sup>99</sup>.

Alguns estudos utilizam análise multivariada para “controle” de variáveis de natureza socioeconômica de forma a mensurar os efeitos da idade de início no trabalho sobre a estatura final entre nascidos em Ribeirão Preto (São Paulo) e entre estudantes de ensino fundamental e médio em São Paulo, e também para associar o perfil ocupacional e a ocorrência de problemas músculo-esqueléticos entre crianças trabalhadoras em Pelotas (Rio Grande do Sul), e ainda para a associação entre gravidez precoce e outros determinantes (entre os quais o trabalho precoce) no município de Sobral (Ceará) <sup>100</sup>.

Os acidentes de trabalho sofridos pelas crianças e adolescentes trabalhadores constituem outro tema estudado. Por meio de inquéritos ou análises de prontuários se buscou investigar a sua ocorrência na cidade de Salvador, junto a estudantes em escolas públicas nos municípios do Rio de Janeiro, de Ipatinga (Minas Gerais), de

---

98. Ver, na seção A.5, os títulos 235 (CSA), 256 (ECO), 257 (ECO), e 148 (CSA).

99. Ver, na seção A.5, os títulos 146 (CSA), 143 (CSA), 116 (CSA), 082 (CSA), e 307 (PSI).

100. Ver, na seção A.5, os títulos 098 (CSA), 222 (CSA), 124 (CSA), e 305 (CSA).

Santo Antonio do Pinhal e Monteiro Lobato (São Paulo), e também a partir de informações sobre atendidos pelo sistema público de saúde em Ribeirão Preto (São Paulo) <sup>101</sup>.

Há vários estudos nos quais a variável relativa ao trabalho infantil é analisada a partir de diagnósticos sobre a prevalência de problemas de saúde específicos. Quanto à dependência química, foi estudado o uso do álcool e o alcoolismo entre adolescentes matriculados na rede de ensino em Cuiabá, o tabagismo na população urbana de Pelotas (Rio Grande do Sul), e entre pacientes em tratamento ambulatorial que iniciaram o uso do tabaco antes dos 12 anos de idade. Entre adolescentes trabalhadores com malabares nas ruas de João Pessoa foi analisado o uso de bebidas alcoólicas, cigarro, cola e maconha. Foi realizado também estudo diagnóstico sobre a ocorrência de cárie entre beneficiários do PETI em Campos (Rio de Janeiro) com o objetivo de desenvolver ações para a melhoria da saúde bucal das crianças e adolescentes <sup>102</sup>.

Outro estudo conduzido no mesmo município avaliou que os riscos a que estão expostos crianças e adolescentes em trabalho na rua não são apenas o de uso de drogas, identificando a exposição a riscos físicos (temperatura), químicos (poluição), biológicos (vírus), ergonômicos (posições corporais forçadas e ritmos intensos), além dos sociais e psicológicos. O envolvimento de crianças e adolescentes no trabalho de catação de lixo em Fortaleza foi pesquisada sob a perspectiva dos efeitos da inserção na atividade em sua formação como “ser social” <sup>103</sup>.

No campo da “Psicologia / Psicologia Social” foram realizados estudos sobre as implicações psicossociais do trabalho infantil na vida de adultos, e outros nos quais a variável trabalho infantil é considerada, entre outras, como fator explicativo da estruturação da personalidade e de casos de ansiedade e delinquência <sup>104</sup>.

Além das implicações psicológicas e para a saúde em geral, outro tema explorado é quanto aos efeitos do trabalho infantil sobre a escolarização. Em geral, tais análises partem do pressuposto ou da hipótese de que o trabalho infantil afete negativamente

---

101. Ver, na seção A.5, os títulos 333 (CSA), 101 (CSA), 340 (CSA), 142 (CSA), 315 (CSA), 367 (CSA), 368 (CSA), e 369 (CSA).

102. Ver, na seção A.5, os títulos 378 (CSA), 109 (CSA), 064 (CSA), 092 (PSI), e 228 (CSA).

103. Ver, na seção A.5, os títulos 008 (PSI) e 160 (EDU).

104. Ver, na seção A.5, os títulos 334 (PSI), 335 (PSI), 195 (PSI), e 163 (PSI).

o processo de inserção escolar, o aprendizado, ou o próprio desenvolvimento cognitivo. Apesar disso, entre os trabalhos publicados no Brasil no período recente, encontramos um que retoma ideia que predominou nos anos 70 e 80, inclusive no âmbito de organismos internacionais, de apoio a iniciativas voltadas a “conciliação” entre trabalho e educação, não necessariamente incongruentes, a partir da análise de exitosas experiências de “aprendizado a partir do trabalho” <sup>105</sup>.

Mas, excluída esta exceção, os demais trabalhos são voltados à investigação de medidas ou de relação de causalidade entre trabalho infantil e prejuízo ao processo de escolarização, havendo estudo que o faz utilizando metodologia da história oral para o resgate da memória da infância entre trabalhadores com histórico de fracasso escolar. Para o conjunto do país, há estudo que analisa comparativamente o desempenho escolar de crianças e adolescentes trabalhadores com não trabalhadores confrontando variáveis disponibilizadas pela PNAD e pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e também análise que compara os dois grupos para avaliar em que medida a defasagem idade-série é afetada pelo trabalho infantil <sup>106</sup>.

Dados da Pesquisa Mensal de Emprego relativos a seis regiões metropolitanas foram utilizados para a comparação do desempenho escolar (aprovação e progresso escolar) e da evasão entre trabalhadores e não trabalhadores. Exceção na direção dos resultados encontrados foi estudo que confrontou dados do Censo Escolar e da Prova São Paulo para avaliar se o trabalho infantil afeta a proficiência entre alunos da rede municipal de ensino em São Paulo, e que chegou à conclusão que o desempenho não é afetado em Língua Portuguesa e que, no caso da matemática, o desempenho apresenta correlação positiva com a situação de trabalho <sup>107</sup>.

Estudo baseado em dados de levantamento realizado junto a crianças e adolescentes em situação de rua nos 21 maiores municípios de Minas Gerais evidenciou ser negativa a correlação entre acesso à educação e situação de rua e também com o número de dias trabalhados. Estudos de menor abrangência territorial foram realizados para mensurar o “desempenho cognitivo” entre trabalhadores e não trabalhadores de 10 a 15 anos de alunos de escola pública de

---

105. Ver, na seção A.5, os títulos 252 (EDU).

106. Ver, na seção A.5, os títulos 225 (EDU), 049 (ECO), e 033 (EDU).

107. Ver, na seção A.5, os títulos 084 (ECO) e 095 (ECO).

Ribeirão Preto, e para analisar as implicações do trabalho infantil no setor de joias e bijuterias em Limeira (São Paulo) no processo de escolarização das crianças e adolescentes. A relação entre trabalho infantil e escolaridade foi analisada também para o caso de crianças trabalhadoras em manguezal em Bragança (Pará). E, para o município de João Pessoa, encontramos três estudos que analisam as relações entre trabalho infantil e escolarização, dois dos quais especificamente para o trabalho infantil doméstico e um para crianças e adolescentes de 10 a 14 anos em situação de rua <sup>108</sup>.

### **A.3.2 Dimensões cultural, simbólica e ideológica do trabalho infantil**

O segundo conjunto de estudos é composto por aqueles que analisam questões relativas à percepção do trabalho infantil, envolvendo as dimensões cultural, simbólica e ideológica por meio de análises relativas às representações sociais, práticas discursivas, de construção de identidades e subjetividades, e de formação de significados a respeito.

Conforme evidencia a tabela 27, este conjunto abrange 60 trabalhos (19,9% do total) que têm o trabalho infantil como o tema central ou de grande relevância, e engloba mais da metade da produção em “Psicologia / Psicologia Social” (29 em 54 trabalhos), quase 1/3 em Ciências Sociais, e quase ¼ em Educação, sendo pouco frequente nas demais áreas do conhecimento. São 46 artigos em periódicos e 14 teses ou dissertações.

Para que possamos formar um panorama a respeito, ainda que superficial, eles podem ser agrupados conforme as principais categorias analíticas utilizadas pelos pesquisadores.

Assim, em “Psicologia / Psicologia Social” as categorias analíticas utilizadas com maior frequência são a análise “de discurso” (ou da narrativa, ou das práticas

---

108. Ver, na seção A.5, os títulos 130 (EDU), 090 (EDU), 194 (EDU), 050 (OUT), 007 (PSI), 317 (PSI), e 374 (PSI).

discursivas) e “de sentido” (ou significado), enquanto no conjunto das demais áreas, aparece com maior frequência a categoria “representações sociais”.

A análise de discurso, narrativas ou práticas discursivas foi empregada em estudos voltados à compreensão da vivência do brincar no cotidiano de crianças trabalhadoras, por meio da comparação entre crianças trabalhadoras e não trabalhadoras, e especialmente entre aquelas que trabalham no beneficiamento da castanha de caju. Esse tipo de análise norteou também pesquisa com crianças e adolescentes em situação de rua, na qual narram suas trajetórias; com inseridos no narcotráfico, explorando como se veem a respeito; e com meninas em situação de trabalho infantil doméstico em Belo Horizonte. Em Duque de Caxias (Rio de Janeiro) a história oral e o acompanhamento de crianças e adolescentes em seus locais de trabalho foram utilizados em estudo voltado a identificar suas perspectivas em relação à vida pessoal, escolar e profissional. Há trabalhos referentes ao município de Natal, realizado em bairro da zona rural no qual há trabalho infantil no cultivo de hortas, nos quais foi investigado os papéis das famílias (por meio de entrevista das mães) e da escola (entrevistas com professoras) como instituições reforçadoras da ideologia do trabalho. A análise de discurso norteou ainda trabalho que objetivou pesquisar a veiculação do noticiário sobre o trabalho infantil por emissora de televisão em Mato Grosso do Sul <sup>109</sup>.

Entre os trabalhos nos quais “sentidos” ou “significados” constituem as categorias centrais de análise, há estudos voltados exclusivamente à compreensão da visão de crianças e adolescentes sobre o trabalho, escola etc. É o caso de estudo no município de Senhor do Bonfim (Bahia) que comparou o reconhecimento de direitos (entre os quais o relativo à proibição do trabalho infantil) e os significados de infância para crianças de escola particular urbana, e de escolas públicas urbana e rural. Os significados do trabalho infantil foram também analisados entre crianças moradoras em bairro periférico de Goiânia. Entre crianças que trabalham em lavouras de fumo em Santa Cruz do Sul (Rio Grande do Sul) foram analisadas a construção dos sentidos de trabalho e infância, e dos significados de masculino e feminino. Em Natal, foram analisados os sentidos do trabalho infantil doméstico entre adolescentes que moram no próprio emprego, e em outra pesquisa o mesmo tema

---

109. Ver, na seção A.5, os títulos 273 (PSI), 274 (PSI), 275 (PSI), 216 (PSI), 289 (PSI), 389 (PSI), 032 (EDU), 126 (PSI), 127 (PSI), 128 (PSI), e 003 (OUT).



foi analisado sob a perspectiva de gênero. O sentido do trabalho e a relação trabalho-escola foi tema de pesquisa entre crianças e adolescentes em trabalho na indústria calçadista em cidade do interior paulista, e entre adolescentes e jovens em exploração sexual comercial no Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais) foi analisado o significado do trabalho que realizam <sup>110</sup>.

Além destes trabalhos realizados no campo da “Psicologia / Psicologia Social”, a análise de significados ou sentidos nortearam alguns poucos trabalhos em outras áreas do conhecimento, como é o caso do estudo sociológico sobre o significado do trabalho infantil entre crianças e adolescentes envolvidos na cadeia produtiva do sururu, em Maceió. Na área do Serviço Social foi analisada a percepção de crianças (e de suas famílias) de Itaguaí sobre o trabalho infantil no qual estão envolvidas, e em Economia Doméstica foram estudados o “trabalho como experiência moral” e as expectativas em torno do PETI em Ipatinga (Minas Gerais) por parte de crianças, adolescentes e responsáveis beneficiários. Em artigo publicado em periódico na área de educação foi publicado trabalho que analisou, com base em dados coletados junto a crianças, adolescentes e adultos em dois bairros populares de uma grande cidade do interior paulista, as mudanças e permanências intergeracionais a respeito do trabalho e escola <sup>111</sup>.

Em artigos publicados em periódicos da área de Psicologia foram discutidos os efeitos do trabalho infantil sobre a subjetividade, tanto do ponto de vista teórico-conceitual, quanto a partir de estudos de caso de situações de trabalho infantil em Itaguaí (Rio de Janeiro), em carvoarias no Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais), e de crianças e adolescentes de 11 a 16 anos envolvidos no trabalho no narcotráfico em cidade de porte médio localizada no sul do país <sup>112</sup>.

Na mesma área do conhecimento há estudos nos quais a categoria central é a “identidade”, sendo discutidos os “possíveis comprometimentos da identidade e da saúde mental” de crianças, adolescentes e familiares que vivenciam trajetória de trabalho infantil nas ruas de Belo Horizonte, e em outro estudo a inserção no trabalho infantil foi analisada a partir da comparação entre relatos de idosos

---

110. Ver, na seção A.5, os títulos 337 (PSI), 375 (PSI), 170 (PSI), 169 (PSI), 331 (PSI), 332 (PSI), 193 (PSI), e 203 (PSI).

111. Ver, na seção A.5, os títulos 394 (CSO), 329 (SSO), 158 (ECO), e 190 (EDU).

112. Ver, na seção A.5, os títulos 219 (PSI), 189 (PSI), 164 (PSI), e 362 (PSI).

aposentados que ingressaram no trabalho em idade precoce com os daqueles que não o fizeram <sup>113</sup>.

Outra categoria analítica bastante utilizada, nas diversas áreas do conhecimento, é a das representações sociais. Em pesquisas que envolveram crianças e adolescentes, foram analisadas as representações sociais do trabalho entre adolescentes de São Paulo e Rio de Janeiro, e sobre escola e trabalho entre adolescentes no ensino médio no Rio de Janeiro, e entre adolescentes trabalhadores e não trabalhadores de Monteiro Lobato e Santo Antônio do Pinhal, em São Paulo, e sobre o trabalho infantil doméstico entre meninas de sete a quinze anos nesta condição em Viçosa (Minas Gerais). As representações sociais sobre o trabalho entre adolescentes em escola de ensino médio em São Paulo foram analisadas por meio da comparação entre trabalhadores e não trabalhadores, e entre os trabalhadores de nove a treze anos em “bancas de calçados” em Franca (São Paulo). Sobre as representações sociais de crianças e adolescentes foram pesquisados também alunos do noturno em unidade escolar em Ribeirão Preto (São Paulo), em situação de trabalho infantil, a respeito do cotidiano escolar, conteúdo da aprendizagem e professores; sobre trabalho e escola entre alunos no meio rural; sobre a inclusão de disciplinas profissionalizantes no currículo entre crianças pobres no município de Gramado (Rio Grande do Sul); e sobre a violência vivenciada por adolescentes trabalhadores na rua em Feira de Santana (Bahia) <sup>114</sup>.

Além destes, alguns estudaram as representações sociais junto a outros grupos sociais, envolvendo também adultos. As representações sociais sobre o trabalho e a escola foram analisadas em trabalho realizado junto a moradores (crianças, adolescentes e adultos) em uma favela carioca, configurando-se um cenário no qual a “produção do fracasso escolar” opera como mecanismo de construção de uma “infância de curta duração”. As representações sobre educação escolar dos descendentes foi analisada entre famílias de um subúrbio em Maputo (Moçambique); sobre trabalho e “políticas de inserção social” foram analisadas entre beneficiários (adultos) do PETI em Porto Alegre; e a respeito de escola e trabalho

---

113. Ver, na seção A.5, os títulos 215 (PSI), 217 (PSI), 218 (PSI), e 390 (PSI).

114. Ver, na seção A.5, os títulos 269 (CSA), 270 (CSA), 271 (CSA), 272 (PSI), 165 (ECO), 267 (CSA), 417 (CSA), 073 (EDU), 223 (CSO), 281 (EDU), e 386 (CSA).

infantil foram pesquisadas entre beneficiários do PETI (crianças, adolescentes, pais) e professores em Blumenau (Santa Catarina) <sup>115</sup>.

Ainda neste conjunto de trabalhos nos quais o eixo analítico diz respeito às dimensões cultural, simbólica, e ideológica a respeito do trabalho infantil, há estudos nos quais o tema é abordado a partir de outras categorias analíticas. No plano teórico-conceitual, há interpretação acerca da reprodução da naturalização do trabalho no processo de desenvolvimento da criança trabalhadora, e sobre a possibilidade de eliminação do trabalho infantil na ordem capitalista como fetiche <sup>116</sup>.

Em perspectiva histórica, o tema foi abordado em estudos que analisaram a perspectiva construída em torno da visão do trabalho e da formação profissional como respostas institucionais para o controle de crianças e adolescentes desde o Brasil-colônia; o processo de construção ideológica, no Brasil, da generalizada crença no trabalho como dignificante; a construção das três possíveis respostas ideológicas (a industrial, a operária e a médica) a respeito da condição da infância na República Velha; o “impasse” relativo à identidade da criança a partir da discussão em torno da situação de rua no mesmo período histórico; e a institucionalização do trabalho infantil doméstico no Pará como processos estigmatizantes e de subalternização já na primeira metade do século XX <sup>117</sup>.

Há dois trabalhos que abordam o problema quanto à necessidade de diferenciação dos contextos culturais mais amplos, já que tanto entre os povos indígenas quanto em comunidades de pescadores na Amazônia a inserção no mundo do trabalho é processo fortemente ligado à própria socialização das crianças <sup>118</sup>.

A partir de dados empíricos, e partindo do resgate de percepções e experiências próprias de crianças e adolescentes, foi analisada a valorização do trabalho e do estudo por adolescentes de 12 a 17 anos em situação de rua em João Pessoa; a visão do trabalho como virtude entre adolescentes na Região Metropolitana de São Paulo; e a vivência do cotidiano entre os que trabalham com malabares nas ruas de Belo Horizonte. A visão de trabalho foi pesquisada também junto a crianças que estudam e trabalham, e aos seus professores, em escola municipal de Niterói (Rio

---

115. Ver, na seção A.5, os títulos 110 (EDU), 100 (CSO), 171 (CSO), e 210 (CSO).

116. Ver, na seção A.5, os títulos 005 (PSI) e 411 (EDU).

117. Ver, na seção A.5, os títulos 045 (EDU), 066 (PSI), 283 (HIST), 249 (HIST), e 186 (SSO).

118. Ver, na seção A.5, os títulos 354 (CSO) e 071 (CSO).

de Janeiro). A escola foi também interpretada como uma das instituições que, por meio da “ideologia valorizadora do trabalho”, é responsável pela violência institucional que resulta em trabalho infantil entre famílias no corte de cana na região de Araraquara (São Paulo) <sup>119</sup>.

### **A.3.3 Ações não governamentais**

O terceiro conjunto de trabalhos reúne análises de experiências voltadas ao combate ao trabalho infantil desenvolvidas na esfera não estatal. São nove os trabalhos com este tipo de preocupação, dos quais quatro artigos em periódicos e cinco teses e dissertações.

Três trabalhos analisam experiências de organismos internacionais, sendo dois voltados à análise da implantação do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), vinculado à Organização Internacional do Trabalho (OIT) no município de Franca (São Paulo) nos anos 90, considerada um marco para fazer avançar a questão no Brasil. Outro é um artigo no qual é apresentada, no momento em que estava sendo conformada para a América Latina, a Red del Trabajo Infantil Peligroso (Rede TIP), também do IPEC / OIT, voltada ao apoio e articulação de esforços para o desenvolvimento das capacidades institucionais, à constituição de avanços legais, e à formulação e difusão de alternativas para melhoria de segurança e saúde como meios de combate às piores formas de trabalho infantil <sup>120</sup>.

Na área de Comunicação, foram identificadas três dissertações de mestrado que analisam ações de comunicação social desenvolvidas por redes de organizações com o objetivo de conferir maior visibilidade à questão do combate ao trabalho infantil. Foram analisadas a experiência do Plano de Comunicação para o Enfrentamento do Trabalho Infantil Doméstico desenvolvido pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) em conjunto com outras organizações com

---

119. Ver, na seção A.5, os títulos 162 (CSO), 205 (PSI), 068 (EDU), 320 (EDU), e 418 (CSO).

120. Ver, na seção A.5, os títulos 349 (ECO), 348 (CSO), e 401 (CSA).

o objetivo de dar visibilidade ao tema na mídia em geral e mais especificamente na mídia impressa no país; o Programa de Enfrentamento do Trabalho Infantil Doméstico (Petid), executado pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca-Emaús) no Pará em parceria com outras organizações nacionais e internacionais; e o Programa de Ação para a Prevenção e Retirada de Crianças e Adolescentes das Piores Formas de Trabalho Infantil no Paraná (Catavento), desenvolvido pela Ciranda, Central de Notícias dos Direitos da Infância e Adolescência <sup>121</sup>.

No âmbito da atuação empresarial, foram identificados três trabalhos. Um deles investiga quais fatores motivaram a mobilização e engajamento de setores da cadeia do agronegócio na luta contra o trabalho infantil no Brasil; outro analisa a responsabilidade social empresarial a partir da experiência do Instituto Pró-Criança, criado por empresários da indústria do calçado em Franca (São Paulo) como resposta às denúncias de utilização de mão de obra infantil pelo setor; e o terceiro relata a experiência do Projeto Russas, patrocinado pela Fundação BankBoston, desenvolvido em parceria com outras organizações com o objetivo de prevenção e erradicação do trabalho infantil no município de mesmo nome, situado no Ceará <sup>122</sup>.

#### **A.3.4 Estudos sobre o estado da arte**

O quarto conjunto reúne 11 trabalhos, dos quais nove artigos em periódicos e duas dissertações de mestrado, voltados ao “estado da arte”, na forma de balanços ou de revisão sobre o trabalho infantil ou temas mais abrangentes que incluem a mesmo.

Quanto aos balanços, foram localizados cinco trabalhos (ALVIM & VALLADARES, 1988; EL-KHATIB, 1998, GOMES, 2013; MORAES, 2007; PRADO, 2013), entre os quais três já foram mencionados e nos auxiliaram no balanço aqui apresentado.

---

121. Ver, na seção A.5, os títulos 052 (OUT), 063 (OUT), e 302 (OUT).

122. Ver, na seção A.5, os títulos 212 (CSO), 014 (OUT), e 224 (OUT).

O pioneiro artigo de Alvim & Valladares (1988) faz um balanço sobre a produção a respeito da infância pobre, e apresenta o “trabalho do menor” como um dos seus temas. A dissertação de Moraes (2007) analisa um conjunto de 97 artigos sobre o trabalho infantil publicados em periódicos brasileiros entre 1981 e 2004. O artigo de Prado (2013) analisa o tratamento dado ao tema no campo da Psicologia com base em 29 artigos publicados entre 1985 e 2012. O artigo de El-Khatib (1998) é um levantamento sobre o tema “crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social”, em que o “trabalho infantil ou ‘exploração do trabalho infantil’” constitui um dos subtemas, e nele aparecem listados 18 títulos, entre os quais apenas um artigo em periódico. A dissertação de Gomes (2013) analisa a produção sobre o tema a partir de 23 teses e dissertações defendidas entre 1990 e 2011 no Estado do Rio Grande do Sul <sup>123</sup>.

Embora não deixem de constituir balanços, os outros seis trabalhos (artigos em periódicos) são voltados ao tratamento específico de um ou outro aspecto do tema, geralmente na forma de revisão teórica da produção. Foram identificados trabalhos voltados à análise da produção na área da saúde sobre as consequências do trabalho infantil na vida das crianças e adolescentes; com o objetivo de apresentar as linhas gerais do que se conhece a respeito na literatura econômica; e que discute a relação entre a institucionalização das ações de combate ao trabalho infantil e a produção acadêmica ocorrida nos anos 90, enfatizando o papel dos organismos internacionais na mobilização então ocorrida em torno do problema no Brasil <sup>124</sup>.

Especificamente quanto ao tema da relação entre o trabalho infantil e educação foram localizados três artigos. Em dois deles é realizada crítica à produção acadêmica que tende a praticamente reduzir o efeito “fracasso escolar” à causa trabalho infantil. Em outro, a crítica é dirigida às interpretações sociológicas “impregnadas de preconceitos” sobre a população rural e os valores por ela atribuídos à escola e ao trabalho <sup>125</sup>.

---

123. Ver, na seção A.5, os títulos 024 (CSO), 240 (CSO), 304 (PSI), 121 (CSA), e 156 (EDU).

124. Ver, na seção A.5, os títulos 088 (CSA), 177 (ECO), e 132 (PSI).

125. Ver, na seção A.5, os títulos 021 (EDU), 207 (CSO), e 115 (CSO).

### **A.3.5 Produção sobre as ações do Estado frente ao trabalho infantil**

Antes de analisarmos o quinto e último conjunto de trabalhos, são necessários dois rápidos comentários sobre a produção acadêmica acima apresentada, ainda que em plano bastante geral e descritivo.

Esta produção é bastante ampla (142 artigos e 76 teses ou dissertações) e diversificada em relação às áreas do conhecimento e aos objetos específicos de interesse, nos fornecendo um rico panorama para a compreensão de diferentes dimensões da problemática do trabalho infantil no Brasil no período recente. Por um lado, a produção a respeito vem permitindo que avancemos na construção de uma visão mais clara e melhor informada de variados aspectos e questões, nos levando inclusive a uma revisão de algumas concepções quase dogmáticas a respeito, como por exemplo, a da estreita associação entre trabalho infantil e “fracasso escolar”. Por outro, ela evidencia que o termo “trabalho infantil” em realidade designa uma complexa problemática que, como tal, não pode ser adequadamente enfrentada com alternativas que desconsiderem seus múltiplos determinantes, contextos e consequências. Assim, não resta dúvida que muitos dos estudos mencionados são contribuições de elevada relevância para a nossa compreensão do tema, fornecendo importantes subsídios para que o país possa avançar nos desafios que o mesmo coloca.

Entretanto, por não serem voltados à análise das ações do Estado, alguns desses mesmos estudos apresentam não mais que comentários genéricos ou, quando muito, algumas recomendações de caráter mais geral sobre o que deve constituir ou ser considerado no desenho de políticas ou programas voltados ao enfrentamento das questões envolvidas. E, mesmo nestes casos, tais recomendações são limitadas ao “que fazer”, pouco contribuindo para a discussão sobre o “como fazer”. É importante que se entenda o sentido deste apontamento. Ele não constitui crítica sobre a qualidade ou relevância da mencionada produção – tais trabalhos não se ocupam do “como fazer” simplesmente por não se proporem a tal. Mas, ainda que correndo risco de comentário que se evidencie injusto com este ou aquele dos trabalhos comentados, o que queremos destacar é que muito embora essa produção

nos forneça amplo panorama dos complexos problemas em questão, disso não decorre discussão relacionada às possíveis soluções para os mesmos.

Vejamos agora em que medida a reflexão conformada pelo conjunto de trabalhos que consideramos como referentes às “ações do Estado” é capaz de suprir tal lacuna.

Conforme evidencia a tabela 27, foram identificados 82 trabalhos (27,2% do total) sobre o trabalho infantil cujo eixo analítico é relativo às ações do Estado voltadas à questão, seja em perspectiva histórica ou jurídica, seja quanto às políticas, programas e ações desenvolvidas para o seu enfrentamento no período recente. Eles abrangem a quase totalidade dos trabalhos sobre o trabalho infantil no campo do Direito (13 em 15 trabalhos identificados). A produção é também expressiva em Educação, Economia, Ciências Sociais e Serviço Social, e mais escassa em Ciências da Saúde e em “Psicologia / Psicologia Social”.

A tabela 28 apresenta este conjunto de 82 trabalhos por áreas do conhecimento de acordo com três critérios de agregação.

Quanto ao tipo de trabalho, predominam as teses e dissertações (53 ou 64,6% do total). Com exceção das áreas de “Psicologia / Psicologia Social” (na qual há quatro artigos e nenhuma tese ou dissertação) e das Ciências da Saúde (cinco artigos e quatro dissertações), em todas as demais os trabalhos de mestrado e doutorado são a maioria.

Neste conjunto de 82 trabalhos, há 41 nos quais o PETI é o tema central (25 casos) ou de grande relevância (16 casos). Como mostra a tabela 28, o PETI é tema central ou de grande relevância na totalidade dos trabalhos em Ciências Sociais e Serviço Social que têm como eixo de análise as ações do Estado a respeito do trabalho infantil.

Nos outros 41 trabalhos o PETI é de relevância secundária (é comentado em linhas gerais, mas não chega a constituir objeto de análise mais específica), mencionado em breves referências, ou sequer é mencionado. Como mostra a tabela 28, isso ocorre na quase totalidade dos trabalhos em Direito e na maioria daqueles em Economia voltados à ação do Estado.



**Tabela 28**

Quantidade de trabalhos acadêmicos sobre trabalho infantil com eixo analítico nas ações do Estado por tipo de publicação, relevância do PETI no conteúdo analisado e abrangência segundo as áreas do conhecimento – Brasil (1979-2013) (1)

Tipo de publicação, relevância do PETI e abrangência (2)	Total	Áreas do conhecimento									Outras (3)
		Ciências da Saúde	Ciências Humanas				Ciências Sociais Aplicadas				
			Psicologia / Psicologia Social	Educação	Ciências Sociais	História	Economia	Serviço Social	Direito	Administração / Gestão Pública (3)	
Total	82	9	4	13	8	4	13	6	15	7	3
<b>Tipo de publicação</b>											
Teses	8	-	-	-	1	-	3	2	1	1	-
Dissertações	45	4	-	7	5	3	6	4	8	5	3
Artigos em periódicos	29	5	4	6	2	1	4	-	6	1	-
<b>Relevância do PETI (2)</b>											
tema central	25	2	1	7	4	-	2	3	1	4	1
grande relevância	16	3	1	1	4	-	2	3	-	1	1
relevância secundária ou não mencionada	41	4	2	5	-	4	9	-	14	2	1
<b>Abrangência</b>											
Municipal (4)	34	6	2	6	6	1	2	5	1	4	1
Mais de um município	4	-	-	3	-	-	-	1	-	-	-
Estadual	8	2	-	1	1	3	-	-	-	-	-
Regional	2	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-
Nacional	34	1	2	3	1	-	9	-	14	3	1

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

As fontes são as constantes na tabela 29 (seção A.5, p. 386).

- (1) Dados referentes aos 82 trabalhos nos quais o trabalho infantil é tema central ou de grande relevância e o eixo analítico é relativo às ações do Estado. Apesar do período mencionado (1979-2013), há apenas quatro trabalhos publicados antes de 1998, sendo um de 1979 e três nos anos 80, todos artigos em periódicos na área de Direito.
- (2) Para a especificação das referências bibliográficas classificadas em cada área do conhecimento e categoria adotada quanto à análise sobre o PETI, consultar o quadro 7, na seção A.5 (p. 390), que apresenta os números correspondentes aos trabalhos conforme constantes na lista de títulos ao final da mesma seção.
- (3) Nas tabelas 26 e 27 e nos quadros 5 e 6 estes trabalhos aparecem classificados na categoria "outras" quanto à área do conhecimento. Aqui optamos por especificar a categoria denominada "Administração / Gestão Pública" que abrange trabalhos nas áreas de Administração (1), Administração Pública (1), Avaliação de Políticas Públicas (3), e Gestão de Políticas Públicas (2). Na categoria "outras" estão três dissertações de mestrado nas seguintes áreas: Geografia; Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional; e Família na Sociedade Contemporânea.
- (4) Inclui trabalhos nos quais a análise é realizada a partir de dados para o conjunto do município ou coletados em parte deles, como em um ou mais bairros, escolas, unidades de atendimento do PETI etc.

Em termos de abrangência, há trabalhos nos quais a análise é feita em referência a apenas um município (34 casos). Isso não significa que a análise seja sobre as ações do poder público municipal, e tampouco que os dados sejam referentes à totalidade do município analisado. Em vários casos a coleta de informações abrange bairro(s), escola(s), local(is) de atendimento do PETI etc.

Em outros 34 trabalhos o nível de abrangência da análise é nacional, sendo 32 sobre o Brasil, um sobre o Peru e um sobre os Estados Unidos. Não foi identificado trabalho com interesse de análise comparada entre dois ou mais países quanto às ações do Estado.

Os demais 14 trabalhos se dividem entre quatro estudos com abrangência de mais de um município, nos quais são analisados conjuntos de municípios em regiões específicas, oito com análises que abrangem Estados, e dois referentes à Região Nordeste. É importante observar que em nenhum destes casos a perspectiva adotada foi a da comparação entre municípios, regiões ou Estados.

#### **A.3.5.1 O Estado atuando de diferentes formas**

Vejamos primeiramente do que tratam os 41 trabalhos com eixo nas ações do Estado nos quais o PETI não é mencionado ou nos quais, quando mencionado, o Programa não chega a constituir tema relevante no bojo da análise desenvolvida.

Na área do Direito são 14 trabalhos. Entre estes há três artigos que foram publicados antes da Constituição de 1988, nos quais a questão é abordada a partir da confrontação do que era então previsto pela legislação brasileira, notadamente a do trabalho, e a realidade nacional quanto ao “trabalho do menor”. Um destes trabalhos realiza interessante balanço da literatura a respeito (identificando 37 trabalhos sobre o tema), para em seguida confrontar o que apontam estes trabalhos e dados estatísticos com alguns aspectos da legislação então em vigor (obrigatoriedade escolar, idade mínima para o trabalho, condições de trabalho na faixa de 12 a 14 anos, jornada máxima de 8 horas e proibição de trabalho insalubre),

após o que analisa o conteúdo de nada menos que 23 propostas a respeito que tramitavam no Congresso Nacional em setembro de 1985, evidenciando grande disputa de posições ideológicas a respeito <sup>126</sup>.

Ainda na área do Direito, a produção após 1988 se divide entre dois artigos (publicados em 1989 e 1998), oito dissertações e uma tese, todos publicados entre 2003 e 2010. Os dois artigos analisam a legislação a respeito que emerge a partir da nova Constituição, considerando também a CLT e o ECA. Entre as teses e dissertações, há trabalhos nos quais a questão é abordada da perspectiva doutrinária, sendo privilegiados temas como o princípio da proteção integral, os direitos humanos, os direitos fundamentais da criança e do adolescente, as normas e as ações de proteção a respeito no Brasil. Há também trabalho destinado a analisar as consequências jurídicas em caso de desrespeito à legislação proibitiva do trabalho infantil, e outros destinados a analisar a legislação (ou lacunas desta) em relação a situações específicas como a do trabalho infantil doméstico e do trabalho artístico. Foi identificado apenas um caso no qual a legislação nacional é analisada frente à realidade do trabalho infantil em âmbito local, referente ao município de João Pessoa, por meio de entrevistas com meninos em atividades desenvolvidas nas ruas. Além desses trabalhos no âmbito do Direito, os aspectos legais específicos do trabalho infantil doméstico no Brasil foram analisados em dissertação de Mestrado na área de Família na Sociedade Contemporânea <sup>127</sup>.

Em História há quatro trabalhos nos quais o trabalho infantil é analisado sob o eixo das ações do Estado. Foram estudadas as ideias e as práticas em relação à infância pobre na cidade de Salvador entre 1900 e 1940, a “cruzada higienista” no Paraná desde o início do século XX, a destinação da infância pobre ao trabalho no Estado de São Paulo desde o final do século XIX a partir dos institutos da tutela, do abrigo e da criação do Instituto Disciplinar de São Paulo e, ainda em São Paulo, a partir da trajetória e atuação política do jurista e parlamentar Cândido Mota <sup>128</sup>.

Em outras áreas do conhecimento identificamos um estudo que discute aspectos relativos à evolução de questões tais como a aceitação cultural do trabalho infantil

---

126. Ver, na seção A.5, os títulos 154 (DIR), 209 (DIR), e 413 (DIR).

127. Ver, na seção A.5, os títulos 031 (DIR), 103 (DIR), 026 (DIR), 263 (DIR), 139 (DIR), 230 (DIR), 077 (DIR), 290 (DIR), 106 (DIR), 065 (DIR), 131 (DIR), e 406 (OUT).

128. Ver, na seção A.5, os títulos 319 (HIS), 214 (HIS), 211 (HIS), e 341 (HIS).

no Brasil, e outro que analisa, em linhas gerais, o histórico do enfrentamento da questão pelo Estado no país <sup>129</sup>.

Em Economia foram identificados nove trabalhos (quatro artigos, três teses e duas dissertações) cujo eixo analítico é relativo às ações do Estado na questão do trabalho infantil, mas nos quais o PETI não é tema de relevância.

O Programa Bolsa Família foi analisado em quatro trabalhos que utilizaram métodos de análise estatística multivariada para mensurar seus impactos em termos de redução do trabalho infantil no Brasil, de redução do trabalho infantil na Região Nordeste, sobre a ocorrência de trabalho infantil e a frequência escolar no conjunto do país, e sobre a alocação de tempo dos membros da família (também para o conjunto do país). Em outros dois estudos de avaliação de impacto foram analisados os efeitos dos “programas bolsa-escola” sobre o trabalho infantil, e do Benefício de Prestação Continuada sobre o bem-estar das famílias, com a ocorrência de trabalho infantil compondo o conjunto de variáveis dependentes. O impacto sobre a escolarização e o trabalho infantil obtido a partir do Programa Juntos de transferência de renda, desenvolvido no Peru, foi avaliado usando o mesmo tipo de metodologia, sendo este o único trabalho que encontramos na área de Administração Pública. Além desses, ainda em Economia, há estudos voltados a mensurar os efeitos, entre os adolescentes de 14 e 15 anos, do aumento da idade mínima para ingresso no mercado de trabalho definida a partir da Emenda Constitucional nº 20, para o cálculo estimativo dos custos e benefícios em cenário hipotético de eliminação do trabalho infantil no Brasil, e para discutir se programas de combate ao trabalho infantil proporcionam mobilidade social <sup>130</sup>.

No campo da Educação, a discussão em torno do eixo “escola – trabalho infantil” é estudada sob a perspectiva de crítica às “contradições e ambiguidades” entre a lei e a escola que educa os pobres para o trabalho, ou aos limites das medidas estatais voltadas ao seu enfrentamento (legislação, políticas de transferência de renda e escolarização) na ordem capitalista brasileira, ou ainda quanto à posição assumida pelo governo brasileiro em torno da estratégia de erradicação de “todo e qualquer trabalho infantil” como destinada muito mais aos acordos comerciais do que “à

---

129. Ver, na seção A.5, os títulos 099 (PSI) e 242 (AGP).

130. Ver, na seção A.5, os títulos 029 (ECO), 391 (ECO), 061 (ECO), 294 (ECO), 137 (ECO), 279 (ECO), 231 (AGP), 138 (ECO), 179 (ECO), e 057 (ECO).

redução das desigualdades sociais” (ROSEMBERG et al., 2002). Nesta área há estudo que analisa e aponta os limites da interface da educação com outras ações voltadas ao enfrentamento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, e outro que aborda o trabalho infantil como uma das três vias de formação dos jovens para o trabalho em uma cidade mexicana (sendo a escolarização e a profissionalização as outras duas vias) <sup>131</sup>.

Na área da saúde, há estudos voltados a analisar os limites e desafios da intersetorialidade e da atuação em rede no enfrentamento do trabalho infantil, sendo estudada a experiência de Limeira (São Paulo). Outros estudaram a atuação do setor no enfrentamento da questão a partir de análises de experiências locais de Criciúma (Santa Catarina) a respeito das notificações compulsórias de trabalho precoce conforme define a legislação municipal, e de Natal, onde se constatou que o tema “parece ter sido silenciado” no âmbito do Programa de Saúde do Trabalhador e do Núcleo de Saúde do Trabalhador. Em artigo sobre as principais conclusões a que chegou um Comitê voltado a analisar as principais implicações do trabalho infantil sobre a segurança e saúde nos Estados Unidos, o autor conclui sobre a necessidade de revisão da ultrapassada legislação a respeito naquele país, e pelo estabelecimento de padrões mínimos a serem definidos para todo o território nacional, já que na federação norte-americana cada Estado tem legislação própria sobre a questão, o que diferencia substancialmente os desafios norte-americanos dos brasileiros no enfrentamento ao trabalho infantil <sup>132</sup>.

#### **A.3.5.2 A reflexão da academia brasileira sobre o PETI**

Vejamos agora os demais 41 trabalhos que têm como eixo analítico as ações do Estado. Neles, o PETI é o tema central ou de grande relevância. Sem pretender análise pormenorizada deste conjunto de trabalhos, destacaremos para alguns deles

---

131. Ver, na seção A.5, os títulos 147 (EDU), 096 (EDU), 327 (EDU), 364 (EDU), e 172 (EDU).

132. Ver, na seção A.5, os títulos 184 (CSA), 185 (CSA), 410 (CSA), 125 (PSI), e 416 (CSA).

um ou outro aspecto que consideramos relevantes para a discussão sobre o Programa, tendo em vista especificamente nosso interesse analítico a respeito do mesmo.

Neste conjunto de trabalhos, em 25 casos o PETI é o tema central, enquanto nos outros 16, ainda que não possa ser considerado o tema central de interesse, o Programa é de grande relevância analítica. São nove artigos em periódicos, 4 teses de doutorado, e 28 dissertações, das quais 24 para mestrado acadêmico e quatro para mestrado profissional.

Como mostram os dados apresentados na tabela 28, esta produção é mais expressiva nas Ciências Sociais (8 trabalhos), Educação (8), Serviço Social (6), e Administração / Gestão Pública (5). Há também alguns trabalhos em Ciências da Saúde (5) e Economia (4), mas a produção sobre o PETI nestas áreas do conhecimento é relativamente menor proporcionalmente à produção total sobre o trabalho infantil nelas identificada.

A maior parte destes trabalhos (27 do total) abrangem somente um município cada, aí incluídos os estudos de caso nos quais os dados dizem respeito especificamente a apenas um ou alguns bairros, escolas, unidades de atendimento do PETI, etc. Há três trabalhos com abrangência “regional” (ou seja, que envolvem conjuntos de municípios localizados em regiões específicas), cinco com âmbito de análise relativo a Estados, um relativo à região Nordeste, e cinco nos quais a análise é de âmbito nacional. Vejamos primeiramente do que tratam estes cinco trabalhos de abrangência nacional <sup>133</sup>.

Entre estes está o único trabalho na área do Direito, na forma de artigo que apresenta a evolução da legislação nacional sobre o trabalho infantil até a implantação do PETI, para em seguida comentar o processo de sua integração com o Programa Bolsa Família que então se iniciava (BRITO, 2007). Outro é artigo na área de “Psicologia / Psicologia Social” que compara dados da PNAD de 1996 e de 2005 e conclui que de forma geral o PETI “trouxo benefícios para o país” uma vez que no período ocorreu “redução do percentual de crianças em atividade laboral e aumento de alfabetização e escolaridade nessa faixa etária” (HELAL, 2010, p. 91).

---

133. Ver, na seção A.5, os títulos 058 (DIR), 167 (PSI), 025 (AGP), 408 (CSO), e 136 (ECO).

Entretanto, em nosso entendimento o autor não discute em que medida tais avanços podem ser de fato creditados ao Programa.

No campo da Administração, há uma tese no qual a autora parte da teoria do ator-rede (“*actor-network theory*”) para analisar o envolvimento e mobilização de um amplo leque de atores na formação da agenda pública brasileira dos anos 90 em torno da temática do trabalho infantil, enfatizando de que maneiras variadas estratégias e práticas discursivas foram gradativamente confluindo de maneira a consolidar a formação de uma nova política pública para o seu enfrentamento (ANDRADE, 2004). Na área das Ciências Sociais foi identificada uma dissertação (VIEIRA, 2009) na qual a autora realizou entrevistas com gestores, representantes da sociedade civil, e famílias com e sem a situação de trabalho infantil residentes no Distrito Federal, além de abrangente análise documental e dados estatísticos de natureza socioeconômica e relativos aos gastos públicos, buscando evidenciar que o enfrentamento e a superação do trabalho infantil vêm prescindindo, no Brasil, de considerar aspectos culturais, levando à permanência da visão, para uma parte da sociedade, de que o trabalho infantil é benéfico sob vários aspectos. Assim, a autora aponta que as ações governamentais neste campo vêm negligenciando, do ponto de vista programático, as questões culturais (VIEIRA, 2009, p. 152).

Em Economia foi identificada uma dissertação (FERRO, 2003) na qual a autora avalia os impactos do que então denominou de “programas de Bolsa Escola” (transferência de renda e compromisso das famílias manterem as crianças na escola) então vigentes. A autora utilizou microdados da PNAD 2001 em função da disponibilidade, no levantamento daquele ano, de informações sobre recebimento pelas famílias de recursos provenientes destes programas. Trabalhando as variáveis selecionadas com base em técnica econométrica, a autora concluiu que os programas

contribuem para a redução da jornada de trabalho das crianças de seis a quinze anos pertencentes às famílias que têm renda *per capita* inferior a meio salário mínimo, mas nada pode ser dito em relação ao impacto deste tipo de política social sobre a decisão de trabalhar ou não (FERRO, 2003, p. 85).

É importante, entretanto, destacar que o estudo não diferenciou as famílias beneficiárias do PETI e do Bolsa Escola, já que o objetivo não era analisar cada caso. Além disso, em 2001, o PETI ainda estava circunscrito a 237 municípios de 14

estados (segundo a própria autora) e beneficiava em torno de 800 mil crianças e adolescentes, mas em seu trabalho a autora menciona alguns estudos nos quais se identificou impacto do PETI em termos de redução do trabalho infantil em várias localidades nos primeiros anos de vigência do Programa.

O único trabalho com foco regional (SOUZA, J. A. N., 2012) entre os que têm o PETI como tema relevante é também do campo da Economia, e da mesma forma utiliza cálculos econométricos para avaliar o impacto dos programas de transferência de renda (PETI, Bolsa Família, e BPC) na oferta de mão de obra entre as famílias residentes nas áreas rurais na Região Nordeste. Utilizando dados da PNAD de 2006, o autor concluiu que o acesso aos programas vem resultando de fato em redução do trabalho infantil na faixa dos 10 aos 15 anos de idade, mas a respeito do número horas trabalhadas o estudo não apresentou resultados estatisticamente significantes <sup>134</sup>.

Entre os cinco estudos que classificamos como de abrangência estadual, dois são no campo das Ciências da Saúde, e três em outras áreas (Ciências Sociais, Educação e Geografia) <sup>135</sup>.

Na saúde, há um artigo no qual a autora (NOBRE, 2003) faz uma reflexão sobre o papel do SUS e os desafios da intersetorialidade no enfrentamento do trabalho infantil, com base na experiência do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador junto à Comissão Interinstitucional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil do Estado da Bahia entre 1997 e 2001. A autora destacou o que denominou como “nós críticos” para uma ação mais efetiva do SUS no enfrentamento da questão:

- 1) a invisibilidade do trabalho da criança e adolescente para o SUS; 2) a invisibilidade do impacto do trabalho na saúde; 3) a desarticulação entre assistência e vigilância; 4) a concepção compartimentalizada de vigilância; 5) a prática maior do SUS e dos centros de referência com o trabalho formal do que com o trabalho informal, doméstico e ou precarizado; 6) as limitações relativas às capacidades e qualificações da equipe técnica; aqui se coloca a necessidade de equipes multiprofissionais e práticas interdisciplinares; 7) a insuficiente produção de informações e conhecimento, tanto sobre o trabalho de crianças quanto sobre seus efeitos; 8) a ainda incipiente produção de experiências e reflexões sobre práticas intersetoriais; 9) o financiamento das ações na ótica da intersetorialidade e da promoção da saúde, ou seja, a garantia do aporte de recursos para aqueles projetos planejados e pactuados intersetorialmente (NOBRE, 2003, p. 970).

---

134. Ver, na seção A.5, os títulos 382 (ECO).

135. Ver, na seção A.5, os títulos 258 (CSA), 278 (CSA), 074 (CSO), 019 (EDU), e 399 (OUT).



Em outro trabalho (OLIVEIRA, P. D. L., 2006) nas Ciências da Saúde (mais especificamente em Educação Física), é realizada análise documental do PETI e de dois outros programas sociais voltados à infância e juventude desenvolvidos em Santa Catarina, para uma reflexão sobre a concepção do uso do esporte nas atividades desenvolvidas junto aos beneficiários. Especificamente no caso do PETI a autora concluiu existirem deficiências que vão desde a falta de uma concepção adequada para o uso do esporte até dificuldades de diversas ordens diversas associadas à inadequação do perfil dos monitores contratados, à falta de pessoal no âmbito estadual para a supervisão do Programa, e à inexistência de processos de acompanhamento presencial e de processos avaliativos a respeito das atividades desenvolvidas nos municípios.

Analisando a experiência dos primeiros anos do PETI na Bahia, o trabalho de Carvalho (CARVALHO, 2004) constitui importante contribuição principalmente pela reflexão em torno das mudanças no Programa a partir do final dos anos 90 quando foi decidida a expansão de sua cobertura. A autora destacou entre os limites do Programa a necessidade de que sejam consideradas:

as potencialidades, os limites e as perversões da descentralização e da municipalização das políticas públicas e a necessidade da criação de mecanismos efetivos de subsídios e solidariedade entre os diversos níveis de governo, em um país tão heterogêneo como o Brasil, levando em conta as condições dos Estados e municípios com baixo nível de desenvolvimento econômico, político e institucional (CARVALHO, 2004, p. 59-60).

Os estudos baseados em realidades de abrangência estadual incluem ainda duas dissertações, sendo uma delas em Educação e outra em Geografia.

A primeira delas (ALVES, 2004) analisa as ações voltadas à erradicação do trabalho infantil entre 1996 e 2002 desenvolvidas em Mato Grosso do Sul, contribuindo para o debate ao apresentar a experiência estadual original que em verdade deu origem ao PETI. O governo federal passou a apoiar aquela iniciativa em maio de 1997, a partir da criação do Programa Brasil Criança Cidadã, por meio do qual passou a atuar no cofinanciamento das ações desenvolvidas pelas prefeituras na oferta de atividades em horário complementar ao das aulas, já então com repasse mensal do valor correspondente a R\$25,00 por beneficiário.

Na outra dissertação (VALE, T. M. C., 2008) o PETI e outros programas federais (Bolsa Família, BPC, Aposentadorias Rurais) são avaliados em termos de seus

impactos monetários na economia das microrregiões do Rio Grande do Norte e de combate à pobreza entre 2000 e 2007.

Os três estudos referentes a conjuntos de municípios analisam o PETI sob aspectos bastante distintos <sup>136</sup>.

Um deles (FERREIRA, 2002b) envolveu a coleta de dados junto a aproximadamente 800 profissionais (professores, monitores e educadores de apoio) envolvidos com PETI em 13 municípios da Zona da Mata Sul de Pernambuco com o intuito de avaliar as repercussões do Programa na educação dos municípios. Além, das inúmeras dificuldades identificadas quanto às condições materiais mais elementares para o funcionamento das atividades da “jornada ampliada” (local, pessoal, água potável, material didático etc.), no plano das mudanças então preconizadas no que diz respeito à questão educacional, a autora aponta que:

Numa aproximação inicial, fruto de novas reflexões que estamos realizando, poderíamos dizer que no conjunto destes municípios vêm se consolidando, em linhas gerais, três configurações distintas: a primeira, presente na maioria dos municípios, em que a jornada ampliada se mantém como um Programa específico sem nenhuma articulação com um projeto socioeducativo para o município; a segunda, presente em um menor número de municípios, em que vem se consolidando a perspectiva de uma escola de tempo integral e se definindo um novo modelo de escola rural; e a terceira, presente em um dos municípios acompanhados, em que se consolida um novo modelo de escola rural voltado para a afirmação de uma proposta educativa em que a escola é vista como polo aglutinador dos interesses da comunidade e articulada a uma proposta de desenvolvimento sustentável (FERREIRA, 2002b, p. 111).

Os outros dois estudos analisaram o PETI em um conjunto de 50 municípios pernambucanos nas regiões da Mata Sul, Mata Norte e Metropolitana do Recife (PADILHA, 2005), e na Região Metropolitana de Campinas (São Paulo), que engloba 19 municípios (BUFALO, 2008).

No primeiro caso, o objetivo foi avaliar as repercussões do Programa no cotidiano das famílias beneficiárias. Foi escolhida uma amostra de 780 famílias, com realização de entrevistas nos próprios locais de moradia destas, tendo o trabalho de campo ocorrido em 2001. Os dados coletados permitiram constatar, por exemplo, um aumento em 92,2% na renda das famílias. Entre outras conclusões, a autora identificou

---

136. Ver, na seção A.5, os títulos 134 (EDU), 284 (SSO), 059 (EDU).

traços embrionários, mas potencialmente promissores, da formação de nova cultura e sociabilidade das famílias beneficiárias do Programa na medida em que passaram a perceber o trabalho infantil penoso como instrumento negativo para a formação moral e educativa segundo a ideologia historicamente impregnada na cultura brasileira (PADILHA, 2005, p. 199).

[Por outro lado, no que diz respeito à organização familiar], a criança e o adolescente continuam ajudando em atividades as mais diversas, a exemplo de cuidar da casa, cuidar dos irmãos menores, cuidar da plantação, e cuidar dos animais. Pode-se perceber que, em alguns casos, não houve diminuição da participação das crianças e dos adolescentes no trabalho doméstico, mas uma (re)organização das atividades. A mudança mais significativa verificada foi o afastamento da criança e do adolescente do trabalho penoso no plantio da cana-de-açúcar, no trabalho das casas de farinha, nas pedreiras etc. No *posicionamento acerca do trabalho infantil*, a maioria das famílias tomou posição contrária ao trabalho penoso, nas três regiões. Foram encontrados diferentes argumentos contrários, como a permanência dos filhos na escola, a referência aos danos físicos e morais causados pelo trabalho pesado, a obrigação das famílias com a manutenção dos filhos e os aspectos legais relacionados à proibição do trabalho e à proteção da criança (idem, p. 201, itálico no original).

Já na Região Metropolitana de Campinas, conforme estudo publicado alguns anos depois (BUFALO, 2008), a relevância do Programa parecia bem menos expressiva, a começar pela baixa adesão dos municípios (oito de um total de 19 municípios que compõem a Região), de acordo com os dados obtidos pelo autor em março de 2007. Um dos aspectos analisados neste trabalho diz respeito às “relações entre os entes federados do Estado (Federação, Estados e municípios)” (ibidem, p. 5) no âmbito do PETI. Conforme evidencia a tabela 16 (idem, p. 147), os oito municípios nos quais o PETI era desenvolvido em 2007 já haviam aderido ao Programa entre 2000 e 2001, levando a crer que não tenha ocorrido adesão de nenhum outro município da região neste intervalo de tempo. Com base principalmente na bibliografia estudada, o autor apresenta algumas “causas possíveis” para a “adesão relativamente baixa ao Programa por parte dos governos locais”. Entre elas destacamos a falta de consenso quanto ao entendimento do que seja o trabalho infantil e de suas causas, “a baixa capacidade de fiscalização das situações de trabalho infantil, principalmente pela falta de recursos humanos e materiais para esta finalidade”, o desenvolvimento de programas próprios para o enfrentamento do trabalho infantil, e “o caráter político da adesão ao PETI, ou seja, aderir ao Programa teria como pressuposto admitir a existência de trabalho infantil no município” (ibidem, p. 143-144). Ao apresentar detalhadamente os mecanismos de funcionamento e os passos necessários vigentes à época para a adesão dos municípios ao Programa, o autor aponta que

a assimilação por Estados e municípios depende, em grande medida, não só da demanda social, da necessidade ou da presença de crianças e adolescentes atuando nas chamadas 'piores formas de trabalho infantil' dentro de seu território, mas, principalmente, do 'cálculo' econômico das responsabilidades a serem assumidas (BUFALO, 2008, p. 98).

Adiante, prossegue o autor:

Conforme demonstraram as análises referentes à 'baixa adesão relativa' dos governos locais ao Programa, existe uma combinação de fatores que gera constrangimentos potencialmente mais poderosos do que as estratégias utilizadas pelos governos estaduais e federais para indução desta política (BUFALO, 2008, p. 156).

Entretanto, os dados apresentados no trabalho não parecem suficientes para conclusão mais nítida, já que para a coleta de informações foi enviado questionário que não continha perguntas a respeito das razões da adesão, e apenas para os municípios que haviam aderido ao Programa (ver BUFALO, 2008, p. 6).

Nos demais 27 trabalhos (quatro artigos, duas teses, e 21 dissertações) a análise é de abrangência municipal. De acordo com a classificação que realizamos, o PETI é o tema central da análise em 19 destes trabalhos, e de grande relevância no bojo das análises desenvolvidas nos outros oito trabalhos, nos quais ou a população pesquisada é beneficiária, ou ao PETI são dedicados capítulos, seções ou trechos específicos em função de sua importância no contexto da análise desenvolvida.

Outro aspecto interessante a ser mencionado a respeito deste conjunto de trabalhos é que representam uma amostra de localidades bastante expressiva da diversidade do país. Apesar da ausência de trabalhos sobre localidades do Centro-Oeste e de apenas um estudo realizado em município da Região Norte (Paragominas, no Pará, com aproximadamente 100 mil habitantes), há estudos sobre municípios localizados em outros 12 Estados, entre os quais sete da Região Nordeste (as exceções são o Maranhão e Sergipe), os três da Região Sul, São Paulo e Minas Gerais.

Além disso, o PETI foi estudado em centros de diferentes metrópoles (Campinas, Fortaleza, Porto Alegre, e São Paulo); em capitais (Florianópolis, João Pessoa, Maceió, Natal e Teresina); em outros municípios com mais de 250 mil habitantes (Mossoró, no Rio Grande do Norte; Sumaré, em São Paulo; Pelotas, no Rio Grande do Sul, e Ponta Grossa, no Paraná); em municípios de porte intermediário (entre 100 mil e 200 mil habitantes) em termos populacionais (Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco; Itajaí, em Santa Catarina; Paragominas, no Pará; e Ubá, em Minas

Gerais); e em localidades com populações situadas entre aproximadamente 8 mil e 32 mil habitantes (Gameleira, em Pernambuco; Nova Fátima e Retirolândia, na Bahia; São João Batista, em Santa Catarina; e Vicência, em Pernambuco).

Dessa maneira, fornecem um painel relativamente rico dos méritos e desafios do Programa já que o mesmo foi estudado em diferentes contextos, e sob diferentes ângulos analíticos. Para os comentários que se seguem estes trabalhos foram agrupados conforme a proximidade entre eles quanto aos aspectos do Programa que constituem o principal eixo de análise de cada trabalho. Da mesma forma que para os trabalhos anteriores, em alguns casos destacaremos alguns aspectos trabalhados pelos autores tendo em vista especificamente o nosso interesse analítico.

Foram identificados dois estudos nos quais o combate ao trabalho infantil é analisado a partir das ações desenvolvidas por instituições públicas que não o poder executivo municipal – os conselhos tutelares (SOUZA, I. F., 2008) e o Ministério Público do Trabalho (GARBELINI, 2011). Em ambos os casos o PETI é analisado em função de seu papel na interface com as instituições em questão <sup>137</sup>.

Ao estudar a atuação dos conselhos tutelares no enfrentamento ao trabalho infantil no município de Florianópolis, Souza (2008) concluiu que fica restrita

ao encaminhamento para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. A atuação neste campo é pressionada também pela intensa demanda de trabalho em diversificadas áreas, bem como pelos próprios valores culturais de alguns Conselheiros Tutelares no sentido de não reconhecer a exploração do trabalho infantil como uma forma de violência grave contra a criança e o adolescente (SOUZA, I. F., 2008, p.138).

Em sua análise sobre o trabalho infantil em Ponta Grossa (Paraná) e o papel do nível municipal de governo no seu enfrentamento, o trabalho de Garbelini (2011) traz importante contribuição. A pesquisa evidenciou que, mesmo em um município no qual o PETI está implantado, e onde o Ministério Público do Trabalho se mostrou bastante atuante e conseguiu estabelecer com a municipalidade um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta no sentido de que esta atuasse de forma mais pró-ativa no desenvolvimento de ações voltadas ao enfrentamento e superação do trabalho infantil, ocorreram disputas de caráter protelatório entre 2008 e 2011

---

137. Ver, na seção A.5, os títulos 381 (SSO) e 152 (CSO).

(quando a pesquisa foi concluída) que ainda resultavam no descumprimento, pelo município, de parte expressiva das ações acordadas (GARBELINI, 2011, ver especialmente seção 5.4, p. 132 e seguintes).

Em trabalhos que analisam a implantação do PETI em Porto Alegre (MEDEIROS, 2006) e Teresina (RODRIGUES, M. A. M. F., 2004) ficam evidentes alguns dos contrastes da federação brasileira. Tais contrastes não dizem respeito apenas às desigualdades regionais em termos de realidade socioeconômica e potencial fiscal dos municípios para a execução de políticas e programas, mas também em termos de como programas federais podem ser mais ou menos decisivos em termos de mudanças dos rumos nas ações desenvolvidas em âmbito local <sup>138</sup>.

Assim, ao analisar a implantação do PETI e do Agente Jovem no município de Porto Alegre, o trabalho de Medeiros (2006) traz elementos interessantes, entre os quais vale destacar dois aspectos. Em primeiro lugar, a existência de ambiente institucional favorável, no qual o município já estava em vias de consolidar a assistência social como uma política social mais abrangente e estruturada, facilitou a adesão e possibilitou que no momento da adesão ao PETI o município fosse além das contrapartidas exigidas pelo nível federal de governo, complementando o valor da bolsa de forma a igualar a mesma a outro programa já desenvolvido no município (então denominado Programa Família) e garantindo acompanhamento às famílias em outras atividades para além da jornada ampliada. Em segundo lugar, chama atenção ao fato de que na ocasião de implantação do PETI em Porto Alegre os dois níveis de governo (municipal e federal) estavam situados em campos políticos opostos, destacando que isso em nada dificultou ou afetou negativamente a adesão do município às duas iniciativas federais.

Por sua vez, ao analisar os impactos da Constituição de 1988 na atuação do município de Teresina para o enfrentamento do trabalho infantil, que se inicia com o “reordenamento institucional na área da criança e do adolescente”, e prossegue com implantação de iniciativas locais nos anos 90 até a adesão do município ao PETI, Rodrigues (2004) chegou a conclusões pouco animadoras a respeito:

Assim, Teresina, no Piauí, sob o impacto das mudanças constitucionais, engendrará ações que sinalizam um novo tratamento do trabalho infantil,

---

138. Ver, na seção A.5, os títulos 227 (CSO) e 321 (SSO).

sem, no entanto, explicitar uma estratégia clara, que se encaminhe para uma política de efetivo combate e erradicação desse trabalho, uma realidade que, além do nível municipal, se evidencia, igualmente, em âmbito nacional (RODRIGUES, M. A. M. F., 2004, resumo).

Buscando identificar os principais êxitos e limites do PETI, alguns dos estudos de abrangência municipal utilizaram principalmente entrevistas junto aos beneficiários para a coleta de dados <sup>139</sup>.

Em estudo sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar em micro-áreas de risco no município de Gameleira, Pernambuco, foi aplicado questionário junto a 249 famílias com crianças de 7 a 14 anos com amostra abrangendo área urbana e área rural. A pesquisa buscou identificar também o número de beneficiários do PETI e a “opinião das mães” sobre o Programa. Do total de entrevistados 55,1% eram beneficiárias do PETI, sendo o percentual mais elevado entre os moradores da zona rural (68,8%) que entre os da zona urbana (40,8%), e foi constatada elevada aprovação do Programa, com 90,8% dos entrevistados considerando-o “bom” (LEAL, V. S., 2007, p. 54, tabela 1).

Em seu trabalho de avaliação de 10 anos de funcionamento do PETI no município de Retirolândia (Bahia), um dos primeiros no qual o Programa foi implantado por estar situado na zona sisaleira, Lima (2008) conseguiu entrevistar 99 egressos com a intenção de avaliar a “efetividade” do Programa em termos de mudança na qualidade de vida dos beneficiários. Embora tenha ressaltado a relevância do Programa no contexto socioeconômico do município, a autora menciona que

Foi imprescindível averiguar se os objetivos do PETI foram realmente atingidos. Para tanto, levamos em consideração a situação atual dos primeiros beneficiários que atingiram a idade limite de 16 anos, sendo “desligados” do Programa. No trabalho de campo observamos que o PETI gerou implicações de ordens distintas. Por um lado, permitiu a participação social, o acesso à educação e a leitura. Por outro, causou impasses como egressos sem perspectivas de trabalho e prosseguimento dos estudos, educadores sem capacitação continuada, incerteza sobre a continuidade do Programa, recursos defasados, carência de material didático e alimentação (LIMA, 2008, folha 29).

Em sua análise, a autora identificou três fases do Programa no município. Considerou que a primeira, que vigorou entre a implementação em 1997 e 2001, foi a “mais profícua”, destacando o envolvimento mais ativo de várias organizações e o

---

139. Ver, na seção A.5, os títulos 187 (CSA), 191 (OUT), 208 (ECO), 051 (CSO), 009 (AGP), 326 (AGP), e 360 (SSO).

apoio ativo inclusive do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Conforme será visto, esta é a etapa no qual a atuação do governo federal era de apoio às iniciativas locais. O início da segunda etapa é marcada pela Portaria nº 458, de 2001 (BRASIL, 2002), pela qual o governo federal oficializa a definição de diretrizes e normas do Programa, centralizando na prática a gestão de um Programa no qual até então apenas apoiava financeiramente as iniciativas subnacionais. De acordo com a análise da autora, esta etapa se estende até o final de 2005, quando por meio da Portaria nº 666 (BRASIL, 2005) o governo oficializa os esforços de integração entre o PETI e o Programa Bolsa Família.

Desde a segunda fase, os aspectos restritivos se tornaram mais perceptíveis, acentuando-se a partir de 2006 com a integração ao PBF [Programa Bolsa Família]. A defasagem dos recursos se tornou o principal impasse. O descompasso entre o valor recebido [por beneficiário] e o preço da alimentação e materiais de consumo ficou tão acentuado que a solução encontrada foi a suspensão das aulas nas Jornadas na metade do turno para evitar as despesas com o lanche e o almoço (LIMA, 2008, folhas 175-176).

Em trabalho cujo objetivo foi avaliar as ações desenvolvidas no âmbito do PETI em João Pessoa (MADEIRA, 2009) foi definida uma amostra aleatória proporcional de 10% dos beneficiários no município, obtendo-se sucesso na aplicação de 215 questionários junto aos beneficiários (crianças e adolescentes). Entre outros, a autora identificou em seu trabalho os seguintes dados indicativos dos limites quanto à execução e resultados sociais do Programa: a) “apenas 44% da amostra é formada por indivíduos que trabalhavam antes de entrar no PETI”; b) metade dos beneficiários com pelo menos uma reprovação escolar após inclusão no Programa; c) não cumprimento das metas de atendimento, ou seja, cobertura insuficiente; d) má distribuição espacial dos locais de atendimento, com número proporcionalmente pequeno de núcleos em regiões mais pobres do município (MADEIRA, 2009, folhas 114-116).

Na avaliação do Programa realizada no município paranaense de Ponta Grossa (BLUM, 2012) a coleta de dados foi realizada a partir de amostra mais reduzida (23 responsáveis) de representantes das famílias, mas por meio da realização de grupo focal e algumas entrevistas individuais com alguns destes e outros atores envolvidos. A autora destacou entre os “aspectos positivos” a importância do Programa quanto ao afastamento do trabalho, e a inserção e permanência na jornada ampliada. Entre os “aspectos negativos”, foi constatada a limitada



participação de outros atores do Sistema de Garantia de Direitos, dificuldades no atendimento de crianças e adolescentes em “determinados tipos de atividades (principalmente os casos da zona rural, onde a jornada ampliada não acontece)”, “número insuficiente de vagas para o atendimento da demanda”, “valor insuficiente da bolsa”, “espaço físico inadequado e insuficiente para a realização da jornada ampliada”, entre outros (BLUM, 2012, quadro 2, p. 127).

Para avaliar a “eficácia social” do PETI no município em São João Batista, em Santa Catarina (ALEXANDRE, 2006), foram realizadas entrevistas junto aos beneficiários (pais), monitores, gestor e membros da “Comissão do PETI”, com ênfase nas atividades da jornada ampliada. Conforme as respostas obtidas junto aos 102 pais ou responsáveis entrevistados, a autora identificou problemas de diversas ordens, entre os quais destacamos a constatação de 76 casos (74,5%) nos quais foi informado que as crianças não exerciam nenhuma atividade laboral no momento do ingresso no Programa, obtendo-se neste caso informação divergente da constante nos dados das fichas cadastrais (nas quais consta situação de trabalho em 100% dos casos). Entre os 26 beneficiários que trabalhavam anteriormente, oito continuavam trabalhando após a inserção no PETI e 18 não, com alguns entrevistados afirmando que o rendimento da bolsa era bem inferior ao obtido no trabalho. Muito embora os pais entrevistados tenham sido unânimes em avaliar positivamente o Programa, destacando como pontos positivos que os “filhos aprendem a fazer alguma coisa” (49 casos), o “reforço nos estudos” (31 casos) ou pelo fato de os filhos não estarem “na rua” ou “na frente da televisão” enquanto os pais trabalham (22 casos), foram apontados também “pontos negativos”, como a “demora no envio dos cartões [ou] o atraso no recebimento” do benefício (69 casos) e o fato de a jornada ampliada não ocorrer todos os dias (sete casos). Já entre os gestores e monitores a avaliação do Programa é menos positiva, principalmente porque consideraram que “deveria ser realmente para as crianças e adolescentes que estivessem inseridas no trabalho infantil (6 respostas em 8 entrevistados que responderam a questão). Entre os nove membros da Comissão entrevistados, dois informaram ter poucos subsídios para avaliar o Programa, um que suas ações deveriam ser redimensionadas, de forma a fortalecer o controle social, cinco que avaliavam como bom ou satisfatório, e um que o considerou bom “apesar de não

atingir o real objetivo” (ALEXANDRE, 2006, folhas 101-133, tabelas 28, 29, 31, 32, 33, 36 e 39).

Para avaliar o PETI em Itajaí, Santa Catarina (ROSA, 2007), foram entrevistadas 32 pessoas (18 crianças e adolescentes, 10 pais e quatro gestores municipais). Foram identificadas várias deficiências do Programa, com destaque para as que dizem respeito ao apoio às famílias. A autora menciona que no município não foi criada a Comissão Municipal então prevista pelo PETI para o acompanhamento e fiscalização do Programa pela sociedade civil, interpretando tal fato como uma das evidências da “falta de sensibilização e comprometimento da administração pública local em relação ao trabalho infantil” (ROSA, 2007, folha 111), o que teria dificultado a consecução dos objetivos do Programa no município.

Para avaliar o PETI em Natal (SILVA, M. R., 2006) também foram realizadas entrevistas com adolescentes, familiares e profissionais envolvidos no Programa no Núcleo Social de Cidade Nova. A autora destacou limitações associadas à articulação das políticas públicas setoriais, à formação dos recursos humanos, à definição de uma proposta pedagógica e das atividades da jornada ampliada, ao apoio socioeducativo junto às famílias, ao cadastramento, ao pagamento dos benefícios, e ao financiamento, incluindo tanto a defasagem dos “valores *per capita*” quanto a necessidade de destinação de recursos para as atividades “para geração de trabalho e renda destinados às famílias” (SILVA, M. R., 2006, p. 108-109).

Alguns trabalhos em diferentes áreas do conhecimento buscaram estudar aspectos bastante específicos do trabalho realizado junto aos beneficiários do PETI <sup>140</sup>.

Estudo realizado no município de Ubá, em Minas Gerais (GASPARONI, 2007) objetivou “analisar a dinâmica do funcionamento desse Programa, considerando suas redes locais” de forma a avaliar os processos voltados à autonomização ou emancipação das famílias. A autora constatou

a inexistência de uma proposta estratégica adequada para promoção da inclusão das famílias [...] por meio de atividades socioeducativas e do desenvolvimento de ações geradoras de emprego e renda. [Entre outros problemas, foi identificada] a falta de percepção dos gestores locais da importância e da necessidade do estabelecimento de parcerias e convênios, bem como do fortalecimento dos vínculos já estabelecidos para garantir a efetividade dos três eixos norteadores do PETI. Nesse sentido, pôde-se

---

140. Ver, na seção A.5, os títulos 153 (ECO), 120 (SSO), 041 (CSA), 004 (PSI), e 220 (CSA).

concluir que o empoderamento ocorreu, porém de forma restrita, uma vez que se mantém as relações de dependência e subordinação das unidades familiares, por falta de oportunidades de capacitação e de geração de renda (GASPARONI, 2007, p. xv-xvi).

No estudo realizado no município de Cabo de Santo Agostinho, localizado na Região Metropolitana de Recife (DUQUE-ARRAZOLA, 2004), a autora analisou o trabalho desenvolvido no âmbito do Programa quanto à dimensão das relações de gênero, utilizando entrevistas e dinâmica de grupo com beneficiárias, técnicas e gestoras com o objetivo específico de “identificar e analisar a condição das mulheres no PETI e as possibilidades de uma ação emancipatória de gênero em decorrência de sua participação” no Programa (DUQUE-ARRAZOLA, 2004, resumo).

Estudo realizado no município de Sumaré, em São Paulo (AZEVEDO, 2010) utilizou entrevistas e observação para analisar a atuação dos profissionais de educação física (graduados ou não) e a forma como trabalham as “práticas corporais” nas atividades da jornada ampliada em 11 núcleos de atendimento do PETI, e constatou variados problemas de inadequação que incluem desde a concepção do trabalho desenvolvido até a precariedade dos espaços físicos.

Mais do que propriamente analisar o PETI, o trabalho de Alberto et al. (2012) traz um relato da experiência do trabalho de extensão acadêmica realizado pelo Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência (NUPEDIA) da Universidade Federal da Paraíba junto a dois núcleos do PETI em João Pessoa. Por meio de linguagens diversas (“oficinas de literatura, escrita, música, filmes, fotografia, gibis, desenhos, Estatuto da Criança e do Adolescente, conversas em círculos, jogos e brincadeiras”), a experiência permitiu, com base em questionamentos levantados pelos próprios beneficiários, a percepção de algumas limitações do Programa.

(...) apesar de ter conseguido diminuir as estatísticas do trabalho infantil, necessita de avanços tanto no que diz respeito à sistemática das ações socioeducativas e à melhora da qualificação dos monitores como também às ações mais próximas com as famílias, pois muitos continuam reproduzindo a cultura de que crianças e adolescentes devem trabalhar para evitar a *marginalidade* e a *vagabundagem*. Outra ação que necessita ser pensada de modo mais efetivo pelo programa e outrora debatido junto às crianças dos dois núcleos do PETI é a geração de renda pelos familiares (ALBERTO et al., 2012, p. 527-528, itálicos no original).

Da mesma forma, pesquisa realizada em São Paulo (MARTINS et al., 2013) não objetivou avaliar o PETI, mas analisar a saúde de 32 crianças de 6 a 14 anos

inseridas no Programa em três regiões da cidade, com histórico de trabalho em atividades de reciclagem, trabalho infantil doméstico, e em atividades na rua. Entretanto, além dos problemas de saúde, o estudo identificou que entre os 32 beneficiários 15 continuavam trabalhando mesmo após a inclusão no Programa.

Entre os participantes que apresentaram sinais significativos de estresse, a maioria trabalha ou trabalhava com reciclagem e ainda exerce a atividade laboral. Quando analisada a Escala de Estresse Infantil, observou-se que há mais sinais de estresse em trabalhadores infantis quando comparados aos ex-trabalhadores e existe correlação significativa entre trabalho e estresse (MARTINS et al., 2013, resumo).

No campo da Educação localizamos cinco trabalhos (quatro dissertações e um artigo) que buscaram, sob perspectivas específicas, analisar as repercussões do PETI em termos de acesso às oportunidades educacionais e de escolarização das crianças e adolescentes nos municípios de Maceió (MONTENEGRO, 2006), Paragominas, no Pará (FIGUEIREDO, 2007), Nova Fátima, na Bahia (PEDREIRA, 2006), e Vicência, em Pernambuco (SILVA, M. L. S., 2002; FERREIRA, 2002a)<sup>141</sup>.

No caso de Maceió, a autora concluiu que a “pesquisa revelou a ineficiência do PETI em afastar definitivamente a criança e o adolescente do trabalho e contribuir efetivamente para o seu sucesso escolar” (MONTENEGRO, 2006, resumo).

Em Paragominas (FIGUEIREDO, 2007), a pesquisa foi realizada em duas escolas do município (uma urbana e uma rural), envolvendo 114 crianças e adolescentes de sete a quinze anos de idade, com histórico de trabalho em carvoarias, com o objetivo de aferir a efetividade do Programa entre 1999 e 2005 quanto ao acesso e permanência na escola.

(...) em relação ao acesso e permanência na escola, concluímos que o Programa foi efetivo. Assegurou o acesso de todas as crianças e adolescentes, por meio de dois fluxos de matrícula: o regular e o acelerado. Portanto, a bolsa oferecida pelo Programa retirou das carvoarias as crianças e os adolescentes e garantiu a matrícula escolar. No entanto, não evitou o drama do fracasso de alguns alunos, representado na repetência e no abandono escolar. Por outro lado, não se pode atribuir ao Programa o fato destes alunos não terem tido sucesso ou de terem desistido da escola. Significa dizer que deixar de trabalhar para permanecer na escola vai além de simples expectativas de políticas com essa característica. Por certo, a ausência de uma proposta pedagógica que fomente nos alunos o interesse pelos estudos é imprescindível para que possam permanecer na escola, com sucesso. Como visto, a escola, no papel de agente de educação formal

---

141. Ver, na seção A.5, os títulos 239 (EDU), 140 (EDU), 293 (EDU), 359 (EDU), e 133 (EDU).

convergiu para que os resultados e insucesso escolar dos alunos do PETI fossem tão desastrosos (FIGUEIREDO, 2007, folha 108).

No estudo realizado em Nova Fátima, também localizado na região sisaleira baiana, a autora formulou como uma das indagações de pesquisa a seguinte questão: “de fato, o PETI tem possibilitado às crianças dessa região, o acesso, a permanência e a melhoria do desempenho escolar?” (PEDREIRA, 2006 resumo). As conclusões a que chegou são similares à da pesquisa acima mencionada:

Ao menos sabemos que muitas crianças e muitos adolescentes de Nova Fátima, antes submetidos à intensa exploração, sobretudo aqueles que trabalhavam na cultura do sisal, em duras jornadas diárias, no sol escaldante do semiárido baiano, hoje conquistaram a oportunidade de ter voz e de acreditar que são capazes de pensar, de tomar decisões, de construir um novo futuro. No entanto, não podemos deixar de ressaltar que o Programa não tem conseguido reverter um quadro de fracasso escolar, e isso se deve em parte pela total desarticulação entre a escola regular e o trabalho desenvolvido nas jornadas ampliadas. As condições de funcionamento das suas jornadas, os poucos recursos destinados à função finalista, ou seja, as atividades socioeducativas, também indicam que o Programa está pautado numa lógica perversa de ofertar aos pobres uma escola pobre, ou, como bem designou Bourdieu, a ‘escola dos excluídos’ (PEDREIRA, 2006 p. 143-144).

Já em Vicência (SILVA, M. L. S., 2002), na zona canavieira pernambucana, a oportunidade de implantação do PETI desencadeou esforços de articulação entre diferentes órgãos municipais de forma a viabilizar e qualificar a oferta da chamada jornada ampliada. Entre outras inovações a pesquisa concluiu que a repercussão do Programa foi significativa tanto em termos de viabilizar forte redução da exploração do trabalho infantil quanto no que diz respeito ao seu potencial de induzir mudanças na própria oferta educacional, sobretudo para alunos residentes na zona rural. A autora menciona inclusive que por ocasião da realização do trabalho de campo os gestores municipais vinham discutindo a viabilidade de implantação da escola em tempo integral como solução local para a necessidade de oferta da chamada jornada ampliada. Para as escolas rurais estava sendo formulado o “Projeto Escolas Rurais – Construindo o Desenvolvimento Local”, analisado por Silva (2002) e também no artigo de Ferreira (2002b).

Um dos aspectos a destacar é a constante afirmação da significativa mudança que se verifica nas escolas rurais a partir do projeto ‘Escolas Rurais Construindo o Desenvolvimento Local’. Há que se destacar nessas mudanças não apenas aquelas relacionadas com os aspectos de sua organização material e do ambiente físico, mas também aquelas de ordem qualitativa, que envolvem as concepções dos atores que delas participam (FERREIRA, 2002a, p. 539).

Alguns estudos objetivaram avaliar os impactos do PETI em termos de mudança na qualidade de vida das famílias abrangidas <sup>142</sup>.

Entre estes, para os estudos realizados em Mossoró, Rio Grande do Norte (MORAIS, 2008), e em Fortaleza (VALE, C. A., 2010), foram definidas, para a aplicação de questionários estruturados, amostras de famílias beneficiadas há vários anos e nas quais o trabalho infantil de fato ocorria por ocasião do ingresso no Programa. Muito embora se tenha identificado pequenas melhorias nas condições socioeconômicas das mesmas, foram identificados vários casos de permanência e de retorno ao trabalho infantil.

No mesmo sentido, em pesquisa que objetivou avaliar o PETI e o Programa Bolsa Família em Pelotas, no Rio Grande do Sul (KONTZ, 2009), foram aplicados questionários junto a uma amostra de famílias beneficiárias, constatando-se que

as atuais políticas sociais brasileiras têm representado um papel fundamental na diminuição da pobreza e na melhora de condições de vida dos indivíduos. Porém, estas mesmas políticas têm-se mostrado ineficientes e ineficazes no concernente ao avanço em educação, preparação e, o mais importante, na eliminação do trabalho infantil (KONTZ, 2009, resumo).

Em Maceió (SILVA, M. I. C., 2003), foi pesquisada especificamente a condição de vida de famílias moradoras há mais de cinco anos na Vila Emater com histórico de trabalho infantil no lixão, beneficiárias do PETI, com o objetivo de analisar “de que forma essas famílias se comprometem com a Erradicação do trabalho infantil”.

o Programa se manteve efetivo ao promover a ruptura de um dos mais fortes mecanismos de reprodução e legitimação das desigualdades, ou seja, a exclusão precoce da escola. Tanto a bolsa como a escola é de grande importância na vida das crianças e suas famílias. Em relação à jornada escolar ampliada, vimos que esta tem contribuído mesmo que parcialmente, para o desenvolvimento social das crianças e jovens. [Mas], apesar da ‘Bolsa Criança Cidadã’, o PETI não conseguiu afastar definitivamente as crianças e adolescentes do trabalho. Mesmo sabendo da importância da bolsa e da escola para suas vidas, a necessidade de garantir o sustento da família se sobrepõe às regras do Programa e à própria lei. É o binômio escola/trabalho. Quanto ao desempenho escolar, baseado nos índices de aprovação/reprovação/desistência e na fala de professores, constatamos que em 2001 os bolsistas tiveram um bom rendimento (...) Em relação à participação das famílias, entendemos que apesar do recurso oferecido através da bolsa, não houve em dois anos de Programa uma efetiva melhora nas condições de vida familiar. Também não foram detectadas mudanças relativas à natureza da atividade produtiva realizada, nem existem possibilidades concretas nesse sentido. A família permanece em

---

142. Ver, na seção A.5, os títulos 241 (AGP), 398 (AGP), 182 (CSO), 358 (SSO), 347 (CSO), e 350 (CSO).

situação de extrema pobreza, não havendo perspectiva para a mudança desse quadro (SILVA, M. I. C., 2003, folhas 99-100).

Pesquisa realizada na cidade paulista de Campinas (SARTORI, 2008; SARTORI et al., 2012) buscou “compreender como vivem [as famílias beneficiárias do PETI] e a influência do Programa em suas vidas”. A autora identificou limites no Programa, mas chegou à conclusão de que de maneira geral o mesmo vinha atingindo seus objetivos e possibilitando a melhoria da qualidade de vida das famílias.

O maior diferencial no atendimento do programa, no entanto, é o valor da bolsa, que é complementada pelo governo municipal, e o maior valor no repasse das verbas para as entidades responsáveis pelas ações concernentes à jornada ampliada. Esses dois aspectos influenciam o PETI / Campinas de forma bastante positiva e o torna uma referência nacional no combate ao trabalho infantil. Por outro lado, o grande nó do PETI reside nos programas de geração de emprego e renda voltados aos responsáveis das famílias atendidas. Em Campinas, esta área do programa pode ser considerada extremamente limitada na sua forma de atuação. As famílias inseridas no PETI apresentam um alto grau de vulnerabilidade econômica e social que não as permitem participar de uma estrutura mínima de cidadania. Nesse sentido, programas focados na (re)qualificação profissional e que fomentem oportunidades de inserção no mercado de trabalho são primordiais para que se interrompa o ciclo da pobreza que se reproduz de geração em geração (SARTORI, 2008, p. 314).

#### **A.4 Comentários finais sobre a produção acadêmica relativa ao trabalho infantil no Brasil**

No balanço apresentado neste Apêndice foi considerada somente a produção acadêmica publicada na forma de teses, dissertações e artigos em periódicos.

Mas, além desta vasta produção acadêmica recente sobre o tema do trabalho infantil, há também considerável e relevante produção a respeito patrocinada pelos organismos internacionais (notadamente pela OIT, mas também por outros organismos como o UNICEF, Banco Mundial, e CEPAL) e por órgãos governamentais brasileiros, principalmente no nível federal de governo.

O MDS realizou nos últimos anos alguns estudos avaliativos do PETI e também sobre outros programas e ações que afetam direta ou indiretamente o trabalho

infantil, entre os quais o Bolsa Família. Outros órgãos de pesquisa e assessoramento, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), por exemplo, também vêm produzindo relevante reflexão a respeito do PETI e de outros programas de transferência de renda.

Além de estudos avaliativos, tanto os organismos internacionais quanto os órgãos de governo vêm produzindo recentemente material para análise e disseminação de boas práticas e de apoio a gestores na forma de publicações seriadas, cartilhas, boletins etc. Isso para não mencionarmos a produção de caráter legal-normativo (portarias, resoluções, planos etc.).

Muito embora não tenhamos incluído essa produção no balanço aqui apresentado, esperamos ter demonstrado o quanto é ampla e diversificada a produção a respeito do trabalho infantil no Brasil no período recente.

Ela abarca diferentes áreas do conhecimento, evidenciando o caráter multidisciplinar do tema.

É também bastante amplo o leque de preocupações investigativas em torno do tema, com análises sobre as mais distintas realidades, envolvendo pesquisa aplicada para a construção de diagnósticos sobre variados aspectos e dimensões do problema, e também para a análise de iniciativas voltadas ao seu enfrentamento.

Neste sentido, essa produção é também um rico retrato da complexidade das questões envolvidas, deixando claro que não há espaço para simplificações no tratamento do problema do trabalho infantil. Especificamente em relação ao PETI, por exemplo, como seria possível fornecer respostas “avaliativas” terminativas sobre os resultados de um Programa que, embora da União, adquire características locais específicas ao ser desenvolvido em cada municipalidade?

Por outro lado, alguns aspectos ou linhas de investigação que nos parecem relevantes para a análise das questões envolvidas na problemática do trabalho infantil e das alternativas voltadas ao seu enfrentamento estão praticamente ausentes da literatura brasileira a respeito.

São raras as pesquisas a respeito da atuação de outras áreas do aparato de Estado, como o Poder Judiciário, o Ministério do Trabalho e Emprego (responsável pelas ações fiscalizatórias), e os conselhos tutelares, por exemplo, ainda que se possa identificar uma ou outra exceção a esta regra.



Além disso, muito embora tenhamos identificado alguns estudos nos quais a inserção das crianças no mundo do trabalho no Brasil foi analisada em perspectiva histórica, abrangendo até mesmo o período colonial, não identificamos produção voltada especificamente à análise da evolução, em médio prazo, das taxas de atividade econômica e de ocupação infantil no país. De maneira geral, os dados a respeito são analisados apenas para períodos mais curtos de uma ou no máximo duas décadas. E, mesmo nestes casos, raramente os trabalhos confrontam analiticamente a evolução dos números a respeito com a de outros indicadores de natureza socioeconômica.

Também muito raros são os estudos de cunho comparativo entre diferentes países e mesmo entre diferentes circunscrições em plano nacional (municípios, Estados, regiões etc.). Apesar da abundante disponibilidade de dados estatísticos a respeito, poucos são os estudos que os utilizam em perspectiva comparativa entre diferentes recortes do território nacional quanto à ocorrência e características do trabalho infantil, e sobretudo para a comparação entre as estratégias e ações do Estado voltadas ao enfrentamento da questão adotadas em diferentes localidades.

Por fim, outra lacuna na reflexão sobre o trabalho infantil é a relacionada à questão da cooperação intergovernamental no conjunto de ações voltadas ao seu enfrentamento, mais especificamente, no âmbito do PETI. É possível encontrar aqui e ali breves referências a questões correlatas tais como os mecanismos de financiamento e a distribuição de competências entre os níveis de governo, mas não localizamos trabalhos que tenham eleito estas questões como temas centrais de pesquisa. É, para dizer o mínimo, curioso que assim seja, já que o PETI é não apenas a principal estratégia de enfrentamento do trabalho infantil no Brasil, mas um Programa de caráter sobretudo federal, ou seja, que prevê a conjugação de esforços dos três níveis de governo. É importante ressaltar que, quanto a este aspecto, tal lacuna não diz respeito apenas à produção acadêmica. Na bibliografia produzida por órgãos governamentais e por organismos internacionais a respeito do trabalho infantil que identificamos tal discussão também não está presente.

Em síntese, com base no balanço bibliográfico aqui apresentado, é possível concluir que a produção acadêmica brasileira recente sobre o trabalho infantil e as ações voltadas ao seu enfrentamento:

- i) sofreu forte impulso e cresceu expressivamente a partir de meados dos anos 90, momento no qual o tema emerge com força na agenda pública brasileira;
- ii) é multidisciplinar, abarcando diferentes áreas do conhecimento, e bastante diversificada, abarcando diferentes preocupações de pesquisa, e a análise de distintas realidades, e abrange pesquisa relativa tanto ao diagnóstico de variados aspectos e dimensões do problema quanto à análise de iniciativas voltadas ao seu enfrentamento;
- iii) por outro lado, apesar desta amplitude e riqueza, alguns aspectos e questões analíticas relevantes para a melhoria do conhecimento a respeito são pouco explorados ou estão praticamente ausentes do debate;
- iv) ilustrativa dessas lacunas, pode ser mencionada a inexistência ou a escassez da reflexão em torno de temas tais como os papéis e principalmente as ações a respeito sob a responsabilidade de algumas áreas do aparato estatal (Poder Judiciário, Ministério Público, conselhos tutelares etc.), a evolução (em médio prazo) das taxas de atividade e de ocupação de crianças e adolescentes no país, sendo também rara a produção de cunho comparativo entre diferentes circunscrições e ainda sobre a problemática da cooperação intergovernamental voltada ao enfrentamento do trabalho infantil na federação brasileira.

#### **A.5 Fontes consultadas e quadros de categorização da lista de referências da produção acadêmica**

Nesta seção, apresentamos o conjunto de 421 títulos resultante do levantamento bibliográfico acerca do trabalho infantil e das ações voltadas ao seu enfrentamento.

Conforme visto na seção A.2, para esse levantamento bibliográfico utilizamos diferentes fontes. A tabela 29 indica essas fontes, e o número de títulos obtidos a partir da consulta a cada uma delas. É importante salientar que os números apresentados não expressam a totalidade de títulos constantes em cada fonte, já que nem todos foram considerados em nosso levantamento. Além disso, entre os

títulos considerados, alguns constam em duas ou mais fontes. Nestes casos, para a elaboração da tabela 29, eles foram contabilizados somente na primeira das fontes na quais foram identificados.

### **Tabela 29**

Número de trabalhos acadêmicos incluídos no levantamento bibliográfico por fonte consultada segundo os tipos de trabalho

Fontes consultadas	Total	Teses e dissertações	Artigos em periódicos
Total	421	157	264
Alvim & Valladares, 1988	6	-	6
Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde – BIREME, 2014	42	3	39
Fundação Getulio Vargas – FGV, 2013	4	4	-
Google, 2014	27	3	24
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, 2013	118	118	-
Ministério da Educação – MEC, 2013	28	28	-
Moraes, 2007	83	-	83
Prado, 2013	10	-	10
Ramos et al., [2002?]	1	1	-
SCIELO – Scientific Electronic Library Online, 2014	101	-	101
Acervo da Biblioteca Karl A. Boedecker (cópia impressa)	1	-	1

*Nota: Dados trabalhados pelo autor.*

No final da seção, os 421 títulos estão apresentados conforme padrão adotado para referências bibliográficas relativas a artigos em periódicos, teses e dissertações (FUNDAÇÃO ... – FGV, 2008).

De acordo com a sequência alfabética em que aparecem listados, a cada título foi atribuído um número, cujo objetivo é viabilizar sua identificação conforme as categorizações adotadas no plano tabular para a análise desenvolvida neste Apêndice. Os quadros 5, 6 e 7 foram montados para auxiliar esta identificação.

O quadro 5 apresenta o conjunto de trabalhos acadêmicos conforme a classificação adotada quanto às áreas do conhecimento e a relevância do tema do trabalho infantil no conteúdo dos mesmos, de forma que “espelha” os dados apresentados na

tabela 26 (seção A.2, p. 335). Nele estão expressos, portanto, os números de identificação de todos os 421 títulos que compõem o levantamento bibliográfico, conforme a listagem ao final deste Apêndice (p. 391 e seguintes).

Seguindo a mesma sistemática, o quadro 6 apresenta o conjunto de trabalhos acadêmicos conforme a classificação adotada quanto às áreas do conhecimento e os eixos analíticos sobre o trabalho infantil, de forma que “espelha” os dados apresentados na tabela 27 (seção A.3, p. 339). Nele estão incluídos, portanto, os 301 trabalhos acadêmicos comentados na mencionada seção, também de acordo com os números em que aparecem na listagem ao final deste Apêndice.

Por fim, o quadro 7 apresenta o conjunto de trabalhos acadêmicos considerados no eixo analítico referente às “ações do Estado”, de acordo com a categorização adotada quanto às áreas do conhecimento, de maneira que “espelha” os dados apresentados na tabela 28 (seção A.3, p. 360). Assim, no quadro 7 são mencionados os números relativos aos 82 trabalhos acadêmicos considerados na referida tabela 28 e especificamente na análise relativa à produção acadêmica sobre o eixo em questão (subseção A.3.5), também de acordo com os números em que aparecem na listagem ao final deste Apêndice.

**Quadro 5**

Números dos trabalhos acadêmicos classificados por áreas do conhecimento segundo a relevância do tema “trabalho infantil” no conteúdo analisado

Áreas do conhecimento	Total de trabalhos	Relevância do tema “trabalho infantil” no conteúdo analisado			
		Tema central	Grande relevância	Relevância secundária	Não classificados
Total de trabalhos	(421)	(190)	(147)	(49)	(35)
Ciências da Saúde	(75)	013, 055, 056, 079, 088, 098, 104, 107, 109, 116, 119, 148, 157, 185, 220, 235, 258, 262, 265, 271, 296, 298, 299, 300, 323, 366, 397, 400, 401, 412, 416 e 417	041, 064, 082, 101, 118, 121, 124, 142, 143, 146, 184, 187, 221, 222, 228, 232, 234, 267, 269, 270, 278, 297, 305, 315, 333, 340, 367, 368, 369, 378, 386, 407 e 410	034, 042, 070, 264, 277, 287, 312, 339, 365 e 421	-
Psicologia / Psicologia Social	(69)	005, 006, 007, 008, 066, 067, 099, 112, 125, 126, 128, 132, 167, 170, 189, 193, 197, 198, 203, 217, 218, 219, 245, 272, 274, 275, 304, 317, 325, 334, 335, 373, 374, 375 e 389	004, 012, 016, 017, 018, 020, 048, 092, 113, 127, 163, 164, 169, 195, 205, 215, 216, 273, 289, 307, 331, 332, 337, 362 e 390	174, 226, 268, 301, 344 e 393	346, 363 e 376
Educação	(62)	021, 032, 033, 038, 045, 068, 069, 096, 130, 145, 156, 190, 194, 225, 252, 281, 320, 324, 327, 355, 403 e 411	019, 059, 073, 090, 110, 133, 134, 140, 147, 160, 172, 239, 293, 359, 361, 364 e 409	072, 087, 094, 102, 105, 141, 149, 161, 176, 181, 244, 251, 345, 377 e 419	022, 085, 086, 091, 129, 196, 282 e 371
Ciências Sociais	(53)	030, 039, 043, 071, 075, 078, 089, 152, 162, 171, 202, 212, 213, 238, 240, 255, 259, 308, 309, 310, 348, 350, 395, 408 e 418	023, 024, 051, 074, 100, 115, 182, 206, 207, 210, 223, 227, 347, 354 e 394	204, 313, 328 e 380	027, 062, 114, 150, 151, 201, 266, 291 e 420
História	(23)	040, 054, 166, 214, 237 e 392	108, 211, 246, 247, 248, 249, 283, 319, 341 e 351	117, 338 e 415	144, 168, 188 e 295
Economia	(55)	001, 002, 028, 044, 049, 060, 076, 081, 083, 095, 111, 122, 135, 137, 138, 159, 165, 177, 178, 179, 180, 192, 236, 250, 257, 260, 261, 280, 286, 292, 388 e 396	015, 029, 035, 047, 053, 057, 061, 084, 136, 153, 158, 208, 233, 254, 256, 279, 294, 306, 336, 349, 382, 391	-	414
Serviço Social	(22)	080, 186, 229, 303, 321, 343, 353, 357, 372 e 404	120, 284, 329, 342, 358, 360 e 381	036, 183, 200 e 330	318
Direito	(20)	026, 065, 077, 103, 106, 131, 139, 154, 175, 263, 285, 290 e 413	011, 031, 058, 209 e 230	316	405
Outras	(34)	010, 025, 046, 050, 093, 155, 173, 224, 242, 311, 356, 379, 384, 402 e 406	003, 009, 014, 052, 063, 191, 231, 241, 276, 302, 326, 398 e 399	097, 288, 322, 370, 383 e 385	-
Não classificados	(8)	-	-	-	037, 123, 199, 243, 253, 314, 352 e 387

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

As fontes utilizadas para o levantamento são as constantes na tabela 29 (p. 386).

Os números correspondem aos apresentados nas referências bibliográficas constantes ao final desta seção A.5 (p. 391 e seguintes).

Dados referentes aos 421 títulos que compõe o levantamento bibliográfico, sendo 264 artigos e 157 teses e dissertações (ver tabela 26, seção A.2, p. 335).

**Quadro 6**

Números dos trabalhos acadêmicos classificados por áreas do conhecimento segundo os eixos analíticos sobre o trabalho infantil

Áreas do conhecimento	Total de trabalhos	Eixos analíticos sobre o trabalho infantil				
		características, causas e efeitos	dimensões cultural, simbólica e ideológica	ações não governamentais	estado da arte	ações do Estado
Total de trabalhos	(301)	(139)	(60)	(9)	(11)	(82)
Ciências da Saúde	(54)	064, 079, 082, 098, 101, 104, 109, 116, 118, 119, 124, 142, 143, 146, 148, 157, 221, 222, 228, 232, 234, 235, 265, 297, 305, 315, 333, 340, 366, 367, 368, 369, 378, 397, 407 e 412.	267, 269, 270, 271, 386 e 417	401	089 e 121	041, 184, 185, 187, 220, 258, 278, 410 e 416
Psicologia / Psicologia Social	(54)	006, 007, 008, 012, 016, 017, 018, 048, 067, 092, 113, 163, 195, 307, 317, 334, 335, 373 e 374	005, 066, 126, 127, 128, 164, 169, 170, 189, 193, 203, 205, 215, 216, 217, 218, 219, 272, 273, 274, 275, 289, 331, 332, 337, 362, 375, 389 e 390	-	132 e 304	004, 099, 125 e 167
Educação	(38)	033, 038, 069, 090, 130, 145, 160, 194, 225, 252, 324, 355, 361 e 403	032, 045, 068, 073, 110, 190, 290, 320 e 411	-	021 e 156	019, 059, 096, 133, 134, 140, 147, 172, 239, 293, 327, 359 e 364
Ciências Sociais	(33)	023, 030, 043, 075, 078, 089, 202, 206, 213 e 255	071, 100, 162, 171, 210, 223, 354, 394 e 418	212 e 348	024, 115, 207 e 240	051, 074, 152, 182, 227, 347, 350 e 408
História	(16)	040, 054, 108, 166, 237, 246, 247, 248, 351 e 392	249 e 283	-	-	211, 214, 319 e 341
Economia	(46)	015, 028, 035, 044, 047, 049, 060, 076, 083, 084, 095, 111, 122, 135, 159, 178, 180, 192, 233, 250, 254, 256, 257, 260, 261, 286, 306, 336 e 388	158 e 165	349	177	029, 057, 061, 136, 137, 138, 153, 179, 208, 279, 294, 382 e 391
Serviço Social	(17)	080, 229, 303, 342, 343, 353, 357, 372 e 404	186 e 329	-	-	120, 284, 321, 358, 360 e 381
Direito	(17)	011 e 175	-	-	-	026, 031, 058, 065, 077, 103, 106, 131, 139, 154, 209, 230, 263, 290 e 413
Outras	(26)	010, 050, 093, 155, 276, 311, 356, 379, 384 e 402	003	014, 052, 063, 224 e 302	-	009, 025, 191, 231, 241, 242, 326, 398, 399 e 406

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

As fontes utilizadas para o levantamento são as constantes na tabela 29 (p. 386).

Os números correspondem aos apresentados nas referências bibliográficas constantes ao final desta seção A.5 (p. 391 e seguintes).

Dados referentes aos 301 títulos nos quais o trabalho infantil é tema central ou de grande relevância, sendo 172 artigos e 129 teses e dissertações (ver tabela 27, seção A.3, p. 339).

**Quadro 7**

Números dos trabalhos acadêmicos sobre trabalho infantil no eixo analítico das ações do Estado, classificados por áreas do conhecimento segundo a relevância do PETI no conteúdo analisado

Áreas do conhecimento	Total de trabalhos	Relevância do PETI no conteúdo analisado		
		Tema central	Grande relevância	Relevância secundária e não mencionado
Total de trabalhos	(82)	(25)	(16)	(41)
Ciências da Saúde	(9)	041 e 278	187, 220 e 258	184, 185, 410 e 416
Psicologia / Psicologia Social	(4)	004	167	099 e 125
Educação	(13)	059, 133, 134, 140, 239, 293 e 359	019	096, 147, 172, 327 e 364
Ciências Sociais	(8)	051, 074, 182 e 227	152, 347, 350 e 408	-
História	(4)	-	-	211, 214, 319 e 341
Economia	(13)	153 e 208	136 e 382	029, 057, 061, 137, 138, 179, 279, 294 e 391
Serviço Social	(6)	284, 358 e 360	120, 321 e 381	-
Direito	(15)	058	-	026, 031, 065, 077, 103, 106, 131, 139, 154, 209, 230, 263, 290 e 413
Administração / Gestão Pública	(7)	009, 241, 326 e 398	025	231 e 242
Outras	(3)	191	399	406

Notas: *Dados trabalhados pelo autor.*

*As fontes utilizadas para o levantamento são as constantes na tabela 29 (p. 386).*

*Os números correspondem aos apresentados nas referências bibliográficas constantes ao final desta seção A.5 (p. 391 e seguintes).*

*Dados referentes a 82 títulos publicados nos quais o principal eixo analítico é referente às ações do Estado, sendo 29 artigos, 45 dissertações e 8 teses (ver tabela 28, seção A.3, p. 360).*

## REFERÊNCIAS (APÊNDICE A)

001. ACEVEDO GONZÁLEZ, Karina; QUEJADA PÉREZ, Raúl; YÁNEZ CONTRERAS, Martha. Determinantes y consecuencias del trabajo infantil: un análisis de la literatura. *Revista Facultad de Ciencias Económicas: Investigación y Reflexión*, Bogotá, v. 19, n. 1, p. 113-124, jan./jun. 2011.
002. ACEVEDO, Karina; QUEJADA, Raúl; YÁNEZ, Martha. Estudio transversal de los determinantes del trabajo infantil en Cartagena, año 2007. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, Manizales, v. 9, n. 2, p. 589-606, jul./dez. 2011.
003. AGUERO, Rosemere de Almeida. *A construção do discurso sobre o trabalho infantil: mídia, imagens e poder*. 2008. 137 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2008.
004. ALBERTO, Maria de Fátima Pereira; BORGES, Romanan Silva; PESSOA, Manuella Castelo Branco; SOUSA, Juliana Mendes Lopes de; ARAÚJO, Pedro Felipe Moura de; VAZ, Rodrigo de Oliveira Feitosa; FARIAS, Felipe Medeiros de; MENDES, Leonardo José de Alencar. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil: ações extensionistas e protagonismo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 32, n. 2, p. 516-531, 2012.
005. ALBERTO, Maria de Fátima Pereira; SANTOS, Denise Pereira dos. Trabalho infantil e desenvolvimento: reflexões à luz de Vigotski. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 16, n. 2, p. 209-218, abr./jun. 2011.
006. ALBERTO, Maria de Fátima Pereira; SANTOS, Denise Pereira dos; LEITE, Fernanda Moreira; LIMA, José Wilson de; PAIXÃO, Gláucia Pereira da; SILVA, Sebastião Alves da. Trabalho infantil doméstico: perfil bio-sócio-econômico e configuração da atividade no município de João Pessoa, PB. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 57-73, jun. 2009.
007. ALBERTO, Maria de Fátima Pereira; SANTOS, Denise Pereira dos; LEITE, Fernanda Moreira; LIMA, José Wilson de; WANDERLEY, José Carlos Vieira. O trabalho infantil doméstico e o processo de escolarização. *Psicologia & Sociedade*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 293-302, maio/ago. 2011.
008. ALBERTO, Maria de Fátima Pereira; SILVA, Ana Cristina Serafim da; SOUZA, Gabriel Pereira; NUNES, Taiana da Silva. O trabalho infantil na rua. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 59-71, 2010.
009. ALEXANDRE, Naldir da Silva. *As múltiplas facetas do trabalho infantil: necessidade X cidadania*. 2006. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) – Centro de Educação de Ciências Jurídicas, Políticas e Sociais da Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2006.
010. ALMEIDA NETO, Honor. Trabalho infantil: um velho problema na ordem do dia. *Veritas*, Porto Alegre, v. 43, n. especial, p. 21-26, dez. 1998.
011. ALMEIDA, Guilherme Eidt Gonçalves de. *A biopolítica dos direitos humanos: uma reflexão a partir do sistema de integração rural da fumicultura*. 2008. 201 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.
012. ALMEIDA, Marília Mastrocolla de. *Compreendendo as estratégias de sobrevivência de jovens antes e depois da internação na FEBEM de Ribeirão Preto*. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências - Área de Concentração: Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2002.
013. ÁLVAREZ MIÑO, Lídice; VEGA, Román. Pertinencia de los compromisos del sector salud en la política nacional para la erradicación del trabajo infantil y la protección del joven trabajador. *Revista de Salud Pública*, Bogotá, v. 6, n. 1, p. 63-86, jan./abr. 2004.
014. ALVES, Elvisney Aparecido. *Ambiente institucional e a responsabilidade social empresarial na indústria calçadista de Franca: o caso do Instituto Pró-Criança*. 2007. 296 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.
015. ALVES, Luciana Sampaio. *Restrições de crédito e decisões intra-familiares*. 2004. 64 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
016. ALVES, Paola Biasoli. *O brinquedo e as atividades cotidianas de crianças em situação de rua*. 1998. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento) – Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [S.l.], 1998.
017. ALVES, Paola Biasoli; KOLLER, Sílvia Helena; SILVA, Aline Santos; SANTOS, Clarisse Longo do; SILVA, Milena Rosa da; REPPOLD, Caroline Tozzi; PRADE, Luciano Telles. Atividades cotidianas de crianças em situações de rua. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, DF, v. 18, n. 3, p. 305-313, set./dez. 2002.
018. ALVES, Paola Biasoli; KOLLER, Sílvia Helena; SILVA, Milena Rosa da; SANTOS, Clarisse Longo dos; SILVA, Aline Santos; REPPOLD, Caroline Tozzi; PRADE, Luciano Telles. Brinquedo, trabalho, espaço e companhia de atividades lúdicas no relato de crianças em situação de rua. *Psico*, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 47-71, 2001.
019. ALVES, Sônia Maria. *Os programas governamentais para a erradicação do trabalho infantil em Mato Grosso do Sul, no período de 1996 a 2002*. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2004.



020. ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Contribuciones de la teoría de las representaciones sociales al estudio de la exclusión social. *Revista de Investigaciones en Psicología*, Buenos Aires, v. 15, n. 2, p. 31-47, ago. 2010.
021. ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Repensando algumas questões sobre o trabalho infanto-juvenil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 87-98, jan./abr. 2002.
022. ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; MIGLIARI, Maria Fátima B. Representações sociais do trabalho infantil: encontros e desencontros entre agentes educativos. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 13, n. 23, p. 149-166, jan./jun. 2004.
023. ALVIM, Maria Rosilene Barbosa; LOPES, José Sérgio Leite. Famílias operárias, famílias de operárias. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 5, n. 14, p. 7-17, out. 1990.
024. ALVIM, Maria Rosilene Barbosa; VALLADARES, Lícia do Prado. Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 26, p. 3-37, 2º sem. 1988.
025. ANDRADE, Jackeline Amantino de. *O espaço público como uma rede de atores: a formação da política de erradicação do trabalho infantil no Brasil*. 2004. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
026. ANTONIASSI, Helga Maria Miranda. *O trabalho infantil no Brasil e a doutrina da proteção integral*. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
027. ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha. O trabalhador mirim e a modernização da agricultura paulista. *Cadernos CERU*, São Paulo, n. 15, p. 75-122, ago. 1981.
028. AQUINO, Juliana Maria; FERNANDES, Maurício Machado; PAZELLO, Elaine Toldo; SCORZAFAVE, Luiz Guilherme. Trabalho infantil: persistência intergeracional e decomposição da incidência entre 1992 e 2004 no Brasil rural e urbano. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 61-84, 2010.
029. ARAÚJO, Aracy Alves de. *O Programa Bolsa-Família e o trabalho infantil no Brasil*. 2010. 129 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2010.
030. ARAUJO, Claudio Marcelo Garcia de. *A exploração da força de trabalho infantil na fumicultura no município de Angelina*. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
031. ARAÚJO, Francisco Fernandes de. Do trabalhador menor na nova Constituição: idade mínima para o trabalho: exceção: conceito de aprendiz, empregado aprendiz e de menor assistido: diferenças e semelhanças: necessidade de adequação às exigências sociais: proposta para a legislação ordinária: soluções. *Justitia*, São Paulo, v. 51, n. 148, p. 48-57, out./dez. 1989.
032. ARAUJO, Margareth Martins de. *Vivências e experiências que nos afetam: um diálogo com crianças trabalhadoras que insistem em estudar*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
033. ARTES, Amélia Cristina Abreu; CARVALHO, Marília Pinto de. O trabalho como fator determinante da defasagem escolar dos meninos no Brasil: mito ou realidade? *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 34, p. 41-74, jan./jun. 2010.
034. ASMUS, Carmen Ildes Rodrigues Fróes; RAYMUNDO, Carmen Maria; BARKER, Suyanna Linhales; PEPE, Carla Cristina Coelho Augusto; RUZANY, Maria Helena. Atenção integral à saúde de adolescentes em situação de trabalho: lições aprendidas. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 953-960, out./dez. 2005.
035. ASSUNÇÃO, Juliano Junqueira; ALVES, Luciana Sampaio. Restrições de crédito e decisões intra-familiares. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 61, n. 2, p. 201-229, abr./jun. 2007.
036. ASSUNÇÃO, Teone Maria Rios de Souza Rodrigues. *O trabalho do adolescente aprendiz: sua efetivação no município de Londrina*. 2005. 161 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.
037. AVERSI, Vera. O trabalhador menor. *Administração Paulista*, São Paulo, n. 22, p. 65-70, jul./dez. 1971.
038. ÁVILA, Antonio Sandoval. Trabajo infantil e inasistencia escolar. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 68-80, jan./abr. 2007.
039. AYALA-CARRILLO, María del Rosario; LÁZARO-CASTELLANOS, Rosa; ZAPATA-MARTELO, Emma; SUÁREZ-SAN ROMÁN, Blanca; NAZAR-BEUTELSPACHER, Austreberta. El trabajo infantil guatemalteco en los cafetales del Soconusco: 'insumo' que genera riqueza económica, pero nula valoración social. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, Manizales, v. 11, n. 2, p. 659-673, jul./dez. 2013.
040. AZEVEDO, Gislane Campos. *"De sebastianas e geovannis": o universo do menor nos processos dos juizes de órfãos da cidade de São Paulo (1871-1917)*. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.
041. AZEVEDO, Lúcio Henrique Rezende. *O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e suas práticas corporais: o caso de Sumaré*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Física e Sociedade) – Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
042. BARKER, Suyanna; RAYMUNDO PEPE, Carmen Maria; ASMUS, Carmen Ildes; PEPE, Carla Cristina. O Programa de Saúde do Trabalhador Adolescente - UERJ e a implementação da Política Nacional de Saúde para Erradicação do Trabalho Infantil. *Cadernos Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 79-96, jan./mar. 2007.
043. BARROS, Eliete da Silva. *Criança na Feira de São Joaquim: trabalho e exploração*. 2008. 105 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
044. BATISTA, Natalia Nunes Ferreira. *Trabalho infantil e migração no Estado de São Paulo*. 2006. 117 f. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

045. BAZÍLIO, Luiz Cavalieri. Trabalho, formação profissional e educação do adolescente. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 14, n. 26, p. 203-220, jul./dez. 1996.
046. BECERRA PEDRAZA, Itzel Adriana; VÁZQUEZ GARCÍA, Verónica; ZAPATA MARTELO, Emma; GARZA BUENO, Laura Elena. Infancia y flexibilidad laboral en la agricultura de exportación mexicana. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, Manizales, v. 6, n. 1, p. 191-215, jan./jun. 2008.
047. BENJAMIN-SAMPSON, Evelyn. *Contribuição socioeconômica dos trabalhadores domésticos e suas condições de trabalho: o caso de Gana*. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
048. BEZERRA, Cássia de Castro. *Infância na publicidade: um estudo sobre o trabalho de crianças na publicidade na cidade de Natal - RN*. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.
049. BEZERRA, Márcio Eduardo Garcia. *O trabalho infantil afeta o desempenho escolar no Brasil?* 2006. 162 f. Dissertação (Mestrado em Ciências - Área de Concentração: Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2006.
050. BLANDTT, Lucinaldo da Silva. *Trabalho infantil-juvenil no uso do manguezal e a educação fundamental*. 2002. Dissertação (Mestrado em Agricultras Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Centro Agropecuário da Universidade Federal do Pará, e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental, Belém, 2002.
051. BLUM, Dayane Afflen. *O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) no Município de Ponta Grossa - PR: uma avaliação sobre a política pública de enfrentamento ao trabalho infantil (2010)*. 2012. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2012.
052. BONFIM, Willian Silva. *O papel das fontes na construção da notícia: o agendamento do tema trabalho infantil doméstico no jornalismo impresso brasileiro, no ano de 2003*. 2005. 176 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2005.
053. BORRAZ, Fernando; GONZÁLEZ, Nicolás. Impact of the Uruguayan conditional cash transfer program. *Cuadernos de Economía*, Santiago, v. 46, n. 134, p. 243-271, nov. 2009.
054. BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. O trabalho de crianças e jovens no Brasil Imperial: Minas Gerais, 1831-1832. *História*, Curitiba, ano 20, n. 39, p. 191-220, jul./dez. 2003.
055. BRICEÑO AYALA, Leonardo; PINZÓN RONDÓN, Ángela M. Efectos del trabajo infantil en la salud del menor trabajador. *Revista de Salud Pública*, Bogotá, v. 6, n. 3, p. 270-288, nov. 2004.
056. BRICEÑO, Leonardo; PINZÓN, Ángela María. Trabajo infantil en una plaza de mercado de Bogotá, Colombia. *Revista de Salud Pública*, Bogotá, v. 7, n. 1, p. 26-38, jan./mar. 2005.
057. BRITO, Márcia Alves. *Será que os programas sociais de redução do trabalho infantil proporcionam mobilidade social?* 2006. 110 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
058. BRITO, Mariana Coelho. A eficácia das ações do poder público na erradicação do trabalho infantil. *Estudos*, Goiânia, v. 34, n. 5/6, p. 355-370, maio/jun. 2007.
059. BUFALO, Paulo Roberto. *Trabalho infantil: políticas públicas e a concepção emancipatória do trabalho*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
060. CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fábio. Trabalho infantil e o status ocupacional dos pais. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 269-290, abr./jun. 2008.
061. CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fábio; BATISTA, Natália Ferreira. Impactos do Programa Bolsa Família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 269-301, maio/ago. 2010.
062. CADONÁ, Marco André. A infância precarizada: o trabalho de crianças e adolescentes na produção de fumo na região fumicultora de Santa Cruz do Sul. *Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v. 9, n. 2, p. 45-61, jul./dez. 2001.
063. CAL, Danila Gentil Rodriguez. *Entre o privado e o público: contextos comunicativos, deliberação e trabalho infantil doméstico*. 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
064. CALSAVARA, Telma Verônica Silva; FONTANELLA, Bruno José Barcellos. Uso de tabaco iniciado na infância: relatos de adultos em tratamento. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 4, p. 252-259, 2007.
065. CAMARGO, Angélica Maria Juste. *O papel do Estado na proteção dos direitos da criança e do adolescente em face da atividade econômica: o trabalho artístico*. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro Universitário Curitiba, Curitiba, 2010.
066. CAMPOS, Herculano Ricardo; ALVERGA, Alex Reinecke de. Trabalho infantil e ideologia: contribuição ao estudo da crença indiscriminada na dignidade do trabalho. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 6, n. 2, p. 227-233, jul./dez. 2001.
067. CAMPOS, Herculano Ricardo; FRANCISCHINI, Rosângela. Trabalho infantil produtivo e desenvolvimento humano. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 8, n. 1, p. 119-129, jan./jun. 2003.
068. CAMPOS, Tulio; MARQUES, Walter Ernesto Ude; DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira. A cidade e seus sinais: a construção de uma pesquisa com as crianças do malabares. *Licere*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 1-40, jun. 2011.

069. CÂNDIDO, Maria Cristina Machado. *Trabalho infantil e as experiências de erradicação*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
070. CARAN, Vânia Cláudia Spoti. *Contexto de vida e trabalho de mulheres cortadoras de cana-de-açúcar*. 2012. 229 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2012.
071. CARDOSO, Luis Fernando Cardoso e; SOUZA, Jaime Luiz Cunha de. Viver, aprender e trabalhar: habitus e socialização de crianças em uma comunidade de pescadores da Amazônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, Belém, v. 6, n. 1, p. 165-177, jan./abr. 2011.
072. CARDOSO, Nilton Francisco. *As políticas públicas de educação: adolescentes com trajetórias truncadas*. 2012. 267 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
073. CARVALHO, Célia Pezzolo. Trabalho e escola: uma trajetória de vida. *Perspectivas*, São Paulo, v. 4, p. 49-63, 1981.
074. CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Algumas lições do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 50-61, out./dez. 2004.
075. CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Trabalho infantil no Brasil contemporâneo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, p. 551-569, set./dez. 2008.
076. CARVALHO, José Raimundo; MARINHO, Emerson; LORIA, Francesca. Idleness, returns to education and child labor. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 66, n. 4, p. 405-427, out./dez. 2012.
077. CARVALHO, Luciana Paula Vaz de. *O trabalho da criança e do adolescente no ordenamento jurídico brasileiro: normas e ações de proteção*. 2010. 213 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
078. CARVALHO, Martha Maria Gonçalves de. *Inclusão perversa: trabalho infantil de estudantes na cidade de São Paulo*. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.
079. CARVALHO, Martha Suely Itaparica de. *Fatores individuais, familiares e ambientais associados ao trabalho remunerado de crianças e adolescentes*. 2005. 166 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
080. CASEMIRO FILHO, Maurilo. *Trabalho infantil?* 2005. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2005.
081. CASTÉRAS, David Khoudour. Efectos de la migración sobre el trabajo infantil en Colombia. *Revista de Economía Institucional*, Bogotá, v. 11, n. 20, p. 229-252, jan./jun. 2009.
082. CAVALCANTE, Sandra Regina. *Trabalho artístico na infância: estudo qualitativo em saúde do trabalhador*. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências - Área de Concentração: Saúde Ambiental) – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
083. CAVALCANTI, Tiago V. de V. Child labor and school policies. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 4, p. 741-753, out./dez. 2003.
084. CAVALIERE, Cláudia Helena. *O impacto do trabalho infantil sobre o desempenho escolar: uma avaliação para o Brasil metropolitano*. 2002. Tese (Doutorado em Economia de Empresas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2002.
085. CECÍLIO, Maria Aparecida. Educação e trabalho na zona rural: a construção intelectual do trabalhador infanto-juvenil explorado em atividades braçais. *Comunicações*, Piracicaba, ano 5, n. 2, p. 125-132, nov. 1998.
086. CECÍLIO, Maria Aparecida. Trabalho infanto-juvenil: a retroação na história da organização social do trabalho. *Comunicações*, Piracicaba, ano 6, n. 2, p. 170-180, nov. 1999.
087. CECÍLIO, Maria Aparecida; BRANDÃO, Elias Canuto. O caminho das orientações da UNESCO para proteção do direito à infância no Brasil a partir da década de 1990. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 50, p. 223-235, out./dez. 2013.
088. CECILIO, Sumaya Giarola; SALES, Jacqueline de Barros; SILVEIRA, Renata da Penha. Trabalho de crianças e adolescentes e suas consequências: uma revisão integrativa da literatura. *Nursing*, São Paulo, v. 14, n. 168, p. 250-255, maio 2012.
089. CHAIA, Miguel W. O menor no mercado de trabalho. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 9-16, abr./jun. 1987.
090. CHAKUR, Cilene Ribeiro de Sá Leite. Desenvolvimento cognitivo e escolarização de menores trabalhadores e não-trabalhadores. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 16, n. 61, p. 7-12, jan./mar. 1988.
091. CHAKUR, Cilene Ribeiro Sá. Desenvolvimento cognitivo e educação escolar: as condições do menor trabalhador. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 230-234, mar. 1988.
092. CIRINO, Daniele Cristine da Silva; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. Uso de drogas entre trabalhadores precoces na atividade de malabares. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 14, n. 3, p. 547-555, jul./set. 2009.
093. COELHO, Bernardo Leôncio Moura. Considerações sobre a globalização e seus efeitos sobre o trabalho infantil. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, DF, v. 40, n. 158, p. 195-201, abr./jun. 2003.
094. COLARES, Marcos Antonio Paiva. *Do labor infantil ao trabalho dos adolescentes: a ação das ONGs no alvor do século XXI*. 2006. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.
095. COLOMBO, Davi Kobayashi. *Trabalho infantil e proficiência escolar: um estudo com dados em painel*. 2012. 130 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012.

096. CONDE, Soraya Franzoni. As medidas de enfrentamento à exploração do trabalho infantil no Brasil: forças em luta. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 241-247, jul./dez. 2013.
097. CORRÊA, José Campos Rossini. Diário da criança e do adolescente - a infância e a juventude nos jornais de Brasília entre agosto e novembro do ano de 1995. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, DF, v. 33, n. 131, p. 241-249, jul./set. 1996.
098. CORTEZ, Solange Aparecida Estevão. *O efeito do trabalho infantil na estatura final de adultos jovens e características de sua escolaridade*: estudo da coorte de nascidos vivos entre 1978/79, nos hospitais de Ribeirão Preto, SP. 2005. 158 f. Tese (Doutorado em Ciências Médicas) – Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2005.
099. COSENDEY, Elvira Mirian Veloso de Mello. Histórico do trabalho infanto-juvenil. *Revista Devir*, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 21-31, 2002.
100. COSTA, Ana Bénard da. Educação escolar e estratégias de famílias dos subúrbios de Maputo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 136, p. 13-39, abr. 2009.
101. COSTA, Camila Perroni Marouço da; OLIVEIRA, Denize Cristina de; GOMES, Antonio Marcos Tosoli; PONTES, Ana Paula Munhen de; SANTO, Caren Camargo do Espírito. A ocorrência de acidentes de trabalho na adolescência e o uso de equipamentos de segurança. *Revista Enfermagem UERJ*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 423-428, out./dez. 2012.
102. COSTA, Cláudia Moraes da. *Reciclagem e cidadania: a trajetória de vida dos catadores de material reciclável da comunidade Reciclo*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.
103. CRUZ NETO, Otávio; MOREIRA, Marcelo Rasga. Trabalho infanto-juvenil: motivações, aspectos legais e repercussão social. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 437-441, abr./jun. 1998.
104. CRUZ, Maria Núbia Alves; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. Estrutura e organização do trabalho infantil em situação de rua em Belo Horizonte, MG, Brasil. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 131-142, jan./mar. 2008.
105. CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 89-107, maio/ago. 2000.
106. CUSTÓDIO, André Viana. *A exploração do trabalho infantil doméstico no Brasil contemporâneo: limites e perspectivas para sua erradicação*. 2006. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
107. CUTRI, Adrián; HAMMERMÜLLER, Erica; ZUBIETA, Ana; MÜLLER OPET, Beatriz; MIGUELEZ, Lilia. Trabajo infantil: una problemática social que nos compromete. *Archivos Argentinos de Pediatría*, Buenos Aires, v. 110, n. 4, p. 350-358, jul./ago. 2012.
108. DABAT, Christine Paulette Yves Rufino. *Moradores de engenho*: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. 2003. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
109. DALL'AGNOL, Marinel Mór; FASSA, Ana Claudia Gastal; FACCHINI, Luiz Augusto. Child and adolescent labor and smoking: a cross-sectional study in southern Brazil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 46-66, jan. 2011.
110. DAUSTER, Tania. Uma infância de curta duração: trabalho e escola. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 82, p. 31-36, ago. 1992.
111. DE TONI, Miriam. O desemprego entre crianças e adolescentes na região metropolitana de Porto Alegre: ampliar oportunidades de trabalho ou resgatar a infância? *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 281-302, dez. 1996.
112. DEL RÍO, María Francisca; CUMSILLE, Patricio. ¿Necesidad económica o preferencias culturales? La justificación parental del trabajo infantil en Chile. *Psyche*, Santiago, v. 17, n. 2, p. 41-52, nov. 2008.
113. DELLAZZANA, Letícia Lovato; FREITAS, Lia Beatriz de Lucca. Um dia na vida de irmãos que cuidam de irmãos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, DF, v. 26, n. 4, p. 595-603, out./dez. 2010.
114. DEMARTINI, Zeila Brito F.; LANG, Alice Beatriz Silva G. Educando para o trabalho: família e escola como agências educadoras. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 64, n. 148, p. 217-233, set./dez. 1983.
115. DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Desigualdade, trabalho e educação: a população rural em questão. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 64, p. 24-37, fev. 1989.
116. DIAS, Elizabeth Costa; ASSUNÇÃO, Ada Ávila; GUERRA, Cláudio Bueno; PRAIS, Hugo Alejandro Cano. Processo de trabalho e saúde dos trabalhadores na produção artesanal de carvão vegetal em Minas Gerais, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 269-277, jan./fev. 2002.
117. DIAS, Maria Odila Leite Silva. Revolução industrial e reformismo social na Inglaterra pré-vitoriana. *Revista de História*, São Paulo, n. 115, p. 47-59, 2º sem. 1983.
118. DINIZ, Michelle dos Santos. *A prática do trabalho infantil entre os beneficiários do Programa Bolsa-Escola Belo Horizonte*: um estudo sobre os determinantes sócio-demográficos. 2008. 59 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
119. DINIZ, Michelle dos Santos; ASSUNÇÃO, Ada Ávila; CAIAFFA, Waleska Teixeira; ABREU, Mery Natali Silva. A prática do trabalho infantil entre os beneficiários do Programa Bolsa-Escola Belo Horizonte: um estudo sobre os determinantes sociodemográficos. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 118, p. 149-169, jan./mar. 2012.

120. DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. *O lugar das mulheres nas políticas de assistência social: um estudo sobre a experiência do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em Pernambuco*. 2004. 284 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.
121. EL-KHATIB, Umaia. Quando se trata investigar 'crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social' ... . *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 7, n. 1, p. 1-13, jan./jun. 1998.
122. FACCHINI, Luiz Augusto; FASSA, Anaclaudia Gastal; DALL'AGNOL, Marineli; MAIA, Maria de Fátima Santos. Trabalho infantil em Pelotas: perfil ocupacional e contribuição à economia. *Ciência & Saúde Coletiva*, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 953-961, 2003.
123. FALEIROS, Vicente Paula. A fabricação do menor. *Humanidades*, Brasília, DF, v. 4, n. 12, p. 5-15, fev./abr. 1987.
124. FASSA, Anaclaudia Gastal. *Trabalho infantil e saúde: perfil ocupacional e problemas músculo-esqueléticos*. 2000. Tese (Doutorado em Epidemiologia) – Departamento de Medicina Social da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2000.
125. FEITOSA, Izabel Christina do N.; GOMES, Maria Aparecida de França; GOMES, Munich Vieira Santana; DIMENSTEIN, Magda. O trabalho precoce e as políticas de saúde do trabalhador em Natal. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 6, n. 2, p. 259-268, jul./dez. 2001.
126. FEITOSA, Izabel Christina do N.; Magda DIMENSTEIN, Magda. Trabalho infantil e ideologia nas falas de mães de crianças trabalhadoras. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 59-75, 2004.
127. FEITOSA, Izabel Christina do Nascimento. *Trabalho infantil na agricultura: sentidos produzidos pelas mães e pelos professores*. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.
128. FEITOSA, Izabel; DIMENSTEIN, Magda. Escola, família e trabalho infantil: subjetividade e práticas disciplinares. *Interação em Psicologia*, Curitiba, v. 8, n. 2, p. 287-296, 2004.
129. FERRARO, Alceu R. Crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul: trabalho e analfabetismo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 203-221, jul./dez. 1997.
130. FERREIRA, Frederico Poley Martins; NOGUEIRA Junior, Reginaldo Pinto; COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz. Determinantes da escolarização de crianças e adolescentes em situação de rua no estado de Minas Gerais. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 68, p. 465-488, set. 2010.
131. FERREIRA, Glauco. *O direito fundamental da criança e do adolescente à integridade física: paradoxo à realidade do trabalho infanto-juvenil no município de João Pessoa - PB*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.
132. FERREIRA, Marcos Artemio Fischborn. Trabalho infantil e produção acadêmica nos anos 90: tópicos para reflexão. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 6, n. 2, p. 213-225, jul./dez. 2001.
133. FERREIRA, Rosilda Arruda. Inovações educacionais no âmbito do poder local: os impactos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) na política educacional do Município de Vicência - Pernambuco. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 37, p. 527-543, out./dez. 2002.
134. FERREIRA, Rosilda Arruda. Política educacional e poder local: análise das repercussões do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na educação de municípios pernambucanos. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 99-112, jan./abr. 2002.
135. FERREIRA-BATISTA, Natalia; CACCIAMALI, Maria Cristina. Migração familiar, trabalho infantil e ciclo intergeracional da pobreza no estado de São Paulo. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 515-554, set./dez. 2012.
136. FERRO, Andrea Rodrigues. *Avaliação do impacto dos programas de bolsa escola no trabalho infantil no Brasil*. 2003. 92 f. Dissertação (Mestrado em Ciências - Área de Concentração: Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003.
137. FERRO, Andrea Rodrigues; KASSOUF, Ana Lúcia. Avaliação do impacto dos programas bolsa-escola sobre o trabalho infantil no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, p. 417-444, dez. 2005.
138. FERRO, Andrea Rodrigues; KASSOUF, Ana Lúcia. Efeitos do aumento da idade mínima legal no trabalho dos brasileiros de 14 e 15 anos. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, DF, v. 43, n. 2, p. 307-329, abr./jun. 2005.
139. FERST, Marklea da Cunha. *Exploração do trabalho infantil sob a ótica dos direitos humanos*. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
140. FIGUEIREDO, Kattia de Jesus Amin Athayde. *Enfrentamento da pobreza e do trabalho infantil: um diálogo necessário entre a educação e as políticas de transferência de renda*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação da Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.
141. FIOD, Edna Garcia Maciel. Crise da educação e sociedade do trabalho. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 14, n. 26, p. 71-91, jul./dez. 1996.
142. FISCHER, Frida M.; MARTINS, Ignez S.; OLIVEIRA, Denize C.; TEIXEIRA, Liliâne R.; LATORRE, Maria do Rosario D.; COOPER, Sharon P. Occupational accidents among middle and high school students of the state of São Paulo, Brazil. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 351-356, jun. 2003.
143. FISCHER, Frida M.; OLIVEIRA, Denize C.; NAGAI, Roberta; TEIXEIRA, Liliâne R.; LOMBARDI Júnior, Márcio; LATORRE, Maria do Rosario D. O.; COOPER, Sharon P. Job control, job demands, social support at work and health among adolescent workers. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 245-253, abr. 2005.

144. FISCHER, Nilton Bueno. Escola pública e trabalho infantil: formação de crianças e adolescentes, no início do século, em Porto Alegre. *Veritas*, Porto Alegre, v. 43, n. especial, p. 103-107, dez. 1998.
145. FONSECA, Laura Souza. Trabalho infanto-juvenil e formação humana: limites na potência ontológica e banalização do sujeito de direitos. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 137-153, mar./jun. 2010.
146. FRAGA-Maia, Helena; Santana, Vilma Sousa. Concordância de informações de adolescentes e suas mães em inquérito de saúde. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 430-437, jun. 2005.
147. FRANCO, Maria Ciavatta. Pequenos trabalhadores: um retrato de suas contradições e ambigüidades. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, n. 3, p. 35-48, jan./jun. 1998.
148. FRANKLIN, Rafael Narciso; PINTO, Eduardo Cesar Moreira Mariz, LUCAS, Jarbas Terra; LINNÉ, Michel; PEIXOTO, Rosana; SAUER, Maria Teresa Nardin; SILVA, Clécio Homrich da; NADER, Paulo de Jesus Hartmann. Trabalho precoce e riscos à saúde. *Adolescência Latinoamericana*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 80-89, mar. 2001.
149. FROES, César Quintão. *Dimensão educativa do trabalho: estudo de caso da Associação de Bordadeiras do Seridó ABS - Caicó / Rio Grande do Norte*. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.
150. FUKUI, Lia Freitas G.; SAMPAIO, Efigênia Maria Sales; BRIOSCHI, Lucila Reis. A desescolarização, o trabalho infantil e a questão do menor: um projeto de pesquisa. *Cadernos CERU*, São Paulo, n. 15, p. 33-43, ago. 1981.
151. FUKUI, Lia Freitas G.; SAMPAIO, Efigênia Maria Sales; BRIOSCHI, Lucila Reis. A questão do trabalho infantil na grande imprensa paulista na década de 70. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 66, n. 152, p. 28-46, jan./abr. 1985.
152. GARBELINI, Priscilla Pedroso. *O trabalho infantil como violação de direitos da criança e do adolescente: dados do trabalho precoce em Ponta Grossa - PR*. 2011. 185 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2011.
153. GASPARDONI, Meirelaine Marques. *Família, redes sociais e empoderamento: uma análise no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - Ubá / MG*. 2007. 120 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2007.
154. GOMES, Cândido Alberto. Trabalho do menor: realidade e ordem legal. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, DF, v. 23, n. 92, p. 349-372, out./dez. 1986.
155. GOMES, Jeruza Vieira. Vida familiar e trabalho de crianças e de jovens pobres. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 8, n. 14-15, p. 45-61, fev./ago. 1998.
156. GOMES, Martina Pereira. *Um estado da arte do trabalho infanto-juvenil nas universidades do Estado do Rio Grande do Sul*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
157. GONÇALVES, Helen; MENEZES, Ana Maria Batista; BACCHIERI, Giancarlo; DILÉLIO, Alitéia Santiago; BOCANEGRA, Carlos Alberto Delgado; CASTILHOS, Eduardo Dickie; GALLO, Erika Alejandra Giraldo; FANTINEL, Everton José; FIORI, Nadia Spada; MEUCCI, Rodrigo Dalke; ARAÚJO, Cora Luiza Pavin; CARVALHO, Samuel. Perfil de trabalho urbano de adolescentes de 14-15 anos: um estudo populacional no Sul do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 5, p. 1267-1274, maio 2012.
158. GONÇALVES, Poliana Ferreira. *O trabalho como experiência moral: significados e expectativas subjacentes à inserção de crianças, adolescentes e responsáveis no PETI / Ipatinga - MG*. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006.
159. GONÇALVES, Renato. O trabalho infantil e a agenda social. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 221-240, jun. 1997.
160. GONÇALVES, Ruth Maria de Paula. *A catação de lixo na (de)formação da criança como ser social*. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.
161. GOULART, Maria Inês Mafra. Lição de aprendiz: alfabetizando crianças trabalhadoras. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, n. 5, p. 116-128, jan./jun. 1999.
162. GOUVEIA, Aparecida Joly. O trabalho do menor: necessidade transfigurada em virtude. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 44, p. 55-62, fev. 1983.
163. GOUVEIA, Lígia; CAMINO, Cleonice; RIBEIRO, J'Aims; RIQUE, Júlio. Ansiedade, socialização, delinquência e trabalho em adolescentes. *Cadernos de Psicologia*, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 15-33, 2003.
164. GUERRA, Regina F. Bueno. Trabalho precoce no carvão: a resposta das crianças. *Revista Devir*, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 77-93, 2002.
165. GUIDIS, Aline Oliveira. *Análise da participação do segmento infanto-juvenil no trabalho doméstico não-remunerado - Viçosa / MG*. 2006. 89 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006.
166. GUTIÉRREZ, Horácio; LEWKOWICZ, Ida. Trabalho infantil em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. *Locus*, Juiz de Fora, v. 5, n. 2, p. 9-21, 1999.
167. HELAL, Diogo Henrique. Crianças e adolescentes no mercado de trabalho brasileiro: padrões e tendências. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João del-Rei, v. 5, n. 1, p. 83-93, jan./jul. 2010.
168. HERÉDIA, Vania Beatriz M. A vila operária de Galópolis. *Chronos*, Caxias do Sul, v. 29, n. 1, p. 44-55, jan./jun. 1996.
169. HILLESHEIM, Betina. Infância e trabalho - feminino e masculino em construção. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n. 20, p. 61-70, jan./jun. 2004.
170. HILLESHEIM, Betina. O trabalho e o ser-criança na vida de meninos e meninas trabalhadores(as) em lavouras de fumo. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 6, n. 3, p. 109-117, set./dez. 2001.

171. HOFSTÄTTER, Leila Suzana. *Trabalho, política de inserção e representações sociais: um olhar sobre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil*. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
172. IBARROLA, María de; MIJARES, Alejandro. Formación de jóvenes para el trabajo: escolaridad, capacitación y trabajo infantil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 118, p. 119-153, mar. 2003.
173. INVERNIZZI, Antonella; TOMÉ, Sonia. O trabalho dos adolescentes no Algarve: um estudo sobre as suas motivações, organização familiar e práticas de socialização. *Análise Social*, Lisboa, v. XLII, n. 184, p. 875-898, 2007.
174. JACOBY, Márcia. *A configuração da alteridade no processo grupal*. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
175. JORGE, Arabela Coninck. *O trabalho da criança e do adolescente como causa e efeito dos fatores econômicos e sociais*. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2007.
176. JÚNIA, Elisabeth Rosa da Silva. *Discursos sobre relações raciais em livros didáticos de português para as séries iniciais do ensino fundamental*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
177. KASSOUF, Ana Lúcia. O que conhecemos sobre o trabalho infantil? *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 323-350, maio/ago. 2007.
178. KASSOUF, Ana Lúcia. *Trabalho infantil no Brasil*. 2000. Livre-Docência – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2000.
179. KASSOUF, Ana Lúcia; DORMAN, Peter; ALMEIDA, Alexandre Nunes de. Costs and benefits of eliminating child labour in Brazil. *Economia Aplicada*, Ribeirão Preto, v. 9, n. 3, p. 343-368, jul./set. 2005.
180. KASSOUF, Ana Lúcia; SANTOS, Marcelo Justus dos. Trabalho infantil no meio rural brasileiro: evidências sobre o “paradoxo da riqueza”. *Economia Aplicada*, Ribeirão Preto, v. 14, n. 3, p. 339-353, jul./set. 2010.
181. KLEIN, Carin. ... *Um cartão [que] mudou nossa vida? Maternidades veiculadas e instituídas pelo Programa Nacional Bolsa-Escola*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
182. KONTZ, Leonardo Betemps. *Políticas sociais brasileiras: a situação social dos beneficiários do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil*. 2009. 206 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.
183. KRAEMER, Luciane. *A assistência social e a população rural na região da produção do RS: a (in)visibilidade como condicionante da garantia de acesso*. 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
184. LACORTE, Luis Eduardo Cobra. *A construção de Políticas Públicas em rede intersectorial para a erradicação do trabalho infantil em Limeira - SP*. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
185. LACORTE, Luis Eduardo Cobra; VILELA, Rodolfo Andrade Gouveia; SILVA, Reginalice da Cera; CHIESA, Anna Maria; TULLIO, Elisa Sartori; FRANCO, Robson Ramalho; BRAVO, Ecléa Spiridião. Os nós da rede para erradicação do trabalho infanto-juvenil na produção de joias e bijuterias em Limeira - SP. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 38, n. 128, p. 199-215, jul./dez. 2013.
186. LAMARÃO, Maria Luiza Nobre. *A constituição das relações sociais de poder no trabalho infanto-juvenil doméstico: estudo sobre estigma e subalternidade*. 2008. 166 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.
187. LEAL, Vanessa Sá. *Programas governamentais de atenção aos escolares: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) - Gameleira - PE*. 2007. 86 f. Dissertação (Mestrado em Nutrição) – Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.
188. LEWKOWICZ, Ida. Crianças nas fábricas de tecidos: o empresário e o trabalho do menor em São Paulo nos anos 20. *História*, São Paulo, v. 14, p. 203-214, 1995.
189. LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; UNGAR, Michael. Children's labour as a risky pathways to resilience: children's growth in contexts of poor resources. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 232-242, 2010.
190. LIMA, Adriana Carnielli de; ALMEIDA, Ana Maria F. Permanências e mutações na definição intergeracional do trabalho infantil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 111, p. 347-369, abr./jun. 2010.
191. LIMA, Aline dos Santos. *O PETI em Retirolândia - BA: implicações e impasses (1997-2007)*. 2008. 200 f. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional) – Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2008.
192. LIMA, Maria Geralda Alves. *O trabalho infanto-juvenil rural em Goiás: os estudos de caso nas atividades do tomate e de carvoaria*. 2006. 215 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

193. LIMA, Marília Batarra; RIBEIRO, Daniela de Figueiredo; ANDRADE, Antônio dos Santos. Percepções de crianças e adolescentes sobre seu trabalho informal. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 48-66, abr. 2011.
194. LOCALI, Tammy Ticiane. *Um estudo sobre trabalho e educação das crianças no setor de jóias e bijuterias em Limeira*. 2011. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.
195. LOPES, Vera Lúcia Silva. Adolescência e criatividade: o trabalho precoce e suas relações com a personalidade. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 4, p. 95-114, 1986.
196. LOURO, Guacira Lopes. Lembranças de velhas colonas italianas: trabalho, família e educação. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 33-43, jul./dez. 1990.
197. LUCIANI CONDE, Leandro; BARCALA, Alejandra; FANELLI, Ana María; LAINO, Cecilia; LUZURIAGA, Claudia; MOREYRA, Valeria; PAMBUKDJIAN, María Fernanda; CORRADINI, Ana; BARBIERI, Adrián; RODRÍGUEZ, Gustavo; CAMERA, Omar. Niñez en condiciones de desamparo y acceso a la salud en ciudad de Buenos Aires. *Anuario de Investigaciones*, Buenos Aires, v. 15, p. 225-234, 2008.
198. LUCIANI CONDE, Leandro; BARCALA, Alejandra; MOREYRA, Valeria; RODRÍGUEZ, Carlos; CAMERA, Omar; BARBIERI, Adrián; FANELLI, Ana María; LAINO, Cecilia; LUZURIAGA, Claudia. Prácticas dirigidas a la restitución de derechos de niños, niñas y adolescentes en situación de desamparo y desafiliación social en el ámbito de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires: entre la utopía y la realidad. *Anuario de Investigaciones*, Buenos Aires, v. 14, p. 139-148, jan./dez. 2007.
199. LUPPI, Carlos Alberto. O massacre do menor no Brasil. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 78, p. 68-77, mar./abr. 1982.
200. MACEDO, André Luis Porto. *Bob Esponja e as crianças do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil): um estudo de recepção*. 2012. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012.
201. MACHADO Neto, Zahidé. As meninas: sobre o trabalho da criança e da adolescente na família proletária. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 32, n. 6, p. 684-690, jun. 1980.
202. MACHADO Neto, Zahidé. Meninos trabalhadores. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 31, p. 95-102, dez. 1979.
203. MACHADO, Marília Novais da Mata; SILVA, Júnia Carine Cardoso da. Impasses na prevenção de exploração sexual: as imagens do trabalho infantil. *Aletheia*, Canoas, n. 25, p. 49-65, jan./jun. 2007.
204. MACHADO, Raphael Amorim. *O desenvolvimento do Instituto Ethos e o campo da responsabilidade social empresarial no Brasil*. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
205. MACIEL, Carla; Brito, Suerde; CAMINO, Leoncio. Caracterização dos meninos em situação de rua de João Pessoa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 315-34, 1997.
206. MADEIRA, Felícia Reicher. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 58, p. 15-48, ago. 1986.
207. MADEIRA, Felícia Reicher. Pobreza, escola e trabalho: Convicções virtuosas, conexões viciosas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 70-83, jan./mar. 1993.
208. MADEIRA, Maria Carolina Costa. *Trabalho infantil e política pública: uma avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) no município de João Pessoa*. 2009. 133 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.
209. MANUS, Pedro Paulo Teixeira. Legislação trabalhista: proteção e incentivo ao trabalho do menor. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 4, n. 28, p. 11-16, out./dez. 1985.
210. MARCHI, Rita de Cassia. Trabalho infantil: representações sociais de sua instituição em Blumenau/SC. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 47, p. 249-265, jan./mar. 2013.
211. MARIANO, Hêlvio Alexandre. *A infância e a lei: o cotidiano de crianças pobres e abandonadas no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX e suas experiências com a tutela, o trabalho e o abrigo*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.
212. MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. O agronegócio e o problema do trabalho infantil. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 35, p. 189-206, fev. 2010.
213. MARIN, Joel Orlando Bevilaqua; SCHNEIDER, Sergio; VENDRUSCOLO, Rafaela; SILVA, Carolina Braz de Castilho e. O problema do trabalho infantil na agricultura familiar: o caso da produção de tabaco em Agudo - RS. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, DF, v. 50, n. 4, p. 763-786, out./dez. 2012.
214. MARQUES, Vera Regina Beltrão. Histórias de higienização pelo trabalho: crianças paranaenses no novecentos. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 23, n. 59, p. 57-78, abr. 2003.
215. MARQUES, Walter Ernesto Ude. Criança trabalhadora, família e identidade: desafios para o mundo atual. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, n. 3, p. 143-159, jan./jun. 1998.
216. MARQUES, Walter Ernesto Ude. Crianças e adolescentes marginalizados: de como a rua passou a ser este lugar. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, n. 0, p. 149-158, jul./dez. 1996.
217. MARQUES, Walter Ernesto Ude. Trabalho infantil e contexto sociofamiliar: considerações acerca dos resultados de um estudo relativo às infâncias (pre)ocupadas. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, n. 8, p. 112- 131, jan./jun. 2001.
218. MARQUES, Walter Ernesto Ude. Trabalho infantil, família, identidade e saúde mental: indagações construídas diante de um fenômeno familiar transgeracional. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 29-42, jan./jun. 2004.



219. MARTINEZ, Albertina Mitjáns. Trabalho infantil e subjetividade: uma perspectiva necessária. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 6, n. 2, p. 235-244, jul./dez. 2001.
220. MARTINS, Ana Claudia; BASSITT, Débora Pastore; WANDERLEY, Kátia da Silva; SILVA, Mayra dos Santos. Repercussão do trabalho infantil urbano na saúde de crianças e adolescentes. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, Fortaleza, v. 26, n. 1, p. 9-16, jan./mar. 2013.
221. MARTINS, Christine Baccarat de Godoy; JORGE, Maria Helena Prado de Mello. Situação de mendicância, trabalho precoce e prostituição infantil envolvendo crianças e adolescentes em Londrina, Estado do Paraná - 2006. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 31, n. 1, p. 23-29, jan./jun. 2009.
222. MARTINS, Ignez Salas; FISCHER, Frida Marina; OLIVEIRA, Denize Cristina de; TEIXEIRA, Liliâne Reis; COSTA, Luís Augusto Ribeiro da; MARINHO, Sheila Pita; PERESTRELO, José Paulo Pires; LATORRE, Maria do Rosário Dias de Oliveira. Crescimento e trabalho de estudantes de ensino fundamental e médio em São Paulo, Brasil. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 19-25, fev. 2002.
223. MARTINS, José de Souza. A valorização da escola e do trabalho no meio rural. *Em Aberto*, Brasília, DF, ano 1, n. 9, p. 6-17, set. 1982.
224. MATOS, Fátima Regina Ney; ALMEIDA, Ana Marcia. Projeto Russas: um exemplo de intervenção sociológica. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 1-15, mar. 2007.
225. MATTIUZZO, Solange Pressatto. Histórias de vida escolar de trabalhadores infantis. *Revista de Educação*, Campinas, n. 16, p. 99-108, jun. 2004.
226. MATTOS, Elsa de; CHAVES, Antonio Marcos. As representações sociais do trabalho entre adolescentes aprendizes: um estudo piloto. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 66-75, set./dez. 2006.
227. MEDEIROS, Márcia de Souza. *A implementação dos Programas Federais PETI e Agente Jovem, em Porto Alegre, no contexto das políticas de transferência de renda dos governos Fernando Henrique Cardoso*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
228. MEDEIROS, Urubatan Vieira de; VILARINHO, Graciete Barbosa. Estudo epidemiológico da doença cárie em crianças do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI. *Revista Brasileira de Odontologia*, Rio de Janeiro, v. 63, n. 3/4, p. 243-249, 2006.
229. MELO, Ana Maria Vasconcelos. *O trabalho do menor: ilusão e realidade*. 1985. 187 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1985.
230. MENEGAZZI, Gustavo Rafael. *Os direitos fundamentais da criança e do adolescente e a proteção contra a exploração do trabalho infantil*. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica) – Centro de Educação de Ciências Jurídicas, Políticas e Sociais da Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2010.
231. MENESES, Cecília Milagros Rosas. *Avaliação do impacto dos programas de transferência monetária condicionada na taxa de frequência escolar e labor infantil: o caso do Programa Juntos no Peru*. 2009. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2009.
232. MENESES, Roberta Barbosa de; CARDOSO, Ryzia de Cássia Vieira; GUIMARÃES, Aláise Gil; GÓES, José Ângelo Wenceslau; SILVA, Sueli Alves da; ARGOLO, Simone Vieira. O comércio de queijo de coalho na orla de Salvador, Bahia: trabalho infantil e segurança de alimentos. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 25, n. 3, p. 381-392, maio/jun. 2012.
233. MESQUITA, Shirley Pereira de. *Migração familiar e trabalho infantil no Brasil urbano*. 2011. 117 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.
234. MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, Recife, v. 1, n. 2, p. 91-102, maio/ago. 2001.
235. MINAYO-GOMES, Carlos; MEIRELLES, Zilah Vieira. Crianças e adolescentes trabalhadores: um compromisso para a saúde coletiva. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 13, suplemento 2, p. 135-140, 1997.
236. MIRANDA JUÁREZ, SARAI. Reflexiones sobre los motivos del trabajo infantil y adolescente desde la esfera familiar en México. *Revista Facultad de Ciencias Económicas: Investigación y Reflexión*, Bogotá, v. 21, n. 1, p. 11-23, jan./jun. 2013.
237. MIRANDA, Silvanir Marcelino de. *Infância, trabalho e direitos no Vale do Mucuri - MG*. 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
238. MONROY GAYTÁN, Francisco; JUAN PÉREZ, José Isabel. Agricultura y migración campesina: un estudio para comprender la incorporación del trabajo infantil en una región indígena de México. *Revista Argentina de Sociología*, Buenos Aires, v. 7, n. 13, p. 125-149, jul./dez. 2009.
239. MONTENEGRO, Eliane Ramos de Melo. *A experiência do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em Maceió: uma análise ancorada na crítica marxista*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2006.
240. MORAES, Rafael Vicente de. *A produção acadêmica sobre trabalho infantil: um olhar nos periódicos científicos brasileiros (1981-2004)*. 2007. 129 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, Marília, 2007.
241. MORAIS, Fernanda Kallyne Rêgo de Oliveira. *Avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em Mossoró - RN*. 2008. 125 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

242. MORAIS, Fernanda Kallyne Rego de Oliveira; FRAGA, Maria de Nazaré de Oliveira. Estado brasileiro e a questão do trabalho infantil: ensaio socio-histórico. *Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste - Rev Rene*, Fortaleza, v. 9, n. 4, p. 134-142, out./dez. 2008.
243. MOREIRA, Alberto Silva. Infância e trabalho nas olarias. *Horizontes*, Bragança Paulista, v. 17, p. 103-124, 1999.
244. MOREIRA, Orlando Rochadel. *Educação: dever-direito do Estado, direito-dever do cidadão*; inclusão de crianças e adolescentes na escola pública. 2006. 178 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2006.
245. MOREYRA, Valeria Anahi. Paradigmas de niñez y adolescencia y el trabajo infantil. *Anuario de Investigaciones*, Buenos Aires, v. 14, p. 149-157, jan./dez. 2007.
246. MOTT, Maria Lucia de Barros. Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio. *Revista de História*, São Paulo, n. 120, p. 85-96, jan./jul. 1989.
247. MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. *O trabalho da mulher e do menor na indústria paulistana (1890/1920)*. 1977. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.
248. MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro. Além da indústria têxtil: o trabalho feminino em atividades "masculinas". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 83-98, ago./set. 1989.
249. MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro. Meninos e meninas de rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 85-102, 1999.
250. MUNIZ, André Luiz Pires. *As características e os determinantes do trabalho infantil em Minas Gerais em 2004*. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.
251. MUNIZ, Tetis Mori. *Cada um na sua mas entre nós o problema: família, instituição e práticas educativas não-formais*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
252. MYERS, William E. É possível conciliar educação com trabalho infantil? *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, n. 27, p. 3-39, jan./jun. 2003.
253. NASCIMENTO, Dorval do. Trabalho, lazer e marginalidade: meninos e meninas trabalhadores da estação ferroviária de Criciúma (SC). *Cadernos do CEOM*, Chapecó, ano 17, n. 19, p. 151-164, jun. 2004.
254. NERI, Marcelo; COSTA, Daniela. O tempo das crianças. *Cadernos Adenauer*, São Paulo, ano II, n. 6, p. 65-85, 2001.
255. NEVES, Delma Pessanha. A pobreza como legado: o trabalho infantil no meio rural da sociedade brasileira. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 149-173, 2001.
256. NICOLELLA, Alexandre Chibebe. *Um olhar econômico sobre a saúde e o trabalho infantil no Brasil*. 2006. 166 f. Tese (Doutorado em Ciências - Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2006.
257. NICOLELLA, Alexandre Chibebe; KASSOUF, Ana Lúcia; BARROS, Alexandre Lahóz Mendonça de. O impacto do trabalho infantil no setor agrícola sobre a saúde. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, DF, v. 46, n. 3, p. 673-701, jul./set. 2008.
258. NOBRE, Letícia Coelho da Costa. Trabalho de crianças e adolescentes: os desafios da intersectorialidade e o papel do Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 963-971, 2003.
259. NOCETI, María Belén. "Trabajo infantil rural" y "explotación laboral infantil rural": Aportes antropológicos a la diferenciación de conceptos para el diseño de políticas de protección de derechos del niño en el sudoeste bonaerense. *Papeles de trabajo - Centro de Estudios Interdisciplinarios en Etnolingüística y Antropología Socio-Cultural*, Rosario, n. 22, p. 58-73, jul./dez. 2011.
260. NOGUEIRA, Carmen Siqueira Ribeiro dos Santos. *Trabalho infantil e famílias em regiões metropolitanas brasileiras*. 2003. Dissertação (Mestrado em Economia Social e do Trabalho) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
261. NOGUEIRA, Carmen Siqueira Ribeiro. Trabalho infantil e famílias em regiões metropolitanas brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v. 21, n. 1, p. 157-160, jan./jun. 2004.
262. NOVA MELLE, Pilar. Trabajo infantil: los riesgos laborales en situaciones legalmente prohibidas y sus consecuencias para la salud y seguridad. *Medicina y Seguridad del Trabajo*, Madrid, v. 54, n. 213, p. 09-21, out./dez. 2008.
263. OLIVA, José Roberto Dantas. *O princípio da proteção integral e o trabalho da criança e do adolescente no Brasil*. 2005. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.
264. OLIVEIRA, Antonia Karoline Araújo. *Enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes pelos setores da educação, assistência social e segurança pública da Região Metropolitana de Fortaleza*. 2011. 102 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2011.
265. OLIVEIRA, Beatriz Rosana Gonçalves; ROBAZZI, Maria Lúcia do Carmo Cruz. O trabalho na vida dos adolescentes: alguns fatores determinantes para o trabalho precoce. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 9, n. 3, p. 83-89, maio 2001.
266. OLIVEIRA, Cleide Fátima Galiza. O trabalho infanto-juvenil: considerações em torno de um tema. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v. 15, n. 2, p. 299-315, jul./dez. 1999.

267. OLIVEIRA, Denize Cristina de; FISCHER, Frida Marina; TEIXEIRA, Maria Cristina T. V.; GOMES, Antonio Marcos Tosoli. Adolescência, trabalho e estudo: análise comparativa das representações sociais de adolescentes trabalhadores e não trabalhadores. *Revista Enfermagem UERJ*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 229-237, maio/ago. 2005.
268. OLIVEIRA, Denize Cristina de; FISCHER, Frida Marina; TEIXEIRA, Maria Cristina Triguero Veloz; AMARAL, Mariana Almeida do. A escola e o trabalho entre adolescentes do ensino médio da cidade de São Paulo: uma análise de representações sociais. *Psicologia: Teoria e Prática*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 27-39, jan./jun. 2003.
269. OLIVEIRA, Denize Cristina de; FISCHER, Frida Marina; TEIXEIRA, Maria Cristina Triguero Veloz; GOMES, Antonio Marcos Tosoli. Teorias do senso comum sobre o trabalho do adolescente em São Paulo e Rio de Janeiro - Brasil. *Ciência, Cuidado e Saúde*, Maringá, v. 5, n. 2, p. 135-146, maio/ago. 2006.
270. OLIVEIRA, Denize Cristina de; GOMES, Antonio Marcos Tosoli; BENITE, Aline Machado; VALOIS, Bruno Rafael Gomes. Cotidiano e adolescência: representações e práticas de trabalho, escola, relacionamentos interpessoais e futuro. *Revista Enfermagem UERJ*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 182-190, abr./jun. 2006.
271. OLIVEIRA, Denize Cristina; FRIDA, Marina Fischer; MARTINS, Ignez Salas; SÁ, Celso Pereira. Representações sociais e fatores de risco para o trabalho infantil e do adolescente: uma aproximação possível. *Cadernos de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 177-194, 2002.
272. OLIVEIRA, Denize Cristina; SÁ, Celso Pereira de; FISCHER, Frida Marina; MARTINS, Ignez Salas; TEIXEIRA, Liliane Reis. Futuro e liberdade: o trabalho e a instituição escolar nas representações sociais de adolescentes. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 6, n. 2, p. 245-258, jul./dez. 2001.
273. OLIVEIRA, Indira Caldas Cunha de. *Infâncias: o lugar do lúdico nas tramas do trabalho infantil*. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.
274. OLIVEIRA, Indira Caldas Cunha de; FRANCISCHINI, Rosângela. A importância da brincadeira: o discurso de crianças trabalhadoras e não trabalhadoras. *Psicologia: Teoria e Prática*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 41-56, 2003.
275. OLIVEIRA, Indira Caldas Cunha de; FRANCISCHINI, Rosângela. Direito de brincar: as (im)possibilidades no contexto de trabalho infantil produtivo. *Psico-USF*, Itatiba, v. 14, n. 1, p. 59-70, jan./abr. 2009.
276. OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de. Considerações sobre a força de trabalho jovem e o desenvolvimento econômico: o caso de São Paulo. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 147, p. 271-287, jul./set. 1976.
277. OLIVEIRA, Luiz Roberto de; RIZZATO, Âgueda Beatriz Pires; MAGALDI, Cecília. Saúde materno-infantil: visão crítica dos determinantes e dos programas assistenciais. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 208-220, jun. 1983.
278. OLIVEIRA, Patrícia Daniele Lima de. *A esportivização das políticas públicas? Análise de programas para a infância e a juventude no Estado de Santa Catarina*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Centro de Desportos da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
279. OLIVEIRA, Pedro Rodrigues de. *Impact evaluation of the Brazilian non-contributory pension program BPC (Benefício de Prestação Continuada) on family welfare*. 2011. 106 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2011.
280. OROZCO CASTILLO, Elvis Augusto. Estado del arte trabajo infantil. *Civilizar Ciencias Sociales y Humanas*, Bogotá, v. 12, n. 23, p. 159-168, jul./dez. 2012.
281. OSOWSKI, Cecília; MARTINI, Jussara Gue. Ajuda ou trabalho? Experiências de alunos e alunas do ensino fundamental e suas relações com o currículo. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 78, n. 188-190, p. 57-85, jan./dez. 1997.
282. OSOWSKI, Cecília; MARTINI, Jussara Gue. Trabalho doméstico infanto-juvenil: que espaço é esse? *Cadernos de Educação*, Pelotas, ano 6, n. 9, p. 115-126, dez. 1997.
283. OSTETTO, Luciana Esmeralda. Da rua à fábrica: a condição infantil na República. *Perspectiva*, Florianópolis, ano 8, n. 15, p. 91-125, jul./dez. 1990.
284. PADILHA, Miriam Damasceno. *Criança não deve trabalhar: a análise sobre o Programa de Erradicação do Trabalho infantil e repercussão nas experiências das famílias participantes*. 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.
285. PADRÓN INNAMORATO, Mauricio; ROMÁN REYES, Patricia. Particularidades y complejidades del trabajo infantil: aspectos conceptuales y aproximación empírica a un fenómeno oculto con dimensiones diversas. *Revista Facultad de Ciencias Económicas: Investigación y Reflexión*, Bogotá, v. 21, n. 1, p. 25-42, jan./jun. 2013.
286. PAIVA, James Souza de. *Trabalho infantil no Brasil: determinantes da redução entre 2003 e 2011 e efeitos sobre a escolaridade e o rendimento na vida adulta*. 2013. 56 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2013.
287. PASCALICCHIO, Francisco Vanin. *O acidentat-se no trabalho precoce*. 2002. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
288. PATARRA, Neide L.; BAENINGER, Rosana. Família na transição demográfica: o caso de São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 35-61, jul./dez. 1988.
289. PATTI, Ane Ribeiro; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. Que voz de criança fala no narcotráfico? *Psicologia Argumento*, Curitiba, v. 29, n. 66, p. 269-283, jul./set. 2011.

290. PAULA, Nélia Cristina Cruz de. *A questão do trabalho infantil e suas conseqüências no direito brasileiro: o paradoxo entre realidade social e normas jurídicas*. 2003. 131 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito do Recife da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
291. PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, p. 64-70, jan./fev. 1987.
292. PEDRAZA AVELLA, Aura Cecilia; RIBERO MEDINA, Rocío. El trabajo infantil y juvenil en Colombia y algunas de sus consecuencias claves. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, Manizales, v. 4, n. 1, p. 177-216, jan./jun. 2006.
293. PEDREIRA, Lucia Álvares. *PETI: de(sen)volvendo a infância perdida?* 2006. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2006.
294. PEDROZO JR., Euclides. *Efeitos de elegibilidade e condicionalidade do Programa Bolsa Família sobre a alocação de tempo dos membros do domicílio*. 2010. 120 f. Tese (Doutorado em Economia de Empresas) – Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2010.
295. PESAVENTO, Sandra Jatahy. Os trabalhadores do futuro: o emprego do trabalho infantil no Rio Grande do Sul da República Velha. *História (São Paulo)*, Franca, v. 14, p. 189-201, 1995.
296. PICO MERCHÁN, María Eugenia; SALAZAR HENAO, Myriam. El trabajo infantil como práctica de crianza: contexto de una plaza de mercado. *Hacia la Promoción de la Salud*, Manizales, v. 13, n. 1, p. 95-120, jan./dez. 2008.
297. PINHEIRO, Agnes Bueno. *O trabalho precoce em adolescentes matriculados em escolas municipais da Zona Sul do Rio de Janeiro*. 1999. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1999.
298. PINZÓN, Ángela María; BRICEÑO, Leonardo; GÓMEZ, Ana Isabel; LATORRE, Catalina. Trabajo infantil en las calles de Bogotá. *Revista Ciencias de la Salud*, Bogotá, v. 1, n. 2, p. 151-163, jul./dez. 2003.
299. PINZÓN-RONDÓN, Angela M.; BRICEÑO-AYALA, Leonardo; BOTERO, Juan Carlos; CABRERA, Patricia; RODRÍGUEZ, María Nelcy. Trabajo infantil ambulante en las capitales latinoamericanas. *Salud Pública de México*, Cuernavaca, v. 48, n. 5, p. 363-372, set./out. 2006.
300. PINZON-RONDON, Angela Maria; KOBLINSKY, Sally A.; HOFFERTH, Sandra L.; PINZON-FLOREZ, Carlos E.; BRICENO, Leonardo. Work-related injuries among child street-laborers in Latin America: prevalence and predictors. *Revista Panamericana de Salud Pública*, Washington, D. C., v. 26, n. 2, p. 235-243, set. 2009.
301. PIRES, Luciana; RODRIGUES, Alexandra Magna; FISBERG, Mauro; COSTA, Roberto Fernandes da; SCHOEN, Teresa Helena. Qualidade de vida de adolescentes modelos profissionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, DF, v. 28, n. 1, p. 71-76, jan./mar. 2012.
302. PISTOLATO, Aneri. *A influência da comunicação na erradicação das piores formas de trabalho infantil no Paraná: o Programa Catavento*. 2008. 157 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação e Turismo da Universidade de Marília, Marília, 2008.
303. PORTUGAL, Lucyana Vergara Ferreira. *O trabalho infantil e o PETI na área urbana do Rio de Janeiro*. 2007. 158 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
304. PRADO, Renata Lopes Costa. Trabalho infanto-juvenil em artigos acadêmicos de psicólogos: uma interpretação ideológica. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 30, n. 1, p. 101-110, jan./mar. 2013.
305. QUEIROZ, Olivian Silva. *Determinantes sociais da gravidez na adolescência em município de médio porte no Nordeste do Brasil: um estudo prospectivo*. 2010. 83 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Departamento de Saúde Comunitária da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.
306. RAMALHO, Hilton Martins de Brito; MESQUITA, Shirley Pereira de. Determinantes do trabalho infantil no Brasil urbano: uma análise por dados em painel 2001-2009. *Economia Aplicada*, Ribeirão Preto, v. 17, n. 2, p. 193-225, abr./jun. 2013.
307. RAMOS, Márcia Ziebell; BIANCHETTI, Desirée Luzardo Cardozo; MERLO, Álvaro Roberto Crespo; POERSCH, Ana Luisa; VEECK, Critiane; HEISLER, Simone Zanotelli; VIEIRA, Jean Alexandre. Trabalho, adoecimento e histórias de vida em trabalhadoras da indústria calçadista. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 15, n. 2, p. 207-215, maio/ago. 2010.
308. RAUSKY, María Eugenia. ¿Infancia sin trabajo o Infancia trabajadora? Perspectivas sobre el trabajo infantil. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, Manizales, v. 7, n. 2, p. 681-706, jul./dez. 2009.
309. RAUSKY, María Eugenia. La calle y los niños: estrategias laborales en espacios públicos. *Avá*, Posadas, n. 19, p. 319-346, dez. 2011.
310. RAUSKY, María Eugenia. Trabajo y familia: el aporte de los niños trabajadores a la reproducción del hogar. *Trabajo y sociedad*, Santiago del Estero, n. 12, p. 0-0, outono 2009.
311. REIMANN, Valdirene. *As Crianças da Ponte: o trabalho de crianças e adolescentes no comércio fronteiriço de Foz do Iguaçu - Paraná*. 2013. 129 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Centro de Educação e Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2013.
312. REZENDE, Marina Pereira. *O impacto do trabalho precoce na adolescência: um estudo de enfermagem*. 2008. 113 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.
313. RIBEIRO, Álvaro Miranda Leite. *Responsabilidade social empresarial: percepções e possibilidades*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

314. RIBEIRO, Ivete. O trabalho infantil entre trabalhadores da cana-de-açúcar na zona da Mata Pernambucana. *Symposium*, Recife, v. 25, n. 2, p. 39-57, 1983.
315. ROBAZZI, Maria Lúcia do Carmo Cruz; SILVEIRA, Cristiane Aparecida; MARZIALE, Maria Helena Palluci; HAAS, Vanderlei José. Acidentes de trabalho infanto-juvenil constatados através de registros hospitalares. *Ciência, Cuidado e Saúde*, Maringá, v. 6, n. 3, p. 342-350, jul./set. 2007.
316. ROCHA, Alexandre Euclides. *Reflexos sociais e econômicos da globalização no mercado de trabalho*. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2007.
317. ROCHA, Gabriela Fernandes. *O trabalho precoce doméstico e o processo escolar*. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.
318. ROCHA, Kátia Aparecida Silva; COSTA, Viviane Pereira. Políticas de proteção à infância e a adolescência no Brasil. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 67-79, jul./dez. 2002.
319. RODRIGUES, Andréa da Rocha. *A infância esquecida: Salvador 1900-1940*. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.
320. RODRIGUES, Luciane Dias. *O trabalho infantil na visão da escola: um estudo exploratório do tema*. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.
321. RODRIGUES, Maria Aurenice Mendes Frazão. *Impacto das mudanças constitucionais nas ações de enfrentamento do trabalho infantil, após 1988: uma reflexão sobre a realidade de Teresina - PI*. 2004. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2004.
322. RODRIGUES, Raquel Fernandes de Araújo. *Programa Fome Zero: continuidades e mudanças no espaço rural sergipano*. 2006. 117 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Núcleo de Pós-Graduação e Estudos em Recursos Naturais da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2006.
323. ROJAS, Maritza; VEGAS, Zulay; BRICEÑO, Leonardo; RODRÍGUEZ, Lourdes. Trabajo infantil y salud en un mercado público de Valencia, Venezuela. *Revista de Salud Pública*, Bogotá, v. 12, n. 1, p. 135-143, jan./fev. 2010.
324. ROMÁN CARRASCO, Marcela; MURILLO TORRECILLA, Francisco Javier. Trabajo infantil entre los estudiantes de educación primaria en América Latina: características y factores asociados. *Revista Electrónica de Investigación Educativa*, Ensenada, v. 15, n. 2, p. 1-20, 2013.
325. ROMERO MENDOZA, Vanessa; AMAR AMAR, José Juan; PALACIO, Jorge; MADARIAGA OROZCO, Camilo; SIERRA CRISSON, Eloísa; QUINTERO GONZÁLEZ, Sandra Milena. Factores familiares y sociales de alto riesgo asociados al trabajo infantil en ciudades de la Costa Caribe colombiana. *Universitas Psychologica*, Bogotá, v. 11, n. 2, p. 481-496, abr./jun. 2012.
326. ROSA, Josely Cristiane. *O trabalho infantil e sua oposição ao mundo da criança: a avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no município de Itajaí / SC*. 2007. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) – Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2007.
327. ROSEMBERG, Fúlvia; FREITAS, Rosângela R. Participação de crianças brasileiras na força de trabalho e educação. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 95-125, jan./jun. 2002.
328. SALES, Marta Santos. *O processo de constituição de aspirações ocupacionais na interface educação / trabalho*. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
329. SALOMÃO, Ana Paula Carvalho Moraes. *Trabalho infantil: análise da percepção das famílias e crianças envolvidas*. 2007. 98 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
330. SANGALETI, Silvia Terezinha Biesdorf. *A perspectiva pedagógica do Centro de Atendimento e Amparo à Criança e ao Adolescente / CEACA*. 2005. 156 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.
331. SANTANA, Munich; DIMENSTEIN, Magda. As condições e o sentido do trabalho doméstico realizado por adolescentes que residem no local de emprego. *Psico*, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 31-42, jan./jun. 2004.
332. SANTANA, Munich; DIMENSTEIN, Magda. Trabalho doméstico de adolescentes e reprodução das desiguais relações de gênero. *Psico-USF*, Itatiba, v. 10, n. 1, p. 93-102, jan./jun. 2005.
333. SANTANA, Vilma; ITAPARICA, Martha; AMORIM, Andréa M. de; ARAÚJO FILHO, José Bouzas; ARAÚJO, Gustavo; OLIVEIRA, Mônia; COOPER, Sharon. Acidentes de trabalho não fatais em adolescentes. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 407-420, mar./abr. 2003.
334. SANTOS, Denise Pereira dos. *As implicações psicossociais do trabalho precoce em adultos*. 2011. 193 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.
335. SANTOS, Denise Pereira dos; ALBERTO, Maria de Fatima Pereira; COSTA, Rafaela Rocha da; SANTOS, Cristiane Barbosa dos. Child labour implications for adults: experiences and childhood. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 25, n. especial, p. 91-100, 2013.
336. SANTOS, Fernanda Cabral. *A redução do trabalho infantil e o aumento da frequência escolar na década de 90 no Brasil*. 2006. 122 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
337. SANTOS, Gilberto Lima dos; CHAVES, Antonio Marcos. Reconhecimento de direitos e significados de infância entre crianças. *Psicologia Escolar e Educacional*, Campinas, v. 14, n. 2, p. 281-290, jul./dez. 2010.

338. SANTOS, Juliana Brancaccio dos. *Operárias têxteis: cotidiano e trabalho em São Paulo (1930-1948)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.
339. SANTOS, Márcia Elena Andrade. *Trabalho e violência em adolescentes estudantes: uma contribuição do Enfermeiro*. 2009. 154 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
340. SANTOS, Márcia Elena Andrade; MAURO, Maria Yvone Chaves; BRITO, Christiano Gripp; MACHADO, Débora Campos. Trabalho precoce e acidentes ocupacionais na adolescência. *Escola Anna Nery*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 824-832, out./dez. 2009.
341. SANTOS, Maria Conceição dos. *Estado, menores, juristas e políticos*. 2004. 107 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2004.
342. SANTOS, Rúbia dos. *A caracterização das famílias beneficiárias do Programa de Transferência de Renda: PETI / São José*. 2003. 153 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.
343. SANTOS, Rúbia. O trabalho infantil: uma realidade que não pode ser analisada fora do contexto familiar. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 67-77, jan./jun. 2002.
344. SANTOS, Waleska Patrícia de Lima. *A escola enquanto espaço privilegiado de construção de “meninos de verdade”: concepções e valores atribuídos a essa instituição por crianças pobres*. 2004. 154 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.
345. SARMENTO, Manuel Jacinto. Infância, exclusão social e educação como utopia realizável. *Educação & Sociedade*, Campinas, ano XXIII, n. 78, p. 265-283, abr. 2002.
346. SARMENTO, Manuel Jacinto; SILVA, Raquel; COSTA, Salete. Infância, trabalho e identidade social. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 47-63, 2000.
347. SARTORI, Elisiane. *Todos sob o mesmo teto: família e sistema de proteção social em Campinas*. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
348. SARTORI, Elisiane. Trabalho infantil em Franca: um laboratório das lutas sociais em defesa da criança e do adolescente. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 253-278, jan./jun. 2006.
349. SARTORI, Elisiane. *Trabalho infantil em Franca: uma avaliação do IPEC na indústria de calçados de Franca / SP*. 2001. Dissertação (Mestrado em Economia Social e do Trabalho) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
350. SARTORI, Elisiane; GARCIA, Carlos Henrique Menezes. Políticas compensatórias versus emancipatórias: desafios para implementação de programas de geração de renda às famílias em situação de risco. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 425-452, mar./abr. 2012.
351. SCHUELER, Alessandra Frota M. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 59-84, 1999.
352. SILVA, Alacir Ramos et al. Um estudo preliminar sobre o menor carregador em feiras-livres. *Cadernos PUC*, São Paulo, n. 6, p. 61-102, dez. 1983.
353. SILVA, Carla Cecília Serrão. *Trabalho infantil doméstico: perfil e vivência de meninas trabalhadoras em São Luís*. 2009. 141 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Centro de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.
354. SILVA, Cristhian Teófilo da. Crianças e adolescentes indígenas em perspectiva antropológica: repensando conflitos éticos interculturais. *Revista Bioética*, Brasília, DF, v. 20, n. 1, p. 119-131, jan./abr. 2012.
355. SILVA, Francisco Carlos Lopes. O trabalho infanto-juvenil na sociedade capitalista. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 15, p. 83-99, 1999.
356. SILVA, Giane Aparecida Moura da. *O trabalho infantil na região da fronteira Brasil - Bolívia*. 2009. 122 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2009.
357. SILVA, Jorge Alexandre da. *Trabalho infantil: uma discussão no fio da navalha*. 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
358. SILVA, Márcia Iara Costa da. *O compromisso das famílias com a erradicação do trabalho infantil: um estudo junto ao PETI / Maceió*. 2003. 111 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
359. SILVA, Maria Lúcia Soares da. *Política educacional e poder local na cidade de Vicência: repercussões do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil*. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.
360. SILVA, Marisa Rodrigues da. *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) em Natal: uma avaliação na perspectiva da Assistência Social*. 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.
361. SILVA, MAURÍCIO ROBERTO DA. Recortando e colando as imagens da vida cotidiana do trabalho e da cultura lúdica das meninas-mulheres e das mulheres-meninas da Zona da Mata Canavieira Pernambucana. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 22, n. 56, p. 23-52, abr. 2002.

362. SILVA, Nelson Pedro. O adolescente, tráfico de drogas e função paterna. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 141-158, jun. 2011.
363. SILVA, Roselaine Ferreira. Trabalho infantil e construção da identidade de gênero. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n. 15, p. 83-111, jul./dez. 2001.
364. SILVA, Vivian da Veiga. *Exploração sexual infanto-juvenil: tentativas de interface com a educação e o trabalho*. 2010. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2010.
365. SILVEIRA, Renata Cristina da Penha. *As crianças e os adolescentes acidentados no trabalho e atendidos em uma unidade distrital de saúde em Ribeirão Preto (SP)*. 2003. 128 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2003.
366. SILVEIRA, Renata Cristina da Penha; RIBEIRO, Luiz Cláudio; SECCO, Iara Aparecida de Oliveira; ROBAZZI, Maria Lúcia do Carmo Cruz. Caracterización socioeconómica y demográfica de niños y adolescentes que estudian y trabajan simultáneamente fuera de casa. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 280-286, abr. 2012.
367. SILVEIRA, Renata Cristina da Penha; ROBAZZI, Maria Lúcia do Carmo Cruz. Acidentes de trabalho entre crianças e adolescentes trabalhadores em Ribeirão Preto - SP. *Ciência, Cuidado e Saúde*, Maringá, v. 6, n. 4, p. 502-507, out./dez. 2007.
368. SILVEIRA, Renata Cristina da Penha; ROBAZZI, Maria Lúcia do Carmo Cruz. As crianças e os adolescentes trabalhadores acidentados no trabalho e atendidos em unidade básica distrital de saúde em Ribeirão Preto (SP). *Ciência, Cuidado e Saúde*, Maringá, v. 5, n. 2, p. 158-165, maio/ago. 2006.
369. SILVEIRA, Renata Cristina da Penha; ROBAZZI, Maria Lúcia do Carmo Cruz. Acidentes de trabalho entre crianças e adolescentes atendidos pelo setor público de saúde, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. *Ciencia y Enfermería*, Concepcion, Chile, v. 9, n. 2, p. 43-55, dez. 2003.
370. SIMÕES, Celso Cardoso da Silva; OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de; REZENDE, Jorge; PIMENTEL, Maria de Lourdes; DIAS, Vera Regina de Souza. Algumas características da participação dos membros da família na força de trabalho: 1950-1970. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 139, p. 371-395, jul./set. 1974.
371. SIQUEIRA, Janes Teresinha Fraga. O trabalho infantil no mundo atual. *Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v. 7, n. 1, p. 9-27, jan./jun. 1999.
372. SIQUEIRA, Marcia Smarzaró. *O trabalho das crianças na agricultura familiar capixaba*. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
373. SOUSA, Deliane Macedo Farias de. *Sexo não é brincadeira: o sentido de infância para adolescentes inseridas na exploração sexual comercial*. 2008. 178 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.
374. SOUSA, Olívia Maria Costa Grangeiro de; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. Trabalho precoce e processo de escolarização de crianças e adolescentes. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 13, n. 4, p. 713-722, out./dez. 2008.
375. SOUSA, Sonia Margarida Gomes. *Trabalho infantil - a negação da infância?* Estudo do significado do trabalho para crianças das camadas populares. 1994. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.
376. SOUSA, Sônia Margarida Gomes. Trabalho infantil - a negação da infância? *Estudos*, Goiânia, v. 26, n. 1, p. 119-141, jan./jun. 1999.
377. SOUZA, Ana Paula Vieira e. *As culturas infantis no espaço e tempo do recreio: constituindo singularidade sobre a criança*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.
378. SOUZA, Delma P. Oliveira de; ARECO, Kelsy N; SILVEIRA Filho, Dartiu Xavier da. Álcool e alcoolismo entre adolescentes da rede estadual de ensino de Cuiabá, Mato Grosso. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 585-592, ago. 2005.
379. SOUZA, Edicléia Lopes da Cruz. *A relação entre inserção na informalidade e trabalho infantil no mercado de trabalho paranaense*. 2011. 131 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, PR, 2011.
380. SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de. Proletário e migrante: livre para a subordinação. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v. 3, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 1986.
381. SOUZA, Ismael Francisco de. *A erradicação do trabalho infantil e as responsabilidades do Conselho Tutelar no município de Florianópolis*. 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
382. SOUZA, José Antônio Nunes de. *Podem os programas sociais e de transferência de renda influenciar a oferta de trabalho em atividades não agrícolas?* Uma análise para as famílias em condição de pobreza no meio rural do Nordeste. 2012. 81 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.
383. SOUZA, Lúcia Ribeiro de. O trabalho feminino e a estrutura familiar. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 164, p. 531-550, out./dez. 1980.

384. SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *A exploração do trabalho infantil no setor coureiro-calçadista na região do Vale dos Sinos - São Leopoldo*. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
385. SOUZA, Rildo Feitosa de. *Modelo de avaliação de resultado para programas sociais: uma aplicação do MCDAR no PETI no Município dos Bezerros - PE*. 2006. 129 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
386. SOUZA, Sinara de Lima. *Violência vivenciada por trabalhadores(as) de rua*. 2000. 139 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.
387. SPINDEL, Cheywa Rojza. O menor assalariado registrado na família e na escola. *Cadernos CERU*, São Paulo, 1ª série, n. 19, p. 86-111, jun. 1984.
388. SPINDEL, Cheywa Rojza. O menor trabalhador e a reprodução da pobreza. *Em Aberto*, Brasília, DF, ano 4, n. 28, p. 17-34, out./dez. 1985.
389. STENGEL, Márcia; CASTRO, Maria da Consolação Gomes de; MARQUES, Maria Elizabeth; MOREIRA, Maria Ignez Costa; FAZZI, Rita de Cássia; LEAL, Rita de Souza. Narrativas infanto-juvenis sobre o trabalho doméstico em Belo Horizonte: histórias de vida das meninas. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 125-129, 2002.
390. STRECK, Carla Fabiana; FRISON, Thirzá Baptista. Lembranças de velhos: o mundo da infância. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 103-118, 1999.
391. TEIXEIRA, Ana Cláudia Martins. *O impacto do Programa Bolsa Família sobre o trabalho infantil na Região Nordeste do Brasil*. 2009. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.
392. TEIXEIRA, Heloísa Maria. *A não-infância: crianças como mão-de-obra em Mariana (1850-1900)*. 2007. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
393. THOMÉ, Luciana Dutra; TELMO, Alice Queiroz; KOLLER, Sílvia Helena. Inserção laboral juvenil: contexto e opinião sobre definições de trabalho. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 20, n. 46, p. 175-185, maio/ago. 2010.
394. TORRES, Maria Adriana da Silva. *Moral geracional e universal: sentidos do trabalho e dos direitos para os pequenos catadores de mariscos*. 2009. 253 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.
395. TUÑÓN, Ianina; SALVIA, Agustín. Límites estructurales para el desarrollo de la infancia en contexto de crisis. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, Manizales, v. 10, n. 1, p. 179-194, jan./jun. 2012.
396. URUEÑA ABADÍA, Sebastián; TOVAR CUEVAS, Luis Miguel; CASTILLO CAICEDO, Maribel. Determinantes del trabajo infantil y la escolaridad: el caso del Valle del Cauca en Colombia. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, Manizales, v. 7, n. 2, p. 707-733, jul./dez. 2009.
397. VAL, Margarida Barros do; TAMBELLINI, Anamaria Testa. A violência do trabalho infantil: aspectos sanitários, políticos, jurídico-legais e sociais - uma revisão da literatura. *Cadernos Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 113-140, jan./mar. 2006.
398. VALE, Cristiane Aguiar do. *Avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) em Fortaleza - CE*. 2010. 139 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.
399. VALE, Tásia Moura Cardoso do. *Mapa dos programas sociais: transferência de renda e dinâmicas sociais no Rio Grande do Norte (2000-2007)*. 2008. 202 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.
400. VARGAS GUTIÉRREZ, Alejandro; RESTREPO OSORIO, Hernando. Trabajo infantil y juvenil en una plaza de mercados de Medellín, año 2000. *Revista Cubana de Salud Pública*, Ciudad de la Habana, v. 28, n. 3, p. 0-0, set./dez. 2002.
401. VARILLAS, Walter. La red sobre trabajo infantil peligroso (Red Tip). *Ciência & Saúde Coletiva*, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 923-935, 2003.
402. VASCONCELOS, Carlos Alberto de. *O uso do território pela citricultura e a permanência do trabalho infantil no Centro-Sul de Sergipe*. 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.
403. VENTURA, Acácia de Fátima. *Oculto, invisível e inacessível: trabalho infantil doméstico dentro de seu próprio domicílio*. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2007.
404. VERAS, Mariluce de Macedo. *O trabalho infanto-juvenil nas atividades rurais: desvendando a persistente inserção nas unidades familiares de produção*. 2005. 181 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.
405. VERONESE, Josiane Rose Petry; CUSTÓDIO, André Viana. Exploração do trabalho infantil: um estudo sobre a idade mínima para as atividades laborais no âmbito do Direito Internacional e Nacional. *Grifos*, Chapecó, n. 4, p. 76-99, out. 1997.
406. VIANA, Alane Fagundes. *O trabalho infantil doméstico nos lares de terceiros em condições de exploração excluídos dos direitos básicos de cidadania*. 2012. 171 f. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2012.



407. VIDAL JÚNIOR, Permínio Oliveira; CARDOSO, Ryzia de Cassia Vieira; ASSUNÇÃO, Larissa Santos. Quail egg safety and trade on beaches of Salvador (BA): A study from a child labor perspective. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 26, n. 4, p. 419-429, jul./ago. 2013.
408. VIEIRA, Marcia Guedes. *Trabalho infantil no Brasil: questões culturais e políticas públicas*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.
409. VIEIRA, Maria de Fátima A.; MATIJASEVICH, Alicia; DAMIANI, Magda F.; MADRUGA, Samanta W.; NEUTZLING, Marilda B.; MENEZES, Ana M. B.; ARAÚJO, Cora L.; HALLAL, Pedro C. Prevalência de retenção escolar e fatores associados em adolescentes da coorte de nascimentos de 1993 em Pelotas, Brasil. *Revista Panamericana de Salud Pública*, Washington, D. C., v. 31, n. 4, p. 303-309, abr. 2012.
410. VIEIRA, Roseli Schminski; VIEIRA, Reginaldo de Souza; THOMÉ, Ivanir Prá Silva; SOUZA, Ismael Francisco de. A atuação dos enfermeiros nas notificações compulsórias de trabalho precoce, nas unidades de estratégia de saúde da família do município de Criciúma/SC. *Revista de Direito Sanitário*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 132-156, mar./jun. 2012.
411. VIELLA, Maria dos Anjos Lopes. *Fetichismo da infância e do trabalho nos mapas do trabalho infantil*. 2008. 268 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
412. VILELA, Rodolfo Andrade de Gouveia; FERREIRA, Marcos Antonio Libardi. Nem tudo brilha na produção de jóias de Limeira - SP. *Produção*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 183-194, 2008.
413. VILHENA, Paulo Emílio Ribeiro de. O menor: concorrência de mão de obra: sub-emprego. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 27, n. 21, p. 419-434, maio 1979.
414. VIOLANTE, Maria Lúcia. Juventude desempregada. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 10, out. 1981.
415. WADSWORTH, James E. Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 103-124, 1999.
416. WEGMANN, David. Child labor in the US. *Ciência & Saúde Coletiva*, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 1029-1037, 2003.
417. WESTPHAL, Marcia Faria; CAMPOS, Leonor de; CHIESA, Anna Maria. Influência do trabalho terceirizado da indústria de calçados de Franca - SP, no desenvolvimento da criança trabalhadora: uma proposta metodológica. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 24, n. 89/90, p. 23-9, dez. 1997.
418. WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. Escola, violência e trabalho infantil no Brasil. *Perspectivas*, São Paulo, v. 12-13, p. 103-114, 1990.
419. WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. Nas franjas do rural-urbano: meninas entre a tradição e a modernidade. *Cadernos CEDES*, Campinas, ano XXII, n. 56, p. 7-22, abr. 2002.
420. WOORTMANN, Klass. Família trabalhadora: um jeito de sobreviver. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 13, p. 26-31, jul./ago. 1984.
421. ZINN-SOUZA, L. C; NAGAI, R; TEIXEIRA, L. R; LATORRE, M. R. D. O; ROBERTS, R; COOPER, S. P; FISCHER, F. M. Factors associated with depression symptoms in high school students in São Paulo, Brazil. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 34-40, fev. 2008.

**APÊNDICE B**

**CONVENÇÕES ADOTADAS E TABELA COM SÉRIE HISTÓRICA**

**SOBRE O TRABALHO DE CRIANÇAS NO BRASIL**

De maneira geral, adotamos neste trabalho as normas e orientações contidas no documento elaborado pela Biblioteca Karl A. Boedecker (FUNDAÇÃO ... – FGV, 2008) a respeito da organização e estrutura do trabalho, ilustrações, tabelas, citações, notas de rodapé e referências. Complementarmente, consultamos o documento elaborado pela Biblioteca da Faculdade de Saúde Pública da USP (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2008).

Entretanto, em função de características específicas do trabalho, em alguns casos foram adotados outros procedimentos.

No caso da lista de abreviaturas e siglas, para a qual a Biblioteca Karl A. Boedecker recomenda “[...] a elaboração de lista própria para abreviaturas e outra para siglas” (FUNDAÇÃO ... – FGV, 2008, p. 18), optamos por lista única. Siglas de países e de unidades da federação que aparecem em gráficos e mapas não foram incluídas na lista. No primeiro caso, foram adotadas as siglas empregadas pelo Banco Mundial (2014a), e onde aparecem, há notas que permitem identificar os países em questão. No caso das unidades da federação, são de amplo domínio no país.

Para a grafia dos países foi adotada a empregada pelo IBGE, 2014b.

Foram elaboradas duas listas de referências bibliográficas, sendo uma relativa ao corpo do trabalho (p. 301), e outra específica para o balanço bibliográfico sobre o trabalho infantil (Apêndice A, p. 391). Em ambos os casos foi adotado o padrão de referências da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). No caso da lista referente ao balanço bibliográfico, os títulos foram sequencialmente numerados de forma a permitir ao leitor identificar em quais categorias analíticas cada trabalho foi enquadrado, conforme explicação na seção A.5.

Nas referências de teses, dissertações e artigos de periódicos, tendo em vista a atual facilidade de localização com os mecanismos de busca disponíveis, não foram incluídos os endereços eletrônicos.

Os endereços eletrônicos também não são mencionados nas referências à legislação e atos administrativos da esfera federal. Para a legislação, a consulta foi realizada, em todos os casos, na página eletrônica da Câmara dos Deputados (<<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>>), optando-se pelas versões “publicação original” ou “texto atualizado”, conforme o interesse analítico específico. Para os atos administrativos (portarias etc.), optamos pela versão originalmente publicada no Diário Oficial da União, consultando a página eletrônica da Imprensa Nacional (<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/core/>>).

Nas referências bibliográficas nas quais são mencionadas as páginas eletrônicas, nos casos em que ocorreram vários acessos (geralmente em bases de dados) a data indicada é a da última consulta realizada. Nestes casos, optamos por mencionar apenas mês e ano, de forma a indicar que ocorreu mais de um acesso.

Uma vez que, com muita frequência, são mencionados documentos e bases de dados de órgãos públicos, organismos internacionais e outras instituições, inclusive como fontes de dados em todos gráficos e tabelas, nas citações optamos por referir, na maior parte das vezes, apenas o primeiro nome, seguido por reticências, traço, a sigla da instituição e o ano (exemplo: FUNDAÇÃO ... – IBGE, 2014e). Nos casos de nomes mais curtos ou de siglas inexistentes ou menos conhecidas (exemplos: Banco Mundial; Senado Federal; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) nas citações aparecem os nomes completos.

Em algumas citações utilizamos a expressão “folha(s)”, ao invés da usual notação “p.” (página) na indicação para localização do trecho reproduzido. Adotamos esta alternativa nos casos nos quais a versão eletrônica do texto à qual tivemos acesso não apresenta paginação ou a mesma é irregular.

Conforme recomendação no mencionado documento da Biblioteca Karl A. Boedecker (FUNDAÇÃO ... – FGV, 2008), nas tabelas foram adotadas as seguintes convenções:

- dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
- .. não se aplica dado numérico;
- ... dado numérico não disponível.

**Tabela 30**

Série histórica dos dados disponibilizados pelos censos demográficos e PNAD relativos ao número de pessoas e de pessoas de 5 a 14 anos ocupadas por grupos de idade e período de referência, e de pessoas de 10 a 14 anos economicamente ativas – Brasil (1950-2013)

ano do levantamento	Fontes	5 a 9 anos			10 a 14 anos			
		número de pessoas	pessoas ocupadas		número de pessoas	PEA (1)	pessoas ocupadas	
			365 dias	semana			365 dias	semana
1950 (2)	Censo	7.015.527	...	...	6.308.567	1.265.676	...	1.251.292
1970	Censo	13.459.508	...	...	11.849.095	1.512.873	...	...
1973 (3)	PNAD	14.008.574	...	...	12.415.368	2.876.945	...	2.779.811
1976 (3)	PNAD	13.741.629	...	...	13.748.646	2.588.560	...	2.533.122
1977 (3)	PNAD	14.096.335	...	...	13.925.807	2.809.713	...	...
1978 (3)	PNAD	14.323.032	...	...	14.123.119	2.824.949	...	2.727.654
1979 (3)	PNAD	14.714.826	...	...	14.501.909	3.040.886	...	2.933.735
1980	Censo	14.771.793	...	...	14.252.521	2.059.948	...	1.845.521
1981 (3)	PNAD	14.803.687	...	...	14.223.452	2.752.128	...	2.621.940
1982 (3)	PNAD	14.966.374	...	...	14.371.017	2.955.970	...	2.831.184
1983 (3)	PNAD	15.348.155	...	...	14.382.418	2.654.089	...	2.534.875
1984 (3)	PNAD	15.722.277	...	...	14.563.464	2.688.021	...	2.584.788
1985 (3)	PNAD	16.363.568	...	...	14.712.245	2.860.730	...	2.763.692
1986 (3)	PNAD	16.908.830	...	...	15.416.676	2.896.396	...	2.802.587
1987 (3)	PNAD	17.648.928	...	...	15.495.674	2.891.559	...	2.773.308
1988 (3)	PNAD	17.526.968	...	...	16.167.421	2.962.648	...	2.846.715
1989 (3)	PNAD	17.841.280	...	...	16.599.558	3.087.840	...	2.977.927
1990 (3)	PNAD	17.688.091	...	...	16.981.150	2.969.401	...	2.873.523
1991	Censo	17.420.159	...	...	17.049.636	1.784.926	...	1.461.178
1992 (3)	PNAD	16.808.212	689.668	616.520	17.087.892	3.825.230	3.975.386	3.494.697
1993 (3)	PNAD	16.670.918	609.589	529.335	17.582.351	3.795.972	3.938.355	3.452.009
1995 (3)	PNAD	16.348.827	581.307	522.185	17.588.115	3.599.747	3.767.773	3.289.262
1996 (3)	PNAD	15.870.671	...	...	17.436.999	2.929.528	2.949.915	2.595.911
1997 (3)	PNAD	15.927.921	...	...	17.048.297	2.885.676	2.951.629	2.557.588
1998 (3)	PNAD	15.515.558	445.711	402.016	16.997.277	2.815.484	2.853.928	2.485.489
1999 (3)	PNAD	15.412.649	433.041	375.376	16.995.386	2.817.889	2.893.139	2.532.965
2000	Censo	16.576.259	...	...	17.353.683	1.624.539	...	1.142.438
2001 (3)	PNAD	16.289.406	341.706	298.809	16.805.111	2.158.119	2.326.078	1.949.906
2002 (3)	PNAD	16.507.994	333.962	282.501	16.737.460	2.117.326	2.250.809	1.883.063
2003 (3)	PNAD	16.585.825	251.821	210.925	16.475.715	1.892.131	2.006.686	1.705.835
2004 (3)	PNAD	17.323.088	290.310	252.050	17.043.986	1.894.605	1.971.656	1.713.595
2005 (3)	PNAD	17.019.652	361.185	303.127	17.215.521	2.070.085	2.197.530	1.866.673
2006 (3)	PNAD	16.734.049	314.528	237.280	17.702.164	1.909.094	2.069.567	1.723.632
2007 (3)	PNAD	16.463.218	194.512	157.645	17.697.714	1.796.964	1.848.569	1.593.006
2008 (3)	PNAD	15.770.253	172.282	141.190	17.562.201	1.472.972	1.581.341	1.318.608
2009 (3)	PNAD	15.604.286	149.884	122.679	17.421.451	1.428.235	1.486.518	1.257.810
2010	Censo	14.967.767	...	...	17.167.135	1.264.930	...	1.069.425
2011 (3)	PNAD	14.936.784	89.072	89.072	17.191.603	1.130.409	1.178.559	1.027.427
2012 (3)	PNAD	14.976.794	95.839	81.231	16.717.955	...	946.247	797.453
2013 (3)	PNAD	15.085.227	70.611	60.534	16.536.002	...	906.069	779.086

Fontes: CONSELHO ... – IBGE (1956b, tabelas 1, 4, 22 e 28); FUNDAÇÃO ... – IBGE (1973a, tabelas 1 e 21; 1975b, tabelas 1.1 e 2.1; 1978, tabelas 1 e 15; 1979b, tabelas 1.1 e 5.1; 1980, tabelas, 1.1, 4.1 e 4.9; 1981, tabelas, 1.1, 3.1 e 3.12; 1983a, tabelas 1.1 e 1.8; 1983i, tabelas 1.1, 3.1 e 3.12; 1983j, tabelas 1.1, 3.1 e 3.12; 1984b, tabelas 1.1, 3.1 e 3.12; 1985, tabelas 1.1, 3.1 e 3.17; 1986, tabelas 1.1, 3.1 e 3.7; 1988a, tabelas 1.1, 3.1 e 3.7; 1988b, tabelas 1.1, 3.1 e 3.7; 1990, tabelas 1.1, 3.1 e 3.7; 1991a, tabelas 5.4 e 5.9; 1991j, tabelas 3.1 e 3.7; 1993, tabelas 3.1 e 3.7; 1997a, tabelas 4.2 e 4.9; 1997b, tabelas 4.2 e 4.9); INSTITUTO ... – IBGE (1997a, tabelas 4,2 e 4,9; 1997b, tabelas 4,2 e 4,9; 1998b, tabelas 4,2 e 4,9; 1999, tabelas 4,2 e 4,9; 2000b, tabelas 4,2 e 4,9; 2002a, tabelas 4,2 e 4,35; 2003a, tabela 1.1.1; 2003c, tabelas 4,2 e 4,35; 2004, tabelas 4,2 e 4,35; 2005, tabelas 4,2 e 4,35; 2006b, tabelas 4,2 e 4,35; 2007, tabelas 4,2 e 4,35; 2008b, tabelas 4,2 e 4,35; 2009a, tabelas 4,2 e 4,35; 2009b, tabelas 4,2 e 4,35; 2012c, tabelas 1.1.1 e 1.1.6; 2012e, tabelas 4,2 e 4,35; 2012f, tabela 4,35; 2013b, tabelas 1.1 e 4,35; 2014a, tabela 200).

Notas: Elaboração própria.

- (1) Período de referência da PEA variável conforme o levantamento, sendo a data do censo para 1950, o período de 365 dias para 1970, 1980 e 1991, e a semana para os demais levantamentos. Ocorreram mudanças quanto à definição da PEA.
- (2) Dados referentes à população presente para 1950, e residente nos demais levantamentos.
- (3) Até 1979 a PNAD não abrangeu a população rural de oito Estados (Roraima, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Mato Grosso e Goiás). A zona rural de Mato Grosso e Goiás foi incluída na amostra em 1981, e a dos demais Estados em 2004, quando a amostra passou a considerar de fato todo o território nacional.